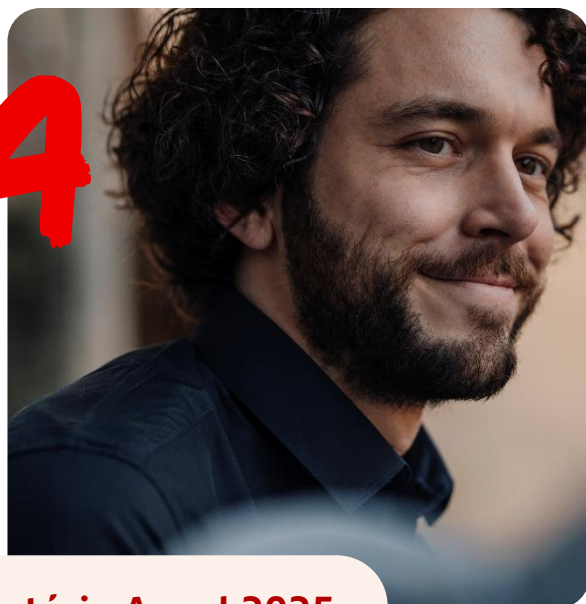
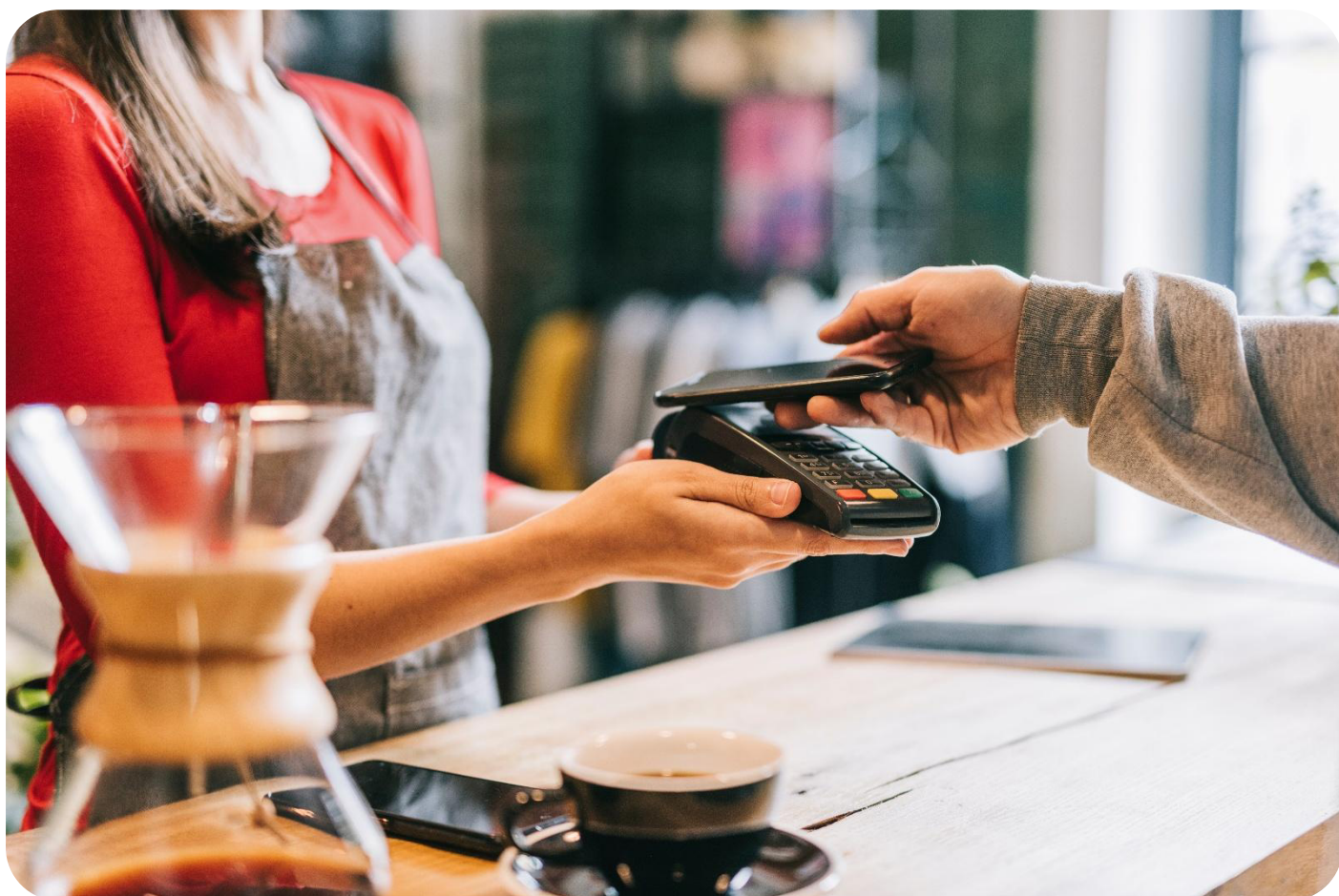


COMEÇA AGORA



Relatório Anual 2025



Santander.pt

Proposta
 **Santander**

Relatório Anual 2025

Banco Santander Totta, S.A.

Mapa de Indicadores	3
Mensagens dos Presidentes do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	4
Cultura corporativa, prémios, distinções e outros factos relevantes em 2025	6

Atividade e Resultados

Enquadramento da atividade	9
Principais riscos e incertezas para 2026	17
Perspetivas para 2026	18
Modelos de Serviço	19
Áreas de negócio	19
Áreas de suporte ao negócio	23
Informação económica e financeira	26
Factos relevantes após o término do exercício	33

Gestão de Risco

Modelo de Gestão e Controlo de risco	34
Gestão de Riscos em 2025	38

Informação Complementar 47

Relatório de Governo Societário 55

Demonstrações financeiras 95

Notas às demonstrações financeiras consolidadas 101

Relatórios e pareceres da atividade consolidada 224

Relatório de sustentabilidade 258

O presente documento constitui uma versão não oficial e não auditada do Relatório e Contas Consolidado do Banco Santander Totta, S.A. referente ao exercício de 2025, publicado no site da CMVM em formato ESEF no dia 30 de abril de 2026. Sendo uma cópia da referida informação financeira destina-se à divulgação através do site do Santander Portugal. Em caso de discrepância, prevalece a informação divulgada no site da CMVM.

Banco Santander Totta, S.A.
Rua do Ouro, 88 – 1100-063 Lisboa
Capital Social: € 1 391 779 674
Matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Lisboa sob o n.º 500 844 321 e
NIPC n.º 500 844 321
LEI: 549300URJH9VSI58CS32

**Este relatório foi aprovado pelo Conselho de
Administração do Banco em 28 de abril de 2026**

Mapa de Indicadores

BALANÇO E RESULTADOS (milhões de euros)

	Dez-25	Dez-24	Var.
Ativo líquido	58.710	56.080	+4,7%
Crédito a clientes (líquido)	53.377	49.596	+7,6%
Recursos de clientes	49.155	46.799	+5,0%
Total do Capital Próprio	4.320	4.157	+3,9%
Margem financeira	1.370,0	1.574,6	-13,0%
Comissões líquidas e outros resultados de exploração	491,8	459,9	+6,9%
Produto bancário	1.906,3	2.063,7	-7,6%
Resultado de exploração	1.364,2	1.528,3	-10,7%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	1.361,7	1.457,4	-6,6%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST	963,8	971,3	-0,8%

RÁCIOS

	Dez-25	Dez-24	Var.
ROTE	31,8%	25,9%	+5,9 p.p.
ROA	1,6%	1,7%	-0,1 p.p.
Rácio de Eficiência	28,0%	25,7%	+2,3 p.p.
Rácio CET 1*	14,3%	15,6%	-1,3 p.p.
Rácio Tier 1*	22,3%	18,0%	+4,3 p.p.
Rácio de capital*	24,0%	20,5%	+3,5 p.p.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	1,4%	1,6%	-0,2 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	87,8%	84,1%	+3,7 p.p.
Custo do crédito	0,01%	0,03%	-0,02 p.p.
Crédito / Depósitos (rácio de transformação)	135,3	130,3	+5,0 p.p.

NOTAÇÕES DE RATING (longo prazo)

	Dez-25	Dez-24
FitchRatings	A	A-
Moody's	Baa1	Baa1
Standard & Poor's	A	A-
DBRS	A	A

OUTROS DADOS

	Dez-25	Dez-24	Var.
Colaboradores**	4.670	4.614	+56
Colaboradores em Portugal**	4.666	4.610	+56
Pontos de atendimento	308	374	-66
Postos de atendimento em Portugal	307	373	-66

* *Phase-In* com resultado líquido de dividendos a distribuir

** Critério Headcount

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração



O ano de 2025 decorreu num enquadramento de evolução da economia mundial marcado por um abrandamento do crescimento e por um processo gradual de normalização das condições financeiras, ainda assim num contexto de riscos geopolíticos persistentes e de volatilidade em alguns mercados. Em Portugal, a atividade económica manteve uma trajetória positiva, sustentada pela procura interna e favorecida por um ambiente de inflação mais contida e pela descida progressiva das taxas de juro.

Neste cenário de transição económica e financeira, o Conselho de Administração assegurou uma supervisão exigente e responsável, garantindo que a solidez, a prudência e a criação de valor sustentável permaneceram no centro da atuação do Santander, em linha com os princípios de governação e com o seu posicionamento no sistema financeiro.

Ao longo de 2025, o Santander reforçou o compromisso de ser um banco cada vez mais próximo, simples, eficiente e relevante para os clientes, apoiando pessoas e empresas na concretização dos objetivos e contribuindo ativamente para o crescimento da economia portuguesa. Esta atuação permitiu consolidar a posição de referência que ocupa no mercado nacional, refletida em resultados líquidos de 963,8 milhões de euros, bem como no reconhecimento consistente por parte de entidades internacionais de prestígio no setor financeiro.

Este ano, o Santander foi distinguido como o **Banco do Ano em Portugal** pela *The Banker*, **Melhor Banco em Portugal** pela *Global Finance* e pela *Euromoney*, que reconheceu igualmente o Banco como o **Melhor em Responsabilidade Social Corporativa em Portugal** e como **Melhor Banco de Investimento e M&A**. Foi ainda considerado o **Melhor Banco de Retalho em Portugal** pela *World Finance*, o **Melhor Banco para as PME** pela *Global Finance*.

Estas distinções reforçam o posicionamento do Santander como uma instituição de referência no mercado português e refletem a consistência da estratégia seguida, assente na inovação, na qualidade do serviço prestado aos clientes e numa cultura orientada para a confiança, a eficiência e a criação de valor sustentável.

Este percurso não seria possível sem o contributo dos colaboradores do Santander. O empenho, o profissionalismo e o sentido de compromisso que partilham e promovem são determinantes para a solidez e a reputação da instituição.

O ano de 2026 será de transformação, num contexto em que se intensificam as exigências sobre o papel das instituições financeiras na promoção de um crescimento mais sustentável, inclusivo e responsável. O Santander mantém-se plenamente comprometido com os objetivos de desenvolvimento sustentável, promovendo o acesso das famílias à habitação e apoiando de forma consistente a transição digital e energética das empresas, enquanto fatores estruturais de competitividade e progresso económico.

Este percurso de transformação assenta numa governação sólida, numa gestão prudente dos riscos e numa visão de longo prazo, reforçando relações de proximidade, compromisso e confiança com clientes, colaboradores – e a sociedade em geral. É com este sentido de responsabilidade e continuidade que encaramos o futuro de uma instituição bancária de referência como o Santander.

Em 2026, vamos continuar a transformar vidas.



José Carlos Sítima

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva



O ano de 2025 foi exigente. Num contexto internacional instável, com pressões geopolíticas persistentes e uma economia global mais fragmentada, o setor financeiro viveu meses de ajustamento - da normalização das taxas de juro à mudança das condições de financiamento. Foi um ano que testou a capacidade de adaptação de países, empresas e famílias.

Neste cenário, confirmámos a força do nosso modelo. Operámos com foco na execução da estratégia, proximidade aos clientes e disciplina na gestão do risco. A descida progressiva das taxas diretoras do BCE teve impacto direto na margem financeira, mas a dinâmica comercial, a qualidade do serviço e a eficiência operacional permitiram-nos sustentar o crescimento do negócio e reforçar a base de clientes. Mantivemos critérios prudentes na concessão de crédito e uma gestão rigorosa dos riscos, reforçando a solidez do banco e a sua capacidade para apoiar a economia em diferentes ciclos.

Os resultados de 2025 traduzem esse caminho. Encerrámos o ano como um banco de referência na rentabilidade do setor: com um RoTE de 31,8% e um resultado líquido de 963,8 milhões de euros, somos o banco mais rentável em Portugal, o mais rentável no Grupo Santander e um dos mais rentáveis na Europa. Crescemos também na base de clientes, com mais 40 mil clientes ativos e 64 mil clientes digitais, confirmando a confiança no nosso serviço e na nossa proposta de valor.

No crédito, consolidámos uma posição competitiva sólida, com especial destaque na habitação: originámos um em cada cinco novos créditos à habitação, reforçando o nosso papel como parceiro de referência das famílias - em particular dos mais jovens. Em paralelo, continuámos a apoiar o investimento e a atividade das empresas, acompanhando projetos de crescimento, modernização e internacionalização, essenciais para a competitividade do país. No domínio da transição sustentável, concretizámos 2,5 mil milhões de euros em financiamento sustentável, contribuindo para acelerar a transformação da economia.

A transformação do banco continuou a ser uma prioridade, com um objetivo simples: tornar a vida do cliente mais fácil e a relação com o Santander mais rápida, segura e conveniente. Investimos em processos e tecnologia para reduzir fricções, melhorar a experiência e reforçar a confiança - sem perder o que nos distingue: a proximidade e o serviço.

Também continuámos a inovar na forma como estamos presentes nas comunidades. A expansão da rede Work Cafés - espaços abertos a clientes e não clientes, com co-working gratuito, salas de reunião e cafetaria, em horário alargado - reforça a nossa ambição de criar novos pontos de contacto e valor para as pessoas. Até ao final de 2027, o objetivo é alcançar 30 Work Cafés em Portugal.

A nossa responsabilidade vai além da atividade bancária. Mantemos a convicção de que o desenvolvimento do país exige compromisso continuado com a Educação e com a inclusão de oportunidades. Como escreveu Ana Botín, "as empresas devem investir não só nas competências dos colaboradores, mas também na sociedade". Há quase três décadas que apoiamos universidades e, no conjunto do Grupo, já investimos mais de 2,4 mil milhões de euros em Educação. Através da Fundação Santander Portugal, continuamos a promover iniciativas com impacto real: em Portugal, mais de 1 em cada 3 universitários é impactado pelo Santander e, em 2025, apoiámos mais de 200 mil portugueses através de bolsas, formação gratuita e projetos sociais. Nos últimos quatro anos, foram mais de 500 mil. E este esforço foi novamente reconhecido com o Prémio Merco Talento Universitário, pelo segundo ano consecutivo.

O banco entra em 2026 com uma visão clara. O ano traz desafios: a evolução do contexto global, a incerteza geopolítica, conflitos regionais, o impacto de processos eleitorais e a necessidade de atrair e reter talento qualificado continuarão a influenciar o panorama económico e financeiro. Encaramos este ambiente com realismo e ambição: proteger a solidez do banco, aprofundar a relação com clientes particulares e empresariais, acelerar a transformação e reforçar a eficiência - sempre com disciplina e capacidade de adaptação.

Queremos também reforçar o contributo do Santander para a economia nacional: apoiar o investimento, promover a literacia financeira e mobilizar instrumentos europeus que são decisivos para a modernização e para a competitividade do país. E continuaremos a investir nas nossas pessoas - na formação, na mobilidade, na liderança e no bem-estar - porque não há transformação sustentável sem equipas preparadas e motivadas.

A todos os colaboradores, clientes e parceiros, deixo um agradecimento sincero pela confiança demonstrada em 2025. Orgulho-me do trabalho feito e da forma como mantivemos o Santander Portugal como a instituição bancária mais rentável e eficiente do país. O presente e o futuro exigem disciplina e visão, mas também escuta e capacidade de evoluir. Mantemos o compromisso de agir com transparência e de apoiar a economia real, criando valor de forma responsável, prudente e ambiciosa.



Pedro Castro e Almeida

Cultura Corporativa, Prémios, Distinções e Outros Factos Relevantes em 2025

O Santander em Portugal

O Santander Portugal continua a ser um banco de referência do sistema financeiro português, que tem como missão contribuir para o desenvolvimento das pessoas e das empresas. Servindo cerca de 3,0 milhões de clientes, o Santander tem como visão ser a melhor plataforma aberta de serviços financeiros, atuando de forma responsável e conquistando a confiança dos colaboradores, clientes, acionistas e sociedade.

O Banco continua a investir na digitalização, na simplificação de processos e na inovação, prestando um serviço mais próximo e personalizado aos seus clientes, de modo a proporcionar-lhes a melhor experiência possível. Nesse sentido, tem vindo disponibilizar novas funcionalidades, em complemento à rede física, no quadro do seu ímpeto em ser um banco digital com agências. Em simultâneo, prossegue a aposta nos balcões de nova geração. Os Work Cafés são o melhor exemplo desta evolução: espaços modernos, de proximidade e colaboração, que reforçam o atendimento presencial e aproximam o banco das comunidades, tendo sido aberto em 2025 um novo espaço na cidade do Porto e, já em 2026, o quinto Work Café, localizado na Avenida Dom Carlos I, em Lisboa.



Work Café Santander

Esta transformação tem contribuído para o crescimento do número de clientes digitais, que já ultrapassa os 1,32 milhões, representando 68% do total de clientes ativos.

Por outro lado, o Banco pretende contribuir para a construção de uma economia mais sustentável e, para isso, está a ajudar os seus clientes a realizar escolhas sustentáveis e na transição para um modelo de negócios *net zero*. Em 2025, o banco concedeu 2,5 mil milhões de euros em financiamento sustentável.

O Santander lançou um seguro de saúde inovador, o One Care que vai além das coberturas tradicionais. Integrado com serviços bancários e um ecossistema de parcerias exclusivas. O OneCare não tem limite de idade, visando uma experiência completa e acessível a todos. Aposta na medicina preventiva e conta um Assistente de Saúde 24/7 que acompanha continuamente os clientes com alertas, marcações, esclarecimento de dúvidas e suporte personalizado. Todas as funcionalidades estão disponíveis na App OneCare, que oferece benefícios e descontos exclusivos para os clientes.

Impacto na sociedade

Criada em 2022, a Fundação Santander já beneficiou 304 mil portugueses, com um investimento total de 21,4 milhões de euros. Mais de metade deste valor foi dedicado à educação, uma prioridade assumida pelo Santander como motor essencial de progresso social e económico.

Durante 2025 foram apresentados ainda dois relatórios globais: o *"Tomorrow's Skills"*, que revela que o paradigma tradicional de estudar apenas uma vez na vida já não é suficiente num mundo em constante mudança económica, tecnológica e social; e *"O Valor de Aprender – Perspetivas Globais sobre Educação Financeira"*, que evidencia um défice entre a perceção e o conhecimento real dos portugueses sobre estes temas, num momento em que a literacia financeira ganha crescente relevância no país, num contexto de taxas de juro voláteis e de pressão sobre o custo de vida.

Ainda no plano da literacia financeira, e para promover desde cedo hábitos de poupança e o contacto com conceitos básicos da vida económica, o banco abriu um balcão Santander na KidZania, onde as crianças podem ser bancários por um dia e aprender, de forma lúdica, como funciona uma instituição financeira.



Balcão Santander na KidZania

Prémios, distinções e outros factos relevantes em 2025



Banco do Ano em Portugal

O Santander foi eleito **"Banco do Ano"** em Portugal pela revista *The Banker*, do grupo *Financial Times*, nos **The Banker Awards 2025**.

Reconhecidos como um dos prémios mais prestigiados do setor financeiro a nível global, valorizam instituições que se destacam pela rentabilidade, inovação tecnológica, execução estratégica e qualidade de serviço ao cliente.

O Santander foi distinguido como o **"Melhor Banco em Portugal"** pela revista *Euromoney*, no âmbito dos **Euromoney Awards for Excellence 2025**.

A publicação reconheceu a performance do Santander Portugal em 2024, período em que o banco apresentou resultados muito positivos, fruto da transformação comercial e digital que tem vindo a ser realizada ao longo dos últimos anos.

Melhor Banco em Portugal



Melhor Banco em Portugal

O Santander foi premiado como o **"Melhor Banco em Portugal"** pela revista norte-americana *Global Finance*, no âmbito dos **"World's Best Banks 2025"**. A avaliação tem por base critérios como rentabilidade, crescimento de ativos, dimensão geográfica, relações estratégicas, desenvolvimento de novos negócios e inovação em produtos. Na edição deste ano, a análise da *Global Finance* valorizou também a diversidade de serviços, a estabilidade a longo prazo e a capacidade de inovação tecnológica.

O Santander foi eleito o **"Melhor Banco de Retalho"** em Portugal pela revista *World Finance*, no âmbito dos **World Finance Banking Awards 2025**.

Na base da avaliação da publicação estiveram critérios como liderança, inovação e capacidade para crescer num contexto de pressão, avançando ainda que "são as instituições que estão a estabelecer padrões de referência para um crescimento responsável e a repensar o futuro da banca global".

Melhor Banco de Retalho em Portugal



Melhor Banco para PME em Portugal

O Santander é, pelo quinto ano consecutivo, o **"Melhor Banco para PME"** em Portugal. O prémio, atribuído pela revista *Global Finance*, no âmbito dos **"SME Bank Awards"**, distingue as instituições financeiras que melhor respondem às necessidades das PME nos seus mercados, reconhecendo o apoio prestado e a qualidade dos serviços oferecidos.

O **Private Banking** do Santander foi eleito também o melhor em Portugal pela revista *Global Finance*, no âmbito dos **The World's Best Private Banks 2025**, o que aconteceu pela 10.^a vez consecutiva.

Idêntico reconhecimento foi atribuído pela revista *World Finance*, no âmbito dos **World Finance Banking Awards 2025**, que elegeu o Santander como o "**Melhor Private Banking**" de Portugal.

Melhor *Private Banking* em Portugal



Outros Prémios e Distinções



Top Employer 2025
Top Employers
Institute

O Santander foi reconhecido como **Top Employer 2025** em Portugal, pelo **Top Employers Institute**. Esta certificação, que o Banco recebe pelo terceiro ano consecutivo, é atribuída às organizações com as melhores políticas e práticas de gestão de pessoas, considerando variáveis como ambiente de trabalho, aquisição e retenção de talento, aprendizagem e desenvolvimento, saúde e bem-estar, diversidade, equidade e inclusão, entre outros.

O Santander foi distinguido, pelo 6.^o ano consecutivo, na categoria "**Settlement & Custody**", nos Euronext Lisbon Awards 2025. Na Categoria *Sustainable Finance* destes prémios, fomos finalistas com o projeto "**Center for Sustainable Finance**", uma parceria entre a Fundação Santander Portugal e a Universidade Católica de Lisboa.

Melhor *Settlement & Custody* – Euronext
Lisbon Awards



Enquadramento da Atividade

Economia Internacional

Em 2025, a economia mundial manteve um ritmo de crescimento moderado e relativamente estável, apesar de um contexto geopolítico e comercial mais fragmentado e de uma transição gradual para condições monetárias menos restritivas.

Em linha com as promessas eleitorais em matéria de política comercial e tarifas aduaneiras, a 2 de abril de 2025 o Presidente Trump anunciou as “Tarifas Recíprocas”, aplicáveis aos principais parceiros comerciais, com efeitos a partir da semana seguinte (9 de abril).

As exportações dos diferentes países e blocos comerciais passariam a ficar sujeitas a tarifas aduaneiras entre 10% (Reino Unido), 20% (União Europeia) e 37% (China), podendo alguns parceiros de menor dimensão enfrentar tarifas próximas de 50%.

A instabilidade gerada pelo anúncio – com forte perturbação nos principais mercados financeiros – levou ao adiamento das tarifas por um período de 90 dias, prazo que foi sucessivamente prorrogado até 1 de agosto, para permitir a negociação de acordos comerciais.

Adicionalmente, manteve-se a possibilidade de aplicação de tarifas adicionais a produtos específicos, como o aço e o alumínio, ou a produtos farmacêuticos.

Entretanto, foram alcançados acordos com o Reino Unido (tarifa de 10%), com a União Europeia (15%, abrangendo cerca de 70% dos bens exportados, incluindo automóveis e produtos farmacêuticos) e um acordo parcial com a China.

Ainda assim, já em fevereiro de 2026, o Supremo Tribunal dos EUA declarou ilegais as tarifas impostas ao abrigo da IEEPA. Em resposta, a Administração anunciou novas tarifas (ao abrigo da Secção 122) de 15% e reavaliou a utilização de medidas adicionais.

Apesar deste contexto, o FMI, na atualização de janeiro de 2026 do *World Economic Outlook*, estimou que o PIB mundial terá crescido 3,3% em 2025 (o mesmo ritmo de 2024), refletindo resiliência face aos novos choques associados à alteração da política comercial dos EUA.

A economia global pode, assim, ser descrita como “estável, mas frágil”: a desinflação prosseguiu, as condições financeiras melhoraram e o investimento associado à digitalização e à inteligência artificial (IA) ganhou peso; em contrapartida, a incerteza de política económica permaneceu elevada e as barreiras ao comércio aumentaram, condicionando o investimento e o comércio internacional.

A divergência entre economias avançadas e emergentes manteve-se em 2025. O FMI estima um crescimento de 1,7%

nas economias avançadas, contrastando com 4,4% nas economias emergentes e em desenvolvimento. A Ásia emergente permaneceu o principal motor do crescimento global, embora sem recuperar os ritmos observados antes da pandemia.

Num contexto de crescimento moderado, a composição da atividade ganhou relevância: a procura interna manteve-se resiliente em várias economias, enquanto o comércio mundial beneficiou de nichos específicos (tecnologia/IA) que compensaram a perda de dinamismo noutros bens.

Crescimento Económico Mundial

	2024	2025E	2026P
Mundo	3,3	3,3	3,3
Países Avançados	1,8	1,7	1,8
EUA	2,8	2,1	2,4
UEM	0,9	1,4	1,3
Reino Unido	1,1	1,4	1,3
Japão	-0,2	1,1	0,7
Países em Desenvolvimento	4,3	4,4	4,2
África	4,1	4,4	4,6
Ásia	5,3	5,4	5,0
China	5,0	5,0	4,5
Europa de Leste	3,5	2,0	2,3
Médio Oriente	2,7	3,7	3,9
América Latina	2,4	2,4	2,2
Brasil	3,4	2,5	1,6

Fonte: FMI (janeiro de 2026)

O volume do comércio mundial de bens e serviços aumentou 4,1% em 2025, de acordo com as estimativas do FMI, refletindo um ano de recuperação face a 2024. No primeiro semestre de 2025, o comércio foi suportado por um forte dinamismo do setor tecnológico, com os fluxos de bens “AI-enabling” (habilitadores de IA) a contribuírem de forma expressiva para o crescimento do comércio, no 2.º trimestre de 2025.

De igual modo, parte do dinamismo do comércio no início de 2025 refletiu a antecipação (“front-loading”) de transações, perante as expectativas de aumento de tarifas. Este efeito temporário sustentou a atividade no curto prazo, mas elevou os riscos de arrefecimento subsequente, à medida que essa antecipação se for dissipando.

Para além do crescimento agregado, 2025 foi marcado por alterações na composição da procura e por sinais de “normalização” pós-pandemia: abrandamento progressivo do consumo suportado pelo excesso de poupança em algumas economias, maior seletividade do investimento e reequilíbrio gradual entre bens e serviços.

Este padrão é consistente com um ciclo de investimento em infraestruturas digitais e capacidade computacional, visível na

procura por semicondutores, hardware e serviços associados, com efeitos relevantes sobre exportações na Ásia e sobre o investimento em economias como os Estados Unidos.

A inflação global manteve uma trajetória descendente, mas com desaceleração mais lenta do que em 2023-24, para cerca de 4,1% (5,8% em 2024): 2,5% nas economias avançadas (convergingindo para perto dos objetivos dos bancos centrais) e 5,2% nas economias emergentes e em desenvolvimento.

A desinflação em 2025 foi apoiada pelo arrefecimento dos preços da energia, pela normalização das cadeias de abastecimento e por condições monetárias ainda restritivas em parte do ano. Ao mesmo tempo, a inflação subjacente (em especial em serviços) manteve alguma persistência, refletindo pressões salariais e rigidez em componentes menos transacionáveis.

Os EUA mantiveram, em 2025, um desempenho superior ao da maioria das economias avançadas, com o PIB a crescer 2,1%, desacelerando face a 2,8% em 2024, mas ainda consistente com uma procura interna resiliente.

O consumo privado continuou a ser a componente com maior contributo para o crescimento, embora as famílias tenham evidenciado preocupação com o custo de vida e com expectativas de inflação ainda elevadas, em particular devido à persistência da inflação subjacente.

Em 2025, a inflação desacelerou mais lentamente, para 2,7%, evolução sobretudo explicada pela componente subjacente (que exclui alimentação e energia), que se manteve em 2,6%, acima do objetivo da Reserva Federal.

No mercado de trabalho, as estimativas de criação de emprego foram sucessivamente revistas em baixa; a taxa de desemprego situou-se em torno de 4,5%, sem impedir que os salários continuassem a crescer acima da inflação (cerca de 3,7%).

O investimento beneficiou do foco em infraestruturas digitais e na adoção da IA, com a construção de centros de dados a assumir já um peso relevante no investimento em construção não residencial.

A Reserva Federal prosseguiu uma política de alívio gradual, com uma redução muito moderada das taxas de juro de referência. Apesar da pressão da Administração Trump para uma atuação mais rápida, reduziu a taxa dos Fed funds por três vezes, num total de 75 pb, para 3,50%-3,75%. Por outro lado, suspendeu o programa de redução do balanço (*quantitative tightening*), depois de ter começado por abrandar o ritmo de contração.

Na China, o PIB terá crescido cerca de 5%, em linha com o observado no ano anterior, embora beneficiando também de fatores temporários, nomeadamente da antecipação de exportações para os EUA, preventivamente à imposição de tarifas, que compensaram os efeitos associados à continuidade do ajustamento no imobiliário e à dissipação de estímulos

orçamentais.

A **Índia** destacou-se, com crescimento estimado de 7,3% em 2025, confirmando a manutenção de um diferencial positivo face a outras grandes economias. Este desempenho ajuda a explicar a contribuição persistente da Ásia para o crescimento mundial.

No Japão, o PIB terá crescido 1,1% em 2025, após um desempenho fraco em 2024 (-0,2%), numa recuperação moderada ainda condicionada por fatores demográficos, pela estrutura produtiva e pela dinâmica de preços. A inflação manteve-se acima de 2%, tanto no índice geral (2,1%) como no subjacente (2,4%). Neste contexto, o Banco do Japão subiu as taxas de juro no início de 2025 em 25 pb, para 0,50%, orientação que foi reafirmada em meados do ano.

No Reino Unido, a atividade acelerou apenas ligeiramente, com o PIB a crescer 1,4% em 2025. Contudo, ao longo do ano permaneceram condicionantes de política orçamental, com dúvidas quanto à capacidade de reduzir o défice orçamental sem aumentar os impostos sobre o rendimento ou reduzir mais marcadamente a despesa pública. A inflação desacelerou, mas permaneceu acima de 3%, o que não impediu que o Banco de Inglaterra reagisse aos riscos de abrandamento da atividade e ao contexto de incerteza, com quatro cortes da principal taxa de juro, num total de 1 pp, para 3,75%.

Na **zona euro,** o crescimento recuperou face ao ritmo anémico de 2024 (1,4% face a 0,9% no ano anterior), num quadro de procura interna mais sustentada pela desaceleração da inflação e pela melhoria gradual das condições financeiras.

A heterogeneidade dentro da zona euro manteve-se marcada, com os países ditos periféricos (nomeadamente, Portugal e Espanha) a crescerem mais do que as economias core: crescimentos de 1,9% e 2,9%, respetivamente, comparativamente com 0,2% na Alemanha, 0,8% em França e 0,5% em Itália, refletindo diferenças estruturais, dinâmica do consumo e exposição setorial ao comércio e à indústria.

Na Alemanha, 2025 marcou a saída da contração de 2024 (-0,5%), mas com crescimento ainda baixo (0,2%), num contexto de ajustamento industrial, investimento condicionado e procura externa menos favorável.

As eleições gerais no início do ano resultaram num novo Governo liderado pela CDU, que adotou um conjunto de medidas destinadas a estimular o crescimento no curto/médio prazo. Destaca-se o alívio do travão da dívida pública, que deverá permitir financiar um ambicioso programa de infraestruturas (500 mil milhões de euros), bem como o aumento da despesa em defesa.

Em **França e Itália,** a recuperação foi gradual, limitada por condições financeiras ainda apertadas em parte do ano, pela necessidade de ajustamento orçamental e por níveis de confiança que melhoraram, mas sem regressarem plenamente

aos padrões pré-pandemia. Em França, a instabilidade política permaneceu elevada, com a nomeação de vários governos; a aprovação do orçamento exigiu a suspensão de algumas reformas (como a das pensões).

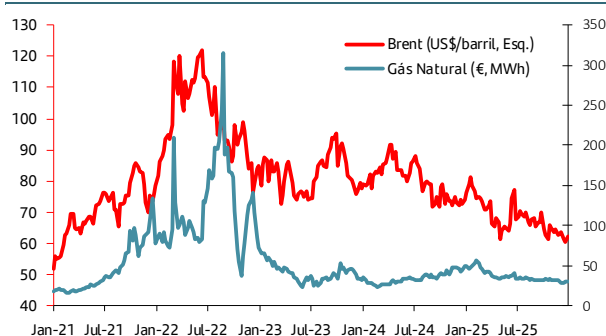
Em **Espanha**, o crescimento permaneceu elevado em 2025, suportado pela procura interna e pelos serviços (incluindo turismo), mas com expectativas de moderação no horizonte seguinte, à medida que o impulso cíclico se reduz.

O **mercado de trabalho** continuou a caracterizar-se por elevados níveis de emprego, tendo a taxa de desemprego oscilado em torno de 6,2% durante a maior parte do ano, contribuindo para a resiliência do consumo privado.

A **inflação** continuou a desacelerar de forma moderada: no final de 2025, a inflação total já se situava em 2,0%, mas a inflação subjacente (que exclui alimentação e energia) mantinha-se em 2,3%, ligeiramente acima do objetivo de 2,0%.

Reconhecendo a convergência da inflação para o objetivo, o Banco Central Europeu prosseguiu a sua política de redução das taxas de juro, com quatro cortes no 1.º semestre do ano. Em junho, a taxa de depósito situava-se em 2,0%, 1 pp abaixo do nível observado no final de 2024.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Gás Natural, em EUR por MWh



Fonte: Bloomberg

Ao nível dos preços das **matérias-primas**, observou-se uma divergência de comportamento. Por um lado, ocorreu uma descida dos preços do **petróleo**, em cerca de 20% em média anual, para USD 60/barril no final de 2025. Em junho, houve uma escalada no conflito entre Israel e o Irão (a "Guerra dos 12 dias"), com impacto temporário sobre o preço do petróleo, entretanto dissipado com o fim do conflito e com o aumento da produção pela OPEP+.

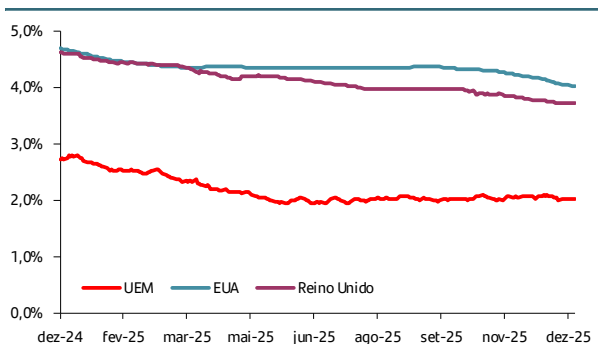
Os preços das **matérias-primas não energéticas** cresceram, em média, cerca de 9%, revelando pressões em alguns segmentos e produtos industriais (como o aço) e alimentares.

A evolução das taxas de juro de curto prazo refletiu a condução da política monetária pelos principais bancos centrais.

Ao longo do ano, como referido, as taxas de juro de referência descenderam 75 pb nos EUA e 100 pb na zona euro e no Reino

Unido, respetivamente, embora com trajetórias diferenciadas ao longo do ano.

Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

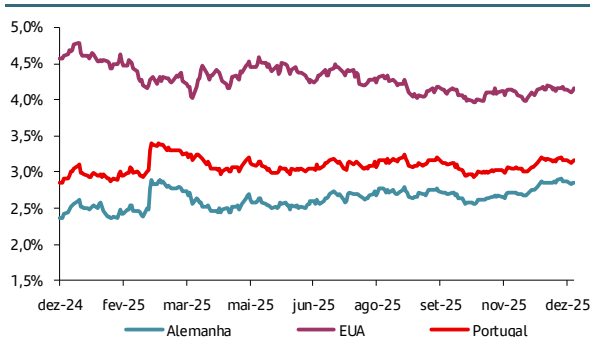
O BCE terminou o seu ciclo de descida em junho, colocando a taxa de depósito em 2,0%; a partir dessa data, as taxas Euribor passaram a oscilar em torno desse valor.

Nos EUA, a Reserva Federal manteve as taxas inalteradas até setembro, quando iniciou um ciclo de três cortes (setembro, outubro e dezembro). Em resultado, as taxas a 3 meses do dólar norte-americano permaneceram acima de 4% durante a maior parte do ano, reduzindo-se apenas com o retomar do ciclo de descida.

No Reino Unido, houve duas pausas no ciclo de descida, em março e novembro, sinalizando a necessidade de maior desaceleração da inflação. O corte de dezembro foi decidido por margem mínima, evidenciando o foco ainda colocado sobre a necessidade de a inflação convergir para o objetivo de 2%.

As **taxas de juro de longo prazo** revelaram menor volatilidade do que no ano transato, apesar dos vários eventos geopolíticos e geoeconómicos que caracterizaram o ano.

Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

Nos EUA, as **yields** descenderam, sobretudo a partir do segundo semestre do ano, apesar da aprovação da "One Big Beautiful Bill", com a extensão de estímulos fiscais e a redução de despesa (sobretudo social), mas que poderá ter um custo superior a 3 triliões de dólares, num horizonte de 10 anos. No

final do ano, a *yield* a 10 anos situava-se em 4,2%, uma redução de cerca de 40 pb face ao final de 2024.

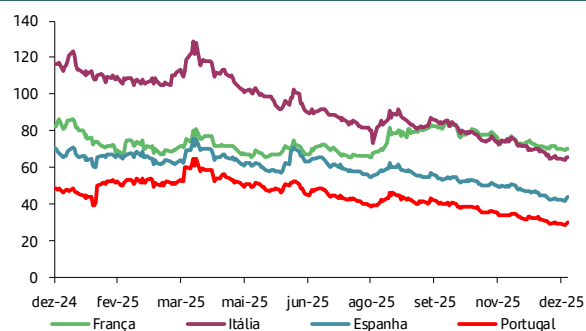
Na Europa, pelo contrário, as *yields* subiram, ainda que de forma não muito pronunciada: a *yield* alemã para os 10 anos aumentou cerca de 50 pb, para 2,85%. A principal razão prendeu-se com alterações na política orçamental na Alemanha, com o alívio do travão da dívida pública e com o programa de estímulos assente em investimentos em infraestruturas e defesa.

Fruto destes fatores, observou-se, em 2025, um estreitamento dos **diferenciais de taxas de juro soberanas** face à Alemanha, de forma relativamente generalizada.

A exceção foi França, onde as dificuldades na aprovação do orçamento, combinadas com a formação de novos governos, trouxeram alguma volatilidade no segundo semestre do ano, parcialmente revertendo os ganhos do início do ano.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo

face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

Em resultado, no final de dezembro, a *yield* francesa a 10 anos estava 70 pb acima da alemã, o que compara com um diferencial de 30 pb em Portugal e de 44 pb em Espanha. Mais relevante, o diferencial da dívida francesa ultrapassou o da dívida italiana que, em 2025, registou um estreitamento significativo para 66 pb (-50 pb face ao final de 2024).

Merece igualmente destaque a clara melhoria da perceção de risco, por parte dos investidores, relativamente à dívida portuguesa, processo que já se tinha iniciado em 2024. Portugal passou a ter o menor diferencial face à dívida alemã desde antes da Grande Crise Financeira.

Esta evolução continuou a refletir a melhoria do quadro orçamental, com excedente global e redução sustentada do rácio da dívida pública, em contraciclo com a maioria dos pares europeus. Em 2025, o rácio da dívida pública portuguesa caiu abaixo de 90% do PIB. No mesmo ano, a notação de risco da República Portuguesa foi revista em alta em dois *notches*, para A+, pela agência S&P, e em um *notch*, para A (high), pela DBRS.

No **mercado cambial**, o **euro** apreciou-se face à generalidade das divisas, em particular face ao dólar norte-americano, que foi especialmente afetado pela instabilidade gerada pelas tarifas

após o "Dia da Libertação" (2 de abril de 2025).

Em 2024, a narrativa associada à evolução da taxa de câmbio do euro-dólar esteve relacionada com o facto de a zona euro poder ser a região mais afetada pela imposição de tarifas. Em 2025, o que se observou foi um movimento de aversão ao risco, em que o dólar foi preterido enquanto divisa. Em resultado, a taxa de câmbio apreciou de 1,03 dólares para cerca de 1,18 dólares no final do ano (+13%), com picos pontuais acima desse nível durante o segundo semestre.

Esta evolução relançou a discussão quanto aos riscos de maior desinflação na zona euro e/ou riscos de maior abrandamento da atividade, mas sem repercussões em termos de intervenção do BCE.

Face à **libra esterlina**, o euro também apreciou cerca de 5%, para 0,87 libras no final do ano, num movimento que se consolidou no segundo semestre. Os receios quanto à política orçamental britânica penalizaram a libra.

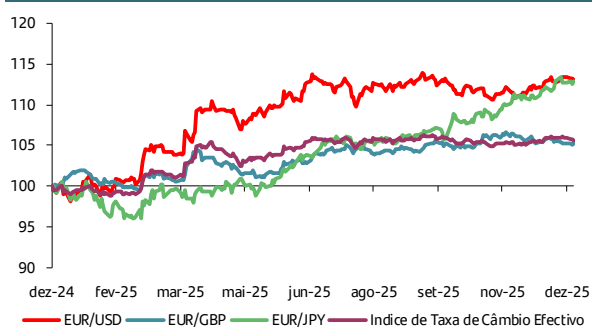
Face ao dólar, a libra apreciou de cerca de 0,8 libras por dólar para 0,74 libras no final do ano (+7%).

Relativamente ao **iene japonês**, o euro apreciou cerca de 13%, para 184 ienes por euro. A taxa de câmbio do iene face ao dólar registou uma forte apreciação no primeiro quadrimestre do ano, atingindo 140 ienes por dólar, para posteriormente reverter tendência e recuperar os 155 ienes observados no início de 2025.

Em resultado destes movimentos conjuntos, a taxa de câmbio efetiva do euro, que agrega as divisas das principais economias de referência para a zona euro, apreciou cerca de 6%.

Taxas de Câmbio

(Dez-2024 = 100)



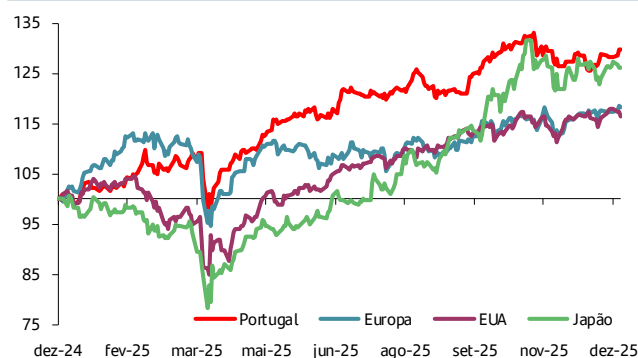
Fonte: BCE

Os **mercados acionistas** voltaram a registar uma valorização de relevo em 2025, apesar de elevada volatilidade no segundo trimestre do ano, apoiados pelos bons resultados das empresas e, sobretudo, pela vaga de investimento (efetivo e anunciado) relacionada com a disseminação massiva da IA.

O "Dia da Libertação", com o anúncio das tarifas recíprocas por Donald Trump, gerou um período de elevada volatilidade e correção nos mercados acionistas, com o S&P 500 a desvalorizar cerca de 15% face ao início do ano.

Mercados Acionistas

(Dez-24 = 100)



Fonte: Bloomberg

A reversão das primeiras medidas tarifárias e os vários acordos negociados nos meses seguintes permitiram uma recuperação rápida, pelo que a generalidade dos índices internacionais terminou o ano em máximos históricos (ou muito próximos): o índice norte-americano (**S&P 500**), com uma valorização de 16,4%, o japonês (Nikkei) com 26,2%, o pan-europeu (Euro Stoxx 50) com 18,3% e o britânico (**FTSE**) com 21,5%.

Em **Portugal**, o índice **PSI** destacou-se com uma forte valorização (+30%), de forma relativamente generalizada. Doze das 16 empresas que integram o índice valorizaram, com destaque para a banca, retalho, indústria e *utilities*.

O **ouro** manteve uma trajetória de valorização contínua, terminando 2025 nos 4.314 dólares, refletindo o seu papel de refúgio num contexto de elevada incerteza geopolítica e geoeconómica.

Economia Portuguesa

Em 2025, a economia portuguesa manteve um ritmo sólido de crescimento (1,9%), embora em desaceleração face aos 2,2% do ano transato (revistos em alta face à estimativa inicial de 1,9%). Mais relevante, continuou a crescer acima da sua tendência de médio prazo e a um ritmo superior ao da zona euro.

O crescimento foi suportado sobretudo pela procura interna, que permitiu acomodar o aumento da incerteza geopolítica e a menor dinâmica da procura externa.

A situação de pleno emprego continuou a sustentar um crescimento robusto do consumo privado, enquanto o investimento beneficiou da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

À semelhança de anos anteriores, a evolução intra-anual foi diferenciada. No primeiro trimestre, o PIB contraiu 0,3%, refletindo efeitos de base, uma vez que no final de 2024 o Governo tinha adotado um conjunto de medidas com impacto sobre o rendimento das famílias e o consumo privado (redução do IRS e pagamento de uma prestação suplementar aos pensionistas). Nos trimestres seguintes, a atividade recuperou, com crescimentos em cadeia de 0,7%, 0,6% e 0,9% (o 4.º trimestre voltou a ser influenciado por medidas de apoio ao rendimento das famílias, idênticas às de 2024).

Portugal - Dados Macroeconómicos

	2023	2024	2025
PIB	3,1	2,2	1,9
Consumo Privado	2,4	3,0	3,5
Consumo Público	1,8	1,5	1,7
Investimento	1,9	3,8	5,7
Exportações	4,3	3,2	0,4
Importações	2,3	4,7	4,2
Inflação média	4,3	2,4	2,3
Desemprego	6,5	6,4	6,0
Saldo Orçamental (% do PIB)	1,3	0,5	0,3
Dívida pública (% do PIB)	96,9	93,6	89,7
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,9	3,3	2,7

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

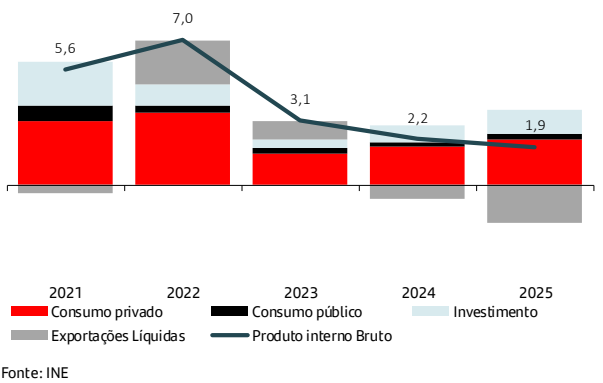
A procura interna reforçou o seu papel enquanto motor da economia, com um contributo de 3,7 pp para o crescimento do PIB, dos quais 2,2 pp do consumo privado e 1,2 pp do investimento. As exportações líquidas, por sua vez, ampliaram o contributo negativo para 1,8 pp, refletindo a quase estagnação das exportações.

O consumo privado cresceu 3,5% em 2025, ligeiramente mais rápido do que em 2024, beneficiando da recuperação do poder de compra das famílias, com ganhos salariais acima da inflação. Ainda assim, parte desses ganhos continuou a ser canalizada para poupança: no final do 3.º trimestre, a taxa de poupança situava-se em 12,5%, uma clara alteração estrutural face ao observado no período de 2015-2019. Este posicionamento das famílias refletiu-se também no indicador de confiança, que,

embora em linha com a média histórica, ainda não recuperou os níveis pré-pandemia.

A recuperação do poder de compra pelas famílias permitiu, contudo, uma alteração na estrutura da despesa de consumo, com maior crescimento das componentes discricionárias, como bens duradouros (+7,1%) e bens e serviços não alimentares (+3,4%).

Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)

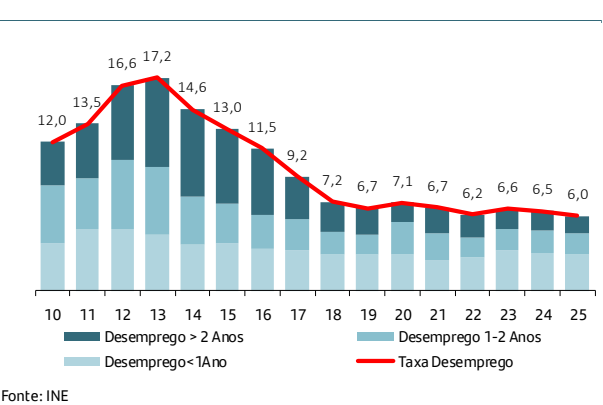


O mercado de trabalho continuou a caracterizar-se por uma situação de pleno emprego: a economia criou mais 191 mil empregos (atingindo o máximo de 5,34 milhões) e o desemprego reduziu-se em 42 mil pessoas, para 326 mil desempregados. Em resultado, a taxa de desemprego caiu para 5,8% no final do ano (6,0% em média anual).

Este maior crescimento do emprego relativamente ao PIB traduziu-se numa redução da produtividade (-0,4%).

A remuneração bruta total mensal média aumentou 5,6% em 2025, o que se traduziu num aumento real de 3,2%.

Taxa de Desemprego (%)



A inflação desacelerou de forma mais moderada, em linha com a dinâmica observada no conjunto da zona euro, para 2,3% em média anual. No final do ano, os preços cresciam 2,2% em termos homólogos. À semelhança do observado em 2024, os preços dos bens aumentaram a um ritmo mais contido (1,1%), incluindo uma redução de 0,2% nos preços dos bens energéticos, enquanto os preços dos serviços continuaram a

crescer de forma relevante (4,0%), refletindo também o dinamismo do mercado de trabalho.

A inflação subjacente, que exclui alimentação e energia, desacelerou igualmente para 2,3%.

O **investimento** acelerou marcadamente, com um crescimento de 5,7%, numa dinâmica em que a execução do PRR foi determinante. No final de fevereiro de 2026, os pagamentos já representavam 52% da dotação de 21,9 mil milhões de euros.

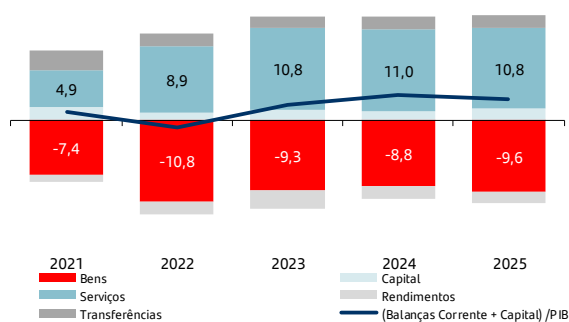
As componentes de equipamento de transporte (+2,1%), propriedade industrial (+5,0%) e construção (+5,5%) foram as que mais cresceram. Em contrapartida, a despesa de capital em outras máquinas e equipamentos contraiu 1,3%.

Em 2025, registou-se um ligeiro aumento da atividade de construção residencial, mas ainda manifestamente abaixo das necessidades do mercado: nos primeiros 9 meses do ano, foram construídos 20 mil fogos (+6,2%), valor muito inferior ao volume anual de transações, superior a 160 mil fogos.

As **exportações** de bens e serviços cresceram apenas 0,4% em 2025, com uma desaceleração profunda tanto ao nível dos bens (+0,3%) como dos serviços (+0,4%). Portugal reverteu a tendência e perdeu quota de mercado no comércio internacional, uma vez que a procura externa dirigida a Portugal terá crescido cerca de 4%.

As **importações** desaceleraram apenas marginalmente face a 2024, com um crescimento de 4,2%, sobretudo explicado pelos bens (+4,6%), possivelmente também refletindo a antecipação de fluxos devido ao contexto de incerteza relacionado com a política comercial dos EUA.

Balança Corrente e de Capital (% PIB)



Fonte: Banco de Portugal, INE

A **balança corrente e de capital** manteve uma posição excedentária de 2,7% do PIB, ligeiramente abaixo dos 3,3% observados em 2024, em grande medida em resultado da evolução da balança de bens, que agravou o défice. As demais componentes da balança corrente mantiveram-se estáveis. A balança de capitais, que reflete sobretudo os fundos europeus, ampliou o excedente para 1,5% do PIB, por maiores entradas de fundos relacionados com o PRR.

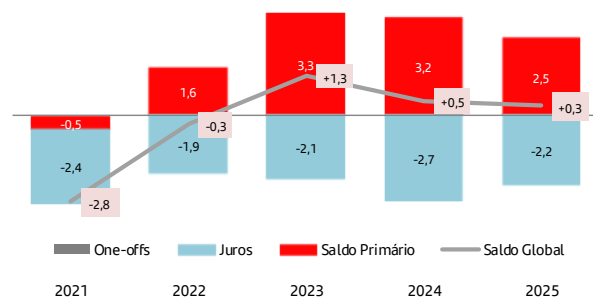
A **execução das contas públicas** continuou a evoluir favoravelmente, com o Ministério das Finanças a estimar um excedente de 0,3% do PIB, enquanto a dívida pública caiu para 89,7% do PIB.

A receita fiscal aumentou 4,1%, suportada sobretudo pela receita de impostos indiretos (+7,0%), onde se destaca o IVA (+10,3%), refletindo a resiliência da procura interna.

Os impostos diretos cresceram mais moderadamente (+1,0%), fruto das alterações ocorridas nas taxas de imposto, com a redução das taxas quer do IRS, quer do IRC, no quadro do alívio da carga fiscal que tem vindo a ser executado desde 2024.

A receita de contribuições sociais cresceu 5,4%, refletindo o dinamismo do mercado laboral, em termos de número de empregados e de aumento dos salários.

Saldo Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

A despesa primária continuou a crescer de forma dinâmica (+12,1%), acima da receita efetiva (+9,8%), sobretudo devido às medidas de reposição salarial na função pública e à atualização de prestações sociais. As despesas com pessoal cresceram 5,3% (com as remunerações certas a aumentar 7,0%), na sequência de negociações com vários grupos profissionais, incluindo atualizações salariais e alterações em carreiras e prémios. As prestações sociais aumentaram 6,7%, refletindo a atualização de pensões e o suplemento extraordinário, que voltou a ser pago em 2025. Por fim, os encargos com o serviço da dívida aumentaram 2,9%.

A descida das taxas de juro pelo BCE e a subsequente redução das taxas de juro dos novos depósitos contribuíram para relançar a procura por Certificados de Aforro, com subscrições líquidas de 3,4 mil milhões de euros em 2025. A normalização das taxas de juro refletiu-se também numa estabilização da taxa de juro da nova dívida em 3,4%, com a taxa de juro média do stock a subir ligeiramente para acima de 2%.

Como referido, a geração de um excedente primário continuou a contribuir para a redução da dívida pública que, no final de 2025, era de 89,7% do PIB (-3,0 pp face ao final de 2024).

O **endividamento** da economia portuguesa situou-se, em setembro de 2025, em 246% do PIB (-7 pp face ao final de 2024), com o setor das sociedades não financeiras privadas a totalizar 100% (-5 pp) e as famílias 56% do PIB (-1 pp), sendo o remanescente representado pela dívida pública. O período de crescimento económico acima do potencial tem sido aproveitado, de forma generalizada, para uma melhoria da solvência dos agentes económicos.

A continuação de um quadro de crescimento económico sustentado e de consolidação das contas públicas permitiu à República beneficiar de mais dois *upgrades* na notação de risco em 2025: a agência S&P reviu o *rating* duas vezes, para A+, e a DBRS reviu uma vez, para A (high). A Fitch atribui um rating de A- e a Moody's de A3.

O **setor bancário** caracterizou-se por um significativo crescimento dos volumes de negócio. Em 2025, o crédito aos particulares cresceu 9,0%, muito explicado pela dinâmica do crédito à habitação, que aumentou 9,6%. As medidas de apoio aos jovens para aquisição de habitação própria permanente, nomeadamente a garantia pública, tiveram um contributo importante, uma vez que os jovens foram responsáveis por cerca de 60% da originação de novas hipotecas.

O crédito a empresas cresceu também, embora de forma mais moderada, em 2,8%, revertendo a redução observada no ano anterior. O Banco Português de Fomento lançou novas linhas com garantia pública, o que contribuiu para esta dinâmica, em especial para as empresas de menor dimensão.

Os recursos de clientes também evoluíram de forma favorável (+5,9%). No segmento de particulares, em resultado da redução das taxas de juro, o maior crescimento ocorreu em aplicações fora de balanço (+16,2%), ou seja, em fundos de investimento e em seguros financeiros. Ao nível dos depósitos de particulares, o crescimento foi mais moderado (4,3%) e maioritariamente concentrado em depósitos à ordem (+7,5%, face a +2,1% no crescimento dos depósitos a prazo).

A conjuntura macroeconómica favorável continuou a contribuir para a melhoria da qualidade creditícia, tendo o rácio de *Non-Performing Loans* do sistema a situar-se em 2,3% no final do terceiro trimestre (-0,1 pp face ao final de 2024), com uma cobertura por imparidades de 55,9%.

Apesar do contexto de descida das taxas de juro, que afetou particularmente a margem financeira, a rentabilidade do setor foi menos afetada pelo controlo de custos e pela melhoria da qualidade do crédito, com menores imparidades. Nos 9 meses terminados em setembro de 2025, a rentabilidade do setor permanecia elevada, ascendendo a 1,3% na rentabilidade do ativo (-0,2 pp) e a 14,8% na dos capitais próprios (-0,3 pp).

Nota: texto redigido com a informação disponível até 23 de fevereiro de 2026.

Principais Riscos e Incertezas para 2026

Em 2026, a atividade económica global decorre num quadro caracterizado por elevados níveis de incerteza, influenciado por tensões geopolíticas persistentes, e um ajustamento estrutural na macroestrutura em que a economia global operou no período do pós-guerra, com o multilateralismo a dar lugar a relações bilaterais onde a dimensão económica é relevante. Por outro lado, apesar de a política monetária estar numa fase de alívio, os fatores de risco podem afetar as condições financeiras. A evolução destes fatores condicionará o comportamento da economia, os fluxos internacionais de comércio e capital e, consequentemente, o enquadramento operacional do setor bancário.

No plano internacional, a crescente fragmentação geoeconómica continua a redefinir padrões de produção, de investimento e de abastecimento, com impacto direto na estabilidade das cadeias de valor. A reorientação estratégica das grandes economias em torno de políticas industriais, energéticas e tecnológicas aumenta a probabilidade de medidas protecionistas adicionais, contribuindo para maior volatilidade e imprevisibilidade nas relações comerciais.

No dia 20 de fevereiro de 2026, o Supremo Tribunal dos EUA declarou ilegais as tarifas definidas ao abrigo da IEEPA e anunciadas pelo Presidente Trump em 2 de abril de 2025 (as “tarifas recíprocas”). Em resposta, a Administração Trump anunciou novas tarifas, de até 15%, ao abrigo de outras normas legais relativas à política aduaneira dos EUA. Esta alteração afeta mesmo os países que já tinham alcançado acordos com os EUA, como a União Europeia, cujo acordo abrangia cerca de 70% dos produtos exportados, deixando expostos setores como o têxtil, vestuário e calçado, ou a cortiça, para referir os mais relevantes para Portugal. Em resumo, apesar da existência de acordos (embora ainda em ratificação), existe um risco latente de instabilidade, com efeitos sobre a incerteza.

A continuação dos conflitos regionais é um fator de risco adicional. No fim de semana de 28 de fevereiro e 1 de março de 2026, os EUA e Israel iniciaram uma ofensiva militar contra o Irão, que decorre ainda (à data de 3 de março), com impactos sobre os mercados financeiros e, em especial, sobre os preços das matérias-primas energéticas. Materializam-se, deste modo, um dos riscos identificados, em que uma escalada regional da conflitualidade pode conduzir a perturbações nas rotas de distribuição de energia, uma subida dos preços do petróleo e gás, e maior volatilidade nos mercados financeiros, que podem aumentar as pressões inflacionistas, conduzir a um endurecimento das condições monetárias e com riscos negativos sobre o crescimento económico global e sobre a qualidade do crédito.

Este contexto de conflitos também contribui para manter um elevado nível de incerteza do ponto de vista de ciberrisco, com a possibilidade de ciberataques a setores e/ou infraestruturas críticas.

A economia europeia iniciou 2026 num contexto de crescimento moderado, embora sustentado, influenciado pelo desempenho desigual dos seus setores produtivos e pelo impacto prolongado de custos estruturais elevados. A implementação de políticas públicas associadas à transição energética e digital exige investimento significativo e pressiona a competitividade de algumas indústrias, ao mesmo tempo que coloca desafios ao equilíbrio orçamental de vários estados-membros. A dinâmica política europeia, marcada por processos exigentes, pode continuar a limitar a capacidade de resposta coordenada perante choques externos.

A economia portuguesa apresenta, no início de 2026 fundamentais sólidos, mas permanece sensível à evolução externa, visto ter no mercado europeu o seu principal mercado de exportação, estando assim particularmente vulnerável a uma eventual desaceleração mais pronunciada da atividade na União Europeia. Como fatores mitigantes, a economia portuguesa apresenta um mercado de trabalho sólido, com pleno emprego, reposição de poder de compra com aumentos salariais superiores à inflação, e com as famílias com maior poupança. As empresas também apresentam menor endividamento e maior capacidade de geração de cash-flow.

No setor bancário, antecipa-se a continuação de um ambiente marcado por exigências crescentes em matéria regulatória, prudencial e tecnológica. A pressão competitiva e a transformação digital mantêm-se como vetores centrais de atuação, exigindo capacidade de adaptação, disciplina no uso de capital e gestão rigorosa dos riscos. As tendências demográficas e a alteração dos comportamentos de consumo financeiro reforçam a importância da inovação e da eficiência operacional.

Portanto, e para o Santander em Portugal, o balanço de riscos está enviesado em baixa. O agravamento da incerteza global pode traduzir-se numa diminuição dos volumes de negócio, em especial do crédito, e um contexto de inflação mais persistente com baixo crescimento pode afetar a qualidade da carteira de crédito. As mitigantes enunciadas para a economia, conjuntamente com a apetência ao risco pelo Banco, podem moderar os efeitos adversos sobre a rentabilidade.

Num enquadramento global ainda sujeito a incerteza, o Banco continuará a privilegiar uma atuação prudente e sustentável, com foco na solidez financeira, na resiliência operacional, no reforço das capacidades digitais e na alocação eficiente de recursos, assegurando uma resposta adequada aos desafios e oportunidades que marcarão o exercício de 2026.

Perspetivas para 2026

Em 2026, a evolução da atividade do Santander em Portugal continuará dependente da evolução do contexto macroeconómico, nacional, mas sobretudo internacional.

Com efeito, Portugal beneficia de um contexto mais favorável relativamente aos seus pares europeus, materializado em crescimento sustentado em redor de 2% (e acima da tendência de longo prazo), de pleno emprego (com a taxa de desemprego em redor de 6% e mais de 5,3 milhões de pessoas empregadas), de famílias com maior poupança e menor endividamento, assim como de empresas mais sólidas, com níveis mais consolidados de rentabilidade e de autonomia financeira.

As contas públicas permanecem equilibradas, e com a geração de um excedente primário em redor de 2% do PIB, existem condições para poder responder a choques sem prejudicar a trajetória de redução da dívida pública, em rácio do PIB. As contas externas estão igualmente excedentárias, beneficiando da melhoria estrutural do comércio de bens e serviços, assim como dos fundos europeus, no quadro do Portugal 2030.

Neste sentido, os principais riscos que recaem sobre a economia portuguesa têm origem externa, com especial foco nos fatores de risco e incerteza enunciados no ponto anterior.

No cenário central, que incorpora alguns dos fatores de risco enunciados (ainda que sem agravamento face ao observado em 2025) a economia portuguesa poderá continuar a crescer em redor de 2%, com o desemprego em redor de 6%. O crescimento deverá ser sustentado pela dinâmica positiva, mas equilibrada do consumo privado, por um lado, e por outro, pela conclusão do Plano de Recuperação e Resiliência, que atinge o seu término em 2026, traduzido no crescimento do investimento.

A despesa de capital deverá ainda beneficiar de dois fatores. Por um lado, da execução do “Portugal 2030”, que continua a ser o principal instrumento de apoio ao investimento das empresas. Apesar da incerteza global, as empresas terão de continuar a investir para se adaptar ao novo contexto tecnológico, assim como acelerar a sua adaptação para fazer face a eventos climáticos mais extremos.

Este é o segundo fator, pois será necessário reconstruir as infraestruturas destruídas durante a tempestade Kristin, em 28 de janeiro, e que afetou particularmente a região Centro do país. A reposição e melhoria das infraestruturas contribuem para o PIB, enquanto os efeitos negativos resultam, na sua maioria, do encerramento temporário das atividades mais afetadas.

Em resultado, o Banco antecipa a continuação de um período de crescimento moderado dos volumes de negócio, tanto em crédito, como em depósitos, refletindo o investimento empresarial assim como a aquisição e habitação própria permanente, e, por outro lado, a manutenção de taxas de poupança sustentadas por parte das famílias, igualmente apoiados pela manutenção das taxas de juro por parte do Banco Central Europeu em redor dos atuais níveis (2% para a taxa de depósito).

Sem prejuízo deste contexto, deve manter-se uma cuidadosa monitorização da qualidade creditícia, atendendo ao facto de os principais riscos para a atividade económica estarem enviesados em baixa, assim como ao facto de os rácios de incumprimento estarem em mínimos históricos.

Em 2026, o Banco continuará focado na execução da sua estratégia orientada para a melhoria da experiência e satisfação do cliente, destacando-se i) a contínua otimização e simplificação de processos, focada na transacionalidade; ii) uma oferta simplificada, mas personalizada, alinhada às expectativas dos clientes, disponível nos canais digitais; iii) o crescimento em volumes de negócio, adaptado às necessidades dos clientes e com a adequada remuneração do capital; iv) no controlo rigoroso da qualidade creditícia; e v) na manutenção de uma sólida posição de capital e liquidez, em linha com os requisitos regulamentares.

O Santander em Portugal manterá, igualmente, o foco em ser o parceiro dos seus clientes, na transformação digital e climática, reforçando a sua posição através do financiamento de energias renováveis, e com a disponibilização de produtos e serviços financeiros sustentáveis. De igual modo, manterá o seu compromisso com a Sociedade, muito focado na Educação, incluindo um forte investimento no *reskilling* e *upskilling* das pessoas, enquanto alavanca estrutural para promover um maior desenvolvimento e crescimento do país e diminuir as desigualdades sociais.

Modelos de Serviço

Foi iniciado o plano de revitalização da área comercial, através da implementação de uma visão integrada e unificada do modelo de distribuição: presencial, assistida e digital, garantindo uma rede integrada, produtiva e orientada a processos standardizados, com **foco no NPS, crescimento comercial** sustentado e equipas envolvidas e com propósito.

Toda a área comercial está agora capacitada de **direcionadores em todos os balcões**, permitindo uma melhor gestão dos tempos médios de espera e otimização dos tempos médios de atendimento.

O Santander tem mais de 300 VTMs nos balcões, que aumentam a oferta de operativas self-service disponíveis ao cliente (pagamentos, levantamentos, depósitos em numerário e cheques), permitindo um modelo de transacionalidade 100% digital, sendo que mais de 80% dos balcões já são *cashless*.

Áreas de Negócio

Particulares

O Banco Santander manteve uma trajetória de crescimento de resultados ao longo de todo o ano, com indicadores sólidos que nos têm permitido continuar a apoiar as famílias e as empresas.

Estes resultados são reflexo da transformação que foi feita ao longo dos últimos anos, e que nos permitiu melhorar a eficácia e eficiência, e ao mesmo tempo a experiência cliente.

No segmento de Particulares e em **Crédito Habitação** o desempenho do Banco fica marcado por produções elevadas, com valores superiores ao verificado em 2024, originando em média 1 em cada 5 novos créditos. A carteira apresenta um crescimento no ano de 2 mil milhões de euros.

O **Crédito ao Consumo** cresce em 2025, com produção 8% acima do período homólogo, em resultado do foco comercial e das várias campanhas a cliente existentes ao longo do ano.

Em **Crédito a Negócios**, a carteira cresceu, em resultado da forte dinâmica comercial e aposta no segmento, permitindo compensar o forte desgaste das linhas de crédito protocolado concedidas durante o período da pandemia.

A **captação de novos clientes** mantém-se como uma das prioridades estratégicas, com o lançamento de várias campanhas ordenado. Deste modo, o *mix* de novos clientes tem evoluído positivamente, sendo a categoria de clientes profissionais/vida ativa aquela que tem apresentado maior crescimento no total de novos clientes.

O parque de **Cartões de Crédito** apresenta um ligeiro crescimento no ano, apesar de se verificar alguma

O Banco manteve uma forte aposta nos segmentos **Select e Negócios**, com um modelo assente em gestores dedicados, com uma forte aposta no conceito de atendimento personalizado e humano.

Os modelos **Santander Próximo e Vendas Remotas** incrementaram o seu contributo para o negócio, com as equipas específicas ao apoio a clientes, 100% remoto, com foco na ajuda à contratação em auto-serviço, onde o Santander se destaca pela agilidade digital tornando os processos mais simples e eficientes. As equipas de Vendas Remotas são equipas especializadas no apoio à contratação de Crédito Habitação, de Crédito Pessoal, de Cartões de Crédito e de Seguros Proteção.

desaceleração dos ritmos de colocação face ao ano anterior, ainda que com aumento dos montantes de *revolving* utilizado.

Em 2025, continuou a assistir-se a um crescimento significativo da faturação de pagamentos com cartões, em resultado do reforço da base de clientes e da maior penetração dos cartões de crédito na transacionalidade dos Clientes.

Em 2025, a atividade de **Seguros Proteção** manteve o foco no reforço da relação com os clientes, através do alargamento da oferta e da otimização de processos, com o objetivo de simplificar a interação com o Banco ao longo do dia a dia e reforçar uma abordagem integrada de Proteção Global.

A **Saúde** constituiu o principal eixo estratégico do ano, com alterações estruturais à oferta para particulares, permitindo reforçar a proposta de valor para os clientes. Neste âmbito, o Santander lançou, em parceria com a Aegon Santander, o novo **Seguro de Saúde OneCare**. Esta solução integra coberturas de saúde com serviços bancários e um ecossistema de parcerias, adotando uma abordagem centrada na prevenção, no acompanhamento contínuo e na personalização, adequada a diferentes perfis de clientes.

No mesmo sentido, foi integralmente redesenhada a jornada do **Seguro de Responsabilidade Civil Familiar**, com a introdução de uma estrutura modular mais flexível, permitindo um melhor ajustamento às necessidades dos clientes e das suas famílias.

Atendendo à crescente relevância da carteira de **Seguros Autónomos**, tanto no segmento de particulares como no de empresas, foi reforçado o foco na melhoria relacional e na simplificação da interação com o Banco, bem como no prolongamento e reforço dos níveis de proteção associados.

Relativamente aos **Seguros Associados ao Crédito**, foram implementadas iniciativas com vista ao reforço da competitividade e da atratividade da oferta, bem como à melhoria dos processos de onboarding e de análise de risco, assegurando maior eficiência e celeridade operacional.

A área de **Everyday Banking** continuou a simplificar e melhorar a Experiência do Cliente na sua interação diária com o Banco. Com ofertas cada vez mais completas e adequadas às suas necessidades, os clientes reconheceram este esforço da melhoria da vinculação e avaliação de experiência / NPS (*net promote score*).

Negócios, Empresas e Institucionais

Em 2025, o Santander Portugal consolidou a sua posição como parceiro estratégico das empresas portuguesas, oferecendo soluções completas e inovadoras para apoiar o crescimento e a transformação empresarial.

A proximidade e a confiança permanecem como pilares da atuação do Banco. O Santander esteve presente tanto nas operações do dia-a-dia como nos momentos mais complexos, incluindo processos de internacionalização, reestruturação, fusões e aquisições, com o objetivo de se afirmar como a instituição de referência para decisões estratégicas.

Sofisticação da oferta e integração tecnológica: O Banco está a evoluir para um modelo integrado, suportado por plataformas digitais globais e soluções omnicanal, que permitem às empresas aceder a serviços de tesouraria, *trade finance*, gestão de risco cambial e financiamento especializado com maior eficiência e rapidez. Esta abordagem alia tecnologia avançada à experiência dos especialistas do Santander, garantindo uma resposta ágil e personalizada.

Crédito protocolado e instrumentos de financiamento estruturado: No âmbito da mobilização de linhas de financiamento de origem europeia e nacional, o Santander Portugal assumiu um papel ativo na operacionalização de soluções como as linhas InvestEU, Invest Export e Banco Europeu de Investimento (BEI). Estas linhas possibilitaram o apoio a projetos de investimento produtivo, internacionalização, inovação e reforço de fundo de maneo, beneficiando de condições diferenciadas em termos de prazo, custo e mitigação de risco.

Compromisso com a sustentabilidade e a transição energética: O Banco disponibilizou linhas de financiamento verdes e protocolos com entidades como o Banco Europeu de Investimento e o Banco Português de Fomento, direcionadas para projetos de eficiência energética, digitalização e inovação. O Santander apoiou as empresas portuguesas com soluções que promovem práticas ESG, incluindo projetos no setor das energias renováveis.

Apoio aos setores estratégicos: Turismo e Agroalimentar mantiveram-se prioritários, com foco em inovação,

transformação digital e sustentabilidade, alinhados com as metas nacionais para 2027. No setor agrícola, o Banco promoveu investimentos que conciliam produtividade e responsabilidade ambiental.

Internacionalização e investimento estrangeiro: O Santander reforçou o apoio às empresas portuguesas em mercados onde o Grupo está presente e facilitou a entrada de capital estrangeiro em Portugal, oferecendo formação, *onboarding* e soluções adaptadas às necessidades locais.

Solidez financeira e capacidade de apoio: A robustez do balanço e a gestão prudente do risco permitem ao Banco disponibilizar recursos para apoiar as empresas portuguesas em todas as fases do seu ciclo de vida. Esta solidez traduz-se em confiança para financiar projetos de grande dimensão, garantir liquidez e oferecer soluções estruturadas que impulsionam a competitividade.

Reconhecimento e liderança: O Santander continuou a distinguir empresas que contribuem para o desenvolvimento económico nacional através da criação do Prémio Inovação na Internacionalização, uma iniciativa conjunta com a COTEC Portugal, e apoiou candidaturas a PME Líder e PME Excelência, valorizando a solidez e a capacidade de inovação. O Banco reforçou a relação com as empresas através de uma estratégia de proximidade que integrou eventos de relacionamento e a criação da newsletter *Looking Beyond*, enquanto plataforma de partilha de conhecimento económico e empresarial.

Wealth Management and Insurance

O ano de 2025 decorreu num contexto de progressiva estabilização macroeconómica e financeira, após o período de ajustamento dos ciclos monetários verificado nos anos anteriores. Os principais bancos centrais, nomeadamente o Banco Central Europeu e a Reserva Federal dos Estados Unidos, mantiveram uma abordagem prudente na normalização da política monetária, suportada pela consolidação do processo de desinflação e por perspetivas económicas mais previsíveis.

Apesar da persistência de fatores de incerteza, em particular ao nível geopolítico – com a continuação do conflito na Ucrânia, as tensões no Médio Oriente e a imposição de tarifas pelos EUA, que aumentaram significativamente a incerteza dos mercados e os receios inflacionistas – os mercados financeiros demonstraram maior resiliência, beneficiando de condições financeiras mais equilibradas, resultados empresariais robustos e uma maior seletividade por parte dos investidores.

Neste enquadramento, 2025 caracterizou-se por um desempenho positivo das principais classes de ativos, ainda que com um ritmo de crescimento mais moderado face a 2024, reforçando a importância de uma abordagem de investimento diversificada, disciplinada e alinhada com os objetivos de longo prazo dos clientes, em conformidade com as recomendações do *Private Banking*.

Relativamente à atividade do **Private Banking** do Santander, 2025 representou um ano de consolidação do crescimento sustentado do negócio, com evolução favorável nos principais indicadores. O volume de negócios registou um crescimento de 7%, enquanto os recursos fora de balanço aumentaram 15%, refletindo a forte procura por soluções de investimento, designadamente fundos de investimento, mandatos discricionários e seguros *Unit-Linked*.

A base de clientes manteve uma dinâmica de crescimento sólida, suportada por uma forte atividade comercial, pela captação de novos clientes de elevado valor e por uma articulação consistente com a rede de balcões e os Centros de Empresas, reforçando uma abordagem integrada de Grupo.

Este desempenho reflete a solidez do modelo de negócio, a adequação da proposta de valor e o elevado nível de qualidade do serviço prestado, sustentando o posicionamento do *Private Banking* do Santander como parceiro financeiro de referência. Mantém-se, assim, o compromisso com a criação de valor sustentável, a gestão responsável do património dos clientes e a melhoria contínua da experiência e do serviço prestado.

Corporate and Investment Banking

O **Santander Corporate & Investment Banking** (SCIB) Portugal manteve-se como uma referência em Portugal nos produtos e serviços tradicionalmente associados à Banca de Investimento. O negócio demonstrou um crescimento rentável com uma boa gestão de capital, com resultados positivos face às prioridades definidas para o ano. A equipa local, em estreita colaboração com as equipas globais do Grupo na mesma área, tem vindo a reforçar a sua estratégia de se posicionar como parceiro de confiança dos clientes.

A área de **Corporate Finance** continuou a desenvolver no ano de 2025 uma intensa atividade em operações de Fusões & Aquisições e *Equity Capital Markets*, destacando-se a atuação nas seguintes operações:

- ✓ Assessor e Intermediário Financeiro da Bondalti na OPA lançada sobre a totalidade do capital da Ercros, S.A.;
- ✓ Assessor Financeiro do Grupo Les Mousquetaires/Intermarché na venda de 49% da Alcapredial à LeadCrest Capital Partners e Apollo;
- ✓ Assessor Financeiro da CVC-DIF na venda das Auto-Estradas Norte Litoral (AENL) e Auto-Estrada do Algarve Via do Infante (AAVI) à Igneo Infrastructure Partners.

Na área de **Global Debt Financing**, o ano 2025 voltou a ver o Santander como o banco líder em Portugal no apoio aos grandes negócios do país.

Durante este período, o Banco assegurou e liderou algumas das principais operações de financiamento corporativo em Portugal, onde se destacam:

- ✓ A conclusão da assessoria e financiamento para a construção do novo Hospital de Lisboa Oriental;
- ✓ O financiamento da aquisição da empresa francesa Verescence pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos e pela Draycott;
- ✓ O financiamento sindicado à holding do grupo Indaqua;
- ✓ O financiamento sindicado ao grupo José de Mello.

Nestas operações, o Banco assegurou individualmente um montante de dívida superior a 800 milhões de Euros, que posteriormente sindicou junto de outras entidades de crédito nacionais e internacionais.

Destaca-se também o papel da área de **Financiamentos Estruturados** no contributo em operações de impacto na descarbonização da economia através da participação em diversos financiamentos na área das energias renováveis nomeadamente para a Hyperion, Greenvolt e CJR.

A nível de **Debt Capital Markets**, a área de *GDF* manteve-se ativa no mercado português com a participação na colocação de uma emissão de dívida pública, no montante global de 3,0 mil milhões de euros, e de várias emissões obrigacionistas corporativas: para a Caixa Económica Montepio Geral, de 350 milhões de euros, para a EDP de 1 750 milhões de euros e para a Caixa de Credito Agrícola, de 300 milhões de euros.

Na área de **Mercados**, o ano de 2025 foi marcado pela consolidação do ciclo de cortes de taxas de juro iniciado em 2024, com os bancos centrais a ajustarem a política monetária de forma gradual e prudente, em linha com a evolução da inflação e com a resiliência da atividade económica. Apesar de alguns episódios de maior incerteza, o enquadramento macroeconómico manteve-se globalmente estável, permitindo a continuidade da valorização dos ativos financeiros.

No segmento de **Taxa de Juro**, a descida progressiva e a normalização da estrutura temporal de taxas de juro, levaram muitos clientes a rever as suas estratégias de gestão de risco, aproveitando o contexto para fecho de coberturas a taxa fixa, bem como procurando soluções diferenciadas que permitissem beneficiar de eventuais quedas adicionais sem abdicar de proteção contra movimentos adversos. Consequentemente, ganhou especial relevância a apresentação de estruturas flexíveis, como *Collars* ou *Caps*, reforçando o posicionamento do Santander como parceiros de longo prazo na gestão do risco financeiro dos clientes.

No segmento de **Negócio Cambial**, 2025 foi marcado por uma maior diferenciação entre moedas e por alternância de regimes de mercado, num contexto em que as tarifas e a consolidação do ciclo de cortes de taxas nos Estados Unidos contribuíram para uma desvalorização gradual do dólar norte-americano face às principais moedas, nomeadamente ao euro. Em paralelo, registaram-se movimentos relevantes noutras geografias, associados a divergências de crescimento económico, políticas

monetárias assimétricas e fatores geopolíticos, originando episódios pontuais de maior volatilidade, sobretudo em moedas de economias emergentes. O canal digital continuou a reforçar o seu peso no modelo de negócio, em linha com a estratégia definida para o segmento, registando novamente um crescimento tanto no número de clientes como nos volumes transacionados.

No segmento de **Securities Trading**, a evolução positiva dos mercados acionistas teve um impacto favorável na atividade ao longo de 2025. Este ambiente permitiu um crescimento sustentado do negócio, refletido no aumento do número de clientes e dos volumes transacionados, com contributos positivos em todas as principais rubricas - ações, obrigações e ETFs. A captação de novos clientes e a diversificação das soluções de investimento reforçaram a atividade do segmento, mantendo-a alinhada com os objetivos definidos para 2025.

Na área de **Global Transaction Banking**, o ano de 2025 ficou marcado pela elevada competitividade no mercado nacional, em termos de crédito concedido, não obstante, o esforço de captação de novas operações, permitiu aumentar o nível de comissões de crédito em operações mais estruturadas.

No que diz respeito à **Transacionalidade**, 2025 permitiu reforçar os ganhos com operativa fidelizadora de relação como é o caso das soluções de cobranças via POS com a oferta da GetNet.

Relevante também foi a capacidade de **originação de novas operações, estruturadas** e inovadoras no mercado nacional, relacionadas com a **gestão de working capital** das empresas. Em concreto, o banco concretizou operações de monetização de portfólios de recebíveis superiores a 200 milhões de euros, com carácter regular, assim disponibilizando uma solução inovadora em termos de gestão de pagamentos a fornecedores.

Áreas de Suporte ao Negócio

Experiência do cliente

O ano de 2025 representou um marco importante na consolidação da estratégia de **experiência de cliente** do Santander Portugal, dando continuidade ao percurso iniciado em anos anteriores e reforçando o compromisso de colocar os **clientes no centro da atuação do Banco**, através de uma experiência consistente, diferenciadora e de elevada qualidade em todos os pontos de contacto, presenciais e digitais.

Ao longo do ano, verificou-se uma evolução sustentada dos principais indicadores de satisfação e recomendação, refletindo o impacto das iniciativas implementadas e a crescente valorização da proposta de valor do Santander Portugal. O **NPS Relacional** dos clientes que elegem o Banco como principal manteve uma trajetória positiva, com uma melhoria particularmente evidente na parte final do ano, confirmando a solidez do caminho seguido e a capacidade da organização em traduzir a ambição estratégica em resultados concretos ao nível da experiência entregue.

Esta evolução foi acompanhada por um reforço consistente da cultura de cliente, assente em **modelos estruturados de capacitação, acompanhamento e monitorização**, que permitiram promover comportamentos de atendimento mais próximos, consistentes e alinhados com as expectativas dos clientes. Em 2025, estas dinâmicas abrangeram um número alargado de balcões e colaboradores, contribuindo para a consolidação de práticas orientadas à excelência no serviço e à criação de valor ao longo da relação com o cliente.

Paralelamente, prosseguiu-se a transformação e evolução de experiências-chave, tanto em contexto digital como presencial, com especial foco na simplificação de processos, na redução de fricção e no reforço da clareza e da eficiência das interações. A melhoria contínua das jornadas prioritárias, suportada por uma abordagem centrada no Cliente e por *research* ao longo de todo o ciclo de desenvolvimento, teve um contributo relevante para a qualidade da experiência percebida e para a capacidade de resposta às necessidades dos clientes.

De forma particularmente relevante, o segmento *Affluent* (clientes *Select*) registou uma **melhoria muito significativa** nos níveis de satisfação e recomendação, refletindo um esforço transversal do Banco na adequação da proposta de valor, no reforço do modelo de acompanhamento e na personalização do serviço, endereçando um dos segmentos mais críticos para a criação de valor e para a relação de longo prazo com os clientes.

Na avaliação comparativa com o mercado, o desempenho do Santander Portugal ao longo de 2025 evidenciou uma trajetória clara de recuperação e reforço competitivo. Apesar de um início de ano mais exigente, o foco consistente nas áreas prioritárias

permitiu inverter a tendência ao longo dos trimestres seguintes, encerrando o ano com uma melhoria significativa da performance relativa e com liderança em atributos-chave na perceção dos clientes nos estudos externos de referência do setor financeiro nacional.

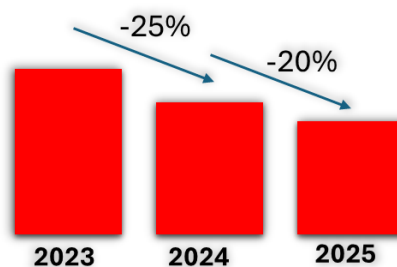
Este desempenho reflete não apenas resultados pontuais, mas uma evolução estrutural da forma como o Banco serve os seus clientes, assinalando uma nova fase de afirmação da qualidade do serviço prestado e reforçando o posicionamento do Santander como um Banco que combina proximidade humana, inovação tecnológica e excelência na experiência de cliente.

Customer Care

Cuidar dos clientes é um compromisso central do Santander. Mais do que prestar um bom serviço bancário, implica dedicar atenção, ouvir ativamente e garantir bem-estar, segurança e confiança. Esta abordagem promove a satisfação e fidelização dos clientes e sustenta a atuação responsável e sustentável do Banco. A área de *Customer Care* – que integra a atenção ao cliente e a Gestão de Níveis de Serviço – concretiza este compromisso.

Sempre que uma interação não corresponde às expectativas, a área de Atenção ao Cliente atua como a voz do cliente, assegurando o tratamento da insatisfação. A prevenção é igualmente determinante. A área de Gestão de Níveis de Serviço monitoriza os principais indicadores, publica resultados e promove a melhoria contínua dos processos internos e das jornadas com impacto direto na experiência do cliente, contribuindo para reduzir dúvidas, fricção e reclamações.

O Santander tem vindo a reforçar o investimento nos canais digitais para melhorar a experiência e acelerar o tratamento de pedidos. O lançamento da plataforma “Resolve”, que permite a criação de *tickets* em autosserviço, representou um marco relevante no serviço pós-venda, permitindo aos clientes acompanhar a evolução dos seus pedidos até à resolução final.



Número de Reclamações

A análise de causas raiz e o modelo de governo para medir, antecipar e implementar planos de mitigação imediatos constituem pilares da melhoria contínua dos processos do Banco, permitindo jornadas mais simples e rápidas, sem comprometer a segurança.

A área de Gestão de Níveis de Serviço atua para superar as expectativas dos clientes, monitorizando o desempenho e desafiando as áreas internas a melhorar continuamente a qualidade dos produtos e serviços disponibilizados.

Os processos com impacto no cliente, digitais ou operativos, são acompanhados através de indicadores como NPS, tempos de execução e incidências. Esta informação é tratada e utilizada para otimizar a experiência do cliente.

Reconhecendo a diversidade de necessidades dos clientes, o Banco procura responder a todas elas. Sempre que a experiência não corresponde ao esperado, o Santander mantém o compromisso de cuidar, ouvir e recuperar a confiança.

Canais Digitais

Particulares

No segmento de Particulares, o Santander continuou a reforçar a adoção e utilização dos canais digitais. No final do segundo semestre de 2025, o número de clientes particulares digitais atingiu os 1,201 milhões, correspondendo a 66% dos clientes deste segmento. A *App* Santander Particulares registou 1,086 milhões de utilizadores ativos, um aumento de 8% face ao mesmo período do ano anterior, enquanto o Netbanco Particulares decresceu a base para um total de 289 mil utilizadores ativos, em linha com a tendência de migração gradual para o canal *mobile*.

Os canais digitais para Particulares permitem hoje a realização da maioria das operações do dia a dia, bem como a contratação remota de diversos produtos. No segundo semestre de 2025, cerca de 63% das vendas de produtos foco a clientes particulares, incluindo soluções de poupança e investimento, crédito à habitação, cartões e seguros, foram iniciadas nos canais digitais.

As principais iniciativas implementadas nos canais digitais de Particulares incluíram:

- Reforço do ecossistema *MB Way* na *App* Santander, com reformulação completa das jornadas, nova experiência de login com operações *MB Way* em pré-login e disponibilização da funcionalidade “Levantar Dinheiro” via *MB Way* em ATM, reforçando rapidez, conveniência e uso quotidiano.
- Melhoria transversal da usabilidade, acessibilidade e consistência da *App*, com acessibilidade integrada em todas as jornadas nativas, evolução da iconografia e da navegação e convergência progressiva da experiência entre *App* e Netbanco.

- Expansão das soluções de pagamentos digitais, através da integração dos cartões Santander nas *wallets* Apple Pay, Android Pay e Samsung Pay, aumentando a conveniência, segurança e flexibilidade dos meios de pagamento.
- Evolução do serviço SPIN, com um novo modelo de adesão, possibilidade de transferências por NIF e utilização direta dos contactos do telemóvel, simplificando significativamente as transferências imediatas entre clientes.

Empresas

Os canais digitais de Empresas mantiveram uma adoção estável e uma utilização crescente, refletindo um aumento da confiança dos clientes num segmento tradicionalmente mais conservador.

O Netbanco Empresas manteve cerca de 120 mil utilizadores ativos, enquanto a *App* Empresas atingiu 70 mil clientes, registando um crescimento de 10% face ao período homólogo. A evolução da transacionalidade superou o crescimento da base de utilizadores, confirmando a relevância do canal *mobile* na gestão diária das empresas.

Este desempenho foi sustentado por um conjunto de iniciativas digitais focadas em segurança, conveniência, eficiência operacional e cumprimento regulatório, bem como pela simplificação e racionalização da oferta digital.

Iniciativas digitais 2025 – Empresas

- Maior transparência na identificação dos beneficiários, com disponibilização do nome do beneficiário final nos pagamentos e validação do destinatário nas transferências no Netbanco Empresas, *App* e interfaces de *open banking*.
- Reforço da segurança e controlo das operações, incluindo configuração de limites para transferências imediatas e aprimoramento das regras de validação de fraude.
- Evolução dos processos de pagamentos em lote e débitos diretos, com suporte a nova versão de ficheiros, alinhada com necessidades operacionais e requisitos regulatórios.
- Melhoria da conveniência na gestão de benefícios e meios de pagamento, com novos campos no pedido de cartão refeição e contratação de cartões negócios diretamente no Netbanco Empresas.
- Racionalização da oferta digital, com descontinuação das transferências *IBOS* e do serviço *Santander Trade*, concentrando a oferta em soluções mais atuais e alinhadas com as preferências dos clientes.

Tecnologia e Operações

Na Área de Tecnologia e Operações (T&O) foi definida uma estratégia anual que consolida e expande as iniciativas estruturais necessárias para assegurar o sucesso sustentável do Banco.

Ao longo do ano, a estratégia centra-se na utilização consistente e planeada de soluções digitais para **otimizar processos internos, elevar a experiência do cliente e assegurar o cumprimento rigoroso dos requisitos regulatórios**. Prosseguiu-se de forma estruturada com a adoção da **computação em cloud**, promovendo maior flexibilidade, eficiência de custos e rapidez na implementação de soluções. Em paralelo, foi reforçada a **automação de processos**, libertando equipas de tarefas rotineiras e aumentando a fiabilidade operacional.

A integração de **analítica avançada, inteligência artificial e GEN AI** assume um papel central na estratégia anual, permitindo decisões cada vez mais baseadas em dados, melhoria da eficiência operacional, reforço da gestão de risco e personalização da oferta ao cliente.

Do ponto de vista operacional, o foco anual passa pela **consolidação de infraestruturas ágeis, resilientes e escaláveis**, capazes de garantir **disponibilidade contínua de serviços (24/7) e processamento seguro de transações**, num ambiente caracterizado por ameaças digitais crescentes. A cibersegurança e a resiliência operacional permanecem prioridades transversais a todas as iniciativas.

Ao longo do ano, mantém-se um **alinhamento permanente com os objetivos estratégicos do negócio**, assegurando que as soluções tecnológicas implementadas geram valor mensurável, suportam o crescimento sustentável e contribuem para uma **maior fidelização e confiança dos clientes**.

Poupança e Investimento

O exercício de 2025 decorreu num enquadramento de mercado de ações globalmente favorável, ainda que marcado por episódios de volatilidade associados à incerteza em torno das políticas económicas internacionais, com destaque para as medidas comerciais anunciadas nos Estados Unidos.

Paralelamente, registou-se uma continuidade do ciclo de descida das taxas de juro por parte dos principais bancos centrais, criando condições propícias ao reforço das soluções de poupança e de investimento.

Neste ambiente, os clientes demonstraram uma clara preferência por produtos orientados para a geração de rendimento e preservação de capital, refletindo uma abordagem mais prudente à alocação de ativos.

Ao nível da **Poupança** a oferta do Banco ajustou-se de forma dinâmica às condições de mercado, tendo havido um reforço do papel do canal digital. Promoveram-se soluções de poupança flexível, como a Conta Poupança Objetivo e o Cofre Digital.

A atividade em **Fundos de Investimento** foi particularmente impulsionada pela procura por soluções de obrigações, beneficiando do desempenho consistente deste segmento. O Fundo Obrigações Curto Prazo destacou-se neste contexto, contribuindo para um crescimento relevante do volume gerido.

No segmento de **Seguros Financeiros**, a estratégia centrou-se no desenvolvimento de soluções com maturidade definida, ajustadas às necessidades de diferentes perfis de clientes. Com efeito desenvolveram-se PPR's com maturidades até aos 6 anos, os PPR Aforro, e Unit Linked's a 10 anos com distribuição denominados Santander Renda Trimestral que registaram uma procura consistente ao longo do ano.

Em paralelo, o Banco reforçou a **proximidade com os clientes** através de sessões sobre os mercados financeiros realizadas em todo o país, promovendo uma abordagem mais estruturada ao planeamento financeiro de médio e longo prazo. Adicionalmente, procedeu-se a uma alteração substancial da plataforma de investimentos em canais digitais, permitindo aos clientes um acompanhamento mais efetivo da evolução do seu património e a seleção de um conjunto alargado de produtos de forma mais informada com o recurso a ferramentas simples.

Informação Económica e Financeira

Atividade Consolidada

No final do ano de 2025, o Banco Santander alcançou um resultado líquido de 963,8 milhões de euros, comparando com 971,3 milhões de euros registados no período homólogo (-0,8%).

O ROTE atingiu 31,8% e o rácio de eficiência situou-se em 28,0%.

O crédito a clientes (bruto) ascendeu a 54,1 mil milhões de euros, crescendo 7,5% em termos homólogos, com o crédito a particulares a apresentar uma subida de 8,4% e o crédito a empresas e institucionais a aumentar 6,5%.

A elevada qualidade da carteira de crédito refletiu-se no rácio de *Non-Performing Exposure* de 1,4%, com uma cobertura de 87,8%.

Os recursos de clientes totalizaram 49,2 mil milhões de euros, mais 5,0% em relação ao período homólogo, na sequência do incremento dos depósitos de clientes de 3,6% e dos recursos fora de balanço de 11,1%.

No final do exercício de 2025, o rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas da CRD IV, situou-se em 132,5%, cumprindo o requisito regulatório de cobertura de liquidez vigente em base *fully implemented*.

O rácio CET1 (*Common Equity Tier 1*), calculado de acordo com as normas da CRR/CDR IV, fixou-se em 14,3% (phase-in).

No final de 2025, a reserva de liquidez alcançou 17,0 mil milhões de euros.

No que concerne ao financiamento de mercado, o Banco Santander Totta registou 5,1 mil milhões de euros através de acordos de recompra, 4,7 mil milhões de euros de obrigações cobertas, 1,6 mil milhões de euros de emissões *senior non-preferred*, 1,0 mil milhões de euros de titularizações, 0,3 mil milhões de euros de *credit linked notes* e 0,2 mil milhões de euros de emissões subordinadas.

O financiamento obtido junto do Banco Central Europeu manteve-se nulo.

O Banco Santander Totta detém as melhores notações financeiras do setor. As notações de rating da dívida de longo prazo, em comparação com os níveis da República Portuguesa são as seguintes:

Fitch: A - Portugal: A;

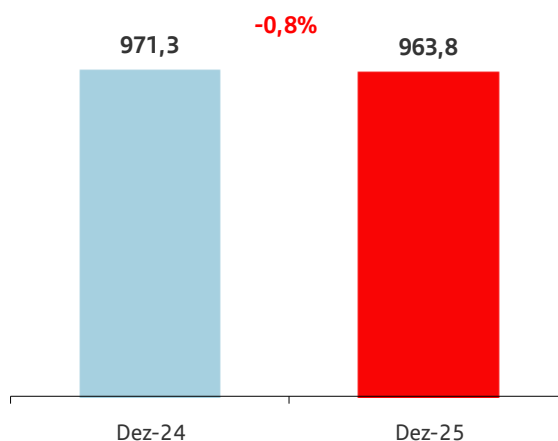
Moody's: Baa1 - Portugal: A3;

S&P: A - Portugal: A+; e

DBRS: A - Portugal: A(H).

RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DO BST

milhões de euros



Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS (milhões de euros)

	Dez-25	Dez-24	Var.
Margem financeira	1 370,0	1 574,6	-13,0%
Rendimento de instrumentos de capital	7,2	8,2	-11,9%
Comissões líquidas	484,3	452,2	+7,1%
Outros resultados de exploração	7,4	7,7	-3,2%
Margem comercial	1 869,0	2 042,7	-8,5%
Resultados em operações financeiras	37,3	21,0	+77,2%
Produto bancário	1 906,3	2 063,7	-7,6%
Despesas administrativas	(483,1)	(486,8)	-0,8%
Despesas com pessoal	(302,4)	(291,4)	+3,8%
Outras despesas administrativas	(180,7)	(195,4)	-7,5%
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	(11,4)	(8,0)	+42,9%
Depreciação	(47,6)	(40,6)	+17,2%
Resultado de exploração	1 364,2	1 528,3	-10,7%
Imparidade, provisões líquidas e outros resultados	(2,5)	(70,9)	-96,4%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	1 361,7	1 457,4	-6,6%
Impostos	(397,9)	(486,1)	-18,1%
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	963,8	971,3	-0,8%
Interesses que não controlam	0,0	(0,0)	-100,0%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST	963,8	971,3	-0,8%

No final do ano de 2025, a margem financeira situou-se em 1.370,0 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 13,0%, em relação aos 1.574,6 milhões de euros verificados no período homólogo. Esta evolução resultou principalmente da trajetória de descida das taxas de juro diretoras do Banco Central Europeu, que se refletiu nas taxas de juro de mercado e na consequente diminuição dos proveitos da carteira de crédito, maioritariamente indexada a taxa de juro variável, compensados parcialmente pelo crescimento do volume de negócio, em especial do crédito.

As comissões líquidas ascenderam a 484,3 milhões de euros, subindo 7,1%, em comparação com 452,2 milhões de euros apurados um ano antes, beneficiando da transformação comercial e digital que conduziu ao incremento da base de clientes e da atividade comercial, com a evolução favorável das comissões associadas a contas e meios de pagamento, pelo aumento da transacionalidade; de crédito, pelo dinamismo da nova produção transversal aos vários segmentos; e de seguros e fundos de investimento, pela oferta diversificada de produtos de proteção e de poupança. Por sua vez, observou-se um decréscimo das comissões relacionadas com assessoria financeira, pela volatilidade inerente.

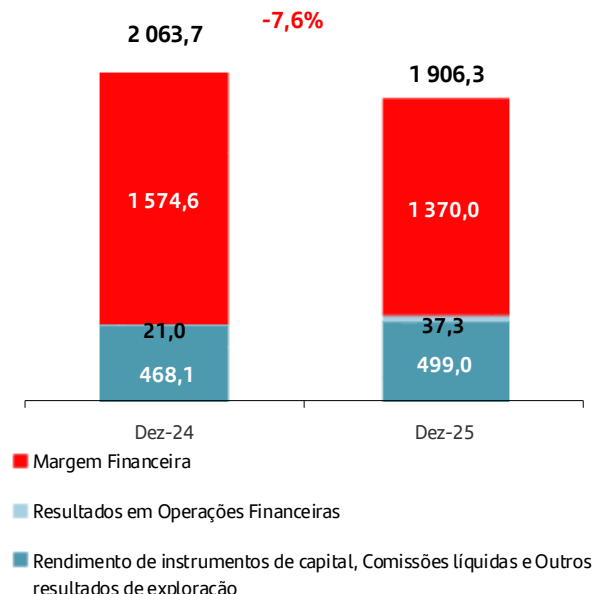
A margem comercial cifrou-se em 1.869,0 milhões de euros, diminuindo 8,5% face a 2.042,7 milhões de euros registados no final de 2024, influenciada pelo decréscimo da margem financeira, em parte compensado pelo aumento das comissões líquidas.

Os resultados em operações financeiras totalizaram 37,3 milhões de euros, comparando com 21,0 milhões de euros verificados no mesmo período do ano anterior (mais 77,2%), apresentando um valor superior de resultados em instrumentos derivados e nas operações cambiais.

O produto bancário situou-se em 1.906,3 milhões de euros, diminuindo 7,6%, em comparação com 2.063,7 milhões de euros do ano anterior, refletindo a diminuição da margem financeira, relacionada com o enquadramento de redução das taxas de juro do Banco Central Europeu, parcialmente compensada pela evolução favorável das comissões líquidas e dos resultados em operações financeiras.

PRODUTO BANCÁRIO

milhões de euros



Finalizado o ano de 2025, os custos operacionais cifraram-se em 530,7 milhões de euros, crescendo 0,6% (abaixo da inflação, situada acima de 2%), em relação a 527,4 milhões de euros verificados no período homólogo. O controlo dos custos operacionais, beneficiou da melhoria da eficiência comercial e operacional, mediante o incremento da oferta disponível nos canais digitais, apoiados por uma rede física mais moderna, a simplificação de processos, e o crescimento e aprofundamento da relação comercial e transacional com os clientes.

O Banco Santander Totta possuía 308 postos de atendimento (menos 66 que no período homólogo) e 4.670 colaboradores (mais 56 que no final de 2024).

As despesas com pessoal atingiram 302,4 milhões de euros, aumentando 3,8%, em comparação com 291,4 milhões de euros do período homólogo, pela atualização salarial implementada em 2025 e pela renovação do número de colaboradores.

As outras despesas administrativas situaram-se em 180,7 milhões de euros, descendo 7,5%, face a 195,4 milhões de euros registados um ano antes.

A depreciação cifrou-se em 47,6 milhões de euros, crescendo 17,2%, em relação a 40,6 milhões de euros registados no mesmo período de 2024, traduzindo o investimento contínuo na transformação tecnológica, nomeadamente na digitalização da oferta comercial, com a atualização das funcionalidades dos canais digitais, centradas nas necessidades, experiência de utilização e satisfação dos clientes, para otimizar a qualidade do serviço prestado, dentro do objetivo de ser um banco digital com agências.

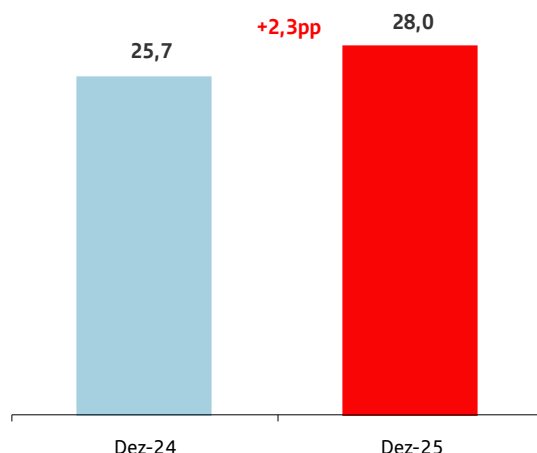
CUSTOS OPERACIONAIS (milhões de euros)

	Dez-25	Dez-24	Var.
Despesas com pessoal	(302,4)	(291,4)	+3,8%
Outras despesas administrativas	(180,7)	(195,4)	-7,5%
Depreciação	(47,6)	(40,6)	+17,2%
Custos operacionais	(530,7)	(527,4)	+0,6%
Rácio de eficiência	28,0%	25,7%	+2,3 p.p.

No final do ano de 2025, o rácio de eficiência situou-se em 28,0%, aumentando 2,3 p.p., na comparação com 25,7% observados no período homólogo de 2024, em consequência do decréscimo das receitas e do controlo dos custos operacionais.

RÁCIO DE EFICIÊNCIA

%



As contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos no montante de 11,4 milhões de euros, aumentaram 42,9% em comparação com 8,0 milhões de euros registados no período homólogo.

O resultado de exploração alcançou 1.364,2 milhões de euros, diminuindo 10,7%, comparativamente a 1.528,3 milhões de euros observados no final de 2024.

Em imparidade, provisões líquidas e outros resultados, registou-se um custo de 2,5 milhões de euros, comparando com um custo de 70,9 milhões de euros do período homólogo.

As provisões líquidas com um proveito de 0,6 milhões de euros, menos 101,9%, em comparação com o custo de 31,3 milhões de euros verificados um ano antes, pela necessidade inferior de provisionamento para contingências.

A Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não contabilizados pelo justo valor através dos resultados no valor de -6,0 milhões de euros, compara com -13,0 milhões de euros, dotados no período homólogo do ano anterior (menos 54,1%), traduz o custo do crédito de 0,01%, a recuperação de crédito e o valor baixo do crédito vencido, com o rácio de *Non-Performing Exposure* (NPE) de 1,4%, influenciados pela gestão rigorosa do risco e pelo enquadramento macroeconómico favorável, com o mercado de trabalho em situação de pleno emprego, o crescimento do rendimento disponível das famílias, que sustentou a procura interna e o aumento da poupança, e o investimento dinâmico, nomeadamente no setor da construção, apoiado pela valorização dos preços dos imóveis e pela descida das taxas de juro.

A imparidade líquida de ativos não financeiros registou 5,0 milhões de euros, comparando com 5,9 milhões de euros do mesmo período do ano anterior.

O custo regulatório com a Contribuição sobre o Setor Bancário e a Contribuição Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário de 3,0 milhões de euros, reduziu 91,6%, em relação a 35,3 milhões de euros liquidados no ano anterior, em consequência da recuperação do custo suportado em anos anteriores com o Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário, no âmbito da respetiva declaração de inconstitucionalidade, pelo Tribunal Constitucional, que compensou em grande parte o encargo com a Contribuição sobre o Setor Bancário.

Os lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas cifraram-se em 0,8 milhões de euros, menos 71,8% do que os 2,8 milhões de euros observados no período homólogo.

O resultado antes de impostos e de interesses que não controlam no valor de 1.361,7 milhões de euros, desceu 6,6%, em comparação com 1.457,4 milhões de euros registados em igual período de 2024.

Os impostos atingiram 397,9 milhões de euros, menos 18,1%, face a 486,1 milhões de euros apurados um ano antes.

No final de 2025, o Banco Santander Totta alcançou um resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas, no montante de 963,8 milhões de euros, equivalendo a uma diminuição de 0,8%, comparativamente aos 971,3 milhões de euros obtidos no final de 2024.

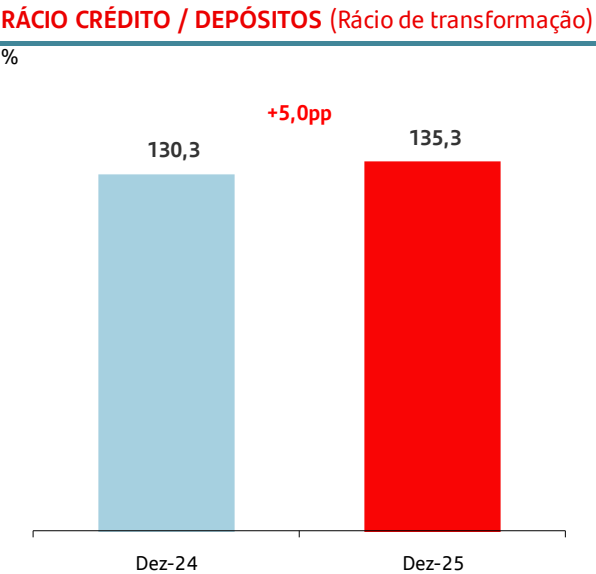
Balanço e Atividade

No exercício de 2025, o volume de negócio ascendeu a 103,2 mil milhões de euros, crescendo 6,3%, comparativamente a 97,1 mil milhões de euros de 2024, suportado pelo incremento da base de clientes e pela oferta de produtos diferenciada e

adaptada ao enquadramento de taxas de juro, com o crédito a clientes (bruto) a aumentar 7,5%, refletido no desempenho favorável de todos os segmentos, e com os recursos de clientes, a subirem 5,0%, mediante a evolução sustentada dos depósitos e dos recursos fora de balanço.

VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)	Dez-25	Dez-24	Var.
Volume de Negócio	103.249	97.130	+6,3%
Crédito a clientes (bruto)	54.094	50.331	+7,5%
Recursos de Clientes	49.155	46.799	+5,0%

O rácio de transformação, medido pela relação do crédito face aos depósitos, atingiu 135,3%, em dezembro de 2025, mais 5,0 p.p. do que no período homólogo.



No final de 2025, o crédito a clientes (bruto) alcançou 54,1 mil milhões de euros, aumentando 7,5%, em relação ao período homólogo do ano passado, crescendo tanto em particulares (mais 8,6% no crédito à habitação e mais 9,1% no crédito ao consumo), como em empresas e institucionais (mais 6,5%).

CRÉDITO (milhões de euros)	Dez-25	Dez-24	Var.
Crédito a clientes (bruto)	54.094	50.331	+7,5%
do qual			
Crédito a particulares	27.578	25.437	+8,4%
do qual			
Habitação	25.263	23.257	+8,6%
Consumo	2.108	1.933	+9,1%
Crédito a empresas e institucionais	26.516	24.894	+6,5%

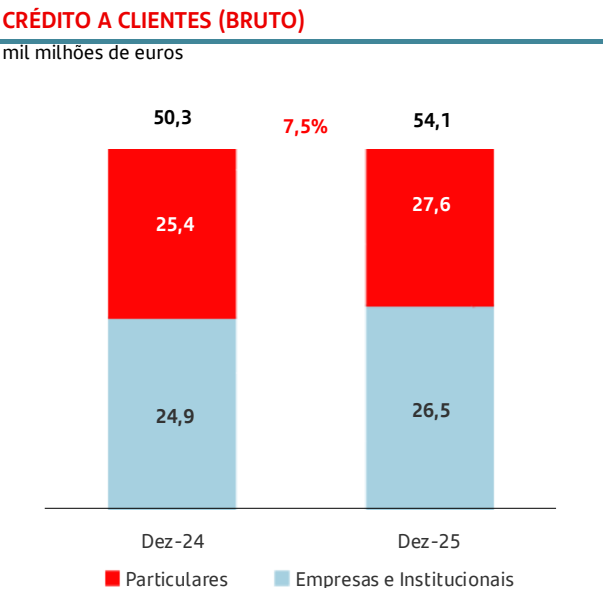
O crédito a particulares atingiu 27,6 mil milhões de euros, suplantando em mais 8,4%, o valor de 25,4 mil milhões de euros observados em igual período do ano passado. O crédito à habitação alcançou 25,3 mil milhões de euros, crescendo 8,6%, em termos homólogos, impulsionado pela oferta competitiva de produtos de taxa mista e de taxa variável, e campanhas comerciais de captação e de retenção, e tendo originado cerca de 20% do montante de novas hipotecas produzidas no setor. Salienta-se o papel do Banco no apoio aos jovens no acesso à habitação, através da disponibilização de crédito com garantia pública, tendo sido atribuído aproximadamente 1,1 mil milhões de euros em crédito hipotecário a jovens, desde que a medida foi lançada. Em 2025, perto de metade do crédito à habitação foi concedido a jovens com menos de 35 anos e, deste, também cerca de metade com a garantia pública.

O crédito ao consumo cifrou-se em 2,1 mil milhões de euros, superando em mais 9,1%, o montante de 1,9 mil milhões de euros do período do ano anterior, favorecido pela atividade comercial, transformação digital do processo de contratação,

com novas funcionalidades e contexto macroeconómico, que contribuiu para o gradual aumento do consumo privado.

O crédito concedido a empresas e institucionais ascendeu a 26,5 mil milhões de euros, com um aumento de 6,5%, em comparação a igual período do ano passado, refletindo o apoio aos clientes na transformação digital e energética, alavancado nas linhas InvestEU do Banco Português de Fomento e nos protocolos com o Banco Europeu de Investimento. Em 2025, o Banco concedeu 2,5 mil milhões de euros em financiamento sustentável, em complemento à disponibilização dos instrumentos de liquidez e de gestão de tesouraria. No que diz respeito ao apoio ao comércio internacional e à internacionalização das empresas portuguesas, o Banco manteve uma elevada atividade nas operações de *trade finance*.

A evolução favorável do crédito teve o contributo transversal de todos os segmentos, representando 49% o crédito concedido a empresas e institucionais, 47% o crédito à habitação e 4% o crédito ao consumo e outros.



O rácio de *Non-Performing Exposure* (NPE), calculado de acordo com a definição da *European Banking Authority* (EBA), em relação a exposições em balanço, cifrou-se em 1,4%, em dezembro de 2025, menos 0,2 p.p., comparativamente a 1,6% observados no final de 2024. A cobertura por imparidades situou-se em 87,8% (mais 3,7 p.p., em relação a 84,1% apurados no mesmo período do ano anterior).

O custo do crédito de 0,01% no final de 2025, compara com 0,03% verificados um ano antes, reflexo da qualidade do crédito, num enquadramento de pleno emprego, de crescimento do rendimento disponível das famílias e da descida das taxas de juro.

INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO	Dez-25	Dez-24	Var.
Rácio de <i>Non-Performing Exposure</i>	1,4%	1,6%	-0,2 p.p.
Cobertura de <i>Non-Performing Exposure</i>	87,8%	84,1%	+3,7 p.p.
Custo do crédito	0,01%	0,03%	-0,02 p.p.

Finalizado o ano de 2025, os recursos de clientes totalizaram 49,2 mil milhões de euros, representando um incremento de 5,0%, em relação a igual período do ano anterior, com o contributo crescente de todos os segmentos, mais 3,6% dos depósitos e mais 11,1% dos recursos fora de balanço, mediante o aumento da taxa de poupança e a disponibilização de uma oferta de produtos diferenciada e adaptada à conjuntura das taxas de juro.

RECURSOS (milhões de euros)	Dez-25	Dez-24	Var.
Recursos de clientes	49.155	46.799	+5,0%
Recursos de balanço	39.452	38.069	+3,6%
Depósitos	39.452	38.069	+3,6%
Recursos fora de balanço	9.703	8.731	+11,1%
Fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco	5.625	4.882	+15,2%
Seguros e outros recursos	4.078	3.848	+6,0%

Os depósitos alcançaram 39,5 mil milhões de euros, mais 3,6%, em relação ao valor de 38,1 mil milhões de euros registados no período homólogo, fundamentado na oferta competitiva de produtos do Banco, no contexto de taxas de juro mais baixas, no incremento da base de clientes e no aumento da taxa de poupança. A representatividade dos depósitos atingiu 80% do total de recursos de clientes.

Os recursos de clientes fora de balanço cifraram-se em 9,7 mil milhões de euros, aumentando 11,1%, em relação aos 8,7 mil milhões de euros registados no mesmo período do ano passado.

Os fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco ascenderam a 5,6 mil milhões de euros, traduzindo uma subida de 15,2%, em comparação com 4,9 mil milhões de euros obtidos em igual período do ano anterior, suportado pela ampla oferta de produtos, que promoveu o crescimento das subscrições líquidas.

Os seguros e outros recursos no montante de 4,1 mil milhões de euros cresceram 6,0%, em termos homólogos, com o contributo da disponibilização de soluções inovadoras de proteção.

Rácios de Solvabilidade

Em dezembro de 2025, o rácio CET 1 (*Common Equity Tier 1*), calculado de acordo com as normas da CRR/CDR IV, atingiu 14,3% (*phase-in*), descendo 1,3 p.p., em comparação com os 15,6% observados no período homólogo do ano anterior.

O Banco tem uma capitalização bastante elevada, acima dos requisitos mínimos exigidos pelo Banco Central Europeu.

CAPITAL (milhões de euros)	Dez-25	Dez-24	Var.
Common Equity Tier 1	2.162	2.496	-13,4%
Tier 1	3.362	2.896	+16,1%
Capital (total)	3.622	3.282	+10,4%
Risk Weighted Assets (RWA)	15.072	16.053	-6,1%
Rácio CET 1	14,3%	15,6%	-1,3 p.p.
Rácio Tier 1	22,3%	18,0%	+4,3 p.p.
Rácio capital (total)	24,0%	20,5%	+3,5 p.p.

Factos Relevantes Após o Término do Exercício

No final do mês de janeiro de 2026 ocorreu a tempestade “Kristin”, fenómeno meteorológico extremo que afetou significativamente diversas regiões do país, com impactos relevantes ao nível de infraestruturas, atividade económica e funcionamento de empresas e particulares.

Tendo presente informação divulgada pelo Banco de Portugal com referência a 31 de dezembro de 2025, os empréstimos do sector bancário a empresas e particulares com residência fiscal em concelhos em situação de calamidade ascendiam a 32 mil milhões de euros. Este montante repartia-se entre 10,5 mil milhões de euros de empréstimos a empresas (sendo a quota do Banco de cerca de 10%) e 21,5 mil milhões de euros a particulares (sendo a quota do Banco de cerca de 15%). O Banco encontra-se a acompanhar a evolução da situação, designadamente no que respeita a eventuais impactos na qualidade da carteira de crédito e no valor de ativos dados em garantia.

Adicionalmente, o Banco colocou à disposição dos seus clientes todos os meios necessários para responder às suas necessidades, designadamente através da disponibilização de soluções de apoio financeiro adequadas às situações identificadas, nomeadamente medidas públicas (moratórias e linhas do Banco Português de Fomento) e ofertas internas.

No final do mês de fevereiro de 2026 deu-se o agravamento das tensões geopolíticas no Médio Oriente, envolvendo os Estados Unidos da América, Israel e o Irão. Este conflito veio contribuir para um aumento da incerteza nos mercados financeiros internacionais, designadamente através da maior volatilidade nos preços da energia, nos mercados cambiais e nos mercados de capitais.

Dada a incerteza que subsiste em relação à magnitude dos efeitos decorrentes dos acontecimentos referidos, que dependem ainda de futuros desenvolvimentos, o Conselho de Administração não se encontra em posição de estimar à data, com a adequada fiabilidade, os impactos futuros na economia nacional e, em particular, na situação financeira do Banco.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração irá manter o acompanhamento regular e contínuo dos efeitos dos referidos eventos, por forma a promover a atualização das estimativas utilizadas sempre que informação relevante se torne disponível, adotando as medidas de resposta mais adequadas aos impactos estimados ou verificados.

Em 2026, ocorreram alterações na composição do Conselho de Administração. O vice-presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva, Pedro Castro e Almeida, apresentou a renúncia ao cargo, com efeitos a partir de 1 de março, tendo Rodrigo Echenique assumido as funções de vice-presidente do Conselho de Administração, Isabel Cristina da Silva Guerreiro assumido as funções de Presidente da Comissão Executiva e Joaquim Manuel de Oliveira Filipe integrado o Conselho de Administração, enquanto administrador executivo.

Gestão de Riscos

Modelo de Gestão e Controlo de Riscos

O Modelo de Gestão e Controlo de Riscos do Banco Santander em Portugal (BST) baseia-se num conjunto de princípios comuns e numa Cultura de Riscos integrada em todo o Grupo Santander, numa correta e tempestiva identificação e gestão dos riscos, numa forte estrutura de governo, e em processos e ferramentas avançadas de gestão de risco.

A. Princípios e cultura de riscos

Os princípios de gestão e controlo dos riscos, de cumprimento obrigatório e aplicáveis a todo o momento, têm em conta os requisitos e normas regulatórias e as melhores práticas de mercado. Estes princípios são os seguintes:

1. **Uma sólida cultura de riscos (Risk Pro):** que faz parte do "Santander Way" e que é seguida por todos os colaboradores, cobre todos os riscos e promove uma gestão socialmente responsável contribuindo para a sustentabilidade a longo prazo do Banco.
2. **Todos os colaboradores são responsáveis pela gestão do risco** e devem conhecer e compreender os riscos gerados pelas suas atividades diárias, evitando assumir riscos cujo impacto seja desconhecido ou exceda os limites de Apetência pelo Risco do Santander.
3. **Envolvimento da Alta Direção** assegurando uma gestão e controlo consistentes dos riscos através da sua conduta, ações e comunicações. Além disso, promoverão a cultura de risco, avaliando o seu grau de implementação e controlando que o perfil de risco se mantém dentro dos níveis definidos na apetência pelo risco.
4. **Independência das funções de gestão e controlo de riscos**, de acordo com o modelo de três linhas de defesa do Banco que se define com mais detalhe no apartado Governo de Riscos.
5. **Abordagem abrangente da gestão e controlo de riscos** em todos os negócios e tipos de riscos.
6. **Gestão adequada e completa da informação** que permite identificar, avaliar, gerir e comunicar os riscos de uma forma adequada aos níveis correspondentes.

Estes princípios, juntamente com uma série de ferramentas e processos inter-relacionados no planeamento da estratégia do Banco, tais como a Declaração de Apetência pelo Risco (*Risk Appetite Statement – RAS*), Avaliação do Perfil de Risco (*Risk Profile Assessment – RPA*), análise de cenários e a estrutura de relatórios de risco, e processos orçamentais anuais, formam uma estrutura de controlo holística para todo o Banco.

B. Identificação e Gestão dos Riscos

A classificação dos riscos é fundamental para a sua gestão e controlo efetivos, pelo que se identificam no Marco Corporativo de Riscos os principais tipos de risco:

- **Risco de crédito:** é o risco de perda financeira resultante do incumprimento ou da deterioração da qualidade creditícia de um cliente ou contraparte, a quem o Banco tenha concedido crédito ou com o qual tenha assumido uma obrigação contratual.
- **Risco de mercado:** risco em que incorre como consequência das alterações dos fatores de mercado, das taxas de juro, das taxas de câmbio, renda variável e de commodities, entre outros, podem ter nos resultados ou no capital.
- **Risco de liquidez:** é o risco de que o Banco não disponha de recursos financeiros líquidos para cumprir as suas obrigações na devida data de vencimento, ou apenas os consiga obter a um elevado custo;
- **Risco estrutural:** é o risco de haver alterações no valor ou criação de margem dos ativos ou passivos de *banking book* como resultado de alterações nos fatores de mercado e no comportamento do balanço. Inclui também os riscos associados aos seguros e pensões e o risco de o Banco não dispor de capital suficiente, em termos de quantidade ou qualidade, para satisfazer os seus objetivos internos de negócio, requisitos regulatórios ou expectativas de mercado;
- **Risco operacional:** é definido como se como o risco de perda resultante da inadequação ou falhas de processos, pessoas e sistemas internos, ou resultantes de eventos externos, incluindo o risco legal e os riscos de cumprimento regulatório e de conduta definidos no Marco Corporativo de Cumprimento e Conduta.
- **Risco de crime financeiro:** é o risco resultante de ações ou da utilização dos meios, produtos e serviços do grupo em atividades de natureza criminosa ou ilegal. Estas atividades incluem, entre outras: branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, violação de programas de sanções internacionais, corrupção, suborno e evasão fiscal;
- **Risco de modelo:** risco de potenciais consequências negativas decorrentes da tomada de decisões baseadas em modelos mal desenvolvidos, mal implementados ou incorretamente utilizados, que podem levar a perdas financeiras, decisões comerciais ou estratégicas inadequadas ou causar danos nas operações do Banco;

- **Risco reputacional:** risco de impacto económico negativo, atual ou potencial, devido a danos sobre a perceção da imagem do Banco por parte de colaboradores, clientes, acionistas/investidores e da sociedade em geral;
- **Risco estratégico:** risco de perdas ou danos resultantes de decisões estratégicas, ou da sua deficiente implementação, que afetem os interesses a médio e longo prazo das principais partes interessadas, ou de uma incapacidade de se adaptar à evolução do ambiente.
- **Adicionalmente,** as questões ambientais, sociais e de governo são consideradas como fatores que podem ter impacto nos tipos de riscos existentes em diferentes horizontes temporais. Por conseguinte, devem ser identificadas e avaliadas progressivamente, de acordo com o grau de desenvolvimento do regime regulatório e das práticas aplicáveis, bem como com a implementação de controlos adequados para minimizar potenciais alegações de *greenwashing*.

C. Governo de Riscos

O Banco tem uma estrutura robusta de gestão do risco que procura controlar eficazmente o perfil de risco, de acordo com a apetência definida pelo Conselho de Administração

Esta estrutura de governo baseia-se na distribuição de papéis entre as três linhas de defesa, numa forte estrutura de comités e numa relação estreita com a corporação. Tudo isto é apoiado por uma cultura de risco implementada em todo o Grupo – *Risk Pro*.

Linhas de defesa

No Santander, segue-se um modelo de 3 Linhas de Defesa para assegurar uma gestão e controlo eficaz dos riscos:

- **1.ª Linha de Defesa (1LoD):** Assunção de riscos – funções de negócio, de apoio ao negócio e outras, que assumem riscos e são as primeiras responsáveis pela sua gestão. A 1LoD identifica, mede, controla, segue e relata os riscos que originam e aplica as políticas, modelos e procedimentos que regulam a gestão do risco. A geração de risco deve ser de acordo com a Apetência pelo Risco aprovado e os limites associados. O responsável de qualquer unidade que origine um risco é o primeiro responsável pela gestão desse risco. A 1LoD deve apoiar e promover a Cultura de Riscos do Santander e é responsável por:
 - Estabelecer um ambiente apropriado para a gestão de todos os riscos associados ao negócio;
 - Em colaboração com as áreas de 2LoD, propor os limites e alertas de Apetência pelo Risco, para aprovação do Conselho de Administração;
 - Implementar os mecanismos para gerir o Perfil de Risco do Banco dentro do Apetência pelo Risco e dos
- respetivos limites de gestão aprovados, assim como controlos para assegurar a sua eficácia.
 - Assegurar que os modelos operativos de gestão são eficazes para as necessidades do negócio.
- **2.ª Linha de Defesa (2LoD):** Controlo e supervisão de riscos – funções de controlo de risco que controlam as exposições de riscos, assegurando a sua supervisão e questionamento, e permitindo uma visão holística dos riscos de todas as atividades. As áreas de Riscos e de Cumprimento e Conduta, como 2LoD, supervisionam e questionam de forma independente as atividades de gestão de risco levadas a cabo pela 1LoD, deve garantir, dentro dos seus respetivos âmbitos de responsabilidade, que os riscos são geridos de acordo com o Apetência pelo Risco definida pela Alta Direção e promover uma forte Cultura de Riscos em toda a organização. É responsável por:
 - Supervisionar a gestão dos riscos levada a cabo pela 1LoD e os controlos internos associados.
 - Verificar o cumprimento das políticas e dos limites estabelecidos, e avaliar se os negócios se mantêm dentro da Apetência pelo Risco aprovada.
 - Questionar as propostas de negócio e emitir parecer sobre as mesmas. Deve proporcionar à Alta Direção e às unidades de negócio os elementos necessários para a compreensão dos riscos dos diversos negócios e atividades.
 - Fornecer uma visão consolidada das exposições de risco, incluindo o Perfil de Risco do Banco.
 - Disponibilizar avaliações detalhadas dos riscos materiais e acompanhar de perto os riscos emergentes.
 - Definir as métricas que devem ser utilizadas na medição de riscos e rever e questionar as propostas de Apetência pelo Risco e de limites de nível inferior.
 - Verificar que existem políticas e procedimentos adequados para gerir o negócio dentro da Apetência pelo Risco.

Na estrutura do Santander, a 2LoD é composta pelas áreas de Riscos e de Cumprimento e Conduta, embora as estruturas organizativas no âmbito da 2LoD possam variar por tipo de risco. A responsabilidade da 2LoD inclui a obrigação de reportar, sempre que necessário, os riscos, a Apetência pelo Risco e excessos do mesmo, aos órgãos de governo apropriados. Deve adotar e promover uma cultura de gestão de riscos comum e deverá igualmente fornecer orientação, aconselhamento e juízo especializado em todas as matérias relevantes relacionadas com riscos.

- **3.ª Linha de Defesa (3LoD):** *Risk Assurance* – Auditoria Interna é uma função permanente, independente de qualquer outra função ou unidade, cuja missão é fornecer

ao Conselho de Administração e à Alta Direção uma avaliação independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controlo interno, gestão do risco (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. Para este fim, a Auditoria Interna avalia:

- A eficácia e eficiência dos processos e sistemas acima referidos.
- O cumprimento da normativa e requisitos de supervisão aplicáveis.
- A fiabilidade e integridade da informação financeira e operacional.
- E a integridade patrimonial.

Embora cada uma das 3 Linhas de Defesa (LoD) tenha uma estrutura organizativa separada e um grau de independência, devem colaborar sempre que necessário para garantir o cumprimento dos objetivos de negócio. As áreas de Risco, de Cumprimento e Conduta e Auditoria Interna têm acesso direto ao Conselho de Administração e aos seus Comitês.

Relativamente à **Área de Riscos (2LoD)**, na lógica de adaptação contínua de Riscos às expectativas dos reguladores e supervisores, e de forma a modernizar o processo de análise e decisão de risco de crédito no segmento empresas, o Banco procedeu à implementação de um conjunto de iniciativas com impacto na organização e no modelo de serviço definido, destacando neste último ano:

- **Reorganização da estrutura de governo** no sentido de se assegurar uma segregação de funções e cumprimento com a expectativa do supervisor:
 - ✓ **Lending Office**, fora da estrutura da Área de Riscos e inserida na 1LoD, tendo como objetivo principal assegurar a primeira análise do risco de crédito nos segmentos alvo, através da validação do alinhamento das propostas de crédito apresentadas pela Área Comercial aos critérios de gestão de riscos, limites e políticas em vigor.
 - ✓ **Rating Office**, inserida na Área de Riscos (2 LoD), com o objetivo de criar uma estrutura independente, dentro da Área de Riscos, para dinamizar a atribuição de *rating* a empresas, assente num modelo de serviço diferenciado por dimensão de empresa.
 - ✓ **Riscos ESG**, integrada em *Enterprise Risk Management (ERM)*.
- **Modernização do processo de análise e decisão de risco de crédito**, com definição de um conjunto de medidas com impacto imediato e outras medidas que irão requerer uma implementação a médio prazo.

Estrutura de Comitês de Risco

As estruturas de governo de risco devem refletir os requisitos legais e regulatórios locais e devem estar alinhadas com as estruturas estabelecidas na Corporação tanto quanto seja possível. Além disso, cada fator de risco tem os seus próprios fóruns e/ou Comitês regulares para gerir e controlar os riscos pertinentes.

Comissões do Conselho de Administração

- **Conselho de Administração** é responsável pela gestão e controlo do risco e, em particular, pela aprovação do Marco e da Apetência pelo Risco, e a promoção de uma sólida Cultura de Riscos. Para desempenhar estas funções, o Conselho de Administração delega poderes gerais de tomada de decisão na Comissão Executiva, que dedica especial atenção à gestão de riscos do Grupo.
- **Comité de Riscos**, como órgão de suporte ao Conselho, é responsável nomeadamente por aconselhar o Conselho de Administração sobre a Apetência pelo Risco e a estratégia geral, tendo em conta o ambiente financeiro e macroeconómico atual e previsível, assim como por assegurar a independência e a eficácia da função de riscos e que conta com os recursos necessários;

Comissões de nível executivo

- **Comité Executivo de Riscos (CER)** – sendo presidido pelo Presidente da Comissão Executiva (CEO), o CER é o órgão máximo de decisão de riscos, assegurando que os riscos assumidos se encontram dentro dos limites estabelecidos pela Apetência pelo Risco do Banco.
- **Comité de Controlo de Riscos (CCR)** – sendo presidido pelo CRO (Chief Risk Officer), responsável de Riscos do Banco, este Comité é responsável pelo controlo dos riscos, determinando se os riscos são geridos de acordo com a Apetência pelo Risco, tendo em conta uma visão holística de todos os riscos e envolvendo a identificação e monitorização dos riscos atuais e emergentes, e a avaliação do seu impacto no perfil de risco do Santander.
- **Chief Risk Officer (CRO)** – é responsável pela supervisão de todos os riscos, realizando um *challenge* construtivo da gestão dos negócios e seus riscos. O CRO preside ao Comité de Controlo de Riscos, que cobre todos os tipos de riscos, sendo ainda membro do Comité Executivo de Riscos, onde valida que as decisões são adotadas de acordo com as políticas e limites definidos, podendo exercer o direito de veto relativamente a qualquer proposta. Esta visão alargada de todos os riscos permite-lhe fornecer uma atualização completa ao Comité de Riscos e ao Conselho de Administração.

D. Processos e Ferramentas de Gestão

Tendo como objetivo controlar e gerir eficazmente os riscos, o Banco dispõe de uma série de processos e ferramentas-chave descritos abaixo:

Risk Appetite Assessment (RAS)

A Apetência pelo Risco (RAS) é definida como o nível máximo e tipologias de risco que o Banco está disposto a assumir, dentro da sua capacidade de risco, para atingir os seus objetivos estratégicos e a execução do seu plano de negócio. Determina o perfil de risco máximo, que consiste na avaliação, em determinada data, da exposição do Banco aos seus principais riscos, tendo em conta os mecanismos de gestão e de controlo mitigadores de risco, considerando quer os valores observados na data determinada bem como as previsões sobre a sua futura evolução (em condições normais e esforço/stress).

O Conselho de Administração estabelece anualmente a Apetência pelo Risco do Banco, sendo depois transposto para limites e políticas de gestão por tipo de risco, carteira e segmento de negócio, dentro das normas definidas. Esta vinculação dos limites de Apetência pelo Risco aos limites utilizados na gestão de unidades de negócio e carteiras é um elemento-chave para garantir eficácia da Apetência pelo Risco como instrumento de gestão.

Princípios Gerais da Apetência pelo Risco

A gestão e controlo da apetência pelo risco deve contemplar e salvaguardar os princípios estabelecidos no Marco Corporativo de Riscos, sendo regido pelos seguintes princípios:

- Responsabilidade do Conselho de Administração e da Alta Direção. O Conselho de Administração é o responsável máximo por estabelecer a apetência pelo risco e supervisionar o cumprimento do mesmo.
- Visão integral do risco. A apetência pelo risco deve considerar todos os riscos significativos aos quais o Banco está exposto, proporcionando uma visão agregada do perfil de risco e permitindo o respetivo *challenge* pelo Conselho de Administração e pela Alta Direção.
- Estimativa futura de Riscos (*forward looking view*). A apetência pelo risco deve considerar o perfil de risco desejável no momento atual e no médio prazo, considerando quer as circunstâncias mais prováveis como os cenários de stress.
- Vinculação com os planos estratégicos e de negócios e integração na gestão. A apetência pelo risco é uma referência no planeamento estratégico e de negócios. É integrada na gestão através da sua adaptação às políticas e limites de gestão das várias linhas de negócio e tipos de risco (*cascading down*), bem como através da participação de todas as LoD em todos os processos chave da apetência pelo risco.
- Coerência na apetência pelo risco das várias unidades e uma linguagem de risco comum a toda a organização. A apetência pelo risco de cada unidade do Grupo deve ser coerente com a definida nas outras unidades e para o Grupo como um todo. Existe uma taxonomia comum que facilita a comparação entre as diferentes unidades do Grupo.
- Revisão periódica, comparação contínua e adaptação às melhores práticas e requisitos regulatórios. Os limites estabelecidos pela apetência pelo risco devem ser atualizados, pelo menos anualmente, para garantir que se encontram adaptadas às condições do mercado. O seu cumprimento deve ser controlado regularmente para que o perfil de risco se mantenha dentro dos níveis estabelecidos, adotando as medidas de correção necessárias em caso de incumprimento

Estrutura de limites, seguimento e controlo

A apetência pelo risco é expressa em termos qualitativos e por limites, estruturado em torno de 5 eixos principais:

- **Volatilidade de resultados:** Tem por objetivo controlar a volatilidade máxima tendo em conta os resultados. Neste eixo incluem-se métricas que medem o comportamento e a evolução de perdas reais ou potenciais (utilizando para isso cenários de stress) no negócio.
- **Solvabilidade:** O seu objetivo é determinar o nível mínimo de capital que o Banco considera necessário manter para assumir perdas potenciais, tanto em condições normais como em condições de stress, derivadas da sua atividade e dos seus planos de negócio e estratégicos. Serão incluídas neste eixo as métricas que medem o nível de solvência do Banco (com critério regulatório e/ou económico) bem como aquelas que limitam os impactos nos níveis de solvência e o valor dos fundos próprios.
- **Liquidez:** O seu objetivo é determinar o nível mínimo de liquidez que o Banco deverá manter para realizar os pagamentos derivados da sua atividade, tanto em condições normais como de stress, considerando os seus planos de negócio e estratégicos.
- **Concentração:** O seu objetivo é limitar o impacto em capital e resultados de eventos de crédito inesperados, determinando para tal os níveis máximos de concentração que o Banco está disposto a assumir no desenvolvimento das suas atividades, considerando os seus planos de negócio e estratégicos.
- **Riscos não financeiros:** O seu objetivo é limitar o impacto de eventos não financeiros inesperados através da definição de indicadores sobre o ambiente de controlo e limites às exposições aos riscos não financeiros.

Risk Profile Assessment (RPA)

O Banco realiza exercícios para identificar e avaliar os diferentes tipos de riscos a que está exposto, envolvendo todas as linhas de defesa, estabelecendo normas de gestão que cumprem os requisitos regulamentares e refletem as melhores práticas de mercado e reforçam a cultura de risco.

Os resultados dos exercícios de identificação e avaliação do risco (RIA) são integrados na avaliação do perfil de risco do Banco, conhecido como RPA. Este exercício analisa a evolução dos riscos e identifica áreas a melhorar em cada um dos blocos:

- ➔ **Desempenho do risco**, que permite conhecer o risco residual para cada tipo de risco através de um conjunto de métricas e indicadores calibrados de acordo com standards internacionais.
- ➔ **Análise prospetiva**, baseada em métricas de stress ou identificação e avaliação das principais ameaças ao plano estratégico (*Emerging Risks*), permitindo o estabelecimento de planos de ação específicos para mitigar os seus impactos potenciais.

Análise de cenários

Outro instrumento fundamental utilizado para assegurar uma robusta gestão e controlo de riscos é a **Análise de Cenários** relacionados com o ambiente em que o Banco opera, expressos tanto em termos de variáveis macroeconómicas como de outras variáveis que afetam o Perfil de Risco do banco.

Com o objetivo de reforçar a estabilidade dos resultados, bem como dos níveis de capital e liquidez, a **Análise de Cenários** permite avaliar a resistência do Banco a cenários de *stress*, bem como identificar as possíveis ações de mitigação a serem implementadas caso se confirmem os cenários projetados.

Gestão de Riscos em 2025

Introdução

Em 2025, o Banco Santander demonstrou que a qualidade da gestão do risco continua a ser um eixo fundamental da sua atuação, em linha com a política corporativa do Grupo. Num ano marcado por pressões inflacionistas persistentes, custos energéticos elevados e um ambiente internacional instável – com a continuidade da guerra na Ucrânia, a escalada do conflito no Médio Oriente e o agravamento das tensões comerciais globais – a prudência na gestão do risco revelou-se decisiva para garantir a solidez e a confiança do Banco.

Apesar de um contexto macroeconómico nacional relativamente resiliente, os desafios foram significativos: crescimento económico moderado, ajustamentos nas taxas de juro pelo BCE e volatilidade nos mercados financeiros. Estes fatores exigiram uma abordagem rigorosa para mitigar impactos sobre a qualidade do crédito, a rentabilidade e a liquidez.

A forte Cultura de Riscos do Grupo, transversal a todas as áreas

do BST, continua a ser determinante para assegurar respostas ágeis e eficazes. Esta cultura, refletida nos valores, princípios e comportamentos dos colaboradores, permite que cada decisão incorpore uma visão integrada dos riscos – desde os riscos de crédito e mercado até aos riscos operacionais e cibernéticos, cuja relevância aumenta num cenário de instabilidade global.

Graças a esta abordagem, o Banco conseguiu adaptar-se rapidamente às mudanças, reforçando a sua capacidade de proteger a solvência, manter a confiança dos clientes e cumprir os requisitos regulatórios. Em 2025, destacam-se:

- Gestão prudente do crédito, com manutenção de indicadores de qualidade robustos.
- Proteção das margens financeiras, apesar da pressão decorrente da evolução das taxas de juro.
- Reforço das medidas de cibersegurança, face ao aumento das ameaças digitais.
- Liquidez sólida e buffers de capital robustos, garantindo resiliência perante volatilidade nos mercados.

Este desempenho confirma que, mesmo num ano marcado por incerteza geopolítica e volatilidade económica, a estratégia do Santander baseada na prudência e na cultura de risco continua a ser um fator diferenciador e essencial para enfrentar os desafios futuros.

Risco de Crédito - Principais Vetores da Atividade

- ➔ O Banco continua a manter inalterados os princípios básicos de atuação no que diz respeito à análise e concessão de risco de crédito, sendo de destacar:
- ➔ Manutenção do princípio da segmentação no tratamento de risco de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos.
- ➔ Manutenção do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos Riscos admitidos em cada um dos segmentos, visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito.
- ➔ Ao nível dos Riscos Encarteirados manutenção da política de proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, as revisões das suas linhas de crédito e antecipar eventuais problemas na sua capacidade de reembolso.
- ➔ A atuação atempada e o nível de qualidade creditícia dos clientes permitiram continuar a manter rácios de incumprimento controlados e em níveis aceitáveis.
- ➔ Desenvolvimento contínuo de melhorias nos processos de admissão, com o objetivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida.
- ➔ Manteve-se a recorrência das reuniões de acompanhamento e revisão de clientes, prática habitual do BST e que consta das políticas internas, para a deteção

antecipada de alertas na carteira de crédito.

- ➔ Ao nível dos Riscos Standardizados, manteve-se o foco na garantia da qualidade da carteira, atuando sobre os *Non-Performing Exposures*, procurando antecipar a deterioração da qualidade creditícia da carteira de crédito.
- ➔ Neste sentido manteve-se o recurso às já definidas estratégias de admissão, nos sistemas de decisão do BST, bem como o recurso aos sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos seus clientes.
- ➔ Ao nível da Gestão Corporativa de Riscos, manteve-se o foco permanente no conhecimento e acompanhamento da carteira de crédito, com vista a um rigoroso controlo do seu risco, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, de forma a permitir a tomada de medidas com vista a uma gestão correta dos Riscos do Banco.

Risco de Crédito - Gestão

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Santander, por parte dos seus clientes.

A organização da Gestão de Risco de Crédito está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes Encarteirados (tratamento à medida ou personalizado) e Clientes Não Encarteirados (standardizados ou de tratamento massivo).

São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em função do montante de risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as Instituições Financeiras e parte das empresas da Banca de Retalho. A partir de determinado nível de materialidade de exposição, a avaliação do perfil de risco destes clientes é efetuada pelos analistas do *Rating Office* (área responsável pela definição do perfil de risco dos clientes, através da atribuição e monitorização de *rating* interno, bem como pelas atividades de seguimento e monitorização, e análise individual de imparidade, reforçando assim a segregação de funções e sua independência), enquanto que as análises das operações são analisadas e avaliadas pelas equipas de *Lending Office* (área responsável pelo *credit assessment* das operações, garantindo assim a conformidade e enquadramento no perfil de risco do banco), contando igualmente com a opinião da área de Credit Office, que mantém o seu papel de análise independente das operações de crédito, assim como o seu direito de veto.

São clientes standardizados os clientes que não têm um analista de risco especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os clientes Particulares, Empresários em Nome Individual e as empresas da Banca de Retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos

baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados quando necessário com equipas de analistas de riscos especializados, tendo sido reforçadas as análises e a monitorização às métricas comportamentais nestes clientes, de forma a detetar antecipadamente possíveis deteriorações da real capacidade de pagamento dos mesmos.

Métricas e ferramentas de medição do risco

1. Ferramentas de classificação (*rating* / *scoring*)

O Banco Santander utiliza modelos próprios de atribuição de classificação de solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada *rating* ou *scoring* uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas complementado pela análise efetuada pelo analista de risco que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de Banca Minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efetuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que, entretanto, tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exijam.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto clientes Particulares como de Empresas não encarteiradas, estão implementadas ferramentas de *scoring* e de modelos de decisão que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão podem ser complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior capacidade preditiva dos riscos assumidos e que são utilizados para ações comerciais.

2. Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD).

Para além da valoração efetuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspetos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*Exposure At Default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*Loss Given Default* ou LGD).

São estes os fatores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada.

A sua combinação permite o cálculo da perda esperada (ou perda provável), a qual é considerada como mais um custo de atividade (refletindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações.

Permite também o cálculo da perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II), o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

A PD define-se como a probabilidade de que uma contraparte possa não conseguir cumprir com as suas obrigações no prazo de um ano, através da observação estatística.

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indiretos que decorrem da atividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

3. Ciclo do Risco de Crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais atuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Comité Executivo de Riscos (CER). É o CER que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

1. Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites da apetência pelo risco é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está disposto a assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da Área de Riscos, através da definição dos Planos Estratégicos Comerciais (PEC).

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, a gestão é feita ao nível do Grupo Económico em que é definida a apetência pelo risco para o mesmo, estabelecendo limites de crédito.

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de Planos Estratégicos Comerciais (PEC) onde se refletem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a atividade, a gestão de riscos associada e os meios de suporte necessários.

2. Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander. Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e sua rentabilidade. Adicionalmente, também se efetua um estudo e revisão da valoração atribuída sempre que se verifique um alerta ou evento que afete o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objeto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de Seguimento. Esta função está também especializada em função da segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detetar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, ações destinadas a mitigá-los.

Prevenção, Gestão de Incumprimento e Recuperações

A prevenção, gestão de incumprimento e recuperações no Banco Santander constituem uma atividade estratégica, integral e de negócio. Os objetivos específicos da prevenção, gestão de incumprimento e recuperações são os seguintes:

- ➔ Antecipar potenciais dificuldades dos clientes mitigando o risco de entrada em incumprimento;
- ➔ Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negocial, de modo que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negocial não seja possível, recuperações procurará então recuperar os créditos

recorrendo à via judicial.

- ➔ Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A atividade de prevenção, gestão de incumprimento e recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares & Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. Esta atividade, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta atividade é partilhada com as áreas de negócio.

A gestão preventiva e a gestão de irregulares dos clientes Particulares & Negócios, visa dotar o Banco de uma capacidade de gestão massiva e preventiva de clientes não encarteirados, feito através de estratégias e processos em ambiente omnicanal (canais de comunicação diferenciados em função da tipologia de cliente), constituindo uma abordagem sofisticada, que permite antecipar e melhorar a rapidez de resposta às dificuldades dos clientes que as demonstrem.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transações abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efetuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a conjugação do Valor Presente de cada contrato (ou Custo atual de Substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o ano de 2025 a exposição atual das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) registou um aumento, consequente da contratação de novos swaps de cobertura do crédito hipotecário com a Câmara de Compensação (EUREX CLEARING) no 1.º semestre. Ao nível de operações de câmbio não se verificou grande incremento na exposição, ainda que

durante o 1.º semestre hajam sido contratadas novas operações. Ao nível da exposição com Grupos Financeiros, a exposição e o número de operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro (tendo a EUREX CLEARING como principal câmara de compensação) aumentou. Para Grupos Não Financeiros, a exposição diminuiu significativamente, devido à exposição das operações sobre indexantes de taxas de juro (Euribor) ter diminuído

Risco de mercado de negociação, estrutural e liquidez

Este capítulo foca-se nas atividades de gestão e controlo de riscos relacionadas com o risco de mercado, distinguindo atividade negociação, riscos estruturais e riscos de liquidez. São também brevemente descritas as principais metodologias e métricas utilizadas no Santander Totta para este efeito.

O âmbito das atividades sujeitas a risco de mercado inclui as operações nas quais se assume risco patrimonial em consequência de possíveis variações de fatores de mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, renda variável e spread de crédito, entre outros), bem como o risco de liquidez dos diferentes produtos e mercados em que o Grupo opera e o risco de liquidez do balanço. Inclui os riscos da atividade de negociação e os riscos estruturais, ambos afetados pelos movimentos dos mercados.

A medição e o controlo destes riscos são assegurados por um órgão independente da gestão.

Controlo de Risco de Mercado de Negociação

Atividades sujeitas a risco de mercado

Os riscos das atividades de negociação decorrem de atividades de serviço financeiro a clientes com instrumentos não complexos, concentrando-se na cobertura dos riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros.

As operações realizadas com clientes são cobertas com o mercado, de modo a garantir uma exposição residual a este tipo de risco.

Metodologias

A metodologia aplicada no exercício de 2025, no âmbito do Santander em Portugal, para a atividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente utiliza-se a Análise de Cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras

perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR. São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente é efetuado um acompanhamento diário das posições e da conta de resultados, os quais incluem o ajuste de avaliação de crédito (CVA) e o ajuste de avaliação de débito (DVA).

Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise de *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (*clean P&L* – resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/esporádicos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco Santander em Portugal cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, etc.

Limites

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objetivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR durante o ano

O VaR manteve-se em níveis muito reduzidos, registando o valor de 31,5 mil euros a 31/12/2025.

Controlo do Risco Estrutural de Balanço

O controlo do risco estrutural de balanço incide sobre o risco de taxa de juro e o risco de liquidez.

O risco de taxa de juro decorre dos desfasamentos nos vencimentos e na reapreciação dos ativos e passivos e do impacto que movimentos adversos nas taxas de juro podem ter no valor económico ou na margem financeira do banco.

O risco de liquidez consiste no risco de o Banco não dispor dos recursos financeiros líquidos necessários para cumprir as obrigações no momento devido ou de incorrer num custo excessivo para as cumprir.

Metodologias

O risco de taxa de juro do balanço é medido através da modelização das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de reapreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco.

Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (*stress test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas.

Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo, bem como indicadores de liquidez intradiária em situações normais e de stress e indicadores de alerta precoce.

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas do BCE situou-se em 132,54% a 31/12/2025.

Limites

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- **Taxa de juro e Spread de Crédito:** Sensibilidade da margem financeira e do valor económico, *stress test* da carteira ALCO, VaR, *stress test* de CSRRB;
- **Liquidez:** *Buffer* de liquidez, cenários de stress, rácios de liquidez de curto prazo e estrutural, rácios de oneração de ativos e de concentração.

Risco Operacional

Definição e objetivos

O Banco Santander em Portugal, de acordo com a CRR¹, define o risco operacional como o risco de perda devido à inadequação ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou a eventos externos, incluindo o risco legal/regulatório, o risco de modelo e o risco de TIC², mas excluindo o risco estratégico ou reputacional".

O risco operacional é inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas e é gerado em todas as áreas de negócio e de suporte. Por esse motivo, todos os colaboradores são responsáveis pela gestão do risco operacional inerente às atividades, processos e sistemas das suas funções habituais.

O principal objetivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional consiste na identificação, avaliação, medição, controlo, mitigação e reporte deste mesmo risco, sendo que a identificação e mitigação das fontes de risco constituem uma prioridade para o Banco, independentemente de as mesmas terem originado ou não perdas efetivas.

De acordo com o *Capital Requirements Regulation* (CRR) o Santander utiliza o método-padrão único, *Standardised Measurement Approach* (SMA) para cálculo dos requisitos de fundos próprios para Risco operacional.

Modelo de gestão

O modelo organizativo do Banco Santander em Portugal em termos de controlo e gestão do Risco Operacional, resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

A supervisão e controlo do risco operacional são realizados através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem de forma periódica na sua gestão o tratamento de aspetos relevantes em matéria de controlo e mitigação do Risco Operacional.

Com o objetivo de cumprir os requisitos regulatórios e de acordo com as melhores práticas do setor bancário, o Grupo definiu um modelo organizacional estruturado em três linhas de defesa.

A primeira linha de defesa, é constituída por todas as unidades de negócio e funções de suporte, sendo responsável pelo risco operacional originado nas suas áreas e tem como principal função a identificação, avaliação, monitorização, mitigação e reporte deste risco.

A segunda linha de defesa é constituída pela área com função de controlo de Risco Operacional, e é responsável, por um lado por supervisionar o controlo efetivo do risco operacional nas suas diferentes vertentes, e por outro lado por avaliar se a sua gestão está em linha com o definido e se respeita os níveis de tolerância estabelecidos para o efeito.

A segunda linha de defesa é uma função independente e complementa as funções de gestão e controlo da primeira linha.

A terceira linha de defesa é constituída pela Auditoria Interna, um órgão independente que assume funções de controlo e avalia periodicamente se as políticas, metodologias e procedimentos são adequadamente implementados.

As diversas etapas do modelo de gestão e controlo permitem:

- ➔ Identificar o risco operacional inerente a todas as atividades, produtos, processos e sistemas do Banco;
- ➔ Definir o perfil de risco operacional, através da medição de métricas e indicadores por área e horizonte temporal, e estabelecer limites de tolerância e apetência ao risco;
- ➔ Realizar e seguir o orçamento de risco operacional;
- ➔ Promover o envolvimento e integração de todos os colaboradores na cultura do risco operacional através da realização de formação em matéria de risco operacional e através da realização de reuniões periódicas;
- ➔ Medir e avaliar o risco operacional de forma objetiva, continuada e coerente tendo por base as exigências regulatórias (Basileia, Banco de Portugal, entre outros);
- ➔ Efetuar um seguimento contínuo e sistemático das fontes de exposição ao risco e implementar os respetivos mecanismos de controlo para minimizar eventuais perdas;
- ➔ Estabelecer medidas e ações de mitigação que reduzam e mitiguem o risco operacional;
- ➔ Elaborar apresentações e relatórios periódicos de risco operacional, e realizar a sua divulgação junto dos diversos órgãos de gestão e supervisão (internos e externos).

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- ➔ Promover o desenvolvimento de uma cultura de risco operacional robusta;
- ➔ Permitir uma gestão integral e eficaz do risco operacional (prevenção, identificação, medição/avaliação, controlo / mitigação, e reporte);
- ➔ Melhorar o conhecimento dos riscos operacionais, tanto reais como potenciais, e estabelecer a sua relação com as linhas de negócio e de suporte;
- ➔ Incrementar a melhoria dos processos e controlos e mitigar/reduzir eventuais perdas;
- ➔ Facilitar o estabelecimento de limites de apetência pelo risco operacional.

¹Regulamento (EU) 2024/1623 do Parlamento Europeu que modifica o Regulamento (UE) 575/2013 sobre requisitos de capital ou CRR

²De acordo com a EBA, o risco das TIC significa Tecnologias da Informação e da Comunicação

No que respeita à identificação, medição e avaliação do risco operacional, foram definidos diversos instrumentos quantitativos e qualitativos, que de forma conjunta permitem realizar um diagnóstico em matéria de risco operacional e classificar/avaliar as diversas áreas relativamente à gestão do seu próprio risco.

A análise quantitativa realiza-se fundamentalmente através de instrumentos que registam e quantificam o potencial nível de perdas associados a eventos de risco operacional, nomeadamente:

- Base de dados de eventos internos, cujo objetivo consiste no registo de eventos de risco operacional, com ou sem eventuais impactos contabilísticos. Existem processos de conciliação contabilística que garantem a qualidade da informação incluída na base de dados;
- Base de dados de eventos externos, que disponibiliza informação quantitativa e qualitativa e facilita uma análise mais detalhada e estruturada dos eventos relevantes que possam ocorrer no setor;
- Análise de cenários, em que participam diversas áreas de negócio, segunda linha e coordenadores de risco operacional, tendo como objetivo a identificação de potenciais eventos com baixa probabilidade de ocorrência e elevada severidade para a instituição. Avalia-se o possível impacto e identificam-se se necessário, controlos adicionais e/ou medidas de mitigação, que minimizem o seu impacto.

A análise qualitativa permite avaliar aspetos relacionados com o perfil de risco. Os instrumentos utilizados são fundamentalmente:

- Autoavaliação de Risco Operacional (RCSA – *Risk Control Self-Assessment*), cujo objetivo principal consiste em identificar e avaliar os riscos operacionais em relação aos controlos existentes, e identificar eventuais medidas de mitigação.
- Indicadores (ORIs – *operational risk indicators*), são parâmetros de natureza diversa (métricas, índices e medidas) que disponibilizam informação útil acerca da exposição ao risco. Estes indicadores e respetivos limites são revistos periodicamente para alertar sobre alterações que possam antecipar a materialização dos principais riscos.
- Recomendações da auditoria interna, dos auditores externos, das funções de controlo e reguladores, que proporcionam informação relevante sobre o risco, e permitem a identificação de eventuais debilidades e aspetos de melhoria.

O Banco desenvolve ainda modelos de supervisão e de controlo específicos em matéria de gestão de riscos tecnológico e ciber de modo a garantir o adequado seguimento dos sistemas de informação e o reforço da proteção cibernética do Banco. Não obstante, impera o princípio da homogeneização pelo que os modelos se encontram perfeitamente alinhados com as ferramentas e com os instrumentos de gestão do risco operacional já anteriormente mencionados.

Adicionalmente, existe ainda um conjunto de diversos instrumentos que complementam e asseguram um sólido ambiente de controlo, nomeadamente:

- Políticas e procedimentos;
- Planos de ação e/ou ações corretivas /mitigadoras;
- Gestão de crises e Plano de Continuidade de Negócio;
- Mecanismos de transferência de riscos e seguros;
- Acordo com terceiros e controlo de fornecedores.

O Banco continua a reforçar a implementação do programa de gestão avançada de risco operacional, tendo como principais objetivos o envolvimento de todos os colaboradores e dos órgãos de gestão no controlo e mitigação do risco operacional. A implementação e divulgação da cultura de riscos do Banco Santander Totta continua a ser uma forte prioridade da instituição permitindo uma avaliação e monitorização mais eficiente do risco operacional e facilitando a tomada de decisão por parte das áreas de negócio e da Administração.

O Banco continua, também, a desenvolver ações no sentido de melhorar a eficácia das diferentes ferramentas de gestão do risco operacional, efetuando ações de benchmarking com a Corporação e diferentes geografias do Grupo e desafiando simultaneamente as 1LoD para a prevenção e mitigação do Risco Operacional através da promoção de várias iniciativas onde se inclui a consciencialização, prevenção e mitigação dos riscos de fraude externa, Cybersecurity, Riscos ESG, entre outros.

A resiliência operacional digital é uma prioridade, face à evolução da digitalização dos serviços financeiros, quer através da utilização de meios digitais por parte dos consumidores e das empresas, quer pelos novos *players* no mercado que estão a utilizar novas tecnologias e pela sua própria sofisticação, quer pela evolução dos atuais modelos empresariais. É crucial robustecer a capacidade do Banco se preparar, adaptar, resistir e recuperar rapidamente, com o mínimo de tempo de inatividade e de impacto, de interrupções, quer sejam ciberataques, *insider threats*, eventos geopolíticos, pandemias, eventos atmosféricos, etc.

Risco de Cumprimento e Reputacional

O risco de Cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a instituição, com projeção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à atividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afetação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

Por sua vez, entende-se por Risco Reputacional a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a Instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma percepção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

A gestão dos riscos de cumprimento e reputacional é coordenada pela área de Cumprimento e Conduta, ao abrigo de políticas internas que têm por finalidade a gestão dos riscos, tal como definidos nos parágrafos anteriores, determinando mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretizem; ii) identificar, reportar à Administração, gerir, e superar as situações que, eventualmente, se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, se necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, deteção antecipada, mitigação e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspetos que decorrem do que fica exposto, o quadro normativo interno relativo aos Riscos de Cumprimento e ao Risco Reputacional, abrangem, designadamente, os instrumentos identificados na lista abaixo, que são referidos pelo seu particular impacto na prevenção e gestão dos riscos em apreço.

Políticas e instrumentos de risco de cumprimento

- ➔ Valores Corporativos que se traduzem em “comportamentos” concretos, os quais pautam a conduta de todos os colaboradores;
- ➔ Marco Corporativo de Cumprimento e Conduta;
- ➔ Política Global de Cumprimento;
- ➔ Políticas em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo;
- ➔ Códigos de conduta (com três dimensões: geral; na relação com os clientes e relativo ao mercado de valores);

- ➔ Política e Procedimentos de Comercialização e de Seguimento de Produtos;
- ➔ Política de Prevenção, Comunicação e Sanação de Conflitos de Interesses;
- ➔ Política de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais;
- ➔ Políticas de Prevenção do Suborno e da Corrupção e de Defesa Corporativa (o Santander possui uma Política Corporativa de Prevenção da Corrupção, incluindo, entre outros: i) Um canal de denúncias (Canal Aberto) onde qualquer colaborador, fornecedor ou cliente pode comunicar, de forma confidencial e anónima, quaisquer eventuais violações dos Códigos de Conduta e/ou da Política de Prevenção da Corrupção e ii) outras eventuais irregularidades);
- ➔ Monitorização e seguimento de novos normativos;
- ➔ Articulação com as autoridades de supervisão e seguimento de ações por elas desenvolvidas.
- ➔ Adicionalmente foi concebido um programa de formação obrigatória destinada a todos os colaboradores

Políticas de Risco Reputacional

- ➔ Política de Risco Reputacional;
- ➔ Política de Atividades Sensíveis (limita a assunção de riscos por parte do Banco nestas atividades sensíveis e exige que estas sejam identificadas, analisadas, autorizadas e controladas pelos mais altos órgãos de decisão locais);
- ➔ Política para o Setor da Defesa (definindo os critérios a seguir na atividade financeira relacionada com este setor)

Os dois fundamentos e objetivos essenciais da função de Conformidade (corporizada na área de Cumprimento e Conduta do Banco) são por um lado, a prevenção, o acompanhamento e o controlo dos riscos de conformidade enquanto objeto autónomo, ainda que inserido no contexto mais amplo da atividade do Banco e por outro lado, a deteção e a mitigação e superação de eventuais desconformidades.

Sem prejuízo da existência de um quadro institucional e de governo estabilizado e de um conjunto significativo de atividades de gestão de risco realizadas de forma recorrente, a atividade da área de Cumprimento e Conduta é ajustada ao ambiente regulatório, às expectativas dos supervisores e à evolução do perfil de risco do Banco, de acordo com a atividade efetivamente desenvolvida em cada momento, o que é tanto mais relevante quanto é certo que se regista permanentemente um elevado dinamismo nestas matérias que, naturalmente, acaba por ter impacto também no exercício da função.

Para o efeito, é elaborado e aprovado anualmente um Plano de Atividades que incorpora tarefas definidas em resultado de um

conjunto de fontes, que incluem os processos de auto-avaliação de riscos por parte da área de cumprimento e conduta, os exercícios anuais de autoavaliação de riscos por parte das diversas áreas de 1.ª linha de defesa (*Risk Control Self Assessment*), as atividades decorrentes da função especializada na identificação e análise de nova regulamentação com impacto na atividade do Banco ("radar regulatório"), os aspetos decorrentes de determinações e recomendações emitidas por entidades de supervisão e/ou auditores internos e externos, os eventuais alertas associados a métricas definidas em matéria de apetência pelo risco, as atividades de gestão de risco com base em informação relevante obtida de quaisquer outras fontes internas e externas e as atividades que decorrem do aperfeiçoamento/melhoria de processos e sistemas existentes (melhoria contínua).

Neste contexto, existem atividades que podem consubstanciar-se em ações de comunicação ou sensibilização, criação de grupos de trabalho para implementação de regulamentação, desenvolvimento de medidas em matéria de governo interno (incluindo a aprovação e revisão de normativos), implementação de melhorias em matéria de gestão de dados e produção de reportes, melhoria de processos, implementação de controlos e/ou desenvolvimento de outros procedimentos de gestão de risco.

No período em questão, a estratégia adotada pela função teve como foco principal a melhoria da gestão dos riscos críticos e o fortalecimento da Cultura de Riscos.

Informação Complementar

Prevenção de branqueamento de capitais

Financial Crime Compliance (FCC)

A função de cumprimento em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (PBCFT) do Banco Santander, S.A. está corporizada na área de *Financial Crime Compliance* (FCC), integrada na área de Cumprimento e Conduta, que materializa a função de “*compliance*” de forma independente e permanente, e no Comité de Análise e Resolução que é um órgão de controlo interno para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

A área de FCC dispõe de autonomia funcional e reporta ao responsável da área de Cumprimento e Conduta (*Chief Compliance Officer*). Tem como objetivo principal a gestão dos riscos de cumprimento relativos ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e sanções, zelando para que a atividade se desenvolva em conformidade com o regime jurídico e regulamentar aplicável, bem como na prevenção e na mitigação do risco reputacional.

Para este efeito, além de contar com um “Responsável pelo Cumprimento Normativo” e de uma estrutura orgânica especializada e dedicada, existem normativos internos que suportam os procedimentos e controlos específicos que constituem o sistema de controlo interno em matéria de FCC, que é objeto de auditoria anual.

Ao Responsável pelo Cumprimento Normativo nesta matéria, compete, de acordo com o previsto na legislação aplicável:

- Participar na definição e emitir parecer prévio sobre as políticas e os procedimentos e controlos destinados a prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo;
- Acompanhar, em permanência, a adequação, a suficiência e a atualidade das políticas e dos procedimentos e controlos em matéria de PBCFT, propondo as necessárias atualizações;
- Participar na definição, acompanhamento e avaliação da política de formação interna;
- Assegurar a centralização de toda a informação relevante que provenha das diversas áreas de negócio do Banco;

- Desempenhar o papel de interlocutor das autoridades judiciais, policiais e de supervisão e fiscalização, designadamente dando cumprimento ao dever de comunicação previsto no art.º 43 da Lei n.º 83/2017 e assegurando o exercício das demais obrigações de comunicação e colaboração.

Ao *Chief Compliance Officer* compete, nomeadamente, a coordenação da área de FCC e a avaliação de situações que lhe sejam submetidas pelo Responsável de Cumprimento Normativo.

Ao Comité de Análise e Resolução compete, nomeadamente:

- Aprovar as políticas e objetivos gerais do sistema de prevenção de Branqueamento de Capitais e de Financiamento do Terrorismo e do normativo aplicável às diferentes áreas e órgãos;
- Efetuar o seguimento de atividades da área de FCC;
- Aprovar os procedimentos específicos que devam ser adotados na matéria por qualquer área;
- Aprovar os programas de formação e efetuar o seguimento da respetiva execução;
- Efetuar o seguimento da implementação das recomendações de auditoria interna e externa, bem como de determinações específicas e das recomendações que venham a ser emanadas pelas autoridades de supervisão.

Em 2025, foram efetuados os seguintes reportes aos Supervisores:

- Reporte à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) em matéria de PBCFT, ao abrigo do previsto no n.º 1 do artigo 18.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2020, alterado pelo Regulamento n.º 5/2025 da CMVM).
- Reporte ao Banco de Portugal (BdP) em matéria de PBCFT, ao abrigo do previsto no artigo 83.º do Aviso n.º 1/2022 do BdP, alterado pelos Avisos n.º 1/2023 e n.º 3/2024, ambos do BdP.
- Reporte à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) em matéria de PBCFT, ao abrigo do previsto no artigo 29.º da Norma Regulamentar n.º 10/2024-R, da ASF.

Estrutura acionista

Acionista	Nº ações	%
Banco Santander, SA	1.383.690.177	99,42%

Movimento de ações próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 30 de maio de 2025, o Banco Santander Totta S.A. (BST), diretamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir ações próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de dezembro de 2025, o BST detinha 6.326.736 ações próprias, correspondentes a 0,455% do seu capital social.

O acréscimo no número de ações próprias detidas face ao final do exercício de 2024 traduz, exclusivamente, o impacto das fusões simplificadas por incorporação no BST da sua subsidiária Taxagest – S.G.P.S. e da sua acionista maioritária, Santander Totta, S.G.P.S., que detinham, até então, participações diretas no BST, e ainda ações próprias no caso da Santander Totta, S.G.P.S., tendo as mesmas produzido efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2025.

TRANSAÇÃO COM AÇÕES PRÓPRIAS NO ANO DE 2025

Banco Santander Totta, S.A.	Número de ações	Valor Nominal por Ação (€)	% no Capital Social
Saldo em 31/12/2024	435.492	1,00	0,031%
Efeito das Fusões por incorporação	5.891.244	1,00	0,423%
Saldo em 31/12/2025	6.326.736	1,00	0,455%

Movimento de ações e obrigações dos membros dos Órgãos Sociais do Banco Santander Totta, SA

Publicidade de participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização - artigo 447.º Código das Sociedades Comerciais							
	Entidade	Posição a 31/dez/2024	Movimentos em 2025				Posição a 31/dez/2025
			Data	Operação	Quantidade	Preço Unitário Euros	
José Carlos Brito Sítima	Ações Banco Santander, SA	157,425	26-03-25	Alienação	30,000	6.57	127,425
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Ações Banco Santander, SA	364,778	19-02-25	Aquisição (atribuição)	79,275	5.72	269,053
			13-11-25	Alienação	175,000	9.53	
Amílcar da Silva Lourenço	Ações Banco Santander, SA	25,027	19-02-25	Aquisição (atribuição)	23,559	5.72	33,586
			06-03-25	Alienação	15,000	6.25	
Ana Cristina Mendes Torres *	-	0					0
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais	-	0					0
Cecília Richards Bustelo *	Ações Banco Santander, SA	-					23,064
Cristina Alvarez Alvarez	Ações Banco Santander, SA	45,712	14-02-25	Aquisição	5,911	5.72	35,831
			14-02-25	Aquisição	4,805	5.72	
			14-02-25	Aquisição	24,403	5.72	
			20-02-25	Alienação	45,000	5.85	
Daniel Abel Monteiro Palhares Traça	-	0					0
Henrique Salema de Carvalho e Silva *	Ações Banco Santander, SA	-					7,800
Isabel Cristina da Silva Guerreiro	Ações Banco Santander, SA	41,890	06-02-25	Aquisição (atribuição)	10,824	5.63 €	51,440
			17-02-25	Alienação	41,890	5.80 €	
			19-02-25	Aquisição (atribuição)	40,616	5.72 €	
João Manuel Barbosa Veiga Anjos **	Ações Banco Santander, SA	-					21,839
	Obrigações Floating Rate Note Perpetual (Banco Santander, SA)	200,000					200,000
João Pedro Cabral Tavares	-	0					0
Manuel António Amaral Franco Preto ***	Ações Banco Santander, SA	186,587	18-02-25	Alienação	905	5.96	(cont.)
			18-02-25	Alienação	181	5.96	
			18-02-25	Alienação	3,294	5.96	
			18-02-25	Alienação	1,960	5.96	
			18-02-25	Alienação	2,079	5.96	
			18-02-25	Alienação	427	5.96	
			18-02-25	Alienação	3,674	5.96	
			18-02-25	Alienação	2,079	5.96	
			18-02-25	Alienação	2,044	5.96	
			18-02-25	Alienação	817	5.96	
			18-02-25	Alienação	1,001	5.96	
			18-02-25	Alienação	2,079	5.96	
			18-02-25	Alienação	1,894	5.96	
			18-02-25	Alienação	1,001	5.96	
			18-02-25	Alienação	1,182	5.96	
			18-02-25	Alienação	1,058	5.96	
			18-02-25	Alienação	2,079	5.96	
			18-02-25	Alienação	2,046	5.96	
			18-02-25	Alienação	200	5.96	
			18-02-25	Alienação	4,822	5.96	
			18-02-25	Alienação	185	5.96	
			18-02-25	Alienação	373	5.96	
			18-02-25	Alienação	179	5.96	
			18-02-25	Alienação	671	5.96	
			18-02-25	Alienação	3,120	5.96	
			18-02-25	Alienação	1,940	5.96	
			18-02-25	Alienação	1,001	5.96	
			18-02-25	Alienação	623	5.96	
			18-02-25	Alienação	2,037	5.96	
			18-02-25	Alienação	3,418	5.96	
			18-02-25	Alienação	1,001	5.96	
			18-02-25	Alienação	2,037	5.96	
			18-02-25	Alienação	719	5.96	
			18-02-25	Alienação	1,001	5.96	
			18-02-25	Alienação	1,364	5.96	
			18-02-25	Alienação	1,898	5.96	
			18-02-25	Alienação	1,001	5.96	
			18-02-25	Alienação	1,475	5.96	
			18-02-25	Alienação	1,058	5.96	
			18-02-25	Alienação	77	5.96	
			18-02-25	Alienação	550	5.96	
			18-02-25	Alienação	988	5.96	

* No período entre 03.05.2025 e 31.12.2025
** No período entre 21.11.2025 e 31.12.2025
*** No período entre 01.01.2025 e 30.07.2025

Publicidade de participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização - artigo 447.º Código das Sociedades Comerciais					
Entidade	Posição a 31/dez/2024	Movimentos em 2025			Posição a 31/dez/2025
		Data	Operação	Quantidade	Preço Unitário Euros
Manuel António Amaral Franco Preto ***	Ações Banco Santander, SA	18-02-25	Alienação	874	5.96
		18-02-25	Alienação	2,079	5.96
		18-02-25	Alienação	2,061	5.96
		18-02-25	Alienação	272	5.96
		18-02-25	Alienação	899	5.96
		18-02-25	Alienação	1,000	5.96
		18-02-25	Alienação	2,079	5.96
		18-02-25	Alienação	2,030	5.96
		18-02-25	Alienação	1,000	5.96
		18-02-25	Alienação	1,057	5.96
		18-02-25	Alienação	680	5.96
		18-02-25	Alienação	271	5.96
		18-02-25	Alienação	2,079	5.96
		18-02-25	Alienação	4,795	5.96
		18-02-25	Alienação	2,044	5.96
		18-02-25	Alienação	310	5.96
		18-02-25	Alienação	1,001	5.96
		18-02-25	Alienação	2,079	5.96
		18-02-25	Alienação	1,852	5.96
		18-02-25	Alienação	1,046	5.97
		18-02-25	Alienação	1,883	5.97
		18-02-25	Alienação	3,118	5.97
		18-02-25	Alienação	763	5.97
		18-02-25	Alienação	2,079	5.97
		18-02-25	Alienação	1,111	5.97
		19-02-25	Alienação	1,427	5.93
		19-02-25	Alienação	1,296	5.93
		19-02-25	Alienação	5,246	5.93
		19-02-25	Alienação	2,884	5.93
		19-02-25	Alienação	1,427	5.93
		19-02-25	Alienação	929	5.93
		19-02-25	Alienação	912	5.93
		19-02-25	Alienação	1,224	5.93
		19-02-25	Alienação	1,976	5.93
		19-02-25	Alienação	1,427	5.93
		19-02-25	Alienação	3,302	5.93
		19-02-25	Alienação	913	5.93
		19-02-25	Alienação	1,223	5.93
		19-02-25	Alienação	814	5.93
		19-02-25	Aquisição (atribuição)	55,857	5.72
		14-03-25	Alienação	918	6.03
		14-03-25	Alienação	1,231	6.03
		14-03-25	Alienação	1,307	6.03
		14-03-25	Alienação	1,200	6.03
		14-03-25	Alienação	382	6.03
		14-03-25	Alienação	1,014	6.03
		14-03-25	Alienação	4,250	6.03
		14-03-25	Alienação	1,323	6.03
		14-03-25	Alienação	1,014	6.03
		14-03-25	Alienação	1,235	6.03
		14-03-25	Alienação	1,200	6.03
		14-03-25	Alienação	1,256	6.03
		14-03-25	Alienação	1,014	6.03
		14-03-25	Alienação	5,000	6.03
		14-03-25	Alienação	2,656	6.03
		17-02-25	Alienação	10,000	5.85
		18-02-25	Alienação	10,000	5.90
		18-02-25	Alienação	10,000	5.95
		18-02-25	Alienação	10,000	5.87
		19-02-25	Aquisição (atribuição)	46,032	5.72
		24-02-25	Alienação	10,000	5.95
Miguel Belo de Carvalho	Ações Banco Santander, SA	25-02-25	Alienação	10,000	6.10
		26-02-26	Alienação	10,000	6.21
		28-02-25	Alienação	10,000	6.22
		14-03-25	Alienação	10,000	6.20
		14-03-25	Alienação	10,000	6.23
		17-03-25	Alienação	10,000	6.27
		17-03-25	Alienação	10,000	6.30
		17-03-25	Alienação	10,000	6.33
Rodrigo Echenique Gordillo **	Ações Banco Santander, SA	-	-	-	1,666,407
Susana Cristina Marques Casimiro Rodrigues Ferreira da Silva *	Ações Banco Santander, SA	-	-	-	30,167

* No período entre 03.05.2025 e 31.12.2025
** No período entre 21.11.2025 e 31.12.2025
*** No período entre 01.01.2025 e 30.07.2025

Funções exercidas pelos membros dos Órgãos Sociais do Banco Santander Totta, SA

Cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria em outras sociedades a 31 de dezembro de 2025				
Administrador	Qualificação	Cargos Exercidos no BST	Cargos Exercidos em empresas do Grupo Santander	Outros Cargos Atividades em exercício
José Carlos Brito Sítima	Não Independente	Presidente do Conselho de Administração (NE)	-	Câmara do Comércio e Indústria Luso-Espanhola (Membro da Junta Diretiva NE, designado pelo Banco Santander Totta, SA)
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Não Independente Executivo	Vice - Presidente do Conselho de Administração Presidente da Comissão Executiva (CEO)	PagoNxt, S.L. (Membro do Conselho de Administração NE) Santander UK Group Holdings, plc (Membro do Conselho de Administração NE) Santander UK, plc (Membro do Conselho de Administração NE)	Associação Portuguesa de Bancos (Vogal da Direção, designado pelo Banco Santander Totta, SA) BRP - Associação Business Roundtable Portugal (Associado, em representação do Banco Santander Totta, SA) Centro Paroquial São Francisco de Paula (Diretor NE) Endeavor Global Portugal, Associação (Membro do Conselho de Administração, designado pelo Banco Santander Totta, SA) Fundação Alfredo de Sousa (Membro do Conselho de Curadores, designado pelo Banco Santander Totta, SA) ISEG - Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa (Membro do Conselho de Escola) MindAlliance Portugal (Membro do Conselho Consultivo, designado pelo Banco Santander Totta, SA) The Trilateral Commission (Membro do Grupo Europeu)
Amílcar da Silva Lourenço	Não Independente Executivo	Membro do Conselho de Administração Membro da Comissão Executiva	-	CIP - Confederação Empresarial de Portugal (Vice-Presidente do Conselho Geral, designado pelo Banco Santander Totta, S.A.) COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação (Presidente do Conselho Fiscal, designado pelo Banco Santander Totta, SA)
Ana Cristina Mendes Torres	Independente	Membro do Conselho de Administração (NE) Membro da Comissão de Auditoria Presidente do Comité de Remunerações Membro do Comité de Riscos Membro do Comité de Nomeações	-	Omnitécnica – Sociedade Comercial e Industrial Electrotécnica, S.A. (Presidente do Conselho Fiscal e membro da Comissão de Remunerações) Fundação Mendes Gonçalves (Membro do Conselho de Administração NE)
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Moraes	Independente	Membro do Conselho de Administração (NE) Presidente da Comissão de Auditoria Membro do Comité de Nomeações	-	Águas do Vale do Tejo, S.A. (Presidente do Conselho Fiscal) EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (Presidente do Conselho Fiscal) Comissão de Normalização Contabilística (Membro do Conselho Geral, como "Personalidade de reconhecido mérito" e Vice-Presidente) ISEG - Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa (Membro do Conselho Científico e Professora Catedrática em Licença Sabática)
Cecília Richards Bustelo	Não Independente	Membro do Conselho de Administração (NE) Membro do Comité de Riscos Membro do Comité de Nomeações	Banco Santander España, SA (Head of Enterprise Risk Management, Non-Financial Risks and ESG.) Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L. (Membro do Conselho de Administração NE)	-
Cristina Alvarez Alvarez	Não Independente	Membro do Conselho de Administração (NE) Membro do Comité de Remunerações	Banco Santander España, SA (Head of T&O) Santander de Titulización, S.G.F.T., S.A. (Membro do Conselho de Administração NE) Santander Global Technology and Operations, SL Unipersonal (Membro do Conselho de Administração NE)	AEDAS HOMES, SA (Membro do Conselho de Administração NE, Presidente da Comissão de Tecnologia, Inovação e Cibersegurança e Membro do Comité de Remunerações e Nomeações) IE Business School, Madrid (Senior Advisory)
Daniel Abel Monteiro Palhares Traça	Independente	Membro do Conselho de Administração (NE) Membro da Comissão de Auditoria Presidente do Comité de Nomeações Membro do Comité de Riscos Membro do Comité de Remunerações	-	ESADE Ramon Llull University (Diretor Geral) TAP – Transportes Aéreos Portugueses, S.A. Comissão Especial de Acompanhamento da Privatização (Presidente)
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Independente	Membro do Conselho de Administração (NE) Membro da Comissão de Auditoria Membro do Comité de Riscos Membro do Comité de Remunerações	-	Consultor Independente Quinta das Malhadas, S.A. (Presidente do Conselho de Administração NE)
Isabel Cristina da Silva Guerreiro	Não Independente Executivo	Membro do Conselho de Administração Vice-Presidente da Comissão Executiva	Santander Bank Polska, S.A. (Membro do "Supervisory Board" NE)	-
João Manuel Barbosa Veiga Anjos	Não Independente Executivo	Membro do Conselho de Administração Membro da Comissão Executiva	-	-
João Pedro Cabral Tavares	Independente	Membro do Conselho de Administração (NE) Membro da Comissão de Auditoria Presidente do Comité de Riscos Membro do Comité de Remunerações Membro do Comité de Nomeações	Fundação Santander Portugal (Membro do Conselho de Curadores)	ACEGE - Associação Cristã de Empresários e Gestores (Presidente do Conselho Estratégico) AICD – Associação Para Inserção por Centros Digitais de Informação (Membro do Conselho Estratégico) C-More Sustainability, Lda (Senior Advisory) Fundação Gaudium Magnum - Maria e João Cortez de Lobão (Membro do Conselho de Administração NE) Fundação Gonçalo da Silveira (Membro do Conselho de Curadores) IES - Social Business School (Presidente do Conselho de Administração NE) UNIAPAC Europe (Presidente) PWN (Professional Women's Network) Lisbon - Associação (Membro do Conselho de Administração - NE) NTT DATA Portugal, SA (Advisory Director e professor Universidade Católica Portuguesa)
Miguel Belo de Carvalho	Não Independente Executivo	Membro do Conselho de Administração Membro da Comissão Executiva	Portal Universia Portugal – Prestação de Serviços de Informática, SA (Presidente do Conselho de Administração NE) Fundação Santander Portugal (Presidente do Conselho de Curadores)	Universidade Lusíada - Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa (Membro do Conselho Consultivo) SIBS – Forward Payment Solutions, SA (Membro do Conselho de Administração NE) SIBS SGPS, SA (Membro do Conselho de Administração NE) Unicre - Instituição Financeira de Crédito, SA (Membro da Comissão de Acionista para Acompanhamento da Atividade e dos Negócios Sociais da Unicre) ACEGE - Associação Cristã de Empresários e Gestores (Membro do Conselho Estratégico)
Rodrigo Echenique Gordillo	Não Independente	Membro do Conselho de Administração (NE)	Fundação Banco Santander (Presidente do Conselho de Curadores e Membro da Comissão Executiva)	Inditex SA (Membro do Conselho de Administração, Membro da Comissão de Auditoria e de Cumprimento, Membro do Comité de Nomeações e Presidente do Comité de Remunerações) Fundación Consejo España-EE.UU (Membro do Conselho de Curadores) Fundación del Teatro Real (Membro do Conselho de Curadores) Escuela Superior de Música Reina Sofía (Membro do Conselho de Curadores) Fundación PRO CNIC (Membro do Conselho de Curadores)
Susana Cristina Marques Casimiro Rodrigues Ferreira da Silva	Não Independente Executivo	Membro do Conselho de Administração Membro da Comissão Executiva	-	-

Indicadores Alternativos de Desempenho

Apresenta-se um conjunto de Indicadores Alternativos de Desempenho (IAD), utilizado no Relatório de Gestão, elaborado, na sua maioria, conformidade com as orientações emitidas pela ESMA (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) em 5 de outubro de 2015 (ESMA/2015/1415pt).

O Banco utiliza, para análise da gestão, um conjunto de indicadores, para medição da rentabilidade, eficiência e dinâmicas de volumes de negócio. Na sua maioria, estes indicadores são derivados da informação financeira divulgada de acordo com as normas contabilísticas em vigor (informação IFRS), mas outros são calculados com informação de gestão (informação MIS), não diretamente relacionável com a informação IFRS. De igual modo, alguns indicadores podem ser calculados corrigindo de movimentos não recorrentes, visando traduzir a dinâmica subjacente da atividade, rentabilidade e eficiência do Banco.

Os indicadores são discriminados seguidamente, efetuando-se a remissão, no possível, para a informação IFRS.

Margem financeira

"Receitas de juros" deduzidas das "Despesas com juros", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Rendimento de instrumentos de capital

"Receitas de dividendos", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Comissões líquidas

"Receitas de taxas e comissões" deduzidas das "Despesas com taxas e comissões", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Outros resultados de exploração

"Outras receitas operacionais" deduzidas de "Outras despesas operacionais", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Margem comercial

Soma da "Margem financeira", "Rendimento de instrumentos de capital", "Comissões líquidas" e "Outros resultados de exploração".

Resultados em operações financeiras

Soma de "Ganhos ou perdas com o desconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido", "Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido", "Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido", "Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido", "Ganhos ou perdas com o desconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Produto bancário

"Margem comercial" adicionada de "Resultados em operações financeiras".

Custos operacionais

Soma de "Despesas com pessoal", de "Outras despesas administrativas" e de "Depreciação", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado de exploração

"Produto bancário" subtraído de "Custos operacionais" e de "Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Imparidade, provisões líquidas e outros resultados

Soma de "Provisões ou reversão de provisões", de "Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados", de "Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros", de "Ganhos ou perdas outros, valor líquido" e de "Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Provisões líquidas

"Provisões ou reversão de provisões", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Imparidade líquida de ativos financeiros ao custo amortizado

"Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados – Ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Imparidade líquida de ativos não financeiros

"Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam

"Resultado de exploração" subtraído de "Imparidade, provisões líquidas e outros resultados".

Impostos

"Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em operação", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam

"Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam" deduzido de "Impostos".

Interesses que não controlam

"Lucros ou prejuízos do exercício – atribuíveis a participações minoritárias sem controlo", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST, também designado por Resultado Líquido

"Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam", deduzido de "Interesses que não controlam".

Resultado dos ativos não correntes detidos para venda

"Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas", tal como apresentado na Demonstração dos Resultados.

Rácio de eficiência

Rácio entre os "Custos operacionais" e o "Produto bancário" deduzido das "Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos", tal como apresentado na Demonstração de Resultados.

Rácio Crédito / Depósitos (rácio de transformação)

Calculado de acordo com a Instrução 6/2018 do Banco de Portugal.

Volume de Negócio

Soma do "Crédito a clientes (bruto)" com os "Recursos de clientes".

Crédito a clientes (bruto)

Corresponde à soma das rubricas de balanço: "Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral – empréstimos e adiantamentos", "Ativos financeiros pelo custo amortizado – títulos de dívida" e "Ativos financeiros pelo custo amortizado – Empréstimos e adiantamentos", expurgado de "Outros saldos a receber" e de "Empréstimos e adiantamentos – instituições de crédito", conforme consta na nota 9 do capítulo "Notas às demonstrações financeiras consolidadas". Valores antes de imparidades ("Imparidade para títulos de dívida", "Imparidade para empréstimos e adiantamentos – instituições de crédito" e "Imparidade para empréstimos e adiantamentos – clientes e outros saldos a receber", conforme consta na nota 9 do capítulo "Notas às demonstrações financeiras consolidadas").

Crédito a clientes (líquido)

Crédito a clientes (bruto), líquido de imparidades. As imparidades correspondem à soma de "Imparidade para títulos de dívida" e "Imparidade para empréstimos e adiantamentos – clientes e outros saldos a receber" conforme consta na nota 9 do capítulo "Notas às demonstrações financeiras consolidadas, expurgadas da imparidade relativa a "Outros saldos a receber".

Crédito a particulares (habitação e consumo) e empresas

Definido de acordo com a segmentação da informação de gestão (MIS).

Rácio de *non-performing exposure*

Exposição não produtiva (NPE), definida de acordo com o documento "Orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito" do Banco Central Europeu (março 2017), em rácio da exposição total, incluindo extrapatrimoniais.

Custo do crédito

Rácio entre a "Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados - Ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado" (da Demonstração dos Resultados) e a média do "Crédito a clientes (bruto)" (do balanço).

Cobertura de *non-performing exposure*

Imparidades de exposições não-produtivas em relação ao total de exposições não produtivas (NPE).

Depósitos

Corresponde à rubrica "Depósitos – clientes" – ver nota 15 (no capítulo "Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas").

Recursos fora de balanço

Soma dos "Fundos de investimento geridos ou comercializados pelo Banco" e dos "Seguros e outros recursos", cuja informação é obtida através da Santander Asset Management e/ou do sistema de informação de gestão (MIS).

Recursos de balanço

Corresponde a "Depósitos", conforme definição incluída nesta secção.

Recursos de clientes

Soma de "Recursos de balanço" com os "Recursos fora de balanço".

Liquidity Coverage Ratio (LCR)

O LCR (rácio de cobertura de liquidez), de acordo com o disposto no artigo 412.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, deverá ser igual ao rácio entre a reserva de liquidez de uma instituição de crédito e as suas saídas de liquidez líquidas durante um período de tensão de 30 dias de calendário.

Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)

Rácio entre o "Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST" e o valor médio do "Total dos Capitais Próprios".

Rendibilidade do ativo (ROA)

Rácio entre o "Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST" e o valor médio do "Total do Ativo".

Rendibilidade dos capitais próprios tangíveis (ROTE)

Rácio entre o "Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST" e o valor médio do "Total dos Capitais Próprios" deduzido dos instrumentos de capital AT1 e dos "Ativos intangíveis".

Relatório de Governo Societário

I – Introdução

O Banco Santander Totta, S.A. (Banco) elaborou o presente Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2025, com respeito ao dever de prestar informação anual sobre a estrutura e as práticas de governo societário em conformidade com o artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e o artigo 29º-H, n.º 5 do Código de Valores Mobiliários (CVM).

Para elaboração do presente relatório, foi igualmente tida em consideração a diversa regulamentação e as orientações das entidades de regulação e supervisão competentes.

O Banco observa o enquadramento de governo societário aplicável, adotando o modelo de governo definido ao nível do Grupo Santander no contexto das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Sublinha-se que, durante o exercício de 2025 e relativamente ao seu modelo de governo e controlo interno, o Banco observou e cumpriu com os procedimentos impostos pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, de 15 de julho, republicado pelo Aviso n.º 2/2025 em 5 de março de 2025, e as orientações revistas (EBA/GL/2021/05) da Autoridade Bancária Europeia (EBA – *European Banking Authority*) respeitantes à aplicação dos mesmos.

II – Estrutura acionista

À data de elaboração do presente relatório, o capital social do Banco é de 1.391.779.674€, representado por 1.391.779.674 ações ordinárias, com o valor nominal de 1€ euro cada uma.

Durante o exercício de 2025, nomeadamente a 28 de fevereiro, foi finalizado o processo de consolidação do modelo de governo e de eficiência global do Grupo Santander em Portugal, através do registo comercial das fusões por incorporação no Banco Santander Totta, S.A., das sociedades Santander Totta, SGPS, SA e Taxagest – Sociedade Gestora de Participações sociais, SA.

O capital social do Banco é detido em 99,42% pelo Banco Santander, S.A., 0,45% corresponde a ações próprias do Banco Santander Totta, SA e 0,13% encontra-se disperso por diversos acionistas.

As ações representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, consequentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

A Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que tenha sido celebrado entre acionistas.

Nos termos estatutários é atribuído um voto a cada ação.

Para que os acionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar perante o Presidente da Mesa, até 10 dias antes da data marcada para a sua realização, o registo ou depósito das ações em intermediários financeiros até ao décimo quinto dia anterior à data de realização da mesma.

Não estão estabelecidos pela Sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição acionista do Banco ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

No âmbito do normal exercício da atividade bancária, nas suas diversas componentes, há, contudo, contratos que conferem à contraparte o direito de os resolver na eventualidade de ocorrer a mudança de controlo acionista do Banco, em linha com o que é corrente e comum na prática bancária.

Doutra parte, não existem acordos que confiram aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa, ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

A indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e fiscalização está no capítulo “Informação Complementar” do relatório de gestão.

III – Órgãos Sociais

A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no artigo 278º, nº 1, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais, tendo como órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e a Comissão de Auditoria.

Nos termos da lei, a fiscalização da Sociedade compete ainda, conforme for deliberado em Assembleia Geral, a um Revisor Oficial de Contas ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

De acordo com os Estatutos do Banco, os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, da Comissão de Auditoria, bem como o Revisor Oficial de Contas, são designados pela Assembleia Geral e os seus mandatos têm a duração de três anos, sendo permitida a sua reeleição por uma ou mais vezes.

Sem prejuízo do que antecede, em cada eleição, a Assembleia Geral poderá fixar o mandato do revisor oficial de contas para um período mínimo de um ano e máximo de três anos, sendo permitida a sua reeleição para mandatos de diferente duração, desde que observados os limites legalmente estabelecidos.

Existe ainda uma Comissão de Vencimentos designada pela Assembleia Geral.

Os membros dos órgãos sociais do Banco em funções no exercício de 2025, com exceção de dois membros a seguir indicados, foram eleitos pela Assembleia Geral em 05 de dezembro de 2024 para cumprir funções durante o mandato correspondente aos anos de 2025-2027, com exceção da SROC que foi reconduzida por um ano, 2025, por força do cumprimento do limite máximo legal.

Os membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria iniciaram funções a 3 de maio de 2025, na sequência da respetiva autorização para o exercício de funções concedida pelo Banco Central Europeu, em 2 de maio de 2025, e a 6 de maio de 2025, o Conselho de Administração, nos termos dos artigos 407.º do CSC e dos artigos 16.º e 17.º dos Estatutos do Banco, aprovou a composição da Comissão Executiva e demais Comitês do Conselho: Comité de Riscos, Comité de Nomeações e Comité de Remunerações.

Ainda no decurso de 2025 e na sequência da renúncia apresentada ao respetivo cargo de Vogal do Conselho de Administração, de Vice-Presidente da Comissão Executiva e de *Chief Financial Officer* (CFO), por Manuel Preto e da decisão do Grupo Santander de reforçar a sua representação no Banco com um novo *Group Director*, foram eleitos pela Assembleia Geral de 05 de setembro de 2025, João Veiga Anjos e Rodrigo Echenique como Vogais do Conselho de Administração para o mandato em curso (triénio 2025-2027).

Os administradores João Veiga Anjos e Rodrigo Echenique iniciaram funções de vogais (executivo (CFO) e não executivo, respetivamente) do Conselho de Administração a 21 de novembro de 2025, após a obtenção da não oposição do Banco Central Europeu.

Para Vice-Presidente da Comissão Executiva, o Conselho de Administração nomeou a 29 de julho a sua Vogal executiva, Isabel Guerreiro nos termos da proposta apresentada pela Comissão Executiva.

Em outubro de 2025 e na sequência da perspectivada saída do atual Vice-Presidente do Conselho de Administração e CEO do Banco, que irá assumir novas funções no Grupo no primeiro trimestre de 2026, o Banco iniciou os mecanismos previstos na legislação e nos normativos internos de identificação de um candidato preferencial a Vogal Executivo do Conselho de Administração, para o remanescente do mandato 2025-2027, e ativou o plano de sucessão para a função de Presidente da Comissão Executiva - CEO.

O membro identificado para integrar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva no corrente mandato, à data da elaboração do presente Relatório, obteve a autorização para o início de funções por parte das entidades de supervisão competentes em janeiro de 2026.

À data da elaboração do presente relatório, o Conselho de Administração, em reunião decorrida a 24 de fevereiro de 2026, deliberou:

- Cooptar Joaquim Manuel de Oliveira Filipe como Administrador Executivo do Banco para o remanescente do mandato 2025-2027, a submeter a ratificação na próxima Assembleia Geral;
- Designar Rodrigo Echenique Gordillo como Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- Designar Isabel Cristina da Silva Guerreiro como Presidente da Comissão Executiva/*Chief Executive Officer*;
- Designar Miguel Belo de Carvalho como Vice-Presidente da Comissão Executiva.

A 30 de março de 2026, a Assembleia Geral ratificou a cooptação de Joaquim Manuel de Oliveira Filipe como Administrador Executivo do Banco para o remanescente do mandato 2025-2027.

Por outro lado, e porque a 31 de dezembro de 2025 terminava o mandato da Sociedade Revisor Oficial de Contas do Banco referente ao exercício de 2025, em 30 de maio de 2025 a Assembleia Geral do Banco aprovou, nos termos do n.º 1 do artigo 7º dos Estatutos e no seguimento da proposta apresentada pela Comissão de Auditoria, a designação como Revisor Oficial de Contas da Sociedade, para um mandato de dois anos, correspondente ao biênio 2026-2027, a sociedade revisora oficial de contas, BDO & Associados, representada por Rui Carlos Lourenço Helena.

A composição dos órgãos sociais do Banco à data de 31 de dezembro de 2025 era a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:	António Maria Pinto Leite
Vice-Presidente:	Ricardo Andrade Amaro
Secretário:	Bruno Miguel dos Santos de Jesus

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:	José Carlos Brito Sítima
Vice-Presidente:	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida ³
Vogais:	Amílcar da Silva Lourenço
	Ana Cristina Mendes Torres
	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
	Cecilia Richards Bustelo
	Cristina Alvarez Alvarez
	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
	Henrique Salema de Carvalho e Silva
	Isabel Cristina da Silva Guerreiro
	João Manuel Barbosa Veiga Anjos ⁴
	João Pedro Cabral Tavares
	Miguel Belo de Carvalho
	Rodrigo Echenique Gordillo ⁴
	Susana Cristina Marques Casimiro Rodrigues Ferreira da Silva

COMISSÃO DE AUDITORIA

Presidente:	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
Vogais:	Ana Cristina Mendes Torres
	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
	Henrique Salema de Carvalho e Silva
	João Pedro Cabral Tavares

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Revisor Oficial de Contas:	PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, LDA., representada por José Manuel Henriques Bernardo

³ Apresentou a renúncia às funções com efeitos a partir de 1 de março de 2026, inclusive

⁴ Iniciaram funções a 21 de novembro de 2025

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente:	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Vice-Presidente:	Isabel Cristina da Silva Guerreiro
Vogais:	Amílcar da Silva Lourenço
	João Manuel Barbosa Veiga Anjos
	Miguel Belo de Carvalho
	Susana Cristina Marques Casimiro Rodrigues Ferreira da Silva

COMITÉ DE RISCOS

Presidente:	João Pedro Cabral Tavares
Vogais:	Ana Cristina Mendes Torres
	Cecília Richards Bustelo
	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
	Henrique Salema de Carvalho e Silva

COMITÉ DE REMUNERAÇÕES

Presidente:	Ana Cristina Mendes Torres
Vogais:	Cristina Alvarez Alvarez
	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
	Henrique Salema de Carvalho e Silva
	João Pedro Cabral Tavares

COMITÉ DE NOMEAÇÕES

Presidente:	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
Vogais:	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
	Ana Cristina Mendes Torres
	Cecília Richards Bustelo
	João Pedro Cabral Tavares

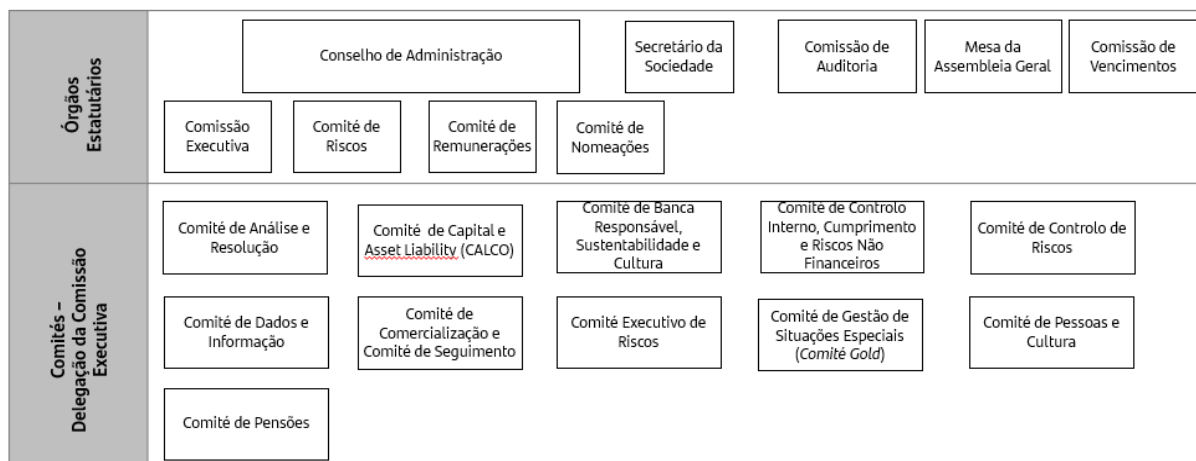
COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente:	Luis Otamendi Rodriguez
Vogal:	Jose Manuel Fernandez de Troconiz Fernandez

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Secretário Efetivo:	Bruno Miguel dos Santos de Jesus
Secretários Suplentes:	Marta Maria Appleton de Serpa Pimentel

A estrutura organizativa do Modelo de Governo do Banco é a seguinte:



Assembleia Geral

Nos termos do artigo 12.º dos Estatutos do Banco, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

Todos os seus membros foram eleitos pela Assembleia Geral que se realizou a 05 de dezembro de 2024, para o mandato 2025-2027.

Nos termos estatutários a cada ação corresponde um voto, podendo qualquer acionista participar na Assembleia Geral diretamente ou através de representante. Remete-se aqui para o ponto II anterior.

Não é admitido o voto por correspondência nem o envio por correio eletrónico dos elementos informativos a que se refere o artigo 288.º, n.º 4 do CSC.

As deliberações são tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes ou representados na Assembleia Geral, sempre que a lei não exija maior número.

Durante o exercício de 2025, o Banco realizou três assembleias gerais de acionistas.

A 28 de março de 2025, o Banco realizou uma Assembleia Geral na qual foi aprovado o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas individuais respeitantes ao exercício de 2024, bem como o Relatório do Governo Societário respeitante a este mesmo exercício, assim como a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2024.

A 30 de maio de 2025, o Banco realizou a Assembleia Geral Anual de acionistas na qual foi aprovado o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas consolidadas, respeitantes ao exercício de 2024, incluindo o relatório do governo societário, assim como procedeu à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, aprovou a política de remuneração do Banco e a política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização, aprovou a proposta do nível da componente variável da remuneração total, aprovou a proposta da Política interna de seleção e avaliação, nomeou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para os exercícios 2026 e 2027, aprovou a proposta de aquisição de ações próprias e aprovou a proposta de aquisição e alienação de obrigações próprias.

A 5 de setembro de 2025, o Banco realizou uma Assembleia Geral Extraordinária na qual foi aprovada a ampliação do número de membros do Conselho de Administração de 14 para 15 membros e a eleição de dois vogais do Conselho de Administração para o remanescente do mandato em curso (2025/2027).

Todas as reuniões foram realizadas presencialmente, tendo sido facultada a possibilidade de os Acionistas participarem nas Assembleias Gerais por meios telemáticos, assegurando-se a segurança e a confidencialidade das comunicações e foram elaboradas e assinadas as atas de todas as reuniões.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco é o órgão máximo de decisão, exceto em assuntos reservados aos acionistas em Assembleia Geral.

É responsável pela gestão e representação do Banco e por praticar todos os atos necessários ou convenientes à prossecução das atividades compreendidas no seu objeto social.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

O Conselho de Administração é, nos termos estatutários, constituído por um mínimo de três e um máximo de quinze membros, eleitos pela Assembleia Geral. Não designando a Assembleia Geral a Presidência do Conselho de Administração, este órgão escolherá o seu Presidente, podendo, se assim o deliberar, designar ainda um ou mais Vice-Presidentes.

Antes de submeter à eleição os membros dos órgãos sociais pela Assembleia Geral, o Banco procede a uma avaliação individual e coletiva dos candidatos ao Conselho de Administração e à Comissão de Auditoria nos termos do Modelo de Governo Grupo-Subsidiárias (MGGS), da Política Interna de Seleção e Avaliação e da Política de seleção, avaliação de idoneidade e sucessão de administradores do Banco Santander Totta, S.A..

A proposta que é submetida à Assembleia Geral é instruída com a documentação que permite aferir a adequação do perfil, conhecimentos e experiência profissional dos candidatos e a diversidade no Conselho de Administração.

A adequação dos membros do órgão de administração é objeto de avaliação inicial e de reavaliação anual e sempre que se verifique a ocorrência de factos supervenientes.

O Conselho de Administração realiza, anualmente, uma autoavaliação sobre a sua eficácia, procedendo à apreciação do seu desempenho enquanto órgão colegial, bem como de alguns dos seus membros (caso do Presidente, do CEO), e dos seus comités e periodicamente, o Conselho de Administração promove avaliações independentes realizadas por entidades externas, sobre a conduta e valores do Banco, do próprio Conselho e dos seus Comités.

Em conformidade com as melhores práticas de governo bem como de acordo com as regras, regulamentos e modelo de governo do Grupo Santander, o Conselho de Administração implementou uma estrutura de governo que lhe permite garantir o cumprimento das suas funções com eficácia:

Um Presidente do Conselho de Administração não executivo e um Presidente da Comissão Executiva | CEO garantindo-se que as suas funções estão claramente separadas e são complementares.

Um "lead independent director" responsável pela coordenação eficaz dos Administradores não executivos e por garantir que as discussões e as deliberações adotadas pelo Conselho de Administração estão apoiadas em informações e em propostas para decisão precisas e completas.

Uma estrutura de Comités do Conselho que, conforme descrito mais detalhadamente nesta seção, apoiam o Conselho nas principais áreas principais e funções: (i) funções de fiscalização e significativa tomada de decisões, através da Comissão de Auditoria, do Comité de Nomeações e do Comité de Remunerações (ii) supervisão de riscos, regulação e cumprimento através do Comité de Riscos, e (iii) na gestão do Banco, através da Comissão Executiva;

Um secretário da Sociedade que apoia o Conselho e os seus Comités e o Presidente.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, seis vezes por ano e sempre que for convocado pelo respetivo Presidente, por dois Administradores ou pela Comissão de Auditoria.

Embora as reuniões do Conselho sigam um calendário definido anualmente (*Forward Looking Agenda*) em datas aprovadas no final de cada ano civil ou início do ano civil a que diz respeito, ou na primeira reunião de cada mandato, novos temas podem ser adicionados à agenda e podem ser convocadas reuniões extraordinárias, nos termos do seu regulamento.

Os membros do Conselho de Administração recebem a documentação relevante de cada reunião com a antecedência suficiente e por meios eletrónicos e seguros, o que lhes permite preparar de forma eficaz as reuniões.

Composição, cargos e qualificação dos Membros do Conselho de Administração eleitos para o mandato 2025-2027 e em exercício de funções em 31 de dezembro de 2025:

Conselho de Administração	Órgão e Cargo	Qualificação
José Carlos Brito Sítima	Conselho de Administração – Presidente	Não Executivo Não independente
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Conselho de Administração – Vice-Presidente Comissão Executiva – Presidente	Executivo Não independente
Amílcar da Silva Lourenço	Conselho de Administração – Vogal Comissão Executiva – Vogal	Executivo Não independente
Ana Cristina Mendes Torres	Conselho de Administração – Vogal Comissão de Auditoria – Vogal Comité de Riscos – Vogal Comité de Remunerações – Presidente Comité de Nomeações – Vogal	Não Executivo Independente
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Moraes	Conselho de Administração – Vogal Comissão de Auditoria – Presidente Comité de Nomeações – Vogal	Não Executivo Independente
Cecília Richards Bustelo	Conselho de Administração – Vogal Comité de Nomeações – Vogal	Não Executivo Não independente
Cristina Álvarez Álvarez	Conselho de Administração – Vogal Comité de Remunerações – Vogal	Não Executivo Não independente
Daniel Abel Monteiro Palhares Traça	Conselho de Administração – Vogal Comissão de Auditoria – Vogal Comité de Riscos – Vogal Comité de Remunerações – Vogal Comité de Nomeações – Presidente	Não Executivo Independente
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Conselho de Administração – Vogal Comissão de Auditoria – Vogal Comité de Riscos – Vogal Comité de Remunerações – Vogal	Não Executivo Independente
Isabel Cristina da Silva Guerreiro	Conselho de Administração – Vogal Comissão Executiva – Vice-Presidente	Executivo Não independente
João Manuel Barbosa Veiga Anjos	Conselho de Administração – Vogal Comissão Executiva – Vogal	Executivo Não independente
João Pedro Cabral Tavares	Conselho de Administração – Vogal Comissão de Auditoria – Vogal Comité de Riscos – Presidente Comité de Remunerações – Vogal Comité de Nomeações – Vogal	Não Executivo Independente
Miguel Belo de Carvalho	Conselho de Administração – Vogal Comissão Executiva – Vogal	Executivo Não independente
Rodrigo Echenique Gordillo	Conselho de Administração – Vogal	Não Executivo Não independente
Susana Cristina Marques Casimiro Rodrigo Ferreira da Silva	Conselho de Administração – Vogal Comissão Executiva – Vogal	Executivo Não independente

O Conselho de Administração do Banco em funções é composto por quinze membros, sendo 9 não executivos (60%) e 6 executivos (40%), 5 membros independentes (33%) e 6 membros do género sub-representado, o que corresponde a uma métrica de 40%.

A composição, estrutura e dimensão do atual Conselho de Administração e a experiência, os conhecimentos e o tempo dedicado pelos seus membros são adequados e proporcionais à dimensão do Banco e à complexidade das suas atividades e organização.

O Conselho de Administração tem, no seu conjunto, suficiente diversidade de género, idade, origem geográfica, experiência internacional, experiência em geral e conhecimentos.

Os membros do Conselho de Administração cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação, não existindo incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração no Banco e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.

A 6 de maio de 2025, o Conselho de Administração delegou a gestão diária do Banco e a implementação da sua estratégia numa **Comissão Executiva** e na respetiva equipa de gestão, pelo que centra a sua atividade na função de supervisão geral e nas matérias que não pode delegar nos termos da Lei, dos Estatutos do Banco e do seu Regulamento.

E, nos termos do artigo 407.º do CSC e do artigo 17.º dos Estatutos do Banco nomeou mais três Comitês especializados para acompanharem de forma permanente matérias específicas: um **Comité de Riscos**, um **Comité de Remunerações** e um **Comité de Nomeações** e cada um dispõe de um Regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Administração.

Não obstante, de acordo com o disposto do número 4 do artigo 6.º do Regulamento do Conselho de Administração, este reservou para si, as seguintes matérias:

- Aprovação da estratégia e objetivos da atividade comercial do Banco;
- Aprovação de orçamentos e instrumentos de planeamento financeiro de médio prazo;
- Alargamento da atividade do Banco para novas geografias ou mercados;
- Aprovação de processos de Autoavaliação da Adequação do Capital ou da Liquidez Internos;
- Aprovação de operações significativas que impliquem alterações no capital ou na estrutura societária do Banco (investimentos estratégicos, fusões e aquisições, alienação de ativos relevantes, etc.);
- Aprovação de propostas de aumentos de capital ou emissão de quaisquer valores convertíveis em ações.
- Aprovação de documentos de prestação de contas, incluindo as propostas de relatórios de gestão e contas anuais ou prospets referentes a ofertas públicas de distribuição;
- Aprovação de política de dividendos;
- Alterações significativas a práticas ou políticas contabilísticas, que não resultem de alterações legais ou regulamentares;
- Aprovação de comunicações externas (a reguladores ou a entidades de supervisão) sobre matérias reservadas ao Conselho que tenham sido objeto de específica deliberação por este órgão.
- Cooptação de administradores;
- Avaliação e identificação das respetivas necessidades ao nível da sua composição e organização;
- Aprovação de regras sobre a verificação da adequação dos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria;
- Avaliação individual e coletiva dos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria;
- Aprovação de um plano de sucessão;
- Nomeação, designação e remoção dos seguintes quadros de topo ou de outros que venham a ser especialmente mencionados pelo *GSGM*, e nos termos no mesmo previstos, que implicam também a participação de estruturas do Grupo Santander: CEO (*Chief Executive Officer* ou Presidente da Comissão Executiva), CRO (*Chief Risk Officer* ou Responsável da área de Gestão de Riscos), CCO (*Chief Compliance Officer* ou Responsável da área de Cumprimento), CAE (*Chief Audit Executive* ou Responsável pela Auditoria Interna), CFO (*Chief Financial Officer* ou responsável financeiro) e o *Controller*;
- Aprovação e fiscalização da implementação do plano de sucessão dos quadros de topo;
- Aprovação dos termos e condições da prestação de trabalho e remuneração dos quadros de topo;

- Deliberações sobre apetência pelo risco, cultura de risco e enquadramento do risco, devendo informar as diferentes unidades de estrutura, através de comunicações regulares, sobre o nível de tolerância ao risco do Banco;
- Monitorização do grau de adesão do Banco à apetência pelo risco, políticas e limites de risco;
- Aprovação e fiscalização de políticas de controlo interno;
- Aprovação e fiscalização do sistema de controlo interno, e dos sistemas de risco, cumprimento e de informação, e respetivos relatórios;
- Aprovação de Relatórios e documentos exigidos por regulamentação de entidades de regulação ou supervisão, nomeadamente os respeitantes a continuidade de negócio ou a qualquer medida de recuperação ou resolução;
- Aprovação e alteração de Códigos de Conduta;
- Monitorizar a implementação das leis, regulamentos e disposições administrativas necessárias para cumprir as políticas e procedimentos de PBCFT;
- Fiscalização da implementação do modelo de governo do Grupo Santander;
- Implementação dos valores e cultura corporativos do Banco;
- Aprovação das principais políticas corporativas, incluindo em qualquer caso a aprovação das políticas de responsabilidade social e de sustentabilidade, bem como as políticas referentes a donativos e mecenato e de donativos de natureza política, quando aplicável, ou a supervisão do desenvolvimento do Programa de Banca Responsável ('Responsible Banking Agenda');
- Aprovação de transações com partes relacionadas, quando a regulação aplicável atribua essa competência reservada ao Conselho de Administração, e a gestão e arbitragem de recurso de conflitos de interesses;
- Aprovação do Plano de Recuperação;
- Aprovação do Plano de Auditoria Interna.

Durante o exercício de 2025, o Conselho de Administração reuniu doze vezes e as reuniões foram secretariadas pelo Secretário da Sociedade, tiveram o apoio logístico do Governo Interno e foram elaboradas, aprovadas e assinadas as atas de todas as reuniões quer pelos membros quer pelos participantes presentes.

Durante o ano de 2025, o Conselho de Administração reviu por três vezes o seu regulamento, o qual está disponível na intranet e no site do Banco em: https://www.santander.pt/pdfs/investor-relations/santander-totta-sa/governo-sociedade/principais-regulamentos/Regulamento_Conselho_Administracao_BST.pdf

Comités criados pelo Conselho de Administração

Comissão Executiva

Nos termos previstos no artigo 16.º dos Estatutos, o Conselho de Administração nomeou uma Comissão Executiva composta por seis dos seus membros e delegou na mesma os poderes de gestão do Banco salvaguardados aqueles que a lei ou os estatutos reservam ao Conselho de Administração, aqueles que o Conselho de Administração reserve para a sua competência (os constantes no Regulamento do Conselho de Administração) e aqueles que sejam delegados noutras comissões ou comités (Comité de Riscos, Remunerações e Nomeações).

A Comissão Executiva reúne semanalmente ou sempre que for convocada pelo seu Presidente, por outros dois dos seus membros, ou ainda pelo Presidente do Conselho de Administração.

O Presidente da Comissão Executiva dirige as reuniões da Comissão Executiva e tem voto de qualidade. Entre outras tem a responsabilidade de:

- Assegurar que seja prestada toda a informação aos demais membros do Conselho de Administração relativamente à atividade e às deliberações da Comissão Executiva;
- Fazer recomendações ao Conselho sobre a direção estratégica;
- Assegurar o cumprimento dos limites da delegação, da estratégia da sociedade e dos deveres de colaboração perante o Presidente do Conselho de Administração, informando e consultando o Presidente sobre todos os assuntos significativos;
- Coordenar as atividades da Comissão Executiva e velar pela execução das deliberações;

- Garantir que são fornecidas orientações claras aos responsáveis de primeira linha de reporte do Banco e supervisionar os controlos de gestão de riscos, sem prejuízo das atribuições do Conselho e de seus Comitês;
- Assegurar uma equipa de gestão eficaz e um plano de avaliação do desempenho, desenvolvimento profissional e sucessão, sem prejuízo das atribuições do Conselho e seus Comitês;
- Manter um ambiente de trabalho positivo e ético e fomentar uma cultura organizacional que promova práticas, éticas e responsabilidade social;
- Servir como porta-voz principal do Banco junto dos principais *stakeholders*.

Na sua organização interna, a Comissão Executiva afetou a cada um dos seus membros certas matérias (Pelouros).

À data de 31 de dezembro de 2025, a distribuição dos Pelouros pelos membros da Comissão Executiva era a seguinte⁵:

Comissão Executiva	Pelouros
Presidente Pedro Castro e Almeida	Secretaria Geral; Pessoas e Cultura; Gestão de Riscos ⁶ ; Cumprimento e Conduta ⁷ ; Comunicação; <i>Customer Care</i> ; Suporte da Presidência; Contabilidade, Controlo de Gestão e Custos, Fiscalidade e Compras.
Vice-Presidente Isabel Guerreiro	Rede Particulares e Negócios Norte; Rede Particulares e Negócios Sul e Ilhas; Rede Remota e Digital; Excelência Comercial; Estratégia de Cliente, Customer Experience e Performance Digital; Analítica e Modelos; Meios de Rede, Controlo Interno e Hubs Comerciais; Gestão e Dinamização de Segmento de Negócios; Proteção; <i>Everyday Banking</i> ; Decisão de Preço; Riscos e Operações de Crédito Negócios.
Vogais Amílcar Lourenço	Área Comercial Empresas; Grandes Empresas Norte; Grandes Empresas Sul; <i>Corporate e Investment Banking</i> ; Crédito Especializado e Protocolado; Empresas Multinacionais; Estratégia de Empresas; Fomento à Construção e IFFRU; Negócio Internacional; Projetos Especiais; Gestão de Rorwa e Preço.
João Veiga Anjos	Estudos Económicos e Relação com Investidores; Gestão Financeira e Capital; <i>Lending Office</i> .
Miguel Belo de Carvalho	<i>Private Banking</i> ; <i>Distribution Services Development</i> ; Poupança e Investimento; Crédito a Particulares; Universidades; Sustentabilidade; Comercialização de Soluções de Pagamento e Reporting; Imóveis; Acompanhamento de Créditos e Recuperações.
Susana Ferreira	<i>Service Development</i> ; <i>Cybersecurity</i> ; <i>Service Strategy</i> ; <i>Service Management</i> ; <i>Data</i> ; <i>Governance</i> ; Pagamentos; Operações; Processos. <i>Responsável indicado por temas de Prevenção de Branqueamento de Capitais.</i>

Sem prejuízo da distribuição de Pelouros pelos membros da Comissão Executiva esta mantém unitariamente a gestão corrente do Banco que lhe foi atribuída pelo Conselho de Administração, pelo que a atribuição de pelouros implica apenas o encargo de um seguimento de cada área indicada para efeitos de reporte administrativo, funcional ou hierárquico, não implicando a delegação de quaisquer poderes concretos para a prática de atos de gestão, que são decididos nos Comitês próprios do Banco ou em sede de Comissão Executiva ou de Conselho de Administração.

⁵ Auditoria Interna reporta administrativa e operacionalmente ao Presidente do Conselho de Administração e reporta funcionalmente à Comissão de Auditoria e ao Grupo Santander

⁶ Riscos reporta administrativa e operacionalmente ao Presidente da Comissão Executiva e reporta funcionalmente ao Comité de Riscos e ao Grupo Santander

⁷ Cumprimento e Conduta reporta administrativa e operacionalmente ao Presidente da Comissão Executiva e reporta funcionalmente ao Comité de Riscos e ao Grupo Santander

Durante o exercício de 2025, a Comissão Executiva reuniu 43 vezes, foi secretariada pelo Secretário da Sociedade com o apoio logístico do Governo Interno, tendo sido redigidas, aprovadas e assinadas as atas de todas as reuniões quer pelos membros quer pelos presentes.

O Regulamento da Comissão Executiva, está disponível na intranet e no site do Banco em:

<https://www.santander.pt/institucional/investor-relations/santander-totta-sa/governo-sociedade>

Para assessorar a Comissão Executiva, foram nomeados vários Comitês Internos que, para além de um ou dois Administradores Executivos, integram de forma permanente responsáveis de primeira linha de reporte do Banco.

Os Comitês são compostos pelos membros indicados no próprio regulamento, e poderão fazer-se representar. Cada Comité tem um Presidente que poderá de igual modo delegar a sua função noutro membro do Comité.

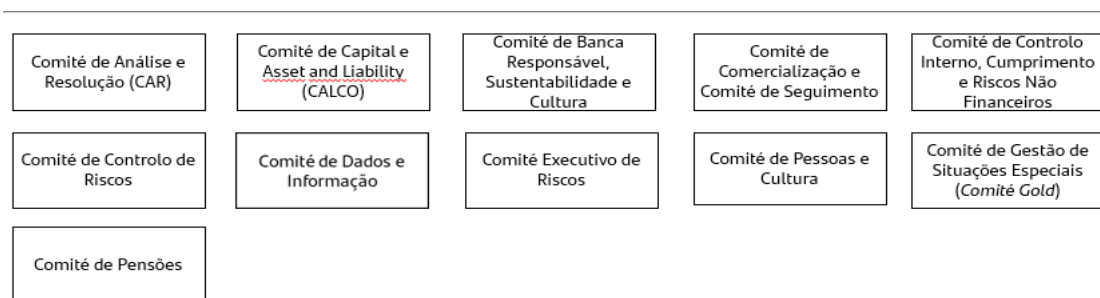
Os membros da Comissão Executiva que não integrem determinado Comité podem participar no mesmo por sua iniciativa sempre que o entendam conveniente.

A periodicidade é definida para cada Comité no próprio regulamento, sem prejuízo da possibilidade de o Presidente ou quaisquer dois membros poderem convocar reuniões extraordinárias.

Os Comitês podem funcionar validamente desde que esteja presente a maioria dos seus membros, devendo sempre estar presente ou representado pelo menos um membro da Comissão Executiva.

De todas as reuniões é elaborada uma ata a qual é assinada pelos membros e convidados presentes e pelos demais presentes que tenham participado no Comité na parte da ata em que participaram.

A 31 de dezembro, a **Comissão Executiva** dispunha de um quadro de 12 Comitês:



1. Comité de Análise e Resolução: é um órgão de controlo interno para a prevenção do crime financeiro, designada corporativamente como *Financial Crime Compliance* (FCC).
2. Comité CALCO – Capital e Asset and Liabilities Committee⁸: visa gerir o balanço do Banco, acompanhando, controlando e supervisionando de forma coordenada os riscos estruturais do balanço, nomeadamente os riscos de capital, mercado, liquidez, taxa de juro, spread de crédito e de taxa de câmbio da carteira bancária (*Banking Book*), bem como estabelecer planos de contingência, promover estratégias de *Hedging* e decidir posicionamentos estratégicos de modo a otimizar a margem financeira e os níveis, rentabilidade e valor económico do capital.
3. Comité de Banca Responsável, Sustentabilidade e Cultura: zela pela integração da Banca Inclusiva e Responsável e da Cultura no modelo de negócio, definindo e fazendo o acompanhamento dos planos estratégicos em articulação com os planos corporativos do Grupo.
4. Comité de Controlo Interno, Cumprimento e Riscos Não Financeiros: Efetua o acompanhamento das atividades de Controlo Interno, de Cumprimento e de Gestão de Riscos, em especial dos riscos não financeiros.
5. Comité de Comercialização: Aprecia as propostas relativas à comercialização de produtos/à prestação de serviços e decide sobre a sua aprovação, incluindo no que respeita à gestão do respetivo risco de conduta, quando associado à comercialização do produto/prestação do serviço.
6. Comité de Seguimento: Efetua o seguimento dos produtos comercializados e dos serviços prestados pelo Banco, com vista à gestão das incidências identificadas e à mitigação e superação dos riscos supervenientes que se manifestem.

⁸ Com o objetivo principal de simplificação do modelo de governo, em julho 2025, procedeu-se à unificação do Comité de Asset and Liability (ALCO) com o Comité de Capital.

7. Comité de Controlo de Riscos: Responsável pela supervisão e controlo de riscos, assegurando que os mesmos são geridos de acordo com o grau de apetência pelo risco aprovado pelo Conselho de Administração e garantindo em permanência uma visão integral dos riscos identificados no Marco Corporativo Geral de Riscos, contemplando para tal a identificação e acompanhamento dos riscos, atuais e futuros, e o seu impacto no perfil de riscos do Grupo Santander em Portugal.
8. Comité de Dados e Informação: Responsável por supervisionar e garantir a criação de valor para o negócio através da utilização de dados de forma responsável e a rigorosa gestão e governo dos dados.
9. Comité Executivo de Riscos: Órgão máximo de decisão de riscos, de acordo com o modelo de governo de riscos aprovado pelo Conselho de Administração.
10. Comité de Pessoas e Cultura: tem como principal objetivo executar a estratégia do Banco em matéria de Gestão de Pessoas.
11. Comité de Gestão de Situações Especiais (Comité Gold) tem como principais objetivos gerir as Situações Especiais no âmbito das competências definidas e dar suporte às autoridades competentes num evento de Resolução.
12. Comité de Pensões: Efetua o seguimento das responsabilidades do Banco com pensões de reforma e sobrevivência e da gestão dos ativos dos fundos associados de acordo com a legislação aplicável a política corporativa de pensões.

Comité de Riscos

O Comité é composto por membros não executivos do Conselho de Administração, num mínimo de três e máximo de sete.

Os membros do Comité, incluindo o seu Presidente, são nomeados pelo Conselho de Administração, devendo a maioria ser qualificada como independente e deter experiência relevante em temas relacionados com a gestão de riscos. O Presidente não assumirá as funções de Presidente do Conselho de Administração, nem de Presidente de qualquer outro comité. Mas todos os membros poderão integrar outras Comissões ou Comités do Banco, compatíveis com a sua função.

O *Chief Risk Officer* e o *Chief Compliance Officer* estão presentes em todas as reuniões do Comité de Riscos a quem reportam funcionalmente, sem prejuízo do seu reporte administrativo e operacional ao Presidente da Comissão Executiva.

De entre as competências do Comité de Riscos salientam-se as seguintes:

- Aconselhar o Conselho de Administração sobre a apetência para o risco e a estratégia de risco gerais, atuais e futuras, do Banco.
- Auxiliar o órgão de administração na supervisão da execução da estratégia de risco e na conformidade das atividades sociais com a apetência pelo risco definida.
- Decidir sobre as propostas, meramente indicativas, que lhe são submetidas para apreciação, de seleção, designação e/ou remoção do *Chief Risk Officer* (CRO), e de fixação dos seus objetivos e de avaliação anual do seu desempenho.
- Zelar pela independência e disponibilização dos meios materiais e humanos para o desempenho eficaz das funções do *Chief Risk Officer*.
- Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração sobre a definição e avaliação das políticas de risco que afetam o Banco.
- Analisar se as condições dos produtos e serviços oferecidos aos clientes têm em consideração o modelo de negócio e a estratégia de risco do Banco e apresentar ao órgão de administração um plano de correção, quando dessa análise resulte que as referidas condições não refletem adequadamente os riscos.
- Assegurar o desenvolvimento das políticas e estratégia de sustentabilidade e a implementação de códigos de conduta, sempre que estas competências não sejam exercidas por outro comité societário.
- Examinar se os incentivos estabelecidos na política de remuneração do Banco têm em consideração o risco, o capital, a liquidez e as expectativas quanto aos resultados, incluindo as datas das receitas.
- Efetuar uma revisão sistemática das exposições com os principais clientes, por setores económicos, zonas geográficas e tipos de risco.
- Conhecer e avaliar as ferramentas de gestão, iniciativas de melhoria, evolução de projetos e qualquer outra atividade relevante relacionada com o controlo de riscos, incluindo a política sobre modelos internos de risco e a sua validação interna.
- Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração em questões de Regulação e Supervisão, fiscalizando as declarações ou relatórios emitidos pelas entidades de supervisão.

- Rever os exercícios de planificação de capital.
- Analisar e validar a proposta de apetência pelo risco formulada pelo comité executivo competente, previamente à sua aprovação pelo Conselho de Administração.
- Receber periodicamente informação sobre a adequação do perfil de risco à apetência pelo risco autorizada, bem como informação periódica por parte dos responsáveis da área de riscos e de cumprimento e conduta.
- Decidir sobre as propostas, meramente indicativas, que lhe são submetidas para apreciação, de seleção, designação e/ou remoção do *Chief Compliance Officer* (CCO), de fixação dos seus objetivos e de avaliação anual do seu desempenho.
- Zelar pela independência e disponibilização dos meios materiais e humanos para o desempenho eficaz das funções do *Chief Compliance Officer*.
- Receber periodicamente informação sobre a atividade da área de Cumprimento.
- Supervisionar o cumprimento da Política de Prevenção de Delitos.
- Participar na aprovação e alterações da política de Cumprimento, do Código Geral de Conduta, dos procedimentos relativos à prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e de outros Modelos, políticas ou Procedimentos, que devam ser aprovados pelo Conselho de Administração, por forma a assegurar que estão de acordo com a Cultura Corporativa, bem como supervisionar o cumprimento dos mesmos.
- Receber relatórios sobre o Canal de Denúncias.
- Receber informação, e se aplicável, emitir relatórios sobre medidas disciplinares para os membros de direção.
- Supervisionar a aplicação das ações e medidas decorrentes dos relatórios emitidos ou das avaliações realizadas por entidades de supervisão e controlo.
- Apreciar os relatórios emitidos por Gestão de Riscos, Cumprimento e Auditoria Interna, nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, alterado pelo Aviso 2/2025.

O Comité, através do seu Presidente, apresenta reportes periódicos ou relatórios sobre as suas atividades ao Conselho de Administração.

No exercício de 2025, o **Comité de Riscos** teve a seguinte composição:

Presidente:	João Pedro Cabral Tavares
Vogais:	Ana Cristina Mendes Torres
	Cecilia Richards Bustelo
	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
	Henrique Salema de Carvalho e Silva

O Comité de Riscos reúne, pelo menos, quatro vezes ao ano e durante o exercício de 2025 reuniu dez vezes, cinco delas em conjunto com a Comissão de Auditoria.

O Comité de Riscos foi secretariado e teve o apoio logístico e técnico da Suplente do Secretário da Sociedade e do Governo Interno do Banco, tendo sido redigidas, aprovadas e assinadas as atas de todas as reuniões.

O Regulamento do Comité de Riscos está disponível na intranet e no site do Banco em: <https://www.santander.pt/institucional/investor-relations/santander-totta-sa/governo-sociedade>

Comité de Nomeações

O Comité é composto por membros não executivos do Conselho de Administração, num mínimo de três e máximo de sete. Os membros do Comité, incluindo o seu Presidente, são nomeados pelo Conselho de Administração, devendo a maioria ser qualificada como independente e dispor dos conhecimentos adequados para o exercício da sua função, nomeadamente em matéria dos negócios e estratégia do Banco e de processos de seleção e nomeação, a nível interno e externo, bem como de preparação de processos de adequação junto do supervisor.

Ao Comité de Nomeações compete em geral a avaliação periódica dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e sua sucessão. De entre as suas competências, destacam-se as seguintes: identificação e recomendação de candidatos para o exercício de cargos no órgão de administração e fiscalização e seus Comités; fixar um objetivo de representatividade de género; avaliar de forma periódica e no mínimo anual, a estrutura, dimensão, composição, e desempenho dos órgãos de administração; Assegurar o cumprimento pelos membros do Conselho de Administração com os deveres estabelecidos nas leis e regulamentos que lhes são diretamente aplicáveis; Aconselhar o Conselho de Administração em relação com matérias de governo interno, assistindo no processo de adequação dos sistema de governo interna da entidade.

No exercício de 2025, o **Comité de Nomeações** teve a seguinte composição:

Presidente:	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
Vogais:	Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
	Cristina Alvarez Alvarez
	Cecilia Richards Bustelo
	João Pedro Cabral Tavares

O Comité de Nomeações reúne, pelo menos, quatro vezes ao ano e durante o exercício de 2025 reuniu sete vezes e foi secretariado e teve o apoio logístico e técnico da Suplente do Secretário da Sociedade e do Governo Interno do Banco, tendo sido redigidas, aprovadas e assinadas as atas de todas as reuniões.

O Regulamento do Comité de Nomeações está disponível na intranet e no site do Banco em:

<https://www.santander.pt/institucional/investor-relations/santander-totta-sa/governo-sociedade>

Comité de Remunerações

O Comité é composto por membros não executivos do Conselho de Administração, num mínimo de três e máximo de sete. Os membros do Comité, incluindo o seu Presidente, são nomeados pelo Conselho de Administração, devendo a maioria ser qualificada como independente e dispor de experiência profissional e dos conhecimentos adequados para o exercício da sua função, nomeadamente em políticas de remuneração, gestão e controlo de risco, no que concerne ao mecanismo de alinhamento da estrutura de remuneração ao perfil de risco e de capital do Banco. Todos os seus membros poderão integrar outras Comissões ou Comités do Banco, compatíveis com a sua função.

Ao Comité de Remunerações compete em geral a apreciação da política e práticas de remuneração. De entre as suas competências, salientam-se as seguintes: ser responsável pela preparação das decisões em matéria de remunerações que serão adotadas pelos órgãos competentes, nomeadamente no que respeita à remuneração fixa e variável dos membros do órgão de administração e de outros colaboradores identificados; Prestar apoio e aconselhamento no que respeita à conceção da política de remuneração da instituição, apresentando propostas sobre o seu conteúdo; assegurar a adequação das informações prestadas aos acionistas sobre as políticas e práticas de remuneração, nomeadamente em matéria de rácio mais elevado Supervisionar diretamente a remuneração dos quadros superiores das funções de controlo.

O Comité, através do seu Presidente apresentará reportes periódicos ou relatórios sobre as suas atividades ao Conselho de Administração.

No exercício de 2025, o **Comité de Remunerações** teve a seguinte composição:

Presidente:	Ana Cristina Mendes Torres
Vogais:	Cristina Alvarez Alvarez
	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
	Henrique Salema de Carvalho e Silva
	João Pedro Cabral Tavares

O Comité de Remunerações reúne, pelo menos, quatro vezes ao ano e durante o exercício de 2025 reuniu sete vezes e foi secretariado e teve o apoio logístico e técnico da Suplente do Secretário da Sociedade e do Governo Interno do Banco, tendo sido redigidas, aprovadas e assinadas atas de todas as reuniões.

O Regulamento do Comité de Remunerações está disponível na intranet e no site do Banco em:

<https://www.santander.pt/institucional/investor-relations/santander-totta-sa/governo-sociedade>

Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria é responsável, entre outros, pela supervisão da integridade do reporte financeiro e dos controlos internos, pela eficácia da função de Auditoria Interna e pela relação com o auditor externo.

A Comissão de Auditoria é composta por membros independentes e não executivos do Conselho de Administração, num mínimo de três e máximo de cinco, um dos quais será o seu Presidente.

Os membros da Comissão de Auditoria são designados para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

Todos os membros da Comissão devem ser qualificados como independentes e, no seu conjunto, possuir conhecimentos e experiência em matéria de contabilidade, auditoria ou gestão de riscos, além de que todos devem poder dispensar tempo e empenho suficientes ao cumprimento das suas obrigações.

Enquanto órgão de fiscalização do Banco, estão-lhe atribuídas as competências previstas no artigo 423º-F do CSC, no artigo 18º dos Estatutos e no seu próprio Regulamento.

À Comissão de Auditoria compete entre outras:

- Acompanhar e fiscalizar a administração do Banco;
- Vigiar a observância das regras legais e societárias que regem a atividade do Banco;
- Acompanhar e fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira, incluindo a regularidade e exatidão dos livros, registos contabilísticos e documentos de prestação de contas, e apresentar recomendações para garantir a fiabilidade do mesmo;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pelo Banco conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Fiscalizar e monitorizar a eficácia das atividades no âmbito da cultura organizacional e dos sistemas de governo e de controlo interno, em articulação com as funções de controlo interno, analisando e acompanhando regularmente os relatórios de informação de risco preparados pelo Chief Risk Officer (CRO), os relatórios de seguimento da atividade do Compliance, elaborados pelo CCO, o plano auditoria interna e a sua execução, elaborados pelo CAE;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores do Banco e outros e efetuar a respetiva monitorização;
- Fiscalizar a atividade do Revisor Oficial de Contas (ROC) relativamente à revisão de contas aos documentos de prestação de contas do Banco, e fiscalizar a independência do ROC, designadamente na prestação de serviços adicionais.

Nos termos do artigo 4.º do Regulamento da Comissão de Auditoria, a Presidente deve informar anualmente o Conselho de Administração sobre as atividades desenvolvidas pela Comissão e os gastos em que esta incorra.

De igual modo, a Comissão de Auditoria deve informar o Conselho de Administração das alterações contabilísticas que sejam relevantes e seus efeitos e das conclusões e recomendações obtidas junto da função de auditoria interna, incluindo eventuais recomendações relacionadas com escassez de recursos afetos a determinadas funções.

Incumbe ainda à Comissão de Auditoria analisar, conjuntamente com o Conselho de Administração e/ou Comissão Executiva, quaisquer matérias relevantes relacionadas com a conformidade da atividade e negócios do Banco com as disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, bem como com as instruções, recomendações e orientações emitidas pelas entidades competentes.

Sem prejuízo do reporte administrativo e hierárquico ao Presidente do Conselho de Administração, o *Chief Audit Executive* reporta funcionalmente à Comissão de Auditoria.

A Comissão de Auditoria reúne regularmente com os Auditores Externos, com o Responsável pela Auditoria Interna (*Chief Audit Executive* – CAE), com o Responsável por Riscos (*Chief Risk Officer* – CRO), com a Responsável por Cumprimento e Conduta (*Chief Compliance Officer* – CCO) e com a responsável por Contabilidade (*Controller*).

De igual modo, a Comissão de Auditoria pode realizar reuniões conjuntas com outros Comitês do Conselho de Administração para garantir uma comunicação e coordenação eficazes.

Nos termos do seu regulamento e tendo em vista o robustecimento do modelo de governo e uma maior eficiência por via de sinergias por parte de cada órgão, quando determinadas matérias do âmbito ou competência da Comissão de Auditoria são também, para qualquer efeito, da competência ou do âmbito do Comité de Riscos, a Presidente da Comissão de Auditoria pode promover a apreciação de tais matérias em conjunto pelos membros da Comissão de Auditoria e do Comité de Riscos, nomeadamente a fim de promover uma comunicação e coordenação mais eficazes e uma abordagem mais abrangente aos assuntos.

A Comissão de Auditoria do Banco foi eleita pela Assembleia Geral que se realizou a 5 de dezembro de 2024, para o mandato 2025-2027, tendo cumprido o primeiro ano do mandato.

No exercício de 2025, a **Comissão de Auditoria** teve a seguinte composição:

Presidente:	Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Moraes
Vogais:	Ana Cristina Mendes Torres
	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
	Henrique Salema de Carvalho e Silva
	João Pedro Cabral Tavares

As principais atividades da Comissão de Auditoria durante o ano 2025 foram:

- i. Acompanhamento da evolução do negócio do Banco, quer no âmbito das suas reuniões, quer através da presença nas reuniões do Conselho de Administração e do acesso a toda a documentação produzida por este Órgão e pelos Comitês em que este delegou competências e através do acesso à informação trimestral, semestral e anual sobre a atividade e resultados do Banco e de outra documentação relevante e através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo obtido todos os esclarecimentos solicitados;
- ii. Acompanhamento, trimestral, do processo de preparação e divulgação de informação financeira do Banco. Apreciação do relatório de gestão e contas do exercício e da Certificação Legal de Contas e do Relatório Adicional apresentados pelo Revisor Oficial de Contas;
- iii. Tomou conhecimento, de forma regular, do ponto de situação dos assuntos de contabilidade e gestão financeira dos quais se destacam: análise da carteira de crédito e imparidade de crédito, análise das moratórias e recuperações, e análise dos principais julgamentos da gestão e estimativa, principais naturezas de impostos diferidos ativos e passivos, planos de pensões de benefício definido, pressupostos demográficos e financeiros, e evolução do fundos de pensões, níveis de liquidez e solvabilidade, deficiências detetadas no sistema de controlo financeiro interno e sistema de contabilidade e estado de concretização de medidas corretivas;
- iv. Relativamente ao sistema de controlo interno apreciou a evolução da atividade das funções de controlo de riscos, cumprimento e auditoria interna, através da apresentação, nas reuniões de Comissão de Auditoria de reportes periódicos das referidas funções. Apreciou o relatório de Autoavaliação, incluindo os relatórios das funções de gestão de riscos, de cumprimento e de auditoria interna e os planos das atividades das funções de controlo, e emitiu a sua avaliação, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Art.º 56 do Aviso;
- v. Acompanhou a atividade da Função de Gestão de Riscos, apreciando periodicamente a atividade desenvolvida pelo *Chief Risk Officer* (CRO), nomeadamente a refletida no balanço da atividade da área de Gestão de Riscos apresentada trimestralmente, nos relatórios sobre a evolução dos principais indicadores de risco (*Top Risks*, perfil de riscos e apetência pelo riscos) e na formulação anual da Apetência pelo Risco de 2024, e tomou conhecimento do ponto de Situação de Recomendações (Controlo Interno, Auditoria Interna, Auditoria Externa e Reguladores);
- vi. Apreciou a Política de Gestão de Riscos Ambientais, Sociais e de Alterações Climáticas; a Política de concessão e reestruturação de créditos a devedores ou grupos de devedores de risco acrescido; e tomou conhecimento do ponto de situação sobre as atividades de gestão de acessos e apresentação da estratégia para evolução da *framework*, nomeadamente evolução da temática sobre o controlo de acessos e estratégia de gestão de acessos adotada;
- vii. Apreciou, ainda, os aspetos essenciais dos Resultados da Campanha de Avaliação e Certificação Anual (RCSA + CI) – Modelo Controlo Interno 2024;

- viii. Apreciou periodicamente a atividade desenvolvida pelo CCO, nomeadamente a refletida no Reporte semestral da Função de Cumprimento (incluindo Novos Produtos Aprovados, informação semestral sobre as atividades da Função de Conformidade, síntese das contingências legais, síntese das denúncias recebidas através do "Canal de denúncias", síntese de Sanções/Determinações específicas e Comunicação de Supervisores e políticas de Cumprimento aprovadas no semestre) e apreciou as políticas internas de Cumprimento e Conduta, nomeadamente, o Código Geral de Conduta, a Política de Prevenção, Comunicação e Sanação de Conflitos de Interesses, a Política de Defesa Corporativa, a Política e Procedimentos de Participação de Irregularidades, o Código Geral de Conduta no Mercado de Valores, a Política de Transações com Partes Relacionadas e a Política Global de Cumprimento;
- ix. Reviu a lista das partes relacionadas e procedeu à emissão de parecer sobre transações com partes relacionadas;
- x. Apreciou, nomeadamente, o relatório anual em matéria de Conformidade (artigo 28.º, n.º 1, alíneas o) e p) do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, de 15 de julho; artigo 115.º-A, n.º 6 RGICSF; artigo 1.º, n.º 1 do Regulamento da CMVM n.º 9/2020 e artigo 305.º, n.º 2 CdVM); o Relatório anual de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2022); a Análise ao *Deep Dive* da *Joint Supervisory Team* (JST) à Função de Cumprimento no BST; Plano de atividades da Função de conformidade para 2024; a Análise de Recursos da Função de Cumprimento; e o *follow-up* do Plano de Transformação em *Financial Crime Compliance*;
- xi. Verificou periodicamente o adequado funcionamento do Canal para Participação de Irregularidades e acompanhou as reclamações recebidas;
- xii. Supervisionou a Função de Auditoria Interna, aprovando o plano de auditoria interna e velando pela sua independência e eficácia; apreciou o Orçamento da Auditoria Interna; apreciou os objetivos anuais do CAE e os resultados do sistema interno de gestão de qualidade; e tomou conhecimento sobre: a execução do plano de auditoria interna, o estado de desenvolvimento e modificações do plano anual, as conclusões das auditorias realizadas no período de referência e a evolução de *ratings*, o ponto de situação de resolução das recomendações e recomendações escaladas, permitindo um controlo exaustivo sobre as recomendações da auditoria interna;
- xiii. Acompanhou o desempenho da atividade do *Chief Audit Executive*, apreciando os seus objetivos e a respetiva avaliação;
- xiv. Fez o seguimento periódico do ponto de situação de Cibersegurança apresentado pelo *Chief Information Security Officer* (CISO) do Banco;
- xv. Acompanhou o ponto de situação das recomendações de Controlo Interno, Auditoria Interna, Auditoria Externa e Supervisores, tendo seguido as recomendações identificadas e os respetivos planos quer ao nível do seu grau de implementação quer quanto aos prazos definidos;
- xvi. Tomou conhecimento da evolução da qualidade dos dados;
- xvii. Fiscalizou e monitorizou a atividade do Revisor Oficial de Contas e fez o acompanhamento anual do desempenho profissional dos auditores externos do ano 2024. Procedeu à apreciação da certificação legal de contas e do relatório adicional para o ano de 2024; das conclusões do relatório de imparidade da carteira de crédito do Banco e das conclusões da revisão limitada às demonstrações financeiras do Banco com referência a 30 de setembro de 2025;
- xviii. Aprovou a prestação de serviços distintos de auditoria, nos termos do Regulamento n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e da Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro de 2021, após verificação prévia da sua adequação. Atendeu, em particular: (i) que os serviços em causa não eram passíveis de enquadramento na lista de serviços proibidos e não constituíram uma ameaça à independência e à objetividade do ROC no contexto dos trabalhos de revisão legal de contas; (ii) que os montantes de honorários para eles propostos não excederam os limites de honorários por serviços distintos de auditoria legalmente previstos; (iii) que os serviços distintos de auditoria contratados à PwC se justificaram pela experiência no desenvolvimento de trabalhos similares, existindo condições para serem prestados com independência e objetividade.

A Comissão de Auditoria reúne, pelo menos, seis vezes por ano e sempre que a Presidente o entender ou algum dos restantes membros o solicitar.

Durante o exercício de 2025 reuniu treze vezes, cinco delas em conjunto com o Comité de Riscos a fim de garantir a eficácia na troca de informação e cobertura de todos os riscos.

A Comissão de Auditoria foi secretariada e teve o apoio logístico e técnico da Suplente do Secretário da Sociedade e do Governo Interno do Banco, tendo sido redigidas, aprovadas e assinadas atas de todas as reuniões.

O Regulamento da Comissão de Auditoria, está disponível na intranet e no site do Banco em:

<https://www.santander.pt/institucional/investor-relations/santander-totta-sa/governo-sociedade>.

IV - CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

Cabe ao Conselho de Administração do Banco assegurar que o sistema de governo e controlo interno estabelecido tem em consideração o princípio da proporcionalidade e o grau de centralização de autoridade e de delegação estabelecido na instituição, assegurando a existência de funções de controlo interno com estatuto, autoridade e independência na estrutura organizacional.

É competência do Conselho de Administração a promoção de um sistema de gestão de riscos, de um ambiente de controlo interno e de uma cultura de riscos os quais, mais de que um requisito legal para o exercício da atividade, são essenciais para garantir a eficácia da gestão.

O Conselho de Administração é, igualmente e no âmbito das suas competências, responsável por assegurar a implementação e manutenção de um adequado ambiente de controlo, o cumprimento dos objetivos estabelecidos no planeamento estratégico, uma adequada identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de riscos e a existência de informação financeira e não financeira completa, pertinente, fiável e tempestiva.

O Conselho de Administração é, ainda, e no âmbito das suas competências, responsável por assegurar a adoção de procedimentos contabilísticos sólidos, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das orientações aplicáveis à atividade da instituição, emitidas pelas autoridades competentes, do cumprimento dos normativos internos da própria instituição, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos e das regras de conduta e de relacionamento com clientes.

O sistema implementado pelo Banco está organizado de modo a potenciar um apropriado ambiente de controlo e um sólido sistema de gestão de riscos e permite a prossecução dos principais objetivos neste domínio, nomeadamente:

- A existência de uma adequada e eficaz cultura organizacional assente em elevados padrões de exigência ética e de conduta dos seus colaboradores;
- A existência de uma estrutura organizacional que inclui os órgãos sociais do Banco e respetivos comités, assegurando que a mesma está definida de forma integrada, objetiva, transparente e perceptível;
- A definição de uma estratégia, sustentável a longo prazo, para a atividade do Banco, para o seu perfil de risco e para o sistema de controlo interno;
- Controlo dos riscos da atividade da instituição, nomeadamente os riscos de crédito, de mercado, de taxa de juro, operacional, de liquidez e de financiamento, de modelo de negócio, de governo interno, bem como outros riscos, nomeadamente os riscos reputacional e de conformidade;
- Garantia da existência e segurança dos ativos;
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação contabilística e financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- A prudente e adequada avaliação dos ativos e das responsabilidades, nomeadamente para efeito da constituição de provisões;
- A adequação das operações realizadas pela instituição a outras disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e a outras regras relevantes para a instituição;
- A adequação das políticas de remuneratórias.

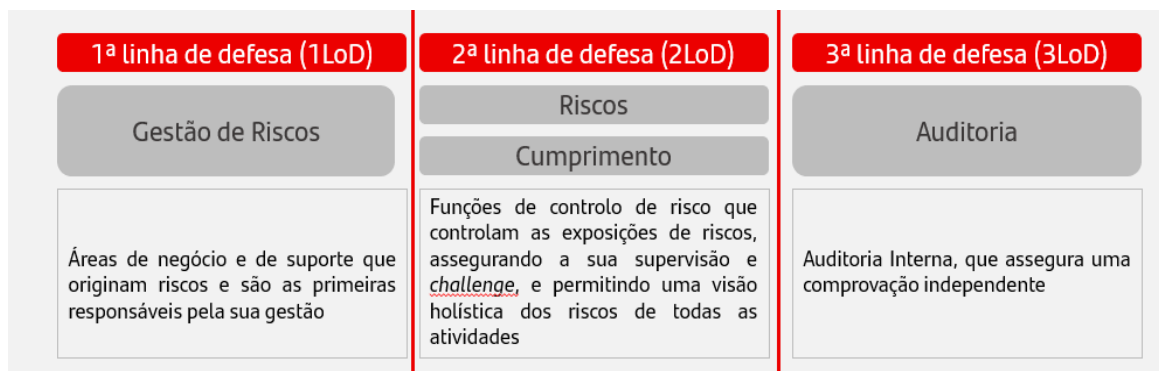
No âmbito do seu sistema de Controlo Interno e, nomeadamente, do seu modelo de gestão de riscos, o Banco assegura a implementação e manutenção dos processos de informação e de comunicação adequados à sua atividade e aos seus riscos.

Estão especificamente definidos e são praticadas políticas e procedimentos respeitantes a todos os riscos referenciados no mencionado Aviso nº 3/2020, republicado pelo Aviso nº 2/2025 em 5 de março de 2025.

Tais políticas e procedimentos estão disponíveis e são facilmente acessíveis a todos os colaboradores da instituição por via da sua divulgação em espaço próprio do sistema de Intranet do Banco.

O Banco realiza provas periódicas de eficácia que permitem identificar falhas no Sistema de Controlo Interno e tomar as medidas corretivas adequadas permitindo a prossecução dos principais objetivos neste domínio.

O Banco está organizado com base em **três linhas de defesa**, sendo a primeira constituída pelas áreas de negócio e de suporte responsáveis por gerir, aprovar, fazer seguimento e reportar adequadamente os riscos gerados. A segunda linha é constituída pelas funções de controlo interno (Cumprimento e Gestão de Riscos) as quais, a par dos órgãos do modelo de governo vocacionados para o controlo e supervisão de riscos, procuram garantir o acompanhamento e o bom funcionamento do sistema de controlo, de modo que os riscos se situem dentro dos limites definidos pela apetência pelo risco. A terceira linha é constituída pela Auditoria Interna, que atua de forma independente.



De acordo com este sistema de governo e controlo interno, são as direções de **primeira linha de defesa** os primeiros garantes do controlo interno, verificando e monitorizando com métricas e controlos o seu funcionamento, e os reportando aos Comitês Internos. Estes Comitês Internos têm, em regra, competências delegadas da Comissão Executiva ou do Comité Executivo de Riscos, sendo as decisões sempre colegiais. Os primeiros responsáveis de cada área de negócio ou de controlo efetuam também reportes periódicos à Comissão Executiva.

São preparados adicionalmente, mas por áreas da **segunda linha de defesa**, diversos reportes de informação agregada que são acompanhados em Comitês Internos de Controlo/Seguimento. Estes Comitês, além dos principais responsáveis das áreas de controlo da primeira linha, contam geralmente com a presença e intervenção de uma ou mais funções de controlo (Cumprimento, Gestão de Riscos e Auditoria Interna).

Os Comitês Internos acompanham, também, as recomendações efetuadas por todas as entidades internas ou externas, ainda que se trate de recomendações de melhoria. Obtém-se, assim, um importante reforço do controlo das atividades, que muito contribui para o ambiente de controlo interno. As Funções de Gestão de Riscos e de Cumprimento acompanham, de modo próximo e com total liberdade de atuação, as atividades, áreas ou projetos que entendam necessárias.

Ainda no âmbito da segunda linha de defesa, de referir o objetivo de procurar testar o impacto material a situações adversas da conjuntura como os exercícios de *stress test*, de autoavaliação do capital interno (ICAAP), de autoavaliação da liquidez (ILAAP) e dos Planos de Recuperação ou de Contingência de Liquidez os quais procuram avaliar a resistência do Banco em termos de adequação de liquidez e suficiência de capital.

Na **terceira linha de defesa** é exercida a atividade de auditoria interna, que, com um plano de atuação e processos próprios, verifica a robustez dos sistemas e controlos implantados, efetuando sugestões de melhoria e verificando a sua aplicação.

É ainda de considerar o contributo das observações e recomendações emanadas pelas entidades externas como os Auditores Externos, Reguladores e Supervisores nas suas atividades de inspeção que, por um lado, contribuem para fortalecer o controlo interno, e, por outro, certificam a qualidade do mesmo.

E, anualmente, em cumprimento do estabelecido no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020 e na respetiva Instrução associada n.º 18/2020, o Conselho de Administração do Banco elabora o seu relatório de autoavaliação sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e de controlo interno.

Função de Gestão de Riscos

A Função de Gestão de Riscos (FGR) é de âmbito transversal ao Grupo Santander Totta.

A função está corporizada na denominada Área de Riscos, sob a responsabilidade exclusiva do *Chief Risk Officer* (CRO).

Integrando a segunda linha de defesa sob a responsabilidade exclusiva do CRO, a FGR dispõe de uma unidade de estrutura responsável pela supervisão e consolidação transversal de todos os riscos e de unidades especializadas em determinados tipos de risco ou processos, de acordo com os conhecimentos e competências técnicas necessárias, constituindo em conjunto a chamada Área de Riscos do Santander Totta (doravante Área de Riscos).

A função tem por missão geral a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, visando avaliar a relevância dos riscos incorridos e o grau de eficácia das medidas adotadas para o seu controlo, mitigação e superação.

A FGR desempenha as suas atribuições com o mais alto nível de independência, ou seja, sem responsabilidade direta sobre qualquer função de negócio, execução ou controlo de primeira linha sobre as atividades a avaliar.

É autónoma e organicamente segregada das atividades que monitoriza e controla e dispõe de estatuto e autoridade suficiente para desempenhar as suas competências de forma objetiva e independente.

Dispõe de um plano de atividades elaborado e aprovado pelo Conselho de Administração no início de cada ano, depois de obtido parecer prévio da Comissão de Auditoria.

Dispõe de recursos humanos e materiais adequados para o desempenho eficaz das suas responsabilidades. Em dezembro de 2025 dispunha de 178 colaboradores dos quais 168 com formação superior e 10 com formação ao nível do ensino secundário.

Para além dos Comitês que integram o modelo de governo para a gestão e controlo de riscos, a FGR participa ainda em vários comitês do modelo de governo interno, dos quais o CRO é membro permanente, assegurando uma análise e/ou validação independente das matérias, processos e propostas apresentadas.

O *Chief Risk Officer* (CRO) reporta administrativa e operacionalmente ao Presidente da Comissão Executiva e reporta funcionalmente ao Comité de Riscos do Conselho de Administração ao CRO do Grupo Santander.

São as seguintes as características do cargo e as funções definidas para o responsável da FGR (*Chief Risk Officer*), as quais constituem a principal referência que preside à orientação das atividades desenvolvidas:

- Tem uma influência significativa nas decisões que afetem a exposição do Banco aos diferentes Riscos, dispondo de suficiente reconhecimento interno, autoridade, juízo autónomo e independência das atividades de negócio. Participa nos processos-chave de tomada de decisão, fornecendo uma perspetiva de riscos e assegurando a existência de processos de gestão de risco efetivos;
- Tem acesso direto e independente ao Comité de Riscos, ao Conselho de Administração e à Comissão de Auditoria e aos comitês dependentes daqueles órgãos por sua iniciativa ou por iniciativa de qualquer membro destes órgãos;
- Exerce as suas funções de forma independente e em exclusividade pertencendo à direção de topo estando na dependência direta do Presidente da Comissão Executiva;
- É o máximo responsável pela função de gestão de riscos e pela supervisão do Marco Corporativo de Riscos;
- Foi nomeado pelo Conselho de Administração sob proposta da Comissão Executiva, apenas podendo ser destituído com aprovação prévia do Comité de Riscos. A sua nomeação ou destituição deve ser formalmente comunicada às autoridades de supervisão, indicando as respetivas razões;
- É o principal interlocutor com o Grupo Santander e terceiros (entre os quais supervisores e órgãos de regulação) em matéria de riscos;
- Tem acesso a todas as linhas de negócio e sociedades que possam potencialmente dar origem a riscos materiais incluindo funções, processos e atividades subcontratadas, instalações próprias ou dos prestadores de serviços, bens e colaboradores, informações, registos contabilísticos, sistemas, ficheiros informáticos e dados da instituição.

O *Chief Risk Officer* é responsável por:

- Promover um ambiente de controlo e gestão de riscos prudente, que cubra as necessidades identificadas e cumpra os requisitos do normativo interno e externo;
- Informar regularmente o Conselho de Administração, o Comité de Riscos e a Comissão Executiva sobre o perfil de risco, a sua evolução e perspetivas futuras, bem como sobre a adequação dos sistemas, políticas, processos, modelos e instrumentos utilizados para a gestão e controlo de riscos, reportando de forma imediata quaisquer incumprimentos, incidências ou deficiências;
- Assegurar que os níveis de risco e os processos de negócio são consistentes com a apetência pelo risco, as políticas de risco e os requisitos regulatórios, promovendo as medidas necessárias para assegurar uma gestão eficaz e, quando aplicável, a mitigação daqueles riscos que sejam inadequados;
- Promover a disseminação de uma adequada cultura de riscos;
- Participar nos processos de planificação, no estabelecimento dos objetivos estratégicos, e promover a aprovação de uma apetência pelo risco clara e coerente com a estratégia de longo prazo e com a apetência pelo risco do Grupo Santander;
- Coordenar processos robustos de identificação e avaliação de riscos;
- Fornecer à direção de topo uma visão integrada dos riscos assumidos em cada momento.

De acordo com o último relatório da FGR, datado de novembro de 2025, é convicção do CRO que:

- A Função de Gestão de Riscos (FGR) continua a desempenhar as suas funções de forma objetiva e independente relativamente às áreas funcionais sujeitas a avaliação, com total autonomia e liberdade, e não existindo qualquer situação ou constrangimento que a comprometa ou possa vir a comprometer, tendo acesso pleno a todas as atividades e a toda a informação necessária ao desempenho das suas competências, dispondo igualmente através do seu responsável de acesso direto ao Órgão de Administração e em particular ao Comité de Riscos e sempre que se justifique à Comissão de Auditoria.
- A área de Riscos dispõe de meios humanos adequados para cumprir plenamente com as suas responsabilidades enquanto 2LoD no modelo de "três linhas de defesa" para a gestão e controlo dos riscos, não só relativamente às categorias de risco tradicionais, como igualmente no que se refere aos riscos emergentes, com destaque para os riscos climáticos e os riscos decorrentes da transformação digital e cibersegurança. todas as potenciais **situações materiais de riscos são devidamente acompanhadas** pela Função de Gestão de Riscos, documentadas e reportadas aos níveis de gestão apropriados, de modo a possibilitar a adoção tempestiva de medidas corretivas, continuando a existir na organização um ambiente de controlo interno favorável ao controlo e mitigação dos riscos. Como descrito no presente relatório o Santander dispõe de um **conjunto de ferramentas ("Toolset")** que compreende uma série de processos-chave e ferramentas que cobrem todas as fases da gestão de riscos e sustentam um modelo de governo enquanto elemento fundamental do Sistema de Gestão de Riscos, que também requer uma estreita colaboração entre a Filial e a Corporação. O Banco mantém o reforço da **Cultura de Riscos** na organização – **Risk Pro** – cultura que promove a prevenção, a gestão e a monitorização de todos os riscos, visão esta que é disseminada pela Função de Gestão de Riscos e promovida por todos os colaboradores. De facto, no âmbito das suas responsabilidades, a Função de Gestão de Risco tem desenvolvido e fomentado diversas iniciativas, desde a consciencialização para a importância de uma adequada gestão de riscos junto de todos os responsáveis e colaboradores, à efetiva incorporação da Cultura de Riscos em todos os processos e atividades diárias (*seleção e recrutamento, formação e desenvolvimento, compensação e reconhecimento, liderança*).

Chief Risk Officer: Luis Morim

Função de Cumprimento

A função de Cumprimento está corporizada na denominada Área de Cumprimento e Conduta, sob a responsabilidade exclusiva do *Chief Compliance Officer* (CCO)

A área de Cumprimento e Conduta funciona de forma independente e permanente.

A independência da Função de Cumprimento envolve quatro elementos essenciais, distintos, mas relacionados:

- estatuto formal na instituição;
- existência de um responsável de cumprimento (*head of compliance*) encarregue da coordenação da gestão dos riscos de cumprimento;

- colaboradores afetos à função de cumprimento não devem estar sujeitos a possíveis conflitos de interesses entre o desempenho da função e quaisquer outras responsabilidades perante a instituição;
- colaboradores afetos à função de cumprimento devem ter acesso irrestrito à informação e a quaisquer colaboradores de modo a poder desempenhar adequadamente a sua função.

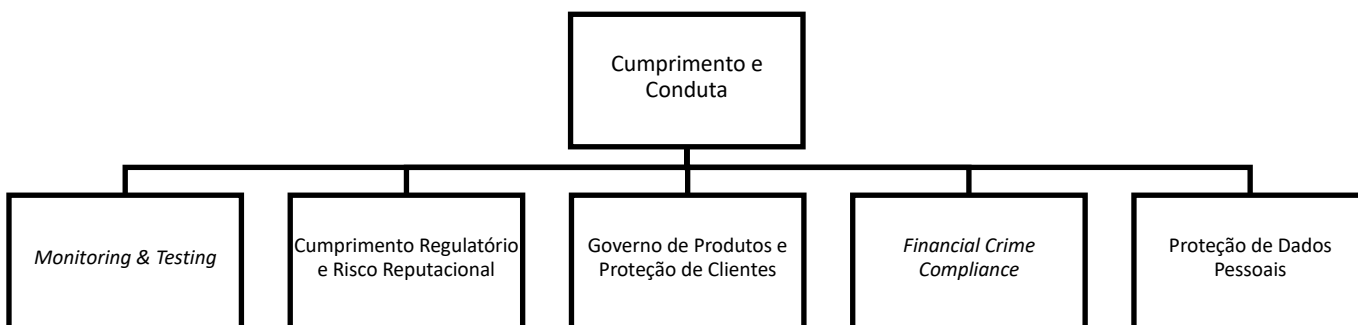
A área de Cumprimento e Conduta do Banco é uma área com reporte direto ao Conselho de Administração e que atua como segunda linha de defesa, no seguimento, controlo e gestão do risco de incumprimento e tem livre acesso a todas as informações e elementos relativos à atividade do Banco que solicite ou de que careça, bem como às instalações e equipamentos da instituição;

O *Chief Compliance Officer* (CCO) reporta administrativa e operacionalmente ao Presidente da Comissão Executiva e reporta funcionalmente ao Comité de Riscos do Conselho de Administração ao CCO do Grupo Santander.

A área tem afetos 73 colaboradores com elevado grau de experiência nos sectores bancários e financeiro e, mais concretamente, nas diversas áreas de conhecimento relevantes para a gestão dos riscos de conformidade e que estão exclusivamente afetos ao exercício das funções cometidas à área de Cumprimento e Conduta, não estando por isso sujeitos a possíveis conflitos de interesses entre o desempenho da função e quaisquer outras responsabilidades perante a instituição.

A gestão dos riscos de cumprimento e conduta é coordenada pela área de Cumprimento e Conduta, ao abrigo de políticas internas que determinam mecanismos e procedimentos que permitem: i) minimizar a probabilidade de que se concretizem; ii) identificar, reportar à Administração, gerir, e superar as situações que, eventualmente, se tenham verificado; iii) assegurar o respetivo seguimento e controlo; e iv) evidenciar, se necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, deteção antecipada, mitigação e, sendo o caso, superação.

A seguinte imagem reproduz o organograma da área de Cumprimento e Conduta.



O Banco dispõe de um conjunto de normativos internos especificamente destinados à gestão dos riscos de cumprimento e conduta. Sem prejuízo de diversas Políticas relevantes, salienta-se, neste contexto, a existência de um Código Geral de Conduta, de um Código de Conduta específico para o Mercado de Valores e de um Código de Conduta na Relação com os clientes, que fixam os princípios éticos e procedimentos que presidem à atuação das pessoas sujeitas e entre outros aspetos relevantes privilegiam a prevenção e resolução de conflitos de interesses.

Em complemento das disposições do Código Geral de Conduta, o Banco dispõe também de um Programa de Prevenção da Corrupção que reforça o compromisso corporativo de absoluta rejeição de quaisquer práticas de corrupção, envolvendo toda a organização societária nesse desiderato.

Nesse contexto estão conferidas atribuições específicas à Área de Cumprimento e Conduta de seguimento e controlo da execução do programa e das políticas que o suportam.

No quadro do Código Geral de Conduta e do Programa de Prevenção de Corrupção está disponível um Canal de Denúncias, livremente acessível a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral e que, garantindo a confidencialidade das comunicações e eventuais procedimentos subsequentes, lhes confere a possibilidade e exorta a que evidenciem situações irregulares de que tenham conhecimento.

Destaca-se ainda, neste quadro, a interação com a área de atenção ao Cliente (cujo responsável reporta funcionalmente ao *Chief Compliance Officer*, para todas as matérias relacionadas com reclamações formais) - que tem a seu cargo o seguimento e tratamento das reclamações de clientes - em ordem a, por um lado, acompanhar a evolução da situação nesse domínio e, principalmente escrutinar, a partir da tipologia das reclamações, eventuais omissões ou práticas inadequadas que possam indiciar, com vista a providenciar os ajustamentos ou correções apropriados por parte do Banco.

Estão aprovadas e instituídas políticas e procedimentos de comercialização de produtos, bem como o processo e órgãos para a respetiva aprovação e seguimento que visam, por um lado, garantir a verificação prévia de todos os requisitos necessários para que a comercialização opere sem riscos legais, reputacionais e de cumprimento e, por outro, assegurar o seguimento de incidências que possam vir a verificar-se, avaliando a sua materialidade e, sendo o caso, introduzindo as medidas de superação que se justifiquem, que podem incluir a suspensão ou termo da comercialização quando as circunstâncias o determinem ou aconselhem. Neste contexto, assume especial importância a avaliação e seguimento do risco reputacional inerente aos produtos ou que se possa gerar na sua vigência pela ocorrência de vicissitudes pontuais que, de algum modo, os afetem, ou se projetem relevantemente na relação com os clientes.

Noutro plano, e com vista a assegurar de modo mais eficiente e eficaz a sua missão, a Área de Cumprimento e Conduta promoveu a institucionalização de fóruns específicos de cumprimento especialmente vocacionados para as áreas consideradas mais sensíveis, nomeadamente as mais diretamente relacionadas com mercados financeiros, de funcionamento periódico – em regra de base mensal – que permitem apreciar as práticas instituídas, aferir da sua conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis, manter as áreas informadas acerca das inovações ocorridas e garantir a sua execução, controlar o cumprimento de obrigações informativas e outras aplicáveis, identificar eventuais incidências e, sendo o caso, equacionar e implementar as medidas apropriadas para as mitigar e prevenir. Esses fóruns são dirigidos e coordenados pela Área de Cumprimento e Conduta, com participação dos responsáveis das áreas envolvidas.

Por outro lado, tanto no âmbito destes fóruns, como fora deles, o CCO mantém uma relação regular de articulação com as demais áreas de controlo (Auditoria e Gestão de Riscos), em ordem a potenciar a perspetivação, seguimento e controlo global de riscos e é membro permanente em diversos comités de governo do Banco que têm por objeto o controlo de riscos, com destaque para o Comité de Controlo Interno, Cumprimento e Riscos Não Financeiros.

Sem prejuízo da existência de um quadro institucional e de governo estabilizado e de um conjunto significativo de atividades de gestão de risco realizadas de forma recorrente, a atividade da área de Cumprimento e Conduta é ajustada ao ambiente regulatório, às expectativas dos supervisores e à evolução do perfil de risco do Banco, de acordo com a atividade efetivamente desenvolvida em cada momento, o que é tanto mais relevante quanto é certo que se regista permanentemente um elevado dinamismo nestas matérias que, naturalmente, acaba por ter impacto também no exercício da função.

Para o efeito, é elaborado anualmente um Plano de Atividades, que é aprovado pelo Conselho de Administração, depois de obtido parecer da Comissão de Auditoria.

A atividade desenvolvida no âmbito da função de cumprimento é documentada num relatório próprio, de periodicidade anual, “Relatório anual em matéria de conformidade”, datando o último de setembro de 2025 e do qual se destaca que é convicção do CCO que:

- O sistema de controlo de cumprimento instituído no Banco ajusta-se de forma adequada à sua dimensão e à atividade exercida e está em conformidade com o regime normativo aplicável.
- Sem prejuízo, tanto no plano do quadro normativo e regulamentar relevante quanto no plano do normal desenvolvimento e evolução da atividade do Banco, regista-se um dinamismo que, naturalmente, tem impacto também na função de conformidade.
- Justifica-se por isso, uma atenção permanente à eventual necessidade de ajustes, tendo sempre presente a preocupação de assegurar a observância das normas legais aplicáveis no que diz respeito à organização e ao funcionamento da área de Cumprimento e Conduta.

Chief Compliance Officer: Inês Caria

Função de Auditoria Interna

A função de auditoria interna (FAI) está corporizada na denominada Área de Auditoria Interna, sob a responsabilidade exclusiva do *Chief Audit Executive* (CAE), constituindo a terceira linha de defesa da Instituição, nos termos do modelo das três linhas, em conformidade com o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020.

A Auditoria Interna é independente das restantes funções e unidades da Instituição, exercendo a sua atividade por mandato direto do Conselho de Administração, com total autonomia e objetividade.

Como unidade independente, reporta periodicamente ao Conselho de Administração tendo acesso direto ao Conselho quando é necessário e à Comissão de Auditoria e atende os requerimentos de informação que receba desta no exercício das suas funções.

O CAE é nomeado pela Administração, reporta administrativa e operacionalmente ao Presidente do Conselho de Administração e reporta funcionalmente à Comissão de Auditoria e ao CAE do Grupo, mantendo igualmente informado de forma regular o Presidente da Comissão Executiva do Banco, da atividade de auditoria interna.

Ao CAE são conferidos todos os poderes necessários ao desempenho das suas funções de um modo independente, com livre acesso a toda a informação relevante. Tem, nomeadamente, acesso livre e independente ao “Diligent/SanGovPro”, plataformas suporte de gestão dos diversos Comitês do Banco, onde é possível consultar agendas, apresentações e atas.

O quadro de colaboradores da Auditoria está distribuído pelas áreas de Risco de Crédito, Riscos de Tesouraria e Mercado, Riscos Operativos e de Cumprimento e Riscos Tecnológicos, sendo todos os 40 colaboradores detentores de formação académica adequada às funções desempenhadas.

Para desenvolver a sua missão e alcançar os objetivos estabelecidos, as equipas de Auditoria Interna têm acesso completo, livre e sem restrições a toda a informação, funções e atividades, incluindo as subcontratadas, tanto nas instalações próprias como dos prestadores de serviços e bens, bem como a colaboradores, informações, registos contabilísticos, sistemas, ficheiros informáticos e dados.

A Auditoria Interna tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à Alta Direção garantia independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controlo interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governação, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. Para isso, a Auditoria avalia:

- A eficácia e a eficiência dos processos e sistemas supracitados;
- O cumprimento da normativa aplicável e os requerimentos dos supervisores;
- A fiabilidade e integridade da informação financeira e operativa;
- A integridade patrimonial.

A Auditoria Interna baseia a sua atuação nos seguintes princípios:

- Independência, objetividade e imparcialidade: todas as opiniões estarão baseadas na análise objetiva dos factos, não alterada por influências, pressões ou interesses de nenhum tipo;
- Integridade, comportamento ético e confidencialidade da informação gerida e das conclusões obtidas. A atuação dos auditores estará de acordo com os princípios e normas de conduta estabelecidos, tanto nos códigos de conduta do Grupo como no Código de Ética de Auditoria Interna, que deverá ser conhecido e aceite, mediante a sua assinatura por todos os seus membros;
- Competência e qualificação profissional dos auditores. Para isso, procurar-se-á a atualização contínua dos seus conhecimentos;
- Qualidade do trabalho, baseada em conclusões fundamentadas, documentadas e suportadas por provas de auditoria, realizadas com uniformidade de critérios, mediante uma metodologia e ferramentas de trabalho comuns e adequadas, e com o devido cuidado profissional;
- Criação de valor, fazendo relatórios relevantes e verídicos e apoiando a gestão das unidades auditadas com espírito de colaboração e de contribuição de medidas de melhoria;
- Colaboração adequada com o resto de controlos existentes no Grupo e com os auditores externos e os outros provedores envolvidos na organização, mantendo reuniões periódicas e partilhando com eles os resultados das revisões realizadas e os relatórios de auditoria emitidos;
- Relação fluida com os supervisores: relação fluída com os supervisores, atendendo aos seus pedidos em tempo e forma;
- Observância dos *standards* internacionais para o desempenho da função, designadamente as “Normas Globais de Auditoria Interna” emitidas pelo Instituto de Auditores Internos e os princípios estabelecidos pelo Banco Internacional de Pagamentos de Basileia nesta matéria.

O CAE é responsável por:

- Desenho e implementação de uma metodologia adequada;
- Desenvolvimento de um Plano Plurianual de Auditoria baseado numa avaliação própria dos riscos existentes no Grupo;
- Execução dos diferentes trabalhos incluídos no Plano Plurianual de Auditoria, elaborando e distribuindo adequadamente os relatórios previstos no plano;
- Comunicação aos auditados das conclusões das diferentes auditorias e das recomendações, e o estabelecimento de um calendário para a sua implementação e a realização de um acompanhamento para verificar a sua implementação;
- Avaliação, com a periodicidade adequada, da suficiência de recursos para o desempenho da função;
- Comunicação periódica à Comissão de Auditoria do desenvolvimento do Plano plurianual de Auditoria aprovado;

- Reporte mensal ao Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Comissão de Auditoria, Comissão Executiva e reportes diretos ao CEO sobre estado de cumprimento de recomendações.
- Informação ao Conselho de Administração dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna conforme o seu Plano plurianual;
- Comunicação aos Órgãos de Governo sobre as situações que, na sua opinião, necessitam especial atenção;
- A elaboração e apresentação à Comissão de Auditoria e ao Conselho de Administração, de um relatório anual da atividade da Função de Auditoria Interna, elaborado nos termos da regulação em vigor, e que contenha uma avaliação global da adequação e eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e controlo interno da instituição;
- Realização de todas aquelas auditorias, trabalhos especiais, relatórios e de outros deveres requeridos pelo Conselho de Administração ou pela Comissão de Auditoria;
- A confirmação à comissão de auditoria e ao conselho de administração, com uma periodicidade mínima anual, de que se atua de forma independente e que os trabalhos realizados não estão comprometidos por quaisquer situações ou constrangimentos que tenham afetado a independência ou objetividade da Auditoria Interna;
- Desenvolvimento e manutenção de um programa para assegurar a qualidade e melhoria contínua, que possa abranger todos os aspetos da atividade da Auditoria Interna;
- Desenvolvimento e implementação de um plano de formação dos auditores internos.

A atividade desenvolvida no âmbito da função de auditoria é documentada num relatório próprio, de periodicidade anual, denominado de “Relatório da função de Auditoria Interna” o qual em 2025 foi datado de outubro.

Em dezembro de 2025 e perante o Conselho de Administração, o CAE ratificou que a Auditoria Interna atuou, durante o exercício de 2025 com total independência e objetividade no desempenho da sua missão, sem que esta se tenha visto afetada por nenhuma circunstância, com acesso completo, livre e sem restrições a toda a informação, nos termos do Marco Corporativo de Auditoria Interna aprovado pelo Conselho. De igual modo, não se prevê que possam vir a ocorrer situações ou constrangimentos que possam vir a comprometer a sua independência no cumprimento das suas funções, sendo que a ocorrerem, o CAE informará de imediato o Conselho de Administração na figura do seu Presidente.

Chief Audit Executive: Juan Ramón

V - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Conselho de Administração do Banco Santander Totta, SA, após parecer prévio do Órgão de Fiscalização, aprovou a Política de Transações a qual visa estabelecer as regras e os procedimentos a serem observados pelo Banco em transações com partes relacionadas, incluindo, mas sem limitar, operações de crédito, operações com imóveis e fornecimento de bens e serviços, a fim de assegurar a transparência nas referidas transações, bem como o integral cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis.

Na elaboração desta Política foram consideradas as orientações dos reguladores e várias disposições legais que estabelecem regras e requisitos que visam prevenir os riscos decorrentes de determinados tipos de relacionamento existentes entre os sujeitos das transações, em especial, mas sem limitar, as Orientações da EBA sobre o Governo Interno (EBA/GL/2021/05, de 2/07/2021, em especial os n.º 120 e seguintes, os artigos 85.º (“Crédito a membros dos órgãos sociais”), 86.º (“Outras operações”) e 109.º (“Crédito a detentores de participações qualificadas”) do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), o artigo 397.º (“Negócios com a sociedade”) do Código das Sociedades Comerciais e o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, em especial o artigo 33.º.

Foi, ainda, tomada em consideração, como política de referência, a Política do Grupo para a admissão, autorização e monitorização de operações de financiamento dos administradores e membros da alta direção do Banco Santander, S.A.

O Banco tem devidamente implementados normativos internos que operacionalizam esta Política de Transações com Partes Relacionadas e as pessoas e entidades que se integrem nos diversos tipos de Partes Relacionadas estão devidamente identificadas e assinaladas nos sistemas informáticos do Banco mediante a criação de um registo de Partes Relacionadas.

O Banco apura trimestralmente, a lista das entidades que preenchem os requisitos como “Parte Relacionada”, sendo a mesma submetida para aprovação pelo Conselho de Administração.

A Política de Transações com Partes Relacionadas encontra-se disponível no site do Banco

<https://www.santander.pt/institucional/investor-relations/santander-totta-sa/governo-sociedade>.

VI – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

As Políticas de Remuneração do Banco seguem o disposto na legislação e regulamentação vigentes, ou seja, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), o Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento e do Conselho, a Diretiva n.º 2013/36/EU, as Orientações da EBA n.º EBA/GL/2021/04 e o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, de 15 de julho, estando alinhadas com as melhores práticas a nível nacional e internacional.

As práticas remuneratórias do Banco são concebidas e revistas para que estejam sempre alinhadas com os interesses dos seus *stakeholders*, nomeadamente acionistas, colaboradores, clientes e da sociedade.

As políticas de remuneração do Banco devem ser compatíveis com uma gestão adequada e eficaz de riscos, pelo que não são atribuídos incentivos que contribuam para exceder o nível de risco tolerado ou que coloquem em perigo ou que limitem a capacidade do Banco para manter uma base sólida de capital.

A retribuição é definida para promover uma cultura de elevado desempenho no contexto de um Banco responsável, na qual as pessoas são premiadas e reconhecidas pelo seu desempenho, competência e pelo impacto que têm no sucesso do Banco e do Grupo.

O processo de avaliação individual de desempenho, incluindo os critérios de natureza financeira e não financeira, quantitativos e qualitativos utilizados e a respetiva ponderação para determinação da componente variável da remuneração, é transparente e comunicado aos colaboradores em momento anterior ao início do período de contagem a que a avaliação diz respeito.

O Conselho de Administração do Banco é responsável por assegurar que a instituição define, implementa e avalia, de forma adequada, a sua política de remuneração e formaliza em documentos específicos os respetivos procedimentos e todos os outros elementos necessários à sua definição, implementação, avaliação e revisão periódica.

Para o efeito, nomeou um Comité de Remunerações cujos membros possuem, a nível global, qualificação e experiência para o exercício das suas funções, nomeadamente as adequadas em matéria de remunerações.

O Conselho de Administração é o órgão competente para aprovar e rever a Política de Remuneração dos Dirigentes e Quadros do Banco Santander Totta, S.A. com base em parecer prévio do Comité de Remunerações.

A Política de Remuneração dos Dirigentes e Quadros do Banco Santander Totta foi aprovada em 27 de maio de 2025.

Anualmente, o Comité de Remunerações submete à aprovação da Assembleia Geral (i) a Política de remuneração do Banco Santander Totta S.A.; (ii) a Política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e (iii) a aprovação de nível da componente variável da remuneração total.

Na Assembleia Geral do Banco de 30 de maio de 2025, o Comité de Remunerações submeteu as propostas relativas à (i) Política de remuneração do Banco Santander Totta S.A. e a Política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e (iii) aprovação de nível da componente variável da remuneração total, as quais foram aprovadas para vigorarem no ano 2025.

O Comité de Remunerações, nos termos do artigo 44º do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, de 15 de julho, republicado pelo Aviso n.º 2/2025 em 5 de março de 2025, procedeu à avaliação do cumprimento das políticas e práticas remuneratórias adotados pelo Banco com a participação dos responsáveis pelo exercício das funções de controlo.

Da avaliação realizada, o Comité de Remunerações concluiu que a Política de Remuneração do Banco está, na sua globalidade, em linha com os princípios insitos na regulamentação aplicável em Portugal, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo e que não foram identificados impactos materiais das práticas remuneratórias das filiais no estrangeiro, sobre a gestão de riscos, com especial enfoque nos riscos de capital e liquidez.

i. Política de remuneração do Banco Santander Totta

A Política de remuneração do Banco Santander Totta é dirigida a todos os seus colaboradores e estabelece os princípios fundamentais referentes ao pagamento de remunerações, fixas ou variáveis, tendo por base a Política de Remuneração do Grupo Santander. Esta Política visa estabelecer e alinhar, de forma clara e concisa, as práticas remuneratórias do BST com os seus princípios orientadores fundamentais e normas obrigatórias.

ii. Política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco Santander Totta, S.A.

A Política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização estabelece orientações específicas aplicáveis a este universo, em complemento da Política de Remuneração do Banco Santander Totta e tendo em consideração as especificidades das funções exercidas pelos membros do órgão de administração e de fiscalização e as normas em vigor.

Sumarizam-se de seguida os principais aspetos da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização:

A remuneração dos órgãos sociais do Banco:

- a) **Assembleia Geral.** O seu Presidente recebe uma remuneração fixa, paga nos seguintes termos: valor anual, fracionado em 12 pagamentos mensais.
- b) **Comissão de Auditoria.** Os seus membros recebem uma remuneração fixa, paga nos seguintes termos: valor anual, fracionado em 12 pagamentos mensais.
- c) **Conselho de Administração / membros não executivos.** Os membros não executivos do Conselho de Administração, que não integrem a Comissão de Auditoria, recebem uma remuneração fixa, paga nos seguintes termos: valor anual, fracionado em 12 pagamentos por ano. Em situações devidamente fundamentadas e legalmente admitidas poderá ser autorizado pelos órgãos competentes o pagamento de um montante adicional.

Os administradores não executivos que, todavia, exerçam funções de Direção ou outras no Banco Santander S.A. ou em outras entidades do Grupo Santander, poderão ter ou não uma remuneração pelo exercício daquele cargo no Banco.

A remuneração dos administradores executivos do Banco

Os membros da Comissão Executiva auferem uma remuneração fixa, paga 14 vezes ao ano, a qual é determinada tendo em conta os critérios estabelecidos na Política de Remuneração do Santander Totta e no Grupo Santander, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, não se prevendo que represente em 2025 parcela inferior a 33% da remuneração total.

Poderá acrescer à remuneração fixa uma remuneração variável, definida nos termos da Política, e individualmente fixada pela Comissão de Vencimentos, após apreciação pelo Comité de Remunerações e cumprimento dos procedimentos previstos na Política.

Determinação da remuneração variável

A remuneração variável dos administradores executivos é determinada a partir de uma referência padrão correspondente ao cumprimento de 100% dos objetivos estabelecidos, sendo fixado para cada membro um valor de referência para cada exercício.

O valor final do prémio de desempenho e inerente remuneração variável será determinado no início do exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre a base do valor de referência e em função do cumprimento efetivo dos objetivos estabelecidos no enquadramento da *pool* disponível para o efeito, nos termos definidos na Política de Remuneração do Banco Santander Totta, designadamente na sua secção 5.4.

Os objetivos gerais para o ano de 2025 são os que constam do Anexo 1 que fazem parte da presente Política, para todos os efeitos.

O rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável de cada um dos membros da Comissão Executiva e o valor total da respetiva remuneração fixa não pode ser superior a 100%, podendo, no entanto, atingir 200% se existir autorização expressa da Assembleia Geral, nos termos da regulação aplicável.

Composição e regulamentação da remuneração variável

A parte variável da remuneração encontra-se sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo.

- a) A remuneração variável relativa ao Prémio de Desempenho de Empresa é devida 50% em dinheiro e 50% em instrumentos financeiros (preferencialmente ações ou opções sobre ações do Banco Santander S.A., ou instrumentos financeiros equivalentes ou instrumentos relacionados ou convertíveis em ações, tais como *American Depositary Receipts* (ADRs), sendo parte paga em 2026 e parte diferida em cinco anos, observados os seguintes parâmetros:
 - a. 60%, 50% ou 40%, dessa remuneração, de acordo com a situação aplicável, será paga em 2026, em dinheiro e em instrumentos financeiros;
 - b. O remanescente será pago anualmente, em cinco partes iguais (conforme aplicável), em dinheiro e em instrumentos financeiros, observadas as condições previstas.
- b) Todos os riscos de eventual redução da remuneração variável devida em instrumentos financeiros não podem ser transferidos para outra entidade através de instrumentos de cobertura de riscos ou de quaisquer tipos de seguros, ficam sujeitos à condição de manutenção ou retenção durante um ano.

- c) Adicionalmente, o Conselho de Administração do Grupo Santander aprovou uma política corporativa de retenção de ações, aplicável aos administradores executivos do Grupo Santander e a outros Diretivos do Grupo Santander (incluindo, em Portugal, o *Country Head*), que obrigará a que os colaboradores em causa devam manter, após o decurso de um prazo, a titularidade sobre um volume de ações do Banco Santander definido em regulamentação interna própria e atualmente determinado no equivalente a duas vezes a sua remuneração fixa anual líquida.
- d) A parte diferida da remuneração variável, relativa ao terceiro, quarto e quinto ano, se for o caso, está sujeita, para além das condições *malus* e *claw-back*, ao cumprimento de objetivos do Grupo a longo prazo, sendo estes últimos aplicáveis apenas ao Presidente da Comissão Executiva, de acordo com os critérios gerais aplicáveis no quadro do Grupo Santander, nos termos dos quais o valor da remuneração variável apenas poderá diminuir (mediante redução do pagamento em dinheiro ou em ações), tal como definido para o ano em curso nos termos do Anexo 2.
- e) O pagamento da remuneração variável respeitará as regras de deferimento e os mecanismos de redução (*malus*) ou reversão (*claw-back*) em vigor na Política e procedimentos que a complementam, a fim de cumprir com os requisitos legais e regulamentares, bem como observar as recomendações e orientações emitidas pelas entidades de supervisão competentes. A faculdade de reduzir (*malus*), total ou parcialmente, o pagamento de remuneração diferida e cujo pagamento não seja ainda um direito adquirido, bem como de reter no todo ou em parte remuneração variável cujo pagamento constitua um direito adquirido (*claw-back*), fica limitada a eventos extremamente significativos, devidamente identificados, nas quais as pessoas abrangidas tenham tido uma participação direta nos acontecimentos em causa.

Identificação de parcelas diferidas e pagas de remuneração variável

Do exercício de 2019, foi pago o último quinto da remuneração variável diferida.

Do exercício de 2020, foi paga a quarta parte da remuneração variável diferida e encontra-se por pagar a quinta parte da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2021, foi pago o último terço e encontra-se por pagar a quarta e a quinta partes (quando aplicável) da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2022, encontram-se por pagar a terceira, a quarta e a quinta partes (quando aplicável) da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2023, encontram-se por pagar a segunda, a terceira, a quarta e a quinta partes (quando aplicável) da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2024, foi paga em 2025 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por quatro ou cinco anos, conforme aplicável.

Plano de Incentivos de Longo Prazo

Nos termos da Política de Remuneração do Banco Santander Totta, está prevista a possibilidade de designar dirigentes e outros colaboradores como participantes de Planos de Incentivos de Longo prazo.

Os Regulamentos aplicáveis a cada Plano de Incentivo de Longo Prazo serão aprovados pelo Comité de Remunerações e pela Comissão de Vencimentos.

Incentivo PagoNxt

A PagoNxt é uma sociedade do Grupo Santander que se dedica à tecnologia e inovação em pagamentos.

A atividade principal da PagoNxt concentra-se em duas áreas de atividade principais (*Merchant e Payments*), recorrendo a uma infraestrutura em que proporciona fiabilidade, escalabilidade e as mais elevadas capacidades em matéria de cibersegurança.

O Banco e o Grupo têm consciência que o negócio de pagamentos é hoje e será cada vez mais um negócio que exige investimentos vultuosos em tecnologia e apenas encontra rentabilidade a partir de uma determinada escala, pelo que só através de um projeto transversal ao Grupo será possível assegurar tal investimento e tal rentabilidade no futuro e, por esta via, continuar a proporcionar aos clientes do Banco um serviço de excelência nesta matéria. A PagoNxt é a entidade a partir da qual o Grupo pretende desenvolver de forma transversal a sua atividade de Pagamentos, à qual cabe assegurar a manutenção da qualidade dos serviços aos clientes bancários do Grupo, nas suas diversas geografias.

Assim, o sucesso do projeto PagoNxt depende também fortemente da cooperação necessária com outras entidades do Grupo Santander, particularmente os bancos Santander, e a qualidade dos serviços de pagamento prestados aos clientes do Banco depende do sucesso do Projeto PagoNxt, em termos da proposta de valor a ser estendida também aos seus clientes e da necessária utilização dos seus canais de distribuição. O Banco, a PagoNxt e o Grupo Santander acreditam firmemente que a implementação adequada do Projeto PagoNxt implica benefícios significativos para o Banco, que será dotado de soluções comerciais e inovadoras mais atrativas que irão complementar e melhorar as relações com os seus clientes. As unidades de negócio Santander (incluindo o Banco; e mais particularmente as suas equipas comerciais) receberão incentivos adequados para promover a proposta de valor da PagoNxt, e todos os esquemas de remuneração relevantes serão acordados em condições normais de mercado.

Será garantido que quaisquer valores que venham a ser atribuídos por esta via a administradores executivos do Banco serão considerados como remuneração variável e integrados em todos os limites, procedimentos e deveres de divulgação de informação aplicáveis.

Reforma

Os administradores executivos que à data da fusão eram administradores do Banco Totta & Açores, beneficiam de plano complementar de reforma, por velhice ou invalidez, cujos termos e condições foram fixados de acordo com o regulamento aprovado pela Assembleia Geral do Banco em 30 de Maio de 2007, e alterado em Assembleia Geral de 13 de Dezembro de 2018, conforme o disposto no número 4 do artigo 25.º do Contrato de Sociedade do Banco e que adota, globalmente, o constante no regulamento que fora originalmente aprovado pela Assembleia Geral do Banco Totta & Açores em 30 de Outubro de 1989. Este plano tem como requisitos, nomeadamente, o exercício do cargo por período mínimo, variando o valor da prestação complementar em função da antiguidade do administrador. Atualmente nenhum Administrador Executivo em funções é suscetível de ser abrangido por este enquadramento.

As alterações introduzidas em Assembleia Geral de 13 de Dezembro de 2018, visaram admitir expressamente a possibilidade de remição em capital do valor da pensão complementar, concedendo-se aos respetivos beneficiários uma opção que implicará, sempre que exercida, a neutralização para o Banco do risco de alterações do valor global da pensão complementar, exonerando-se em definitivo e mediante a entrega dos valores contabilisticamente afetos ao cumprimento desta pensão de qualquer responsabilidade adicional perante os beneficiários que exerçam esta opção.

Adicionalmente, clarificou-se a situação de administradores executivos que exerçam o direito ao complemento de reforma por velhice ou invalidez e exerçam posteriormente outras funções não executivas no Banco.

Os administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco e não obstante a suspensão do referido contrato, encontram-se cobertos por plano complementar de reforma estabelecido pelo Grupo Santander para todos os seus quadros diretivos e cujos termos foram aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, não tendo, nessas deliberações, sido atribuído direito de voto aos administradores que viriam a beneficiar de tal plano.

Outra Regulamentação

Os administradores executivos beneficiam igualmente de seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação coletiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

Os administradores não executivos beneficiam, durante o mandato, das taxas comerciais aplicáveis à generalidade dos colaboradores do Banco.

Os administradores executivos beneficiam de seguro de vida, cujo capital coberto é equivalente a duas vezes o valor da remuneração fixa anual do titular em causa.

Não podem ser utilizados, pelo Administrador Executivo ou pelo Banco a favor dele, quaisquer mecanismos de cobertura de risco ou afins. Esta regra é observada devendo ser anualmente confirmada pelo mesmo perante o Grupo.

Aspetos complementares

Procedimentos de aprovação da Política

O Banco aderiu à Política de Remuneração do Grupo Santander em 31 de janeiro de 2017, após a realização de trabalhos de apresentação ao Comité de Remunerações do Banco e ao Conselho de Administração, incorporando as sucessivas atualizações desde essa data.

A presente Política, será complementada por um conjunto de orientações adicionais, de natureza essencialmente interpretativa.

O Comité de Remunerações do Banco é composto por administradores não executivos e na sua maioria independentes de acordo com os critérios legalmente previstos.

A Comissão de Vencimentos prevista no Código das Sociedades Comerciais, determina os montantes efetivos de remunerações a pagar a todos os membros dos órgãos sociais.

Outros aspetos

Não é previsível que, durante o ano de 2025, venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2025, exceto no que está previsto no ponto 2.2.2 supra, relativamente ao pagamento em instrumentos financeiros e para os Incentivos de Longo Prazo.

Não existem benefícios não pecuniários, nem outras formas de remuneração para além das referidas na presente Política.

iii. Política de Remuneração dos Dirigentes e Quadros do Banco Santander Totta, S.A.

A Política de Remuneração dos Dirigentes e Quadros do Banco Santander Totta, estabelece, em complemento da Política de Remunerações, as orientações específicas aplicáveis aos trabalhadores que integrem algum dos coletivos especificados e identificados no do Anexo 1 da Política e que não sejam, simultaneamente, membros do órgão de administração.

A Política de Remuneração dos Dirigentes e Quadros do Banco Santander Totta foi aprovada em 27 de maio de 2025.

As Políticas de Remuneração do Banco encontram-se disponíveis no site em <https://www.santander.pt/institucional/investor-relations/santander-totta-sa/governo-sociedade>.

VII – POLÍTICA INTERNA DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO

O Conselho de Administração submeteu à aprovação da Assembleia Geral de acionistas do Banco, que decorreu no dia 30 de maio de 2025, a Política Interna de Seleção e Avaliação a qual tem por objeto o estabelecimento dos procedimentos de seleção e avaliação da idoneidade, qualificação profissional e experiência, independência e disponibilidade (em conjunto, a «Adequação») dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização e dos demais titulares de funções essenciais para o desenvolvimento diário da atividade do Banco, tal como estes se encontram definidos na regulamentação aplicável.

Nos termos da regulação aplicável, a Política contém a identificação dos responsáveis pela avaliação da adequação, os procedimentos de avaliação adotados, os requisitos de adequação exigidos, as regras sobre prevenção, comunicação e sanção de conflitos de interesses e os meios de formação profissional disponibilizados.

A política inclui e é complementada pela Política de Seleção, avaliação de idoneidade e sucessão de administradores do Banco Santander Totta, S.A. e Política de Sucessão para Promontório, Faro e outras posições-chave.

Adicionalmente, sendo o Banco uma subsidiária do Grupo Santander (doravante, o «Grupo»), é-lhe, ainda aplicável o Modelo de Governo Grupo-Subsidiárias, que estabelece a forma de relacionamento entre o Grupo e cada uma das suas subsidiárias e o Procedimento para a Nomeação de Titulares de Funções Chave e Avaliação de Adequação.

A Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação encontra-se disponível no site do Banco em <https://www.santander.pt/institucional/investor-relations/santander-totta-sa/governo-sociedade>.

VIII – SÍTIO DE CONSULTA

O Banco Santander Totta, SA disponibiliza no seu endereço <https://www.santander.pt/institucional/investor-relations/santander-totta-sa/governo-sociedade> as informações essenciais sobre a atividade do Banco e a informação geral societária, como sejam os estatutos do Banco, os titulares dos órgãos sociais, a estrutura organizativa do Modelo de Governo do Banco, os Regulamentos do Conselho e seus Comitês, o Representante para as relações com o mercado e as principais políticas.

O Banco tem uma ampla e detalhada normativa interna que estabelece regras claras e que é amplamente divulgada e se encontra, permanentemente, disponível a todos os colaboradores no portal da Intranet do Banco.

A informação sobre a prestação de contas semestral e anual encontra-se disponível no seguinte link <https://www.santander.pt/institucional/investor-relations/santander-totta-sa/relatorios-e-contas>.

IX. Política de Remuneração dos Dirigentes

A política de remuneração dos dirigentes encontra-se disponível no site do Banco em <https://www.santander.pt/institucional/investor-relations/santander-totta-sa/governo-sociedade>

DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES DO BANCO SANTANDER TOTTA, S.A. (o «Banco») (A «Declaração»)

Para os efeitos da presente Política (doravante, a «Política de Dirigentes»), são considerados como dirigentes do Banco Santander Totta, S.A. (o «Banco») e designados como o «Coletivo Identificado» ou os «Dirigentes», os trabalhadores que integrem algum dos coletivos seguidamente especificados e não sejam, simultaneamente, membros do órgão de administração:

- a) A direção de topo, composta pelos colaboradores considerados Executive Director, e os responsáveis que desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco;
- b) Os responsáveis que exercem a sua atividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, de 29 de junho, atualmente os responsáveis pelas Áreas de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Cumprimento e Conduta, bem como os responsáveis de demais áreas que sejam equiparadas a funções de controlo pelo Grupo Santander;
- c) O Responsável de Cumprimento Normativo (responsável por *Financial Crime Compliance*), que é considerado Titular de Função Essencial nos termos do Aviso 1/2022 do BdP (art.º 5.º, n.º 5).

A identificação atualizada das funções incluídas no Coletivo Identificado é o Anexo 1 da Política de Dirigentes, que da mesma faz parte para todos os efeitos legais.

1. Enquadramento

O Banco aprovou uma política de remuneração (a «Política de Remuneração do Banco Santander Totta» ou a «Política de Remuneração»), dirigida a todos os seus colaboradores, que estabelece os princípios fundamentais referentes ao pagamento de remunerações, fixas ou variáveis, tendo por base a Política de Remuneração do Grupo Santander.

Nos termos da Política de Remuneração, o Banco adota práticas remuneratórias consistentes, que cumprem com os normativos aplicáveis nas jurisdições onde desenvolve a sua atividade.

A retribuição é definida para promover uma cultura de elevado desempenho, na qual as pessoas são premiadas e reconhecidas pelo seu desempenho, competência e pelo impacto que têm no sucesso do Banco e do Grupo.

As práticas remuneratórias do Banco devem estar sempre alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da sociedade e, em particular, devem promover as boas práticas. O Banco assegura, também, que as políticas de retribuição sejam compatíveis com uma gestão adequada e eficaz de riscos e que não atribuirá incentivos que contribuam para exceder o nível de risco tolerado ou que coloquem em perigo ou que limitem a capacidade do Banco para manter uma base sólida de capital.

Tendo em consideração as especificidades do Coletivo Identificado e as normas em vigor, a presente Política de Dirigentes estabelece orientações específicas aplicáveis a este universo, em complemento da Política de Remuneração.

2. Aplicação da Política ao Banco

Retribuição Fixa

- a) A retribuição fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A retribuição fixa é composta pela retribuição de base e por algumas prestações pecuniárias que são atribuídas a todos os trabalhadores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios, devidos nos termos legais ou contratuais;
- c) A retribuição fixa é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo Santander, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho, a regulamentação coletiva do trabalho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- d) A retribuição fixa do Coletivo Identificado tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão Executiva, não se prevendo que represente, em 2025, uma parcela inferior a 49% da Remuneração Total.

Determinação da remuneração variável

A remuneração variável é determinada a partir de uma referência padrão correspondente ao cumprimento de 100% dos objetivos estabelecidos, sendo fixado para cada membro do coletivo identificado um valor de referência para cada exercício.

O valor final do prémio de desempenho e inerente compensação variável será determinado no início do exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre a base de valor de referência e em função do cumprimento efetivo dos objetivos estabelecidos no enquadramento da *pool* disponível para o efeito, nos termos definidos na Política de Remuneração do Banco, designadamente na sua secção 5.4.

Os objetivos gerais para o ano de 2025 são os que constam do Anexo 2 que fazem parte da presente Política de Dirigentes, para todos os efeitos.

O rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

Relativamente aos Dirigentes das Funções de Controlo, a determinação da remuneração variável obedece aos seguintes critérios: (i) avaliação individual do colaborador, tendo em conta os objetivos específicos relacionados com as funções por si exercidas, garantindo a sua objetividade e independência e alinhados com a criação de valor a longo prazo ou a manutenção de uma base sólida de capital, e não podem, em caso algum, estar ligados a objetivos específicos das funções de negócio ou colaboradores das mesmas cuja atividade estão encarregados de controlar; (ii) desempenho global do Banco e do grupo económico em que este se integra.

O rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa dos Dirigentes das funções de controlo não pode ser superior a 100%.

A avaliação de desempenho dos Dirigentes, a realizar anualmente, é efetuada pelos respetivos superiores hierárquicos ou diretamente pelos Administradores Executivos com o pelouro respetivo quando exista uma relação de reporte direto. Sempre que estes Dirigentes estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a sua avaliação funcional é também feita por responsável do Grupo pela área em causa.

Sem prejuízo do disposto internamente quanto à fixação de objetivos e avaliação anual dos Dirigentes das Funções de Controlo, compete ao Comité de Remunerações a apreciação da execução e cumprimento dos princípios previstos na presente Política.

Composição e regulamentação da remuneração variável

A parte variável da remuneração encontra-se sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo.

- a) A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em instrumentos financeiros (preferencialmente ações ou opções sobre ações do Banco Santander, ou instrumentos financeiros equivalentes ou instrumentos relacionados ou convertíveis em ações, tais como *American Depositary Receipts (ADRs)*, sendo parte paga em 2026 e parte diferida em quatro ou cinco anos, observados os seguintes parâmetros:
 - i. 60% (ou o que for definido de acordo com a situação aplicável) dessa remuneração será paga em 2025, em dinheiro e em instrumentos financeiros;
 - ii. O remanescente será pago anualmente, em quatro ou cinco partes iguais (conforme aplicável), em dinheiro e em instrumentos financeiros, observadas as condições previstas. O Banco reserva-se, todavia (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo), a possibilidade de não aplicar tal diferimento quando o valor da remuneração variável total não seja superior a 50.000 euros e não represente mais de um terço da remuneração anual total do colaborador, desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.
- b) Os riscos de eventual redução da remuneração variável devida em instrumentos financeiros não podem ser total ou parcialmente transferidos para outra entidade através de instrumentos de cobertura de riscos ou de quaisquer tipos de seguros e ficam sujeitos a condição de manutenção ou retenção durante um ano.
- c) O pagamento da remuneração variável respeitará as regras de diferimento e os mecanismos de redução (*malus*) ou reversão (*claw-back*) em vigor na Política de Remuneração do Banco, a fim de cumprir com os requisitos legais e regulamentares, bem como observará as recomendações e orientações emitidas pelas entidades de supervisão competentes. A faculdade de reduzir (*malus*), total ou parcialmente, o pagamento de remuneração diferida e cujo pagamento não seja ainda um direito adquirido, bem como de reter no todo ou em parte remuneração variável cujo pagamento constitua um direito adquirido (*claw-back*), fica limitada a eventos extremamente significativos, devidamente identificados, nas quais as pessoas abrangidas tenham tido uma participação direta nos acontecimentos identificados.

Identificação de parcelas diferidas e pagas de remuneração variável

Do exercício de 2021, foi pago o último terço da remuneração variável diferida.

Do exercício de 2022, encontra-se por pagar a terceira, quarta e quinta partes da remuneração variável diferida (quando aplicável).

Da remuneração variável de 2023, encontram-se por pagar a segunda, terceira, quarta e quinta partes da remuneração variável diferida (quando aplicável).

Da remuneração variável de 2024, foi paga em 2025 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por quatro ou cinco anos, conforme aplicável.

Plano de Incentivos de Longo Prazo

Nos termos da Política de Remuneração do Banco, está prevista a possibilidade de designar dirigentes e outros colaboradores como participantes de Planos de Incentivos de Longo Prazo.

Os Regulamentos aplicáveis a cada Plano de Incentivo de Longo Prazo serão aprovados pelo Comité de Remunerações e pela Comissão de Vencimentos, quando aplicável.

Incentivo PagoNxt

A PagoNxt é uma sociedade do Grupo Santander que se dedica à tecnologia e inovação em pagamentos.

A atividade principal da PagoNxt concentra-se em duas áreas de atividade principais (Merchant e Payments), recorrendo a uma infraestrutura em que proporciona fiabilidade, escalabilidade e as mais elevadas capacidades em matéria de cibersegurança.

O Banco e o Grupo têm consciência que o negócio de pagamentos é hoje e será cada vez mais um negócio que exige investimentos vultuosos em tecnologia e apenas encontra rentabilidade a partir de uma determinada escala, pelo que só através de um projeto transversal ao Grupo será possível assegurar tal investimento e tal rentabilidade no futuro e, por esta via, continuar a proporcionar aos clientes do Banco um serviço de excelência nesta matéria. A PagoNxt é a entidade a partir da qual o Grupo pretende desenvolver de forma transversal a sua atividade de Pagamentos, à qual cabe assegurar a manutenção da qualidade dos serviços aos clientes bancários do Grupo, nas suas diversas geografias.

Assim, o sucesso do projeto PagoNxt depende também fortemente da cooperação necessária com outras entidades do Grupo Santander, particularmente os bancos Santander, e a qualidade dos serviços de pagamento prestados aos clientes do Banco depende do sucesso do Projeto PagoNxt, em termos da proposta de valor a ser estendida também aos seus clientes e da necessária utilização dos seus canais de distribuição. O Banco, a PagoNxt e o Grupo Santander acreditam firmemente que a implementação adequada do Projeto PagoNxt implica benefícios significativos para o Banco, que será dotado de soluções comerciais e inovadoras mais atrativas que irão complementar e melhorar as relações com os seus clientes. As unidades de negócio Santander (incluindo o Banco; e mais particularmente as suas equipas comerciais) receberão incentivos adequados para promover a proposta de valor da PagoNxt, e todos os esquemas de remuneração relevantes serão acordados em condições normais de mercado.

Será garantido que quaisquer valores que venham a ser atribuídos por esta via a administradores executivos do Banco serão considerados como remuneração variável e integrados em todos os limites, procedimentos e deveres de divulgação de informação aplicáveis.

Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objetivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

Sem prejuízo de atribuições de âmbito casuístico e residual, resultantes de medidas tomadas no passado pelos primitivos empregadores (Crédito Predial Português, Banco Totta & Açores, Banco Santander Portugal e Banco Santander de Negócios Portugal), todos os Dirigentes gozam dos seguintes benefícios:

- a) Seguro de saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) previsto na regulamentação coletiva do setor bancário;
- b) Seguro de acidentes pessoais, de acordo com o definido na regulamentação coletiva do setor bancário.

Alguns trabalhadores beneficiam de seguro de vida, em resultado de ligação contratual ao extinto Banco Santander Portugal ou ao Banco Santander Negócios Portugal.

Alguns trabalhadores beneficiam de plano complementar de reforma, nos termos da deliberação do Conselho de Administração do Banco de 25 de fevereiro de 2010.

Não há benefícios de pensão atribuídos numa base discricionária.

Outra Regulamentação

Não podem ser utilizados, pelo Dirigente ou pelo Banco a favor dele, quaisquer mecanismos de cobertura de risco ou afins. O cumprimento desta regra deve ser anualmente confirmado pelo mesmo perante o Banco.

3. Aspetos complementares

3.1 Procedimentos de aprovação da Política

O Banco aderiu à Política de Remuneração do Grupo Santander em 31 de janeiro de 2017, após a realização de trabalhos de apresentação ao Comité de Remunerações do Banco e ao Conselho de Administração, incorporando as sucessivas atualizações desde essa data.

Em 2024 a Política de Remuneração do Grupo, incorporando já as respetivas alterações de final de 2023, foi transposta e adaptada para o Banco Santander Totta, passando agora a corresponder a uma norma interna – a Política de Remuneração do Banco Santander Totta.

A presente Política de Dirigentes, desenvolve a Política de Remuneração do Banco e será complementada por um conjunto de orientações adicionais.

3.2 Outros aspetos

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2025, exceto no que está previsto no ponto 3.2.3 supra, relativamente ao pagamento em instrumentos financeiros e para os Incentivos de Longo Prazo.

Não existem benefícios não pecuniários, nem outras formas de remuneração para além das referidas neste documento e na Política de Remuneração.

4. Cumprimento das regras sobre política de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A Política de Dirigentes está, na sua globalidade, em linha com os princípios ínsitos na regulamentação aplicável em Portugal, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo.

Desta forma, a determinação da remuneração total, composta por parte fixa e parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado supra, permitem concluir pela adoção, na generalidade, das regras materiais constantes da normativa portuguesa.

A circunstância de o Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais, por sua vez e atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

A regulação aplicável determina ainda que seja realizada uma revisão, com periodicidade mínima anual, da política de remuneração do Banco e da sua implementação, de modo a garantir que a mesma é efetivamente aplicada, que os pagamentos das remunerações são os adequados e que o perfil de risco e os objetivos de longo prazo da instituição estão a ser adequadamente refletidos, e que a política está de acordo com a legislação e a regulamentação em vigor, bem como com os princípios e recomendações nacionais e internacionais aplicáveis.

Esta revisão anual deve ainda incluir uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior e dos estabelecimentos "off-shore", em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos, de capital e de liquidez da instituição.

A avaliação referida é efetuada, no respeito da regulação aplicável, pelo Comité de Remunerações do Banco, com a participação ativa das unidades responsáveis pelo exercício das funções de controlo.

Lisboa, 27 de maio de 2025

Anexo 1

Coletivo Identificado

DIRETOR EXECUTIVO DE ÁREA COMERCIAL EMPRESAS	DIRETOR DE CYBERSECURITY
DIRETOR EXECUTIVO DE ÁREA COMERCIAL PARTICULARES & NEGÓCIOS	DIRETOR DE ENTERPRISE RISK MANAGEMENT
DIRETOR EXECUTIVO DE AUDITORIA INTERNA	DIRETOR DE EST. PLAN. FINANC. E E. ECON.
DIRETOR EXECUTIVO DE BANCA REMOTA E CUSTOMER EXPERIENCE	DIRETOR DE ESTRATÉGIA DE EMPRESAS
DIRETOR EXECUTIVO DE CONTAB.CONTR.GEST.	DIRETOR DE EVERYDAY BANKING
DIRETOR EXECUTIVO DE CORPORATE INVESTMENT BANKING	DIRETOR DE FINANCIAL CRIME COMPLIANCE (FCC)
DIRETOR EXECUTIVO DE CUMPRIMENTO E CONDUTA	DIRETOR DE FISCALIDADE
DIRETOR EXECUTIVO DE GESTÃO DE CLIENTE E PERFORMANCE DIGITAL	DIRETOR DE FOMENTO A CONSTRUCAO E IFRRU
DIRETOR EXECUTIVO DE GESTAO DE RISCOS	DIRETOR DE GESTÃO E ESTRATÉGIA DE SEGMENTO NEGÓCIOS
DIRETOR EXECUTIVO DE GESTAO E EFICACIA COMERCIAL	DIRETOR DE JURIDICA
DIRETOR EXECUTIVO DE GESTAO FINANC. E DE CAPITAL	DIRETOR DE MARCA E COMUNICACAO CORPORATIVA
DIRETOR EXECUTIVO DE LENDING OFFICE	DIRETOR DE MEIOS DE REDE E CONTROLO INTERNO
DIRETOR EXECUTIVO DE OPERACOES	DIRETOR DE MONITORING & TESTING
DIRETOR EXECUTIVO DE PESSOAS E CULTURA	DIRETOR DE NEGOCIO INTERNACIONAL
DIRETOR EXECUTIVO DE PRIVATE BANKING	DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO E NORMAS
DIRETOR EXECUTIVO DE REDE EMPRESAS NORTE	DIRETOR DE PROJETOS ESPECIAIS
DIRETOR EXECUTIVO DE REDE EMPRESAS SUL E ILHAS	DIRETOR DE RECUPERACOES E DESINVESTIMENTO
DIRETOR EXECUTIVO DE REDE PART. E NEG. SUL E ILHAS	DIRETOR DE RISC. MERC. CAP. MODELO TEC.
DIRETOR EXECUTIVO DE REDE PARTICUL.NEG.NORTE	DIRETOR DE RISCO OPERACIONAL
DIRETOR EXECUTIVO DE RISCOS DE CREDITO	DIRETOR DE RISCOS DE CREDITO
DIRETOR EXECUTIVO DE SECRETARIA GERAL	DIRETOR DE SERVICE MANAGEMENT
DIRETOR EXECUTIVO DE TECNOLOGIA E OPERACOES	DIRETOR DE SUSTENTABILIDADE
DIRETOR EXECUTIVO DE WEALTH MANAGEMENT & INSURANCE	DIRETOR DE UNIVERSIDADES
DIRETOR DE ANALÍTICA E MODELOS	D COM EMPRESAS DE EMPRESAS MULTINACIONAIS
DIRETOR DE COMPRAS E CUSTOS	D COM EMPRESAS DE GRANDES EMPRESAS NORTE
DIRETOR DE CREDIT RISK MANAGEMENT	D COM EMPRESAS DE GRANDES EMPRESAS SUL
DIRETOR DE CRÉDITO A PARTICULARES	SENIOR MANAGER DE EST. ECON. E REL. C/ INVEST.
DIRETOR DE CRÉDITO ESPECIALIZADO E PROTOCOLADO	SENIOR MANAGER DE PROTECAO DE DADOS PESSOAIS
DIRETOR DE CUMPRIMENTO REG. E RISCO REP.	SENIOR EXPERT DE GESTAO DE RISCOS
DIRECTOR DE CUSTOMER CARE	SPECIALIST III DE DATA

XI. Remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização e ao Coletivo Identificado

A presente informação é prestada para dar cumprimento ao disposto na alínea h) do artigo 450.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, por remissão do artigo 47.º do Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, de 15 de julho (Diário da República, 2.ª Série, de 15 de julho de 2020), aplicado aos grupos do n.º 2 do artigo 115.º-C do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF).

Em 31 de dezembro de 2025, o conjunto cumulado e vigente de créditos concedidos aos membros do Conselho de Administração ao abrigo do artigo 85.º do regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras era de 418 milhares de euros, com o seguinte detalhe:

(milhares de euros)

Nome	Crédito
Amilcar da Silva Lourenço	167
Henrique Salema de Carvalho e Silva	251

As remunerações efetivamente pagas em 2025 aos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização, à direção de topo, às funções de controlo interno e aos responsáveis pelas unidades de negócios significativas (MRT), estão discriminadas no quadro seguinte:

Remuneração do Exercício de 2025 (milhares de euros)

	N.º membros	Remuneração Fixa 2025	Remuneração Variável 2024 paga em 2025
Conselho de Administração	18	3.598	2.905
Direção de Topo	21	2.712	2.879
Funções de Controlo	3	525	285
Outras funções (MRT)	41	3.572	1.692

As remunerações variáveis diferidas⁹, a pagar nos próximos anos, e para os mesmos coletivos, são as que estão discriminadas no seguinte quadro:

Remuneração Variável Diferida

	N.º membros	Pecuniária (milhares de euros)	Instrumentos ⁹ (número)
Conselho de Administração	18	2.749	718.243
Direção de Topo	21	1.416	386.364
Funções de Controlo	3	183	45.030
Outras funções (MRT)	41	610	155.559

As remunerações fixas, efetivamente pagas em 2025, ao conjunto dos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, foram de 3 595 mil euros, e as variáveis 4 674 mil euros.

⁹ Inclui Número de Ações e Opções

Conselho de Administração

(milhares de euros)

Nome	Posição	Remuneração Fixa 2025
José Carlos Brito Sítima	Presidente NE	350
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Vice-Presidente E	850
Isabel Cristina da Silva Guerreiro	Membro E	350
Manuel António Amaral Franco Preto ¹	Membro E	306
Miguel Belo de Carvalho	Membro E	350
João Manuel Barbosa Veiga Anjos	Membro E	195
Susana Cristina M Casimiro R Ferreira Silva	Membro E	186
Amílcar da Silva Lourenço	Membro E	233
Ana Isabel A Pereira de Carvalho Moraes	Membro NE	150
Daniel Abel Monteiro Palhares Traça	Membro NE	150
João Pedro Cabral Tavares	Membro NE	150
Henrique Carvalho e Silva	Membro NE	112
Ana Cristina Mendes Torres	Membro NE	112
Manuel Maria de Olazábal Albuquerque ²	Membro NE	51
Maria Manuela M Farelo Ataíde Marques ²	Membro NE	51
Cristina Alvarez Alvarez	Membro NE	-
Cecília Richards Bustelo	Membro NE	-
Rodrigo Echenique Gordillo	Membro NE	-

Conselho de Administração

Nome	Prémio de Desempenho 2024 pago em 2025			Prémio de Desempenho 2023 pago em 2025			Prémio de Desempenho 2022 pago em 2025			Prémio de Desempenho 2021 pago em 2025			Prémio de Desempenho 2020 pago em 2025			Prémio de Desempenho 2019 pago em 2025		
	Pecuniário	Instrumentos (#)	Ajust. Inflação	Pecuniário	Instrumentos (#)	Ajust. Inflação	Pecuniário	Instrumentos (#)	Ajust. Inflação	Pecuniário	Instrumentos (#)	Ajust. Inflação	Pecuniário	Instrumentos (#)	Ajust. Inflação	Pecuniário	Instrumentos (#)	Ajust. Inflação
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	292	63,783	2.5	85	127,745	4	85	27,385	7	48	15,404	5	25	9,307	3	12	3,393	-
Isabel Cristina da Silva Guerreiro	210	45,892	0.8	26	38,753	1	25	8,161	5	29	9,444	-	-	-	-	-	-	-
Manuel António Amaral Franco Preto ¹	286	62,558	1.1	36	54,289	1	30	9,763	7	42	13,673	-	-	-	-	-	-	-
Miguel Belo de Carvalho	210	45,892	0.8	26	38,833	1	24	7,914	5	31	10,003	-	-	-	-	-	-	-
João Manuel Barbosa Veiga Anjos	102	22,356	0.4	13	19,637	1	12	3,886	3	18	5,799	-	-	-	-	-	-	-
Susana Cristina M Casimiro R Ferreira Silva	71	15,492	0.3	8	12,670	0	7	2,368	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amílcar da Silva Lourenço	120	26,224	0.4	14	21,267	1	13	4,188	3	16	5,213	-	-	-	-	-	-	-

1. Apresentou renúncia ao cargo com efeitos a partir de 31 de julho de 2025
2. O mandato concluiu a 2 de maio de 2025

Outros Benefícios para Conselho de Administração

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao Banco estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário subscrito pelo Banco.

Em Assembleia Geral de Acionistas do Banco de 30 de maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex-totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do Banco em linha com o previamente definido no regulamento do ex-totta. Os membros do Conselho de Administração, cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinada pela comissão de vencimentos. Para este universo, atualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as responsabilidades com este plano ascendiam a 14.309 milhares de euros e 14.992 milhares de euros (Nota 16), respetivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões – Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego”.

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do Banco, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

Cessações Contratuais

Não houve, durante o ano de 2025, quaisquer pagamentos de indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

Outros Benefícios para os Dirigentes

Os Dirigentes gozam dos benefícios de seguro de saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) previsto na regulamentação coletiva do setor bancário e de seguro de acidentes pessoais, de acordo com o definido na regulamentação coletiva do setor bancário.

Alguns Dirigentes beneficiam de seguro de vida, em resultado de ligação contratual ao extinto Banco Santander Portugal ou ao Banco Santander, S.A.

Alguns Dirigentes beneficiam de plano complementar de reforma, nos termos da deliberação do Conselho de Administração do Banco de 25 de fevereiro de 2010.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO PARA 2025

A política de Remuneração vigente para os Dirigentes e Quadros Diretivos do Banco Santander Totta foi aprovada pelo Conselho de Administração na reunião de 27 de maio de 2025.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO PARA 2026

A política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização do Banco Santander Totta, para o ano de 2026, será objeto de deliberação na Assembleia Geral Anual, em cumprimento da regulação aplicável.

Declaração a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º- G do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º- G do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas Anuais, a Certificação Legal das Contas e demais documentos de prestação de contas do Banco Santander Totta, S.A., todos relativos ao exercício de 2025, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

Conselho de Administração

José Carlos Brito Sítima Presidente	Rodrigo Echenique Gordillo Vice-Presidente
Amílcar da Silva Lourenço Vogal	Ana Cristina Mendes Torres Vogal
Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais Vogal	Cecilia Richards Bustelo Vogal
Cristina Alvarez Alvarez Vogal	Daniel Abel Monteiro Palhares Traça Vogal
Henrique Salema de Carvalho e Silva Vogal	Isabel Cristina da Silva Guerreiro Vogal
Joaquim Manuel de Oliveira Filipe Vogal	João Manuel Barbosa Veiga Anjos Vogal
João Pedro Cabral Tavares Vogal	Miguel Belo de Carvalho Vogal
Susana Cristina Marques Casimiro Rodrigues Ferreira da Silva Vogal	

Declaração da Comissão de Auditoria sobre a Conformidade da Informação Financeira Apresentada

A alínea c) do nº.1 do artigo 29.º- G do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros da Comissão de Auditoria do Banco Santander Totta, S.A., aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 29º-G do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas Anuais, a Certificação Legal das Contas e demais documentos de prestação de contas do Banco Santander Totta, S.A., todos relativos ao exercício de 2025, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

Comissão de Auditoria

Presidente: Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais

Vogais: Ana Cristina Mendes Torres
Daniel Abel Monteiro Palhares Traça
Henrique Salema de Carvalho e Silva
João Pedro Cabral Tavares

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	5	1.773.872	1.997.910
Ativos financeiros detidos para negociação	6	726.916	1.549.696
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	7	12.238	17.086
Instrumentos de capital próprio		12.238	17.086
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	8	3.743.748	3.838.285
Instrumentos de capital próprio		157.990	174.336
Titulos de dívida		1.199.255	1.240.223
Empréstimos e adiantamentos		2.386.503	2.423.726
Ativos financeiros pelo custo amortizado	9	51.429.678	47.612.537
Titulos de dívida		12.493.799	11.492.984
Empréstimos e adiantamentos		38.935.879	36.119.553
Derivados - Contabilidade de cobertura	10	83.859	144.673
Ativos tangíveis	11	356.745	384.621
Propriedades de investimento		95.877	126.490
Ativos tangíveis		260.868	258.131
Ativos intangíveis	11	46.255	36.070
Ativos por impostos	12	112.271	120.326
Outros ativos	13	405.572	352.463
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	14	19.304	25.844
TOTAL DO ATIVO		58.710.458	56.079.511
PASSIVO			
Passivos financeiros detidos para negociação	6	717.902	1.557.421
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	15	53.080.335	49.186.386
Depósitos		44.937.196	42.712.966
Titulos de dívida emitidos		7.868.936	6.175.748
Outros passivos financeiros		274.203	297.672
Derivados - Contabilidade de cobertura	10	4.986	18.344
Provisões	16	104.556	124.020
Compromissos e garantias concedidos		42.345	51.457
Outras provisões		62.211	72.563
Passivos por impostos	12	87.129	532.302
Capital social reembolsável à vista	17	25.715	33.853
Outros passivos	18	370.246	470.154
TOTAL DO PASSIVO		54.390.869	51.922.480
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital social	19	1.391.780	1.391.780
Prémios de emissão	19	193.390	193.390
Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social	19	1.200.000	400.000
Outro rendimento integral acumulado	19	(305.174)	(237.517)
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados		(473.636)	(456.218)
Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados		168.462	218.701
Resultados retidos	19	424.036	378.383
Outras reservas	19	749.626	1.103.139
Ações próprias	19	(19.147)	(44.122)
Dividendos antecipados	19	(278.727)	-
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	20	963.805	971.345
Interesses que não controlam	21	-	633
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		4.319.589	4.157.031
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS		58.710.458	56.079.511

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2025.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2025

		(Montantes expressos em milhares de Euros)	
	Notas	31-12-2025	31-12-2024
Receitas de juros	23	3.028.085	3.389.704
Despesas com juros	23	(1.658.047)	(1.815.089)
MARGEM FINANCEIRA		1.370.038	1.574.615
Receitas de dividendos	24	7.241	8.222
Receitas de taxas e comissões	25	558.569	537.728
Despesas com taxas e comissões	25	(74.247)	(85.552)
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	26	(49)	332
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido	26	15.169	1.829
Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	26	2.328	276
Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido	26	-	-
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	26	20.376	18.751
Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido	27	(549)	(156)
Outras receitas operacionais	28	14.571	16.895
Outras despesas operacionais	28	(7.131)	(9.210)
PRODUTO BANCÁRIO		1.906.316	2.063.730
Despesas administrativas	29	(483.132)	(486.834)
Despesas com pessoal		(302.389)	(291.449)
Outras despesas administrativas		(180.743)	(195.385)
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	30	(11.414)	(7.989)
Depreciação	11	(47.570)	(40.605)
Provisões ou reversão de provisões	16	604	(31.332)
Compromissos e garantias concedidos		9.112	1.806
Outras provisões		(8.508)	(33.138)
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados	16	(5.964)	(12.992)
Ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado		(5.964)	(12.992)
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros	16	4.997	5.925
Ganhos ou perdas outros, valor líquido	1.3 l)	(2.975)	(35.303)
Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	31	794	2.817
LUCROS OU PREJUÍZOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM OPERAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS		1.361.656	1.457.417
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em operação	12	(397.851)	(486.068)
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO		963.805	971.349
Atribuíveis a participações minoritárias sem controlo		-	4
Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	20	963.805	971.345

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2025		31-12-2024	
		Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	Atribuíveis a participações minoritárias sem controlo	Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	Atribuíveis a participações minoritárias sem controlo
Lucros ou prejuízos do exercício		963.805	-	971.345	4
Outro rendimento integral	19	(67.657)	-	(64.303)	-
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados					
Ganhos ou perdas atuariais com planos de pensões de benefício definido	19				
. Valor bruto		(3.367)	-	(19.430)	-
. Impacto fiscal		-	-	6.950	-
Variação no justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral					
. Valor bruto	8	(14.100)	-	549	-
. Impacto fiscal		49	-	(162)	-
Rubricas que podem ser reclassificadas em resultados					
Coberturas de fluxos de caixa	19				
. Valor bruto		(3.202)	-	1.159	-
. Impacto fiscal		1.189	-	(98)	-
Títulos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral					
Ganhos ou perdas de avaliação imputados ao capital próprio					
. Valor bruto	8	(27.983)	-	(32.358)	-
. Impacto fiscal		8.373	-	10.244	-
Variação no justo valor de empréstimos e adiantamentos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral					
. Valor bruto	8	(48.792)	-	(48.820)	-
. Impacto fiscal		20.176	-	17.663	-
Rendimento integral consolidado do exercício		896.148	-	907.042	4

O anexo faz parte integrante da demonstração do outro rendimento integral consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital social	Prêmios de emissão	Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social	Outro rendimento integral acumulado		Resultados retidos	Outras reservas	Dividendos antecipados	Ações próprias	Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
				De justo valor	Por impostos							
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.391.780	193.390	400.000	(256.391)	83.177	401.045	1.015.173	-	(44.122)	931.407	629	4.116.088
Aplicação dos resultados (Nota 19)												
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	818.160	113.247	-	-	(931.407)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(840.822)	-	-	-	-	-	(840.822)
Distribuição de rendimentos - "Additional Tier 1 Instruments" (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	(25.279)	-	-	-	-	(25.279)
Alienação de instrumentos de capital da carteira ao justo valor através												
de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	(3)	-	-	-	-	(3)
Outros	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Rendimento integral do exercício de 2024	-	-	-	(98.900)	34.597	-	-	-	-	971.345	4	907.046
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.391.780	193.390	400.000	(355.291)	117.774	378.383	1.103.139	-	(44.122)	971.345	633	4.157.031
Aplicação dos resultados (Nota 19)												
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	884.821	86.524	-	-	(971.345)	-	-
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(839.168)	-	-	-	-	-	(839.168)
Deliberação de dividendos antecipados sobre os resultados do ano (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	(278.727)	-	-	-	(278.727)
Emissão de "Additional Tier 1 Instruments" (Nota 19)	-	-	500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	500.000
Incorporação por fusão da Taxagest, SGPS e da Santander Totta, SGPS e outros	-	-	300.000	-	-	-	(440.018)	-	24.975	-	(564)	(115.607)
Alienação de instrumentos de capital da carteira ao justo valor através												
de outro rendimento integral	-	-	-	-	-	-	(3)	-	-	-	-	(3)
Outros	-	-	-	-	-	-	(16)	-	-	-	(69)	(85)
Rendimento integral do exercício de 2025	-	-	-	(97.444)	29.787	884.818	-	-	-	963.805	-	896.148
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.391.780	193.390	1.200.000	(452.735)	147.561	424.036	749.626	(278.727)	(19.147)	963.805	-	4.319.589

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

		(Montantes expressos em milhares de Euros)	
	Notas	31-12-2025	31-12-2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Receitas de juros e comissões		3.555.964	3.864.933
Despesas com juros e comissões		(1.530.744)	(1.518.255)
Despesas administrativas		(479.822)	(481.871)
Contribuições para os fundos de pensões	30	(49.887)	(27.684)
Resultados cambiais e outras receitas/despesas operacionais		16.403	18.446
Recuperação de créditos incobráveis	16	-	517
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais		1.511.914	1.856.086
(Aumentos) diminuições de ativos operacionais:			
Ativos financeiros pelo custo amortizado - Instituições de crédito		(51.353)	(2.062)
Ativos financeiros detidos para negociação		842.764	(84.152)
Ativos financeiros pelo custo amortizado - Clientes		(3.757.894)	(5.662.490)
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados		(468)	30.019
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda		(43.214)	19.165
Propriedades de investimento		30.612	11.543
Outros ativos		35	(166.116)
		(2.979.518)	(5.854.093)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:			
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Instituições de crédito e Bancos Centrais		848.606	(1.230.483)
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Clientes		1.835.631	2.447.216
Passivos financeiros detidos para negociação		(839.518)	81.444
Outros passivos		(101.847)	(265.211)
		1.742.872	1.032.966
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		275.268	(2.965.041)
Impostos pagos		(488.752)	(430.353)
Caixa líquida das atividades operacionais		(213.484)	(3.395.394)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Dividendos recebidos	24	7.241	8.222
Aquisição ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		1.830	(1.706)
Alienação de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		30.927	1.012
Rendimentos adquiridos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		35.960	35.775
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	11	(64.090)	(40.759)
Vendas de ativos tangíveis		2.565	3.048
Caixa líquida das atividades de investimento		14.433	5.592
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Dividendos pagos	19	(1.117.895)	(840.821)
Reembolso/Emissão de dívida titulada e subordinada		834.691	201.298
Remuneração paga de dívida emitida	15	(232.490)	(210.193)
Remuneração paga de passivos subordinados	15	(9.293)	(10.696)
Remuneração paga de "Additional Tier 1 Instruments"		-	(36.636)
Emissão de "Additional Tier 1 Instruments"	19	500.000	-
Caixa líquida das atividades de financiamento		(24.987)	(897.048)
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes		(224.038)	(4.286.850)
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	1.997.910	6.284.760
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	1.773.872	1.997.910

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco”, ou “Grupo”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal, na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de ações efetuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2025 e 2024 encontram-se detalhados na Nota 35. O Banco integra a consolidação do Banco Santander, S.A. (*ultimate parent*).

No dia 16 de dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua atividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a atual.

Em 3 de maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de janeiro de 2010.

Em 1 de abril de 2011, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC).

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Banco adquiriu a atividade bancária e um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão desta entidade.

Na sequência da deliberação do Conselho Único de Resolução no que respeita à aplicação de uma medida de resolução ao Banco Popular Español, S.A., tomada no dia 7 de junho de 2017, através do instrumento de alienação da totalidade da atividade, com a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social do Banco Popular Español, S.A. para o Banco Santander, S.A., este passou a deter, indiretamente, a totalidade do capital social e dos direitos de voto do Banco Popular Portugal, S.A. (BAPOP). Neste contexto, em 27 de dezembro de 2017, o Banco comprou a totalidade do capital e dos direitos de voto do BAPOP, procedendo nessa data à sua fusão por incorporação.

No âmbito do processo de reorganização do Grupo Santander em Portugal iniciado em 2024, que previa a fusão da Taxagest, SGPS, S.A. no Banco e uma subsequente fusão da Santander Totta, SGPS, S.A. no Banco, em 28 de fevereiro de 2025 foram registadas na Conservatória do Registo Comercial estas fusões por incorporação, procedendo-se então à transferência para o Banco da globalidade do património (ativo, passivo, direitos e obrigações) da Taxagest, SGPS, S.A. e da Santander Totta, SGPS, S.A. (“sociedades incorporadas”) e à extinção destas entidades.

Tendo em conta que o Banco detinha diretamente ações representativas de mais de 90% do capital social da Taxagest, SGPS, S.A. e que a Santander Totta, SGPS, S.A. detinha diretamente ações representativas de mais de 90% do capital social do Banco, as referidas fusões revestiram a forma simplificada conforme previsto no artigo 16º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que as mesmas se realizaram sem a prévia deliberação das respetivas assembleias gerais.

Foi entendimento dos órgãos de administração que a relação de troca destas fusões por incorporação devia assegurar a neutralidade dos investimentos realizados nas sociedades incorporadas, devendo assim o critério de atribuição de ações do Banco ao acionista maioritário e aos acionistas minoritários das sociedades incorporadas, por via da fusão, garantir, tanto quanto possível a neutralidade da fusão face às participações que estes detinham nas mesmas.

A relação de troca foi satisfeita com as ações que as sociedades incorporadas tinham no Banco e que se encontravam disponíveis para atribuir aos seus acionistas, não tendo sido necessário realizar um aumento de capital no Banco no contexto das presentes fusões por incorporação.

A relação de troca supramencionada foi determinada através de metodologias de avaliação comumente aceites, por serem as mais adequadas a este tipo de transação.

Os direitos dos credores das sociedades participantes não foram afetados negativamente pelas referidas fusões por incorporação, uma vez que o património do Banco, após a fusão, corresponde ao somatório dos patrimónios do Banco, da Taxagest, SGPS, S.A. e da Santander Totta, SGPS, S.A..

As referidas fusões por incorporação produziram efeitos contábilísticos e fiscais a partir da data de registo definitivo, em 28 de fevereiro de 2025. Os principais impactos no balanço do Banco pelo registo da fusão são os seguintes:

(Montantes expressos em milhares de Euros)	Banco antes de fusão	Santander Totta, SGPS	Ajustamentos de fusão	Banco após fusão
ATIVO				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	2.527.986	430.027	(430.027)	2.527.986
Ativos financeiros detidos para negociação	1.564.618	-	-	1.564.618
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	23.334	-	-	23.334
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.812.520	991.383	(991.250)	3.812.653
Instrumentos de capital próprio	174.580	133	-	174.713
Títulos de dívida	1.208.021	991.250	(991.250)	1.208.021
Empréstimos e adiantamentos	2.429.919	-	-	2.429.919
Ativos financeiros pelo custo amortizado	47.909.841	-	-	47.909.841
Derivados - Contabilidade de cobertura	122.636	-	-	122.636
Investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	3.774.955	(3.774.955)	-
Ativos tangíveis	382.841	-	-	382.841
Ativos intangíveis	36.771	-	-	36.771
Ativos por impostos	118.129	438.100	(418.076)	138.153
Outros ativos	252.646	-	-	252.646
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	20.128	-	-	20.128
TOTAL DO ATIVO	56.771.450	5.634.466	(5.614.309)	56.791.607
PASSIVO				
Passivos financeiros detidos para negociação	1.571.876	-	-	1.571.876
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	49.620.120	1.835.057	(1.421.278)	50.033.900
Depósitos	42.627.336	-	(430.027)	42.197.309
Títulos de dívida emitidos	6.655.751	1.834.844	(991.250)	7.499.344
Outros passivos financeiros	337.034	213	-	337.247
Derivados - Contabilidade de cobertura	66.624	-	-	66.624
Provisões	124.364	-	-	124.364
Passivos por impostos	571.791	78.681	(418.076)	232.397
Capital social reembolsável à vista	33.976	-	-	33.976
Outros passivos	509.119	41	-	509.160
TOTAL DO PASSIVO	52.497.869	1.913.780	(1.839.353)	52.572.295
CAPITAIS PRÓPRIOS				
Capital social	1.391.780	1.972.962	(1.972.962)	1.391.780
Prémios de emissão	193.390	-	-	193.390
Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social	400.000	700.000	(400.000)	700.000
Outro rendimento integral acumulado	(236.552)	-	-	(236.552)
Resultados retidos e outras reservas	2.404.566	1.051.210	(1.442.950)	2.012.827
Dos quais: Reserva de fusão	658.848	-	(391.740)	267.108
Ações próprias	(44.122)	(2.679)	27.654	(19.147)
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	163.865	(807)	13.893	176.951
Interesses que não controlam	654	-	(590)	64
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	4.273.580	3.720.687	(3.774.955)	4.219.312
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	56.771.450	5.634.466	(5.614.309)	56.791.607

A informação acima apresentada antes de fusão corresponde às demonstrações financeiras destas entidades em 28 de fevereiro de 2025, no momento antes da fusão, não tendo havido apuramento de justos valores. Os ajustamentos de fusão apresentados são na sua maioria em tudo semelhantes aos efetuados no processo de consolidação mensal destas entidades no Grupo Santander em Portugal até essa data, nomeadamente:

- anulação da participação que o Banco detinha na Taxagest, SGPS, S.A. e anulação da participação que a Santander Totta, SGPS, S.A. detinha no Banco;
- anulação dos saldos intragrupo entre o Banco, a Taxagest, SGPS, S.A. e a Santander Totta, SGPS, S.A. (incluindo a emissão do Banco de "€ 400.000.000 *Fixed Rate Resettable Perpetual Additional Tier I*"); e
- registo da reserva de fusão então apurada.

Neste contexto, após a data do registo definitivo, o Banco procedeu à extinção da emissão do Banco de "€ 400.000.000 *Fixed Rate Resettable Perpetual Additional Tier I*", adquirida na totalidade pela Santander Totta, SGPS, S.A., e foram mantidas em balanço as emissões de "*Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments*" e "*Fixed Rate Resettable Perpetual Additional Tier 1 Instruments*", no montante agregado de 700.000 milhares de euros, emitidas pela Santander Totta, SGPS, S.A. e adquiridas na totalidade pelo Banco Santander, S.A..

No âmbito das referidas fusões por incorporação, com o seu registo definitivo, foram atribuídas aos acionistas da Taxagest, SGPS, S.A. e da Santander Totta, SGPS, S.A., através de registo nas respetivas contas de valores mobiliários, abertas junto dos respetivos intermediários financeiros, ações ordinárias e nominativas, escriturais, com o valor nominal de 1 euro na proporção das ações que detinham na Taxagest, SGPS, S.A. e na Santander Totta SGPS, S.A., tendo em conta os respetivos termos de troca, apurados como segue:

- No caso da Taxagest, SGPS, S.A., foram atribuídas aos seus acionistas 291,99 ações do Banco por cada ação que detinham; e
- No caso da Santander Totta, SGPS, S.A., foi atribuída aos respetivos acionistas, após a prévia incorporação da Taxagest, SGPS, S.A. no Banco, uma ação deste por cada 142,37 ações que detinham.

Estas ações passaram a conceder aos referidos acionistas o direito de participar nos lucros correspondentes no Banco.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os setores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no país e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 278 balcões (328 balcões em 31 de dezembro de 2024). Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 28 de abril de 2026. Estas demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, mas é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia e efetivas à data de 01 de janeiro 2025, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 5/2005, de 30 de dezembro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efetuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2025, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de dezembro de 2024.

A partir do exercício de 2020 o Banco passou a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as orientações do Regulamento de Execução (UE) 2017/1443 da Comissão de 29 de junho de 2017, revogado pelo Regulamento de Execução (UE) 2021/451 da Comissão de 17 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, exceto quando expressamente indicado.

Na preparação das demonstrações financeiras o Banco segue a convenção de custo histórico, modificada quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de: - Ativos financeiros detidos para negociação; - Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados; - Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral; - Passivos financeiros detidos para negociação; - Derivados – Contabilidade de cobertura; e – Propriedades de Investimento.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos na preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas numa base de continuidade, uma vez que o Conselho de Administração considera que o Banco dispõe de recursos necessários para continuar a operar. A avaliação efetuada pelo Conselho de Administração baseia-se num conjunto alargado de informação relacionada com as condições atuais e futuras, incluindo projeções sobre rentabilidade futura, fluxos de caixa, requisitos de capital e fontes de financiamento.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025, e que a União Europeia já endossou:

- **IAS 21** (alteração), 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade'. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e define como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. Esta alteração é de aplicação retrospectiva sem a reexpressão do comparativo, devendo a transposição da informação financeira ser registada em resultados transitados (se conversão de moeda estrangeira para moeda funcional) ou em reserva cambial (se conversão de moeda de funcional para moeda de apresentação).

Na sequência da adoção da alteração supra referida não foram identificados impactos materiais, nas demonstrações financeiras consolidadas.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026, e que a União Europeia já endossou:

- **IFRS 9** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), 'Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros'. As alterações efetuadas referem-se a: i) clarificação do conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, introduzindo uma nova exceção para passivos financeiros liquidados através de um sistema eletrónico de pagamentos; ii) clarificação e exemplificação sobre quando um ativo financeiro cumpre com o critério de os cash flows contratuais corresponderem "apenas ao pagamento de principal e juros" ("SPPI"), tais como: 1) ativos financeiros cuja componente de juro corresponde à de um empréstimo básico (cash flows contingentes ou associados a metas ESG); 2) ativos com características "sem recurso"; e 3) ativos financeiros contratualmente associados; iii) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e de valor; e iv) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral. Estas alterações aplicam-se na data em que se tornam efetivas sem a reexpressão do comparativo.
- **IFRS 9** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), 'Contratos relativos a eletricidade dependente da natureza'. As alterações efetuadas pretendem melhorar o relato dos efeitos financeiros dos contratos negociados que têm por base a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, sujeitos a variabilidade na quantidade gerada devido ao facto de esta estar dependente de condições naturais não controláveis. Estas alterações pretendem: i) clarificar a aplicação dos requisitos da isenção de "uso próprio" da IFRS 9; ii) permitir a aplicação da contabilidade de cobertura quando os contratos de aquisição de eletricidade dependente da natureza são designados como instrumento de cobertura; e iii) adicionar novos requisitos de divulgação à IFRS 7 para uma melhor compreensão do impacto destes contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade. A isenção de 'uso próprio' é de aplicação retrospectiva sem reexpressar os períodos comparativos, a designação de cobertura apenas pode ser aplicada prospectivamente para as novas relações de cobertura designadas na data ou após a primeira aplicação.
- Melhorias anuais (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026). Os ciclos de melhorias anuais às IFRS pretendem clarificar questões de aplicação ou corrigir inconsistências nas normas. Este volume de melhorias afeta as seguintes normas:

- **IFRS 1**, 'Adoção pela primeira vez das IFRS': Esta melhoria clarifica relativamente à contabilidade de cobertura, que as coberturas já existentes no GAAP anterior têm de ser elegíveis e de cumprir com os critérios de qualificação da IFRS 9 para serem mantidas. Caso contrário tem de ser registada a descontinuação da contabilidade de cobertura. Não é permitido designar retrospectivamente como contabilidade de cobertura transações ocorridas antes da data de transição.
- **IFRS 7**, 'Instrumentos financeiros – divulgações': Esta melhorias referem-se: a) ao alinhamento de conceitos entre a IFRS 7 e a IFRS 13, relativamente à designação dos "inputs não observáveis" na norma e no guia de implementação IG14; b) à clarificação de que o guia de implementação não contempla todos os requisitos de divulgação da IFRS7, entre eles a divulgação do risco de crédito para ativos adquiridos ou originados com perda de imparidade.
- **IFRS 9**, 'Instrumentos financeiros': Estas melhorias referem-se: a) clarificação sobre a aplicação dos princípios do desreconhecimento de um passivo de locação, quando os fluxos de caixa contratuais são extintos, com o apuramento da mais ou menos valia em resultados; b) eliminação da inconsistência com a IFRS 15 relativa à mensuração inicial de uma conta a receber no âmbito da IFRS 15, que não tenha uma componente de financiamento significativa, a qual deve ser registada ao valor estimado da IFRS 15 e não ao justo valor.
- **IFRS 10**, 'Demonstrações financeiras consolidadas': Esta melhoria refere-se à simplificação da definição de "*de facto agent*" e à exemplificação de uma situação em que essa relação é estabelecida com um investidor.
- **IAS 7**, 'Demonstração dos fluxos de caixa': Esta melhoria refere-se ao alinhamento de designação dos métodos de mensuração dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, com a IAS 27 (alteração do 'método do custo' para 'custo').

Não se estima que da futura adoção das alterações e melhorias supra referidas decorram impactos materiais, nas demonstrações financeiras consolidadas.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027, e que a União Europeia ainda não endossou:

- **IAS 21** (alteração), 'Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária'. Esta alteração especifica os procedimentos de conversão cambial para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: i) a sua moeda funcional é de uma economia não hiperinflacionária e estiver a converter os seus resultados e posição financeira para a moeda de apresentação de uma economia hiperinflacionária; ou ii) estiver a converter para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação estrangeira cuja moeda funcional é de uma economia não hiperinflacionária. Nestes casos, os resultados e a posição financeira devem ser convertidos para a moeda de apresentação, através da conversão de todos os montantes (ou seja, ativos, passivos, itens de capital próprio, rendimentos e gastos) à taxa de câmbio à vista da data de relato. Também os comparativos são convertidos à mesma taxa de câmbio, exceto no que se refere à conversão das operações estrangeiras, cujos comparativos têm de ser reexpressos aplicando o índice geral de preços, conforme previsto na IAS 29.

- **IFRS 18** (nova norma), 'Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras'. A IFRS 18 irá substituir a atual IAS 1. Mantendo muitos dos princípios existentes na IAS 1, a IFRS 18 centra-se na definição de uma estrutura para a demonstração dos resultados, composta por categorias e subtotais obrigatórios, sendo fundamental, para o efeito, a identificação da existência de algumas das atividades empresariais materiais específicas. Serão exigidos subtotais e totais específicos, sendo a principal alteração a inclusão obrigatória dos subtotais "Resultado operacional" e "Resultado antes de financiamento e impostos" na demonstração dos resultados. Esta norma inclui também novos requisitos para a divulgação das medidas de desempenho da gestão, incluindo a reconciliação com os subtotais definidos na IFRS 18. Esta norma vem prestar orientação adicional sobre os princípios de agregação e desagregação da informação constante das demonstrações financeiras e respetivas notas, com base nas suas características partilhadas. Esta norma é de aplicação retrospectiva.
- **IFRS 19** (nova norma), 'Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações'. A IFRS 19 é uma norma voluntária que permite às subsidiárias elegíveis utilizar as IFRS com requisitos de divulgação reduzidos. A IFRS 19 é uma norma que apenas trata de divulgações sendo aplicada em conjunto com os requisitos das restantes IFRS para efeitos de reconhecimento, mensuração e apresentação. Uma subsidiária é considerada elegível se (i) não estiver sujeita à obrigação de prestação pública de informação financeira; e (ii) a entidade-mãe prepara demonstrações financeiras consolidadas para prestação pública, conforme as IFRS. A IFRS 19 pode ser aplicada por subsidiárias elegíveis na preparação das suas próprias demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. É obrigatória a apresentação completa da informação comparativa exceto se alguma isenção for aplicável.
- **IFRS 19** (alteração), 'Alteração aos requisitos de divulgação'. Esta alteração visa reduzir os requisitos de divulgação para as alterações às normas e novas normas emitidas entre fevereiro de 2021 e maio de 2024, nomeadamente: IFRS 18: Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras; Alterações à IAS 7 – Acordos de financiamento de Fornecedores; IAS 12 – Reforma fiscal internacional – Regras do modelo do Pilar 2; Alterações à IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade. É obrigatória a apresentação completa da informação comparativa exceto se alguma isenção for aplicável.

Não se estima que da futura adoção das normas e alterações supra referidas decorram impactos materiais, nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto a IFRS 18 que terá impacto na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas.

1.2. Consolidação de empresas filiais e entidades sob controlo conjunto e registo de empresas associadas (IFRS 10, IFRS 11, IAS 28 e IFRS 3)

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, receitas, despesas, outros rendimentos integrais e fluxos de caixa do Grupo e os das entidades controladas por si direta e indiretamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando detém o poder de dirigir as atividades relevantes da entidade, e quando está exposto, ou tenha direito, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade. As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Grupo assume o controle sobre as suas atividades até ao momento em que o controle cessa. As transações e os saldos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica "Interesses que não controlam" (Nota 21). Adicionalmente, em resultado da aplicação da IFRS 10 – "Demonstrações Financeiras Consolidadas", o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controle financeiro e operacional efetivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas ("step acquisition") que resulte na aquisição de controle, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controle sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados. No momento de uma compra parcial ou venda parcial que não resulte na alteração de controle, o resultado dessa transação é reconhecido por contrapartida de resultados transitados.

Por outro lado, o Grupo gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Grupo, exceto quando este detém o controle desses fundos de investimento, nomeadamente quando tem mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica "Capital social reembolsável à vista" (Nota 17). Os resultados do Novimovest – Fundo de Investimento Imobiliário Aberto ("Novimovest"), não controlados pelo Grupo, são reconhecidos como uma dedução às rubricas "Outras receitas/despesas operacionais" atendendo à natureza das principais receitas auferidos por esse fundo.

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Grupo passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo exerce influência significativa, mas em que não detém o seu controle.

Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20%, mas inferior a 50% (com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controle nem controle conjunto sobre a mesma.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas. Os dividendos atribuídos pelas associadas reduzem ao valor do investimento realizado pelo Grupo. O Grupo realiza testes de imparidade para os seus investimentos em associadas, sempre que se verifiquem indícios de imparidade. As perdas de imparidade contabilizadas em períodos anteriores podem ser reversíveis, até ao limite das perdas acumuladas. O Grupo reconhece imparidade face aos seus investimentos em associadas se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos a terceiros em benefício das associadas.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

1.3. Resumo das políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os gastos e rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transações em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera ("moeda funcional"), sendo expressas em euros.

As transações em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes rendimentos e gastos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os ativos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio oficial de divisas ("fixing" do Banco de Portugal).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o câmbio das principais moedas distintas da moeda funcional era:

	<u>31-12-2025</u>	<u>31-12-2024</u>
Moeda		
USD	1,1750	1,0389
GBP	0,8726	0,8292

c) Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue dois critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as categorias de ativos financeiros previstas para instrumentos financeiros de dívida são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect & Sale”.
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor através de resultados (“FVTPL”).

O Banco avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio “Hold to Collect”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos thresholds quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os thresholds definidos pelo Banco.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Reclassificações entre carteiras de instrumentos financeiros

De acordo com a IFRS 9, caso a entidade altere o seu modelo de negócio, deverá proceder à reclassificação dos respetivos ativos de acordo com o seu novo modelo de negócio. De acordo com a referida norma, estas alterações devem ser pouco frequentes devendo cumprir com os seguintes requisitos, nomeadamente:

- A alteração do respetivo modelo de negócio deverá ser tomada pela Administração;
- A referida alteração deverá impactar significativamente nas operações da entidade; e
- A alteração deverá ser demonstrável a entidades externas.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados “Imparidades ou reversões de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados”. Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses ativos, líquido de perdas por imparidade.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Banco não desreconhece do ativo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração; e
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica “Ativos financeiros pelo custo amortizado – empréstimos e adiantamentos” e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respetivo prazo das operações de crédito.

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Desreconhecimento

Os ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros rendimentos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

As garantias prestadas são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Aquando da quebra contratual, o Banco tem o direito de reverter a garantia, sendo os valores reconhecidos em Ativos financeiros pelo custo amortizado – empréstimos e adiantamentos, após a transferência da compensação de perdas para o beneficiário da garantia.

Reconhecimento de receitas e despesas de taxas e comissões

As receitas de taxas e comissões obtidas na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidas em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.

As receitas de taxas e comissões obtidas à medida que os serviços são prestados são reconhecidas em resultados no exercício a que se referem.

As receitas de taxas e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registadas em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

O reconhecimento de despesas de taxas e comissões é efetuado de acordo com os mesmos critérios adotados para as receitas.

Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor acrescidos dos gastos de transação, e subsequentemente mensurados ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada "Outro rendimento integral acumulado" até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantêm em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de "Receitas de juros".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Receitas de dividendos" na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como rendimentos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável em mercados ativos adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Os derivados económicos e de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de "Ativos financeiros detidos para negociação". Os derivados económicos e de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de "Passivos financeiros detidos para negociação".

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor, com os gastos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas "Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido" e "Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido", respetivamente.

O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu "bid-price" mais representativo, dentro do intervalo "bid-ask" ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "discounted cash flows". Quando são utilizadas técnicas de "discounted cash flows", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transacionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação ("Credit Value Adjustments" e "Debit Value Adjustments"), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e títulos de dívida emitidos.

Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta específica do passivo, sendo periodificados os respetivos juros a pagar.

Transações em mercado secundário

O Banco efetua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respetivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o respetivo valor contabilístico, são reconhecidas de imediato em resultados.

Contabilidade de cobertura

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Banco.

O Banco adotou em 2025 os requisitos aplicáveis da IFRS 9 relativamente a contabilidade de cobertura. O modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade a um maior número de elementos cobertos, instrumentos de cobertura, e tipos de risco.

Nos termos previstos na IFRS 9, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos, tanto no momento da designação da cobertura, como em cada data de reporte:

- Existência de uma relação económica entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura. Isto implica que os seus valores devem mover-se em direções opostas na sequência de alterações no mesmo risco subjacente;
- Não existência de dominância do risco de crédito nas alterações de valorização do elemento coberto ou do instrumento de cobertura; e
- Assegurar um rácio de cobertura adequado e consistente com a estratégia de gestão de risco do Banco.

Para cada estratégia de cobertura que o Banco inicia, é estabelecida documentação formal que serve como registro central. Este processo detalha os elementos essenciais da relação, designadamente o elemento coberto, o instrumento de cobertura utilizado e a natureza específica do risco que se pretende mitigar. Adicionalmente, esta documentação define a metodologia que será aplicada para testar e validar a eficácia da cobertura. A relação é, subsequentemente, sujeita a uma monitorização contínua para assegurar que os objetivos e os critérios de efetividade são permanentemente cumpridos.

Se uma relação de cobertura deixar de cumprir o requisito de eficácia de cobertura, mas o objetivo de gestão de risco para essa relação permanecer o mesmo, o Banco ajusta o rácio de cobertura para que este volte a cumprir os critérios.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidas como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

Neste sentido, o Banco contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto. Caso o Banco realize a cobertura de uma operação que não se prevê vir a ser realizada, a quantia do derivado ainda reconhecida em Capital Próprio é imediatamente transferida para resultados, sendo o derivado transferido para a carteira de negociação do Banco.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral.

O Banco aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros pelo custo amortizado, títulos de dívida e empréstimos e adiantamentos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, leasing financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados pelo justo valor.

Com exceção dos ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCI) (que são descritos separadamente abaixo), as perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada *Stage 1*);
- perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como *Stage 2* e *Stage 3*). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco sob o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

O Banco mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em *Stage 3*. O Banco adotou em 2021 a nova definição de *default* como critério para identificação de créditos em *Stage 3*, seguindo a recomendação da EBA GL 2017/06. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

Ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (POCI)

Os ativos financeiros classificados como POCI são tratados de forma diferente uma vez que se encontram em situação de "*impaired*", na data de aquisição, no reconhecimento inicial. Na reavaliação do ativo é aplicada a perda esperada até à maturidade. Os juros associados são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor líquido.

Aumento significativo do risco de crédito

O Banco monitoriza todos os ativos financeiros de forma a avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco estimará a provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade (PDLT (*lifetime*)) e não em 12 meses.

O Banco utiliza sistemas de *scorings* e *rating* para a gestão interna de risco de crédito. Estas notações permitem avaliar o nível de risco das operações ou do cliente em cada momento e são consideradas nas decisões de aprovação e seguimento do risco de crédito. Os modelos baseiam-se em séries de dados que são considerados como preditivos do risco de incumprimento e que aplicam julgamentos, ou seja, as notações de risco de crédito são definidas usando fatores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento. As notações consideram características atuais e eventos passados sendo estudada a sua significância para o nível de risco.

O Banco usa critérios diferentes para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente por carteira de ativos, nomeadamente:

- Limites de variação relativa da PD acumulada para a maturidade residual da operação. Os limites de variação relativa são diferenciados por nível de PD na medida em que variações de risco nas operações de risco muito baixo podem não representar um acréscimo de risco significativo. De referir que clientes sem alteração da notação de risco de crédito podem ter uma degradação significativa (variação de PD acumulada acima do limite definido) por evolução do prazo residual (sensibilidade diferenciada ao tempo das operações) ou por alterações das perspetivas futuras quanto à economia.
- Independentemente do resultado da avaliação acima referida, o Banco presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial quando existem pagamentos contratuais vencidos há mais de 30 dias, assim como outros indicadores que indiciem a deterioração da qualidade creditícia dos clientes (e.g. créditos identificados como reestruturados por dificuldades financeiras e clientes com exposições em atraso na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal).

Medição de perda esperada por risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade

Parâmetros de risco de crédito

Os principais conceitos usados para medir a perda esperada por risco de crédito são:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD); e
- exposição no momento de incumprimento (EAD).

Estes conceitos são calculados através de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e são ajustados para refletir informações prospectivas.

PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Os modelos desenvolvidos estimam esta probabilidade em horizontes suficientemente largos para aplicação na maturidade residual dos ativos financeiros. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística (*rating e scoring*) que discriminam o nível de risco das diferentes contrapartes. Os modelos de classificação (*rating e scoring*) são utilizados na gestão e baseiam-se em dados internos que compreendem tanto fatores quantitativos como qualitativos. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a PD.

A **LGD** é uma estimativa da perda total caso o ativo entre no estado de incumprimento (*default*). É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o Banco espera receber, levando em conta os fluxos de caixa das garantias existentes. Os modelos de LGD para ativos garantidos consideram a valorização das garantias, levando em conta gastos de venda, tempo de realização de garantias, nível de colateralização, etc. Os modelos de LGD para ativos não garantidos consideram tempo de recuperação, taxas de recuperação e gastos de recuperação. O cálculo é feito com base em fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva original do empréstimo. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a LGD.

EAD é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. A abordagem de modelização do Banco para EAD reflete as mudanças esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo permitidas pelos termos contratuais atuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado total ou parcial e mudanças na utilização de compromissos não utilizados antes da entrada em incumprimento.

O Banco avalia a perda esperada para risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito. Contudo, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito e facilidades de descoberto que incluam um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado, a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito ao período de aviso prévio contratual. Para tais instrumentos financeiros, o Banco mede a perda esperada para risco de crédito para o período observado historicamente como vida média destes instrumentos.

Análise coletiva

Quando a perda esperada por risco de crédito é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de *ratings* ou *scoring*, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospectiva.

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo é composto por exposições homogêneas.

Relativamente ao cálculo da perda esperada através da análise coletiva, o mesmo resulta do produto da PD do ativo financeiro, da LGD e da EAD descontado à taxa de juro efetiva original do ativo.

Análise individual

O processo de quantificação da perda por imparidade através de uma análise individual é aplicado a clientes com exposição em *Stage 3* (ativos em imparidade e em *default*) individualmente significativos (exposição acima de 1 milhão de euros ou inferior quando aprovado).

O processo envolve o cálculo de uma perda estimada, levando em consideração fluxos de caixa futuros previstos sob vários cenários diferentes, cada um deles utilizando fatores e circunstâncias específicos dos clientes, nomeadamente execução de garantias, nas situações em que os clientes não geram fluxos de caixa suficientes para o pagamento da dívida, ou projeção e desconto dos fluxos de caixa do negócio para os restantes clientes. O valor presente líquido dos fluxos de caixa é apurado considerando a taxa de juro efetiva original dos contratos.

Este processo de avaliação é atualizado no mínimo a cada trimestre, mas ocorrerá com mais frequência se houver mudanças nas circunstâncias que possam afetar os cenários de fluxos de caixa.

Incorporação de informações prospetivas

O gabinete de estudos económicos do Banco modeliza cenários de previsões económicas para os distintos exercícios de planeamento do Banco, nomeadamente, orçamento, planeamento estratégico e ICAAP. Neste contexto são gerados diversos cenários macroeconómicos, nomeadamente: um cenário base que assume que a economia continuará a crescer em linha com o potencial, uma gradual convergência da inflação para o objetivo, um longo período de taxa de juro ainda elevadas e ausência de instabilidade financeira; um cenário positivo e um cenário negativo, foram desenvolvidos nos riscos idiossincráticos identificados na economia portuguesa e um cenário climático gerado independentemente dos demais cenários, considerando os impactos relacionados com as alterações climáticas sobre o cenário base.

Para efeitos das perdas por imparidade é usado um cenário positivo (13,3%), um cenário base (39,8%), um cenário negativo (14,6%) e um cenário climático (32,8%). O Banco aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Banco para o planeamento estratégico e orçamento. As estimativas são atualizadas pelo menos uma vez por ano e são sujeitas a exercícios de monitorização anual.

d) Locações

Método de mensuração do direito de uso e passivo de locação

A IFRS 16 define um conjunto de requisitos, nomeadamente quanto à classificação e mensuração de operações de locação na ótica do locatário. Enquanto locatário, o Banco procede ao registo de um ativo de direito de uso que se encontra reconhecido nas rubricas "Ativos tangíveis" e "Ativos intangíveis" (Nota 11) e um passivo de locação que se encontra reconhecido na subrubrica "Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado – outros passivos financeiros – compromissos com rendas futuras" (Nota 15), na data de entrada em vigor da respetiva operação:

- i. O passivo de locação é mensurado através do valor presente das rendas futuras a incorrer durante a vigência do contrato, utilizando uma taxa de desconto diferenciada por maturidade. São considerados na estimação do passivo os pagamentos fixos, variáveis que dependem de uma taxa ou índice, valores respeitantes ao exercício da opção de compra, quando o Banco está razoavelmente certo que irá exercer o seu direito.

O passivo de locação é remensurado sempre que ocorra uma alteração contratual, sendo que no momento em que o passivo de locação é reavaliado, os efeitos da reavaliação são reconhecidos por contrapartida do direito de uso (ativo). Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração quanto à avaliação do exercício da opção deverá ser estimada uma nova taxa de desconto, e consequentemente remensurado o passivo.

- ii. O direito de uso é inicialmente mensurado ao custo pelo valor do passivo de locação, ajustado por alterações contratuais subsequentes, sendo depreciado pelo método linear até ao termo do contrato, e alvo de testes de imparidade. Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção destes ativos passam a integrar o ativo sob o direito de uso.

Recurso a expedientes práticos previstos na norma

O Banco aplica um conjunto de expedientes práticos previstos na norma, nomeadamente: leasings de baixo valor; leasings de curto-prazo e a não inclusão dos gastos diretos iniciais incorridos no cálculo do direito de uso; na mensuração do passivo de locação não procede à separação das componentes não leasings incluídas em contratos de locação.

e) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo gastos diretamente atribuíveis), deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os ativos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são depreciadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos. Os gastos de manutenção e de reparação são reconhecidos na subrubrica de “Despesas administrativas - Outras despesas administrativas”.

Sempre que exista uma indicação de que o ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável. Para este efeito, os baldios são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o baldio, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciável não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado atual.

Os imóveis de serviço próprio não afetos à exploração com contrato de promessa de compra e venda são contabilizados na rubrica de “Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda” e os que não se encontram disponíveis para venda são contabilizados na rubrica de “Outros ativos”. Estes ativos são transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas), sendo testados por imparidade à data de reclassificação e posteriormente sujeitos a avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos e perdas obtidos na alienação destes ativos são reconhecidos na rubrica “Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas”.

f) Ativos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

Os programas informáticos desenvolvidos internamente são reconhecidos como ativos intangíveis quando, entre outros requisitos se verifica que são utilizáveis e passíveis de serem vendidos e para além disso são identificáveis e é possível demonstrar a sua capacidade de gerar benefícios económicos futuros.

g) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

h) Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

O Banco regista na rubrica de “Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda” essencialmente os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica “Outros ativos” (Nota 13).

Relativamente aos ativos recebidos em dação ou arrematação o seu reconhecimento inicial é efetuado pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos gastos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no ativo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos gastos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes. Tal como descrito na Nota 14 a metodologia utilizada com mais frequência pelo Banco para avaliação deste tipo de ativo é o método de mercado. Neste método o critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através da prospeção de mercado realizado na zona onde aquele se encontra localizado.

Se, numa data subsequente, os factos que levaram ao registo de perdas por imparidade deixarem de se verificar por aumento do justo valor menos gastos esperados de venda, serão revertidas as perdas por imparidade até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para esta rubrica.

O Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes ativos.

i) Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, de acordo com informação dos consultores legais e fiscais do Banco.

Desta forma, a rubrica do passivo “Provisões” inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós-emprego específicos de alguns ex-membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação aprovados pela Comissão Executiva, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade.

j) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o setor bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões atualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no ativo. Para estes colaboradores, o Banco é responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT.

Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos de reforma.

Em outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do setor bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que definiu que os trabalhadores do setor bancário que estivessem no ativo na data da sua entrada em vigor (4 de janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção. Face ao caráter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no ativo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de janeiro de 2011. Desta forma, o gasto do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este Decreto-Lei estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no ACT. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das instituições.

Adicionalmente, os ex-colaboradores da Sucursal de Londres do Banco (atual escritório de representação) estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual o Banco dispõe de um fundo de pensões autónomo.

Por outro lado, em fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de diretivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de um conjunto de trabalhadores do Banif.

Em junho de 2022, o Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) deliberou autorizar a extinção da quota-parte do fundo do Banif. Em outubro de 2022 a Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. passou a gerir o Fundo de Pensões do Banif que contempla o plano de benefício definido e de contribuição definida. Em 5 de julho de 2023, a ASF autorizou a extinção por transferência do fundo de pensões do Banif para o fundo de pensões do Santander e a alteração do contrato constitutivo do fundo de pensões do Santander. Neste sentido, em 31 de outubro de 2023 produziu-se a fusão do fundo de pensões do Banif no fundo de pensões do Santander.

Em 8 de agosto de 2016 foi publicado pelo Ministério do Trabalho no BTE um novo ACT. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

- i) Alteração na fórmula de determinação da contribuição da entidade empregadora para o SAMS, a qual deixa de ser uma percentagem e passa a ser um valor fixo (144,74 euros por ativo, 100,08 euros por beneficiário e 43,32 euros no caso dos pensionistas); e
- ii) Introdução de um novo benefício denominado prémio fim de carreira (prémio na reforma). Este benefício, pelo facto de ser atribuído na data da reforma ou em caso de morte, é considerado como um benefício pós-emprego pelo que passa a integrar as responsabilidades com reforma.

Em 27 de dezembro de 2017, no âmbito da operação de compra e fusão do BAPOP, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de todos os trabalhadores desta entidade.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Mercer (Portugal), Limitada), com base no método "*Projected Unit Credit*". A taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte e o prémio na reforma.

De acordo com a IAS 19 – “Benefícios aos empregados” as remensurações são registadas diretamente em capitais próprios (outro rendimento integral) e na subrubrica de “Despesas administrativas - Despesas com pessoal” da demonstração dos resultados são reconhecidas as seguintes componentes:

- Gasto dos serviços correntes;
- Juro líquido com o plano de pensões;
- Gastos com reformas antecipadas, correspondente ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O juro líquido com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o juro líquido representa o gasto dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de “Outros ativos” ou “Outros passivos”, dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento. O reconhecimento de um excesso de justo valor dos ativos do plano sobre as responsabilidades descontadas depende da existência de uma redução de contribuições futuras, ou do reembolso de contribuições efetuadas.

O Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

k) Impostos sobre os lucros

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). Os impostos correntes são calculados com base no resultado tributável do Banco, apurado de acordo com as regras fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro.

Nesta data a tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2025 e 2024, é a seguinte:

- Taxa de IRC de 20% sobre o lucro tributável (21% em 31 de dezembro de 2024);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável;
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - até 1.500 milhares de euros 0%
 - entre 1.500 milhares de euros e 7.500 milhares de euros 3%
 - entre 7.500 milhares de euros e 35.000 milhares de euros 5%
 - superior a 35.000 milhares de euros 9%

O Orçamento do Estado para 2026 (Lei nº 73-A/2025), veio aprovar uma redução da taxa de IRC para 19% sobre o lucro tributável a partir de 1 de janeiro de 2026, com uma redução adicional para 18% em 2027 e para 17% em 2028. Desta forma, a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos foi de 29%, 28% e 27%, consoante o momento da realização do ativo/passivo (2026, 2027 e períodos seguintes, respetivamente).

O Orçamento do Estado para 2025 (Lei nº 45-A/2024), aprovou uma redução da taxa de IRC para 20% sobre o lucro tributável. Desta forma, a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos foi de 30%.

O Orçamento do Estado para 2023 (Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro) introduziu alterações relevantes ao nível do reporte de prejuízos fiscais, possibilitando que os mesmos sejam deduzidos aos lucros tributáveis futuros sem qualquer limite temporal de utilização.

A dedução dos prejuízos fiscais a efetuar em cada exercício não pode exceder 65% do respetivo lucro tributável (75%, no caso dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021).

A Lei nº 98/2019, de 4 de setembro, aprovou um novo regime em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, estabelecendo também o regime aplicável às perdas por imparidade registadas nos períodos de tributação anteriores e ainda não aceites fiscalmente.

Sendo este regime de natureza optativa durante um período de adaptação de cinco anos com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, a adesão antecipada ao regime fiscal, aplicável em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, encontrava-se dependente de comunicação dirigida ao Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, até ao final do décimo mês do período de tributação em curso (cfr. Nº 1 do artigo 4 desta lei). Neste sentido, o Banco aderiu ao regime definitivo consagrado nos artigos nº 2 e 3 deste diploma em 2019.

O Grupo Santander aplicou até ao exercício de 2024, o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Este novo regime traduz-se na soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime eram: Santander Totta, SGPS - a sociedade dominante e Taxagest, Banco, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas. O ganho obtido com aplicação do RETGS era alocado às entidades abrangidas de forma proporcional à matéria coletável de cada sociedade.

No âmbito da fusão da Santander Totta, SGPS, S.A. por incorporação no Banco em 28 de fevereiro de 2025, o Grupo Santander deixou de aplicar o RETGS a partir do exercício de 2025.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal, nem deem origem a diferenças temporárias tributárias e dedutíveis equivalentes.

O Banco não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas subsidiárias e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovadas à data do reporte financeiro, as quais constituem a melhor estimativa da taxa a vigorar, para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral, em derivados de cobertura de fluxos de caixa, pagamento de juros de *Additional Tier 1 Instruments*, bem como os associados a desvios atuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rubricas de capitais próprios.

No dia 8 de novembro de 2024 foi publicada a Lei n.º 41/2024, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (EU) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022, relativa à garantia de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas multinacionais e grandes grupos nacionais na União Europeia, aprovando o denominado Regime sobre o Imposto Mínimo Global ("RIMG"), cujo volume de receitas anuais consolidadas seja igual ou superior a 750 milhões de Euros.

Esta Diretiva, também conhecida como a Diretiva do Pilar Dois, consiste numa das maiores alterações no panorama da fiscalidade internacional das últimas décadas, estabelecendo uma taxa efetiva mínima de imposto de 16% (15% para 2024), que poderá resultar no pagamento de imposto complementar. Esta taxa mínima será aplicada através da implementação de leis locais nas jurisdições que adotam estas regras Pilar Dois ou, no caso de entidades localizadas em jurisdições que não adotem estas regras, será aplicada ao nível da jurisdição da casa-mãe do grupo multinacional (sempre que esta jurisdição tenha implementado regras Pilar Dois) ou das demais entidades do grupo localizadas em jurisdições que tenham implementado as regras Pilar Dois.

Consciente deste tema, o Grupo Santander em Portugal tem vindo a desenvolver esforços de forma a avaliar os potenciais impactos associados à implementação do RIMG, dado que cumpre com os critérios de elegibilidade para a aplicação das regras, nomeadamente por apresentar rendimentos anuais consolidados superiores a 750 milhões de Euros em pelo menos dois dos últimos quatro exercícios fiscais.

Neste âmbito, e na sequência de outros testes realizados anteriormente, foi desenvolvido um *assessment* com base na informação financeira e fiscal mais recente e disponível à data de preparação deste relatório, de forma a validar se, relativamente a Portugal, o Grupo poderia beneficiar da disposição de salvaguarda transitória com base na declaração de informação financeira e fiscal por país ou jurisdição ("*Country-by-Country Report*", CbCR), a qual permite que o imposto complementar devido seja considerado igual a zero, mediante o cumprimento de pelo menos um dos testes previstos no artigo 4.º da Lei n.º 41/2024.

Em resultado do *assessment* realizado, o Grupo Santander estimou, para Portugal, uma taxa de tributação efetiva simplificada (29,87%) de valor superior ao da taxa de transição, a qual, para o exercício fiscal de 2024, foi de 15% e para o exercício fiscal de 2025 é de 16%, afigurando-se assim cumprido um dos testes possibilitantes da aplicação da isenção de imposto transitória baseada no CbCR. Refira-se que estas conclusões são consistentes com os resultados obtidos preliminarmente através de cálculos efetuados para os quatro exercícios imediatamente anteriores.

Pelo acima exposto, o Banco não antecipa, à luz da informação disponível e dos factos conhecidos à data, a incidência de qualquer impacto, derivado da aplicação das regras Pilar Dois em Portugal.

O Banco aplica a exceção temporária prevista na IAS 12 para o reconhecimento e divulgação de informação sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com imposto sobre o rendimento resultante do RIMG.

A Administração revê periodicamente a posição assumida na preparação das declarações fiscais relativamente a situações em que a aplicação do regime fiscal está sujeita a interpretação, e avalia se é provável que a Administração Fiscal aceite o tratamento fiscal adotado. O Banco mensura os ativos / passivos decorrentes de posições incertas de impostos sobre o rendimento, considerando o valor mais provável ou o valor esperado, consoante o que seja mais adequado em cada circunstância.

l) Contribuição sobre o setor bancário e adicional de solidariedade sobre o sector bancário

O Banco está abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário definido na Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro.

Com a publicação da Lei nº 27-A/2020 de 27 de julho, o Banco passou também a estar abrangido pelo adicional de solidariedade sobre o setor bancário (ASSB), esta contribuição tem por objetivo reforçar os mecanismos de financiamento do sistema de segurança social.

Estas contribuições têm a mesma base de cálculo variando unicamente as taxas aplicadas às bases:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
- Elementos que segundo as normas de contabilidades aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas; e
 - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

Para a contribuição sobre o sector bancário, as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,110% e 0,0003%, respetivamente, conforme previsto na alteração efetuada pela Portaria nº 165 - A/2016, de 14 de junho, ao artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de março.

Para o adicional de solidariedade sobre o sector bancário, as taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,02% e de 0,00005% respetivamente.

No âmbito das decisões do Tribunal Constitucional sobre ASSB em sentido favorável ao sector bancário, a saber:

- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 477/2025, declarou a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no artigo 21.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, no segmento que se refere ao cálculo do imposto relativo ao primeiro semestre de 2020, por violação do princípio da proibição da retroatividade dos impostos, decorrente do artigo 103.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa; e
- Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 478/2025, declarou a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas contidas nos artigos 1.º, n.º 2, 2.º e 3.º, alínea a), do Regime que cria o ASSB, contido no Anexo VI da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, por violação do princípio da proibição do arbítrio, enquanto exigência de igualdade tributária, decorrente do artigo 13.º, e do princípio da capacidade contributiva, insito nos artigos 13.º e 103.º, n.º 1, parte final, todos da CRP;

O Banco reconheceu na rubrica de resultados as contribuições recebidas referentes aos exercícios de 2020 a 2024, no montante de 27.591 milhares de euros.

m) Ações próprias

As ações próprias são registadas a débito em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação, a parcela de dividendos a distribuir por estas ações fica retida nos capitais próprios. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

n) Instrumentos de capital próprio

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação. As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

o) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações ordinárias adquiridas pelo Banco e detidas como ações próprias.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

p) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos rendimentos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

O Banco não efetua a cobrança de prêmios de seguro por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, receita ou despesa a reportar relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

q) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o saldo da rubrica "Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem", uma vez que os itens contabilizados nesta rubrica têm um período de vencimento não superior a 3 meses, e o seu risco de variação de valor é imaterial.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores (Nota 33)

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e demográficos, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os crescimentos de salários e pensões estimados foram determinados tendo presente o rácio histórico entre a inflação e o crescimento da tabela ACT. A tábua de mortalidade utilizada teve por base a recomendação do atuário.

Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das variáveis acima referidas.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (Nota 36)

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

O justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "*discounted cash flows*". Quando são utilizadas técnicas de "*discounted cash flows*", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes.

De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade (Notas 9, 16 e 36)

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros para tipologias de operações comparáveis, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de *ratings* ou *scoring*, tipo de colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospetiva.

Outros ativos e ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (Notas 13 e 14)

Para os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, o seu registo inicial é efetuado pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos gastos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes, os quais incorporam diversos pressupostos, nomeadamente acerca da evolução do mercado imobiliário e quando aplicável, expectativas quanto ao desenvolvimento de projetos imobiliários. Os pressupostos utilizados nas avaliações destes imóveis têm impacto na sua valorização e consequentemente na determinação da imparidade. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de gastos esperados de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade.

Tal como descrito na Nota 14 a metodologia utilizada com maior frequência pelo Banco para avaliação deste tipo de ativo é o método de mercado. Neste método o critério da comparação de mercado tem por referência valores de transações de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através da prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

Impostos (Nota 12)

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos. Para efeito da análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos (prejuízos fiscais) o Banco apura projeções de lucros tributáveis baseados em pressupostos. Desta forma a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração do Banco.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso e provisões de reestruturação (Notas 16 e 38)

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como o montante da provisão correspondente à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço, são aferidos de acordo com a opinião dos advogados/consultores legais do Banco e as decisões até à data dos tribunais, os quais, no entanto poderão vir a não se concretizar. Relativamente aos planos de reestruturação foram considerados os encargos decorrentes da obrigação construtiva de reorganizar, com a definição das ações a desenvolver suportadas num plano formal detalhado com elementos mínimos de abordagem e quantificação e identificação dos fatores impactados.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pela Gestão do Banco (Comissão Executiva):

Corporate Investment Banking:

Inclui essencialmente a atividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com faturação inferior a 10 milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com faturação entre 10 e 125 milhões de euros. Esta atividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos e financiamento: - de projetos; - de comércio; - às exportações: e - ao imobiliário.

Atividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a atividade desenvolvida no Banco e que dá suporte às atividades principais, mas que não está diretamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

A demonstração dos resultados consolidados por segmento operacional, conforme informação analisada pela gestão do Banco para a tomada de decisões, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2025				
	Corporate Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total
Margem financeira	77.922	960.447	125.993	205.676	1.370.038
Receitas de dividendos	-	-	-	7.241	7.241
Receitas/despesas de taxas e comissões	58.908	451.943	31.241	(57.770)	484.322
Resultado em operações financeiras ¹	15.882	7.629	2.917	10.847	37.275
Outras receitas/despesas operacionais	-	2.149	-	5.291	7.440
Produto bancário	152.712	1.422.168	160.151	171.285	1.906.316
Despesas administrativas	(28.778)	(429.157)	(23.340)	(1.857)	(483.132)
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	-	-	-	(11.414)	(11.414)
Depreciações	(931)	(45.272)	(1.366)	(1)	(47.570)
Margem de exploração	123.003	947.739	135.445	158.013	1.364.200
Imparidade e provisões, líquidas de anulações ²	940	(18.818)	17.212	303	(363)
Ganhos ou perdas outros, valor líquido	-	-	-	(2.975)	(2.975)
Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	794	794
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em operação antes de impostos	123.943	928.921	152.657	156.135	1.361.656
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em operação	(37.183)	(278.676)	(45.797)	(36.195)	(397.851)
Lucros ou prejuízos do exercício atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	86.760	650.245	106.860	119.940	963.805

	31-12-2024				
	Corporate Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total
Margem financeira	89.448	1.114.086	144.774	226.307	1.574.615
Receitas de dividendos	-	-	-	8.222	8.222
Receitas/despesas de taxas e comissões	62.686	435.188	28.977	(74.675)	452.176
Resultado em operações financeiras ¹	18.096	7.566	2.770	(7.400)	21.032
Outras receitas/despesas operacionais	-	2.564	-	5.121	7.685
Produto bancário	170.230	1.559.404	176.521	157.575	2.063.730
Despesas administrativas	(28.373)	(437.885)	(18.423)	(2.153)	(486.834)
Contribuições em numerário para fundos de resolução e sistemas de garantia de depósitos	-	-	-	(7.989)	(7.989)
Depreciações	(865)	(38.945)	(795)	-	(40.605)
Margem de exploração	140.992	1.082.574	157.303	147.433	1.528.302
Imparidade e provisões, líquidas de anulações ²	(923)	(36.434)	9.294	(10.336)	(38.399)
Ganhos ou perdas outros, valor líquido	-	-	-	(35.303)	(35.303)
Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	2.817	2.817
Lucros ou prejuízos de unidades operacionais em operação antes de impostos	140.069	1.046.140	166.597	104.611	1.457.417
Despesas ou receitas com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em operação	(43.422)	(324.304)	(51.645)	(66.697)	(486.068)
Lucros ou prejuízos do exercício atribuíveis a participações minoritárias sem controle	-	-	-	(4)	(4)
Lucros ou prejuízos do exercício atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	96.647	721.836	114.952	37.910	971.345

- ¹ Inclui as seguintes rubricas da demonstração dos resultados:
- Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido;
 - Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido;
 - Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido;
 - Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido;
 - Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido; e
 - Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, valor líquido.
- ² Este agregado inclui as seguintes rubricas da demonstração dos resultados:
- Provisões ou reversão de provisões;
 - Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados; e
 - Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não financeiros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos e passivos afetos a cada segmento operacional, conforme informação analisada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2025				
	Corporate Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total
Ativo					
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral - empréstimos e adiantamentos	-	-	-	2.386.503	2.386.503
Ativos financeiros pelo custo amortizado					
Crédito hipotecário	-	25.263.261	-	-	25.263.261
Crédito ao consumo	-	2.108.467	-	-	2.108.467
Outros créditos	2.976.975	6.181.932	6.201.127	8.259.054	23.619.088
Outros saldos a receber	-	34.149	-	404.713	438.862
Total de ativos afetos	2.976.975	33.587.809	6.201.127	11.050.270	53.816.181
Ativos não afetos					4.894.277
Total do Ativo					58.710.458
Passivo					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Depósitos - Instituições de crédito	-	-	-	5.485.404	5.485.404
Depósitos - clientes	858.641	30.803.154	7.789.997	-	39.451.792
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	7.868.936	7.868.936
Total de passivos afetos	858.641	30.803.154	7.789.997	13.354.340	52.806.132
Passivos não afetos					1.584.737
Total do Passivo					54.390.869
Garantias e avals (Extrapatrimoniais)	132.331	548.010	1.730.538	-	2.410.879

	31-12-2024				
	Corporate Investment Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total
Ativo					
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral - empréstimos e adiantamentos	-	-	-	2.423.726	2.423.726
Ativos financeiros pelo custo amortizado					
Crédito hipotecário	-	23.256.518	-	-	23.256.518
Crédito ao consumo	-	1.932.864	-	-	1.932.864
Outros créditos	2.909.934	6.086.056	5.537.868	7.448.639	21.982.497
Outros saldos a receber	-	29.391	-	411.267	440.658
Total de ativos afetos	2.909.934	31.304.829	5.537.868	10.283.632	50.036.263
Ativos não afetos					6.043.248
Total do Ativo					56.079.511
Passivo					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Depósitos - Instituições de crédito	-	-	-	4.644.026	4.644.026
Depósitos - clientes	778.353	28.873.601	8.416.986	-	38.068.940
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	6.175.748	6.175.748
Total de passivos afetos	778.353	28.873.601	8.416.986	10.819.774	48.888.714
Passivos não afetos					3.033.766
Total do Passivo					51.922.480
Garantias e avals (Extrapatrimoniais)	141.902	581.683	1.407.783	-	2.131.368

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Banco não manteve atividade relevante em qualquer geografia distinta da atividade doméstica.

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3 deste Anexo.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respetivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) efetiva		Ativo líquido		Capitais próprios		Resultado do exercício	
	31-12-2025	31-12-2024	31-12-2025	31-12-2024	31-12-2025	31-12-2024	31-12-2025	31-12-2024
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Matriz	Matriz	61.616.609	57.068.289	4.275.422	4.115.659	946.464	993.282
TOTTA (IRELAND), PLC	100,00	100,00	523.527	474.178	462.095	466.082	11.430	916
TOTTA URBE - EMP.ADMIN. E CONSTRUÇÕES, S.A. ⁽¹⁾	100,00	100,00	91.446	91.166	89.335	88.330	1.006	2.568
TAXAGEST, SGPS, S.A.	-	99,00	-	56.442	-	56.395	-	402
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	78,86	78,74	126.142	163.549	121.648	159.252	2.494	3.989
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	100,00	100,00	8.685	8.215	8.539	8.092	448	390
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	-	-	3.961.452	2.035.290	-	-	-	-

(1) A situação líquida desta subsidiária inclui prestações suplementares no montante de 99.760 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a atividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

Empresa	Atividade	Sede	Método de Consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Portugal	Matriz
TOTTA (IRELAND), PLC	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Fundo Imobiliário	Portugal	Integral
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Gestão de titularizações	Portugal	Integral

De acordo com a IFRS 10, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE's), criadas no âmbito de operações de titularização quando as controla, ou seja, quando detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua atividade, nomeadamente, as obrigações que emitiram com maior grau de subordinação – equity pieces.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o balanço do Fundo Novimovest, apresentava a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Carteira de imóveis	95.877	126.490
Carteira de títulos	19.984	-
Contas de terceiros	3.486	3.910
Disponibilidades	6.666	32.959
Acréscimos e diferimentos	129	190
	<u>126.142</u>	<u>163.549</u>
Capital do Fundo	121.648	159.252
Ajustamento e provisões	2.483	1.796
Contas de terceiros	1.052	1.112
Acréscimos e diferimentos	959	1.389
	<u>126.142</u>	<u>163.549</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o resultado líquido consolidado inclui um lucro de 1.967 milhares de euros e 3.141 milhares de euros, respetivamente, atribuíveis ao Fundo Novimovest (Nota 20).

5. CAIXA, SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Caixa	387.776	364.249
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco Central Europeu (BCE)	1.077.129	1.338.375
Outros depósitos à ordem em instituições de crédito		
Depósitos à ordem	<u>308.967</u>	<u>295.286</u>
	<u>1.773.872</u>	<u>1.997.910</u>

De acordo com a regulamentação em vigor, as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da Zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1%.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a subrubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui fundos para satisfazer as exigências do Regime de Reservas Mínimas do Eurosistema e depósitos *overnight* constituídos através da facilidade permanente de depósito do Eurosistema. A componente das disponibilidades para cumprir a reserva mínima não é remunerada. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as aplicações ao abrigo do mecanismo de absorção de liquidez com prazo *overnight* eram remuneradas a 2% e 3%, respetivamente.

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

As rubricas de ativos e passivos financeiros detidos para negociação têm a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	706.932	1.549.696
Instrumentos de dívida	19.984	-
	<u>726.916</u>	<u>1.549.696</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	<u>717.902</u>	<u>1.557.421</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as tipologias de derivativos registados nestas rubricas, são as seguintes:

	31-12-2025				31-12-2024			
	Valor nacional	Ativo	Passivo	Líquido	Valor nacional	Ativo	Passivo	Líquido
Forwards								
Compras	381.381				270.374			
Vendas	378.392	6.971	3.942	3.029	271.363	5.806	6.756	(950)
Contratos de taxa de câmbio (<i>Currency Swaps</i>)								
Compras	661.687				678.553			
Vendas	666.930	709	6.338	(5.629)	676.379	2.040	394	1.646
Contratos de taxa de juro (<i>Interest Rate Swaps</i>)	29.609.850	690.038	698.465	(8.427)	27.472.190	1.523.736	1.532.200	(8.464)
Contratos sobre cotações (<i>Equity Swaps</i>)	198.024	5.761	5.757	4	314.476	10.900	10.819	81
Contratos de taxa de câmbio (opções)								
Compras	80.563				41.505			
Vendas	80.563	615	613	2	41.505	165	165	-
Contratos sobre cotações (opções)								
Compras	-				94.787			
Vendas	-	-	-	-	94.787	2.409	2.394	15
Contratos de garantia de taxa de juro (<i>Caps and Floors</i>)	913.342	2.838	2.787	51	1.092.213	4.640	4.693	(53)
	<u>32.970.732</u>	<u>706.932</u>	<u>717.902</u>	<u>(10.970)</u>	<u>31.048.132</u>	<u>1.549.696</u>	<u>1.557.421</u>	<u>(7.725)</u>

Em 31 de dezembro de 2025, as rubricas de ativos e passivos financeiros detidos para negociação encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, 545 milhares de euros e 1.293 milhares de euros de "Credit Value Adjustments" e de "Debit Value Adjustments", respetivamente (1.189 milhares de euros e 2.163 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024, respetivamente), de acordo com a metodologia descrita na Nota 36.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos através de uma estratégia de "back-to-back" com o Banco Santander, S.A..

7. ATIVOS FINANCEIROS QUE NÃO SÃO ATIVOS DE NEGOCIAÇÃO OBRIGATORIAMENTE PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Instrumentos de capital próprio	12.238	17.086

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

	31-12-2024	Compras	Reembolsos/Amortiz. /Liquidação/Vendas	Valias não realizadas	Valias/rendimentos realizados	31-12-2025
					(Nota 26)	
Instrumentos de capital próprio	17.086	109	(7.285)	2.328	-	12.238

	31-12-2023	Compras	Reembolsos/Amortiz. /Liquidação/Vendas	Valias não realizadas	Valias/rendimentos realizados	31-12-2024
					(Nota 26)	
Instrumentos de capital próprio	24.627	23	(7.840)	276	-	17.086

Os reembolsos ocorridos nos exercícios de 2025 e 2024 resultam da atividade recorrente do Banco.

8. ATIVOS FINANCEIROS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2025							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Ajust. por op. cobertura	Reserva de justo valor			Outros	Valor de balanço
				Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total		
Títulos de dívida								
De emissores públicos nacionais	1.169.119	30.328	(4.278)	7.387	(2.440)	4.947	(861)	1.199.255
Instrumentos de capital próprio	110.117	-	-	73.594	(25.721)	47.873	-	157.990
Empréstimos e adiantamentos	2.300.000	31.153	(4.425)	59.775	-	59.775	-	2.386.503
	3.579.236	61.481	(8.703)	140.756	(28.161)	112.595	(861)	3.743.748

	31-12-2024							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Ajust. por op. cobertura	Reserva de justo valor		Total	Outros	Valor de balanço
				Reserva Positiva	Reserva Negativa			
Títulos de dívida								
De emissores públicos nacionais	1.200.046	30.527	(22.576)	37.350	(3.954)	33.396	(1.170)	1.240.223
Instrumentos de capital próprio	112.363	-	-	72.947	(10.974)	61.973	-	174.336
Empréstimos e adiantamentos	2.300.000	31.153	11.606	92.573	(11.606)	80.967	-	2.423.726
	3.612.409	61.680	(10.970)	202.870	(26.534)	176.336	(1.170)	3.838.285

Os empréstimos e adiantamentos correspondem a um financiamento direto a médio e longo prazo ao Estado Português.

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2025 e 2024, para os Títulos de dívida – de emissores públicos nacionais e os Instrumentos de capital próprio, foi o seguinte:

	31-12-2024	Compras	Reembolsos/Amortiz /Liquidação/Vendas	Valias		Juros/coberturas/ outros	31-12-2025
				não realizadas	realizadas por C/P		
Instrumentos de capital próprio	174.336	4.085	(6.328)	(14.099)	(4)	-	157.990
Títulos de dívida	1.240.223	-	(30.000)	(28.449)	-	17.481	1.199.255
	1.414.559	4.085	(36.328)	(42.548)	(4)	17.481	1.357.245

	31-12-2023	Compras	Reembolsos/Amortiz /Liquidação/Vendas	Valias		Juros/coberturas /outros	31-12-2024
				não realizadas	realizadas por C/P		
Instrumentos de capital próprio	172.237	3.055	(1.503)	550	(3)	-	174.336
Títulos de dívida	1.247.156	-	-	(32.954)	-	26.021	1.240.223
	1.419.393	3.055	(1.503)	(32.404)	(3)	26.021	1.414.559

O Banco procede anualmente à avaliação dos seus Instrumentos de capital próprio com materialidade.

A subrubrica de Títulos de dívida de emissores públicos nacionais, apresentava as seguintes características:

Descrição	31-12-2025				31-12-2024			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias e outros	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias e outros	Valor de balanço
. Com vencimento até três anos	1.115.955	28.625	(301)	1.144.279	1.146.233	28.824	9.236	1.184.293
. Com vencimento entre três e cinco anos	52.677	1.699	217	54.593	-	-	-	-
. Com vencimento entre cinco e dez anos	-	-	-	-	53.326	1.699	489	55.514
. Com vencimento a mais de dez anos	487	4	(108)	383	487	4	(75)	416
	1.169.119	30.328	(192)	1.199.255	1.200.046	30.527	9.650	1.240.223

9. ATIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO

A subrubrica Títulos de dívida tem a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Crédito titulado		
. Papel comercial	2.608.960	2.577.858
. Obrigações	9.717.486	8.778.714
Juros a receber	177.425	161.388
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	(3.653)	(19.090)
Rendimentos diferidos	(1.544)	(1.991)
	<u>12.498.674</u>	<u>11.496.879</u>
Imparidade para títulos de dívida (Nota 16)	(4.875)	(3.895)
	<u>12.493.799</u>	<u>11.492.984</u>

A subrubrica Empréstimos e adiantamentos tem a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Empréstimos e adiantamentos - clientes		
A empresas		
Descobertos e contas correntes	1.025.422	986.780
Créditos tomados - factoring	2.394.752	1.921.499
Carteira comercial - outros	138.341	168.186
Locação financeira	867.959	946.054
Empréstimos	6.877.796	6.596.247
Outros créditos	43.058	38.979
A particulares		
Descobertos e contas correntes	91.126	92.900
Locação financeira	76.277	93.110
Empréstimos	27.055.597	24.952.705
Outros créditos	558.755	516.738
	<u>39.129.083</u>	<u>36.313.198</u>
Juros a receber	103.577	124.821
Correções de valor de ativos objeto de cobertura	(18.051)	(21.543)
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(5.389)	(6.453)
	<u>80.137</u>	<u>96.825</u>
Outros saldos a receber		
Contas margem/caução	66.987	152.738
Cheques a cobrar	34.149	29.391
Devedores diversos e outras disponibilidades	268.134	240.786
	<u>369.270</u>	<u>422.915</u>
Empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito		
Empréstimos	77.592	26.844
Juros a receber e rendimentos diferidos	173	37
Comissões associadas ao custo amortizado	(1.578)	(2.183)
	<u>76.187</u>	<u>24.698</u>
Empréstimos e adiantamentos	<u>39.654.677</u>	<u>36.857.636</u>
Imparidade para empréstimos e adiantamentos - clientes e outros saldos a receber	(718.659)	(737.803)
Imparidade para empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito	(139)	(280)
Imparidade para empréstimos e adiantamentos (Nota 16)	<u>(718.798)</u>	<u>(738.083)</u>
	<u>38.935.879</u>	<u>36.119.553</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a subrubrica "Imparidade para empréstimos e adiantamentos – clientes e outros saldos a receber" inclui 6.457 milhares de euros e 6.675 milhares de euros, respetivamente, para outros saldos a receber.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas com um valor de balanço de 72.810 milhares de euros e 86.837 milhares de euros, respetivamente. Como resultado destas operações foram registados nos exercícios de 2025 e 2024 menos valias líquidas no montante de 8.429 milhares de euros e mais valias líquidas no montante de 5.824 milhares de euros, respetivamente (Nota 16).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Empréstimos e adiantamentos - Clientes - A particulares" incluía créditos com finalidade de habitação, afetos ao património autónomo das obrigações cobertas emitidas pelo Banco nos montantes de 13.852.100 milhares de euros e 12.533.006 milhares de euros, respetivamente (Nota 15).

A subrubrica "Outros saldos a receber - Devedores diversos e outras disponibilidades" inclui 157.699 milhares de euros, referentes ao reconhecimento pelo Banco de um ativo de indemnização, no âmbito da IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais, decorrente da elevada incerteza sobre a recuperação dos prejuízos fiscais que suportavam impostos diferidos ativos constantes do perímetro da resolução do Banif, que formou a base do preço apresentado pelo Banco na sua proposta vinculativa para aquisição dos ativos e passivos do Banif, a qual previa que caso a Autoridade Tributária não confirmasse o direito de utilização dos mencionados prejuízos fiscais, o Banco teria de ser compensado, em dinheiro ou títulos do tesouro, no mesmo montante (Nota 12).

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade durante os exercícios de 2025 e 2024 é apresentado na Nota 16.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a divisão por *stage* da carteira de ativos financeiros pelo custo amortizado, tem o seguinte detalhe:

	31-12-2025			31-12-2024		
	Valor bruto	Imparidade	Cobertura	Valor bruto	Imparidade	Cobertura
Stage 1	48.548.570	(54.577)	0,11%	44.245.291	(62.431)	0,14%
Stage 2	2.780.503	(126.694)	4,56%	3.226.337	(176.564)	5,47%
Stage 3	824.278	(542.402)	65,80%	882.887	(502.983)	56,97%
	<u>52.153.351</u>	<u>(723.673)</u>		<u>48.354.515</u>	<u>(741.978)</u>	

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos não produtivos líquidos de imparidade apresentam o seguinte detalhe por contraparte e data de incumprimento:

Contrapartes	31-12-2025				
	Exposições não produtivas, líquidas	Com probabilidade reduzida de pagamento, mas não vencidos ou vencidos há <= 90 dias	Vencidas > 90 dias <= 180 dias	Vencidas > 180 dias <= 5 anos	Vencidas > 5 anos
Títulos de dívida	20.044	19.927	-	117	-
Outras empresas financeiras	1.015	1.015	-	-	-
Empresas não financeiras	19.029	18.912	-	117	-
Empréstimos e adiantamentos	261.832	125.165	32.117	98.055	6.495
Administrações públicas	1.207	-	53	85	1.069
Outras empresas financeiras	1.536	90	18	1.428	-
Empresas não financeiras	103.600	52.895	11.477	36.688	2.540
Particulares	155.489	72.180	20.569	59.854	2.886
Total ativos financeiros pelo custo amortizado	281.876	145.092	32.117	98.172	6.495

Contrapartes	31-12-2024				
	Exposições não produtivas, líquidas	Com probabilidade reduzida de pagamento, mas não vencidos ou vencidos há <= 90 dias	Vencidas > 90 dias <= 180 dias	Vencidas > 180 dias <= 5 anos	Vencidas > 5 anos
Titulos de dívida	20.283	20.283	-	-	-
Outras empresas financeiras	1.531	1.531	-	-	-
Empresas não financeiras	18.752	18.752	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	359.621	193.505	49.281	105.897	10.938
Administrações públicas	125	80	45	-	-
Instituições de crédito	570	570	-	-	-
Outras empresas financeiras	2.786	739	138	1.909	-
Empresas não financeiras	150.353	90.844	9.927	42.914	6.668
Particulares	205.787	101.272	39.171	61.074	4.270
Total ativos financeiros pelo custo amortizado	379.904	213.788	49.281	105.897	10.938

A evolução ocorrida na exposição e na imparidade para os ativos financeiros pelo custo amortizado nos exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	Ativos financeiros pelo custo amortizado				Imparidade			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo em 31-12-2023	37.845.975	3.927.180	893.563	42.666.718	45.550	246.056	505.426	797.032
Transferências:								
Stage 1 para 2	(1.588.392)	1.588.392	-	-	(3.772)	81.910	-	78.138
Stage 1 para 3	(106.107)	-	106.107	-	(356)	-	47.620	47.264
Stage 2 para 3	-	(176.588)	176.588	-	-	(27.698)	84.128	56.430
Stage 2 para 1	869.186	(869.186)	-	-	3.364	(49.092)	-	(45.728)
Stage 3 para 2	-	50.494	(50.494)	-	-	11.502	(23.623)	(12.121)
Stage 3 para 1	5.754	-	(5.754)	-	42	-	(1.866)	(1.824)
Overlay hipotecas	509.000	(509.000)	-	-	-	(24.000)	-	(24.000)
Outros	-	-	-	-	-	-	5.470	5.470
Write offs e vendas	-	-	(88.923)	(88.923)	-	-	(74.429)	(74.429)
Originação líquida de amortizações	6.709.875	(784.955)	(148.200)	5.776.720	17.603	(62.114)	(39.743)	(84.254)
Saldo em 31-12-2024	44.245.291	3.226.337	882.887	48.354.515	62.431	176.564	502.983	741.978
Transferências:								
Stage 1 para 2	(1.364.230)	1.364.230	-	-	(4.308)	51.466	-	47.158
Stage 1 para 3	(93.469)	-	93.469	-	(780)	-	60.582	59.802
Stage 2 para 3	-	(129.829)	129.829	-	-	(22.615)	71.114	48.499
Stage 2 para 1	993.596	(993.596)	-	-	5.163	(52.231)	-	(47.068)
Stage 3 para 2	-	56.197	(56.197)	-	-	7.329	(17.695)	(10.366)
Stage 3 para 1	5.672	-	(5.672)	-	19	-	(1.430)	(1.411)
Outros	-	-	-	-	-	12.600	(10.800)	1.800
Write offs e vendas	-	-	(74.758)	(74.758)	-	-	(25.048)	(25.048)
Originação líquida de amortizações	4.761.710	(742.836)	(145.280)	3.873.594	(7.948)	(46.419)	(37.304)	(91.671)
Saldo em 31-12-2025	48.548.570	2.780.503	824.278	52.153.351	54.577	126.694	542.402	723.673

O exercício de 2024 veio estabilizar o contexto de taxa de juro e demonstrar que não se registou uma deterioração significativa nos clientes particulares. Neste sentido o Banco anulou o Overlay de hipotecas que havia constituído nos anos anteriores no montante acumulado de 24 milhões de euros, retrocedendo a respetiva reclassificação de 509 milhões de euros entre stage 1 e stage 2.

10. DERIVADOS – CONTABILIDADE DE COBERTURA

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Tipo de instrumento financeiro	31-12-2025					
	Valor de balanço		Valor nocional			
	Ativo	Passivo	Entre 3 meses a 1			Total
			Até 3 meses	ano	Mais de 1 ano	
Instrumentos derivados de cobertura						
Cobertura de Justo valor						
Swaps de taxa de juro						
Passivos e crédito	50.320	4.986	45.301	1.072.444	2.454.717	3.572.462
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	10.660	-	1.016.000	-	2.350.000	3.366.000
Cobertura de Fluxos de Caixa - Swaps de taxa de juro	22.879	-	-	-	3.000.000	3.000.000
	<u>83.859</u>	<u>4.986</u>	<u>1.061.301</u>	<u>1.072.444</u>	<u>7.804.717</u>	<u>9.938.462</u>

Tipo de instrumento financeiro	31-12-2024					
	Valor de balanço		Valor nocional			
	Ativo	Passivo	Entre 3 meses a 1			Total
			Até 3 meses	ano	Mais de 1 ano	
Instrumentos derivados de cobertura						
Cobertura de Justo valor						
Swaps de taxa de juro						
Passivos e crédito	88.651	8.062	150.531	853.609	3.173.897	4.178.037
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	29.766	10.271	-	2.330.000	1.066.000	3.396.000
Swaps sobre cotações	182	11	45.220	49.567	-	94.787
Cobertura de Fluxos de Caixa - Swaps de taxa de juro	26.074	-	-	-	3.000.000	3.000.000
	<u>144.673</u>	<u>18.344</u>	<u>195.751</u>	<u>3.233.176</u>	<u>7.239.897</u>	<u>10.668.824</u>

O Banco realiza operações de cobertura no âmbito da sua atividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura). O risco de taxa de juro implícito no âmbito das operações de securitização e das emissões de obrigações cobertas é igualmente gerido pelo Banco através da contratação de instrumentos financeiros derivados.

O Banco transaciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transações são efetuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-the-counter*).

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral *standard*, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um Master Agreement da ISDA – Internacional Swaps and Derivatives Association. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transações por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transações em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a norma, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autônomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência.

11. ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Propriedades de investimento

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Banco passou a consolidar pelo método integral o Novimovest cujo principal ativo são imóveis para arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os imóveis detidos pelo Novimovest apresentavam as seguintes características:

	31-12-2025	31-12-2024
Terrenos - Urbanizados	9.241	12.127
Construções acabadas		
Arrendadas	80.398	105.864
Não arrendadas	6.238	8.499
	<u>95.877</u>	<u>126.490</u>

Por outro lado, durante os exercícios de 2025 e 2024, os imóveis detidos pelo Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos:

	31-12-2025	31-12-2024
Rendas (Nota 28)	7.252	7.637
Impostos	(388)	(449)
Condomínio	(190)	(317)
Conservação e reparação	(313)	(379)
Seguros	(80)	(90)
	<u>6.281</u>	<u>6.402</u>

O movimento ocorrido na subrubrica de “Propriedades de investimento” durante os exercícios de 2025 e 2024, foi como segue:

	Saldo em 31-12-2023	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	Saldo em 31-12-2024	Entradas	Valorização a justo valor	Alienações	Saldo em 31-12-2025
Imóveis detidos pelo Fundo	138.032	-	(973)	(10.569)	126.490	-	1.959	(32.572)	95.877

O efeito da valorização ao justo valor dos imóveis detidos pelo Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados “Outras receitas/despesas operacionais” (Nota 28).

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo são avaliadas, com uma periodicidade anual, ou mais curta se, entretanto, tiver ocorrido um evento que suscite dúvidas quanto ao valor da última avaliação realizada, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 14.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	Nível 3	
	31-12-2025	31-12-2024
Propriedades de investimento	95.877	126.490

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresenta-se abaixo para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adotadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação	Valor em		Técnica de valorização	Inputs relevantes
		31-12-2025	31-12-2024		
Stª Cruz do Bispo - Lotes 1, 2 e 3					
Retail park Matosinhos	Arrendado	48.855	48.903	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Armazém em Perafita					
Armazém em Matosinhos	Arrendado	-	16.145	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Av. Antero de Quental, 9					
Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	11.033	11.176	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Terrenos em Valongo	Terrenos	9.241	9.669	Método comparativo de mercado/ Método do custo Método do Valor Residual	Valor do terreno e do custo de construção e comercialização por m2
		69.129	85.893		

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por metro quadrado ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso se verifique um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor de renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

Ativos tangíveis e ativos intangíveis

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os exercícios de 2025 e 2024, pode ser apresentado da seguinte forma:

	2025													
	31-12-2024				Transferências para outros ativos						31-12-2025			
	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Imparidade	Aquisições	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Depreciação	Reversão de imparidade	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Imparidade	Valor líquido
	(Nota 16)				(Nota 13)					(Nota 16)	(Nota 16)			
Ativos tangíveis														
Imóveis														
. Imóveis de serviço próprio	325.471	(138.695)	(6.146)	1.715	(709)	535	(9.343)	4.934	(6.191)	3.646	317.134	(139.417)	(2.500)	175.217
. Despesas em edifícios arrendados	9.512	(7.380)	-	-	43	(58)	-	-	(420)	-	9.555	(7.858)	-	1.697
. Direitos de uso (Nota 15)	47.699	(30.088)	-	3.231	(728)	-	-	-	(4.236)	-	50.202	(34.324)	-	15.878
. Outros imóveis	167	(85)	-	-	-	-	-	-	(2)	-	167	(87)	-	80
	382.849	(176.248)	(6.146)	4.946	(1.394)	477	(9.343)	4.934	(10.849)	3.646	377.058	(181.686)	(2.500)	192.872
Equipamento	100.967	(45.390)	-	23.731	(6.396)	4.749	(405)	134	(11.493)	-	117.897	(52.000)	-	65.897
Outros ativos tangíveis	2.133	(34)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.133	(34)	-	2.099
	103.100	(45.424)	-	23.731	(6.396)	4.749	(405)	134	(11.493)	-	120.030	(52.034)	-	67.996
	485.949	(221.672)	(6.146)	28.677	(7.790)	5.226	(9.748)	5.068	(22.342)	3.646	497.088	(233.720)	(2.500)	260.868
Ativos intangíveis														
Software	118.759	(83.849)	-	34.766	-	-	37	-	(25.228)	-	153.562	(109.077)	-	44.485
Software em curso	-	-	-	647	-	-	(37)	-	-	-	610	-	-	610
Outros ativos intangíveis	2.009	(2.009)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.009	(2.009)	-	-
Goodwill	1.160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.160	-	-	1.160
	121.928	(85.858)	-	35.413	-	-	-	-	(25.228)	-	157.341	(111.086)	-	46.255

2024

	2024													
	31-12-2023											31-12-2024		
	Valor		Imparidade	Aquisições	Abates e vendas		Transferências		Transferências para outros ativos		Depreciação	Valor	Depreciação	Valor líquido
	Bruto	Depreciação Acumulada			Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Bruto	Acumulada				
	(Nota 16)				(Nota 13)							(Nota 16)		
Ativos tangíveis														
Imóveis														
. Imóveis de serviço próprio	326.471	(132.679)	(6.146)	53	-	-	53	(23)	(1.106)	269	(6.262)	325.471	(138.695)	(6.146) 180.630
. Despesas em edifícios arrendados	9.999	(7.360)	-	20	(429)	429	(78)	23	-	-	(472)	9.512	(7.380)	- 2.132
. Direitos de uso (Nota 15)	44.932	(25.536)	-	4.186	(1.419)	-	-	-	-	-	(4.552)	47.699	(30.088)	- 17.611
. Outros imóveis	167	(84)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	167	(85)	- 82
	381.569	(165.659)	(6.146)	4.259	(1.848)	429	(25)	-	(1.106)	269	(11.287)	382.849	(176.248)	(6.146) 200.455
Equipamento	112.712	(58.774)	-	13.597	(25.361)	23.731	25	-	(6)	3	(10.350)	100.967	(45.390)	- 55.577
Outros ativos tangíveis	2.133	(34)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.133	(34)	- 2.099
	114.845	(58.808)	-	13.597	(25.361)	23.731	25	-	(6)	3	(10.350)	103.100	(45.424)	- 57.676
	496.414	(224.467)	(6.146)	17.856	(27.209)	24.160	-	-	(1.112)	272	(21.637)	485.949	(221.672)	(6.146) 258.131
Ativos intangíveis														
Software	115.151	(84.178)	-	22.905	(19.297)	19.297	-	-	-	-	(18.968)	118.759	(83.849)	- 34.910
Outros ativos intangíveis	2.009	(2.009)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.009	(2.009)	- -
Goodwill	1.160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.160	-	- 1.160
	118.320	(86.187)	-	22.905	(19.297)	19.297	-	-	-	-	(18.968)	121.928	(85.858)	- 36.070

12. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Ativos por impostos correntes	16.636	2.286
Ativos por Impostos diferidos	95.635	118.040
	<u>112.271</u>	<u>120.326</u>
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	3.988	-
Santander Totta, SGPS, S.A.	-	418.618
Outros	9.234	1.248
Passivos por Impostos diferidos	73.907	112.436
	<u>87.129</u>	<u>532.302</u>
Impostos diferidos	<u>21.728</u>	<u>5.604</u>

Os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Impostos correntes	384.187	453.720
Impostos diferidos	13.664	32.348
	<u>397.851</u>	<u>486.068</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos ativos e passivos nos exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2024	Outro rendimento integral	Resultados	Saldos em 31-12-2025
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
. Impostos diferidos ativos	38.895	-	(9.645)	29.250
. Impostos diferidos passivos	(5.054)	-	505	(4.549)
Reavaliação de ativos tangíveis				
. Impostos diferidos ativos	277	-	(277)	-
. Impostos diferidos passivos	(1.340)	-	239	(1.101)
Ativos intangíveis	489	-	(192)	297
Pensões:				
. Reformas antecipadas	41.995	-	(8.230)	33.765
. Pensões de reforma	3.947	-	(329)	3.618
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	2.190	-	(469)	1.721
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	(85.640)	28.599	-	(57.041)
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(7.824)	1.189	-	(6.635)
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	26.595	-	(2.812)	23.783
Operações de titularização	(10.277)	-	7.640	(2.637)
Prejuízos fiscais reportáveis - Banif	157.699	-	-	157.699
Prejuízos fiscais reportáveis - Banif (imparidade)	(157.699)	-	-	(157.699)
Outros	1.351	-	(94)	1.257
	<u>5.604</u>	<u>29.788</u>	<u>(13.664)</u>	<u>21.728</u>

	Saldos em 31-12-2023	Outro rendimento integral	Resultados	Saldos em 31-12-2024
Provisões/Imparidades temporariamente não aceites para efeitos fiscais:				
. Impostos diferidos ativos	63.496	-	(24.601)	38.895
. Impostos diferidos passivos	(5.222)	-	168	(5.054)
Reavaliação de ativos tangíveis				
. Impostos diferidos ativos	572	-	(295)	277
. Impostos diferidos passivos	(1.477)	-	137	(1.340)
Ativos intangíveis	3.798	-	(3.309)	489
Pensões:				
. Reformas antecipadas	50.812	-	(8.817)	41.995
. Pensões de reforma	3.942	-	5	3.947
. Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	2.586	-	(396)	2.190
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	(113.384)	27.744	-	(85.640)
Derivados de cobertura - Fluxos de caixa	(7.726)	(98)	-	(7.824)
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	34.399	-	(7.804)	26.595
Operações de titularização	(22.446)	-	12.169	(10.277)
Prejuízos fiscais reportáveis - Banif	157.699	-	-	157.699
Prejuízos fiscais reportáveis - Banif (imparidade)	(157.699)	-	-	(157.699)
Outros	956	-	395	1.351
	<u>10.306</u>	<u>27.646</u>	<u>(32.348)</u>	<u>5.604</u>

De modo a utilizar os impostos diferidos que transitaram do Banif, o Banco apresentou, em 29 de maio de 2018, uma declaração Modelo 22 (IRC) de substituição, referente ao exercício de 2015. A apresentação daquela declaração foi motivada pelo apuramento do resultado do exercício de 2015 do Banif e pelo deferimento, por parte do Ministro das Finanças, do pedido de transmissão ao Banco dos impostos diferidos do Banif (cfr. Despacho n.º 138/2018/MF, de 9 de março de 2018). Sucede que, por Despacho da Diretora Adjunta da Unidade dos Grandes Contribuintes de 26 de novembro de 2019 ("Despacho da AT"), apenas foi reconhecido ao Banco o direito de utilizar impostos diferidos do Banif, relativos aos exercícios de 2009 a 2014.

Por discordar do Despacho da AT, o Banco apresentou, em 13 de janeiro de 2020, recurso hierárquico para o Ministro das Finanças. No dia 30 de junho de 2020, o Subdiretor-Geral da área de Gestão Tributária – Impostos sobre o Rendimento decidiu indeferir o recurso hierárquico apresentado. Não obstante o Despacho da AT e o Despacho do Subdiretor-Geral apenas reconhecerem ao Banco o direito de usufruir de impostos diferidos do Banif num montante total de 92.301 milhares de euros, o Banco tem direito, no âmbito do acordo com as autoridades portuguesas envolvidas no processo de resolução do Banif, a uma compensação no montante de 157.699 milhares de euros, em dinheiro ou títulos do tesouro, correspondente à diferença para o valor acordado/adquirido. Nestas circunstâncias, em linha com o previsto na IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais, no exercício de 2020, o Banco reconheceu um ativo de indemnização no montante em causa na rubrica "Ativos financeiros pelo custo amortizado – Empréstimos e adiantamentos – Outros saldos a receber - Devedores diversos e outras disponibilidades" (Nota 9), ao mesmo tempo que considerou uma imparidade sobre os impostos diferidos ativos transitados do Banif, devido à elevada incerteza quanto à sua recuperação.

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas subsidiárias e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objeto de inspeção fiscal até ao exercício de 2022, inclusive. As correções efetuadas à matéria coletável abrangem diversas matérias e a maior parte são correções meramente temporárias.

Quanto às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objeto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Grupo Santander aplicou até ao exercício de 2024, o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Este regime traduzia-se na soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime eram: Santander Totta, SGPS - a sociedade dominante e Taxagest, Banco, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas.

No âmbito da fusão da Santander Totta, SGPS, S.A. por incorporação no Banco em 28 de fevereiro de 2025, o Grupo Santander deixou de aplicar o RETGS no exercício de 2025.

13. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Rendimentos a receber		
De colocação de fundos mobiliários	11.776	4.169
De operações de crédito	50	50
Outros serviços prestados	18.524	18.169
Outros	2.782	3.424
Dações, arrematações e outros ativos recebidos em dação de pagamento	85.981	48.776
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	3.145	3.145
Despesas com encargo diferido	957	996
Responsabilidades do banco com pensões e outros benefícios (Nota 33)		
Responsabilidades do Banco	(1.097.537)	(1.121.259)
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do Banco	1.160.586	1.151.632
Responsabilidades da sucursal de Londres	(27.909)	(29.356)
Valor patrimonial do Fundo de Pensões da sucursal de Londres	30.536	32.680
Responsabilidades do BAPOP	(151.422)	(151.438)
Valor patrimonial do Fundo de Pensões do BAPOP	195.171	191.701
Outros valores em trânsito e transações a regularizar	199.107	229.002
	<u>431.747</u>	<u>381.691</u>
Imparidade em ativos não financeiros (Nota 16)	<u>(26.175)</u>	<u>(29.228)</u>
	<u>405.572</u>	<u>352.463</u>

A subrubrica "Rendimentos a receber – Outros serviços prestados", inclui essencialmente comissões a receber de seguradoras pela comercialização dos seus seguros (Nota 32).

O movimento ocorrido na subrubrica "Dações, arrematações e outros ativos recebidos por dação em pagamento" durante os exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	31-12-2024			Entradas	Alienações/ abates	Transferências de/para ANCDV	Transferências de ativos tangíveis	Imparidade (Nota 16)			31-12-2025		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido					Dotações	Reposição	Utilização	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
	(Nota 16)					(Nota 14)	(Nota 11)				(Nota 16)		
Ativos recebidos por dação em pagamento													
Imóveis	16.463	(12.024)	4.439	-	-	9.269	-	(49)	1.319	-	25.732	(10.754)	14.978
Dações	103	(103)	-	56.762	(9.145)	(15.918)	-	-	-	-	31.802	(103)	31.699
Arrematações	2.843	(699)	2.144	1.136	(26)	(2.002)	-		46	-	1.951	(653)	1.298
Outros	11.488	(10.798)	690	494	(1.507)	(787)	-	(83)	838	675	9.688	(9.368)	320
Imóveis de serviço próprio para venda	7.044	(3.166)	3.878	44	(3.555)	-	4.680	(1.557)	797	655	8.213	(3.271)	4.942
Outros imóveis em venda	10.835	(2.438)	8.397	-	(2.240)	-	-	-	119	293	8.595	(2.026)	6.569
	48.776	(29.228)	19.548	58.436	(16.473)	(9.438)	4.680	(1.689)	3.119	1.623	85.981	(26.175)	59.806

As entradas verificadas na subrubrica "Dações" correspondem a recuperações de crédito por acordo de dação.

	31-12-2023			Entradas	Alienações/ abates	Transferências de/para ANCDV	Transferências de ativos tangíveis	Imparidade (Nota 16)			31-12-2024		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido					Dotações	Reposição	Utilização	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
	(Nota 16)					(Nota 14)	(Nota 11)				(Nota 16)		
Ativos recebidos por dação em pagamento													
Imóveis	6.532	(3.517)	3.015	-	-	9.931	-	(11.392)	2.885	-	16.463	(12.024)	4.439
Dações	103	(103)	-	-	-	-	-	-	-	-	103	(103)	-
Arrematações	3.172	(1.075)	2.097	1.651	-	(1.980)	-	(38)	414	-	2.843	(699)	2.144
Outros	13.839	(13.169)	670	414	(2.322)	(443)	-	(5)	1.688	688	11.488	(10.798)	690
Imóveis de serviço próprio para venda	11.950	(6.526)	5.424	160	(5.906)	-	840	(421)	992	2.789	7.044	(3.166)	3.878
Outros imóveis em venda	12.151	(3.946)	8.205	-	(1.316)	-	-	-	1.095	413	10.835	(2.438)	8.397
	47.747	(28.336)	19.411	2.225	(9.544)	7.508	840	(11.856)	7.074	3.890	48.776	(29.228)	19.548

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a tipologia de imóveis da carteira de ativos recebidos por dação em pagamento – imóveis, e da carteira de outros imóveis em venda é a seguinte:

Tipologia	2025				2024			
	Nº imóveis	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Nº imóveis	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
Imóveis								
Terrenos urbanos	93	10.454	(237)	10.217	3	819	(230)	589
Terrenos rústicos	7	486	(175)	311	4	265	(228)	37
Edifícios construídos								
. Residenciais	49	7.816	(5.206)	2.610	57	8.054	(5.941)	2.113
. Comerciais	20	6.976	(5.136)	1.840	23	7.325	(5.625)	1.700
	169	25.732	(10.754)	14.978	87	16.463	(12.024)	4.439
Outros imóveis em venda								
Terrenos urbanos	51	4.476	(521)	3.955	84	6.461	(742)	5.719
Terrenos rústicos	3	3.347	(1.393)	1.954	4	3.455	(1.553)	1.902
Edifícios construídos								
. Residenciais	4	171	(17)	154	4	208	(17)	191
. Comerciais	4	601	(95)	506	4	711	(126)	585
	62	8.595	(2.026)	6.569	96	10.835	(2.438)	8.397
	231	34.327	(12.780)	21.547	183	27.298	(14.462)	12.836

O apuramento das perdas por imparidade é efetuado de acordo com a metodologia descrita na Nota 14.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a forma de apuramento do justo valor das “Dações, arrematações e outros ativos recebidos por dação em pagamento” de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é nível 3.

14. ATIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS PARA ALIENAÇÃO CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	31-12-2024				Transferência de outros ativos	Imparidade (Nota 16)			31-12-2025		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações		Dotações	Reversões	Utiliz.	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
	(Nota 16)				(Nota 13)	(Nota 16)					
Ativos recebidos por dação em pagamento											
Imóveis	20.515	(8.282)	47	(7.403)	9.438	(467)	502	2.107	22.597	(6.140)	16.457
Equipamento	1.749	(1.617)	388	(608)	-	(558)	444	356	1.529	(1.375)	154
Outros ativos	13.479	-	183	(10.969)	-	-	-	-	2.693	-	2.693
	35.743	(9.899)	618	(18.980)	9.438	(1.025)	946	2.463	26.819	(7.515)	19.304

	31-12-2023				Transferência de outros ativos	Imparidade (Nota 16)			31-12-2024		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações		Dotações	Reversões	Utiliz.	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
	(Nota 16)					(Nota 13)	(Nota 16)				
Ativos recebidos por dação em pagamento											
Imóveis	35.864	(22.910)	3.014	(10.855)	(7.508)	(896)	11.776	3.748	20.515	(8.282)	12.233
Equipamento	1.912	(1.746)	590	(753)	-	(401)	228	302	1.749	(1.617)	132
Outros ativos	22.445	-	280	(9.246)	-	-	-	-	13.479	-	13.479
	60.221	(24.656)	3.884	(20.854)	(7.508)	(1.297)	12.004	4.050	35.743	(9.899)	25.844

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a tipologia de imóveis da carteira de Ativos recebidos por dação em pagamento – imóveis, é a seguinte:

Tipologia	31-12-2025				31-12-2024			
	Nº imóveis	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido	Nº imóveis	Valor Bruto	Imparidade	Valor líquido
Terrenos urbanos	73	14.900	(4.608)	10.292	56	9.051	(5.399)	3.652
Terrenos rústicos	3	84	(74)	10	3	84	(74)	10
Edifícios construídos								
. Residenciais	22	2.649	(501)	2.148	195	5.536	(1.799)	3.737
. Comerciais	16	4.964	(957)	4.007	38	5.844	(1.010)	4.834
	114	22.597	(6.140)	16.457	292	20.515	(8.282)	12.233

No âmbito do projeto Guadiana, o Banco celebrou no segundo semestre de 2022 um contrato de promessa de compra e venda de uma carteira de 563 imóveis por um valor de venda de 23 milhões de euros. A saída dos imóveis de balanço irá ocorrer à medida da realização das escrituras. No exercício de 2024 foram escriturados 23 imóveis por um valor de venda de 3 milhões de euros, as valias realizadas por esta venda são registadas na rubrica "Lucros ou prejuízos com ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não elegíveis como unidades operacionais descontinuadas" (Nota 31). No segundo semestre de 2024, terminou o prazo para a realização das escrituras no âmbito do projeto Guadiana, tendo ficado por escriturar 214 imóveis com um valor de balanço de 5,7 milhões de euros.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas as quais se encontram credenciadas junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a forma de apuramento do justo valor dos ativos não correntes detidos para venda de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é nível 3.

15. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

A subrubrica Depósitos tem a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
<u>Depósitos - Instituições de crédito</u>		
Operações de venda com acordo de recompra	5.134.223	4.137.574
Depósitos	351.090	506.163
Juros a pagar/despesas diferidas	91	289
	<u>5.485.404</u>	<u>4.644.026</u>
<u>Depósitos - Clientes</u>		
Depósitos à ordem	23.697.611	23.048.508
Depósitos a prazo	15.563.799	14.614.517
Depósitos de pré-aviso	16.000	1.000
Depósitos estruturados	58	137.007
Depósitos de poupança	136.156	183.391
Juros a pagar/despesas diferidas	38.168	84.871
Correções de valor por operações de cobertura	-	(354)
	<u>39.451.792</u>	<u>38.068.940</u>
	<u>44.937.196</u>	<u>42.712.966</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a subrubrica de "Depósitos - Instituições de Crédito – Operações de venda com acordo de recompra" tem a seguinte composição por tipo de ativo subjacente às operações de reporte:

Tipo de subjacente	31-12-2025				Prazo remanescente		
	Capital	Juros	Despesas com gasto diferido	Total	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos
Títulos de dívida de emissores públicos nacionais	336.300	-	(632)	335.668	335.668	-	-
Títulos de dívida de emissores públicos estrangeiros	74.347	-	9.711	84.058	322.302	(88.155)	(150.089)
Títulos de dívida de outros emissores	4.755.244	-	(40.747)	4.714.497	2.534.384	1.879.979	300.134
	<u>5.165.891</u>	<u>-</u>	<u>(31.668)</u>	<u>5.134.223</u>	<u>3.192.354</u>	<u>1.791.824</u>	<u>150.045</u>

Tipo de subjacente	31-12-2024				Prazo remanescente		
	Capital	Juros	Despesas com gasto diferido	Total	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos
Títulos de dívida de emissores públicos estrangeiros	(1.150.575)	-	13.483	(1.137.092)	(483.186)	(653.906)	-
Títulos de dívida de outros emissores	5.341.694	-	(67.028)	5.274.666	2.067.852	2.839.718	367.096
	<u>4.191.119</u>	<u>-</u>	<u>(53.545)</u>	<u>4.137.574</u>	<u>1.584.666</u>	<u>2.185.812</u>	<u>367.096</u>

A subrubrica Títulos de dívida emitidos tem a seguinte composição:

	31-12-2025			31-12-2024		
	Emissões	Recompras	Saldo	Emissões	Recompras	Saldo
Obrigações cobertas						
Saldo inicial	10.831.400	(7.053.000)	3.778.400	9.769.900	(6.123.800)	3.646.100
Emitidas	1.900.000	(1.000.000)	900.000	2.061.500	(933.000)	1.128.500
Readquiridas	-	(4.200)	(4.200)	-	-	-
Reembolsadas	(750.000)	750.000	-	(1.000.000)	3.800	(996.200)
Saldo final	11.981.400	(7.307.200)	4.674.200	10.831.400	(7.053.000)	3.778.400
Juros a pagar	-	-	77.082	-	-	62.647
Comissões associadas ao custo	-	-	(19.532)	-	-	(22.513)
Correções de valor por operações de cobertura	-	-	7.173	-	-	33.056
	11.981.400	(7.307.200)	4.738.923	10.831.400	(7.053.000)	3.851.590
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização						
Saldo inicial	2.010.303	(1.004.805)	1.005.498	2.715.184	(1.732.384)	982.800
Emitidas	2.587.001	(2.163.800)	423.201	404.001	-	404.001
Reembolsadas	(683.219)	236.176	(447.043)	(1.108.882)	727.579	(381.303)
Saldo final	3.914.085	(2.932.429)	981.656	2.010.303	(1.004.805)	1.005.498
Juros a pagar	-	-	3.476	-	-	2.375
Comissões associadas ao custo	-	-	(8.863)	-	-	(21.975)
	3.914.085	(2.932.429)	976.269	2.010.303	(1.004.805)	985.898
Obrigações estruturadas						
Saldo inicial	339.678	-	339.678	294.175	(796)	293.379
Emitidas	168.600	-	168.600	112.900	-	112.900
Readquiridas	-	-	-	-	(458)	(458)
Reembolsadas	(192.274)	-	(192.274)	(67.397)	1.254	(66.143)
Saldo final	316.004	-	316.004	339.678	-	339.678
Juros a pagar	-	-	3.499	-	-	5.202
	316.004	-	319.503	339.678	-	344.880
Outras obrigações						
Saldo inicial	650.000	-	650.000	650.000	-	650.000
Incorporadas na Fusão	1.600.000	-	1.600.000	-	-	-
Reembolsadas na Fusão	(650.000)	-	(650.000)	-	-	-
Saldo final	1.600.000	-	1.600.000	650.000	-	650.000
Juros a pagar	-	-	21.185	-	-	15.632
	1.600.000	-	1.621.185	650.000	-	665.632
Passivos subordinados						
Saldo inicial	327.599	-	327.599	327.599	-	327.599
Incorporadas na Fusão	200.000	-	200.000	-	-	-
Reembolsadas na Fusão	(320.000)	-	(320.000)	327.599	-	327.599
Saldo final	207.599	-	207.599	327.599	-	327.599
Juros a pagar	-	-	5.457	-	-	149
	207.599	-	213.056	327.599	-	327.748
	18.019.088	(10.239.629)	7.868.936	14.158.980	(8.057.805)	6.175.748

Nos termos da lei, os detentores das obrigações cobertas possuem um privilégio creditício especial sobre o patrimônio autônomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

As condições dos títulos de dívida emitidos encontram-se detalhadas no Anexo I.

Os montantes pagos no exercício de 2025 e 2024 dos títulos de dívida emitidos, são os seguintes:

	31-12-2025	31-12-2024
Juros e comissões a pagar no início do exercício	41.517	14.677
Despesas com títulos de dívida emitidos	282.570	247.729
Juros e comissões a pagar no final do exercício	82.304	41.517
Fluxos de caixa da atividade de financiamento - Remuneração paga de dívida emitida + Passivos subordinados	241.783	220.889

Entre maio de 2008 e dezembro de 2025, o Banco realizou quarenta emissões de obrigações cobertas ao abrigo do programa “€ 15.000.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as obrigações cobertas tinham um patrimônio autônomo constituído por:

	31-12-2025	31-12-2024
Crédito a Clientes (Nota 9)	13.852.100	12.533.006
Juros de Crédito	44.771	39.069
Derivados	(599.270)	(1.410.008)
	13.297.601	11.162.067

A subrubrica “Outros passivos financeiros” tem a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Cheques e ordens a pagar	60.452	57.690
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros	17.291	22.454
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.804	1.761
Sector público administrativo	41.544	48.653
Credores por contratos de factoring	108.261	76.479
Credores por valores a liquidar	7.067	42.435
Outros	21.731	30.403
Compromissos com rendas futuras	16.053	17.797
	274.203	297.672

Os compromissos com rendas futuras correspondem à adoção da IFRS 16, e apresentam o seguinte movimento durante os exercícios de 2025 e 2024:

	Passivo de arrendamento	Direito de uso (Nota 11)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.705	19.396
Amortização 2024	(4.471)	(4.552)
Saídas	(1.623)	(1.419)
Entradas	1.387	1.387
Extensões e alterações de renda	2.799	2.799
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.797	17.611
Amortização 2025	(4.175)	(4.236)
Saídas	(749)	(727)
Entradas	277	276
Extensões e alterações de renda	2.903	2.954
Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.053	15.878

Para os mesmos períodos os *cash flows* contratuais são os seguintes:

	31-12-2025	31-12-2024
. Até 1 ano	4.261	4.097
. Até 2 anos	4.064	3.833
. Até 3 anos	3.160	3.675
. Até 4 anos	1.326	2.994
. Até 5 anos	1.146	1.099
. Mais de 5 anos	2.096	2.099
	16.053	17.797

16. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas Provisões nos exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	2025				
	31-12-2024	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências /outros 31-12-2025
Imparidade para compromissos e garantias concedidos (Nota 22)	51.457	5.913	(15.025)	-	- 42.345
Reestruturação	22.241	-	-	(7.753)	- 14.488
Outras provisões	50.322	15.446	(6.938)	(9.167)	(1.940) 47.723
	124.020	21.359	(21.963)	(16.920)	(1.940) 104.556

	2024				
	31-12-2023	Dotações	Reversões	Utilizações	Transferências /outros 31-12-2024
Imparidade para compromissos e garantias concedidos (Nota 22)	53.263	5.532	(7.338)	-	- 51.457
Reestruturação	40.743	-	-	(18.502)	- 22.241
Outras provisões	39.451	34.512	(1.374)	(1.256)	(21.011) 50.322
	133.457	40.044	(8.712)	(19.758)	(21.011) 124.020

O montante constante do conceito reestruturação é para fazer face aos compromissos já assumidos e divulgados aos colaboradores e ainda não liquidados. Os valores utilizados foram para fazer face aos compromissos assumidos e pagos.

A subrubrica “Outras provisões” apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2025	31-12-2024
Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego (Nota 35)	14.309	14.992
Questões fiscais	11.750	5.250
Questões jurídicas e litígios pendentes	4.726	10.332
Outras provisões	16.938	19.748
	<u>47.723</u>	<u>50.322</u>

O movimento ocorrido na Imparidade durante os exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

	2025					31-12-2025	Recuperações de incobráveis e outros	Valias na venda de créditos
	31-12-2024	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros			
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados:								
Imparidade para títulos de dívida (Nota 9)	3.895	2.361	(1.381)	-	-	4.875	-	-
Imparidade para empréstimos e adiantamentos (Nota 9)	738.083	66.760	(70.022)	(25.048)	9.025	718.798	(183)	8.429
	<u>741.978</u>	<u>69.121</u>	<u>(71.403)</u>	<u>(25.048)</u>	<u>9.025</u>	<u>723.673</u>	<u>(183)</u>	<u>8.429</u>
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não-financeiros:								
Ativos tangíveis (Nota 11)	6.146	-	(3.646)	-	-	2.500	-	-
Outros ativos (Nota 13)	29.228	1.689	(3.119)	(1.623)	-	26.175	-	-
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 14)	9.899	1.025	(946)	(2.463)	-	7.515	-	-
	<u>45.273</u>	<u>2.714</u>	<u>(7.711)</u>	<u>(4.086)</u>	<u>-</u>	<u>36.190</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	2024					31-12-2024	Recuperações de incobráveis e outros	Valias na venda de créditos
	31-12-2023	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros			
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados:								
Imparidade para títulos de dívida	2.262	1.757	(124)	-	-	3.895	-	-
Imparidade para empréstimos e adiantamentos	794.770	118.513	(100.813)	(74.429)	42	738.083	(517)	(5.824)
	<u>797.032</u>	<u>120.270</u>	<u>(100.937)</u>	<u>(74.429)</u>	<u>42</u>	<u>741.978</u>	<u>(517)</u>	<u>(5.824)</u>
Imparidades ou reversão de imparidades de ativos não-financeiros:								
Ativos tangíveis (Nota 11)	6.146	-	-	-	-	6.146	-	-
Outros ativos (Nota 13)	28.336	11.856	(7.074)	(3.890)	-	29.228	-	-
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 14)	24.656	1.297	(12.004)	(4.050)	-	9.899	-	-
	<u>59.138</u>	<u>13.153</u>	<u>(19.078)</u>	<u>(7.940)</u>	<u>-</u>	<u>45.273</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

17. CAPITAL SOCIAL REEMBOLSÁVEL À VISTA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica representava as unidades de participação no Fundo Novimovest não detidas pelo Grupo.

18. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Gastos gerais administrativos	48.557	75.339
Encargos a pagar relativos ao pessoal	93.407	90.100
Outros encargos a pagar	6.689	6.679
Receitas com rendimento diferido	7.475	8.327
Outros		
Transferências no âmbito do SEPA	135.505	182.368
Outros valores em trânsito e transações a regularizar	78.613	107.341
	<u>370.246</u>	<u>470.154</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os outros encargos a pagar correspondem essencialmente a acréscimos de custos relacionados com atividade regular do Banco.

19. CAPITAIS PRÓPRIOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social do Banco estava representado por 1.391.779.674 ações, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

	31-12-2025			31-12-2024		
	Número de ações	% de participação	Montante	Número de ações	% de participação	Montante
Banco Santander, S.A.	1.383.690.177	99,42%	1.383.690	-	-	-
Santander Totta, SGPS, S.A.	-	-	-	1.376.219.267	98,88%	1.376.219
Taxagest, SGPS, S.A.	-	-	-	14.593.315	1,05%	14.593
Ações próprias	6.326.736	0,45%	6.327	435.492	0,03%	436
Outros	1.762.761	0,13%	1.763	531.600	0,04%	532
	<u>1.391.779.674</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.391.780</u>	<u>1.391.779.674</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.391.780</u>

A variação ocorrida na estrutura acionista decorre da fusão por incorporação no Banco em 28 de fevereiro de 2025 da Santander Totta, SGPS, S.A. e da Taxagest, SGPS, S.A. (ver nota introdutória).

Nos termos da Portaria n.º 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República – I Série B, n.º 129, os prémios de emissão, que ascendem a 193.390 milhares de euros, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital social

A 29 de junho de 2022, o Banco Santander Totta emitiu “€ 400.000.000 Fixed Rate Resettable Perpetual Additional Tier I”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital Tier 1, como *Additional Tier 1 Capital*, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – *Capital Requirements Directive*), tendo sido na totalidade adquirido pela Santander Totta, SGPS, S.A.. Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pelo Banco a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 9,159% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de *Additional Tier 1*, o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pelo Banco e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições, situações que conduziram ao seu registo nesta rubrica. O montante pago em 2024 ascendeu a 36.636 milhares de euros. No âmbito da fusão da Santander Totta, SGPS, S.A. por incorporação no Banco em 28 de fevereiro de 2025 e da consequente integração no Banco da globalidade do património da Santander Totta, SGPS, S.A., o Banco procedeu à extinção desta emissão.

Igualmente em consequência desta operação de fusão, foram mantidas em balanço as emissões de “*Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments*” e “*Fixed Rate Resettable Perpetual Additional Tier 1 Instruments*”, no montante agregado de 700.000 milhares de euros, emitidas pela Santander Totta, SGPS, S.A. e adquiridas na totalidade pelo Banco Santander, S.A.:

- Emissão de “€ 400.000.000 *Fixed Rate Perpetual Deeply Subordinated Additional Tier I Resettable Instruments*”, obrigações subordinadas perpétuas de 14 de janeiro de 2021, que qualificam para o rácio de capital *Tier 1*, como *Additional Tier 1 Capital*, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – *Capital Requirements Directive*). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pelo Banco a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 4,9% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de *Additional Tier 1* o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pelo Banco e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições.
- Emissão de “€ 300.000.000 *Fixed Rate Resettable Perpetual Additional Tier 1 Instruments*”, obrigações subordinadas perpétuas de 22 de fevereiro de 2024 que qualificam para o rácio de capital *Tier 1*, como *Additional Tier 1 Capital*, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – *Capital Requirements Directive*). Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pelo Banco a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 8,007% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de *Additional Tier 1* o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pelo Banco e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições.

A 27 de maio de 2025, o Banco emitiu “€ 500.000.000 *Fixed Rate Resettable Perpetual Additional Tier I*”, obrigações subordinadas perpétuas que qualificam para o rácio de capital *Tier 1*, como *Additional Tier 1 Capital*, nos termos da Diretiva 2013/36/UE (ou CRD IV – *Capital Requirements Directive*), tendo sido na totalidade adquirido pelo Banco Santander, S.A.. Esta operação não tem prazo definido, tem opção de reembolso antecipado pelo Banco a partir do final do 5º ano, e uma taxa de juro de 6,562% ao ano, durante os primeiros 5 anos. Sendo um instrumento de *Additional Tier 1*, o correspondente pagamento de juro é decidido discricionariamente pelo Banco e está ainda sujeito à observação de um conjunto de condições.

Outro rendimento integral acumulado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as reservas por rendimento integral acumulado tinham a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Efeito Bruto de Valorizações		
Elementos que não serão reclassificados em resultados		
Ganhos ou perdas atuariais com planos de pensões de benefício definido (Nota 33)	(732.561)	(729.194)
Variação no justo valor dos instrumentos de capital próprio pelo justo valor através de outro rendimento integral	47.874	61.974
Total de Elementos que não serão reclassificados em resultados	(684.687)	(667.220)
Elementos que podem ser reclassificados em resultados		
Coberturas de fluxos de caixa	22.879	26.081
Variação no justo valor de títulos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral	4.947	32.930
Variação no justo valor de empréstimos e adiantamentos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	204.127	252.919
Total de Elementos que podem ser reclassificados em resultados	231.953	311.930
Efeito Fiscal		
Elementos que não serão reclassificados em resultados - impacto fiscal		
Ganhos ou perdas atuariais com planos de pensões de benefício definido	211.236	211.236
Variação no justo valor dos instrumentos de capital próprio pelo justo valor através de outro rendimento integral	(185)	(234)
Total de Elementos que não serão reclassificados em resultados - impacto fiscal	211.051	211.002
Elementos que podem ser reclassificados em resultados - impacto fiscal		
Coberturas de fluxos de caixa	(6.635)	(7.824)
Variação no justo valor de títulos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral	(1.156)	(9.529)
Variação no justo valor de empréstimos e adiantamentos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	(55.700)	(75.876)
Total de Elementos que podem ser reclassificados em resultados - impacto fiscal	(63.491)	(93.229)
Outro rendimento integral acumulado	(305.174)	(237.517)

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas por rendimento integral.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

As rubricas de "Resultados retidos" e "Outras reservas" apresentam a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Resultados retidos	424.036	378.383
Outras reservas		
Reserva legal	823.707	724.379
Reservas de sociedades consolidadas	141.615	154.572
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e do BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação do Totta IFIC	90.520	90.520
Por incorporação do BAPOP	(8.411)	(8.411)
Por incorporação Santander Totta, SGPS e Taxagest, SGPS	(391.740)	-
Outras reservas	(482.804)	(434.660)
	749.626	1.103.139

Resultados retidos

Esta rubrica reconhece os lucros ou prejuízos de exercícios anteriores não distribuídos.

No dia 30 de agosto de 2024, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos a resultados transitados no montante de 850.000 milhares de euros (840.822 milhares de euros pagos).

No dia 28 de março de 2025, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2024 no montante de 843.000 milhares de euros (839.168 milhares de euros pagos).

No dia 25 de setembro de 2025, a Comissão de Auditoria deu o consentimento para o Conselho de Administração proceder a um adiantamento sobre os lucros de 2025 no montante de 280.000 milhares de euros (278.727 milhares de euros pagos).

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, o Banco constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da atividade individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital (ver nota introdutória).

Outras reservas

Esta rubrica inclui as reservas de reavaliação apuradas, no exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respetivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente 23.245 milhares de euros, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efetuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita. Adicionalmente, esta rubrica incorpora os impactos das alterações de políticas contabilísticas, os impactos com origem na alienação de instrumentos de capital e a distribuição de rendimentos – “Additional Tier 1 Instruments”.

Resultados por ação

Os resultados básicos por ação são calculados efetuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	31-12-2025	31-12-2024
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	963.805	971.345
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	1.391.779.674	1.391.779.674
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	7.709.531	15.028.807
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	1.384.070.143	1.376.750.867
Resultado por ação básico atribuível aos proprietários da empresa-mãe (em euros)	0,696	0,706

Os resultados básicos por ação são coincidentes com os diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

20. RESULTADOS ATRIBUÍVEIS AOS PROPRIETÁRIOS DA EMPRESA-MÃE

Nos exercícios de 2025 e 2024, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	31-12-2025		31-12-2024	
	Lucro ou prejuízo do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Lucro ou prejuízo do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Lucro ou prejuízo do exercício do Banco (atividade individual)	946.464	946.464	993.282	993.282
Lucro ou prejuízo do exercício das restantes empresas do Grupo:				
Totta (Ireland), Plc.	11.430	11.430	13.686	13.686
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	2.494	1.967	3.989	3.141
Gamma, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	448	448	390	390
Totta Urbe, Empresa de Administração e Construções, S.A.	1.006	1.006	2.568	2.568
Taxagest, SGPS, S.A.	-	-	402	398
	15.378	14.851	21.035	20.183
Ajustamentos aos resultados consolidados				
Anulação de dividendos intragrupo recebidos:				
Totta (Ireland), Plc.		(14.526)		(22.323)
		(14.526)		(22.323)
Ajustamentos relacionados com operações de titularização		17.072		(20.718)
Anulação da imparidade para investimentos em subsidiárias		-		1.000
Outros		(56)		(79)
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		963.805		971.345

21. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo tem a seguinte distribuição por entidade:

	31-12-2025	31-12-2024
Taxagest, SGPS, S.A.	-	564
Outros	-	69
	-	633

A variação ocorrida nesta rubrica decorre da fusão por incorporação no Banco em 28 de fevereiro de 2025 da Taxagest, SGPS, S.A. (ver nota introdutória).

22. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Garantias concedidas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales financeiros (Nota 36)	591.716	398.315
Compromissos de empréstimos concedidos (Nota 36)		
Revogáveis	7.398.801	6.421.646
Irrevogáveis	705.479	875.957
	8.104.280	7.297.603
Outros compromissos concedidos		
Garantias e avales não financeiros (Nota 36)	1.819.163	1.733.053
Créditos documentários abertos (Nota 36)	104.175	252.725
Outros compromissos concedidos	84	84
	1.923.422	1.985.862
Compromissos irrevogáveis de pagamento	33.608	68.277
	1.957.030	2.054.139
	10.653.026	9.750.057
Ativos dados em garantia		
Banco de Portugal	152.000	196.000
Fundo de Garantia de Depósitos	-	43.318
Sistema de Indemnização aos Investidores	9.762	9.626
Ativos dados em garantia por operações de política monetária	16.521.503	15.992.728
Fundo de Resolução Europeu	26.451	26.451
	16.709.716	16.268.123
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	40.872.788	47.788.584
Valores recebidos para cobrança	818.071	773.157
	41.690.859	48.561.741

Os ativos dados em garantia por operações de política monetária, correspondem à *pool* de colateral que o Banco dispõe junto do Banco Central Europeu, para garantir a operativa de liquidez.

As garantias e avales financeiros, os compromissos de empréstimos concedidos e os outros compromissos concedidos, apresentam a seguinte exposição por *stage*:

	31-12-2025							
	Exposição				Imparidade (Nota 16)			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Compromissos de empréstimos concedidos	7.777.355	309.219	17.706	8.104.280	6.071	5.174	1.014	12.259
Garantias e avales financeiros	551.784	22.820	17.112	591.716	439	440	12.131	13.010
Outros compromissos concedidos	1.762.838	77.917	82.667	1.923.422	462	859	15.755	17.076
	10.091.977	409.956	117.485	10.619.418	6.972	6.473	28.900	42.345

	31-12-2024							
	Exposição				Imparidade (Nota 16)			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Compromissos de empréstimos concedidos	6.864.200	413.618	19.785	7.297.603	9.297	8.462	14	17.773
Garantias e avais financeiros	358.862	21.595	17.858	398.315	637	597	12.985	14.219
Outros compromissos concedidos	1.802.276	90.199	93.387	1.985.862	671	1.377	17.417	19.465
	9.025.338	525.412	131.030	9.681.780	10.605	10.436	30.416	51.457

Na subrubrica Compromissos irrevogáveis de pagamento o Banco regista a responsabilidade com:

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, foi criado em novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objetivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efetuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de janeiro de 1995. Exceto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como gasto no exercício a que dizem respeito.

Até 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, tendo assumido igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando fosse solicitado. Em 31 de dezembro de 2025 não havia valor não pago relativamente a este compromisso (em 31 de dezembro de 2024 ascendia a 34.485 milhares de euros, que foram pagos em 2025). Os ativos dados em penhor ao Banco de Portugal encontravam-se refletidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2025 e 2024, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de 149 milhares de euros e 151 milhares de euros, respetivamente (Nota 30).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como gasto. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas responsabilidades ascendiam a 7.157 milhares de euros e 7.342 milhares de euros, respetivamente.

Fundo Único de Resolução

No âmbito do mecanismo único de Resolução as contribuições anuais serão transferidas para o Fundo Único de Resolução, de acordo com o artigo 3º, n.º 3 do acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014. O Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, determina o valor da contribuição de cada instituição em função do seu perfil de risco. Nos exercícios de 2025 e 2024 não ocorreu contribuição, sendo o valor de 312 milhares de euros no exercício de 2024 (Nota 30) correspondente a regularizações de anos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as responsabilidades por valores não pagos relativamente ao compromisso de pagamento ao Fundo Único de Resolução ascendiam a 26.451 milhares de euros.

Em 14 de novembro de 2025, o Banco tomou conhecimento de que o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), resolveu definitivamente o litígio apresentado por uma instituição financeira ao Fundo Único de Resolução relativo a este compromisso, confirmando a sentença do Tribunal Geral de 25 de outubro de 2023, que decidia contra essa instituição financeira quanto ao pedido de devolução das garantias associadas aos compromissos de pagamento irrevogáveis de uma entidade do seu Grupo cuja licença fora retirada. À luz desta decisão o Banco concluiu que não é necessário modificar o registo contabilístico relativamente aos compromissos de contribuições para estes encargos, nem a outros de natureza similar.

23. MARGEM FINANCEIRA

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2025			2024		
	Receitas	Despesas	Líquido	Receitas	Despesas	Líquido
Ativos						
Disponibilidades em Bancos centrais e em instituições de crédito	30.838	-	30.838	130.791	-	130.791
Ativos financeiros detidos para negociação	827.580	-	827.580	814.917	-	814.917
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral						
Empréstimos e adiantamentos	71.846	-	71.846	71.842	-	71.842
Títulos de dívida	35.761	-	35.761	35.790	-	35.790
Ativos financeiros pelo custo amortizado						
Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito	11.213	(1)	11.212	8.984	(1)	8.983
Títulos de dívida	359.163	(4.473)	354.690	305.771	(2.645)	303.126
Empréstimos e adiantamentos - Clientes	1.497.861	(42.667)	1.455.194	1.737.851	(49.998)	1.687.853
Contabilidade de cobertura	193.782	(124.246)	69.536	283.092	(121.653)	161.439
Outros ativos	41	-	41	666	-	666
Passivos						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	(820.945)	(820.945)	-	(808.901)	(808.901)
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Depósitos - Bancos Centrais	-	-	-	-	(6.611)	(6.611)
Depósitos - Instituições de crédito	-	(125.342)	(125.342)	-	(193.951)	(193.951)
Depósitos - Clientes	-	(256.881)	(256.881)	-	(382.442)	(382.442)
Títulos de dívida emitidos	-	(282.570)	(282.570)	-	(247.729)	(247.729)
Passivos de locação	-	(429)	(429)	-	(425)	(425)
Outros	-	(493)	(493)	-	(733)	(733)
	<u>3.028.085</u>	<u>(1.658.047)</u>	<u>1.370.038</u>	<u>3.389.704</u>	<u>(1.815.089)</u>	<u>1.574.615</u>

24. RECEITAS DE DIVIDENDOS

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	2025	2024
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	2.522	4.276
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	4.681	3.934
VISA	38	12
	<u>7.241</u>	<u>8.222</u>

25. RECEITAS E DESPESAS DE TAXAS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2025	2024
Receitas de taxas e comissões		
Valores mobiliários	18.816	16.026
Serviços financeiros às empresas	2.670	3.360
Gestão de ativos	1.907	1.713
Custódia	5.876	6.129
Serviços de pagamento		
Contas correntes	108.731	108.980
Cartões de crédito	22.681	21.599
Cartões de débito e outros pagamentos com cartão	96.297	93.419
Transferências e outras ordens de pagamento	18.185	21.328
Outras receitas de taxas e comissões relacionadas com serviços de pagamento	2.957	1.139
Recursos de clientes distribuídos, mas não geridos		
Investimento coletivo	37.088	34.306
Produtos de seguros (Nota 32)	143.097	134.978
Instrumentos financeiros estruturados	11.870	16.534
Compromissos de empréstimo concedidos	8.851	8.042
Garantias financeiras concedidas	6.765	4.628
Empréstimos concedidos	53.723	41.546
Outras receitas com taxas e comissões	19.055	24.001
	558.569	537.728
Despesas com taxas e comissões		
Valores mobiliários	(7.659)	(8.125)
Serviços de pagamento	(44.984)	(51.365)
Garantias financeiras recebidas	(3.873)	(4.403)
Outras despesas com taxas e comissões	(17.731)	(21.659)
	(74.247)	(85.552)

26. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2025	2024
Ganhos ou perdas com o desconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	(49)	332
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado - Títulos de dívida emitidos	(49)	332
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido	15.169	1.829
Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	2.328	276
Instrumentos de capital próprio (Nota 7)	2.328	276
Ganhos ou perdas da contabilidade de cobertura, valor líquido	-	-
Derivados de cobertura	(46.043)	(89.079)
Elemento coberto	46.043	89.079
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	20.376	18.751

27. GANHOS OU PERDAS COM O DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Ganhos em propriedades de investimento	587	557
Perdas em propriedades de investimento	(1.055)	(460)
Ganhos em outro equipamento	117	138
Perdas em outro equipamento	(198)	(391)
	<u>(549)</u>	<u>(156)</u>

28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2025	2024
Outras receitas operacionais		
Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.148	1.926
Rendas auferidas - Novimovest (Nota 11)	7.252	7.637
Variação de justo valor das propriedades de investimento (Nota 11)	1.773	1.853
Outras	3.398	5.479
	<u>14.571</u>	<u>16.895</u>
Outras despesas operacionais		
Variação de justo valor das propriedades de investimento (Nota 11)	186	(2.826)
Encargos com clientes	(3.118)	(3.637)
Outras	(4.199)	(2.747)
	<u>(7.131)</u>	<u>(9.210)</u>

Na subrubrica "Outras despesas operacionais - Encargos com clientes" são registados os gastos com fraude interna e externa.

29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Despesas com pessoal

	2025	2024
Salários e vencimentos		
Órgãos de direção e fiscalização	8.370	8.668
Empregados	189.468	182.819
Remunerações variáveis	33.555	34.866
	<u>231.393</u>	<u>226.353</u>
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos obrigatórios	51.984	50.625
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 33)	3.586	3.048
Encargos com reformas antecipadas e indemnizações	2.832	-
Outros	905	896
	<u>59.307</u>	<u>54.569</u>
Outros gastos com o pessoal		
Transferências de pessoal	1.080	1.106
Plano complementar de reforma (Nota 33)	421	399
Outros	10.188	9.022
	<u>11.689</u>	<u>10.527</u>
	<u>302.389</u>	<u>291.449</u>

Outras despesas administrativas

	2025	2024
Serviços especializados	59.931	66.206
Manutenção de software e equipamento informático	83.893	91.241
Fornecimentos externos	7.850	8.361
Publicidade e edição de publicações	6.220	6.886
Comunicações	4.725	4.673
Deslocações, estadas e representações	4.403	4.417
Conservação e reparação	3.379	3.300
Seguros	1.907	1.966
Outras operações de locação (leasings de curto prazo e baixo valor)	1.618	1.828
Outros	6.817	6.507
	<u>180.743</u>	<u>195.385</u>

Sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários remunerados à sociedade de revisores oficiais de contas e respetivas empresas da mesma rede nos exercícios de 2025 e 2024, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado, foram os seguintes:

	2025			2024		
	Banco	Grupo	Total	Banco	Grupo	Total
Auditoria e revisão legal das contas	2.458	26	2.484	2.293	31	2.324
Outros serviços de garantia de fiabilidade	741	-	741	802	15	817
Serviços de consultoria fiscal	-	-	-	-	-	-
Outros serviços	1.207	-	1.207	1.270	-	1.270
	<u>4.406</u>	<u>26</u>	<u>4.432</u>	<u>4.365</u>	<u>46</u>	<u>4.411</u>

A rubrica de Outros serviços de garantia de fiabilidade inclui os honorários relativos aos seguintes serviços:

- Avaliação da imparidade da carteira de crédito, de acordo com o requerido pela Instrução nº 5/2013 do Banco de Portugal;
- Revisão limitada à informação financeira trimestral (1º e 3º trimestres de 2025 e de 2024) preparada para efeitos da consolidação do Banco Santander, S.A.;
- Revisão dos procedimentos de salvaguarda de bens de clientes, de acordo com o requerido pelo Artigo 304.º – C do Código dos Valores Mobiliários;
- Verificação da informação relativa a operações de política monetária, de acordo com o requerido no artigo 101º A da Instrução n.º 3/2015 do Banco de Portugal;
- Procedimentos de validação do relatório anual de fluxos financeiros para efeitos da certificação do IFRRU 2020; e
- Verificação de um conjunto de indicadores incluídos no Relatório de Banca Responsável.

A rubrica de Outros serviços inclui os honorários relativos aos seguintes serviços:

- Emissão de *comfort letter* para a atualização dos prospets sobre o programa de obrigações cobertas;
- Acesso à base de dados Inforfisco contendo informação sobre legislação fiscal, doutrinas e decisões de tribunais;
- Procedimentos acordados sobre a informação dos créditos incluídos em operações de titularização;
- Procedimentos acordados sobre o reporte *ex-ante* ao Fundo Único de Resolução;
- Verificação de um conjunto de indicadores de sustentabilidade;
- Análise da implementação de medidas no âmbito do sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo;
- Auditoria especial à qualidade dos dados; e
- Análise à implementação dos planos de ação definidos pelo Banco em resposta às situações identificadas na Auditoria especial à qualidade dos dados.

30. CONTRIBUIÇÕES EM NUMERÁRIO PARA FUNDOS DE RESOLUÇÃO E SISTEMAS DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Contribuições para Fundos de Resolução		
Fundo de Resolução Nacional	10.858	6.932
Fundo Único de Resolução (Nota 22)	-	312
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 22)	149	151
Outros	407	594
	<u>11.414</u>	<u>7.989</u>

O Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o Fundo de Resolução Nacional, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso n.º 1/2013 e as Instruções n.º 6/2013 e n.º 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução.

As instituições participantes no Fundo de Resolução Nacional devem entregar a este Fundo, até ao último dia do mês de abril, uma contribuição periódica adicional, nos termos do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 14º da Lei nº 23-A/2015, de 26 de março.

31. LUCROS OU PREJUÍZOS COM ATIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS PARA ALIENAÇÃO CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA NÃO ELEGÍVEIS COMO UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025			2024		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Em ativos recebidos em dação	3.530	(2.634)	896	6.437	(1.664)	4.773
Em outros ativos não financeiros	7.210	(7.312)	(102)	3.898	(5.854)	(1.956)
	<u>10.740</u>	<u>(9.946)</u>	<u>794</u>	<u>10.335</u>	<u>(7.518)</u>	<u>2.817</u>

32. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os rendimentos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões faturadas pela comercialização de seguros de vida e de não vida, registados na rubrica "Receitas de taxas e comissões" tal como segue:

	2025			2024		
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total
	(Nota 25)			(Nota 25)		
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	35.430	-	35.430	35.895	-	35.895
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	54.894	-	54.894	50.528	-	50.528
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	-	50.028	50.028	-	46.063	46.063
Outros	98	2.647	2.745	249	2.243	2.492
	<u>90.422</u>	<u>52.675</u>	<u>143.097</u>	<u>86.672</u>	<u>48.306</u>	<u>134.978</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a subrubrica “Outros ativos – Rendimentos a receber – Outros serviços prestados” (Nota 13) inclui maioritariamente comissões a receber de seguradoras pela comercialização dos seus seguros de acordo com o seguinte detalhe:

	2025	2024
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	9.003	8.978
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	4.382	4.381
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	4.285	3.994
Outros	6	6
	<u>17.676</u>	<u>17.359</u>

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas e não liquidadas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o último trimestre de 2025 e 2024.

33. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Banco (planos Santander, BAPOP e Banif) relativas a empregados no ativo, pensionistas e aos já reformados, foram efetuados estudos atuariais pela Mercer (Portugal), Limitada. O valor atual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes gastos com serviços correntes, foram apurados com base no método “*Projected Unit Credit*”.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma, cuidados de saúde, subsídio por morte e prémio fim de carreira, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2025	31-12-2024	31-12-2025	31-12-2024
Estimativa das responsabilidades por serviços passados (Nota 13):				
- Pensões				
. Empregados no ativo	180.179	177.984	67.569	66.488
. Pensionistas	90.450	85.089	7.249	7.513
. Reformados e reformados antecipadamente	669.730	697.521	66.673	67.663
	<u>940.359</u>	<u>960.594</u>	<u>141.491</u>	<u>141.664</u>
- Cuidados de saúde (SAMS)	145.269	148.768	9.474	9.312
- Subsídio por morte	4.730	4.914	457	462
- Prémio fim de carreira	7.179	6.983	-	-
	<u>1.097.537</u>	<u>1.121.259</u>	<u>151.422</u>	<u>151.438</u>
Cobertura das responsabilidades (Nota 13)				
- Valor patrimonial do Fundo	1.160.586	1.151.632	195.171	191.701
Valor financiado em excesso / (não financiado)	<u>63.049</u>	<u>30.373</u>	<u>43.749</u>	<u>40.263</u>
Desvios atuariais e financeiros gerados no ano				
- Alteração de pressupostos	(8.968)	28.411	(2.559)	2.431
- Ajustamentos de experiência:				
. Outros (Ganhos)/ Perdas atuariais	13.784	28.113	1.800	811
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	(80)	(33.556)	(1.304)	(6.325)
	<u>13.704</u>	<u>(5.443)</u>	<u>496</u>	<u>(5.514)</u>
	<u>4.736</u>	<u>22.968</u>	<u>(2.063)</u>	<u>(3.083)</u>

Em 5 de julho de 2023, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões autorizou a extinção por transferência do fundo de pensões do Banif e a alteração do contrato constitutivo do fundo de pensões do Santander. Neste sentido, em 31 de outubro de 2023 produziu-se a fusão do fundo de pensões do Banif no fundo de pensões do Santander.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma foram os seguintes:

	2025	2024
Tábua de mortalidade		
Feminina	TV 99/01 ⁽⁻²⁾	TV 99/01 ⁽⁻²⁾
Masculina	TV 88/90 ⁽⁻¹⁾	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	4,00%	3,50%
Taxa de crescimento salarial		
Ano 2025	-	2,50%
Ano 2026	2,00%	2,00%
Após 2026	1,00%	0,75%
Taxa de crescimento das pensões		
Ano 2025	-	2,50%
Ano 2026	1,75%	1,75%
Após 2026	0,75%	0,50%
Taxa anual de revalorização dos salários da segurança social	0,75%	-
Nº 1 do artigo 27º	-	0,45%
Nº 2 do artigo 27º	-	0,55%

O Decreto-Lei nº 167-E/2013, de 31 de dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social, deixando contudo de ser aplicável o fator de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios de 2025 e 2024, pode ser detalhado como se segue:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2025	31-12-2024	31-12-2025	31-12-2024
Responsabilidades no início do exercício (Nota 13)	1.121.259	1.089.386	151.438	147.425
Gasto dos serviços correntes	1.888	1.524	492	417
Gasto dos juros	37.647	36.548	4.113	3.976
(Ganhos)/perdas atuariais	4.816	56.524	(759)	3.242
Reformas antecipadas	7.288	11.931	1.385	2.035
Valores pagos	(77.796)	(77.099)	(5.765)	(6.170)
Contribuições dos empregados	2.435	2.445	518	513
Responsabilidades no fim do exercício (Nota 13)	1.097.537	1.121.259	151.422	151.438

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os planos estimados dos pagamentos para os próximos dez anos, analisam-se como segue:

Ano	Santander		BAPOP	
	31-12-2025	31-12-2024	31-12-2025	31-12-2024
2026	77.125	77.706	5.896	5.727
2027	74.543	75.824	5.846	5.748
2028	72.629	72.683	5.790	5.652
2029	70.326	70.364	5.870	5.581
2030	69.103	67.842	5.741	5.616
2031	67.937	66.280	5.563	5.498
2032	67.517	64.942	5.773	5.304
2033	67.245	64.416	5.923	5.465
2034	65.524	63.851	6.263	5.620
2035	64.153	61.980	6.450	5.860
	696.102	685.888	59.115	56.071

O gasto do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o juro líquido. Nos exercícios de 2025 e 2024, os gastos com pensões têm a seguinte composição (Nota 29):

	2025	2024
Gasto dos serviços correntes	2.380	1.941
Gasto dos juros	41.760	40.524
Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	(41.760)	(40.524)
Plano de benefício definido	2.380	1.941
Plano de contribuição definida	1.196	1.094
Plano da Sucursal de Londres	10	13
	3.586	3.048

Os colaboradores admitidos no Banco após 1 de janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o Banco transfere a sua contribuição, com exceção do Banif que detém um Fundo de contribuição definida.

Em 2025 o Banco espera efetuar uma contribuição de 6.353 milhares de euros para o plano de benefício definido do Santander e BAPOP.

Os crescimentos de salários e pensões estimados foram determinados tendo presente o rácio histórico entre a inflação e o crescimento da tabela ACT.

A duração média das responsabilidades com pensões dos colaboradores do Santander e BAPOP é de 11 anos, incluindo ativos e reformados.

O movimento ocorrido nos desvios atuariais nos exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2025	31-12-2024	31-12-2025	31-12-2024
Desvios no início do exercício	750.690	727.722	(27.960)	(24.877)
(Ganhos)/perdas atuariais	4.816	56.524	(759)	3.242
(Ganhos)/perdas financeiras	(80)	(33.556)	(1.304)	(6.325)
Desvios no final do exercício	755.426	750.690	(30.023)	(27.960)

O Fundo de Pensões do Santander foi gerido até 30 de novembro de 2025 pela Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., após essa data passou a ser gerido juntamente com o Fundo de Pensões do BAPOP pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A..

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o número de participantes dos planos era o seguinte:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2025	31-12-2024	31-12-2025	31-12-2024
Empregados no ativo				
Plano de benefício definido	3.057	3.109	598	607
Plano de contribuição definida	1.437	1.309	80	82
Pensionistas	1.612	1.551	33	33
Reformados e reformados antecipadamente	6.554	6.626	243	235
	12.660	12.595	954	957

As principais alterações demográficas ocorridas nos exercícios de 2025 e 2024, foram as seguintes:

	Ativos							
	Plano de contribuição definida		Plano de benefício definido		Reformados e reformados antecipadamente		Pensionistas	
	Santander	Bapop	Santander	Bapop	Santander	Bapop	Santander	Bapop
Número total em 31 de dezembro de 2023	1.210	87	3.217	626	6.687	224	1.508	31
Saídas:								
. De ativos	(78)	(5)	(35)	(10)	-	-	-	-
. Por mortalidade	(2)	-	(5)	(1)	(165)	(1)	(58)	-
. Outros	-	-	-	-	-	-	(6)	(1)
Transferências	(4)	-	(77)	(9)	(244)	(3)	-	-
Entradas	183	-	9	1	348	15	107	3
Número total em 31 de dezembro de 2024	1.309	82	3.109	607	6.626	235	1.551	33
Saídas:								
. De ativos	(76)	(2)	(22)	(11)	-	-	-	-
. Por mortalidade	-	-	(4)	-	(165)	(1)	(60)	-
. Outros	-	-	(5)	-	-	-	(6)	(1)
Transferências	(4)	-	(53)	(6)	(196)	(4)	-	-
Entradas	208	-	32	8	289	13	127	1
Número total em 31 de dezembro de 2025	1.437	80	3.057	598	6.554	243	1.612	33

O movimento ocorrido nos Fundos de Pensões do Banco durante os exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2025	31-12-2024	31-12-2025	31-12-2024
Valor do Fundo no início do exercício (Nota 13)	1.151.632	1.130.449	191.701	186.351
Contribuições do Banco (monetárias)	46.588	25.733	3.300	706
Contribuições dos empregados	2.435	2.445	518	513
Rendimento líquido do Fundo				
Rendimento dos ativos apurados com a taxa de desconto	37.647	36.548	4.113	3.976
Rendimento do Fundo acima/(abaixo) da taxa de desconto	80	33.556	1.304	6.325
Valores pagos	(77.796)	(77.099)	(5.765)	(6.170)
Valor do Fundo no final do exercício (Nota 13)	1.160.586	1.151.632	195.171	191.701

As taxas de rendimento dos Fundos de Pensões ascenderam em 2025 a 3,39% no Santander e 3,61% no BAPOP e em 2024 a 6,45% no Santander e 6,21% no BAPOP.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões prevê que a carteira de ativos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rendibilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente ações, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expetativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de ativos</u>	<u>Intervalos previstos</u>
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Ações	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
Commodities	0% a 5%

O Fundo de Pensões do Santander e do BAPOP, foram classificados como Artigo 8 do Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis (SFDR), desde 2023.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição dos Fundos de Pensões era como segue:

	Santander		BAPOP	
	31-12-2025	31-12-2024	31-12-2025	31-12-2024
Titulos de dívida:				
. Rating A	12.523	9.978	25.454	5.511
. Rating AA	56.360	58.400	11.520	19.545
. Rating AAA	65.728	56.840	19.079	21.058
. Rating BBB	144.404	189.711	47.089	53.033
. Rating BB	14.595	14.579	3.616	2.714
. Rating B	886	857	-	214
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	9.024	13.170	-	-
Papel comercial	-	-	-	7.021
Fundos de Investimento Imobiliário	43.219	52.313	300	335
Fundos de Investimento Mobiliário	713.205	671.842	76.375	75.921
Depósitos	49.724	42.079	12.190	6.784
Imóveis				
. Espaços comerciais	34.131	31.152	-	-
. Terrenos	1.350	1.350	-	-
Instrumentos de capital:				
. Ações portuguesas – não cotadas	952	693	-	-
. Ações estrangeiras – cotadas	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	(160)	400	(5)	67
Outros	14.645	8.268	(447)	(502)
	<u>1.160.586</u>	<u>1.151.632</u>	<u>195.171</u>	<u>191.701</u>

A metodologia de apuramento do justo valor dos ativos e passivos acima referidos (com exceção dos depósitos e outros) adotada pelas Sociedades Gestoras, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 36), foi como segue:

	31-12-2025				31-12-2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Titulos de dívida	401.254	-	9.024	410.278	432.440	-	13.170	445.610
Papel Comercial	-	-	-	-	7.021	-	-	7.021
Fundos de investimento	789.580	-	43.519	833.099	747.763	-	52.648	800.411
Instrumentos de capital	-	-	952	952	-	-	693	693
Instrumentos financeiros derivados	(165)	-	-	(165)	467	-	-	467
Imóveis	-	-	35.481	35.481	-	-	32.502	32.502
Outros	-	-	76.112	76.112	-	-	56.629	56.629
	<u>1.190.669</u>	<u>-</u>	<u>165.088</u>	<u>1.355.757</u>	<u>1.187.691</u>	<u>-</u>	<u>155.642</u>	<u>1.343.333</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a carteira dos Fundos de Pensões incluía os seguintes ativos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	31-12-2025	31-12-2024
Imóveis arrendados	17.589	13.855
Titulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	130.692	134.452
	<u>148.281</u>	<u>148.307</u>

Em 2010 foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a diretivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de 4.430 milhares de euros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o prémio pago pelo Banco ascendeu a 421 milhares de euros e 399 milhares de euros, respetivamente (Nota 29).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verifiquem. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 euros.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco foram os seguintes:

	31-12-2025	31-12-2024
	100% S3NMA_Light/ 100% S3NFA_Light	100% S3NMA_Light/ 100% S3NFA_Light
Tábua de mortalidade		
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	5,6%	5,5%
Taxa de crescimento salarial	2,8%	3,1%
Taxa de crescimento das pensões	2,1%	2,1%
Taxa de inflação	2,8%	3,1%

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2025	31-12-2024
Estimativa das responsabilidades por serviços passados (Nota 13)	27.909	29.356
Cobertura das responsabilidades (Nota 13)	30.536	32.680
Valor financiado em excesso / (não financiado)	2.627	3.324

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios de 2025 e 2024, pode ser detalhado como se segue:

	31-12-2025	31-12-2024
Responsabilidades no início do exercício (Nota 13)	29.356	31.175
Gasto dos serviços correntes	10	13
Gasto dos juros	1.494	1.440
(Ganhos)/perdas atuariais	(1.458)	(1.880)
Valores pagos	(1.493)	(1.392)
Responsabilidades no fim do exercício (Nota 13)	27.909	29.356

O movimento ocorrido no Fundo nos exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	31-12-2025	31-12-2024
Valor patrimonial no início do exercício (Nota 13)	32.680	32.815
Rendimento líquido do fundo:		
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	1.494	1.440
. Rendimento do Fundo acima/(abaixo) da taxa de desconto	(2.153)	(1.426)
Contribuição do Banco	9	1.243
Valores pagos	(1.494)	(1.392)
Valor patrimonial no fim do exercício (Nota 13)	30.536	32.680

O movimento ocorrido nos desvios atuariais nos exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	31-12-2025	31-12-2024
Desvios no início do exercício (Nota 19)	6.464	6.919
(Ganhos)/perdas atuariais	(1.458)	(1.880)
Ganhos/(perdas) financeiras	2.153	1.425
Desvios no final do exercício (Nota 19)	7.159	6.464

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes ativos:

	31-12-2025	31-12-2024
Títulos de dívida	6.738	6.757
Instrumentos de capital	6.876	9.153
Outros	16.922	16.770
Valor do Fundo	30.536	32.680

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- **Risco de investimento** – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- **Risco de taxa de juro** – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- **Risco de longevidade** – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- **Risco de salário** – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, uma análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada a esta data conduziria aos seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados do Santander e BAPOP:

	2025		2024	
	(Redução)/ Acréscimo		(Redução)/ Acréscimo	
	em %	em valor	em %	em valor
Alteração da taxa de desconto:				
. Acréscimo de 0,5%	(5,1%)	(64.099)	(5,2%)	(66.797)
. Redução de 0,5%	5,6%	70.529	5,8%	73.709
Alteração da taxa de crescimento salarial:				
. Acréscimo de 0,5%	2,7%	33.799	2,7%	34.232
. Redução de 0,5%	(2,2%)	(28.069)	(2,2%)	(28.501)
Alteração da taxa de crescimento das pensões:				
. Acréscimo de 0,5%	6,5%	81.666	6,7%	85.388
. Redução de 0,5%	(6,0%)	(74.739)	(6,1%)	(78.011)
Alteração da tabela de mortalidade:				
. Mais dois anos	(5,4%)	(68.041)	(5,5%)	(69.653)
. Menos dois anos	5,4%	66.995	5,4%	68.664

As análises de sensibilidade acima apresentadas poderão não ser representativas das alterações que possam vir a ocorrer no futuro no plano de benefício definido em virtude de estarem a ser consideradas isoladamente e algumas delas estarem correlacionadas.

34. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Atlantes Mortgage nº 3

Operação concretizada em outubro de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage nº 3 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração.

Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	558.600	93.528	AAA	AAA	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,2%
Classe B	41.400	13.413	NR	NR	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,5%
	600.000	106.941				
Classe C	57.668	33.477	NR	NR	agosto de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	657.668	140.418				

Hipototta 13

Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma titularização no montante de 2.200.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	DBRS	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	1.716.000	232.368	AA (sf)	A+ (sf)	outubro 2072	Euribor 3 m + 0,6%
Classe B	484.000	484.000	NR	NR	outubro 2072	Euribor 3 m + 1%
	2.200.000	716.368				
Classe C	66.000	33.000	NR	NR	outubro 2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	2.266.000	749.368				
VFN	0,001	0,001	NR	NR	outubro 2072	Sem remuneração

Hipototta 14

Em julho de 2025 o Banco concretizou uma titularização no montante de 2.121.400 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 14 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	DBRS	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	1.591.200	1.534.418	AAA	AA+	outubro 2079	Euribor 3 m + 0,8%
Classe B	530.200	530.200	NR	NR	outubro 2079	Euribor 3 m + 1,5%
	2.121.400	2.064.618				
Classe C	42.400	42.400	NR	NR	outubro 2079	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	2.163.800	2.107.018				

Consumer Totta 1

Em setembro de 2022 o Banco concretizou uma titularização no montante de 650.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos ao consumo da carteira que se encontra em modelos avançados para efeitos de rácio de capital do Banco. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Consumer Totta 1 classe A a F e X com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade colocadas em mercado com exceção da classe X (*excess spread*) que foi adquirida pelo Banco. Esta operação teve um período de *revolving* de um ano e para efeitos de capital esta operação apresenta uma transferência significativa de risco.

Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e a Gamma STC e entre o Banco e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	Moody's	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	520.000	160.314	Aa2	AA+(sf)	junho 2033	3mth Euribor + 0,80%
Classe B	25.000	7.707	A3(sf)	AA+(sf)	junho 2033	3mth Euribor + 1,10%
Classe C	40.000	12.332	Baa3	A+(sf)	junho 2033	3mth Euribor +2%
Classe D	25.000	7.707	Ba2	BBB (sf)	junho 2033	3mth Euribor + 8%
Classe E	40.000	12.332	NR	NR	junho 2033	3mth Euribor + 11,85%
Classe F	6.500	0	NR	NR	junho 2033	3mth Euribor + 12,5%
	656.500	200.392				
Classe X	9.430	1	NR	NR	junho 2033	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	665.930	200.393				

Consumer Totta 2

Em setembro de 2024 o Banco concretizou uma segunda titularização no montante de 400.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos ao consumo da carteira que se encontra em modelos avançados para efeitos de rácio de capital do Banco. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Consumer Totta 2 classe A a F, e classe R e X com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade colocadas em mercado com exceção das classes R e X (*excess spread*) que foram adquiridas pelo Banco. Esta operação teve um período de *revolving* de 5 meses e para efeitos de capital esta operação apresenta uma transferência significativa de risco.

Foram igualmente celebrados "Swap Agreements" entre o Grupo Santander e a Gamma STC e entre o Banco e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	Moody's	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	320.000	233.347	Aaa	AA-	fevereiro 2034	3mth Euribor + 0,90%
Classe B	15.400	11.230	Aa2	A	fevereiro 2034	3mth Euribor + 1,30%
Classe C	24.600	17.939	Baa1	BBB	fevereiro 2034	3mth Euribor + 1,90%
Classe D	15.400	11.230	Ba1	BB	fevereiro 2034	3mth Euribor + 3,40%
Classe E	24.600	17.939	NR	NR	fevereiro 2034	3mth Euribor + 5,35%
Classe F	4.000	2.000	NR	NR	fevereiro 2034	3mth Euribor + 5,85%
	404.000	293.685				
Classe R	0,001	0,001	NR	NR	fevereiro 2034	Taxa fixa
Classe X	1	1	NR	NR	fevereiro 2034	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	404.001	293.686				

Consumer Totta 3

Em outubro de 2025 o Banco concretizou uma terceira titularização no montante de 419.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos ao consumo da carteira que se encontra em modelos avançados para efeitos de rácio de capital do Banco. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Consumer Totta 3 classe A a F, e classe R e X com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade colocadas em mercado com exceção das classes R e X (*excess spread*) que foram adquiridas pelo Banco. Para efeitos de capital esta operação apresenta uma transferência significativa de risco.

Foram igualmente celebrados “Swap Agreements” entre o Grupo Santander e a Gamma STC e entre o Banco e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Atual	Moody's	Fitch		Até ao reembolso antecipado
Classe A	347.800	347.800	Aaa	AA+	outubro 2035	3mth Euribor + 0,75%
Classe B	27.200	27.200	A1	A	outubro 2035	3mth Euribor + 1,20%
Classe C	20.900	20.900	Baa2	BBB	outubro 2035	3mth Euribor + 1,50%
Classe D	14.700	14.700	Ba1	BBB-	outubro 2035	3mth Euribor + 2,65%
Classe E	8.400	8.400	Ba2	BB	outubro 2035	3mth Euribor + 3,30%
Classe F	4.200	4.200	B2	BB+	outubro 2035	3mth Euribor + 3,18%
	423.200	423.200				
Classe R	0,001	0,001	NR	NR	outubro 2035	3mth Euribor + 4%
Classe X	1	1	NR	NR	outubro 2035	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	423.201	423.201				

Durante o exercício de 2024 foram terminadas antecipadamente as operações Hipototta nº 4 e Hipototta nº 5. Em consequência, o Banco recomprou os créditos aos Fundos Hipototta FTC, tendo estes fundos sido subsequentemente liquidados. Os Hipotottas (nº4 e nº 5) PLC receberam o reembolso das unidades de titularização dos Fundos Hipototta FTC e liquidaram as obrigações emitidas.

Durante o exercício de 2025 foram terminadas antecipadamente as operações Atlantes Mortgage nº 2 e nº 4.

35. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no exercício de 2025 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, direta ou indiretamente, controlam o Banco	
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que direta ou indiretamente se encontram sob controlo comum pelo Banco	
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
AHLC - Promoção Imobiliária, Lda.	Portugal
Carmine D - Services, Unipessoal Lda.	Portugal
CCPT - ComprarCasa, Rede Serviços Imobiliários, S.A.	Portugal
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Mapfre Santander Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Santander Asset Management - SGOIC, S.A.	Portugal
Santander Consumer Services, S.A.	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Santander Consumer Bank AG	Alemanha
Santander Bank, National Association	Estados Unidos
Banco Santander (Brasil) S.A.	Brasil
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	Espanha
Getnet Europe, Entidad de Pago, S.L. Unipersonal	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas, S.L.	Espanha
Open Digital Services, S.L.	Espanha
PagoNxt Trade Services, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, S.A.	Espanha
Santander Back-Offices Globales Mayoristas, S.A.	Espanha
Santander Consumer Finance, S.A.	Espanha
Santander Facility Management España, S.L.	Espanha
Santander Global Services, S.L. Unipersonal	Espanha
Santander Global Technology and Operations, S.L. Unipersonal	Espanha
Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L.	Espanha
Santander Insurance, S.L.	Espanha
Santander Private Real Estate Advisory, S.A.	Espanha
Unión de Créditos Inmobiliarios, S.A., EFC	Espanha
Banco Santander México, S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México	México
Santander Bank Polska S.A.	Polónia
Santander Financial Services plc	Reino Unido
Banco Santander International SA	Suíça

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no exercício de 2024 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, direta ou indiretamente, controlam o Banco	
Santander Totta, SGPS, S.A.	Portugal
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que direta ou indiretamente se encontram sob controlo comum pelo Banco	
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Carmine D - Services, Unipessoal Lda.	Portugal
CCPT - ComprarCasa, Rede Serviços Imobiliários, S.A.	Portugal
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Mapfre Santander Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Santander Asset Management - SGOIC, S.A.	Portugal
Santander Consumer Services, S.A.	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Santander Consumer Bank AG	Alemanha
Santander Bank, National Association	Estados Unidos
Banco Santander (Brasil) S.A.	Brasil
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	Espanha
Getnet Europe, Entidad de Pago, S.L. Unipersonal	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas, S.L.	Espanha
Open Bank, S.A.	Espanha
PagoNxt Trade Services, S.L.	Espanha
Retama Real Estate, S.A.	Espanha
Santander Back-Offices Globales Mayoristas, S.A.	Espanha
Santander Consumer Finance, S.A.	Espanha
Santander Global Services, S.L. Unipersonal	Espanha
Santander Global Technology and Operations, S.L. Unipersonal	Espanha
Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L.	Espanha
Santander Insurance, S.L.	Espanha
Santander Private Real Estate Advisory, S.A.	Espanha
Unión de Créditos Inmobiliarios, S.A., EFC	Espanha
Caceis Bank	França
Banco Santander México, S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander México	México
Santander Bank Polska S.A.	Polónia
Santander Financial Services plc	Reino Unido
Banco Santander International S.A.	Suíça

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e as transações mantidas nos exercícios de 2025 e 2024, com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2025	
	Empresas que direta ou indiretamente controlam o Banco	Empresas que direta ou indiretamente se encontram sobre controlo comum pelo Banco
Ativos:		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	44.322	2.064
Ativos financeiros detidos para negociação	647.647	-
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	133
Ativos financeiros pelo custo amortizado	17.653	8.084
Derivados - contabilidade de cobertura	20.380	-
Ativos intangíveis	-	2.407
Outros ativos	14	17.939
Passivos:		
Passivos financeiros detidos para negociação	663.552	6.814
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Depósitos - Instituições de crédito	140.489	26.169
Depósitos - Clientes	-	399.827
Títulos de dívida emitidos	1.858.635	197.518
Outros Passivos Financeiros	10	4.981
Derivados - contabilidade de cobertura	4.985	-
Outros passivos	-	2.683
Demonstração de Resultados:		
Receitas de juros	850.570	4.177
Despesas com juros	870.717	11.231
Receitas de taxas e comissões	2.664	146.940
Despesas com taxas e comissões	3.263	938
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido	(10.139)	(2.737)
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	(4.944)	-
Outras receitas operacionais	1	5
Despesas administrativas	11.314	52.872
Depreciação	-	2.036
Extrapatrimoniais:		
Garantias financeiras concedidas	37.543	705
Compromissos de empréstimos concedidos	119.269	32.935
Outros compromissos concedidos	126.592	3.621
Compromissos de empréstimos recebidos	-	116.300
Operações cambiais e instrumentos derivados	30.515.428	101.698
Responsabilidades por prestação de serviços	412.795	3.969.006
Recursos de clientes distribuídos, mas não geridos	-	7.592.649

	31-12-2024	
	Empresas que direta ou indiretamente controlam o Banco	Empresas que direta ou indiretamente se encontram sobre controlo comum pelo Banco
Ativos:		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	97.440	5.702
Ativos financeiros detidos para negociação	1.480.660	146
Ativos financeiros pelo custo amortizado	35.501	36.329
Derivados - contabilidade de cobertura	46.529	-
Ativos intangíveis	-	4.000
Outros ativos	13	17.584
Passivos:		
Passivos financeiros detidos para negociação	1.484.263	28.413
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Depósitos - Instituições de crédito	196.358	25.764
Depósitos - Clientes	912.480	359.308
Títulos de dívida emitidos	1.000.583	201.768
Outros Passivos Financeiros	-	11.792
Derivados - contabilidade de cobertura	8.073	-
Passivos por impostos	418.619	-
Outros passivos	1.788	1.088
Demonstração de Resultados:		
Receitas de juros	893.256	661
Despesas com juros	880.655	14.509
Receitas de taxas e comissões	2.219	138.715
Despesas com taxas e comissões	3.599	1.282
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido	(60.949)	(3.800)
Diferenças cambiais ganhos ou perdas, valor líquido	3.607	-
Outras receitas operacionais	1	149
Despesas administrativas	11.386	49.626
Depreciação	-	1.085
Extrapatrimoniais:		
Garantias financeiras concedidas	19.365	705
Compromissos de empréstimos concedidos	119.269	4.488
Outros compromissos concedidos	123.780	16.209
Compromissos de empréstimos recebidos	-	116.300
Operações cambiais e instrumentos derivados	30.409.260	250.543
Responsabilidades por prestação de serviços	3.152.699	9.498.862
Recursos de clientes distribuídos, mas não geridos	-	6.965.345

As transações realizadas com entidades relacionadas são decorrentes do negócio normal e realizadas em condições de mercado.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros do Conselho de Administração do Banco, ascenderam a 418 milhares de euros e 456 milhares de euros, respetivamente. Os depósitos dos membros do Conselho de Administração foram atribuídos em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as remunerações fixas e variáveis ascenderam a 8.370 milhares de euros e 8.668 milhares de euros, respetivamente.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao Banco estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. j)).

Em Assembleia Geral de Acionistas do Banco de 30 de maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex-totta que transitaram para membros executivos (Comissão Executiva) do Conselho de Administração do Banco em linha com o previamente definido no regulamento do ex-totta. Os membros do Conselho de Administração, cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, atualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as responsabilidades com este plano ascendiam a 14.309 milhares de euros e 14.992 milhares de euros (Nota 16), respetivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões - Pensões e outras obrigações de benefício definido pós-emprego”.

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do Banco, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

36. **DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13**

JUSTO VALOR

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31-12-2025			
	Justo valor	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	1.773.872	1.773.872	1.773.819
Ativos financeiros detidos para negociação	726.916	-	726.916	726.916
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	12.238	-	12.238	12.238
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.743.748	-	3.743.748	3.743.748
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	51.429.678	51.429.678	50.998.901
Derivados - Contabilidade de cobertura	83.859	-	83.859	83.859
	<u>4.566.761</u>	<u>53.203.550</u>	<u>57.770.311</u>	<u>57.339.481</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	717.902	-	717.902	717.902
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	44.937.196	44.937.196	44.933.487
Títulos de dívida emitidos	-	7.868.936	7.868.936	7.943.434
Outros passivos financeiros	-	274.203	274.203	274.203
Derivados - Contabilidade de cobertura	4.986	-	4.986	4.986
	<u>722.888</u>	<u>53.080.335</u>	<u>53.803.223</u>	<u>53.874.012</u>
	31-12-2024			
	Justo valor	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	1.997.910	1.997.910	1.997.835
Ativos financeiros detidos para negociação	1.549.696	-	1.549.696	1.549.696
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	17.086	-	17.086	17.086
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.838.285	-	3.838.285	3.838.285
Ativos financeiros pelo custo amortizado	-	47.612.537	47.612.537	47.721.271
Derivados - Contabilidade de cobertura	144.673	-	144.673	144.673
	<u>5.549.740</u>	<u>49.610.447</u>	<u>55.160.187</u>	<u>55.268.846</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	1.557.421	-	1.557.421	1.557.421
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	42.712.966	42.712.966	42.709.151
Títulos de dívida emitidos	-	6.175.748	6.175.748	6.191.990
Outros passivos financeiros	-	297.672	297.672	297.672
Derivados - Contabilidade de cobertura	18.344	-	18.344	18.344
	<u>1.575.765</u>	<u>49.186.386</u>	<u>50.762.151</u>	<u>50.774.578</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

31-12-2025				
Metodologia de apuramento do justo valor				
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
<u>Ativo</u>				
Ativos financeiros detidos para negociação	19.984	704.379	2.553	726.916
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	12.238	12.238
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	152.366	3.435.403	155.979	3.743.748
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	83.859	-	83.859
	<u>172.350</u>	<u>4.223.641</u>	<u>170.770</u>	<u>4.566.761</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	714.145	3.757	717.902
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	4.986	-	4.986
	<u>-</u>	<u>719.131</u>	<u>3.757</u>	<u>722.888</u>
31-12-2024				
Metodologia de apuramento do justo valor				
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
<u>Ativo</u>				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.546.857	2.839	1.549.696
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	17.086	17.086
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	182.204	3.483.823	172.258	3.838.285
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	144.673	-	144.673
	<u>182.204</u>	<u>5.175.353</u>	<u>192.183</u>	<u>5.549.740</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.553.880	3.541	1.557.421
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	18.344	-	18.344
	<u>-</u>	<u>1.572.224</u>	<u>3.541</u>	<u>1.575.765</u>

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados ativos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

31-12-2025				
Metodologia de apuramento do justo valor				
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	1.773.819	-	1.773.819
Ativos financeiros pelo custo amortizado	8.493.871	537.621	41.967.409	50.998.901
	<u>8.493.871</u>	<u>2.311.440</u>	<u>41.967.409</u>	<u>52.772.720</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	5.490.420	39.443.067	44.933.487
Títulos de dívida emitidos	-	4.767.148	3.176.286	7.943.434
Outros passivos financeiros	-	-	274.203	274.203
	<u>-</u>	<u>10.257.568</u>	<u>42.893.556</u>	<u>53.151.124</u>
31-12-2024				
Metodologia de apuramento do justo valor				
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total
<u>Ativo</u>				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	-	1.997.835	-	1.997.835
Ativos financeiros pelo custo amortizado	7.594.544	517.638	39.609.089	47.721.271
	<u>7.594.544</u>	<u>2.515.473</u>	<u>39.609.089</u>	<u>49.719.106</u>
<u>Passivo</u>				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	4.657.667	38.051.484	42.709.151
Títulos de dívida emitidos	-	3.879.872	2.312.118	6.191.990
Outros passivos financeiros	-	-	297.672	297.672
	<u>-</u>	<u>8.537.539</u>	<u>40.661.274</u>	<u>49.198.813</u>

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, os métodos de valorização utilizados consistiram na atualização de fluxos de caixa futuros.

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados ao justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública e alguma dívida privada.

- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados ao justo valor mediante a utilização de preços transacionados em mercado que não estão ativos ou para os quais é necessário utilizar modelos ou técnicas de avaliação com *inputs* que podem ser observados no mercado, quer de forma direta (como os preços) quer indireta (derivadas dos preços). Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral mensurados com bids indicativos de mercado ou com base em modelos de valorização internos e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de *cash flows* futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “*Black-Scholes*” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de atualização de *cash flows* futuros (“método do valor presente”) atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do *spread* de crédito do emitente ou da entidade com *rating* similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
<i>Forwards</i>	Método do valor presente
<i>Swaps</i> de taxa de juro	Método do valor presente
<i>Swaps</i> de divisas	Método do valor presente
<i>Swaps</i> sobre cotações	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
<i>Caps/Floors</i>	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

O Banco procede ao cálculo do “*Credit Value Adjustment*” (CVA) e do “*Debit Value Adjustment*” (DVA) para os derivados detidos para negociação e derivados de cobertura numa ótica de exposição agregada por contraparte. Nesta é simulada a evolução da exposição conjunta de todos os derivados, com determinada contraparte, através de processos estocásticos. Esta evolução é agrupada em prazos temporais que representam as exposições esperadas futuras positivas e negativas (*Positive and Negative Expected Future Exposures*). A estas exposições é aplicado um fator de perda esperada e o fator de desconto do prazo respetivo. O CVA e DVA apurados para cada contraparte resultam então do somatório das perdas esperadas em cada prazo.

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos *Credit Value Adjustments* e dos *Debit Value Adjustments* aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes *inputs*:

- Contrapartes com *credit default swaps* cotados – Cotações publicadas em mercados ativos;
- Contrapartes sem *credit default swaps* cotados:
 - Cotações publicadas em mercados ativos para contrapartes com risco similar; ou
 - Probabilidade de *default* apurada tendo em conta o *rating* interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x *loss given default* (específica para clientes de *project finance* e 60% para outros clientes).
- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado e os derivados efetuados no âmbito das operações de titularização.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os *cash flows* futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira de crédito a clientes, o justo valor do crédito concedido foi determinado tendo em consideração o *spread* médio da produção efetuada no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efetuado o desconto dos *cash flows* futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano; e
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos *cash flows* futuros, foram consideradas taxas de juro de mercado praticadas em emissões semelhantes.

Nos exercícios de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral
Em 31 de dezembro de 2023	24.853	24.627	170.293
Aquisições	-	23	3.055
Alienações	-	-	(1.503)
Reembolsos	-	(7.840)	-
Alterações de justo valor	(22.014)	276	413
Em 31 de dezembro de 2024	2.839	17.086	172.258
Aquisições	-	109	4.085
Alienações	-	-	(6.327)
Reembolsos	-	(7.285)	-
Alterações de justo valor	(286)	2.328	(14.037)
Em 31 de dezembro de 2025	2.553	12.238	155.979

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31-12-2025		31-12-2024	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	2,05%	4,16%	3,09%	4,89%
1 mês	1,97%	4,07%	2,96%	4,77%
3 meses	2,06%	4,02%	2,75%	4,70%
6 meses	2,16%	3,93%	2,62%	4,62%
9 meses	2,16%	3,82%	2,45%	4,55%
1 ano	2,17%	3,73%	2,34%	4,50%
3 anos	2,38%	3,61%	2,19%	4,37%
5 anos	2,58%	3,73%	2,24%	4,35%
7 anos	2,75%	3,89%	2,29%	4,36%
10 anos	2,97%	4,12%	2,36%	4,38%

Contabilidade de cobertura

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os derivativos de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2025					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor						
Ativos financeiros pelo custo amortizado	1.000.347	1.007.229	(21.704)	985.525	1.222.462	14.327
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.366.000	3.515.959	(8.703)	3.507.256	3.366.000	10.660
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Títulos de dívida emitidos	(2.350.000)	(2.399.637)	(7.173)	(2.406.810)	2.350.000	31.007
Cobertura de fluxos de caixa - Ativos financeiros pelo custo amortizado	3.000.000	3.000.000	-	3.000.000	3.000.000	22.879
	5.016.347	5.123.551	(37.580)	5.085.971	9.938.462	78.873

	31-12-2024					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor						
Ativos financeiros pelo custo amortizado	2.001.877	1.906.849	(40.633)	1.866.216	2.285.991	37.155
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.396.000	3.578.091	(10.970)	3.567.121	3.396.000	19.495
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Depósitos - clientes	(136.933)	(137.433)	354	(137.079)	136.833	(33)
Títulos de dívida emitidos	(1.850.000)	(1.882.806)	(33.055)	(1.915.861)	1.850.000	43.638
Cobertura de fluxos de caixa - Ativos financeiros pelo custo amortizado	3.000.000	3.000.000	-	3.000.000	3.000.000	26.074
	6.410.944	6.464.701	(84.304)	6.380.397	10.668.824	126.329

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos *cash flows* que afetarão os resultados do período apresentam o seguinte detalhe:

31-12-2025						
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps taxa de juro	98	(31.218)	53.402	597	-	22.879
31-12-2024						
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps taxa de juro	-	-	(14.238)	40.312	-	26.074

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados nos exercícios de 2025 e 2024, com operações de cobertura de justo valor, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2025			31-12-2024		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Ativos financeiros pelo custo amortizado	17.774	(17.774)	-	80.660	(80.660)	-
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	2.741	(2.741)	-	36.052	(36.052)	-
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Depósitos- clientes	(355)	355	-	(1.757)	1.757	-
Títulos de dívida emitidos	25.883	(25.883)	-	(25.876)	25.876	-
	46.043	(46.043)	-	89.079	(89.079)	-

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de SCAN (*Santander Customer Assessment Note*) vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito e negócios) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transações nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transações abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transações, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efetuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a atualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada. O risco de crédito em posições de derivados é capturado através do apuramento do CVA/DVA.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 euros são efetuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de *rating* desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de *rating* interno, que variam de 1,0 a 9,3, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de *default* a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular.

Em termos concretos o *rating* é determinado pela análise dos seguintes fatores, aos quais são atribuídos uma classificação de 1,0 (mínimo) a 9,3 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

<u>Apartado</u>	<u>Ponderadores</u>
. Procura/Mercado;	20%
. Sócios/Gestão;	15%
. Acesso ao crédito;	10%
. Rentabilidade;	15%
. Geração de fluxos;	25%
. Solvência.	15%

O *rating* é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o setor e bases de dados externas. O *rating* final é introduzido em cada uma das áreas de valoração no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de *rating* interno do Banco pode ser interpretado da seguinte forma:

Rating 1,0 – 3,9: Cliente com probabilidade de *default* elevada;

Rating 4,0 – 4,9: Cliente com probabilidade de *default* moderada;

Rating 5,0 – 9,3: Cliente com probabilidade de *default* reduzida.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição máxima ao risco de crédito e o respetivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2025		31-12-2024	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	1.773.872	1.773.872	1.997.910	1.997.910
Ativos financeiros detidos para negociação	726.916	726.916	1.549.696	1.549.696
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	12.238	12.238	17.086	17.086
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.743.748	3.743.748	3.838.285	3.838.285
Ativos financeiros pelo custo amortizado	51.429.678	59.533.958	47.612.537	54.910.140
Derivados - Contabilidade de cobertura	83.859	83.859	144.673	144.673
	<u>57.770.311</u>	<u>65.874.591</u>	<u>55.160.187</u>	<u>62.457.790</u>
Garantias prestadas (Nota 22)				
Garantias e avales financeiros	591.716	591.716	398.315	398.315
Garantias e avales não financeiros	1.819.163	1.819.163	1.733.053	1.733.053
Créditos documentários abertos	104.175	104.175	252.725	252.725
	<u>2.515.054</u>	<u>2.515.054</u>	<u>2.384.093</u>	<u>2.384.093</u>

A exposição máxima em "Ativos financeiros pelo custo amortizado" é a seguinte:

	31-12-2025	31-12-2024
Valor de balanço	51.429.678	47.612.537
Outros compromissos concedidos (Nota 22):		
Revogáveis	7.398.801	6.421.646
Irrevogáveis	705.479	875.957
Exposição máxima	<u>59.533.958</u>	<u>54.910.140</u>

Perdas por imparidade

O cálculo da *Expected Credit Loss* (ECL) incorpora uma perspetiva *Forward Looking* através da inclusão de cenários macroeconómicos (positivo, base, negativo e climático) nos modelos de PD e LGD aplicando-se a cada cenário determinada probabilidade de ocorrência. Os cenários são atualizados pelo menos uma vez por ano e espelham o comportamento de variáveis macroeconómicas utilizadas nos modelos de stress. As principais projeções macroeconómicas usadas no fecho de 2025 foram as seguintes:

	2025	2026	2027	2028	2029
PIB (var. anual)					
Cenário Base	1.65%	1.85%	1.64%	1.67%	1.67%
Cenário Positivo	1.77%	2.38%	2.12%	2.16%	2.16%
Cenário Negativo	1.31%	-0.32%	-1.72%	-0.69%	1.27%
Cenário Climático	0.89%	1.28%	1.77%	1.70%	1.68%
Desemprego (var. anual)					
Cenário Base	6.45%	6.45%	6.51%	6.57%	6.63%
Cenário Positivo	6.14%	5.91%	5.86%	5.89%	5.94%
Cenário Negativo	6.41%	8.01%	9.42%	9.23%	8.61%
Cenário Climático	6.51%	7.75%	8.66%	8.40%	7.75%
Preços Imobiliários (var. anual)					
Cenário Base	11.92%	4.48%	3.90%	3.75%	3.68%
Cenário Positivo	15.08%	6.80%	5.15%	4.89%	4.83%
Cenário Negativo	14.50%	0.63%	-3.43%	-1.28%	1.26%
Cenário Climático	14.44%	0.61%	-3.59%	-1.38%	1.36%
CPI (var. anual)					
Cenário Base	2.18%	2.07%	2.13%	2.03%	1.96%
Cenário Positivo	2.43%	2.37%	2.38%	2.32%	2.23%
Cenário Negativo	2.36%	2.06%	2.09%	2.04%	1.98%
Cenário Climático	2.35%	2.09%	2.19%	2.19%	2.13%
Obrigações do Tesouro 10a					
Cenário Base	2.77%	2.67%	2.83%	2.94%	3.01%
Cenário Positivo	2.75%	2.64%	2.81%	2.92%	2.98%
Cenário Negativo	2.77%	2.68%	2.86%	2.96%	3.01%
Cenário Climático	2.95%	2.93%	3.09%	3.20%	3.24%

O cenário Base assume que a economia portuguesa continuará a crescer em linha com o seu potencial ao longo do horizonte de projeção, com um crescimento médio do PIB em torno de 1,7%, suportado sobretudo pela procura interna, pela resiliência do mercado de trabalho e pela execução dos fundos europeus, nomeadamente o PRR. A inflação deverá convergir gradualmente para valores próximos do objetivo do BCE, permitindo uma normalização gradual das condições financeiras, ainda que num contexto de taxas de juro relativamente elevadas por um período prolongado. O mercado de trabalho mantém-se robusto, com a taxa de desemprego estabilizada em níveis historicamente baixos, enquanto os preços do imobiliário registam uma desaceleração progressiva após o forte crescimento recente. Este cenário pressupõe ausência de choques adversos significativos e estabilidade financeira, sendo considerado o cenário mais provável.

O cenário Positivo caracteriza-se por um desempenho económico mais favorável, suportado por uma recuperação mais célere da economia europeia, condições financeiras mais benignas e uma execução mais eficiente dos fundos europeus, potenciando ganhos de produtividade. Neste contexto, o crescimento do PIB é superior ao do cenário base, o mercado de trabalho permanece particularmente dinâmico, com a taxa de desemprego a manter-se abaixo de 6%, e a procura interna mostra-se mais robusta. A inflação mantém-se controlada, refletindo ganhos de produtividade que compensam pressões salariais, enquanto o mercado imobiliário apresenta uma evolução equilibrada, com crescimentos moderados dos preços. Este cenário traduz um enquadramento macroeconómico mais favorável, com impactos positivos na qualidade do crédito.

O cenário Negativo incorpora uma materialização de riscos adversos, incluindo um abrandamento mais acentuado da atividade económica na área do euro, aumento da incerteza geopolítica e deterioração da confiança de consumidores e empresas. A economia portuguesa entra num período de estagnação ou contração temporária, com o PIB a registar variações negativas em alguns anos do horizonte de projeção, refletindo a fraqueza da procura externa e interna. O mercado de trabalho deteriora-se de forma gradual, com subida significativa da taxa de desemprego, pressionando o rendimento disponível das famílias e o consumo. O mercado imobiliário sofre uma correção moderada dos preços e o crédito desacelera, num contexto de condições financeiras mais restritivas e menor apetite ao risco.

O cenário Climático assume a ocorrência de uma transição climática desordenada, caracterizada por uma aceleração abrupta do processo de descarbonização, com impacto negativo sobre a atividade económica no médio prazo. O aumento dos custos de energia e o esforço de ajustamento estrutural conduzem a um crescimento do PIB abaixo do potencial, acompanhado por um aumento relevante da taxa de desemprego para níveis próximos de 9%. A procura interna enfraquece, o mercado imobiliário arrefece e o volume de crédito e depósitos apresenta uma evolução mais contida. Este cenário reflete a materialização de riscos climáticos de transição e é utilizado para assegurar a incorporação explícita destes riscos no cálculo das perdas esperadas.

Modelos internos de Probabilidade de Incumprimento (PD)

Conforme descrito na nota 1.3.c) a PD é estimada através de modelos internos desenvolvidos em conformidade com o enquadramento IFRS 9, suportados por informação histórica observada e por projeções macroeconómicas prospetivas. Para a estimativa deste parâmetro são aplicadas três abordagens metodológicas distintas, em função da natureza das carteiras:

- (i) metodologia "*Retail with Maturity*", para portefólios com maturidade contratual definida;
- (ii) metodologia "*Retail without Term Structure*", aplicável a determinados segmentos de retalho; e
- (iii) metodologia ao nível do devedor ("*Obligor-Level*"), aplicada a carteiras empresariais.

A segmentação das carteiras para efeitos de estimação das PDs é efetuada com base em variáveis internas de risco, incluindo, entre outras, o nível de irregulares e comportamento de pagamento, LTV, sistemas internos de *scoring* e *rating*, características do produto, antiguidade das operações e outras variáveis relevantes para diferenciação do risco de crédito.

As estimativas são determinadas numa perspetiva *Point-in-Time*, convergem para valores médios de longo prazo e incorporam múltiplos cenários macroeconómicos, refletindo as condições económicas correntes e expectativas futuras.

Os modelos de PD são objeto de monitorização e recalibração periódicas, assegurando que os parâmetros refletem adequadamente o perfil de risco das carteiras e o enquadramento económico vigente.

	Stage 1		Stage 2		Stage 3	
	Valor Bruto	PD Média	Valor Bruto	PD Média	Valor Bruto	PD Média
Crédito titulado	12.455.296	0,1%	21.500	10,2%	21.878	100,0%
Empréstimos e adiantamentos - clientes						
A empresas	10.258.650	0,6%	686.523	15,6%	411.232	100,0%
A particulares	25.389.469	0,3%	2.072.480	17,6%	390.866	100,0%
	35.648.119		2.759.003		802.098	
Outros saldos a receber	368.968	1,0%	-	-	302	100,0%
Empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito	76.187	0,4%	-	-	-	-
	<u>48.548.570</u>		<u>2.780.503</u>		<u>824.278</u>	
Garantias e compromissos assumidos	10.091.977	0,5%	409.956	7,0%	117.485	100,0%

Para efeito de análise de sensibilidade, é assumida uma ponderação de 100% nos cenários extremos. Em cenário negativo a 100% o impacto na imparidade seria de +27,3 milhões de euros (+50,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024), em cenário positivo a 100% de -37,4 milhões de euros (-38,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024), o que representa um impacto sobre o total das imparidades registadas em 31 de dezembro de 2025 de 3,6% e -4,9% (+6,4% e -4,9% ao fecho de 2024), respetivamente, conforme o seguinte detalhe:

	Cenário 100% Positivo					
	Stage 1		Stage 2		Stage 3	
	Valor Bruto	PD Média	Valor Bruto	PD Média	Valor Bruto	PD Média
Crédito titulado	12.455.296	0,1%	21.500	8,9%	21.878	100,0%
Empréstimos e adiantamentos - clientes						
A empresas	10.298.998	0,5%	646.175	14,7%	411.232	100,0%
A particulares	25.504.332	0,3%	1.957.617	17,8%	390.866	100,0%
	35.803.330		2.603.792		802.098	
Outros saldos a receber	368.968	0,9%	-	-	302	100,0%
Empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito	76.187	0,4%	-	-	-	-
	<u>48.703.781</u>		<u>2.625.292</u>		<u>824.278</u>	
Garantias e compromissos assumidos	10.104.590	0,5%	397.343	6,9%	117.485	100,0%

	Cenário 100% Negativo					
	Stage 1		Stage 2		Stage 3	
	Valor Bruto	PD Média	Valor Bruto	PD Média	Valor Bruto	PD Média
Crédito titulado	12.455.296	0,1%	21.500	12,4%	21.878	100,0%
Empréstimos e adiantamentos - clientes						
A empresas	10.215.641	0,6%	729.532	16,9%	411.232	100,0%
A particulares	25.269.545	0,3%	2.192.404	17,6%	390.866	100,0%
	35.485.186		2.921.936		802.098	
Outros saldos a receber	368.968	1,0%	-	-	302	100,0%
Empréstimos e adiantamentos - instituições de crédito	76.187	0,4%	-	-	-	-
	48.385.637		2.943.436		824.278	
Garantias e compromissos assumidos	10.084.194	0,5%	417.739	7,1%	117.485	100,0%

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a concentração por sector de atividade para a carteira de empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado, é a seguinte:

Setor de atividade	31-12-2025			
	Valor Bruto	Imparidade	Valor balanço	% Concentração
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	326.132	(8.478)	317.654	0,82%
Indústrias extrativas	14.582	(1.125)	13.457	0,03%
Indústrias transformadoras	1.525.068	(82.709)	1.442.359	3,70%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	542.524	(173)	542.351	1,39%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição	30.312	(1.621)	28.691	0,07%
Construção	880.495	(37.227)	843.268	2,17%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.957.575	(86.500)	1.871.075	4,81%
Transportes e armazenagem	439.924	(41.979)	397.945	1,02%
Alojamento, restauração e similares	1.081.718	(22.653)	1.059.065	2,72%
Atividades de informação e de comunicação	97.922	(3.674)	94.248	0,24%
Atividades Imobiliárias	1.228.260	(25.097)	1.203.163	3,09%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	711.728	(20.632)	691.096	1,77%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	325.700	(16.197)	309.503	0,79%
Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória	82	(4)	78	0,00%
Educação	68.390	(1.343)	67.047	0,17%
Atividades de saúde humana e apoio social	245.457	(4.192)	241.265	0,62%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	87.131	(5.943)	81.188	0,21%
Outras atividades de serviços	235.353	(6.567)	228.786	0,59%
Empréstimos e adiantamentos- Instituições financeiras	947.893	(5.662)	942.231	2,42%
Empréstimos e adiantamentos- Setor público	1.054.391	(12.762)	1.041.629	2,68%
Particulares:				
. Habitação	25.312.647	(126.893)	25.185.754	64,69%
. Consumo e outras finalidades	2.541.393	(207.367)	2.334.026	5,99%
	39.654.677	(718.798)	38.935.879	100,00%

Setor de atividade	31-12-2024			
	Valor Bruto	Imparidade	Valor balanço	% Concentração
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	279.972	(7.126)	272.846	0,76%
Indústrias extrativas	13.461	(1.399)	12.062	0,03%
Indústrias transformadoras	1.572.853	(71.174)	1.501.679	4,16%
Eleticidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	307.492	(211)	307.281	0,85%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição	33.205	(1.450)	31.755	0,09%
Construção	899.504	(43.616)	855.888	2,37%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1.890.331	(66.286)	1.824.045	5,05%
Transportes e armazenagem	499.897	(35.333)	464.564	1,29%
Alojamento, restauração e similares	1.135.960	(73.785)	1.062.175	2,94%
Atividades de informação e de comunicação	92.943	(2.947)	89.996	0,25%
Atividades Imobiliárias	1.193.801	(40.517)	1.153.284	3,19%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	635.021	(15.875)	619.146	1,71%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	328.317	(24.214)	304.103	0,84%
Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória	254	(4)	250	0,00%
Educação	59.720	(1.183)	58.537	0,16%
Atividades de saúde humana e apoio social	238.313	(4.497)	233.816	0,65%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	88.392	(6.208)	82.184	0,23%
Outras atividades de serviços	214.512	(5.756)	208.756	0,58%
Empréstimos e adiantamentos- Instituições financeiras	746.796	(6.645)	740.151	2,05%
Empréstimos e adiantamentos- Setor público	886.397	(8.329)	878.068	2,43%
Particulares:				
. Habitação	23.333.728	(117.059)	23.216.669	64,28%
. Consumo e outras finalidades	2.406.767	(204.469)	2.202.298	6,10%
	36.857.636	(738.083)	36.119.553	100,00%

De acordo com os requisitos definidos na Instrução nº 4/2018 do Banco de Portugal, o Banco passou a publicar as "exposições não produtivas" (*Non Performing Exposures*) e as "exposições diferidas" (*Forborne exposures*).

Neste sentido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2025			31-12-2024		
	Valor bruto	Imparidade	Cobertura	Valor bruto	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	51.329.073	(181.271)	0,4%	47.471.628	(238.995)	0,5%
Exposições não produtivas						
. Crédito titulado	21.878	(1.833)	8,4%	20.415	(131)	0,6%
. Particulares	390.865	(235.383)	60,2%	392.185	(186.398)	47,5%
. Empresas	411.535	(305.186)	74,2%	470.287	(316.454)	67,3%
	824.278	(542.402)		882.887	(502.983)	
	52.153.351	(723.673)		48.354.515	(741.978)	

O grau de cobertura das exposições não produtivas líquidas de imparidade por garantias reais apresentava a seguinte composição:

	31-12-2025			31-12-2024		
	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura
Exposições não produtivas						
. Crédito titulado	20.045	-		20.284	-	
. Particulares	155.482	112.273	72,2%	205.787	181.232	88,1%
. Empresas	106.349	37.668	35,4%	153.833	78.122	50,8%
	<u>281.876</u>	<u>149.941</u>		<u>379.904</u>	<u>259.354</u>	

Exposições diferidas

De acordo com a Instrução nº 04/2018 do Banco de Portugal as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as exposições diferidas têm o seguinte detalhe:

	31-12-2025			31-12-2024		
	Valor bruto	Imparidade	Cobertura	Valor bruto	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	300.698	(18.174)	6,0%	327.446	(26.817)	8,2%
Exposições não produtivas						
. Particulares	130.229	(74.084)	56,9%	140.894	(64.676)	45,9%
. Empresas	175.067	(128.930)	73,6%	277.299	(187.748)	67,7%
	<u>305.296</u>	<u>(203.014)</u>		<u>418.193</u>	<u>(252.424)</u>	
	<u>605.994</u>	<u>(221.188)</u>		<u>745.639</u>	<u>(279.241)</u>	

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2025 e 2024 nas exposições diferidas foram os seguintes:

	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	918.350	314.578	603.772
Entradas no período	127.500	28.751	98.749
Amortizações de dívida	(156.620)	(36.253)	(120.367)
Curas	(114.186)	(12.580)	(101.606)
Vendas de carteira	(27.891)	(22.816)	(5.075)
Outras variações	(1.514)	7.561	(9.075)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	745.639	279.241	466.398
Entradas no período	108.874	23.323	85.551
Amortizações de dívida	(126.534)	(36.784)	(89.750)
Curas	(44.971)	(2.110)	(42.861)
Vendas de carteira	(72.499)	(22.601)	(49.898)
Outras variações	(4.515)	(19.881)	15.366
Saldos em 31 de dezembro de 2025	605.994	221.188	384.806

Ativos onerados

De acordo com os requisitos definidos na Instrução nº 28/2014, de 15 de janeiro de 2015, do Banco de Portugal, o Banco apresenta de seguida informação relativamente aos ativos onerados. Considera-se um ativo onerado, um ativo explícita ou implicitamente constituído como garantia ou sujeito a um acordo para garantir, colateralizar ou melhorar a qualidade de crédito em qualquer operação da qual não possa ser livremente retirado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição dos ativos onerados e não onerados é a seguinte:

		31-12-2025	
		Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados
		Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Ativos			
Depósitos à ordem em bancos centrais e outros			
depósitos à ordem em instituições de crédito	-	-	1.386.096
Instrumentos de capital	-	-	170.228
Títulos de dívida	1.579.101	1.559.674	12.113.953
Empréstimos e adiantamentos	12.750.927	-	28.571.455
Outros ativos	-	-	2.138.698
	14.330.028	1.559.674	44.380.430
		31-12-2024	
		Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados
		Quantia escriturada dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
Ativos			
Depósitos à ordem em bancos centrais e outros			
depósitos à ordem em instituições de crédito	-	-	1.633.661
Instrumentos de capital	-	-	191.422
Títulos de dívida	134.434	134.704	12.598.773
Empréstimos e adiantamentos	12.300.317	-	26.242.962
Outros ativos	-	-	2.977.942
	12.434.751	134.704	43.644.760

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os passivos associados a ativos onerados e os colaterais recebidos são os seguintes:

		31-12-2025	
		Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered</i> <i>bonds</i> próprias ou ABS onerados
Quantia escriturada dos passivos financeiros	4.944.415		7.101.115
Outros	348.942		867.177
	5.293.357		7.968.292

	31-12-2024	
	Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered</i> <i>bonds</i> próprias ou ABS onerados
Quantia escriturada dos passivos financeiros	4.080.326	6.020.512
Outros	203.342	1.083.153
	<u>4.283.668</u>	<u>7.103.665</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as principais rubricas do ativo apresentavam o seguinte detalhe por *rating* externo (*rating* interno para o crédito concedido), de acordo com a notação atribuída pela Standard & Poor's:

	31-12-2025	31-12-2024
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem (Nota 5)		
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais		
<i>Rating S&P</i>		
AAA+ /AAA /AAA-	-	-
A+ /A /A-	1.077.129	-
BBB+ / BBB / BBB-	-	1.338.375
Não sujeito	387.776	364.249
	<u>1.464.905</u>	<u>1.702.624</u>
Outros depósitos à ordem		
<i>Rating S&P</i>		
A+ /A /A-	198.359	199.117
AA+ /AA /AA-	96.392	79.527
AAA+ /AAA /AAA-	9.450	1.183
BB+ / BB / BB-	277	377
BBB+ / BBB / BBB-	3.429	5.428
Sem <i>rating</i> externo	1.060	9.654
	<u>308.967</u>	<u>295.286</u>
	<u>1.773.872</u>	<u>1.997.910</u>
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)		
Títulos de dívida e empréstimos e adiantamentos		
<i>Rating S&P</i>		
A+ /A /A-	3.585.758	3.663.949
-BBB+ / BBB / BBB-	-	-
Sem <i>rating</i> externo	-	-
	<u>3.585.758</u>	<u>3.663.949</u>

	31-12-2025	31-12-2024
Ativos financeiros pelo custo amortizado (Nota 9)		
Títulos de dívida		
<i>Rating S&P</i>		
A+ /A /A-	7.345.740	5.768.181
AA+ /AA /AA-	1.063.351	592.591
BBB+ / BBB / BBB-	-	1.077.489
Sem <i>rating</i> externo	4.089.583	4.058.618
dos quais com <i>rating</i> interno:		
Risco de crédito reduzido	3.805.418	3.902.137
Risco de crédito médio	283.632	154.012
Risco de crédito alto	533	2.469
	<u>12.498.674</u>	<u>11.496.879</u>
Empréstimos e adiantamentos - Instituições de crédito		
<i>Rating S&P</i>		
A+ /A /A-	61.484	16.422
BBB+ / BBB / BBB-	3.434	7.785
Sem <i>rating</i> externo	11.269	491
	<u>76.187</u>	<u>24.698</u>
Empréstimos e adiantamentos - Crédito concedido e outros saldos a receber		
<i>Rating interno</i>		
Risco de crédito reduzido	33.474.278	30.716.660
Risco de crédito médio	4.362.022	4.474.874
Risco de crédito alto	906.176	680.063
Sem <i>rating</i>	836.014	961.341
	<u>39.578.490</u>	<u>36.832.938</u>
	<u>52.153.351</u>	<u>48.354.515</u>
Exposições fora balanço (Nota 22)		
Risco de crédito reduzido	9.638.772	8.601.146
Risco de crédito médio	409.956	602.346
Risco de crédito alto	117.484	72.763
Sem <i>rating</i>	453.206	405.525
	<u>10.619.418</u>	<u>9.681.780</u>

Para os casos em que o *rating* da agência Standard & Poor's não estava disponível, foram apresentados os *ratings* divulgados pelas agências Moody's ou Fitch.

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comitê de Capital, Ativos e Passivos (CALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira e Comercial. As reuniões do Comitê têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os cash flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2025								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Derivados	Total
<u>Ativo</u>									
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	1.618.855	155.017							1.773.872
Ativos financeiros detidos para negociação	-	19.984	-	-	-	-	-	706.932	726.916
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	-	14.977	-	14.977
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	5	1.051.466	74.012	251.203	100.514	2.448.596	110.117	-	4.035.913
Ativos financeiros pelo custo amortizado	456.514	3.292.501	6.703.367	13.047.326	13.842.429	24.754.680	-	-	62.096.817
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	83.859	83.859
	2.075.374	4.518.968	6.777.379	13.298.529	13.942.943	27.203.276	125.094	790.791	68.732.354
<u>Passivo</u>									
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	717.902	717.902
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Depósitos - instituições de crédito	351.090	3.207.157	1.812.290	152.257	-	-	-	-	5.522.794
Depósitos - clientes	23.699.167	8.721.049	6.954.061	183.884	118.715	1.088	-	-	39.677.964
Titulos de dívida emitidos	758	76.510	1.616.959	3.502.925	1.588.668	1.979.765	-	-	8.765.585
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	4.986	4.986
	24.051.015	12.004.716	10.383.310	3.839.066	1.707.383	1.980.853	-	722.888	54.689.231

	31-12-2024								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Derivados	Total
Ativo									
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	1.997.910	-	-	-	-	-	-	-	1.997.910
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	1.549.696	1.549.696
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	-	17.086	-	17.086
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	2.257	105.491	1.262.602	196.602	2.520.390	338.239	-	4.425.581
Ativos financeiros pelo custo amortizado	1.030.087	2.700.696	6.275.780	12.033.327	10.602.876	23.188.552	-	-	55.831.318
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	144.673	144.673
	3.027.997	2.702.953	6.381.271	13.295.929	10.799.478	25.708.942	355.325	1.694.369	63.966.264
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	1.557.421	1.557.421
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Depósitos - instituições de crédito	508.322	1.597.000	2.222.669	375.201	-	-	-	-	4.703.192
Depósitos - clientes	23.059.615	8.307.363	6.666.268	284.348	96.952	139	-	-	38.414.685
Titulos de dívida emitidos	1.957	130.080	381.457	2.401.588	1.866.436	2.147.803	-	-	6.929.321
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	18.344	18.344
	23.569.894	10.034.443	9.270.394	3.061.137	1.963.388	2.147.942	-	1.575.765	51.622.963

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista” (caixa, disponibilidades em instituições de crédito). Os instrumentos de capital registados como ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, foram considerados com maturidade indeterminada. Os ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados e ativos e passivos detidos para negociação, foi considerado o justo valor como o seu valor transacional exigível à vista, dado que a gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Para os passivos subordinados foi considerada a data em que o Banco pode proceder ao reembolso antecipado das obrigações que constituem aquela rubrica; e
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a atividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (*Stress Testing*), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar as eventuais incidências que possam existir para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objetivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV (*Basis Point Value*) – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das atividades de derivados, devido ao seu caráter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (*Loss Triggers* e *Stop Losses*).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, a sua medição é feita através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua estrutura de indexantes e de repreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco. Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários (*Stress Test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	31-12-2025				
	Exposição a				
	Taxa fixa	Taxa variável	Não remunerado	Derivados	Total
Ativo					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	155.000	922.129	696.743	-	1.773.872
Ativos financeiros detidos para negociação	19.984	-	-	706.932	726.916
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	12.238	-	12.238
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.469.119	-	274.629	-	3.743.748
Ativos financeiros pelo custo amortizado	15.255.684	36.344.424	(170.430)	-	51.429.678
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	83.859	83.859
	18.899.787	37.266.553	813.180	790.791	57.770.311
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	717.902	717.902
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Depósitos - instituições de crédito	34.894	5.450.419	91	-	5.485.404
Depósitos - clientes	17.334.330	22.079.294	38.168	-	39.451.792
Titulos de dívida emitidos	6.109.535	1.669.924	89.477	-	7.868.936
Outros passivos financeiros	-	-	274.203	-	274.203
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	4.986	4.986
	23.478.759	29.199.637	401.939	722.888	53.803.223
	31-12-2024				
	Exposição a				
	Taxa fixa	Taxa variável	Não remunerado	Derivados	Total
Ativo					
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	500.000	838.375	659.535	-	1.997.910
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.549.696	1.549.696
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	17.086	-	17.086
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.500.046	-	338.239	-	3.838.285
Ativos financeiros pelo custo amortizado	13.778.235	34.071.117	(236.815)	-	47.612.537
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	144.673	144.673
	17.778.281	34.909.492	778.045	1.694.369	55.160.187
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.557.421	1.557.421
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Depósitos - instituições de crédito	36.577	4.607.160	289	-	4.644.026
Depósitos - clientes	16.818.278	21.166.145	84.517	-	38.068.940
Titulos de dívida emitidos	4.755.999	1.345.176	74.573	-	6.175.748
Outros passivos financeiros	-	-	297.672	-	297.672
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	18.344	18.344
	21.610.854	27.118.481	457.051	1.575.765	50.762.151

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro, por intervalos de taxas é o seguinte:

	31-12-2025							
	Intervalos de taxas					Não sujeito a risco		
	[<1%]	[1%-3%]	[3%-5%]	[5%-10%]	[>10%]	de taxa de juro	Derivados	Total
<u>Ativo</u>								
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	922.120	155.000	-	-	-	696.752	-	1.773.872
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	19.984	-	-	-	706.932	726.916
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	12.238	-	12.238
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	99.955	332	3.368.832	-	-	274.629	-	3.743.748
Ativos financeiros pelo custo amortizado	203.801	16.823.020	32.138.805	1.838.086	596.396	(170.430)	-	51.429.678
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	83.859	83.859
	1.225.876	16.978.352	35.527.621	1.838.086	596.396	813.189	790.791	57.770.311
<u>Passivo</u>								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	717.902	717.902
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado								
Depósitos - instituições de crédito	340.328	5.144.985	-	-	-	91	-	5.485.404
Depósitos - clientes	32.673.340	6.391.896	348.388	-	-	38.168	-	39.451.792
Titulos de dívida emitidos	500.000	1.785.840	4.706.208	619.968	167.443	89.477	-	7.868.936
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	4.986	-	4.986
	33.513.668	13.322.721	5.054.596	619.968	167.443	132.722	717.902	53.529.020

	31-12-2024							
	Intervalos de taxas					Não sujeito a risco		
	[<1%]	[1%-3%]	[3%-5%]	[5%-10%]	[>10%]	de taxa de juro	Derivados	Total
<u>Ativo</u>								
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	838.375	500.000				659.535	-	1.997.910
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	1.549.696	1.549.696
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	17.086	-	17.086
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	99.930	30.372	3.369.744	-	-	338.239	-	3.838.285
Ativos financeiros pelo custo amortizado	504.931	3.120.931	37.580.475	6.110.372	532.643	(236.815)	-	47.612.537
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	144.673	144.673
	1.443.236	3.651.303	40.950.219	6.110.372	532.643	778.045	1.694.369	55.160.187
<u>Passivo</u>								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	1.557.421	1.557.421
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado								
Depósitos - instituições de crédito	506.163	-	4.137.574	-	-	289	-	4.644.026
Depósitos - clientes	22.502.179	15.005.505	442.234	34.505	-	84.517	-	38.068.940
Titulos de dívida emitidos	-	1.546.306	4.126.890	71.620	356.359	74.573	-	6.175.748
Derivados - Contabilidade de cobertura	-	-	-	-	-	-	18.344	18.344
	23.008.342	16.551.811	8.706.698	106.125	356.359	159.379	1.575.765	50.464.479

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a distribuição de vencimentos contratuais e *repricing* de taxa de juro dos montantes sensíveis da carteira do Banco, através de um gap estático, é o seguinte:

31-12-2025									
	Intervalos de datas							Não sujeito a risco	
	1 mês	3 meses	6 meses	1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	> 5 anos	de taxa de juro	Total
Ativo									
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	1.077.120	-	-	-	-	-	-	696.752	1.773.872
Ativos financeiros detidos para negociação	15.841	37.374	198.089	109.690	224.941	86.283	54.698	-	726.916
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente									
pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	-	-	12.238	12.238
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	1.016.000	-	-	99.955	52.677	2.300.487	274.629	3.743.748
Ativos financeiros pelo custo amortizado	5.631.947	9.351.780	10.554.909	5.903.633	7.167.783	2.427.824	10.562.232	(170.430)	51.429.678
Derivados - Contabilidade de cobertura	16.862	4.209	(30.164)	71.013	15.150	8.607	(1.818)	-	83.859
	6.741.770	10.409.363	10.722.834	6.084.336	7.507.829	2.575.391	12.915.599	813.189	57.770.311
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação	18.563	37.872	206.679	118.462	150.494	92.142	93.690	-	717.902
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Depósitos - instituições de crédito	1.773.414	1.776.725	1.625.181	159.993	150.000	-	-	91	5.485.404
Depósitos - clientes	7.314.998	6.044.116	5.638.937	2.234.526	585.616	5.210.225	12.385.206	38.168	39.451.792
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	857.599	3.297.600	1.126.600	2.497.660	89.477	7.868.936
Derivados - Contabilidade de cobertura	(211)	337	836	2.013	2.162	(102)	(49)	-	4.986
	9.106.764	7.859.050	7.471.633	3.372.593	4.185.872	6.428.865	14.976.507	127.736	53.529.020
31-12-2024									
	Intervalos de datas							Não sujeito a risco	
	1 mês	3 meses	6 meses	1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	> 5 anos	de taxa de juro	Total
Ativo									
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	1.338.375	-	-	-	-	-	-	659.535	1.997.910
Ativos financeiros detidos para negociação	35.547	121.546	132.482	238.223	583.539	309.850	128.509	-	1.549.696
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente									
pelo justo valor através dos resultados	-	-	-	-	-	-	-	17.086	17.086
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	30.303	1.115.930	-	2.353.813	338.239	3.838.285
Ativos financeiros pelo custo amortizado	5.251.732	8.458.242	10.262.843	4.919.056	6.117.675	2.851.703	9.988.100	(236.815)	47.612.537
Derivados - Contabilidade de cobertura	23.737	16.015	8.238	5.517	69.033	11.288	10.845	-	144.673
	6.649.391	8.595.803	10.403.563	5.193.099	7.886.177	3.172.841	12.481.267	778.045	55.160.187
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação	36.200	123.198	133.344	238.800	586.168	311.259	128.452	-	1.557.421
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Depósitos - instituições de crédito	719.382	1.381.017	2.177.542	-	365.796	-	-	289	4.644.026
Depósitos - clientes	25.147.648	5.851.525	5.235.530	1.370.720	282.365	96.506	129	84.517	38.068.940
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	-	1.837.599	1.598.400	2.665.176	74.573	6.175.748
Derivados - Contabilidade de cobertura	(42.477)	(538)	45.013	9.867	4.223	1.909	347	-	18.344
	25.860.753	7.355.202	7.591.429	1.619.387	3.076.151	2.008.074	2.794.104	159.379	50.464.479

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 *basis points* (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os ativos e passivos são agrupados em agregados homogêneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos, o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxa de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxa de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do valor patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro:

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os ativos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva *spot* da data de análise com a curva *forward* subjacente; e
- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, *spread*, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas diretrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Banco a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	31-12-2025		31-12-2024	
	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's
Ativo				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais	(34)	34	(74)	74
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	(5.504)	5.705	(70.731)	76.412
Ativos financeiros pelo custo amortizado	(1.250.005)	1.329.207	(1.260.982)	1.348.069
	(1.255.543)	1.334.946	(1.331.787)	1.424.555
Derivados - Contabilidade de cobertura	28.134	(37.589)	15.832	7.586
Passivo				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos - bancos centrais	-	-	-	-
Depósitos - instituições de crédito	(6.975)	6.982	(15.494)	15.597
Depósitos - clientes	(974.720)	1.043.777	(905.324)	958.958
Títulos de dívida emitidos	(159.016)	164.805	(205.000)	218.963
Outros passivos financeiros	(30.996)	32.233	(5.288)	5.443
	(1.171.707)	1.247.797	(1.131.106)	1.198.961

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respetivamente, da distribuição de perdas e ganhos). Para efeitos de análise de contraste também será calculado um VaR e um VaE a um nível de confiança de 95% (percentis 5% e 95%, respetivamente);
- Fator de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos fatores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O fator de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente por Risco de Mercado;
- Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o fator de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;
- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O VaR Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos fatores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os fatores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico selecionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respetiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos fatores de mercado.

RISCO CAMBIAL

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da Área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efetuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	31-12-2025			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
Ativo				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	1.620.139	95.674	58.059	1.773.872
Ativos financeiros detidos para negociação	724.849	773	1.294	726.916
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	12.238	-	-	12.238
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.741.354	2.394	-	3.743.748
Ativos financeiros pelo custo amortizado	50.939.887	479.038	10.753	51.429.678
Derivados - Contabilidade de cobertura	83.715	-	144	83.859
	57.122.182	577.879	70.250	57.770.311
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	708.004	9.669	229	717.902
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos - instituições de crédito	5.437.316	47.786	302	5.485.404
Depósitos - clientes	38.266.329	978.495	206.968	39.451.792
Titulos de dívida emitidos	7.868.936	-	-	7.868.936
Outros passivos financeiros	260.358	13.575	270	274.203
Derivados - Contabilidade de cobertura	4.470	516	-	4.986
	52.545.413	1.050.041	207.769	53.803.223

	31-12-2024			
	Euros	Dólares Norte- Americanos	Outras moedas	Total
Ativo				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	1.902.659	43.107	52.144	1.997.910
Ativos financeiros detidos para negociação	1.542.694	6.416	586	1.549.696
Ativos financeiros que não são ativos de negociação obrigatoriamente pelo justo valor através dos resultados	17.086	-	-	17.086
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3.835.791	2.494	-	3.838.285
Ativos financeiros pelo custo amortizado	47.072.422	526.015	14.100	47.612.537
Derivados - Contabilidade de cobertura	135.069	9.273	331	144.673
	54.505.721	587.305	67.161	55.160.187
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	1.555.574	166	1.681	1.557.421
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos - instituições de crédito	4.581.691	62.124	211	4.644.026
Depósitos - clientes	36.855.169	1.011.340	202.431	38.068.940
Títulos de dívida emitidos	6.175.748	-	-	6.175.748
Outros passivos financeiros	281.060	14.571	2.041	297.672
Derivados - Contabilidade de cobertura	16.414	1.930	-	18.344
	49.465.656	1.090.131	206.364	50.762.151

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o VaR associado ao risco cambial correspondia a:

	31-12-2025	31-12-2024
VaR Percentil 99%	31	31

RISCO DE COTAÇÕES DE ATIVOS

Instrumentos financeiros - negociação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Banco não tinha risco associado a cotações de ativos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor dos instrumentos financeiros derivados, negociados em mercado de balcão, compensados por derivados financeiros relacionados, por tipo de contraparte, é o seguinte:

Contraparte	31-12-2025			
	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras			
	Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	Valor Líquido
Instituições Financeiras	60.128	-	(14.475)	45.653
Empresas do Grupo	(5.495)	-	5.292	(203)
	54.633	-	(9.183)	45.450

Contraparte	31-12-2024			
	Ativos/Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	Valor Líquido
Instituições Financeiras	88.067	-	30.560	118.627
Empresas do Grupo	6.586	-	(27.034)	(20.448)
	94.653	-	3.526	98.179

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor das operações de venda com acordo de recompra, por tipo de contraparte, é o seguinte:

Contraparte	31-12-2025			
	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	Valor Líquido
Instituições Financeiras	(5.134.223)	5.165.891	(58.856)	(27.188)

Contraparte	31-12-2024			
	Passivos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras	Montantes relacionados não compensados nas demonstrações financeiras		
		Instrumentos financeiros	Colateral em cash entregue como garantia	Valor Líquido
Instituições Financeiras	(4.137.574)	4.191.119	(63.165)	(9.620)

37. GESTÃO DO CAPITAL

O Banco tem uma posição de capital sólida, coerente com o seu modelo de negócio, a sua estrutura do balanço, o seu apetite de risco e os requisitos regulamentares. A fortaleza do balanço e a rentabilidade do Banco permite-nos exercer a nossa atividade de financiamento à economia e gerar capital de forma orgânica. As várias métricas de capital são estáveis, com rácios comodamente acima dos requisitos regulamentares e alinhados com o apetite de risco aprovado pela alta direção.

A gestão e adequação do capital visa assegurar a solvência e maximizar a rentabilidade, assim como com os requisitos regulatórios. A gestão de capital é uma ferramenta estratégica fundamental para a tomada de decisões. Existe um quadro de governo aprovado pela alta direção onde estão estabelecidos critérios, políticas, funções, métricas e processos relacionados com a gestão de capital.

No final do exercício de 2025, o rácio CET1 *phasing in* é de 14,4% e o rácio de capital total *phasing in* é de 24,1% cumprindo confortavelmente os requisitos mínimos de 7,0% e 10,5%, respetivamente.

Nos últimos exercícios o Banco operacionalizou várias operações de securitização sintéticas originada pelo Banco. As operações têm como subjacentes portefólios de *Corporates*, PME, ENI's e Hipotecas, em relação ao qual o Banco compra proteção correspondente a uma tranche *mezzanine* com um *attachment point* e um *detachment point*. As tranches *mezzanines*, foram totalmente colocadas junto de investidores institucionais estrangeiros, em formato de uma CLN diretamente emitida pelo Banco ou em formato de garantia financeira/contrato de seguro, com um determinado prémio.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais do Banco em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (ambos em BIS III – Phasing in):

Valores em milhões de Euros		
	dez/25	dez/24
A - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 1 (TIER I)	3.362	2.896
Capital Elegível (inclui instrumentos adicionais elegíveis em Tier I)	2.766	1.941
Reservas e Resultados Elegíveis (exc. Interesses Minoritários)	868	1.244
Interesses Minoritários Elegíveis	-	-
Deduções aos F.P. Base	(272)	(289)
B - FUNDOS PRÓPRIOS DE NÍVEL 2 (TIER II)	260	386
Passivos subordinados c/venc. Indeterminado	206	323
Interesses Minoritários Elegíveis	-	-
Outros Elementos / Deduções aos F.P. Complementares	53	63
C - DEDUÇÕES AOS FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS	-	-
D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)	3.622	3.282
E - POSIÇÕES EM RISCO	15.050	16.053
RÁCIOS		
TIER I (A/E)	22,3%	18,0%
CORE CAPITAL (CET1)	14,4%	15,6%
TIER II (B/E)	1,7%	2,4%
RÁCIO DE FUNDOS PRÓPRIOS TOTAIS (D/E)	24,1%	20,4%
LEVERAGE	5,8%	5,7%

Nota: os valores apresentados no quadro acima não são auditados

38. AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA E OUTRAS AÇÕES

Em 2012 a Autoridade da Concorrência (“AdC”) abriu um processo de contraordenação contra diversos bancos, incluindo o Banco Santander Totta , por alegados indícios de infração ao Artigo 9.º da Lei 19/2012, de 8 de Maio (Lei da Concorrência), tendo a respetiva decisão final, proferida em 9 de setembro de 2019, resultado na condenação dos bancos ao pagamento de coimas, sendo que no caso do Banco esta ascendia a 35 milhões de euros, acrescida de uma coima de 650 mil euros aplicada ao Banco Popular Portugal.

Não obstante, em 21 de outubro de 2019, o Banco impugnou judicialmente a decisão final da AdC, tendo o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS) proferido a sua sentença final em 20 de setembro de 2024, em que manteve a coima aplicada ao Banco (e à generalidade dos demais bancos) pela AdC.

O Banco apresentou recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa, tal como os demais visados no processo. Em linha com o que foi a sua posição ao longo de todo o processo, o Banco refutou veementemente todas as teses subjacentes à decisão da AdC, tendo a sua posição suportada, nomeadamente, em pareceres de eminentes Professores de Direito, que atestam a inexistência de qualquer ilícito nas condutas apontadas à instituição.

Por Acórdão de 10 de fevereiro de 2025, o Tribunal da Relação de Lisboa veio a considerar o procedimento extinto por prescrição. Não se conformando com esta decisão, o Ministério Público e a Autoridade da Concorrência apresentaram recursos do Acórdão para o Tribunal Constitucional, tendo este, em agosto de 2025, decidido não tomar conhecimento do objeto dos recursos, mantendo nos seus precisos termos o Acórdão do Tribunal da Relação.

Consequentemente, o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 10 de fevereiro de 2025, que reconheceu a prescrição do procedimento contraordenacional, transitou em julgado em 09 de setembro de 2025, colocando fim ao processo sem que haja lugar a uma condenação e/ou à aplicação de uma coima.

Durante o primeiro semestre de 2024 foram intentadas três ações populares declarativas de condenação sob a forma de processo comum contra um conjunto de instituições financeiras, incluindo o Banco, por associações de defesa dos consumidores, resultantes da alegada infração concorrencial imputada pela AdC. Uma das ações intentadas foi, entretanto, extinta por absolvição da instância. O Banco considera que não foi praticada nenhuma das infrações que lhe foram imputadas pela AdC e, por conseguinte, nenhuma das infrações imputadas nas ações populares, sendo a sua convicção suportada pela opinião dos seus consultores legais. Adicionalmente, não estão verificados danos ou prejuízos para os clientes, pelo que, também nesta medida, não estão reunidos os pressupostos para quaisquer compensações.

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Eventos meteorológicos adversos

No final do mês de janeiro de 2026 ocorreu a tempestade “Kristin”, fenómeno meteorológico extremo que afetou significativamente diversas regiões do país, com impactos relevantes ao nível de infraestruturas, atividade económica e funcionamento de empresas e particulares.

Tendo presente informação divulgada pelo Banco de Portugal com referência a 31 de dezembro de 2025, os empréstimos do sector bancário a empresas e particulares com residência fiscal em concelhos em situação de calamidade ascendiam a 32 mil milhões de euros. Este montante repartia-se entre 10,5 mil milhões de euros de empréstimos a empresas (sendo a quota do Banco de cerca de 10%) e 21,5 mil milhões de euros a particulares (sendo a quota do Banco de cerca de 15%). O Banco encontra-se a acompanhar a evolução da situação, designadamente no que respeita a eventuais impactos na qualidade da carteira de crédito e no valor de ativos dados em garantia.

Adicionalmente, o Banco colocou à disposição dos seus clientes todos os meios necessários para responder às suas necessidades, designadamente através da disponibilização de soluções de apoio financeiro adequadas às situações identificadas, nomeadamente medidas públicas (moratórias e linhas do Banco Português de Fomento) e ofertas internas.

Este evento ocorreu em data posterior a 31 de dezembro de 2025 pelo que, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após o Período de Relato, é considerado um evento subsequente não ajustável, uma vez que não fornece evidência de condições que existissem à data de relato.

Tensões geopolíticas no Médio Oriente

No final do mês de fevereiro de 2026 deu-se o agravamento das tensões geopolíticas no Médio Oriente, envolvendo os Estados Unidos da América, Israel e o Irão. Este conflito veio contribuir para um aumento da incerteza nos mercados financeiros internacionais, designadamente através da maior volatilidade nos preços da energia, nos mercados cambiais e nos mercados de capitais.

Dada a incerteza que subsiste em relação à magnitude dos efeitos decorrentes dos acontecimentos referidos, que dependem ainda de futuros desenvolvimentos, o Conselho de Administração não se encontra em posição de estimar à data, com a adequada fiabilidade, os impactos futuros na economia nacional e, em particular, na situação financeira do Banco.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração irá manter o acompanhamento regular e contínuo dos efeitos dos referidos eventos, por forma a promover a atualização das estimativas utilizadas sempre que informação relevante se torne disponível, adotando as medidas de resposta mais adequadas aos impactos estimados ou verificados

40. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de abril de 2026.

Em 31 de dezembro de 2025, as condições das obrigações estruturadas, cobertas, emitidas no âmbito de operações de titularização, outras e dos passivos subordinados são as seguintes:

(Montantes expressos em milhares de Euros)												
Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Juros a pagar / comissões a diferir	Correções de Valor		Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante	
		Emitido	Subscrito pelo Grupo	Balanço		por operações de cobertura	Total					
Obrigações estruturadas												
Credit Linked Notes due January 2042	EUR	27.736	-	27.736	684	-	28.420	Variável	31/05/2022	31/01/2042	Euribor 3m + 8,7%	
Credit Linked Notes due May 2043	EUR	54.476	-	54.476	384	-	54.860	Variável	13/04/2023	15/08/2037	Euribor 3m + 9%	
Credit Linked Notes due December 2043	EUR	65.192	-	65.192	950	-	66.142	Variável	03/08/2023	02/05/2043	Euribor 3m + 8%	
Credit Linked Notes due December 2045	EUR	168.600	-	168.600	1.481	-	170.081	Variável	25/06/2024	27/12/2043	Euribor 3m + 6,75%	
Total		316.004	-	316.004	3.499	-	319.503					
Obrigações cobertas												
Hipotecárias XX	EUR	750.000	750.000	-	(282)	-	(282)	1,201%	07-12-2017	07-12-2027	Taxa Fixa	
Hipotecárias XXI	EUR	1.000.000	1.000.000	-	(248)	-	(248)	1,481%	10-04-2017	10-04-2027	Taxa Fixa	
Hipotecária XXIII	EUR	1.000.000	20.000	980.000	902	-	980.902	1,250%	26-09-2017	26-09-2027	Taxa Fixa	
Hipotecária XXIV	EUR	1.100.000	1.100.000	-	(734)	-	(734)	0,412%	05-07-2019	05-07-2029	Taxa Fixa	
Hipotecária XXVI	EUR	750.000	750.000	-	(677)	-	(677)	0,00%	28-10-2020	28-10-2030	Taxa Fixa	
Hipotecária XXVII	EUR	750.000	750.000	-	(453)	-	(453)	0,64%	04-03-2022	04-03-2029	Taxa Fixa	
Hipotecária XXVIII	EUR	750.000	-	750.000	15.208	-	765.208	3,38%	19-04-2023	19-04-2028	Taxa Fixa	
Hipotecária XXIX	EUR	1.000.000	1.000.000	-	(828)	-	(828)	3,55%	02-06-2023	02-06-2030	Taxa Fixa	
Hipotecária XXX	EUR	850.000	-	850.000	8.963	4.523	863.486	3,75%	11-09-2023	11-09-2026	Taxa Fixa	
Hipotecária XXXI	EUR	25.700	800	24.900	189	-	25.089	3,85%	16-10-2023	16-10-2028	Taxa Fixa	
Hipotecária XXXII	EUR	27.300	200	27.100	115	-	27.215	3,74%	15-11-2023	15-11-2028	Taxa Fixa	
Hipotecária XXXIII	EUR	16.900	1.300	15.600	(4)	-	15.596	3,05%	28-12-2023	28-12-2028	Taxa Fixa	
Hipotecária XXXIV	EUR	11.900	600	11.300	311	-	11.611	3,11%	05-02-2024	05-02-2029	Taxa Fixa	
Hipotecária XXXV	EUR	1.000.000	-	1.000.000	21.872	6.654	1.028.526	3,25%	15-02-2024	15-02-2031	Taxa Fixa	
Hipotecária XXXVI	EUR	49.600	1.100	48.500	1.282	-	49.782	3,29%	07-03-2024	07-03-2029	Taxa Fixa	
Hipotecária XXXVII	EUR	1.000.000	933.200	66.800	703	-	67.503	3,40%	29-05-2024	29-05-2029	Taxa Fixa	
Hipotecária XXXVIII	EUR	1.000.000	1.000.000	-	(1.113)	-	(1.113)	2,98%	27-01-2025	27-01-2032	Taxa Fixa	
Hipotecária XXXIX	EUR	500.000	-	500.000	9.468	(4.004)	505.464	2,63%	19-02-2025	19-02-2030	Taxa Fixa	
Hipotecária XL	EUR	400.000	-	400.000	2.876	-	402.876	Variável	11-03-2025	11-03-2028	Euribor 6m+ 0,344%	
Total		11.981.400	7.307.200	4.674.200	57.550	7.173	4.738.923					

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão		Balanço	Juros a pagar / comissões a diferir	Correções de Valor por operações de cobertura	Total	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Emitido	Subscrito pelo Grupo								
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização											
Atlantes Mortgage 3 - Classe A	EUR	93.528	29.149	64.379	169	-	64.548	Variável	30-10-2008	20-08-2061	Euribor 3m + 0,20%
Atlantes Mortgage 3 - Classe B	EUR	13.413	13.413	-	-	-	-	Variável	30-10-2008	20-08-2061	Euribor 3m + 0,50%
Atlantes Mortgage 3 - Classe C	EUR	33.477	33.477	-	-	-	-	Variável	30-10-2008	20-08-2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta nº13 Classe A	EUR	232.368	232.368	-	-	-	-	Variável	09-01-2018	23-10-2072	Euribor 3m + 0,60%
Hipototta nº13 Classe B	EUR	484.000	484.000	-	-	-	-	Variável	09-01-2018	23-10-2072	Euribor 3m + 1%
Hipototta nº13 Classe C	EUR	33.000	33.000	-	-	-	-	Variável	09-01-2018	23-10-2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta nº13 Classe D	EUR	-	-	-	-	-	-	Variável	09-01-2018	23-10-2072	
Hipototta nº14 Classe A	EUR	1.534.418	1.534.418	-	-	-	-	Variável	16-07-2025	28-10-2079	Euribor 3m + 0,80%
Hipototta nº14 Classe B	EUR	530.200	530.200	-	-	-	-	Variável	16-07-2025	28-10-2079	Euribor 3m + 1,5%
Hipototta nº14 Classe C	EUR	42.400	42.400	-	-	-	-	Variável	16-07-2025	28-10-2079	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Consumer Totta 1 classe A	EUR	160.314	-	160.314	25	-	160.339	Variável	30-09-2022	28-06-2033	Euribor 3m + 0,80%
Consumer Totta 1 classe B	EUR	7.707	-	7.707	1	-	7.708	Variável	30-09-2022	28-06-2033	Euribor 3m + 1,10%
Consumer Totta 1 classe C	EUR	12.332	-	12.332	3	-	12.335	Variável	30-09-2022	28-06-2033	Euribor 3m + 2%
Consumer Totta 1 classe D	EUR	7.707	-	7.707	4	-	7.711	Variável	30-09-2022	28-06-2033	Euribor 3m + 8%
Consumer Totta 1 classe E	EUR	12.332	-	12.332	(1.689)	-	10.643	Variável	30-09-2022	28-06-2033	Euribor 3m + 11,85%
Consumer Totta 1 classe X	EUR	1	1	-	-	-	-	Variável	30-09-2022	28-06-2033	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Consumer Totta 2 classe A	EUR	233.347	-	233.347	707	-	234.054	Variável	26-09-2024	25-02-2034	Euribor 3m + 0,90%
Consumer Totta 2 classe B	EUR	11.230	-	11.230	39	-	11.269	Variável	26-09-2024	25-02-2034	Euribor 3m + 1,30%
Consumer Totta 2 classe C	EUR	17.939	-	17.939	73	-	18.012	Variável	26-09-2024	25-02-2034	Euribor 3m + 1,90%
Consumer Totta 2 classe D	EUR	11.230	-	11.230	63	-	11.293	Variável	26-09-2024	25-02-2034	Euribor 3m + 3,40%
Consumer Totta 2 classe E	EUR	17.939	-	17.939	(2.998)	-	14.941	Variável	26-09-2024	25-02-2034	Euribor 3m + 5,35%
Consumer Totta 2 classe F	EUR	2.000	-	2.000	16	-	2.016	Variável	26-09-2024	25-02-2034	Euribor 3m + 6%
Consumer Totta 2 classe R	EUR	-	-	-	-	-	-	6,50%	26-09-2024	25-02-2034	Taxa Fixa
Consumer Totta 2 classe X	EUR	1	1	-	-	-	-	Variável	26-09-2024	25-02-2034	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Consumer Totta 3 classe A	EUR	347.800	-	347.800	1.885	-	349.685	Variável	23-10-2025	23-10-2035	Euribor 3m + 0,75%
Consumer Totta 3 classe B	EUR	27.200	-	27.200	171	-	27.371	Variável	23-10-2025	23-10-2035	Euribor 3m + 1,20%
Consumer Totta 3 classe C	EUR	20.900	-	20.900	144	-	21.044	Variável	23-10-2025	23-10-2035	Euribor 3m + 1,50%
Consumer Totta 3 classe D	EUR	14.700	-	14.700	134	-	14.834	Variável	23-10-2025	23-10-2035	Euribor 3m + 2,65%
Consumer Totta 3 classe E	EUR	8.400	-	8.400	(4.176)	-	4.224	Variável	23-10-2025	23-10-2035	Euribor 3m + 3,30%
Consumer Totta 3 classe F	EUR	4.200	-	4.200	42	-	4.242	Variável	23-10-2025	23-10-2035	Euribor 3m + 3,18%
Consumer Totta 3 classe R	EUR	-	-	-	-	-	-	Variável	23-10-2025	23-10-2035	Euribor 3m +4%
Consumer Totta 3 classe X	EUR	1	1	-	-	-	-	Variável	23-10-2025	23-10-2035	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Total		3.914.085	2.932.429	981.656	(5.387)	-	976.269				

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Correções de Valor			Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Emitido	Subscrito pelo Grupo	Balanço	Juros a pagar / comissões a diferir	por operações de cobertura	Total				
Outras obrigações emitidas											
Senior Holdco	EUR	500.000	-	500.000	1.831	-	501.831	0,68%	17-06-2021	17-06-2027	Taxa Fixa
Senior Non-Preferred 6NC5 Fixed-to-Fixed Reset Rate Notes	EUR	600.000	-	600.000	10.727	-	610.727	3,08%	03-06-2022	03-06-2028	Taxa Fixa
Senior Non-Preferred 6NC5 Fixed-to-Fixed Reset Rate Notes due June 2030	EUR	500.000	-	500.000	8.627	-	508.627	4,06%	30-07-2024	30-07-2030	Taxa Fixa
Total		1.600.000	-	1.600.000	21.185	-	1.621.185				
Passivos subordinados											
OB.BANCO SANTANDER TOTTA SA 7.5% 06/10/2026	EUR	7.599	-	7.599	136	-	7.735	7,50%	06-10-2016	06-10-2026	Taxa Fixa
Subordinated 10NC5 Fixed-to-Fixed Reset Rate Tier 2	EUR	200.000	-	200.000	5.321	-	205.321	4,71%	09-06-2022	09-06-2032	Taxa Fixa
Total		207.599	-	207.599	5.457	-	213.056				
TOTAL		18.019.088	10.239.629	7.779.459	82.304	7.173	7.868.936				

Relatórios e pareceres da atividade consolidada

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Santander Totta, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 58.710.458 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.319.589 milhares de euros, incluindo resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe de 963.805 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidada, a demonstração do outro rendimento integral consolidada, a demonstração das alterações no capital próprio consolidada e a demonstração dos fluxos de caixa consolidada relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Banco Santander Totta, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000 |Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social 314.000 EUR

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

DocID: NjgyNDUxMzQ5M2M2YWZlYjQyODRlYjFkDjOTAYNzQ5MjAyNzI1MjA0ODN8QxD

Perdas por imparidade dos ativos financeiros pelo custo amortizado – empréstimos e adiantamentos a clientes – e provisões para garantias e compromissos concedidos (notas 1.3 alínea c), 2, 9, 16 e 36 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Banco)

A significativa expressão das rubricas de empréstimos e adiantamentos a clientes, e das exposições extrapatrimoniais, representadas por garantias prestadas e outros compromissos, e das perdas por imparidade e provisões que lhe estão associadas, cujo apuramento requer o tratamento de um volume significativo de dados, a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do órgão de gestão do Banco, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de dezembro de 2025, o valor bruto em balanço dos empréstimos e adiantamentos a clientes ascende a 39.232.660 milhares de euros e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a 712.202 milhares de euros. O valor das exposições extrapatrimoniais, representadas por garantias prestadas e outros compromissos, ascende a 10.619.418 milhares de euros e as respetivas provisões reconhecidas a essa data ascendem a 42.345 milhares de euros.

De acordo com o definido pela IFRS 9 – Instrumentos financeiros e a política contabilística divulgada na nota 1.3, c) anexa às demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de dezembro de 2025, para as exposições mais significativas classificadas em stage 3, avaliadas em termos do montante total das responsabilidades junto do Banco e da eventual existência de indícios de incumprimento, o Banco desenvolve um processo de quantificação das perdas por imparidade que inclui uma análise individual de quantificação de imparidade. O montante de imparidade é apurado através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente, tendo por referência (i) a estimativa dos fluxos de caixa futuros para o cumprimento das suas responsabilidades (abordagem going concern); e/ou (ii) a avaliação atribuída aos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação, execução e/ou venda

Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação, a compreensão e a avaliação das políticas e procedimentos instituídos pelo Banco para efeitos da mensuração das perdas por imparidade para a carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, e das provisões para as exposições extrapatrimoniais, bem como dos controlos chave referentes à aprovação, ao registo e monitorização do risco de crédito, e à atempada identificação, mensuração e registo das perdas por imparidade e das provisões.

Em base de amostragem, analisámos um conjunto de clientes pertencentes ao perímetro de análise individual do Banco em 31 de dezembro de 2025, com o objetivo de (i) rever as conclusões e os resultados obtidos pelo Banco nas suas análises individuais de quantificação de imparidade e (ii) formular o nosso próprio julgamento sobre a existência de situações de aumento significativo de risco de crédito ou de incumprimento (“default”), a situação económico-financeira dos clientes, a previsibilidade dos fluxos de caixa esperados dos respetivos negócios e as perspetivas de cobrabilidade dos créditos.

Para a carteira cuja imparidade é apurada através do modelo de análise coletiva, e com o envolvimento de especialistas internos nas matérias em apreciação sempre que considerado necessário, foram desenvolvidos um conjunto de procedimentos específicos com o objetivo de (i) rever a aplicação dos critérios utilizados pelo Banco na marcação de situações de aumento significativo de risco de crédito ou de incumprimento (“default”), e (ii) avaliar de que forma os pressupostos considerados pelo órgão de gestão contemplam todas as variáveis de risco, por comparação com a informação histórica disponível sobre o desempenho e recuperações da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes do Banco, bem como a informação prospetiva e as metodologias

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
desses mesmos colaterais (abordagem <i>gone concern</i>). Para as exposições não abrangidas pela análise individual, o Banco desenvolve modelos de análise coletiva para apuramento das perdas de imparidade, baseados (i) num conjunto de critérios de marcação de situações de aumento significativo de risco de crédito ou de incumprimento (“default”), (ii) em informação histórica interna de defaults e recuperações do Banco, bem como (iii) em informação prospetiva via a incorporação de um conjunto de cenários potenciais devidamente ponderados, de variáveis macroeconómicas e financeiras relevantes, e de outros julgamentos definidos pelo órgão de gestão (<i>post model adjustments</i>). Tendo em conta o exposto, quaisquer alterações nos pressupostos ou metodologias utilizados pelo Banco na análise e quantificação das perdas por imparidade da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, e das provisões para as exposições extrapatrimoniais, bem como diferentes estratégias de recuperação, condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o timing do seu recebimento, e podem ter impactos relevantes no montante de perdas por imparidade e de provisões apurado em cada momento.	definidas pelo Banco para determinação dos <i>post model adjustments</i>. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os empréstimos e adiantamentos a clientes e as exposições extrapatrimoniais, bem como as respetivas perdas por imparidade e provisões, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.
Justo valor de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor não cotados num mercado ativo – nível 3 da hierarquia de justo valor (notas 1.3 alínea c), 2, 6, 7, 8 e 36 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Banco) Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Banco e pelo grau de julgamento associado, o apuramento do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Tal como divulgado nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de dezembro de 2025, o saldo de balanço a essa data dos instrumentos financeiros valorizados através de técnicas que usam variáveis não observáveis de mercado (nível 3 da hierarquia de justo valor), ascende a 170.770 milhares de euros de ativos e 3.757 milhares de euros de passivos, incluindo as correções de valor por via da contabilização	Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a identificação e a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Banco, subjacentes às metodologias adotadas e à seleção e apuramento dos principais pressupostos e dados utilizados na determinação do justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor. Dos procedimentos realizados, para uma amostra de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor incluindo as correções de valor por via da contabilização de coberturas, destacam-se os seguintes: (i) a compreensão do processo de

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
de coberturas. Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros assim classificados são compostos essencialmente por: (i) derivados de negociação; e (ii) instrumentos de capital próprio. Para os instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, o Banco procede à determinação do justo valor com recurso a (i) preços obtidos junto de contrapartes independentes; (ii) preços praticados em transações análogas e recentes de mercado; (iii) modelos de fluxos de caixa descontados; e/ou (iv) outras metodologias consoante a natureza do investimento e contexto de mercado dos instrumentos, os quais envolvem um elevado grau de julgamento na definição dos pressupostos e dados a utilizar. Neste contexto, alterações nos pressupostos e nas técnicas de mensuração utilizadas pelo Banco podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor destes instrumentos financeiros reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco.	governance do Banco no que respeita à revisão e aprovação dos principais pressupostos e dos modelos de valorização utilizados bem como análise de documentos internos que suportam a tomada de decisão; (ii) o entendimento das metodologias, dos principais pressupostos, e dos dados utilizados pelo Banco, e análise da sua razoabilidade nas circunstâncias, por comparação com os dados passíveis de observação com a informação de mercado recolhida de fontes externas e independentes, sempre que disponível; e (iii) a revisão analítica do justo valor desses instrumentos financeiros, comparando-o com o período homólogo, com a última informação financeira e respetivos relatórios de auditoria, sempre que disponíveis. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo, e classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.
Responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego (notas 1.3 alínea j), 2, 13 e 33 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Banco) Em 31 de dezembro de 2025, as responsabilidades por serviços passados do Banco em relação aos seus administradores, colaboradores, reformados e pensionistas ascendem a 1.276.868 milhares de euros, abrangendo essencialmente benefícios por pensões de reforma e sobrevivência, invalidez, cuidados de saúde e subsídio por morte, previstos no Acordo Coletivo de Trabalho ("ACT") para o setor bancário. Estas responsabilidades estão na sua maioria financiadas por fundos de pensões afetos, cujo valor patrimonial no final do exercício de 2025 ascende a 1.386.293 milhares de euros. De acordo com as políticas e procedimentos internos em vigor, estas responsabilidades são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por atuário independente certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF"). Estas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos	Os procedimentos de auditoria desenvolvidos incluíram a identificação e a compreensão dos controlos chave instituídos pelo Banco para assegurar que é correta e completa a informação recolhida e fornecida ao atuário independente para o cálculo das responsabilidades e das necessidades de financiamento do plano, bem como a adequação do processo de apuramento do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões. Os trabalhos de auditoria incluíram a análise do estudo atuarial elaborado pelo atuário independente com referência a 31 de dezembro de 2025, a verificação por amostragem dos dados incluídos no estudo atuarial e a realização de reuniões com o órgão de gestão e de contactos com o atuário independente a fim de identificar as metodologias e as opções consideradas na definição dos principais pressupostos financeiros e atuariais adotados. Face à

Matérias relevantes de auditoria

financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação, as tábuas de mortalidade, as taxas de crescimento das pensões e dos salários, entre outros, definidos pelo órgão de gestão e ajustados às características dos benefícios pós-emprego e da população dos administradores, colaboradores, reformados e pensionistas do Banco, e ao comportamento atual e futuro dessas variáveis.

Neste contexto, alterações que se venham a registar de futuro nos pressupostos financeiros e atuariais assumidos podem originar impactos materiais na mensuração das responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego e dos ativos detidos para a respetiva cobertura, pelo que este tema foi considerado uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

relevância dos julgamentos requeridos ao órgão de gestão, procedemos à avaliação da razoabilidade dos principais pressupostos, comparando-os com os dados que obtivemos de forma independente, sempre que disponíveis, envolvendo, para o efeito, os nossos especialistas internos em matérias atuariais.

Foi ainda efetuada a revisão da conformidade: (i) do histórico da informação dos beneficiários utilizada para efeitos do cálculo das responsabilidades; (ii) do reconhecimento contabilístico de cortes ou liquidações dos planos, de custos respeitantes a serviços passados e de outras alterações de pressupostos e estimativas ocorridas ao longo do exercício; e (iii) do justo valor dos ativos dos fundos de pensões afetos, recalculando-o, de forma independente, em base de amostragem.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre as responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Outros saldos a receber relacionados com a medida de resolução aplicada ao Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”)
(notas 1.3 alínea c), 9 e 12 anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Banco)

Conforme se refere na Nota 12, na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif – deliberada pelo Conselho de Administração do Banco de Portugal em 20 de dezembro de 2015 (“transação”), e tendo presentes os entendimentos e esclarecimentos subsequentes que foram comunicados ao Banco por este e o deferimento, por parte do Ministério das Finanças, do pedido de transmissão dos prejuízos fiscais do Banif, o Banco submeteu, em 29 de maio de 2018, uma declaração de substituição do Modelo 22 (IRC) referente ao exercício de 2015.

Posteriormente, por Despacho da Diretora Adjunta da Unidade dos Grandes Contribuintes, apenas foi reconhecido ao Banco o direito de utilizar prejuízos fiscais do Banif relativos aos exercícios de 2009 a 2014.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos para esta matéria incluíram a apreciação dos pressupostos adotados pelo órgão de gestão quanto à sua forma de recuperação e respetivo montante. Face à relevância dos julgamentos requeridos do órgão de gestão, no âmbito da nossa auditoria efetuámos, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) reuniões com o órgão de gestão para entendimento sobre a avaliação efetuada pelo Banco quanto à situação e evolução do referido processo; (ii) apreciação da correspondência trocada com o Banco de Portugal e com o Ministério das Finanças; e (iii) reuniões com os advogados externos do Banco e análise dos seus pareceres.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre este assunto,

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
Na sequência da decisão do Ministério das Finanças de 30 de junho de 2020 quanto ao indeferimento do recurso hierárquico apresentando pelo Banco relativamente ao referido Despacho, o Banco exigiu nesse ano uma compensação de 157.699 milhares de euros, em dinheiro ou em títulos do tesouro, no âmbito da transação e do acordo celebrado com as autoridades portuguesas envolvidas na medida de resolução aplicada ao Banif, tendo então procedido ao reconhecimento de um ativo de indemnização no montante em causa na rubrica de “Ativos financeiros pelo custo amortizado – Empréstimos e adiantamentos – Devedores diversos e outras disponibilidades” (Nota 9), ao mesmo tempo que considerou uma imparidade sobre os impostos diferidos ativos transitados do Banif, devido à elevada incerteza quanto à sua recuperação. Pela sua relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, este assunto constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	constantes das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas do Banco, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário e demonstração não financeira consolidada nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a) a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Grupo para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores do Banco Santander Totta, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 5 de dezembro de 2024 para o exercício de 2025.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta mesma data.

- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

29 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Signed by:

66FD21B9F45D4BB...

José Manuel Henriques Bernardo, ROC n.º 903
Registado na CMVM com o n.º 20160522



PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2025

No âmbito das suas competências, a Comissão de Auditoria apreciou o Relatório de Gestão e Contas consolidadas do Banco Santander Totta, S.A., referentes ao exercício de 2025, preparadas pela Comissão Executiva, e a respetiva Certificação Legal de Contas emitida sem reservas, bem como o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas, tendo concluído que:

- a) O Relatório de Gestão satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- b) A Demonstração da Posição Financeira, as Demonstrações dos Resultados e do outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às demonstrações financeiras consolidadas satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;
- c) O Relatório de Governo Societário segue as disposições legais aplicáveis.

Neste contexto, a Comissão de Auditoria considera que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander Totta, S.A. e o Relatório de Governo Societário estão de acordo com as disposições legais, contabilísticas e estatutárias aplicáveis e são adequados à compreensão da situação patrimonial do Banco no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Face ao exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral do Banco Santander Totta, S.A. aprove o Relatório de Gestão bem como os demais documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao exercício de 2025, apresentados pelo Conselho de Administração, tendo em conta os aspetos salientados na Certificação Legal de Contas sobre as demonstrações financeiras consolidadas, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Lisboa, 29 de abril de 2026

COMISSÃO DE AUDITORIA

Signed by:

Ana Isabel Morais

7AAF70DC115A4C0...

(Ana Isabel Morais)

Signed by:

Ana Cristina Torres

C639B3F978184A3...

(Ana Torres)



Signed by:

[Handwritten signature]

89824DB475934C2...

(Daniel Traça)

Signed by:

Henrique Carvalho e Silva

E48CCCDDB7C9411...

(Henrique Carvalho e Silva)

Assinado por:

[Handwritten signature]

C1532D9E7A44B8...

(João Pedro Tavares)



RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO DE AUDITORIA

Exercício de 2025

1. Introdução

A Comissão de Auditoria do BANCO SANTANDER TOTTA S.A. (Banco) vem, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora, em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 423.º - F do Código das Sociedades Comerciais.

Sem prejuízo das demais competências, legal e estatutariamente previstas, compete à Comissão de Auditoria, designadamente:

- a) Acompanhar e fiscalizar a administração do Banco;
- b) Vigiar a observância das regras legais e societárias que regem a atividade do Banco;
- c) Acompanhar e fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira, incluindo a regularidade e exatidão dos livros, registos contabilísticos e documentos de prestação de contas, e apresentar recomendações para garantir a fiabilidade do mesmo;
- d) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pelo Banco conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- e) Fiscalizar e monitorizar a eficácia das atividades no âmbito da cultura organizacional e dos sistemas de governo e de controlo interno, em articulação com as funções de controlo interno, analisando e acompanhando regularmente os relatórios de informação de risco preparados pelo *Chief Risk Officer* (CRO), os relatórios de seguimento da atividade de cumprimento, elaborados pela *Chief Compliance Officer* (CCO), o plano de auditoria interna e a sua execução, elaborados pelo *Chief Audit Executive* (CAE);
- f) Proceder à avaliação sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional em vigor no Banco e dos seus sistemas de governo e controlo interno, no âmbito do relatório de autoavaliação anual previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, com as alterações decorrentes do Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2025, de 20 de março, e na Instrução do Banco de Portugal n.º 18/2020, de 15 de julho de 2020, bem como dar parecer sobre os relatórios anuais dos responsáveis da Função de Gestão de Riscos, da Função de Cumprimento e da Função de Auditoria Interna;
- g) Assegurar as funções previstas para os Órgãos de fiscalização, no supra referido Aviso n.º 3/2020;
- h) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores do Banco e outros, e efetuar a respetiva monitorização;
- i) Fiscalizar a atividade do Revisor Oficial de Contas (ROC) relativamente à revisão de contas e aos documentos de prestação de contas do Banco, e fiscalizar a independência do ROC, designadamente na prestação de serviços distintos de auditoria.



2. Atividades desenvolvidas em 2025

Em 2025, a Comissão de Auditoria realizou 11 reuniões, tendo sido elaboradas e aprovadas as respetivas atas. Atendendo ao modelo de governo adotado pelo Banco, os membros da Comissão de Auditoria estão presentes, na sua qualidade de membros do Conselho de Administração, nas reuniões deste órgão, incluindo aquela em que é apreciado e deliberado o relatório de gestão, as contas e a proposta de aplicação de resultados a submeter a aprovação da Assembleia Geral.

Durante o ano de 2025, a Comissão de Auditoria concentrou a sua atuação em cinco pilares fundamentais: (i) Auditoria Interna, (ii) Gestão de Riscos e Controlo Interno, (iii) Informação Financeira, (iv) Conformidade e Governo, e (v) Operações Relevantes e Partes Relacionadas — assegurando uma supervisão integrada da robustez financeira, prudencial e de *governance* da instituição.

Em primeiro lugar, destaca-se a supervisão da Auditoria Interna, através do acompanhamento regular da execução do plano anual, da aprovação do plano e respetivo orçamento, da monitorização sistemática das recomendações emitidas e da avaliação do desempenho do *Chief Audit Executive*, incluindo a apreciação de revisões externas de qualidade. Este acompanhamento contínuo reforça a independência, a objetividade e a eficácia da função de auditoria interna, assegurando que os principais riscos são adequadamente cobertos e que as fragilidades identificadas são objeto de remediação tempestiva.

Em segundo lugar, a Comissão dedicou particular atenção à Gestão de Riscos e ao Sistema de Controlo Interno, acompanhando a formulação e atualização do apetite ao risco, a evolução dos principais indicadores prudenciais, os relatórios periódicos da função de risco e matérias específicas como Non-performing Exposures (NPE), recuperações e políticas de gestão de risco. Paralelamente, procedeu à apreciação da adequação e eficácia do sistema de controlo interno, reforçando a articulação entre as diferentes linhas de defesa.

Em terceiro lugar, exerceu um escrutínio rigoroso sobre a Informação Financeira e o Desempenho, analisando resultados trimestrais e anuais, acompanhando planos financeiros plurianuais e discutindo matérias com impacto contabilístico relevante, de forma a assegurar a fiabilidade, consistência e transparência da informação reportada.

A Comissão acompanhou matérias de Cumprimento, Governo e Relação com o Auditor Externo, nomeadamente através da apreciação dos relatórios anuais de Cumprimento, a revisão de políticas internas e a aprovação da prestação de serviços distintos de auditoria pelo auditor externo. Procedeu à sua própria autoavaliação e atualização regulamentar, tendo em conta as alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2025 no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020. Acompanhou transações com partes relacionadas e com devedores de risco acrescido, garantindo uma supervisão reforçada destas transações.

Por fim, a Comissão de Auditoria manteve o foco no provisionamento de risco de crédito por meio de apresentações de resultados trimestrais relevantes e análises produzidas quer internamente quer pelo Auditor Externo e analisando a carteira em moratória, em conjunto com as provisões líquidas e o custo do crédito, assim como as perspetivas da sua evolução futura, de forma a assegurar um conhecimento aprofundado da exposição de crédito do Banco e da suficiência e adequação das provisões constituídas.



A Comissão de Auditoria manteve, ainda, um foco especial na resolução das recomendações da área de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e da recomendação escalada pela Auditoria Interna (Evolução da Plataforma de Gestão de Fornecedores).

No seguimento da introdução, em 2024, das reuniões conjuntas ("Reuniões Conjuntas") entre a Comissão de Auditoria e o Comité de Riscos - a ocorrer sempre que as matérias do âmbito ou competência da Comissão de Auditoria forem também, para qualquer efeito, da competência ou âmbito do Comité de Riscos e de forma a promover uma comunicação e coordenação mais eficazes e uma abordagem mais abrangente aos assuntos - em 2025 manteve-se esta prática, tendo sido realizadas 5 reuniões conjuntas.

Adicionalmente, a Comissão de Auditoria analisou e apreciou o projeto de fusão por incorporação entre o Banco e a TaxaGest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("TaxaGest"), a realizar mediante a transferência global do património da TaxaGest para o Banco (Projeto de Fusão BST - TaxaGest) e o projeto de fusão por incorporação entre o Banco e a Santander Totta - SGPS, S.A. (Projeto de Fusão BST - Santander SGPS), a realizar mediante a transferência global do património da Santander SGPS para o Banco, tudo no âmbito do processo denominado por Simplifier.

Este processo foi concluído com sucesso, com a concretização das previstas fusões, tendo sido dado o devido seguimento ao processo de fusão, que foi acompanhado em conjunto com o Comité de Riscos e que ficou concluído com a concretização das referidas fusões em fevereiro de 2025.

A Comissão aprovou o plano da Comissão de Auditoria para 2026, denominado de *Forward Looking Agenda* 2026 ("FLA 2026") e a revisão do plano plurianual de Auditoria Interna para 2026-2029.

Das atividades desenvolvidas pela Comissão de Auditoria, no exercício de 2025, destacam-se, entre outras, as seguintes:

a) Acompanhamento da gestão e das operações do Banco

Foi feito o acompanhamento da gestão e das operações do Banco ao longo do ano, salientando-se, pela sua relevância, em particular, o acompanhamento de áreas como o governo e qualidade dos dados, a análise dos processos de obtenção, produção e tratamento da informação, o controlo de acessos, o ponto de situação da área de *Financial Crime Compliance*, a cibersegurança, as tecnologias de informação e o plano estratégico X28 e *challenge* de riscos. O acompanhamento foi efetuado mediante: i) a presença nas reuniões da Comissão Auditoria e do Conselho de Administração, com a apresentação destes temas, com a sua análise e discussão; ii) o acesso a toda a documentação produzida por este órgão e pelos comités em que este delegou competências, nomeadamente o Comité de Remunerações, o Comité de Nomeações e o Comité de Riscos; iii) o acesso à informação trimestral sobre a atividade e resultados do Banco e a outra documentação relevante; iv) e os contactos mantidos com os responsáveis do Banco, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.



A Comissão de Auditoria acompanhou ainda os seguintes temas: as operações com partes relacionadas; a atualização da política de gestão de riscos ambientais, sociais e de alterações climáticas; modelos; os cenários de stress utilizados em cada um dos mais relevantes exercícios estratégicos e de stress; os resultados da Campanha de Avaliação e Certificação Anual (RCSA + CI) – Modelo Controlo Interno 2024; a qualidade dos dados e as operações com devedores de risco acrescido.

b) Acompanhamento e fiscalização do processo de preparação e divulgação de informação financeira

A Comissão de Auditoria acompanhou, trimestralmente, o processo de preparação e divulgação de informação financeira do Banco, tendo obtido da Área de Contabilidade e Controlo de Gestão os esclarecimentos necessários. Foi também apresentado, por esta área, o Relatório de Gestão e as Contas do exercício concluído em 31 de dezembro de 2024, tendo ainda a Comissão apreciado a Certificação Legal de Contas e o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização apresentados pelo Revisor Oficial de Contas. Neste âmbito, a Comissão de Auditoria emitiu um parecer positivo sobre o Relatório e Contas do Banco, a proposta de aplicação de resultados e o Relatório de Governo Societário, referentes ao exercício de 2024. Procedeu também à emissão do Relatório Anual da Comissão de Auditoria, referente a 2024 bem como à elaboração e aprovação do resumo do relatório de autoavaliação, com referência a 30.11.2024.

Foi apresentado regularmente um ponto de situação dos assuntos de contabilidade e gestão financeira dos quais se destacam: i) análise da carteira de crédito e imparidade de crédito; ii) análise das moratórias e recuperações; iii) análise das deficiências detetadas no sistema de controlo financeiro interno e sistema de contabilidade e estado de concretização de medidas corretivas; iv) verificação do cumprimento dos deveres de divulgação e reporte prudencial; v) análise dos principais julgamentos da gestão e estimativas, nomeadamente os relativos a impostos diferidos ativos e passivos, provisões e fundos de pensões.

Foram igualmente apresentados pontos de situação sobre os processos de obtenção, produção e tratamento da informação (no âmbito do artigo 29.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020) e sobre a gestão da qualidade de dados.

A Comissão de Auditoria analisou também os rácios de liquidez, de capital e de eficiência do Banco.

c) Fiscalização da eficácia das atividades no âmbito da cultura organizacional e dos sistemas de governo e de controlo interno, abrangendo a gestão e controlo de riscos, cumprimento e auditoria interna

No período de referência, a Comissão de Auditoria acompanhou a monitorização da eficácia do sistema de controlo interno. Apreciou os relatórios de autoavaliação, incluindo os relatórios anuais das funções de gestão de riscos, de cumprimento e de auditoria interna e os planos de atividades das funções de controlo, e emitiu a sua avaliação, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Art.º 56.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, com as alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2025.

A Comissão de Auditoria participou no processo de nomeação dos atuais *Chief Risk Officer* e *Chief Compliance Officer* e no processo de avaliação de desempenho dos responsáveis pelas três funções de controlo (auditoria interna, gestão de riscos e cumprimento).



A Comissão de Auditoria acompanhou a atividade da função de Gestão de Riscos, nomeadamente a refletida no plano de atividades da função, e nos relatórios sobre a evolução das métricas principais de risco, *Top Risks*, perfil de riscos, apetite de riscos e recomendações, e exerceu uma função fiscalizadora quanto à independência da função de Gestão de Riscos.

Ainda ao nível da atividade da função de riscos, a Comissão de Auditoria apreciou também a revisão da Política de Gestão de Riscos Ambientais, Sociais e de Alterações Climáticas e o ponto de situação sobre as atividades de gestão de acessos e apresentação da estratégia para evolução da *framework*, nomeadamente evolução da temática sobre o controlo de acessos e estratégia de gestão de acessos adotada.

Tomou conhecimento do ponto de situação de Cibersegurança, apresentado pelo *Chief Information Security Officer* (CISO), com enfoque na evolução das principais métricas e o detalhe e progresso sobre a métrica chave designada *Cyber Internal Control Maturity Metric*, sobre os exercícios regulatórios que foram iniciados ou que se encontraram a decorrer no ano de 2025 e a evolução do plano acordado com o BCE sobre a *Off-site Inspection de IT Security Management*.

Acompanhou a gestão do risco de fornecedores, com especial foco no plano de estabilização da plataforma SARA e KRIs de seguimento.

A Comissão de Auditoria acompanhou a evolução da atividade da função de Cumprimento, incluindo: i) ação fiscalizadora quanto à independência da função de Cumprimento; ii) os novos produtos aprovados; iii) a implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados; iv) a revisão das políticas de cumprimento e conduta; v) o plano de melhoria/transformação e estratégia da área de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (KYC, WLM e ALM); vi) emissão de parecer positivo sobre o Relatório de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo; vii) a síntese das contingências legais; viii) a lista de partes relacionadas e operações com partes relacionadas (apresentação trimestral).

A Comissão de Auditoria acompanhou semestralmente o ponto de situação das reclamações de clientes, nomeadamente o tipo e conteúdo das reclamações, as medidas adotadas para as gerir e as deficiências identificadas no sistema de controlo interno. Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo sido detetadas situações materiais de incumprimento.

A Comissão de Auditoria acompanhou, no período de referência, a atividade da função de Auditoria Interna, em particular: i) supervisionou a função de auditoria interna, velando pela sua independência e eficácia e verificando a suficiência de recursos; ii) foi informada sobre a execução do plano de auditoria interna; iii) foi informada sobre os relatórios emitidos pela auditoria interna; iv) avaliou as conclusões das auditorias internas efetuadas, acompanhou os prazos e o grau de cumprimento das recomendações, permitindo um controlo exaustivo sobre as recomendações; v) tomou conhecimento dos resultados do Sistema Interno de Gestão de Qualidade da Auditoria Interna; vi) analisou e aprovou o orçamento da auditoria interna para 2025; vii) avaliou o desempenho das funções do CAE e aprovou o seu prémio de desempenho; viii) aprovou os objetivos anuais do CAE; e ix) aprovou o plano de auditoria interna para 2026 e Cobertura até 2029.



Além da apreciação de outras políticas, em termos de governo interno, a Comissão de Auditoria: i) emitiu o seu parecer relativo à Política de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais, ao Código Geral de Conduta e Política de Prevenção, Comunicação e Sanação de Conflitos de Interesses, à Política para o Setor da Defesa, à Política de Transações com Partes Relacionadas e à Política do canal aberto e do procedimento de uso e funcionamento do canal aberto, antes da sua submissão a Conselho de Administração; ii) tomou conhecimento de operações realizadas com devedores de risco acrescido, aprovadas em Conselho de Administração.

A Comissão de Auditoria contou com a total colaboração e esclarecimento por parte dos responsáveis das áreas de controlo interno os quais estiveram presentes nas reuniões da Comissão de Auditoria.

No período de referência, a Comissão de Auditoria tomou regularmente conhecimento da correspondência mais relevante trocada entre o Banco e as entidades de supervisão nacionais e europeias, tendo solicitado, à Comissão Executiva e aos Comitês relevantes, os esclarecimentos tidos por necessários. Acompanhou ainda os relatórios de evolução das ações de mitigação das deficiências e de implementação de recomendações identificadas pelos supervisores.

d) Fiscalização e monitorização da atividade do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas (ROC) da PwC esteve presente em todas as reuniões realizadas pela Comissão de Auditoria em 2025.

A Comissão de Auditoria acompanhou a revisão legal das contas anuais, tendo realizado para o efeito reuniões com os representantes da PwC para esclarecimento do planeamento, evolução e execução dos trabalhos de auditoria e sua implementação. Obteve do Revisor a sua confirmação de que teve acesso a toda a informação necessária para o desenvolvimento da sua atividade.

Relativamente aos relatórios produzidos pela PwC, a Comissão de Auditoria analisou:

- Relatório sobre o processo de quantificação de imparidade da carteira de crédito do Banco e das conclusões da revisão limitada às demonstrações financeiras do Banco, com referência a 31 de dezembro de 2024.
- Relatório sobre o processo de quantificação de imparidade da carteira de crédito, com referência a 30 de junho de 2025.

A Comissão de Auditoria: i) aprovou o Plano de Auditoria Externa apresentado pela PwC; ii) fez o acompanhamento anual do desempenho profissional dos auditores externos; iii) tomou conhecimento do ponto de situação das recomendações da auditoria externa e dos reguladores, tendo acompanhado os relatórios de evolução das ações de mitigação das deficiências e de implementação de recomendações identificadas pelos auditores.



A Comissão de Auditoria aprovou a prestação de serviços distintos de auditoria, para além dos serviços de auditoria, de acordo com a legislação europeia, Regulamento n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 e da Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro de 2021, após verificação prévia da sua adequação. Atendeu, em particular a: (i) que os serviços em causa não seriam passíveis de enquadramento na lista de serviços proibidos e não constituiriam uma ameaça à independência e à objetividade do ROC no contexto dos trabalhos de revisão legal de contas; (ii) que os montantes de honorários para eles propostos não excediam os limites de honorários por serviços distintos de auditoria legalmente previstos; (iii) que os serviços distintos de auditoria contratados à PwC se justificavam pela experiência no desenvolvimento de trabalhos similares, existindo condições para serem prestados com independência e objetividade.

Atento o supra exposto, a Comissão de Auditoria concluiu não existirem razões objetivas que permitissem questionar a independência do ROC, tendo aprovado os seguintes serviços distintos de auditoria:

- *Revisão limitada trimestral (Q1) – aprovados em 27/01/2025*
- *Verificação da implementação das medidas supervisivas emitidas pelo Banco de Portugal – janeiro de 2025 – aprovados em 27/01/2025*
- *Verificação da implementação das medidas supervisivas emitidas pelo Banco de Portugal – março a dezembro de 2025 – aprovados em 27/01/2025*
- *Verificação da adequação da informação de sustentabilidade apresentada no Relatório de Banca Responsável de 2024 – aprovados em 24/02/2025*
- *Comfort letter covered bonds - atualização do prospeto – aprovados em 24/02/2025*
- *Revisão limitada trimestral (Q3) – aprovados em 26/05/2025*
- *Reporte ex-ante 2026 para o Fundo Único de Resolução – aprovados em 26/05/2025*
- *Validação anual do reporte do IFRRU – aprovados em 26/05/2025*
- *Validação anual MOI / Portfólios – aprovados em 26/05/2025*
- *Acesso à base de dados Inforfisco – aprovados em 26/05/2025*
- *Validações da securitização sintética - Fortaleza (trimestrais) – aprovados em 26/05/2025*
- *Validações da securitização Hipototta N14 (initial portfolio) – aprovados em 26/05/2025*
- *Validações da securitização sintética - Bahia (trimestrais) – aprovados em 29/09/2025*
- *Validações da securitização sintética - Boa Vista (trimestrais) – aprovados em 29/09/2025*
- *Validações da securitização sintética - Goa (trimestrais) – aprovados em 29/09/2025*
- *Validações da securitização sintética - Castelo (trimestrais) – aprovados em 29/09/2025*
- *Validações da securitização Consumer Totta 3 (initial portfolio) – aprovados em 29/09/2025*
- *Validações da securitização - Belém (ICMA report) – aprovados em 29/09/2025*
- *Validações da securitização sintética - Syntotta 6 (initial portfolio) – aprovados em 27/10/2025*
- *Validações da securitização sintética - Syntotta 6 (replenishments) – aprovados em 27/10/2025*
- *Validações da securitização sintética - Fortaleza 3 (initial portfolio) – aprovados em 27/10/2025*
- *Verificação da adequação da informação de sustentabilidade apresentada no Relatório de Banca Responsável de 2025 – aprovados em 27/10/2025*
- *Validações da securitização sintética - Syntotta 6 (trimestrais) – aprovados em 15/12/2025*



e) Avaliação, acompanhamento do ROC e eleição de ROC para 2026

A Comissão de Auditoria acompanhou e diligenciou pela avaliação do desempenho do Revisor Oficial de Contas do Banco durante o exercício de 2025, tendo concluído que o Revisor tem as competências, conhecimento e especialização adequados e que cumpre o que é proposto, respondendo adequadamente às questões que lhe são colocadas.

No seguimento do processo de seleção do ROC para o período de 2026 a 2027 iniciado em 2024, durante o exercício de 2025 foi concluído o referido processo de seleção, que, tendo em conta a existência de uma só proposta, culminou com a proposta para eleição pela Assembleia Geral como Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo do Banco Santander Totta, S.A., para os exercícios 2026 e 2027, da sociedade "BDO & Associados, SROC, Lda." Pessoa coletiva 501 340 467, com sede na Av. Da República, 50 – 10º, 1069 – 211 Lisboa, inscrita na Lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 29 e na CMVM sob o número 20161384, representada por Rui Helena, com domicílio profissional na Av. da República, 50 - 10º, 1069 - 211 Lisboa, proposta que foi aprovada em Assembleia Geral de 30 de maio de 2025.

f) Comunicação de irregularidades

A Comissão de Auditoria verificou periodicamente o adequado funcionamento do canal de irregularidades. A Comissão de Auditoria acompanhou as comunicações recebidas. A informação detalhada sobre as comunicações recebidas e o respetivo processamento constam em relatório próprio, de acordo com previsto no n.º 7 do art. 115.º-X, do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Esse relatório é objeto de aprovação pela Comissão de Auditoria, assinalando-se que não foi apresentada nenhuma comunicação suscetível de ser qualificada como irregularidade no período de referência.

Efetivamente, tendo por referência o período decorrido entre os dias 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025, foram recebidas 56 participações, através do endereço de correio eletrónico irregularidades@santander.pt, que foram objeto de análise pela Presidente da Comissão de Auditoria em conjunto com a responsável da área de Cumprimento e Conduta (*Chief Compliance Officer*). O teor dessas comunicações não se enquadra no âmbito de intervenção da Comissão de Auditoria na medida em que nenhuma delas consubstancia a participação de irregularidade relacionada com a administração, organização contabilística e fiscalização interna do Banco, suscetível de colocar o Banco em situação de desequilíbrio financeiro, nem foi reveladora de indícios sérios de infrações a deveres previstos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, ou no Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho. Nestes termos, foi concluído, no âmbito do normativo indicado, nada existir a referir a este respeito.

3. Aspetos finais

No contexto da sua atividade fiscalizadora, a Comissão de Auditoria não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses do Banco, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.



A Comissão de Auditoria salienta a empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços do Banco.

A Comissão de Auditoria salienta, ainda, que lhe foi facultado o acesso livre a todas as unidades de estrutura, e em particular às funções de controlo interno, para obtenção e fornecimento direto de toda a informação solicitada por este Órgão, para efeitos do cabal exercício das suas competências.

Lisboa, 29 de abril de 2026

COMISSÃO DE AUDITORIA

Signed by:

Ana Isabel Morais

7AAF70DCTT5A4C0...

(Ana Isabel Morais)

Signed by:

Ana Cristina Torres

C639B3F976T84A3...

(Ana Torres)

Signed by:

Daniel Traça

89624DB475934C2...

(Daniel Traça)

Signed by:

Henrique Carvalho e Silva

E48CCCD8B7C9411...

(Henrique Carvalho e Silva)

Assinado por:

João Pedro Tavares

C1532D9EF7A44B8...

(João Pedro Tavares)



RESUMO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 2025

ENQUADRAMENTO

O presente resumo destina-se a dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 60.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, de 15 de julho de 2020, republicado pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2025 em 5 de março de 2025 e será divulgado em anexo aos documentos anuais de prestação de contas consolidadas da instituição.

Em cumprimento do disposto no Aviso n.º 3/2020, de 15 de julho de 2020 e da Instrução n.º 18/2020, de 15 de julho de 2020, do Banco de Portugal, republicado pelo Aviso n.º 2/2025 em 5 de março de 2025 e do Regulamento da CMVM n.º 9/2020, de 16 de dezembro de 2020, alterado pelos Regulamentos da CMVM n.º 7/2022, de 04 de agosto e n.º 3/2025, de 17 de abril de 2025, o Banco Santander Totta, S.A. (doravante designado por "Banco") elaborou o Relatório de Autoavaliação sobre a adequação e eficácia da sua cultura organizacional e dos seus sistemas de governo e controlo interno incluindo as práticas e políticas remuneratórias, tendo como período de referência 1 de dezembro de 2024 a 30 de setembro de 2025, relativo ao Grupo.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO

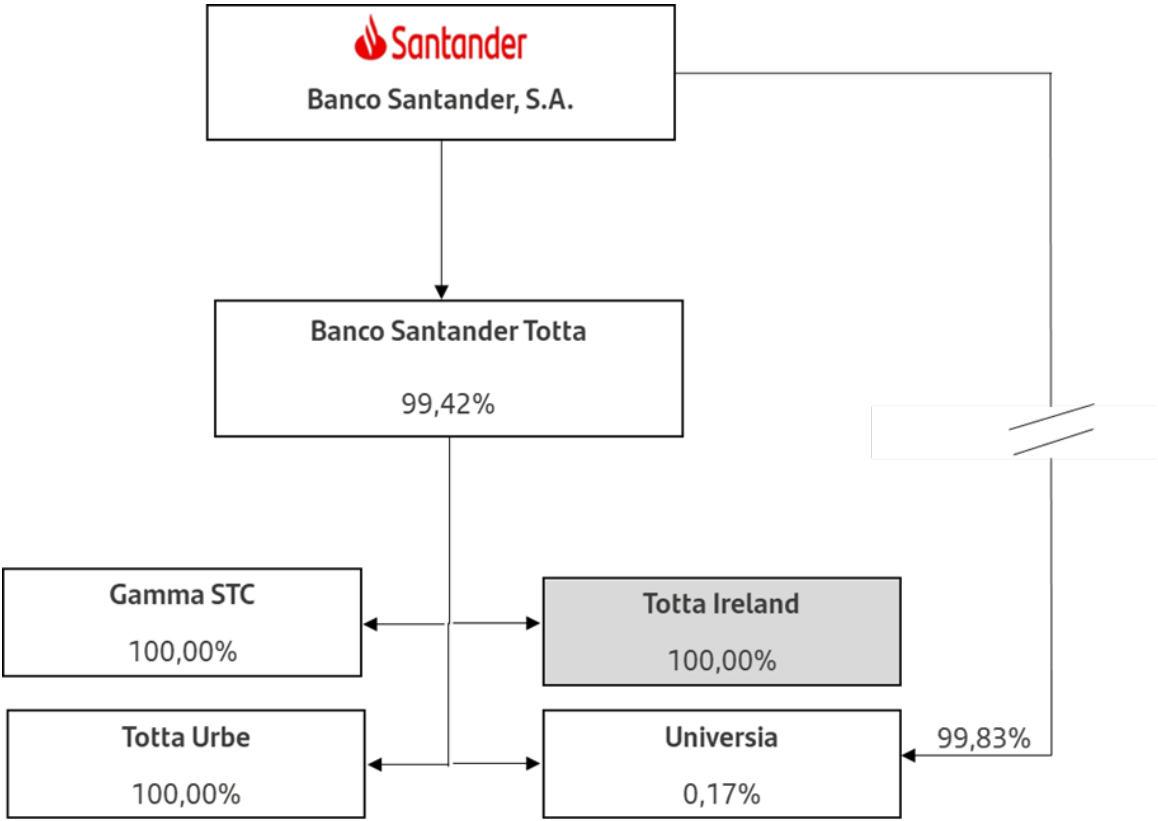
O Relatório de Autoavaliação do Grupo inclui uma descrição da estrutura organizativa e está organizado em 11 capítulos: Responsáveis das funções de controlo; Coordenação da elaboração do relatório; Estrutura organizativa do Grupo; Avaliação do órgão de administração; Avaliação do órgão de fiscalização; Declaração do órgão de administração sobre a adequação da classificação das deficiências classificadas com nível F3 e F4; avaliação do órgão de fiscalização sobre a adequação e eficácia do sistema de controlo interno do Grupo; avaliação do órgão de fiscalização quando à coerência entre os sistemas de controlo interno do Grupo; Declaração do órgão de fiscalização sobre a



adequação da classificação das deficiências classificadas com nível F3 e F4; opinião do Comitê de Remunerações sobre a coerência global da política de remunerações das filiais no estrangeiro; Deficiências e plano plurianual de ações de auditoria interna.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO GRUPO

Banco Santander Totta, S.A. e Empresas Participadas em 30-09-2025:





No relatório são indicadas as atividades desenvolvidas através de sociedades gestoras de participações sociais e/ou de sociedades de serviços auxiliares:

TOTTA URBE – Empresa de Administração e Construções, S.A.: Esta Sociedade desenvolve atividade de serviços auxiliares à atividade bancária. A Sociedade tem como sua propriedade um conjunto de imóveis que estão arrendados ao BST para exercício do negócio bancário. Adicionalmente subloca imóveis ao Banco.

O Grupo dispõe de várias estruturas, que apesar de estarem criadas no Banco Santander Totta (BST), funcionam numa lógica transversal de Grupo e abrangem as diversas entidades que o integram. Esta abordagem permite não só a gestão global e integral dos diversos riscos, como uma maior coordenação das diversas entidades, e a implementação de decisões e estratégias de forma homogénea, gerando sinergias e promovendo uma maior eficiência, estando indicadas neste capítulo as atividades e funções exercidas centralmente (gestão de riscos, cumprimento e conduta, auditoria interna, inspeção, contabilidade e consolidação, gestão financeira e de capital, fiscalidade, estratégia, planeamento financeiro e estudos económicos, pessoas e cultura e IT/ciber), com indicação das entidades beneficiárias (Gamma e Totta Ireland, consoante aplicável).

No subcapítulo dedicado às alterações significativas à estrutura organizativa do Grupo, é indicado que o Grupo Santander em Portugal iniciou, em 2024, um processo de reorganização societária que implicou a fusão por incorporação da Taxagest, SGPS, S.A. e da Santander Totta, SGPS, S.A. no Banco Santander Totta. Esta decisão resultou de uma análise que identificou redundâncias na estrutura existente e oportunidades de otimização. A reorganização visou simplificar a estrutura do Grupo, eliminar sobreposições, implementar um modelo de governação único e mais eficiente, gerar sinergias operacionais e melhorar a gestão de financiamento e capital, além de facilitar a supervisão pelas autoridades. O processo foi aprovado pelo Banco Central Europeu em novembro de 2024 e concluído em fevereiro de 2025.



AValiação DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento do disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, de 15 de julho de 2020, com as alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2025, de 20 de março (doravante "Aviso"), em especial no Artigo 58.º e na alínea b) do n.º1 do Ponto A do Anexo I do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 9/2020, de 16 de dezembro, alterado pelos Regulamento da CMVM n.º 7/2022, de 4 de agosto e n.º 3/2025, de 17 de abril de 2025, o Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A. emitiu no dia 13 de novembro de 2025, a sua avaliação global elaborada nos termos previstos no artigo 57.º, sobre adequação e eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e controlo interno do grupo financeiro do Banco (doravante "Grupo BST"), tendo em consideração o estabelecido no artigo 51.º do referido Aviso.

No âmbito da avaliação feita, o Conselho de Administração analisou, nomeadamente, as medidas corretivas indicadas para corrigir todas as deficiências detetadas, e, tendo em consideração o modelo de controlo do Banco incluindo o modelo antecipativo de seguimento de deficiências agora em vigor, com reflexo positivo nos rácios de cumprimento alcançados, conclui que os planos de remediação estabelecidos e as datas neles previstas são adequados à resolução das mesmas.

Tendo em consideração a avaliação efetuada, o Conselho de Administração conclui, tendo em consideração a dimensão e natureza das atividades desenvolvidas pelo Grupo BST, a atividade de fiscalização desenvolvida pela Comissão de Auditoria, bem como as análises e revisões efetuadas pelo Auditor Externo, que a cultura organizacional, os sistemas de governo e controlo interno, incluindo o funcionamento e a independência das funções de controlo, respondem de forma adequada e eficaz, em todos os aspetos materialmente relevantes, garantindo assim uma efetiva gestão dos riscos associados à atividade desenvolvida.



Relativamente à subcontratação das tarefas operacionais das funções de controlo interno:

- Relativamente à subcontratação de serviços auxiliares da Função de Gestão de Riscos em entidades do Grupo Santander, nomeadamente Santander Global Technology and Operations, S.L. e Santander Back-Offices Globales Mayoristas, S. A., respetivamente referentes a serviços auxiliares ao nível da 2LoD de Riscos de Cibersegurança e a serviços da 2 LoD de Controlo de Riscos de Banca Maiorista, tendo em conta, nomeadamente, que se trata de sociedades do Grupo, sujeitas aos mesmos controlos e às normas internas aplicáveis, nomeadamente em sede de potenciais conflitos de interesse, é entendimento do órgão de administração, que a subcontratação das referidas tarefas operacionais das funções de controlo interno em causa cumpre o disposto no art.º 36.º do Aviso n.º3/2020.
- A área de cumprimento e conduta não tem subcontratada nenhuma função de controlo. Em matéria de FCC, apenas se encontra externalizada a análise de alertas de primeira linha, de WLM e TM.

No mais, dá-se por integralmente reproduzido, para efeitos do presente relatório, e tendo em conta a posição do Banco no grupo financeiro, tudo o mencionado na avaliação do Conselho de Administração no relatório individual do Banco Santander Totta.

AValiação da Comissão de Auditoria

Em cumprimento do disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, de 15 de julho de 2020, com as alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2025, (doravante “Aviso”), em especial no Artigo 58.º, na Instrução do Banco de Portugal n.º 18/2020, alterada pela Instrução 4/2025 (doravante “Instrução”) e no Regulamento n.º 9/2020 da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (doravante “Regulamento”), a Comissão de Auditoria do Banco emitiu, em 13 de novembro de 2025, a sua opinião global sobre a adequação e a eficácia da cultura organizacional e dos sistemas de governo e de controlo interno do Grupo BST, a qual, no âmbito das responsabilidades atribuídas a este órgão, inclui a ponderação realizada por este, à data de referência, designadamente, acerca dos impactos atuais ou potenciais das deficiências que se mantinham em aberto.



Relativamente à avaliação da adequação e eficácia da cultura organizacional e do sistema de governo e controlo interno, é opinião da Comissão de Auditoria, tendo em conta o trabalho realizado, que a cultura organizacional do Grupo BST, os sistemas de governo e controlo interno, e o funcionamento e a independência das funções de controlo, sem prejuízo das deficiências identificadas, respondem de forma adequada e eficaz em todos os aspetos materialmente relevantes, garantindo assim uma efetiva gestão dos riscos associados à atividade desenvolvida pelo Grupo BST e cumprindo com os requisitos definidos pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020.

A Comissão de Auditoria analisou as medidas corretivas propostas e implementadas para a resolução das deficiências identificadas no período em análise, tendo igualmente acompanhado a sua execução através dos relatórios periódicos das funções de controlo interno e das interações regulares com o órgão de administração e os responsáveis das áreas de risco, conformidade e auditoria interna.

Com base nesta análise, a Comissão de Auditoria conclui que as medidas corretivas apresentadas são adequadas, proporcionais e eficazes face à natureza e materialidade das deficiências detetadas, revelando um grau de execução consistente com as prioridades estabelecidas nos respetivos planos de ação. Verifica-se que o planeamento, calendarização e monitorização das medidas foram conduzidos com rigor técnico e tempestividade, assegurando a correção das causas subjacentes e a prevenção de reincidências.

A Comissão destaca, ainda, que os planos de mitigação definidos para as referidas deficiências contemplam controlos complementares e mecanismos de acompanhamento que garantem uma abordagem preventiva e sustentada à gestão dos riscos operacional e reputacional associados. O acompanhamento regular efetuado pela Comissão de Auditoria, em articulação com os demais órgãos responsáveis, tem assegurado uma supervisão contínua e eficaz do processo de remediação.



Em face do exposto, é opinião desta Comissão de Auditoria que os impactos atuais ou potenciais das deficiências identificadas, nomeadamente as F3 e F4 e as com antiguidade superior a 3 anos — considerando as medidas corretivas implementadas, o plano de mitigação em curso e o acompanhamento exercido — não comprometem a adequação e eficácia da cultura organizacional nem a integridade dos sistemas de governo e controlo interno do Grupo. Pelo contrário, a resposta institucional observada reforça a resiliência do modelo de gestão e controlo, bem como o compromisso do Grupo com a melhoria contínua, a transparência e a gestão prudente da sua atividade.

No que diz respeito à opinião sobre a qualidade do desempenho e adequada independência das funções de controlo interno, a Comissão de Auditoria considera que o Chief Risk Officer (CRO), enquanto responsável pela Função de Gestão de Riscos, o Chief Compliance Officer (CCO), responsável pela Função de Conformidade, e o Chief Audit Executive (CAE), responsável pela Função de Auditoria Interna, exercem as suas responsabilidades relativamente às áreas funcionais sujeitas a avaliação com plena autonomia técnica e operacional, demonstrando independência face às áreas funcionais sob avaliação e isenção na emissão de pareceres e recomendações.

Os respetivos responsáveis dispõem de acesso direto e irrestrito ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva, à Comissão de Auditoria, aos Comitês especializados e aos demais órgãos e serviços do Banco, beneficiando de liberdade de atuação e acesso integral à informação necessária ao cumprimento das suas atribuições.

A Comissão de Auditoria não tem conhecimento de qualquer situação ou constrangimento que possa ter comprometido, ou vir a comprometer, a independência, a objetividade ou a eficácia das referidas funções. Pelo contrário, verifica-se a existência de um ambiente de controlo maduro e cooperativo, que assegura o adequado equilíbrio entre supervisão, gestão de riscos e cumprimento normativo, reforçando a integridade e a resiliência do modelo de controlo interno do Grupo, dando-se por



integralmente reproduzido, para efeitos do presente relatório, e tendo em conta a posição do Banco no grupo financeiro, tudo o mencionado na avaliação da Comissão de Auditoria no relatório individual do Banco Santander Totta.

Do relatório constam as declarações sobre a fiabilidade dos processos de preparação de reportes prudenciais e financeiros, sobre a fiabilidade dos processos de preparação de informação divulgada ao público, que se considera serem fiáveis e declaração sobre o adequado cumprimento dos deveres de divulgação ao público, que se entende que estão devidamente cumpridos.

AValiação DA COMISSÃO DE AUDITORIA QUANTO À COERÊNCIA ENTRE OS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO DO GRUPO

Desta avaliação resulta que, por todo o trabalho realizado, com especial atenção aos relatórios das Funções de Gestão de Riscos, Cumprimento e Auditoria Interna do Banco, e tendo em consideração que as funções de controlo do Banco, atuam em regime de transversalidade junto da Totta Ireland, PLC - é convicção da Comissão de Auditoria que o CRO, enquanto responsável pela Função de Gestão de Riscos, a CCO enquanto responsável pela Função de Cumprimento e o CAE, enquanto responsável pela Função de Auditoria Interna, desempenham as suas funções com elevado profissionalismo, de forma objetiva e independente relativamente às áreas funcionais sujeitas a avaliação, com total autonomia e liberdade não existindo qualquer situação ou constrangimento que a comprometa ou possa vir a comprometer, tendo acesso pleno a todas as atividades e a toda a informação necessária ao desempenho das suas competências, dispondo igualmente, através do seu responsável, de acesso direto ao Órgão de Administração, e respetivos comités, incluindo, e sempre que se justifique, ao Órgão de Fiscalização da Sociedade e/ou das filiais.



Em termos globais, a Comissão de Auditoria considera que o sistema de controlo interno do Grupo BST é robusto, coerente e eficaz, garantindo a monitorização e gestão adequada dos riscos inerentes à atividade bancária e contribuindo para a estabilidade, a transparência e a confiança nas práticas de governo. O modelo de controlo interno reflete uma cultura organizacional orientada pela ética, pela prudência e pela melhoria contínua, assegurando que as decisões estratégicas são tomadas com base em informação fiável, em conformidade com os princípios de boa governação e com as melhores práticas do setor financeiro.

OPINIÃO DO COMITÉ DE REMUNERAÇÕES SOBRE A COERÊNCIA GLOBAL DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DAS FILIAIS NO ESTRANGEIRO

Tendo por referência a análise efetuada pelo Comité de Remunerações (o 'Comité') na reunião de 23 de abril de 2025, o Comité confirma que não se registaram alterações face ao que foi então apreciado, mantendo-se inalteradas as condições, políticas e práticas de remuneração no período de referência do presente relatório.

Nesse contexto, e em cumprimento das suas competências de supervisão das políticas e práticas remuneratórias do Grupo Santander Totta, o Comité analisou as políticas de remuneração aplicáveis às filiais no estrangeiro, em particular à Totta Ireland plc., e avaliou a sua conformidade com o quadro normativo português em vigor, designadamente:

- Artigo 115.º-C do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, que determina que as políticas de remuneração devem promover uma gestão sã e prudente, adequada à dimensão, natureza e complexidade da atividade, e que sejam coerentes com a estratégia, valores e apetência ao risco da instituição.
- Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, de 29 de junho, na redação dada pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2025, que estabelece princípios de governação interna e de política remuneratória



aplicáveis às instituições de crédito, incluindo o dever de assegurar a consistência e a proporcionalidade das práticas de remuneração ao nível do grupo.

- Orientações da Autoridade Bancária Europeia (EBA/GL/2021/04 e EBA/GL/2015/22) sobre políticas e práticas remuneratórias sãs.

Nestes termos, tendo em consideração a análise efetuada e a informação disponibilizada, o Comité de Remunerações conclui que a política de remuneração da Totta Ireland plc. é globalmente coerente e alinhada com os princípios e critérios definidos na Política de Remuneração do Banco Santander Totta, S.A., bem como com o disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, em especial o seu artigo 58.º.

Em face do exposto, o Comité de Remunerações emite opinião favorável, pela positiva e de forma fundamentada, considerando que a política de remuneração da Totta Ireland plc. mantém-se adequada, consistente e conforme ao quadro normativo aplicável, garantindo uma gestão sã e prudente e a observância das melhores práticas de governo interno e de controlo.

DEFICIÊNCIAS

O Relatório de Autoavaliação inclui ainda a identificação e descrição das deficiências detetadas bem como das respetivas medidas corretivas e prazos de implementação definidos.

As deficiências em estado aberto identificadas ao nível do sistema de controlo interno foram identificadas no Relatório de Autoavaliação Individual do Banco Santander Totta, S.A.. Na sociedade Totta Ireland, PLC não foram identificadas deficiências.



No âmbito do processo instituído pelo Banco Santander Totta, S.A., de monitorização das deficiências de controlo interno e respetiva implementação, e das suas medidas corretivas, foram identificadas pelas funções de controlo, pelo revisor oficial de contas e pelos supervisores, no relatório anterior, um total de 220 deficiências, sendo que destas já foram implementadas 129, restando assim 91 deficiências que mantêm os seus planos de ação em curso.

Entre 1 de dezembro de 2024 e 30 de setembro de 2025, registou-se uma entrada de 283 deficiências, sendo que destas já foram resolvidas 58, resultando um total de deficiências abertas de 316 (deste período e de períodos anteriores), que se encontram divididas por categorias de risco e de acordo com a metodologia de classificação de deficiências, de acordo com o constante do Relatório de Autoavaliação do Grupo.

Para todas as deficiências identificadas são definidos os planos de ação e indicada a data prevista para a sua implementação. Qualquer alteração à data de implementação inicial é solicitada pela área responsável ao órgão que a detetou com a devida justificação que, após a sua análise e eventual concordância, é ratificada no Comité de Controlo Interno, Cumprimento e Riscos não Financeiros, onde é efetuado o acompanhamento destas situações com a identificação da respetiva causa raiz.

De acordo com a metodologia de Auditoria Interna; as Observações são uma categoria de carácter excecional para debilidades identificadas com criticidade baixa, e aplicável especialmente em trabalhos com foco supervisor ou de profundidade significativa. As observações de acordo com a metodologia de classificação de deficiências são apresentadas como "F1 Reduzido". O documento de observações é assinado pelos responsáveis da unidade auditada, mas não conta com uma data de implementação definida, não obstante ser alvo de um acompanhamento regular e de uma revisão aprofundada na auditoria seguinte.



Para gestão interna, nas aplicações de Auditoria, é introduzida a data de vencimento de um ano a contar da data de assinatura, data essa que por vezes é reajustada em função das datas planificadas para realizar nova auditoria, nomeadamente nos trabalhos de Modelos IRB e Modelos de Provisões.

Lisboa, 29 de abril de 2026

COMISSÃO DE AUDITORIA

Signed by:

Ana Isabel Morais

7AAF79D6145A4C0...

(Ana Isabel Morais)

Signed by:

Ana Cristina Torres

C639B3F076184A3...

(Ana Torres)

Signed by:

Daniel Traça

89624DB475934C2...

(Daniel Traça)

Signed by:

Henrique Carvalho e Silva

E48CCCD8B7C9411...

(Henrique Carvalho e Silva)

Assinado por:

João Pedro Tavares

C1532D9EF7A44B8...

(João Pedro Tavares)



Relatório de Sustentabilidade

Declaração consolidada de informação não financeira
e informação sobre sustentabilidade

Informação relevante sobre o Capítulo de Sustentabilidade

GRI 1, 2-2, 2-3

Este capítulo de Sustentabilidade apresenta o desempenho, em 2025, do Banco Santander Totta, S.A, igualmente referido ao longo do presente relatório como Banco Santander Portugal ou Santander em Portugal, no que respeita aos temas ambientais, sociais e de governo identificados como materiais. Para efeitos deste relatório, a materialidade é determinada em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 89/2017 e nos GRI *Standards*, assinalando-se ainda a transição para o enquadramento da Diretiva (UE) 2022/2464 (*Corporate Sustainability Reporting Directive - CSRD*) do Parlamento Europeu e do Conselho referente ao relato de sustentabilidade das empresas.

Âmbito

A informação incluída abrange as informações que consideramos materiais a nível de Sustentabilidade do Banco Santander Portugal entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025. O âmbito da informação, bem como as alterações aos critérios aplicados face ao Relatório de Sustentabilidade de 2024, quando significativos, são refletidos em cada secção correspondente e, de forma geral, na nota NS 8. Tabela Resposta GRI deste capítulo.

Regulação e normas de reporte consideradas na elaboração deste capítulo

Este capítulo contém a “Declaração consolidada de informação não financeira e informação sobre sustentabilidade” do Banco Santander Portugal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 89/2017, publicado a 28 de julho de 2017, relativo à Divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por grandes empresas e grupos, transpondo a Diretiva 2014/95/EU e em conformidade com os GRI (*Global Reporting Initiative*) *Standards*. Este relatório dá continuidade ao processo de alinhamento com a Diretiva (EU) 2022/2464 (CSRD), em articulação com o relatório do Grupo Santander, ao apresentar o desempenho em matérias ESG consideradas materiais de acordo com a mesma, e marcando a transição para a sua implementação pelo Banco Santander Portugal.

Verificação externa

A PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L., entidade independente que é também responsável pela auditoria das contas anuais do Banco Santander Portugal e do Grupo Santander, emitiu um Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o Relatório de Sustentabilidade 2025 requerido pelo Decreto-Lei n.º 89/2017 e pelos GRI *Standards*, o qual se encontra incluído neste capítulo.

As conclusões desta verificação estão disponíveis no “Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade”, apresentado no final deste capítulo.

Índice

Informação relevante sobre o Capítulo de Sustentabilidade 259

Sustentabilidade em 2025 261

1. Sustentabilidade no Santander 262

(Informação geral) 262

1.1 Estratégia de sustentabilidade 262

1.2 Avaliação de materialidade 264

1.3 Relação com os nossos grupos de stakeholders 268

1.4 Governo da sustentabilidade 272

2. Clima, plano de transição 275

(Informação ambiental) 275

2.1 Estratégia climática 275

2.2 Apoiamos os nossos clientes na transição 278

2.3 Integração dos fatores ESG na gestão de riscos 283

2.4 Aspiramos alinhar a nossa atividade com os objetivos do Acordo de Paris 302

2.5 Vias de implementação e ações adicionais 309

3. Apoio aos nossos colaboradores, comunidades e clientes 312

(Informação social) 312

3.1 Os nossos colaboradores 312

3.1.1 Talento e desenvolvimento de competências 313

3.1.2 Condições de trabalho 315

3.1.3 Cultura inclusiva 317

3.1.4 A nossa estratégia de escuta e experiência do colaborador 319

3.2 Desenvolvimento sustentável das nossas comunidades 320

3.2.1 Apoiamos a economia e o desenvolvimento social das nossas comunidades 321

3.2.2 Investimento responsável e financiamento social 321

3.2.3 Gestão de aspetos ambientais e sociais 322

3.2.4 Apoio à comunidade 324

3.3 Os nossos clientes 332

3.3.1 Conduta com clientes 333

3.3.2 Inclusão e saúde financeira 336

3.3.3 Privacidade, proteção de dados e cibersegurança 341

4. Conduta empresarial 344

(Informação de governo) 344

4.1 Cultura empresarial 344

4.2 Conduta ética 345

4.3 Canais éticos 348

4.4 Os nossos fornecedores 350

Notas de Sustentabilidade 352

NS 1. Cadeia de valor e outras informações 352

NS 2. Governo da sustentabilidade 354

NS 3. Metodologia da análise de materialidade 357

NS 4. Taxonomia europeia 359

NS 5. Sistema de classificação e estrutura de financiamento 361

NS 6. O nosso progresso em números 366

NS 7. Tabela de correspondência do Relatório com os requisitos do DL 89/2017 382

NS 8. Tabela Resposta GRI 385

Sustentabilidade em 2025

Ajudamos as pessoas e as empresas a prosperar



Contribuímos para o desenvolvimento económico, financeiro e social das nossas comunidades.

No Grupo Santander:

- **318 mil milhões de euros** em financiamento para a criação ou crescimento de empresas, incluindo 743 mil PME e trabalhadores independentes.¹⁰

No Banco Santander Portugal:

- **3,6 mil milhões de euros** para financiar a compra de habitação, permitindo que mais de 19 mil famílias acessem a uma casa. **665 milhões de euros** para a aquisição de outros bens.
- **380 milhões de euros** pagos a fornecedores. 96% são locais e representam 78% do total de compras.
- **605 milhões de euros** em impostos pagos e **354 milhões de euros** em impostos de terceiros canalizados para a Administração Pública.¹¹
- **7 milhões de euros** de contributo para apoiar as comunidades, ajudando **1,1 milhões de pessoas e organizações**. Desde 2023, destinámos **21,4 milhões de euros** no apoio às comunidades.



Apoiamos os nossos clientes a avançar nos seus objetivos de sustentabilidade.

No Grupo Santander:

- **174 mil milhões de euros** em financiamento verde mobilizado e facilitado desde 2019, atingindo o objetivo do Grupo Santander de **120 mil milhões de euros** com 18 meses de antecedência.
- Atingidos os **129,9 mil milhões de euros** em ativos geridos em investimento socialmente responsável, alcançando o objetivo do Grupo Santander de **100 mil milhões de euros** com nove meses de antecedência.
- Crescimento de **8%** do stock de crédito do Grupo Santander alinhado com a Taxonomia da UE em hipotecas e crédito automóvel verde.



Dispomos de uma oferta de produtos e serviços ajustada às suas necessidades, aplicando práticas responsáveis, apoiando a sua inclusão financeira e protegendo a sua informação.

No Banco Santander Portugal:

- **175 mil** novas pessoas abrangidas por medidas de inclusão financeira desde 2023, contribuindo para o cumprimento do objetivo do Grupo Santander de **5 milhões de pessoas** até 2025 com meio ano de antecedência.



Promovemos o desenvolvimento dos nossos colaboradores, fomentando uma cultura inclusiva e a aquisição de competências, garantindo condições de trabalho justas.

No Banco Santander Portugal:

- 4.698 colaboradores¹². 302 milhões de euros pagos em remunerações e benefícios corporativos.¹³
- 33% de mulheres em posições executivas.



Atuamos de forma responsável através de uma cultura, de um governo e conduta sólidos.

- Ajudamos as pessoas e as empresas a prosperar, proporcionando soluções financeiras responsáveis e acessíveis.
- Ouvimos os nossos grupos de *stakeholders* e consideramos as suas opiniões, atuando no interesse de longo prazo do nosso negócio e dos nossos clientes.
- Tomamos decisões independentes e baseadas em critérios de negócio para criar valor sustentável para os nossos acionistas.
- Somos competitivos. Acreditamos que as economias funcionam melhor quando existe uma concorrência aberta, justa e baseada em regras.
- Identificamos e gerimos os riscos materiais em conformidade com a lei e a regulamentação local aplicáveis e com o nosso apetite de risco, com o objetivo de reforçar a nossa resiliência a longo prazo.
- Os nossos objetivos são concebidos para identificar e aproveitar oportunidades, ajudando os nossos clientes a alcançar os seus objetivos de sustentabilidade.

¹⁰ Carteira de crédito a 31 de dezembro de 2025. Os dados relativos às pequenas e médias empresas (PME) e aos empresários em nome individual abrangem clientes particulares com um empréstimo em curso no final do ano de 2025. O valor da carteira de crédito exclui informações relativas ao Santander Bank Polska S.A. e às suas subsidiárias.

¹¹ Dados referentes ao perímetro geográfico do Santander em Portugal.

¹² Dados referentes ao critério *headcount*.

¹³ Dados referentes ao critério vínculo.

1. Sustentabilidade no Santander

(Informação geral)

1.1 Estratégia de sustentabilidade

GRI 2-22

A missão do Grupo Santander é contribuir para o progresso das pessoas e das empresas. A nossa visão é ser a melhor plataforma aberta de serviços financeiros, atuando de forma responsável e conquistando a confiança dos nossos colaboradores, clientes, acionistas e da sociedade.

O Banco Santander Portugal serve cerca de 3 milhões de clientes em Portugal, contribuindo para uma combinação única de escala global e liderança local. O Banco Santander Portugal posiciona-se no top 3 em empréstimos e depósitos. Esta posição de liderança reflete a força da nossa escala e a vantagem competitiva do nosso modelo integrado.

A nossa base de clientes é muito diversificada e abrange vários segmentos – particulares, PME, grandes empresas, clientes de elevado património, entre outros – com necessidades financeiras e expectativas distintas e em rápida evolução. Para responder a estas necessidades, dispomos de uma gama de produtos e serviços simples e direcionados, disponibilizados através de múltiplos canais.

O Banco Santander Portugal conta com cerca de 4.698¹⁴ colaboradores e organiza as suas atividades, em torno de três negócios: *Retail & Commercial Banking* (banca de retalho, comercial e cartões); *Corporate & Investment Banking* (banca corporativa e de investimento); *Wealth Management & Insurance* (banca privada, gestão de ativos e seguros).



Para mais informações sobre a cadeia de valor, consultar a nota NS 1. Cadeia de valor e outras informações.

A nossa estratégia de sustentabilidade foca-se nas questões que representam oportunidades, riscos e impactos materiais (consultar secção 1.2 Avaliação de materialidade), estruturadas em cinco pilares:

1. Apoiar os nossos clientes a alcançar os seus objetivos na transição para uma economia de baixo carbono, enquanto gerimos os riscos e impactos das alterações climáticas.
2. Promover o desenvolvimento dos nossos colaboradores, fomentando uma cultura inclusiva e a aquisição de competências, garantindo condições de trabalho justas.
3. Contribuir para o desenvolvimento económico, financeiro e social das nossas comunidades, com especial foco na

nossa contribuição para a Educação, Empregabilidade e Empreendedorismo.

4. Ser a referência de confiança para os nossos clientes, com uma oferta de produtos e serviços ajustada às suas necessidades, aplicando práticas responsáveis, apoiando a sua inclusão financeira e protegendo a sua informação.
5. Atuar de forma responsável, sustentados por uma cultura, um governo e uma conduta sólidos.

A nossa estratégia de sustentabilidade é orientada pelos quadros regulamentares de mercado, em conformidade com a legislação e a regulamentação local aplicáveis, e pelas políticas públicas. Na nossa estratégia de sustentabilidade integramos as três linhas de atuação do Grupo Santander – *Think Value*, *Think Customer* e *Think Global* – para impulsionar o crescimento do negócio e reforçar a nossa resiliência face aos riscos ambientais, sociais e de bom governo:

- *Think Value*: o crescimento rentável e sustentado torna-nos mais resilientes e capazes de enfrentar crises financeiras, investir nos nossos colaboradores e na proposta de valor para os nossos clientes, ao mesmo tempo que apoiamos as nossas comunidades e criamos valor para os nossos acionistas.
- *Think Customer*: queremos ser o banco de referência dos nossos clientes, oferecendo os melhores produtos e apoiando a sua transição para uma economia de baixo carbono, promovendo simultaneamente a inclusão e a literacia financeira, bem como a saúde financeira.
- *Think Global*: utilizamos a nossa escala global e a nossa liderança local para contribuir para a sustentabilidade.

Após consolidar os alicerces da estratégia, o Banco Santander Portugal entrou numa nova fase de execução, com o objetivo de acelerar a transformação operacional, prosseguir o crescimento sustentável da base de clientes e reforçar a criação de valor de forma continuada.

Integrar a nossa estratégia de sustentabilidade

A estratégia de sustentabilidade do Banco Santander Portugal está alinhada com a estratégia corporativa, sendo revista anualmente e impulsionada através dos planos financeiros trienais e do orçamento anual. O plano financeiro é revisto anualmente num processo liderado pelo CEO, e inclui metas e

¹⁴ Dados referentes ao critério vínculo.

prioridades de sustentabilidade alinhadas com a estratégia e com a legislação e regulamentação aplicáveis. Os resultados são analisados no conselho de administração.

A função de Riscos revê e questiona o plano estratégico, identificando potenciais ameaças que possam comprometer a consecução dos objetivos definidos, cujos resultados são analisados no comité de controlo de riscos. Adicionalmente, o Banco Santander Portugal dispõe de um normativo interno que estabelece os princípios, processos-chave, papéis e responsabilidades, bem como o modelo de governo e os instrumentos associados à gestão dos riscos derivados de fatores ambientais, sociais e de governo. O modelo de gestão de riscos assenta nos princípios e na cultura de riscos do Grupo Santander, no seu governo e nas ferramentas e processos de gestão de riscos que suportam a sua execução.

Do mesmo modo, o Banco Santander Portugal realiza periodicamente um exercício de avaliação de riscos emergentes, cujo objetivo é identificar as ameaças mais relevantes que possam afetar o seu plano estratégico, considerando cenários de esforço com baixa probabilidade de ocorrência e incluindo aspetos relacionados com alterações climáticas, tais como risco físico e risco de transição.

Desta forma, procuramos identificar, avaliar e monitorizar os riscos que possam ter um impacto significativo no nosso modelo de negócio, rentabilidade ou solvência, reforçando a resiliência da nossa estratégia.



Para mais informação, consultar a secção **1.4 Governo da sustentabilidade**.

A estratégia de sustentabilidade do Banco Santander Portugal está integrada nos três negócios globais, sendo executada e acompanhada através de métricas e objetivos que, em alguns casos, fazem parte dos esquemas de remuneração.

Retail & Commercial Banking

A nossa ambição é ser um catalisador de crescimento sustentável, criando soluções para toda a nossa base de clientes (particulares, PME – pequenas e médias empresas, grandes empresas e instituições).

Oferecemos produtos e serviços concebidos para apoiar a transição energética de famílias e empresas, em linha com as melhores práticas de mercado, promovendo o crescimento rentável e sustentável dos nossos clientes. Adaptamos a proposta de valor, alinhando as ações com a procura, o enquadramento macroeconómico e a legislação e regulamentação local.

Trabalhamos em estreita colaboração com bancos multilaterais de desenvolvimento em projetos que apoiam a transição energética e sustentável.

Medimos as emissões de carteiras relevantes de imóveis comerciais e residenciais, identificando alavancas para apoiar a

transição dos nossos clientes.

Disponibilizamos igualmente soluções no domínio da inclusão financeira e da saúde financeira. Em junho de 2025, seis meses antes do previsto, o Grupo Santander alcançou o objetivo de incluir financeiramente 5 milhões de pessoas entre 2023 e 2025, o qual inclui apoiar pessoas com acesso limitado a serviços financeiros, através de iniciativas de microfinanciamento e de acesso a serviços financeiros. No final do ano, o Grupo Santander atingiu um total acumulado de 6,3 milhões de novas pessoas beneficiárias de iniciativas de inclusão financeira, das quais mais de 175 mil são relativas ao Banco Santander Portugal. Além disso, desenvolvemos iniciativas de educação financeira que, em muitos casos, reforçam os nossos programas de inclusão.

O Grupo Santander definiu o objetivo de apoiar a Educação, a Empregabilidade e o Empreendedorismo com 400 milhões de euros entre 2023 e 2026, bem como de aumentar o número de pessoas e empresas que participam nestes programas, através de plataformas globais como a Santander *Open Academy* e a Santander X. A nível local, temos vindo a contribuir para este compromisso, tendo alcançado, até 2025 um montante acumulado de quase 15 milhões de euros.

Continuamos a avançar na redução da pegada ambiental dos nossos cartões emitidos e a promover a utilização de materiais sustentáveis. No Banco Santander Portugal, em 2025, 100% dos cartões que adquirimos foram fabricados com materiais sustentáveis (PVC reciclado/PLA), consolidando assim o nosso compromisso com um modelo de pagamentos que gere uma menor pegada.

Também estamos a promover a educação e a saúde financeira dos nossos clientes através do conceito criativo *Pay Smarter*.

Corporate & Investment Banking

A nossa ambição é ser um parceiro estratégico para os nossos clientes, ajudando-os a alcançar os seus objetivos de transição e sustentabilidade de forma rentável.

Acompanhamos os nossos clientes na concretização desses objetivos através de uma oferta de produtos e serviços que cumpre os mais elevados padrões de integridade. Focamo-nos em captar oportunidades de negócio em eixos estratégicos relacionados com a transição, tais como a aceleração das infraestruturas de energia de baixo carbono, o impulso às tecnologias limpas emergentes e capacitadoras, a mobilização dos mercados de capitais sustentáveis e o apoio ao comércio sustentável, às cadeias de abastecimento e ao capital circulante. Consultar a secção 2.2.1 *Corporate & Investment Banking* (CIB) para mais informações e casos práticos.

O Grupo Santander é líder na área de financiamento de projetos de energias renováveis há uma década. Atingiu – com 18 meses de antecedência, no primeiro semestre de 2024 – o

objetivo de 120 mil milhões de euros em financiamento verde mobilizado ou facilitado entre 2019 e 2025. No final do ano, alcançou um total de 174 mil milhões de euros em financiamento verde mobilizado ou facilitado. O Grupo Santander atua igualmente como assessor em várias das maiores operações de financiamento de energias renováveis a nível mundial.

Apoiamos os nossos clientes avaliando a robustez dos seus planos de transição, aconselhando sobre alavancas-chave de melhoria e ajudando os a gerir os riscos climáticos e a progredir na consecução dos seus objetivos climáticos nos setores de maiores emissões. Os planos de transição são avaliados no respetivo contexto, tendo em conta a evolução dos planos da economia local e do enquadramento das políticas públicas.

Wealth Management & Insurance

A nossa ambição é dar resposta às necessidades de



Para mais informações sobre como os nossos negócios globais executam a estratégia de sustentabilidade, consultar as secções 2.2 Apoiamos os nossos clientes nos seus objetivos de transição e 3.2 Desenvolvimento sustentável das nossas comunidades.

1.2 Avaliação de materialidade

GRI 2-29, 3-1, 3-2, 201-2

Em 2024 apresentámos a nossa primeira análise de dupla materialidade alinhada com a CSRD, marcando a nossa transição para responder aos requisitos desta diretiva europeia. O presente relatório baseia-se na análise publicada em 2024, com ajustes menores realizados para alinhar os impactos, riscos e oportunidades materiais com a gestão efetuada ao longo de 2025, em linha com o Grupo Santander. Durante 2026, está prevista a atualização da análise de dupla materialidade, com o objetivo de orientar a nossa atuação a partir de 2027.

A análise desenvolvida define, em linha com a CSRD, os temas de sustentabilidade que apresentam riscos e oportunidades para o Banco Santander Portugal, bem como aqueles através dos quais podemos ter um impacto no meio ambiente e na sociedade. Identificamos e gerimos os nossos impactos, riscos e oportunidades (IRO) materiais em matéria de

investimento dos nossos clientes, através de uma proposta de sustentabilidade que inclui fundos, carteiras, produtos de seguros e serviços de aconselhamento. Em março de 2025 – com nove meses de antecedência – o Grupo Santander alcançou o objetivo de 100 mil milhões de euros em ativos sob gestão em Investimento Socialmente Responsável (ISR). No final do ano, este valor ascendeu a um total de 129,9 mil milhões de euros.

Seguimos a reforçar a nossa oferta de soluções sustentáveis para os nossos clientes, que incluem: uma ampla gama de fundos de taxa fixa, variável, mista e alternativos, além de produtos temáticos centrados no clima, na transição energética e no bem-estar social. Além disso, oferecemos carteiras e produtos de vida poupança, juntamente com a possibilidade de construir mandatos personalizados com base em preferências específicas em matéria de sustentabilidade.

sustentabilidade mediante a implementação de modelo de governo, políticas, ações, métricas e objetivos adequados para estes IRO. Ao fazê-lo, aplicamos uma abordagem pragmática centrada em apoiar o nosso negócio e a sua resiliência, em conformidade com a lei e a regulamentação local.

Identificámos 29 IRO¹⁵, que se enquadram nos cinco temas de sustentabilidade materiais, alinhados com o Grupo Santander: E1) Alterações climáticas (consultar secção 2. Clima, plano de transição), S1) Mão de obra própria (consultar secção 3.1 Os nossos colaboradores), S3) Comunidades afetadas (consultar secção 3.2 Desenvolvimento sustentável das nossas comunidades), S4) Consumidores e utilizadores finais (consultar secção 3.3 Os nossos clientes) e G1) Conduta empresarial (consultar secção 4. Conduta empresarial). A tabela seguinte apresenta o desdobramento dos impactos (positivos e negativos), riscos e oportunidades.

¹⁵ Em 2024 foram identificados e publicados 32 IRO. Com o objetivo de alinhar os impactos, riscos e oportunidades materiais com a gestão realizada ao longo do ano de 2025, 6 IRO foram fundidos em 3, resultando num novo total de 29 IRO. IRO fundidos: Oportunidades do E1 (O: Crescimento do financiamento a energias renováveis e outras soluções que facilitem a transição energética. + O: Crescimento dos rendimentos ao fornecer aos nossos clientes soluções sustentáveis em setores como a construção, a mobilidade ou a agricultura.); Impactos negativos do S3 (I-: Proporcionar financiamento para atividades em qualquer segmento de clientes, contrariando as políticas do Banco, podendo prejudicar o bem-estar de gerações presentes ou futuras. + I-:

Potenciais impactos negativos no meio ambiente ou na sociedade derivados do financiamento de um cliente ou projeto por não envolver suficientemente os grupos de interesse adequados ou não dispor de mecanismos apropriados de identificação e gestão.); Impactos negativos do S4 (I-: Impacto negativo nos clientes caso não seja devidamente informado sobre as características do produto ou serviço que vai adquirir. + I-: Impacto negativo nos clientes por não garantir a acessibilidade ou usabilidade de produtos e serviços ao não identificar dificuldades ou vulnerabilidades específicas).

Temas de sustentabilidade (ESRS)	Materialidade de impacto		Materialidade financeira	
	+	-	Risco	Oportunidade
* E1: Alterações climáticas				
E2: Poluição				
E3: Recursos hídricos e marinhos				
E4: Biodiversidade e ecossistemas				
E5: Utilização de recursos e economia circular				
* S1: Mão de obra própria				
S2: Trabalhadores da cadeia de valor				
* S3: Comunidades afetadas				
* S4: Consumidores e utilizadores finais				
* G1: Conduta empresarial				

* Material

Classificações:

■ Crítico ■ Significativo ■ Informativo ■ Mínimo

Legenda:

I- Impacto Negativo I+ Impacto Positivo R Risco O Oportunidade

E1

Alterações climáticas

- I+ Contribuição para a proteção do meio ambiente, apoiando a expansão do uso de energias renováveis e outras tecnologias com baixas emissões de carbono.
- I+ Contribuição para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) do Grupo Santander nos âmbitos 1 e 2.
- I- Efeitos adversos sobre o meio ambiente devido à atividade de financiamento e investimento do Banco em ativos ou atividades não sustentáveis.
- O Crescimento do financiamento e dos rendimentos das energias renováveis e de outras soluções que facilitem a transição energética, ao fornecer aos nossos clientes soluções sustentáveis em setores como a energia, a construção, a mobilidade ou a agricultura.
- R Risco reputacional derivado da perceção sobre o progresso do Banco em matérias climáticas em relação com políticas ou objetivos do Grupo Santander em determinadas jurisdições, o que poderia originar outros tipos de riscos.

S1

Mão de obra própria

- I+** Promoção da saúde, bem-estar e segurança dos colaboradores num ambiente de trabalho seguro e inclusivo, enquanto se apoia a conciliação da vida pessoal e profissional através de políticas que favorecem o equilíbrio entre ambas.
- I+** Promoção de uma força de trabalho que reflita a realidade do nosso entorno e promova a colaboração e a igualdade de oportunidades para todos os colaboradores, independentemente de características pessoais e em cumprimento da legislação.
- I+** Promoção do desenvolvimento contínuo dos colaboradores e do seu crescimento pessoal, oferecendo programas de aprendizagem e desenvolvimento.
- I+** Promoção do bem-estar geral dos colaboradores e de uma remuneração adequada em condições de igualdade, tendo em conta a meritocracia e as condições dos nossos mercados.
- I-** Prejuízo para os colaboradores caso ocorram práticas discriminatórias ilegais, condições de trabalho inadequadas, assédio ou incidentes de corrupção.
- R** Risco potencial de conflitos com colaboradores no caso de ocorrerem violações dos direitos dos colaboradores.

S3

Comunidades afetadas

- I+** Promoção do crescimento económico e da criação de emprego nas regiões em que operamos, proporcionando empréstimos a pessoas e empresas.
- I+** Contribuição para o desenvolvimento sustentável através de atividades de financiamento e investimento que promovam o desempenho sustentável nas empresas, abordem os desafios da sociedade, mitiguem um problema específico ou procurem alcançar melhores resultados na sociedade.
- I+** Contribuição para a educação, a empregabilidade e o empreendedorismo, bem como para o desenvolvimento das comunidades através de programas de apoio.
- I-** Disponibilização de financiamento para atividades em qualquer segmento de clientes, contrariando as políticas do Banco, podendo prejudicar o bem-estar de gerações presentes ou futuras, ou não envolver suficientemente os grupos de *stakeholders* apropriados, ou não dispor de mecanismos adequados de identificação e gestão.

S4

Consumidores e utilizadores finais

- I+** Impacto positivo nos clientes derivado de o Banco oferecer produtos e serviços adaptados às suas necessidades e expectativas, promovendo a inclusão e a saúde financeira.
- I+** Educação e sensibilização sobre temas de cibersegurança para compreender potenciais ameaças e os mecanismos para as evitar.
- I-** Impacto negativo nos clientes por não ter acesso a canais de reclamações ou se, após partilhar informação através dos mesmos, não forem efetuadas as alterações necessárias.
- I-** Impacto negativo nos clientes no caso de não ser devidamente informado sobre as características de produtos ou serviços ou de não se garantir a acessibilidade ou usabilidade de produtos e serviços, ao não identificar dificuldades ou vulnerabilidades específicas.
- I-** Impacto negativo derivado da possibilidade de violar os direitos dos clientes, colaboradores ou acionistas, como consequência da falta de medidas técnicas ou organizativas adequadas para proteger os seus dados pessoais, de acordo com a regulamentação aplicável e as práticas estabelecidas no Grupo Santander.
- R** Perdas potenciais como consequência de sanções ou redução no número de clientes perante uma possível falha na deteção ou resposta eficaz a incidentes de privacidade.
- R** Perdas potenciais devido a reclamações ou a uma redução do número de clientes caso ocorram práticas de atendimento abaixo do padrão.

G1

Conduta empresarial

- I+** Atuar de forma responsável e tendo em conta não só os interesses dos investidores, mas também o impacto nos colaboradores, na sociedade e no ambiente incluindo o pagamento de impostos para apoiar a distribuição de riqueza.
- I+** Proteção da confidencialidade dos utilizadores do canal de denúncias do Banco estabelecendo um sistema de comunicação eficaz baseado em princípios e procedimentos sólidos.
- I+** Promoção de práticas responsáveis entre os fornecedores interagindo com eles avaliando o seu desempenho em aspetos ambientais sociais e de bom governo (ESG pelas siglas em inglês) e fornecendo recomendações e ferramentas para melhorar.
- I-** Impacto negativo no ambiente ou na sociedade ao não implementar medidas para resolver incidentes reportados através dos canais de reclamação ou denúncias ou ao não implementar melhorias contínuas.
- I-** Provocar um dano na sociedade devido a práticas de suborno e corrupção.
- R** Risco potencial derivado de não assegurar a resiliência operacional da cadeia de valor avaliando a solidez financeira a reputação e o cumprimento normativo dos fornecedores.
- R** Riscos derivados de condutas inadequadas que dão aparência de legitimidade e legalidade a fundos ou ativos de origem ilícita permitindo que se produza atividade criminosa ou beneficiar da mesma.

Existem cinco temas de sustentabilidade que não se consideram materiais dado que nenhum dos impactos riscos e oportunidades identificados relacionados com estes temas atinge o limiar definido: poluição, recursos hídricos e marinhos, biodiversidade e ecossistemas, utilização de recursos e economia circular, e trabalhadores da cadeia de valor.

No entanto, tratamos os aspetos de natureza e biodiversidade que estão mais diretamente relacionados com os objetivos climáticos no âmbito do nosso plano de transição.



Para mais informação, consultar a secção 2.3.5 O nosso foco sobre a natureza e a biodiversidade.

Para realizar esta análise para o conjunto do Banco Santander Portugal, incluindo as nossas próprias operações e a nossa cadeia de valor, utilizamos a informação e as ferramentas disponíveis e consultamos os nossos principais grupos de *stakeholders* (ver secção 1.3 Relação com os nossos grupos de *stakeholders*).

Enquanto filial, realizamos, de forma coordenada com o Grupo Santander, a análise de materialidade, em cumprimento da

legislação e regulamentação local aplicáveis. Os resultados retroalimentam a materialidade do Grupo Santander, enquanto os resultados do Grupo Santander alimentam as análises de materialidade locais.

Os resultados devem ser entendidos num horizonte temporal de curto a médio prazo (~1-5 anos).

A materialidade das questões de sustentabilidade está relacionada com processos-chave da gestão de riscos, uma vez que é considerada num dos principais exercícios de gestão denominado *Emerging Risks*, estando também ligada a outros exercícios internos de riscos



Para mais informação, consultar a secção 2.3 Integração dos fatores ESG na gestão de riscos.

A análise de dupla materialidade, nomeadamente os impactos materiais, riscos, foram aprovados pelo conselho de administração sob proposta apresentada pelo comité de Banca Responsável, Sustentabilidade e Cultura.



Para mais informações sobre a metodologia, consultar a nota NS 3. Metodologia da análise de materialidade.

1.3 Relação com os nossos grupos de *stakeholders*

GRI 2-25, 2-28, 2-29, 3-3, 403-4

O Banco Santander Portugal mantém uma interação contínua com os seus *stakeholders*, guiada por princípios de transparência, honestidade e imparcialidade.

Este diálogo permite-nos compreender melhor as suas expectativas, partilhar as nossas prioridades e identificar oportunidades de melhoria nas nossas atividades.

As perspetivas recolhidas através destes processos de escuta integram-se, quando aplicável, nos processos-chave do banco, incluindo a definição da estratégia, o planeamento financeiro e a definição de objetivos. Estes elementos são revistos e discutidos nos diversos comités de gestão de topo locais, negócios globais e do Grupo Santander, bem como, quando apropriado, nos órgãos de governo relevantes e no conselho de administração, aquando da apresentação dos resultados da análise de dupla materialidade e dos avanços na gestão dos IRO.

A abordagem de interação adapta-se às características de cada *stakeholder*. Através dos diferentes canais de comunicação e escuta, identificamos as principais mensagens e expectativas que fornecem informação relevante para a nossa gestão. Para além destes processos contínuos, para os exercícios de dupla materialidade e de diligência devida desenvolvemos uma escuta específica e focada, que permite aprofundar os aspetos mais relevantes para cada *stakeholder*. As ações concretas

derivadas desta informação, juntamente com os mecanismos de acompanhamento e o modelo de governo associado, são descritos com maior detalhe nos subcapítulos específicos do relatório para os quais estão identificadas as respetivas ligações. Adicionalmente, incorporamos a perspetiva do denominado grupo de *stakeholders* silenciosos (pessoas ou coletivos que não participam de forma direta no diálogo) através da análise de relatórios externos, estudos setoriais e inteligência de mercado.

O diálogo e o processo de escuta adaptam-se a cada um dos grupos de *stakeholders*:



De seguida apresenta-se o detalhe de cada grupo de *stakeholders*, juntamente com os canais utilizados na sua interação e a informação principal recolhida.

Colaboradores

Existem três mecanismos principais de escuta:

Your Voice: através de uma plataforma única, é recolhido o *feedback* dos colaboradores, medido o grau de satisfação e o seu nível de compromisso com o banco. Em 2025 realizámos um questionário global, no qual os colaboradores puderam dar o seu *feedback* e deixar comentários sobre cada questão, preservando sempre o anonimato. Os resultados são, posteriormente, alvo de uma análise profunda que dá origem a diferentes planos de ação de acordo com a realidade de cada área.

 Os resultados e as ações derivadas do *Your Voice* são desenvolvidos no capítulo 3.1 **Os nossos colaboradores**.

Canal Aberto: canal de denúncias anónimo e confidencial, disponível a todos os colaboradores, fornecedores, clientes e outros *stakeholders*, que permite comunicar possíveis incumprimentos de leis ou normativos internos.

 Para mais informação, consultar a secção 4.3 **Canais éticos**.

Diálogo com representantes dos trabalhadores: valorizamos o papel dos representantes legais dos colaboradores como elo essencial entre a organização e a sua força de trabalho. Nesse sentido, promovemos um diálogo contínuo, transparente e direto, bem como o seu envolvimento e negociação, através de sindicatos e comissões de trabalhadores. Para assegurar uma relação produtiva e eficaz entre o Banco e os representantes legais dos trabalhadores, promovemos:

- Reuniões para análise e acompanhamento de temas específicos, contacto direto e canais/plataformas de partilha de informação;
- Mecanismos de comunicação assegurados pela função de Relações Laborais, que facilita a ligação entre os representantes legais dos trabalhadores e as pessoas que representam (incluindo trabalhadores sindicalizados), em conformidade com a regulamentação aplicável e com os instrumentos de regulamentação coletiva em vigor.

 Para mais informação, consultar a secção 3.1.2 **Condições de trabalho**.

Clientes

O processo de escuta varia em função do tipo de cliente:

- Clientes de retalho:** o objetivo principal é medir o seu grau de satisfação e experiência. Através de inquéritos NPS (*Net Promoter Score*) medimos *insights* sobre as experiências, nas interações relacionais e transacionais. Nessa sequência, temos o processo de LOOP Clientes, que permite identificar situações de insatisfação e de risco de *churn* (risco de um cliente deixar de usar um

produto ou serviço), podendo gerar cerca de 20.000 *leads* por ano. Cada resposta é analisada, originando uma ação imediata de mitigação, alinhada com o motivo identificado. As *leads* são depois trabalhadas por equipas responsáveis, garantindo uma intervenção rápida e personalizada. Paralelamente, os dados recolhidos alimentam um ciclo de melhoria contínua, contribuindo para a otimização de produtos e processos para melhoria da experiência do cliente. O modelo assegura um *feedback* em *loop* fechado, em que 56% dos casos resultam numa melhoria na satisfação e 43% dos clientes com intenção de *churn* reconsideram, demonstrando potencial para retenção.

 Para mais informações sobre o canal de reclamações, consultar a secção 3.3 **Os nossos clientes**.

- Clientes empresariais:** no âmbito da relação comercial entre gestor comercial e cliente de forma *ad hoc* identificam-se necessidades ou áreas de melhoria e estas são transmitidas para a respetiva gestão ou para a adaptação da estratégia comercial quando aplicável.

As diferentes equipas responsáveis pela interação com o cliente (equipas de experiência de cliente e serviços de apoio ao cliente, entre outras) recolhem igualmente as opiniões dos clientes e transmitem-nas para processos chave do Banco supervisionados pelos órgãos de governo.

Investidores

O objetivo do diálogo é reforçar a relação com os investidores e oferecer uma proposta de valor acrescentado, diferenciadora para o seu investimento. Estabelecemos canais que permitam um diálogo fluido que favoreça a compreensão do negócio e a comunicação com a alta direção. Os canais de comunicação compreendem inquéritos, eventos e reuniões diretas, entre outros. Os canais digitais estão a ganhar cada vez mais protagonismo.

Comunidades

Para compreender as necessidades e os desafios que enfrentam as comunidades onde operamos, recolhemos informação de vários agentes:

- Particulares:** a equipa de experiência de cliente realiza inquéritos onde recolhemos informação sobre a perceção da nossa atuação nas comunidades em que operamos.
- ONG** (organizações não governamentais): as equipas de sustentabilidade e de ação social comunicam de forma bidirecional com as organizações mais relevantes.

 Para mais informação, consultar a secção 3.2.4 **Apoio à comunidade**.

- No âmbito da nossa **política de gestão de riscos ambientais e sociais** (ESRM) e em conformidade com os

Princípios do Equador, conduzimos análises sobre os riscos ambientais e sociais que as nossas operações podem ter nas comunidades.



Para mais informação, consultar a secção 3.2.3. Gestão de aspetos ambientais e sociais.

Banco Santander Portugal 2025 - O nosso percurso em números



Colaboradores

87% de participação no inquérito *Your Voice*^A

12 denúncias recebidas através de canais éticos (0,26% sobre o total de colaboradores)



Cientes

Mais de **1,8 milhões** de clientes ativos

Mais de **20 mil** compraram uma casa com o nosso crédito hipotecário

Mais de **2 milhões** de atendimentos em balcão

Mais de **238 mil** responderam a inquéritos de satisfação

2,8 mil fizeram uma reclamação formal (1,6 por cada 1.000 clientes)^B



Investidores

55 reuniões com investidores



Comunidades onde operamos

89 interações com ONG permitiram-nos recolher e abordar as necessidades das comunidades onde operamos, bem como conhecer o impacto da nossa atividade

A. 3.973 colaboradores responderam ao inquérito com base no total de colaboradores elegíveis para participar; por exemplo, excluem-se colaboradores que tenham menos de 3 meses na organização, em ausência de longa duração e estagiários.

B. Rácio calculado sobre a base total de clientes do Banco no fecho de 2025 (cerca de 1,8 milhões).

O Banco Santander Portugal também interage com outros grupos de *stakeholders*, incluindo o meio político e autoridades, supervisores e reguladores, o setor bancário, agências de rating ESG, assim como outros grupos de *stakeholders* relevantes.



Meio Político e Autoridades

Interagimos no debate político e mantemos interlocução com as autoridades, no seu papel de responsáveis por políticas públicas, sobre questões-chave que afetam o nosso setor, a sociedade em geral e o meio ambiente.¹⁶



Supervisores e Reguladores

Diálogo contínuo com supervisores e reguladores, tanto a nível Europeu e Internacional como local, que nos permite conhecer as suas prioridades e expectativas e trabalhar no cumprimento dos requisitos e recomendações aplicáveis.

Como parte do debate normativo, participamos em consultas e iniciativas relacionadas com matérias relevantes para o Grupo Santander, os seus colaboradores, os seus clientes e as

comunidades que servimos. O Grupo Santander intervém no diálogo promovido por autoridades como o Comité de Basileia, o Conselho de Estabilidade Financeira, a Autoridade Bancária Europeia, o Banco Central Europeu, as instituições da União Europeia, os bancos centrais nacionais, que incluem o Banco de Portugal, representantes ministeriais, membros do governo e parlamentares, entre outros atores que contribuem para definir o enquadramento regulatório, incluindo o de financiamento sustentável.

Em 2025, o Grupo Santander respondeu a 79 consultas internacionais e europeias. Do mesmo modo, o Grupo Santander esteve representado em diferentes encontros e fóruns relacionados com a evolução do enquadramento de finanças sustentáveis, entre eles a presidência brasileira do G20 e a Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas de 2025 (COP30), realizada em Belém em 2025, que constituíram espaços de intercâmbio com as diferentes partes envolvidas.

¹⁶ Em linha com os seus princípios de transparência, honestidade e imparcialidade, no Grupo Santander o financiamento de partidos políticos é considerado excecional e é realizado de forma restritiva, exigindo a aprovação da comissão executiva do Grupo. Estes critérios incluem a proibição de doações monetárias e em espécie e contribuições para processos eleitorais. A remissão total ou parcial da

dívida de partidos políticos ou suas entidades dependentes também é proibida. O Grupo Santander pode negociar os termos da dívida dos partidos políticos, desde que a taxa de juro nunca seja inferior à taxa de mercado.

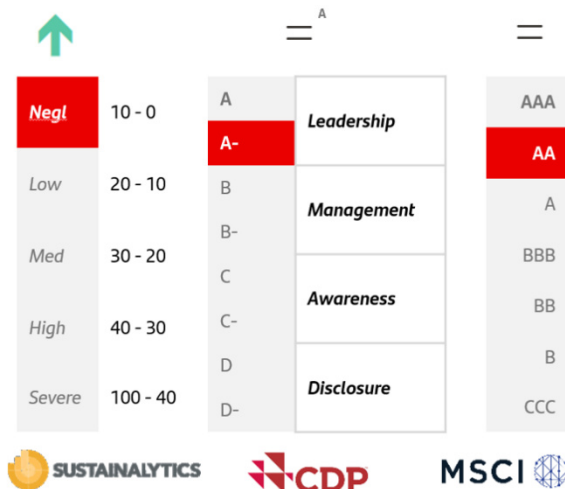
Setor Bancário

O Grupo Santander trabalha em estreita colaboração com associações representativas do setor bancário e não bancário (entre eles, o *Institute of International Finance*, *European Banking Federation*, *Business Europe*, *Digital Europe* e outros grupos de reflexão como fundações e *think tanks*). O Grupo Santander trabalha em conjunto para encontrar pontos de vista comuns sobre questões como a aplicação da Taxonomia da UE, o enquadramento para a divulgação e a apresentação de relatórios de sustentabilidade, e os esforços em curso sobre a identificação e gestão de riscos relacionados com o clima.

Participa nestes debates através de diferentes canais, como consultas, *workshops*, etc., e também facilitando a troca de pontos de vista entre partes interessadas relevantes. Também importa destacar eventos, como a Conferência Internacional de Banca, e outros que o Grupo Santander organiza todos os anos.

Agências de rating ESG

Em 2025, o Grupo Santander manteve a sua posição na MSCI (AA) e o nível de *Leadership* no CDP (a pontuação passou de A para A-). Na *Sustainalytics* alcançou 9,9 pontos, melhorando para a categoria de 'Risco insignificante', e na ISS, sendo a avaliação bienal, manteve a categoria C+.



A. No CDP mantivemos o nosso posicionamento no nível de *Leadership*.

Outros grupos de stakeholders relevantes

O Grupo Santander também mantém diálogo com outros grupos de *stakeholders* relevantes no âmbito da sustentabilidade, como a iniciativa financeira do programa ambiental das Nações Unidas (UNEP FI), o Pacto Global e o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD). Mantemos um diálogo com estas entidades para partilhar os nossos avanços e obter a sua avaliação e comentários a esse respeito.

Princípios de Banca Responsável da UNEP FI (*United Nations Environment Programme Finance Initiative*)



O Grupo Santander é membro da UNEP FI desde 1992 e membro fundador dos Princípios de Banca Responsável (PRB) desde o seu lançamento em 2019. As recomendações da UNEP FI orientaram a atuação durante 2025 tanto a nível corporativo, como local:

- **Princípio 1.** A nossa estratégia de sustentabilidade, integrada na estratégia corporativa, está alinhada com o crescimento inclusivo e sustentável (consultar secção 1.1 Estratégia de sustentabilidade) e centra-se nos impactos, riscos e oportunidades materiais para o Banco Santander Portugal. As nossas operações têm maior impacto nos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) 8, 13 e 16, e também apoiam os ODS 1, 4, 5, 7, 10, 11, 12 e 17.
- **Princípio 2.** Na nossa análise de materialidade identificámos 29 impactos, riscos e oportunidades (IRO) em cinco temas de sustentabilidade (consultar secção 1.2 Análise de materialidade). Para a estimativa de impacto utilizamos, entre outras ferramentas, a ferramenta de impacto da UNEP FI. Neste Relatório de Sustentabilidade informamos sobre o progresso em direção aos nossos objetivos climáticos (consultar secção 2. Clima, plano de transição) e de colaboradores, clientes e comunidades (consultar secção 3. Apoio aos nossos colaboradores, comunidades e clientes), entre outros.
- **Princípio 3.** A nossa política de banca responsável e sustentabilidade estabelece os princípios gerais, metas, objetivos e a estratégia que devem guiar o progresso do Grupo Santander em sustentabilidade, incluindo como apoiamos a transição (consultar secção 2.2 Apoiamos os nossos clientes nos seus objetivos de transição), a inclusão e saúde financeira (consultar secção 3.3.2 Inclusão e saúde financeira) dos nossos clientes.
- **Princípio 4.** Interagimos com os nossos principais grupos de *stakeholders* de forma contínua e proativa através de diferentes canais, como explicado nesta secção. Este diálogo ajuda-nos a compreender as suas prioridades e preocupações e a informar a nossa ação.
- **Princípio 5.** A sustentabilidade está integrada no nosso governo (consultar secção 1.4 Governo da sustentabilidade). O conselho de administração corporativo é responsável por aprovar a estratégia de sustentabilidade e o Comitê de Banca Responsável, Sustentabilidade e Cultura (CBRSC) local supervisiona o desenvolvimento da estratégia e das políticas.
- **Princípio 6.** A nossa Declaração consolidada de informação não financeira e informação sobre sustentabilidade é verificada mediante uma revisão limitada por um terceiro independente (consultar secção Relatório de verificação

independente, que se encontra no final deste capítulo).



O Grupo Santander é membro do Pacto Global das Nações Unidas desde 2002. Este Relatório de Sustentabilidade reflete os nossos avanços e o nosso apoio aos 10 Princípios do Pacto Global em matéria de direitos humanos, normas laborais, meio ambiente e luta contra a corrupção.

Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD)



O Grupo Santander é membro do WBCSD desde 2015 e, como tal, recebemos a sua avaliação e comentários sobre o nosso progresso em relação aos critérios de adesão e ao Relatório de Sustentabilidade que publicamos.

Adicionalmente, a nível local, o Banco Santander Portugal mantém o diálogo com os seguintes parceiros:

GRACE GRACE

Somos parceiros da GRACE, associação sem fins lucrativos que trabalha para integrar práticas de responsabilidade social nas estratégias empresariais, contribuindo para um futuro mais sustentável e inclusivo. Como parte desta parceria, fazemos parte de diversos grupos de trabalho, nomeadamente nos clusters Financeiro, Colaborador do Futuro, Diversidade e

Inclusão, Saúde mental e Bem-Estar e Comunicação Responsável.

BCSD

É uma associação empresarial que promove o desenvolvimento sustentável, ajudando as empresas a integrar práticas sustentáveis nas suas operações. Juntos, trabalhamos para implementar soluções inovadoras que beneficiem a sociedade e o meio ambiente, reforçando o nosso compromisso com a sustentabilidade.

ACEGE

O banco é parceiro da ACEGE (Associação Cristã de Empresários e Gestores), uma organização que promove a ética e a responsabilidade social nas empresas. No âmbito desta parceria mantivemos o apoio ao programa Compromisso Pagamento Pontual, que promove uma cultura de responsabilidade e ética empresarial, incentivando as organizações a pagar aos seus fornecedores dentro dos prazos acordados, sendo o Santander uma das empresas aderentes a este compromisso. Somos ainda certificados como Empresa Familiarmente Responsável, vendo reconhecidas as nossas práticas de apoio à conciliação entre vida profissional e pessoal. Para além disto, implementámos um plano de formação para a comunidade sobre Sustentabilidade e Inteligência Artificial.

1.4 Governo da sustentabilidade

GRI 2-9, 2-11, 2-12, 2-13, 2-14, 2-18, 2-24, 3-3, 405-1

Modelo de Governo para Banca Responsável no Grupo

O Grupo Santander analisa a sustentabilidade ao mais alto nível de governo, cabendo, ao conselho de administração do corporativo a aprovação das políticas de responsabilidade social e de sustentabilidade e a supervisão do desenvolvimento do Programa de Banca Responsável (*Responsible Banking Agenda*).

O Comité de Banca Responsável, Sustentabilidade e Cultura propõe e supervisiona o desenvolvimento e implementação da estratégia e políticas de sustentabilidade, banca responsável e cultura do Grupo Santander, em apoio ao conselho de administração.



Para mais informação, consultar a secção **1.4 Governo da sustentabilidade do Relatório de Sustentabilidade do Grupo Santander** e a nota de sustentabilidade **NS 2. Governo da sustentabilidade** do presente relatório.

Modelo de Governo para Banca Responsável em Portugal

Conselho de Administração

Órgão máximo de decisão do Banco, sendo responsável pela aprovação das políticas de responsabilidade social e de sustentabilidade e pela supervisão do desenvolvimento do Programa de Banca Responsável.

Comité de Banca Responsável, Sustentabilidade e Cultura

Garante a integração da Banca Inclusiva e Responsável e da Cultura interna no modelo de negócio, definindo e fazendo o acompanhamento dos planos estratégicos, em articulação com os planos corporativos do Grupo Santander.

Área de Sustentabilidade

Responsável pela coordenação da atuação em termos de Sustentabilidade. Faz a coordenação com as diferentes áreas do Banco envolvidas e promove a comunicação com os diferentes *stakeholders*.

Áreas do Banco

Todas as áreas podem desenvolver projetos e iniciativas que promovam a Sustentabilidade, de acordo com a política e estratégia definidas pelo Banco, em coordenação com a Área de Sustentabilidade.

Em 2025, continuámos a trabalhar na integração dos critérios ESG em todos os processos e operações do Banco.

Normativo que apoia integração de critérios ESG no modelo de negócio do Grupo

Marco Corporativo de Banca Responsável

Define os princípios comuns, funções e responsabilidades, principais processos e governo de Banca Responsável para as atividades do Banco Santander Portugal em direção a um modelo de negócio mais sustentável com o objetivo de cumprir a missão do Grupo Santander e de apoiar o desenvolvimento das pessoas e das empresas, contribuindo positivamente para a sociedade na qual o Grupo Santander opera e para a estabilidade financeira internacional.

Marco Corporativo de Contabilidade e Informação Financeira, Gestão e Sustentabilidade

Estabelece os princípios, diretrizes de atuação em matéria de elaboração da contabilidade e da informação financeira, de gestão, e da informação sobre a sustentabilidade que é transposta para nível local como um elemento fundamental de governo.

Política de Banca Responsável e Sustentabilidade

Estabelece os princípios, linhas de ação, processos-chave e modelo de governo das questões ambientais, sociais e de governo, associadas à atividade com colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas e investidores e comunidades.

Descreve os nossos princípios, compromissos, objetivos e estratégia de sustentabilidade para gerar valor a longo prazo para os nossos *stakeholders*, incluindo a proteção dos direitos humanos.

Modelo de Banca Responsável

Estabelece as responsabilidades na primeira, segunda e terceira linha de defesa para todas as atividades que compõem a atividade de sustentabilidade, a fim de progredir na agenda e incorporar critérios ESG para atingir os nossos objetivos.

Diversidade nos órgãos de governo

Conforme consta da Política Interna de Seleção e Avaliação da adequação, publicada no *site* do Banco Santander Portugal, a

seleção e avaliação da adequação dos dirigentes do Banco Santander Portugal, rege-se, entre outros, pelo seguinte princípio geral: Promoção da diversidade de género consistente com as políticas sobre esta matéria, vigentes no Banco Santander Portugal, no Grupo Santander e na lei, nomeadamente, promovendo uma relação de equilíbrio no que se refere ao género dos Dirigentes selecionados, através da promoção da igualdade de oportunidades e adoção de mecanismos internos tendentes à seleção e elementos do género sub-representado, bem como da adoção de medidas de discriminação positiva e de sensibilização interna, com vista à efetiva implementação de uma política de diversidade no seio da organização, não apenas em termos de género, como também de idade, origem geográfica, habilitações, competências, qualificações e experiência. Estão ainda incluídas nas competências legais do Comité de Nomeações fixar um objetivo de representatividade de género, e elaborar uma política tendente a aumentar o número de pessoas do género sub-representado. A aprovação dos documentos normativos cabe ao conselho de administração ou aos seus comités, quando a matéria regulamentada for da sua competência conforme o respetivo regulamento.

1.4.1 Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos regimes de incentivo

A política de remunerações do Banco Santander Portugal reflete os nossos objetivos estratégicos e de sustentabilidade a longo prazo, e está alinhada com as regulamentações do nosso mercado. Isto consegue-se mediante a vinculação da remuneração variável à consecução de objetivos financeiros, de sustentabilidade e de criação de valor, predeterminados, concretos e quantificáveis.

O nosso esquema de remuneração integra métricas de sustentabilidade consistentes com a estratégia do Grupo Santander de acordo com a legislação e regulamentação local aplicável. O esquema de remuneração de incentivos a longo prazo (LTI, pelas suas siglas em inglês) aplica-se ao nosso presidente da comissão executiva.

A sustentabilidade faz parte do LTI desde 2022 com um peso de 20%. O comité de Banca Responsável, Sustentabilidade e Cultura promove a integração de critérios ESG (*Environmental, Social and Governance*) nos processos estratégicos, gestão de risco e outras funções relevantes, promovendo assim uma transformação cultural de modo a atingir os nossos compromissos. O comité de remunerações e o conselho de administração aprovam métricas definidas em matéria de ESG, no âmbito dos sistemas de compensação variável. Os parâmetros para avaliar o objetivo de incentivar progresso em matérias ESG e incorporá-las na gestão estão indicados na tabela seguinte:

Diversidade e inclusão	Progresso no cumprimento das metas de diversidade (número de mulheres em quadros superiores) e de iniciativas chave, como a acessibilidade.
Inclusão financeira	Progresso no cumprimento das metas de inclusão financeira e de outras iniciativas chave da agenda social (educação financeira, investimento comunitário, etc.).
Sustainability Finance	Progresso em matéria de financiamento sustentável e de investimento socialmente responsável.
Clima	Progresso com o nosso plano de transição e as principais alavancas para avançar na nossa aspiração de chegar a emissões net zero em 2050.
Governança e questões transversais	Divulgação do exercício de dupla materialidade, implementar políticas de sustentabilidade e melhorar a eficiência e qualidade dos dados.

1.4.2 Diligência devida em matéria de direitos humanos

O Banco Santander Portugal vela por respeitar e proteger os direitos humanos dos grupos de *stakeholders* nas suas atividades, e isso reflete-se nas práticas de gestão e governo:

- A política de banca responsável e sustentabilidade aprovada pelo conselho de administração incorpora o respeito pelos direitos humanos.
- Atender à saúde dos nossos colaboradores, emprego digno, respeito pela liberdade de associação e negociação coletiva e a proibição da escravatura e do trabalho infantil.

 Para mais informação, consultar secção 3.1 Os nossos colaboradores.

- Proteger os direitos humanos dos nossos clientes através de práticas comerciais responsáveis e da proteção dos seus dados.

 Para mais informação, consultar secção 3.3 Os nossos clientes.

- Avaliar os potenciais impactos em matéria de direitos humanos associados às transações com clientes através

de análises ambientais, sociais e de alterações climáticas (ESCC).

 Para mais informação, consultar secção 3.2.3 Gestão de aspetos ambientais e sociais.

- Avançar na integração de aspetos ambientais e sociais, incluindo direitos humanos, na gestão de toda a nossa cadeia de fornecimento.

 Para mais informação, consultar secção 4. Conduta empresarial.

- Canal Aberto é a ferramenta chave do Banco Santander Portugal para identificar, gerir e resolver possíveis alertas ou violações dos direitos humanos para clientes, colaboradores, fornecedores e toda a comunidade.

 Para mais informação, consultar secção 4.3 Canais éticos.

Os resultados do exercício de diligência devida em matéria de direitos humanos foram considerados na avaliação de dupla materialidade de 2024. Este exercício foi desenvolvido em linha com padrões internacionais¹⁷, incluindo medidas relacionadas com os direitos laborais, a proteção dos clientes e a conduta empresarial responsável nas atividades relevantes.

¹⁷ Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho; Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos; Guia da OCDE (Organização para

a Cooperação e o Desenvolvimento Económico) sobre a Diligência Devida para a Conduta Empresarial Responsável; entre outros.

2. Clima, plano de transição

(Informação ambiental)

2.1 Estratégia climática

GRI 3-3

2.1.1 A nossa abordagem

GRI 2-24, 2-25, 2-26

O Banco Santander Portugal identificou impactos, riscos e oportunidades materiais no exercício de dupla materialidade relacionados com o clima. Seguimos como recomendação voluntária a Diretiva Europeia de Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade (CSRD), apresentando abaixo o nosso plano de transição estruturado em três pilares para apoiar os nossos clientes e as economias que atendemos nos seus objetivos de transição, analisar os riscos climáticos dos nossos clientes para gerir as implicações nos seus negócios e na nossa atividade, e trabalhar no alinhamento das nossas carteiras, de acordo com o definido a nível Grupo e sempre em conformidade com a legislação e regulamentação local.

1

Apoiamos os nossos clientes nos seus objetivos de transição



Apoiar os nossos clientes na transição para uma economia sustentável. O Grupo Santander está a avançar para a meta de mobilização de 220 mil milhões de euros em financiamento verde entre 2019 e 2030, depois de atingir a meta de 120 mil milhões de euros com dezoito meses de antecedência. Adicionalmente, em março de 2025, o Grupo Santander atingiu, com nove meses de antecedência, a meta de 100 mil milhões de euros em ativos geridos em investimento socialmente responsável.

2

Integramos os fatores ESG na gestão de riscos



Integração dos fatores climáticos, ambientais e sociais na gestão de riscos, tanto numa perspetiva regulatória como de gestão, incluindo uma avaliação de materialidade que é utilizada na análise de dupla materialidade e na nossa estratégia de sustentabilidade.

3

Aspiramos a alinhar a nossa atividade com os objetivos do Acordo de Paris



Trabalhamos com o objetivo de alinhar a nossa carteira com os objetivos do Acordo de Paris para contribuir para limitar o aquecimento global. Estabelecemos objetivos de monitorização das carteiras materiais de crédito à habitação e crédito imobiliário. A gestão destes objetivos e das carteiras em acompanhamento, tal como do resto dos IRO, é realizada em conformidade com a legislação e a regulamentação local. Esses objetivos, a sua atualização e evolução refletem a evolução atual e esperada da economia e dos clientes que atendemos. Nas nossas operações, continuamos a reduzir o nosso impacto ambiental com medidas de eficiência, tendo alcançado em 2023 a meta de 100% de energia renovável.

Para isso, trabalhamos com diferentes grupos de *stakeholders*:

- Clientes: desenvolvendo produtos/serviços adaptados às suas necessidades; colaborando com outras instituições para criar oportunidades de financiamento; e desenvolvendo ferramentas de avaliação do desempenho e progresso dos planos de transição dos nossos clientes.
- *Key stakeholders* no clima: participando em diferentes organizações, iniciativas e grupos de trabalho, locais e internacionais, que nos ajudam a desenvolver capacidades.
- Autoridades: participando em debates com reguladores, responsáveis políticos e supervisores a nível local e global sobre os desenvolvimentos mais relevantes para o Banco, os seus colaboradores, clientes e as comunidades em que operamos em relação à agenda climática.
- Comunidades: apoiando uma série de iniciativas locais que abordam as alterações climáticas e ambientais, atendendo também às implicações sociais.

2.1.2 Contexto de oportunidades e desafios

A transição energética avança com uma profundidade estrutural cada vez mais evidente, estimulada pela evolução tecnológica e pela crescente competitividade das soluções de baixo carbono. De acordo com o Fórum Económico Mundial (WEF, na sigla em inglês) a economia verde consolidou-se como um dos motores de crescimento mais dinâmicos – atrás apenas do setor tecnológico – e a expansão das energias renováveis está a acelerar em mais de 80% dos países. Se esta tendência se mantiver, a capacidade renovável instalada poderá duplicar até 2030, apoiada na energia solar, na modernização das redes, no armazenamento e na eletrificação.

Esta mudança também se reflete nos fluxos de investimento: de acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE), o investimento em energia limpa em 2025 já ultrapassou os 2 mil milhões de dólares anuais, duplicando o destinado aos combustíveis fósseis (cerca de 1 mil milhão), consolidando assim uma mudança estrutural do capital para tecnologias de baixo carbono. O dinamismo estende-se ao mercado de trabalho, onde o emprego em energia limpa já ultrapassa o do setor fóssil à escala global.

Os avanços tecnológicos reforçam essa tendência. De acordo com o WEF, mais de 50% das emissões globais podem ser mitigadas por meio de soluções já economicamente competitivas, o que permite a muitos setores definir trajetórias de transição mais precisas para 2030 e 2035. Paralelamente, vários países atualizaram as suas Contribuições Determinadas a Nível Nacional (NDC, na sigla em inglês) com planos mais detalhados e alguns países, no qual se inclui Portugal, apresentam quedas de dois dígitos nas suas emissões per capita nos últimos 20 anos, aceleradas por mudanças no setor energético.

Mesmo assim, continua a ser insuficiente: as emissões globais

continuam a aumentar e os compromissos globais ainda não estão totalmente alinhados com um caminho compatível com a limitação do aquecimento a 1,5 °C. Continuam a existir diferenças entre regiões e setores. Tudo isto ocorre num contexto em que a procura mundial de energia continua a crescer, o que exige acelerar soluções que garantam segurança, acessibilidade e sustentabilidade sempre que possível.

Neste cenário, já é uma realidade a oportunidade de mobilizar capital para a transição e apoiar empresas e governos na definição e implementação de estratégias credíveis de alinhamento, que estejam em conformidade com a legislação local e os objetivos das políticas públicas em cada jurisdição. A combinação de inovação, regulamentação, investimento e assessoria técnica será fundamental para traduzir o impulso atual em uma transformação profunda e global.

2.1.3 A nossa ambição

O nosso foco consiste em ajudar os nossos clientes a transitar para uma economia de baixo carbono, oferecendo-lhes financiamento e aconselhamento. Este objetivo está alinhado com a nossa ambição de continuar a trabalhar para avançar em direção às emissões líquidas de carbono zero em 2050.

A transição depende de uma série de fatores que escapam ao nosso controlo, entre eles, os quadros de políticas públicas e incentivos que aceleram a atividade de alinhamento na economia real, bem como o desenvolvimento tecnológico contínuo que apoia a transição energética. A mobilização de capital irá para os mercados onde a relação risco-rentabilidade e a procura por tecnologias sustentáveis funcionam. A política e a regulamentação são fatores-chave para que isso seja possível. Este contexto orienta a evolução e a revisão anual dos nossos objetivos.

2.1.4 Objetivos do Grupo Santander^A

GRI 2-24, 3-3, 201-2

	2023	2024	2025	Objetivo para 2025/2030	
Montante de financiamento verde mobilizado e facilitado (mil milhões de euros acumulados) ^B	115,3	139,4	174,0	120 mil milhões para 2025 220 mil milhões para 2030	✓
Ativos sob gestão (AuM) de investimentos socialmente responsáveis (ISR) (mil milhões de euros acumulados)	67,7	88,8	129,9	100 mil milhões para 2025	✓
Exposição a energia elétrica e mineração relacionada com carvão térmico (mil milhões de euros)	4,4	4,2	2,3	0 em 2030	
Intensidade das emissões da carteira de geração de energia elétrica ^C	149	88		102 - 124 kgCO ₂ e/ MWh para 2030	
Intensidade das emissões da carteira de petróleo e gás ^{C,D}	3,08	3,15		2,31 - 3,03 tCO ₂ e /TJ para 2030	
Intensidade das emissões da carteira do aço ^C	1,47	1,51		1,17 - 1,28 tCO ₂ e/tS para 2030	
Intensidade de emissões da carteira de fabricação automóvel ^C	135	128		80 - 98 gCO ₂ /vkm para 2030	
Intensidade das emissões da carteira de empréstimos para automóveis ^{C,E}	133	129		70-109 gCO ₂ e/vkm para 2030	
Eletricidade a partir de fontes renováveis ^F	97%	96%	100%	100% para 2025	100% desde 2023 (Portugal) ✓

Em 2025:

→ O Grupo Santander continua a trabalhar no alinhamento das suas carteiras principais; publicando também as emissões financiadas da sua carteira de imóveis residenciais e de imóveis comerciais em Portugal, para além das de Espanha e do Reino Unido.

→ O Grupo Santander continua a gerir as suas emissões operacionais de âmbito 1 e 2, com planos de redução, e a compensar as restantes; e continua a cumprir o seu objetivo de não utilizar plásticos descartáveis nos edifícios e escritórios dos seus principais mercados.

A. Os esforços para cumprir estes objetivos estão em conformidade com a legislação e a regulamentação locais.

B. Inclui a contribuição do Grupo Santander para o financiamento verde: financiamento de projetos; obrigações verdes; financiamento de exportações e serviços de assessoria para ajudar os clientes na transição para uma economia de baixo carbono.

C. Os números apresentados são os mais recentes disponíveis, dada a disponibilidade limitada de dados por parte dos clientes para avaliar as emissões financiadas. Foi utilizada a metodologia de cálculo interno do Grupo Santander, baseada na *Partnership for Carbon Accounting Financials* (PCAF), 2022.

D. Inclui âmbitos 1 e 2 da carteira de petróleo e gás *upstream*. O âmbito 3 está considerado na métrica de seguimento de índice de energia primária.

E. Empréstimos ao consumo para a aquisição de automóveis de passageiros na Europa.

F. Nos países onde é possível certificar a eletricidade proveniente de fontes renováveis nas propriedades do Grupo. A meta considera os 10 principais países em que operamos.

2.2 Apoiamos os nossos clientes na transição

GRI 3-3

Nesta secção, explicamos como gerimos os seguintes IRO:



Contribuição para a proteção do meio ambiente, apoiando a expansão do uso de energias renováveis e outras tecnologias com baixas emissões de carbono.



Crescimento do financiamento e dos rendimentos das energias renováveis e de outras soluções que facilitem a transição energética, ao fornecer aos nossos clientes soluções sustentáveis em setores como a energia, a construção, a mobilidade ou a agricultura.

A principal alavanca que temos como Banco consiste em apoiar os nossos clientes. Para isso, continuamos a desenvolver a nossa proposta de consultoria e financiamento sustentável nos nossos negócios:

1. identificando as tendências e necessidades das economias e clientes que atendemos;
2. contando com equipas comerciais capacitadas para atender a essas necessidades;
3. desenvolvendo a infraestrutura que apoia a aplicação dessas capacidades, incluindo proposta de valor, critérios, governo e sistemas.

Identificamos oportunidades de negócio avaliando setores-chave, trabalhando em estreita colaboração com os nossos clientes e com o conhecimento dos nossos especialistas em sustentabilidade.

O Grupo Santander calcula o rácio de ativos verdes alinhado com a Taxonomia Europeia. Em 2025, ascende a 3,35% (3,28% em 2024). O volume de ativos no final de 2025 alinhado com a Taxonomia Europeia é de 28,1 mil milhões de euros em hipotecas e de 12,0 mil milhões de euros em automóveis. Para mais informação consultar a nota NS 4. Taxonomia Europeia.

Financiamento da transição e transição justa

Entendemos a transição como um processo no qual o nosso papel é contribuir para o desenvolvimento sustentável, apoiando clientes e economias nas suas diferentes necessidades e realidades. É vital que a transição seja justa e inclusiva, tendo em conta as especificidades regionais e setoriais para evitar o isolamento das comunidades e o

abandono de ativos.

O nosso objetivo é incorporar e promover uma transição justa através da nossa abordagem participativa, das nossas políticas e processos de gestão de riscos e dos nossos produtos de financiamento, agindo em conformidade com a legislação e regulamentação locais. É uma abordagem que consideramos na elaboração das nossas políticas, na revisão periódica do nosso Sistema de Classificação de Finanças e Investimento Sustentável (SFICS), que tem em consideração as atividades destinadas à adaptação ou mitigação dos problemas ambientais e sociais.

Todas as operações e produtos com rótulo sustentável passam por fóruns de certificação ESG para garantir que estão alinhados com a Taxonomia EU ou com o nosso SFICS e são geridos através de uma ferramenta corporativa automatizada, que proporciona rastreabilidade das decisões e suporte documental integral.

Financiamento sustentável e apoio à transição

Para alcançar o objetivo de descarbonizar as carteiras, a principal alavanca do Banco é apoiar a transição dos seus clientes para uma economia de baixo carbono, através do financiamento e da capacitação, nomeadamente por via da formação. Enquanto instituição financeira de referência, assumimos um papel ativo no apoio à transformação dos modelos de negócio dos nossos clientes, promovendo uma transição ordenada, justa e sustentável.

Neste contexto, temos simultaneamente a responsabilidade e a oportunidade de apoiar os nossos clientes na adoção de modelos de negócio de baixo carbono. O reforço da nossa oferta de *sustainable finance*, assente no desenvolvimento de soluções financeiras adequadas e no acompanhamento dos clientes ao longo do seu percurso de transição, constitui um elemento central da nossa estratégia para alcançar os objetivos de transição climática e alinhar a atividade do Banco com os compromissos nacionais e internacionais em matéria de sustentabilidade. O nosso objetivo é afirmarmo-nos como uma referência em *sustainable finance*, enquanto instituição financeira capaz de disponibilizar soluções diferenciadoras e adaptadas às necessidades dos clientes, apoiando tanto a transição ambiental como a criação de valor social.

Para concretizar esta ambição, o Banco Santander Portugal está a:

- Estruturar e reforçar o negócio de *sustainable finance*, através da definição de uma estratégia integrada que permita entregar uma proposta de valor clara e consistente aos nossos clientes;

- Implementar o SFICS, reforçando os mecanismos de controlo para a avaliação e gestão do risco de branqueamento ecológico e executando a estratégia de dados com vista à medição e monitorização do desempenho e dos impactos das operações de *sustainable finance*;
- Investir na formação e capacitação, tanto dos colaboradores como dos clientes, assegurando o desenvolvimento de competências internas e o reforço do conhecimento dos clientes em matérias ambientais e sociais, promovendo uma integração efetiva dos critérios ESG nas decisões de financiamento.

Para além do apoio à transição climática, o Banco Santander Portugal alargou o âmbito da sua atuação em *sustainable finance* à dimensão social, através do apoio a projetos orientados para a promoção da inclusão, da coesão social e do

desenvolvimento económico sustentável promovidos por organizações sociais, entidades da economia social e instituições sem fins lucrativos, reforçando o contributo do Banco para uma inclusão e transição justa.

Oportunidades climáticas e sociais

A colaboração com os clientes para apoiar a sua transição e contribuir para a redução das emissões de carbono é fundamental para a evolução rumo a uma economia de baixo carbono. Em paralelo, o apoio a projetos com impacto social positivo constitui um pilar essencial da atuação do Banco em matéria de sustentabilidade. Neste contexto, foram identificadas oportunidades de negócio em financiamento de transição e financiamento social, com base na análise de setores-chave, no trabalho próximo com os clientes no conhecimento especializado das equipas internas.

Setor/ativo

Oportunidades climáticas para o Banco Santander Portugal^A

Green Buildings

Proposta de empréstimo para ajudar os clientes a identificar soluções de *retrofitting*
Crédito à habitação associado a certificados energéticos de melhor qualidade
Crédito mobiliário a empresas

Energia

Crescimento no financiamento de projetos de investimento na produção de energias renováveis
Financiamento de sistemas de armazenamento de energia em bateria e aquisição de equipamentos energeticamente mais eficientes

Mobilidade

Financiamento a empresas e indivíduos para a aquisição de veículos elétricos
Financiamento para a instalação de infraestruturas de carregamento de veículos elétricos
Financiamento de tecnologias adicionais que permitam soluções de mobilidade de baixas emissões de carbono

Agricultura

Incentivar e apoiar os clientes em toda a cadeia de valor a adotar práticas mais sustentáveis
Financiamento de tecnologias para redução de emissões e maior eficiência nas explorações agrícolas

Sustainability Linked Loans

Apoiar e incentivar a transição dos clientes através de *sustainability linked loans*, associando o financiamento aos seus objetivos e desempenho ESG.

A. Em diferentes graus, as oportunidades aqui enumeradas dependem de políticas e ações governamentais, sem as quais a sua concretização terá menor impacto.

2.2.1 Corporate and Investment Banking (CIB)

A nossa proposta de financiamento sustentável baseia-se numa vasta experiência consolidada em energias renováveis e numa gama diversificada de soluções de estruturação, consultoria e financiamento através de diferentes produtos e setores. Esta abordagem baseia-se na metodologia de classificação climática dos clientes, que permite identificar áreas prioritárias de transição ao nível do cliente e nos permite comparar, para apoiar as suas estratégias de alinhamento.

Em 2025, a área de CIB apoiou os seus clientes com uma ampla variedade de soluções em aspetos-chave da transição para uma economia de baixo carbono. Asseguramos que a nossa abordagem de classificação climática de clientes cumpre a legislação e regulamentação local aplicável. Os casos práticos apresentados a seguir ilustram como esta atividade se desenvolve em torno dos temas estratégicos da transição.

Em 2025, o Banco Santander Portugal manteve a sua posição de referência na estruturação de operações de dívida

orientadas para apoiar as empresas na sua trajetória de alinhamento com os objetivos do Acordo de Paris e com a implementação de práticas ESG. Para os grandes clientes corporativos, continuámos a evoluir o nosso modelo de negócio, oferecendo soluções cada vez mais personalizadas.

Ao longo do ano, assessorámos diversas empresas na preparação e estruturação de financiamentos sustentáveis, incluindo financiamentos de propósito específico e financiamentos vinculados à sustentabilidade (SLLs).

Criamos valor adicional através de análises detalhadas das necessidades financeiras dos clientes e dos respetivos objetivos de médio e longo prazo.

Assegurámos a renovação da classificação ESG nos programas de *confirming* e de papel comercial, sempre que ocorreram alterações às respetivas operações, designadamente quanto ao montante ou ao prazo.

Operações a destacar em 2025

O Banco Santander Portugal participou nas seguintes operações relevantes no âmbito de *Sustainable Finance*:

Bookrunner em duas emissões obrigacionistas *green hybrid* da EDP:

- i. EdP 30NC6.75 Green €750M Hybrid
- ii. EdP 30NC7.25 EUR €1.000M Green Hybrid

Sole Arranger numa operação:

- **Hyperion Cavaleira: €18M (participação total de €18M do Banco Santander Portugal)**

Financiamento dos custos de desenvolvimento da central solar fotovoltaica Cavaleira da *Hyperion*. O promotor do projeto, a *Hyperion Renewable*, desenvolve projetos de energia solar fotovoltaica, eólica, armazenamento e hidrogénio verde, com um *pipeline* de aproximadamente 3,4 GW, localizado principalmente na Península Ibérica.

Mandated Lead Arranger em duas operações:

- **Morgavel: €93M (participação de €27M do Banco Santander Portugal)**

Financiamento para apoiar o desenvolvimento de um parque eólico de 71 MW em Sines, Portugal, compreendendo 50 MW de capacidade licenciada original, 10 MW de sobrepotência e 10 MW de repotenciação. O projeto está em construção.

- **HLO: €232M (participação de €43M do Banco Santander Portugal)**

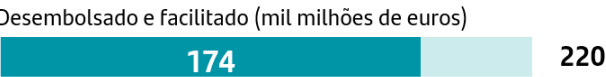
Construção de um hospital público totalmente novo ao abrigo de uma PPP com duração de 30 anos. O consórcio *Hygeia*, que inclui a *Mota-Engil* e a *Serena Industrial Partners*, ganhou o concurso público para projetar, construir, financiar, operar e manter (DBFOM) o novo Hospital Lisboa Oriental, em Portugal.

Além disso, o Banco Santander Portugal manteve, em linha com o ano anterior, a linha de financiamento estabelecida no âmbito da titularização sintética realizada com o Banco Europeu de Investimento (BEI), destinada a operações imobiliárias residenciais ou comerciais. No seguimento deste enquadramento, o Banco continua a oferecer aos seus clientes, cujas operações se encontram alinhadas com critérios de sustentabilidade, uma redução significativa dos spreads aplicados aos respetivos financiamentos.

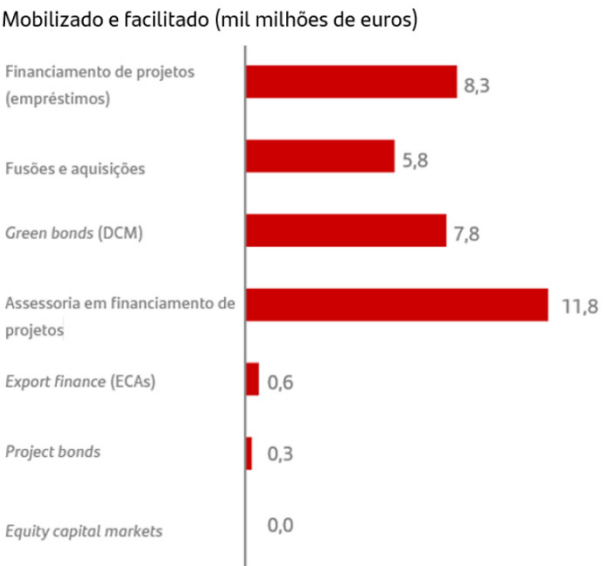
De igual modo, e em continuidade com o exercício anterior, o Banco Santander Portugal permaneceu integrado no Ecossistema ESG da SIBS (*Forward Payment Solutions, S.A.*), promovido em conjunto com as principais instituições de crédito portuguesas. Esta solução disponibiliza às empresas um portal para recolha de dados e informação ESG, bem como a sistematização do *reporting*, partilhando a mesma com as instituições de crédito, incluindo ainda iniciativas de formação nas temáticas ESG.

A nível do Grupo Santander, CIB facilitou e mobilizou globalmente 174 mil milhões de euros em financiamento verde entre 2019 e dezembro de 2025. O objetivo centra-se na utilização verde dos fundos, como a energia renovável, em todos os produtos em que existe informação pública bem reconhecida.

Volume de financiamento verde 2019 até 2025



34,6 mil milhões de financiamento verde em 2025



DCM (Debt Capital Markets); ECAs (Export Credit Agencies)
Informação obtida de fontes públicas, como as tabelas classificativas da *InfraLogic*, *Dealogic*, *TXF* ou *Bloomberg*. São contabilizadas todas as funções desempenhadas pelo Grupo Santander num mesmo projeto. São excluídos outros componentes de financiamento sustentável, como a inclusão financeira e o empreendedorismo. O financiamento verde desembolsado e facilitado não é sinónimo de Taxonomia da UE. Informação das *League Tables* extraída a 12 de janeiro de 2026.

Financiamento das energias renováveis - Visão geral

O Grupo Santander é líder no financiamento de energias renováveis há mais de 10 anos. Em 2025, foi um dos bancos líderes a nível global, tanto em número de operações como em valor das mesmas, com 100 transações concluídas e uma quota de mercado de 5,58%, de acordo com a *InfraLogic*:

Bancos líderes no financiamento de energias renováveis em 2025

Posição	Instituição de crédito	Volume (M€)	Número de transações	Quota de mercado (%)
1	Banco Santander	12.244	100	5,58%
2	Banco 1	11.018	119	5,03%
3	Peer 1	8.641	98	3,94%
4	Banco 2	8.025	90	3,66%
5	Peer 2	6.852	72	3,13%
6	Peer 3	6.541	76	2,98%
7	Banco 3	6.324	80	2,81%
8	Banco 4	5.765	73	2,56%
9	Banco 5	4.329	49	1,92%
10	Peer 4	3.965	50	1,76%

Grupo de peers: BBVA, BNP Paribas, Citi, Crédit Agricole, HSBC, ING, Itaú, Scotiabank e Unicredit. Dados recolhidos a 12 de janeiro de 2026.

2.2.2 Retail & Comercial Banking

Em 2025, a atividade de financiamento sustentável de *Retail & Commercial Banking* combinou uma gama de soluções de financiamento, através de uma equipa especializada e dedicada ao apoio e enquadramento sustentável das operações de financiamento, em linha com o compromisso do Grupo Santander, apoiando os seus clientes na transição para uma economia mais sustentável e de baixo carbono nas diferentes etapas da sua jornada de sustentabilidade. Esta abordagem incluiu produtos com atributos verdes específicos, *Sustainability-Linked Loans* (SLL), desenvolvidos em conformidade com a legislação e regulamentação local.

A gestão do risco de *greenwashing* constitui uma prioridade do Banco Santander Portugal, nomeadamente através do cumprimento rigoroso das diretrizes operacionais aplicáveis às equipas de *Sustainable Finance* e do alinhamento com as expectativas dos supervisores em matéria climática. Os fóruns internos de certificação ESG analisam produtos e operações com o objetivo de assegurar a sua consistência com a Taxonomia EU ou com o SFICS, garantindo a respetiva elegibilidade para marcação interna como verdes, sociais ou sustentáveis. Adicionalmente, o Banco desenvolveu internamente os designados “Produtos Verdes”, para os quais foram definidos padrões específicos e estabelecidos procedimentos robustos de aprovação, monitorização e controlo. Em 2025, o Banco Santander Portugal promoveu

ativamente junto dos seus clientes, o Ecossistema SIBS ESG, uma solução totalmente gratuita para as empresas, que ajuda na recolha, sistematização e centralização da sua informação ESG.

Soluções de financiamento sustentável e de transição

Enquanto banco local de matriz global, o Banco Santander Portugal contribuiu ativamente para a identificação e partilha de novas oportunidades de negócio alinhadas com os objetivos de sustentabilidade do Grupo Santander, com destaque para iniciativas nos setores social e agrícola. No caso do setor agrícola, este contributo traduziu-se na revisão do SFICS, concluída em novembro de 2025, reforçando o enquadramento de soluções de financiamento sustentáveis dirigidas a este setor.

Assessoria, alianças e apoio a clientes

A Fundação Santander, em colaboração com a Universidade Católica e através das plataformas Santander X e Santander Open Academy, ofereceu programas de formação em financiamento sustentável para PME e particulares, com foco no reporte de sustentabilidade.

No âmbito da promoção do conhecimento e do debate em matéria de sustentabilidade, o Banco colaborou com o *Center for Sustainable Finance* da Universidade Católica Portuguesa na *Lisbon Sustainable Week*, que decorreu no mês de junho na Fundação Calouste Gulbenkian. O evento reuniu cerca de 600 participantes, incluindo líderes internacionais, académicos, decisores políticos, empresários e especialistas, com o objetivo de debater soluções que apoiem a transição para uma economia sustentável, resiliente e competitiva. No âmbito da colaboração com o *Center for Sustainable Finance*, foi igualmente realizado, ao longo de 2025 e presencial em vários pontos do país, 12 edições do curso "Guia Prático de Sustentabilidade para Empresas – Perspetiva Financeira". Este curso direcionado a PME contou com a participação de empresas clientes convidadas e 362 certificados emitidos.

Adicionalmente, foi realizada a 3ª e 4ª edição do curso "Introdução à Sustentabilidade nas Empresas – Perspetiva Financeira" no Santander Open Academy com 2688 certificados emitidos.

Trabalhamos com instituições multilaterais

O Grupo Santander continua a trabalhar no alinhamento da sua atividade comercial com as oportunidades promovidas pelos bancos multilaterais de desenvolvimento (MBD), potenciando o acesso a instrumentos financeiros e a mecanismos de partilha de risco que apoiam a transição para uma economia mais sustentável. Durante 2025 formalizou 26 novos acordos de financiamento com os MDB. Destes, 16 incorporam um componente verde, orientado para promover projetos

relacionados com a transição energética e a mitigação das alterações climáticas, num montante agregado próximo de 1.623 milhões de euros. Estes acordos permitirão impulsionar, entre outros, a construção e renovação sustentável de edifícios residenciais e comerciais, investimentos em eficiência energética, o crescimento das energias renováveis, o financiamento agrícola sustentável, bem como soluções de mobilidade e transporte de baixas emissões.

Cartões biodegradáveis e outras práticas sustentáveis

Tal como nos anos anteriores, os cartões Santander continuam a ser reciclados após a sua data de expiração em colaboração com a *Contisystems* através do projeto Merece. A entrega dos cartões é efetuada de duas formas. Os clientes podem colocá-los num ATM que irá capturá-los automaticamente. Alternativamente, ao receber a renovação do seu cartão caducado, o cliente recebe também um envelope RSF, onde deve colocar o seu cartão antigo, seguindo todas as instruções indicadas e proceder ao seu envio, sem custos. Após triturados os resíduos, estes são encaminhados para uma empresa – a *Extruplás*, no Seixal – que os transforma em mobiliário urbano pronto a ser utilizado, como rampas de acesso à praia. Adicionalmente, as emissões de carbono geradas pela sua produção são compensadas com a plantação de árvores – por cada quilo de resíduos recolhidos, é plantada uma árvore e garantida a sua manutenção por 5 anos. As plantações são integradas em iniciativas de voluntariado e de projetos ambientais a decorrer em áreas protegidas, sendo plantadas espécies que potenciam a taxa de sobrevivência, a biodiversidade e a resiliência aos fogos.

Em 2025 foram recolhidos 535,4 kg de cartões Santander, o que corresponde a quase 176.700 cartões reciclados. Adicionalmente, todos os cartões Santander são emitidos em material biodegradável, com selo de qualidade *Carbon Neutral* desde 2019. Foram emitidos 724.835 cartões em PVC reciclado/PLA, o que corresponde a 100% das novas emissões de cartões.

2.2.3 Wealth Management & Insurance (Wealth)

Atualmente, a maioria dos produtos de investimento socialmente responsáveis (ISR) geridos pela SAM (Santander Asset Management), registados como Artigo 8 segundo o SFDR, têm um objetivo de investimento sustentável que varia entre 1% e 50%. Contamos com produtos de investimento registados como Artigo 9, com um objetivo de investimento sustentável de 100% (excluindo numerário e derivados).

Dentro da gama ISR, oferecemos produtos temáticos focados em: objetivos sociais – Santander *Prosperity* e clima – Santander *GO Global Environmental Solutions* (distribuídos em Portugal).

A SAM tem um mandato de consultoria para a LA Green, um fundo de financiamento combinado que procura impulsionar o mercado de obrigações verdes para PME na América Latina, com o objetivo de mobilizar capital em larga escala e gerar uma contribuição positiva para a sociedade e o meio ambiente.

Os fundos ISR da SAM incluem também a gama solidária, com seis fundos que doam parte da comissão de gestão a diferentes ONG. Em 2025, os projetos apoiados focaram-se principalmente em grupos em situação ou risco de exclusão social, na promoção da criação de emprego ligado à economia social e à economia verde, e na cooperação para o desenvolvimento em áreas como educação, inserção profissional de jovens e acesso à água potável, entre outras causas. Em 2025, o fundo Santander *Compromiso Solidario* voltou a receber o prémio de Melhor Fundo Solidário nos prémios *Fondos 2025 Expansi3n Allfunds*.

2.3 Integração dos fatores ESG na gestão de riscos

GRI 2-23, 2-24, 2-25, 3-3

Os fatores ESG são transversais e podem afetar os diferentes tipos de risco, sendo geridos através da priorização dos aspetos ambientais e sociais conforme a sua relevância e materialidade e em conformidade com as legislações e regulamentações.

Os aspetos de governo são analisados numa dupla perspetiva: o governo interno do Grupo Santander e a avaliação dos nossos clientes, considerando critérios de proporcionalidade e relevância.

Os fatores ambientais e sociais incluem as seguintes tipologias:

Riscos de transição climáticos (RT)



Comportamento dos consumidores

Pode manifestar-se através de alterações na oferta e na procura de determinadas matérias-primas, produtos e serviços, na medida que são considerados os riscos e oportunidades relacionados com o clima.



Medidas regulatórias

Legislações e regulamentações que exigem a implementação de mecanismos de tarificação do carbono para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, a utilização de energia proveniente de fontes com menores emissões, soluções de eficiência energética, promoção de medidas de eficiência hídrica e incentivo a práticas de uso do solo mais sustentáveis.



Tecnologia

Surge da necessidade de introduzir melhorias ou inovações para apoiar a transição para um sistema económico energeticamente eficiente e com menores emissões de carbono, o que pode afetar significativamente as empresas, dado que a nova tecnologia substitui sistemas obsoletos e altera certos elementos do sistema económico existente.

Riscos de Natureza (RN)



Dependências

Efeitos negativos sobre as economias, as instituições financeiras e os sistemas financeiros que resultam da degradação da natureza (incluindo a sua biodiversidade e a perda de serviços eco-sistémicos).



Impactos

Surge do desalinhamento das estratégias e operações das empresas com as mudanças regulatórias, sociais e de mercado que impulsionam a proteção e a restauração dos ecossistemas, em particular os relacionados com o solo e os sedimentos, a água e a biodiversidade.

Fatores Sociais (FS)



Impactos económicos negativos decorrentes da restrição de acesso a recursos e serviços essenciais devido a eventos ambientais ou conflitos com comunidades, bem como do respeito pelos direitos humanos, pelas políticas laborais ou pela segurança sanitária, com efeitos na confiança dos consumidores e na produtividade das empresas.

Riscos físicos climáticos (RF)



Agudos

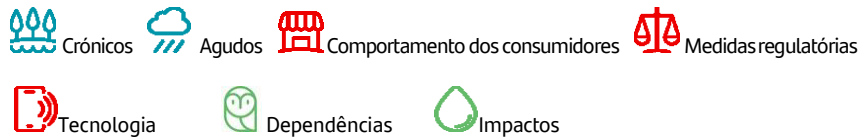
Intensificação de fenómenos meteorológicos extremos, como incêndios florestais, furacões ou inundações.



Crónicos

Alterações nos padrões de precipitação e extrema variabilidade meteorológica, aumento das temperaturas médias, ondas de calor crónicas, secas ou subida do nível do mar.

No Banco Santander Portugal, analisamos os efeitos dos aspetos ambientais em cada tipologia de risco, tendo em conta diferentes horizontes temporais e o vencimento médio das carteiras analisadas. Em todo o momento, atuamos em conformidade com a legislação e a regulamentação aplicáveis. Na tabela seguinte detalha-se a forma como realizamos esta análise, bem como as nossas principais conquistas em 2025:



Tipo de risco	Fatores climáticos e ambientais ¹⁸	Horizonte temporal analisado	Impacto Potencial dos fatores de risco climáticos e ambientais	O que fazemos para gerir os riscos associados ao clima e ao ambiente
Crédito	 	Curto - médio - longo prazo	→ Condições meteorológicas extremas podem resultar num aumento do incumprimento dos financiamentos a particulares e empresas, e/ou diminuir o valor dos colaterais. Estes fenómenos podem também provocar uma redução das receitas e um aumento dos prémios e coberturas dos seguros. A degradação da natureza pode afetar a produtividade no setor agrícola e desvalorizar os colaterais, aumentando a depreciação de ativos e conduzindo a uma alienação precoce devido a danos em propriedades localizadas em zonas de 'elevado risco'. → As intempéries podem causar perigos e perdas económicas significativas para a população local e danos ambientais, bem como afetar a valorização geral das garantias. → Se os devedores não adaptarem os seus modelos de negócio a uma economia de baixas emissões de carbono, os seus custos operacionais poderão aumentar e o risco de crédito poderá agravar-se, resultando num possível decréscimo dos rendimentos e numa maior probabilidade de interrupção da atividade empresarial, conduzindo a um aumento dos incumprimentos ou a uma perda de valor da empresa. → Obrigações acrescidas de divulgação de informação. → A perda de recursos naturais (água, solos férteis, etc.) pode interromper atividades económicas em setores dependentes, reduzindo os rendimentos e a capacidade de pagamento dos mutuários.	→ Análise de materialidade para identificar os riscos físicos e de transição das alterações climáticas e da natureza nas nossas carteiras. → Acompanhamento dos riscos ambientais através da sua concentração por setor e região no curto, médio e longo prazo. → Heatmaps que incluem a vulnerabilidade das exposições para a análise dos riscos climáticos no momento atual, médio e longo prazo, através da utilização de cenários (ordenados, desordenados e <i>hot house world</i>). → Adoção de medidas mitigadoras, como políticas, limiares, limites e seguros, para enfrentar os riscos e os seus impactos. Acompanhamento de alertas sobre os limites do apetite ao risco para a gestão dos setores relacionados com o clima. → Análise de impacto através de cenários e sensibilidades para prever alterações nas variáveis de crédito, como ratings, probabilidade de incumprimento (PD) e perda em caso de incumprimento (LGD), em função do risco físico e de transição. → Acompanhamento das carteiras através de métricas para a gestão dos aspetos ambientais nos processos de BAU. → Análise dos aspetos ambientais e sociais na avaliação das operações e dos clientes, incorporando-os nos seus ratings.

¹⁸ Todos os *drivers* climáticos têm um efeito nos fatores de risco, embora nesta tabela apenas tenham sido considerados os principais.

Mercado		Curto prazo	→ Elevada volatilidade nos fatores de mercado sob cenários de stress.	→ Revisões periódicas dos cenários de stress climático.
			→ Alterações na perceção do mercado, levando a um alargamento dos spreads de crédito nos negócios dos setores mais afetados.	→ Testes de stress com base em cenários de riscos físicos e de transição.
			→ As condições climáticas extremas podem gerar preocupações sobre os planos comerciais das empresas que operam nos setores afetados e aumentar os seus spreads de crédito.	→ Análise da exposição atual a atividades económicas sensíveis ao clima na carteira de negociação.
Liquidez		Curto prazo	→ Impacto do mercado no valor dos ativos líquidos de alta qualidade do buffer de liquidez do Santander.	→ Análises qualitativas e quantitativas de cenários climáticos relativas ao impacto em ativos líquidos de elevada qualidade (HQLAs) e no financiamento das empresas expostas.
			→ Maior frequência de fenómenos meteorológicos extremos que possam dificultar o crescimento económico, aumentando a dívida soberana e limitando o acesso aos mercados de capitais.	→ Análise do aumento de fluxos de saídas de caixa devido a mudanças na perceção do mercado sobre as empresas que desenvolvem atividades sensíveis ao clima.
			→ Cash flows negativos de empresas que procuram melhorar a sua reputação no mercado ou resolver problemas associados a cenários climáticos.	→ Adaptação dos exercícios de stress às melhores práticas de mercado, incluindo novos cenários de liquidez para medir o seu impacto.
			→ Condições climáticas extremas que possam provocar impactos financeiros nas empresas que operam nos setores afetados, comprometendo a sua liquidez.	
Operacional		Curto - médio - longo prazo	→ Fenómenos meteorológicos severos podem causar danos aos nossos ativos, incluindo a rede de balcões, centros de processamento de dados, sedes ou outros edifícios próprios ou arrendados pelo banco. Também podem afetar a continuidade da nossa atividade, ao impactarem as nossas instalações ou as dos nossos fornecedores.	→ Autoavaliação dos riscos e dos controlos de risco operacional, que inclui fatores ambientais (incluindo os relacionados com a natureza) para avaliar a nossa exposição.
				→ Análise de cenários de risco operacional obrigatórios sobre eventos extremos de risco físico e de transição.
			→ Os fatores relacionados com o clima e o meio ambiente também podem originar perdas operacionais decorrentes de litígios, reclamações por vendas inadequadas ou incumprimento de normas ESG.	→ Inclusão de indicadores ESG na base de dados de eventos de risco operacional para identificar eventos e perdas relacionados com o clima e o meio ambiente.
				→ Avaliação das ameaças climáticas nos cenários de continuidade de negócio.
				→ Análise de materialidade do risco operacional relacionados com o clima.
				→ Análise inicial da relação entre os riscos relacionados com a natureza e os riscos operacionais.
				→ Revisão conjunta com a área de seguros sobre coberturas locais de sinistros relacionados com o meio ambiente.
				→ Atualização da documentação sobre a integração de fatores ambientais na gestão do risco operacional.

Reputacional	     	Curto - médio - longo prazo	→ Os clientes, investidores e outras partes interessadas podem ter a percepção que os bancos não estão a fazer o suficiente para cumprir a transição e outros objetivos identificados. → Possível percepção dos <i>stakeholders</i> que as atividades de financiamento e investimento sejam inadequadas em setores relacionados com o clima e o meio ambiente. → Possível interpretação errada por clientes, investidores e outras partes interessadas da informação institucional, declarações ou determinadas ações e políticas. → Percepção de falha no apoio à transição climática, incluindo financiamento insuficiente de atividades que facilitem essa transição. → Risco de que as nossas políticas de sustentabilidade sejam consideradas um impedimento à prestação de serviços financeiros a pessoas ou empresas por motivos ideológicos, ou por qualquer outro motivo considerado.	→ Gerir preventivamente o risco reputacional e incorporar informação sobre o mesmo para que os órgãos de governo tomem decisões informadas na avaliação e aprovação de transações sensíveis que envolvem aspetos ambientais. → Acompanhamento periódico (através de grupos de trabalho) de questões reputacionais e controvérsias (incluindo questões ambientais), com a participação de áreas relevantes para a gestão do risco, tais como jurídico, sustentabilidade, relação com investidores, políticas públicas, relação com o supervisor e regulação, riscos e outras equipas. → Acompanhamento da implementação das orientações para a gestão e prevenção do <i>greenwashing</i>, que definem as funções e responsabilidades dos processos chave e estabelecem posteriormente programas de formação específicos. → Implementação de avaliações de materialidade adequadas para medir os riscos relevantes e desenvolver uma metodologia para a sua quantificação, em conformidade com a legislação e regulamentação local aplicáveis. → As nossas políticas têm como objetivo identificar como estes riscos podem afetar a solvência dos potenciais mutuários e, consequentemente, constituir um risco de crédito. → Melhorar as avaliações de materialidade para medir risco climático e ambiental com uma nova metodologia para quantificar o impacto reputacional do risco climático e ambiental.
		Curto - médio - longo prazo	→ Estratégia pode ser afetada caso não consigamos atingir as nossas metas climáticas e ambientais, incluindo aquelas relacionadas com as atividades que financiamos e com as nossas próprias operações. → Divergência regulamentar entre os requisitos relativos a fatores de risco ESG.	→ Reavaliação dos nossos objetivos ESG nos processos de planeamento estratégico. → Acompanhamento periódico dos indicadores relacionados com ESG estabelecidos pelo Grupo → Monitorização dos indicadores ESG como parte da nossa análise regular da concorrência. → Identificação dos riscos ESG emergentes, incluindo a análise do impacto potencial sob cenários de <i>stress</i> nos objetivos estratégicos, para garantir que planos de ação possam ser implementados caso tais riscos se materializem. → Monitorização das iniciativas ESG apresentadas no fórum corporativo de governo de produtos (CPGF) e no fórum de investimentos.
Estratégico	      			

Principais conquistas em 2025

 MATERIALIDADE	→ Avanços na identificação e avaliação dos riscos derivados da natureza nas diferentes tipologias de risco existentes. → No risco de crédito, integrou-se o exercício de materialidade da natureza na ferramenta <i>Klima</i>, proporcionando uma visão conjunta da análise dos riscos climáticos e dos derivados do capital natural.
 PANGEA	→ Projeto estratégico em CIB para a avaliação do procedimento de análise de clientes corporativos. → Alargado o âmbito a toda a carteira, introduzindo critérios de <i>screening</i> e escalonamento associados à análise de materialidade do Grupo Santander.
 ANÁLISE DE CENÁRIOS	→ Implementação de modelos climáticos internos na nossa gestão de riscos, permitindo melhorar a quantificação do impacto financeiro dos riscos de transição e físicos nas variáveis de risco de crédito (PD e LGD). → Atualização dos <i>heatmaps</i> na avaliação de materialidade de crédito em diferentes horizontes temporais, calculados com técnicas de análise de cenários com base na nossa carteira, modelos e cenários do <i>Network for Greening the Financial System</i> (NGFS).
 RISCO FÍSICO	→ Aumento da granularidade na análise do risco físico, ao nível de código postal para a Europa ou equivalente para outros países. → Adicionalmente, aumento do número de geografias avaliadas.

2.3.1 Resiliência do nosso modelo de negócio perante as alterações climáticas

A gestão dos fatores de riscos derivados de aspetos ambientais e climáticos é essencial para reforçar a resiliência do nosso modelo de negócio face às alterações climáticas.

Para tal, integramos estes aspetos em todas as fases do ciclo de gestão de riscos, incluindo os processos de aprovação de crédito, atuando em conformidade com as legislações e regulamentações locais, analisando tanto as nossas próprias instalações como a atividade que desenvolvemos com os nossos clientes.

Além disso, os riscos associados são incorporados de forma transversal nas nossas políticas, procedimentos, ferramentas, monitorização, métricas, medidas de mitigação, *reporting*, governo e cultura.

Esta integração é realizada também com uma visão prospetiva (cobrindo o médio e longo prazo), através da utilização de cenários climáticos em diferentes horizontes temporais. Esta integração inclui a identificação, planeamento, avaliação, monitorização, mitigação e reporte, conforme detalhado na próxima secção.

Adicionalmente, a partir da função de Riscos, reforçamos o nosso enquadramento de gestão através dos seguintes processos:

- Executamos periodicamente exercícios de identificação de riscos emergentes, cujo objetivo é detetar as ameaças mais relevantes que possam afetar o nosso plano estratégico, considerando cenários de stress com baixa probabilidade de ocorrência.

- Realizamos uma análise crítica e de avaliação do plano estratégico, identificando potenciais ameaças que possam comprometer a concretização dos nossos objetivos definidos.
- Dispomos de políticas internas de gestão de riscos ESG que permitem identificar, avaliar, mitigar, monitorizar e reportar os riscos materiais derivados de fatores ambientais, sociais e de governo.

Desta forma, é realizada a identificação, avaliação e monitorização dos riscos que possam ter impacto no modelo de negócio, na rentabilidade ou solvência, reforçando a resiliência da nossa estratégia. Os nossos órgãos de governo de riscos que participam na definição da estratégia e do modelo de negócio do Banco Santander Portugal nessa matéria revêm periodicamente o acompanhamento dos temas materiais relacionados com os fatores de risco ESG identificados através destes processos, bem como as principais linhas de ação para a sua gestão, garantindo em todos os momentos o cumprimento da legislação e regulamentação locais aplicáveis. O Banco Santander Portugal compreende de que forma os fatores ambientais e sociais afetam o seu contexto empresarial a curto, médio e longo prazo. A resposta estratégica às mudanças e incertezas derivadas destes fatores influencia a resiliência do modelo de negócio ao longo do tempo. Por conseguinte, as alterações climáticas, ambientais e sociais do nosso ambiente macroeconómico, regulatório e competitivo são consideradas explicitamente e integradas nos processos estratégicos e na sua comunicação aos órgãos de gestão.

2.3.2 Ciclo de gestão de riscos¹⁹

No Banco Santander Portugal, gerimos os aspetos ambientais e sociais priorizando aqueles que são mais materiais. De seguida, detalha-se como os integramos no ciclo de gestão de riscos.

Ciclo de gestão de riscos



1. Identificação

Realizamos regularmente exercícios de identificação de riscos através da avaliação de possíveis eventos que possam condicionar o nosso plano estratégico. Nestes exercícios, consideramos os fatores de risco ESG, incluindo, entre outros, os fatores climáticos, com foco adicional nos riscos ambientais e nos riscos sociais.

A identificação de riscos permite-nos compreender as ameaças internas e externas que o meio ambiente e as alterações climáticas podem representar para o nosso modelo de negócio, rentabilidade, solvência e estratégia.

Utilizamos metodologias como a taxonomia interna de riscos, *heatmaps* e exercícios de avaliação de materialidade, que servem como base para identificar e classificar a severidade dos riscos ambientais e sociais materiais das nossas carteiras.

Adicionalmente, neste sentido, o Grupo Santander, desenvolveu, durante 2025 a definição dos aspetos sociais a aplicar na carteira de crédito, que serão incorporados no nosso exercício de materialidade em 2026, incluindo uma avaliação dos fatores sociais que podem ter um impacto potencial em função dos requisitos regulamentares, das normas internacionais e das melhores práticas de mercado EBA²⁰, BERD²¹, Banco Mundial, entre outros), garantindo, em todo o momento, o cumprimento da legislação local.

2. Planeamento

Integramos a gestão dos aspetos ambientais e sociais no processo de planeamento estratégico, que contempla diferentes horizontes temporais, além da análise *ad hoc* realizada sempre que necessário:

- Um ano para o curto prazo (horizonte temporal padrão definido pelo Grupo Santander).
- Um a cinco anos para o médio prazo (planeamento financeiro).
- Mais de cinco anos para o longo prazo (planeamento estratégico).

Em concreto, realizamos uma análise crítica do plano estratégico, identificando potenciais ameaças que possam comprometer a concretização dos objetivos definidos.

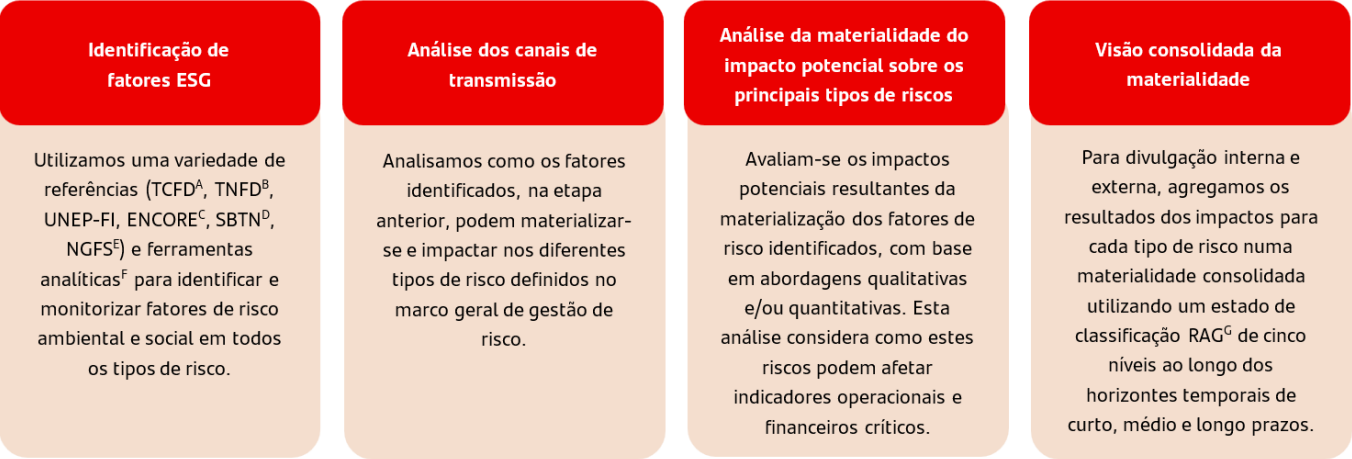
3. Avaliação

Avaliamos como os fatores ESG podem aumentar o risco a curto, médio e longo prazo. Avaliamos regularmente estes fatores, de forma consistente com o nível de profundidade do marco normativo e das práticas de mercado. A nossa avaliação dos fatores ESG que podem ser relevantes devido ao seu potencial impacto no perfil de risco do Banco Santander Portugal tem em conta os seguintes aspetos:

¹⁹ A gestão de riscos segue uma abordagem global, em conformidade com os requisitos regulamentares e legislativos locais.

²⁰ European Banking Authority (Autoridade Bancária Europeia)

²¹ Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento



A. Task Force on Climate-Related Financial Disclosures

B. Taskforce on Nature-related Financial Disclosures

C. Explorando oportunidades, riscos e exposição do capital natural (Base de dados de materialidade sobre dependências entre processos produtivos e serviços dos ecossistemas)

D. Rede de Objetivos Baseados na Ciência (SBTN, pela sua sigla em inglês)

E. Network for Greening the Financial System

F. Mapas de calor, materialidade setorial e ambiental, informações históricas, cenários e avaliações dos clientes

G. Red, amber and green

A tabela seguinte representa o resultado consolidado da avaliação de materialidade por fatores de risco e horizontes temporais²² a nível Grupo Santander no final de 2025:

Avaliação de materialidade consolidada

	Risco de transição				Risco Físico			
	CP			MP	LP	CP		
	Clima / Natureza					Clima / Natureza		
Risco de crédito ^A								
CIB	●	●		●	●	●	●	●
Empresas & PMEs	●	●		●	●	●	●	●
Particulares	●	●		●	●	●	●	●
Auto Consumer	●	●		●	●	●	●	●
Risco operacional ^B	●			●	●	●		●
Risco de mercado	●			●	●	●		●
Risco de liquidez	●			●	●	●		●
Risco reputacional	●			●	●	●		●

● Baixo ● Moderadamente baixo ● Médio ● Alto ● Muito Alto

Curto prazo (CP): <2030 | Médio prazo (MP): 2030-2040 | Largo prazo (LP): >2040-2050.

A. Avaliação a setembro 2025.

B. Avaliação a novembro 2025.

²² A necessidade de avaliar um período temporal mais alargado para o curto e médio prazo tem como objetivo refletir adequadamente o impacto dos riscos físicos e de transição. Adicionalmente, foram considerados cenários para calcular os diferentes horizontes temporais.

Durante 2025, continuámos a melhorar a avaliação de materialidade. Para tal, integrámos os requisitos regulamentares, as melhores práticas da indústria e uma maior harmonização entre os diferentes fatores de risco, especialmente no que diz respeito a fontes de informação, limiares e cenários. Adicionalmente, incorporámos a materialidade da natureza na análise de materialidade.

A tabela anterior apresenta o resultado consolidado dos exercícios de materialidade por fator de risco, que utilizam as suas próprias ferramentas e metodologias para avaliar o impacto potencial dos aspetos climáticos e relacionados com o capital natural. A identificação e avaliação dos riscos climáticos e da natureza no âmbito do processo de dupla materialidade baseia-se neste exercício prévio de materialidade por tipo de risco.



Para mais informação, consultar a secção **1.2 Análise de materialidade**.

A justificação da avaliação de materialidade para cada tipo de risco é detalhada a seguir:

→ 3.1 Risco de crédito

Periodicamente, é realizada uma avaliação de materialidade do risco de crédito, com o objetivo de identificar, avaliar e monitorizar os riscos de crédito relacionados com o clima e o ambiente. Esta avaliação inclui tanto uma revisão do contexto atual como uma análise prospetiva, utilizando técnicas de análise de cenários para os riscos climáticos.

Utilizamos técnicas internas de análise de cenários e modelos climáticos de *stress test* para calcular e monitorizar os impactos climáticos nas métricas-chaves de risco de crédito, como a probabilidade de incumprimento (PD) e a perda em caso de incumprimento (LGD), em vários horizontes temporais, cenários e com granularidade setorial.

A avaliação de materialidade é complementada com as seguintes iniciativas:

- **Avaliação qualitativa de clientes das carteiras de CIB**, onde se analisam os principais aspetos de risco de transição, risco físico, social e ambiental.
- **Foco setorial**, realizando-se análises específicas em carteiras relevantes, como a carteira de crédito imobiliário.
- **Avaliação geográfica do risco físico (agudo e crónico)**

com recurso a informação de modelos especializados.

A avaliação de materialidade é relevante na definição da nossa estratégia, apetite ao risco, a identificação de riscos emergentes e até mesmo para outros exercícios de *stress test*, ou de autoavaliação como o *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (ICAAP).

Melhorias na análise de materialidade em 2025

Em 2025, foi consolidada a avaliação de materialidade de risco de crédito que inclui os seguintes aspetos:

- a. Granularidade da informação relativa a risco físico (agudo e crónico), ao nível do código postal;
- b. Recolha de informação durante o processo de contratação, no caso dos certificados de desempenho energético (EPC), complementada por fontes externas de informação;
- c. Métricas de seguimento da gestão de riscos físicos e de transição;
- d. Cálculo dos impactos financeiros através de modelos climáticos internos de *stress test* com a sua inclusão no ICAAP.

Klima

O *Klima* é a ferramenta interna do Grupo Santander de gestão para a identificação, avaliação e monitorização dos riscos climáticos e ambientais, também disponibilizada localmente.

Recolhe e processa a informação necessária para a avaliação de materialidade, incluindo exposições ao risco e vulnerabilidades com um nível granular por setor, subsetor, segmento e geografia. A ferramenta apoia as análises de carteiras específicas realizadas nos domínios do risco físico, transporte e imobiliário, entre outros, e permite o acompanhamento de sensibilidades através de análises de cenários. Continuamos a desenvolver novas funcionalidades para melhorar a gestão do risco de crédito, tendo em conta as melhores práticas do mercado.

Adicionalmente, a nível local, foi implementado um *dashboard*, com visão local, que contém informação semelhante, e permite uma monitorização mais frequente e a sua integração na gestão.

3.1.1 Materialidade climática e da natureza

As alterações climáticas e a perda de natureza e biodiversidade estão inextricavelmente ligadas, sendo o clima uma das principais causas dessa perda, o que afeta a resiliência dos ecossistemas e limita a sua capacidade de regular o clima e atuar como sumidouros de carbono. Por este motivo, integramos a análise da natureza na nossa avaliação de materialidade, recorrendo a várias ferramentas de referência (ENCORE e SBTN), o que nos permitiu identificar, na nossa carteira, os setores mais expostos aos riscos de transição (impactos) e físicos (dependências).

Os resultados por setor de atividade da nossa avaliação de materialidade do risco de crédito para 2025 são apresentados na tabela seguinte. Este ano, como novidade, inclui-se a materialidade da natureza, bem como o setor do comércio na taxonomia de riscos, com uma avaliação de risco moderada.

De forma geral, a materialidade climática mantém uma tendência semelhante à de 2024, uma vez que a exposição continua concentrada sobretudo em setores que não são

altamente vulneráveis ao risco climático de transição. Apesar de os riscos mais elevados a nível de grupo se concentrarem em CIB²³, estes não representam um peso significativo na exposição total do Grupo Santander. Em Portugal os riscos mais elevados estão nos setores dos Transportes, Mineração e Energia.

A nível do Grupo Santander, quanto ao risco físico, as carteiras continuam a apresentar vulnerabilidade baixa, dado situarem-se maioritariamente em zonas com níveis reduzidos de risco.

O aumento observado no setor agrícola na visão prospetiva resulta de melhorias na granularidade da informação e da atualização do modelo e dos cenários utilizados para estas projeções.

Relativamente à avaliação de materialidade da natureza, não se identificam níveis elevados de risco, ainda que se destaquem riscos moderados, sobretudo nos setores da agricultura e água e resíduos, que surgem como os mais afetados, tanto em dependências como em impactos.

Avaliação de materialidade – Análise de risco ambiental das carteiras²⁴

Dezembro 2025 - Valores em milhões de euros			Riscos de Natureza		Riscos Climáticos		Riscos Climáticos					
Setor de atividade	CIB ^A	Outros ^B					Transição				Físico	
			RT	RF	RT	RF	Ordenado		Desordenado		HHW	
			Atual	Atual	Atual	Atual	2040	2050	2040	2050	2040	2050
Petróleo e Gás	22	13										
Mineração e metais	12	487										
Energia - Eletricidade (Convencional)	664	144										
Energia - Eletricidade (Renováveis)												
Comércio grossista e a retalho												
Transporte	399	533										
Agricultura	1	381										
Indústria	231	1 415										
Água e Resíduos	15	105										
Construção	119	1 288										
Setor imobiliário	443	26 343										
Ambientais	1 907	30 709										
Outros Setores ^C	3 734	9 244										
TOTAL	5 641	39 953										

Nível de risco: ■ Muito alto ■ Alto ■ Médio ■ Moderadamente baixo ■ Baixo

RT: risco de transição (efeitos gerados pela transição para uma economia de baixo carbono). Incluem alterações na legislação, tecnologia ou tendências de mercado.

RF: risco físico (dividem-se entre agudos e crónicos).

(1) CIB: REC (empréstimos dentro e fora do balanço + garantias + derivados PFE: *Potential Future Exposure*).

(2) Outros segmentos (saldo utilizado): Particulares + Banca Privada + SCF HQ + Auto EUA + Empresas e PME.

(3) Outros setores: CIB, Empresas e PME fora do perímetro da taxonomia de risco + cartões e Outros Consumos (Particulares e SCF) + Banca Privada (ex. hipotecas). A exposição "0" representa exposições inferiores a 500 milhões de euros.

²³ Setores como Energia - Eletricidade (convencional) e Mineração e metais não distinguem as atividades que efetivamente contribuem para a transição, devido à tipologia de classificação das NACEs, na qual se baseia a taxonomia ambiental.

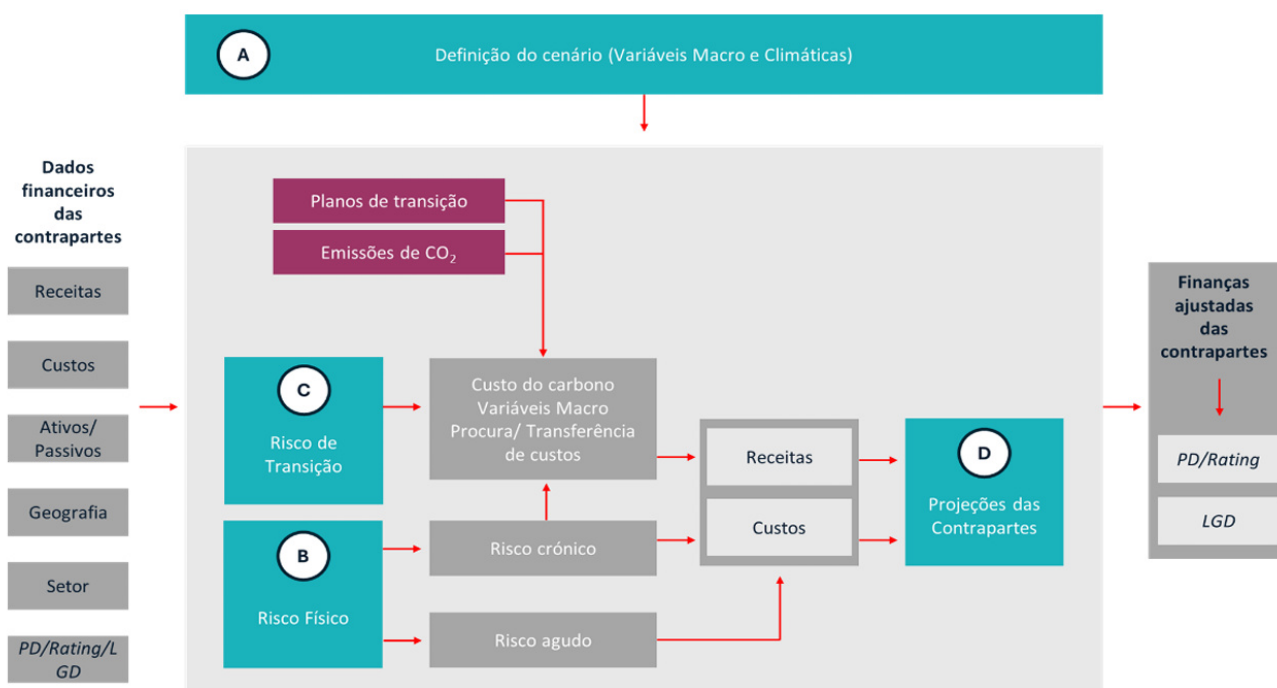
²⁴ Representa uma visão consolidada. As implicações e a sua gestão em cada mercado são comunicadas em permanência e estão em conformidade com a legislação e regulamentação local aplicáveis.

Como se pode ver na tabela anterior, os resultados da avaliação são representados através de *heatmaps* que mostram a vulnerabilidade aos riscos ambientais. Os mapas apresentam a visão atual e são complementados por modelos internos aplicados às carteiras de crédito para realizar uma análise prospetiva a médio e longo prazo, considerando os impactos com base na sua probabilidade, magnitude e duração.

Embora apresentemos resultados a nível local com um desagregado por setor, as nossas avaliações consideram um nível de detalhe mais granular dentro das carteiras (nível NACE 4). Esta análise tem como objetivo apoiar a identificação de riscos e o acompanhamento da carteira.

3.1.2 Modelos climáticos internos

Utilizamos técnicas de análise de cenários para avaliar o impacto potencial dos riscos relacionados com o clima na carteira de crédito sob cenários climáticos em diferentes horizontes temporais. Para isso, o Grupo Santander desenvolveu um modelo interno de risco climático denominado GEA, aplicável ao Banco Santander Portugal, que nos permite quantificar o impacto financeiro²⁵ dos riscos de transição e físicos, monitorizado através das alterações na PD. O modelo GEA inclui os seguintes processos:



O modelo projeta os custos, as receitas e os lucros dos nossos clientes, incorporando o impacto da evolução do preço do carbono e das alterações nos padrões de procura associadas aos riscos de transição, bem como perdas de produtividade e deterioração de ativos derivadas do risco físico. Seguem-se as principais características:

- A. Conjunto de cenários: adaptados pelo nosso Serviço de Estudos a partir dos cenários da NGFS²⁶. Os cenários climáticos utilizados (Ordenado, Desordenado, HHW e Neutro) incluem detalhe por país e setor, oferecendo uma visão completa das dinâmicas macroeconómicas e ambientais relevantes. Estes cenários ilustram diferentes caminhos para a transição global para uma economia de baixo carbono e as suas implicações em termos de impacto financeiro nos nossos clientes empresariais, considerando fundamentalmente duas variáveis: o Valor Acrescentado Bruto e o preço do carbono.
- B. Impacto do risco físico: considera o impacto financeiro dos riscos agudos e crónicos, bem como as alterações de longo prazo nos

²⁵ O Grupo Santander não considera que exista um impacto adicional significativo decorrente do risco ambiental sobre o património, a situação financeira e os resultados do Grupo no exercício de 2025.

²⁶ Os cenários da NGFS (*Network for Greening the Financial System*) constituem a referência comum e atualizada para compreender a evolução dos riscos climáticos e as tendências em matéria de políticas e tecnologias climáticas em diferentes horizontes temporais. Por este motivo, são utilizados como base para evidenciar os impactos nas nossas carteiras, calculando um conjunto de possíveis resultados.

padrões climáticos para um vasto conjunto de eventos avaliados a nível regional. Para estes impactos financeiros, utilizamos os cenários da NGFS e dados de uma seguradora especialista, considerando diferentes cenários e horizontes temporais. Incluímos os impactos físicos através do risco:

Crónico: Impacto nas receitas das empresas devido a efeitos físicos crónicos (e.g. alteração na produtividade).

Agudo: Aumento de custos devido aos prejuízos nos ativos das empresas por eventos meteorológicos extremos.

- C. **Impacto do risco de transição:** incorpora alterações em fatores como políticas climáticas, mudanças tecnológicas e o sentimento de investidores e consumidores, que influenciam a procura. Estes fatores afetam os clientes individualmente. Dependendo do nível de informação disponível, aplicamos uma abordagem *bottom-up* ou *top-down*.
- D. **Projeções das contrapartes:** mostram as alterações nos rácios financeiros incluídas nos modelos de classificação de risco de crédito, projetadas com base nos rendimentos e custos previstos nos diferentes cenários, que incluem tanto os impactos do risco de transição como do risco físico. Uma vez projetadas as classificações, obtém-se a PD associada à contraparte. Por fim, a LGD é estimada através da relação *Frye-Jacobs* entre PD e LGD.

Cenários NGFS

Risco físico e de transição

Ordenado, assume políticas climáticas ambiciosas aplicadas de forma precoce, que se tornam gradualmente mais rigorosas. Por isso, tanto os riscos físicos como os de transição são relativamente moderados.

Desordenado, as políticas climáticas não são introduzidas até 2030 e podem divergir entre países e setores.

Hot House World (políticas atuais) pressupõe que são implementadas algumas políticas climáticas em certas jurisdições, mas que os esforços globais são insuficientes para travar um aquecimento global significativo. Riscos físicos graves e alterações irreversíveis.

Neutral, cenário teórico construído com o pressuposto de que não existem impactos de transição nem de risco físico.

Cenários climáticos RCP

Risco físico

RCP 2.6: cenário de mitigação rigorosa com o objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos 2°C. Está associado a cenários ordenados.

RCP 4.5: cenário intermédio em que as emissões atingem o seu pico em 2040 e diminuem posteriormente. Está associado a cenários desordenados.

RCP 8.5: emissões de GEE muito elevadas (aumentam ao longo de todo o século). Está associado a cenários de *Hot House World*.

3.1.3 Análise qualitativa de clientes

Para reforçar a gestão dos aspetos ambientais, realizam-se avaliações qualitativas que são integradas na análise de clientes empresariais, nas carteiras de CIB e de Banca Comercial, atuando sempre em conformidade com a legislação e regulamentação local. Estas avaliações, efetuadas a nível local, analisam a situação ambiental e social de determinados clientes que cumprem os critérios de elegibilidade para a referida avaliação.

Os resultados destas avaliações são incorporados na decisão de crédito bem como na revisão periódica do *rating* do cliente. Podem também ser incluídos na avaliação de materialidade sempre que se justifique. Além disso, o Banco Santander Portugal desenvolveu ferramentas para personalizar e armazenar questionários ESG para clientes, destinados a apoiar a gestão do risco de crédito.

CIB – Projeto PANGEA

Em 2025, foi desenvolvido um projeto estratégico para reformular o processo de análise de clientes empresariais, com os seguintes objetivos:

- Ampliar o âmbito da análise a toda a carteira, incorporando critérios de triagem e classificação alinhados com a avaliação de materialidade do Grupo.
- Estabelecer práticas de diligência prévia e monitorização ajustadas ao nível de risco de cada cliente.
- Implementar novas ferramentas para identificação de riscos, baseadas em dados, inteligência artificial e triagem de controvérsias.
- Integrar fatores ambientais e sociais nos processos de rating e na aprovação de limites de crédito.
- Reforçar a infraestrutura, os sistemas e os processos, melhorando simultaneamente as capacidades de *reporting*.
- Otimizar funções e responsabilidades nas três linhas de defesa bem como nas equipas globais e locais de riscos ambientais, sociais e alterações climáticas (ESCC).

O projeto entrará em vigor gradualmente em 2026, em conformidade com a legislação e regulamentação locais

3.1.4 Análise de carteiras específicas

A avaliação de materialidade ao nível da carteira é complementada por diversas análises específicas das carteiras chave:

Risco Físico

Para a avaliação dos riscos físicos a nível geográfico, trabalhamos com um fornecedor do setor segurador que nos permite avaliar os riscos físicos (agudos e crónicos). Desta forma, analisamos os mercados em que estamos presentes com um detalhe por código postal na Europa e por município no resto das filiais do Grupo Santander, abrangendo todas as atividades económicas da nossa taxonomia de riscos, bem como as principais linhas de negócio (como hipotecas e automóveis).

A nossa ferramenta Klima contém um módulo específico dedicado ao Risco Físico, que abrange os países onde o Grupo Santander opera e outros países relevantes para avaliar os centros e instalações produtivas dos nossos clientes. Inclui ainda uma perspetiva prospetiva que nos permite gerir ativamente estes riscos através de monitorização, métricas e medidas de mitigação.

Adicionalmente, a nível local, foi desenvolvido um *dashboard* de riscos ESG, que integra, entre outras informações, a exposição ao risco físico, tendo em conta a metodologia corporativa (eventos de risco, cenários e horizontes temporais).

Avaliamos cada localização (a nível do código postal – *ZipCode*) para medir os riscos físicos associados, classificando os de acordo com a nossa escala de 5 níveis (de baixo a muito alto).

Para avaliar a frequência e intensidade dos riscos naturais, utilizamos cenários definidos pelos *Representative Concentration Pathways* (RCP) em diferentes horizontes temporais (atual, 2030, 2040, 2050 e 2100).

O nosso estudo adota uma abordagem conservadora, utilizando o cenário RCP 4.5 e horizontes temporais que coincidem com os vencimentos das nossas carteiras (2030 para os financiamentos sem colaterais e 2050 para os financiamentos com colaterais). Os resultados são considerados na avaliação de materialidade de crédito por região. Nos resultados, observam-se setores mais expostos aos riscos físicos, como agricultura, energia convencional e mineração, embora a sua concentração no Grupo Santander seja pouco relevante (1–2%). Por outro lado, as carteiras colateralizadas, que representam uma concentração de exposição muito elevada no Grupo, apresentam os impactos mais baixos.

Real Estate

A nossa carteira imobiliária representa uma parte significativa do balanço local. Por isso, desenvolvemos um módulo específico dentro da ferramenta (corporativa) Klima e também através de um *dashboard* local de riscos ESG, que oferece uma visão detalhada dos riscos de transição e físicos associados.

No que diz respeito ao risco de transição, aumentámos a qualidade e a quantidade de dados sobre os certificados de eficiência energética

(EPC) através da recolha de dados de forma automatizada durante o processo de contratação de operações, bem como da obtenção de informações externas e estimativas, no caso de ausência de informação real. O gráfico seguinte mostra a cobertura EPC do nosso balanço e a distribuição de etiquetas EPC reais e estimadas, de acordo com os padrões e a regulamentação de cada geografia onde esta informação está disponível.

Distribuição de certificados de eficiência energética a imóveis comerciais e residenciais (dezembro 2025)



Para a avaliação dos riscos físicos a nível geográfico, trabalhamos com um fornecedor do setor segurador que nos permite avaliar os riscos físicos (agudos e crónicos). Desta forma, analisamos os mercados em que estamos presentes com um detalhe por código postal na Europa e por município no resto das filiais do Grupo Santander, abrangendo todas as atividades económicas da nossa taxonomia de riscos, bem como as principais linhas de negócio (como hipotecas e automóveis).

A nossa ferramenta *Klima* contém um módulo específico dedicado ao Risco Físico, que abrange os países onde o Grupo Santander opera e outros países relevantes para avaliar os centros e instalações produtivas dos nossos clientes. Inclui ainda uma perspetiva prospetiva que nos permite gerir ativamente estes riscos através de monitorização, métricas e medidas de mitigação.

Adicionalmente, a nível local, foi desenvolvido um *dashboard* de riscos ESG, que integra, entre outras informações, a exposição ao risco físico, tendo em conta a metodologia corporativa (eventos de risco, cenários e horizontes temporais).

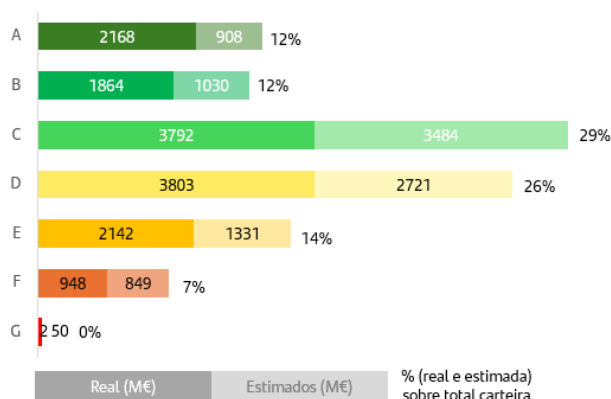
Avaliamos cada localização (a nível do código postal – *ZipCode*) para medir os riscos físicos associados, classificando os de acordo com a nossa escala de 5 níveis (de baixo a muito alto).

Para avaliar a frequência e intensidade dos riscos naturais, utilizamos cenários definidos pelos *Representative Concentration Pathways* (RCP) em diferentes horizontes temporais (atual, 2030, 2040, 2050 e 2100).

O nosso estudo adota uma abordagem conservadora, utilizando o cenário RCP 4.5 e horizontes temporais que coincidem com os

Distribuição da exposição a imóveis residenciais e comerciais por EPC (dezembro 2025)

Distribuição baseada em portfólio com informação EPC (RAG segundo *Standards EPC*)



vencimentos das nossas carteiras (2030 para os financiamentos sem colaterais e 2050 para os financiamentos com colaterais). Os resultados são considerados na avaliação de materialidade de crédito por região. Nos resultados, observam-se setores mais expostos aos riscos físicos, como agricultura, energia convencional e mineração, embora a sua concentração no Grupo Santander seja pouco relevante (1–2%). Por outro lado, as carteiras collateralizadas, que representam uma concentração de exposição muito elevada no Grupo, apresentam os impactos mais baixos.

A nossa carteira imobiliária representa uma parte significativa do balanço local. Por isso, desenvolvemos um módulo específico dentro da ferramenta (corporativa) *Klima* e também através de um *dashboard* local de riscos ESG, que oferece uma visão detalhada dos riscos de transição e físicos associados.

No que diz respeito ao risco de transição, aumentámos a qualidade e a quantidade de dados sobre os certificados de eficiência energética (EPC) através da recolha de dados de forma automatizada durante o processo de contratação de operações, bem como da obtenção de informações externas e estimativas, no caso de ausência de informação real. O gráfico seguinte mostra a cobertura EPC do nosso balanço e a distribuição de etiquetas EPC reais e estimadas, de acordo com os padrões e a regulamentação de cada geografia onde esta informação está disponível.

No que diz respeito ao risco físico, analisamos riscos agudos e crónicos em diferentes cenários e horizontes temporais, utilizando um nível de granularidade geográfica ao nível do código postal ou equivalente, considerando uma abordagem prospetiva, sem riscos materiais elevados.

→ 3.2 Risco operacional

O Banco Santander Portugal utiliza diversas metodologias e ferramentas para incorporar os riscos ambientais e climáticos na sua gestão de risco operacional:

- **Exercício de Autoavaliação de riscos e controlos (RCSA):** permite efetuar a avaliação do risco inerente e do risco residual dos principais processos da atividade bem como avaliação da conceção e a eficácia dos controlos e definição de eventuais medidas de mitigação adicionais. A identificação dos riscos de referência a considerar no exercício, que serão utilizados como base durante o processo de avaliação, é realizada pelo Grupo Santander.
- **Análise de Cenários:** tem como objetivo identificar eventos potenciais de baixa frequência e alta severidade, que a ocorrerem, podem ter elevado impacto no Banco, sendo definidas medidas e planos de ação para reduzir a sua probabilidade de ocorrência e/ou impacto.
- **Base de Dados de Perdas:** a base de dados de perdas inclui o histórico de eventos de natureza operacional, com ou

sem impacto financeiro (eventos potenciais, quase perdas e perdas efetivas).

- Indicadores de Risco: fornecem informações quantitativas sobre a exposição do banco ao risco e ao ambiente de controlo existente. A função corporativa revê anualmente um set de indicadores para assegurar a cobertura dos riscos mais relevantes, tendo sido incluídos no set, novos indicadores para garantir o seguimento dos riscos ambientais e climáticos.
- Modelo de Controlo Interno: a identificação dos controlos necessários para mitigar todos as tipologias de riscos e a sua avaliação continua garantem a robustez do Modelo de Controlo Interno do Banco, que, como mínimo, é revisto e certificado anualmente. A certificação é assegurada através do exercício do RCSA e inclui controlos no âmbito dos riscos ambientais e climáticos.
- Plano de Continuidade de Negócio: em termos metodológicos é efetuada uma avaliação específica para medir o risco derivado da materialização de diferentes ameaças (desastres naturais, interrupção de sistemas ou cadeia de abastecimento, etc.). A análise de riscos e ameaças permite realizar uma avaliação sistemática de cenários de contingência que podem afetar a continuidade das atividades críticas do Banco. Também a este nível, sob uma perspetiva de Resiliência Operacional têm-se vindo a reforçar os aspetos funcionais e de governo para o adequado desenvolvimento e implementação de um Sistema de Gestão de Resiliência Operacional – Continuidade e de Negócio, em linha com as melhores práticas de mercado e assegurando o cumprimento dos requisitos regulatórios aplicáveis, nomeadamente ESG.

Do ponto de vista de risco operacional consideramos o risco físico baixo no curto prazo e moderadamente baixo no médio prazo, principalmente devido à exposição a fenómenos meteorológicos, mais frequentes e severos.

→ 3.3 Risco de mercado

Para avaliar o impacto potencial dos fatores climáticos, realizamos uma análise periódica das nossas carteiras de negociação para identificar a materialidade das posições potencialmente expostas a fatores climáticos de risco de mercado. Posteriormente, comparamos os resultados dos cenários de tensão climática (tanto de transição como de risco físico) com os dos cenários internos, testes de stress e orçamentos. Esta análise concluiu que a materialidade é baixa ou moderadamente baixa, consoante o horizonte temporal, devido aos baixos níveis de exposição a setores sensíveis ao

clima, tanto nas nossas carteiras de obrigações como nas de ações.

Em 2025, foi incorporado um acompanhamento dedicado à componente de risco de mercado no *banking book*, analisando o impacto de cenários de stress climático sobre as posições contabilizadas ao justo valor (*fair value*), principalmente carteiras ALCO (Asset Liability Committee). Adicionalmente, incorporámos cenários específicos de natureza. Dado o prazo em que os impactos se materializam, foram avaliados como de materialidade baixa para efeitos de risco de mercado.

Relativamente ao risco de mercado, considera-se que o risco de transição não deverá ter um impacto muito relevante nos exercícios de stress das cartas de negociação, dado que o horizonte temporal em que este risco se pode manifestar é muito superior ao período das posições negociação. No que diz respeito ao risco físico, ainda que possa ser significativo, considera-se que esses choques já estão contemplados nos cenários atuais, históricos e hipotéticos incluídos no programa de teste de stress das cartas de negociação.

A área corporativa de MSR seleciona os cenários finais a considerar na avaliação a realizar pelas filiais, apresenta-os ao Fórum de Controlo dos Riscos de Mercado, Liquidez e Estruturais (MSRCF) e emite a versão final de referência do guia supramencionado para as filiais, uma vez recebidos os seus comentários e adaptados os cenários, se for caso disso.

A área local de MSR está encarregue de efetuar, pelo menos, trimestralmente, o exercício de análise dos cenários ESG (apenas ambientais para os riscos de mercado e estruturais). Como resultado desta análise, devem ser listadas as principais exposições e posições detidas, e devem ser identificados os principais riscos ESG (apenas ambientais para o risco de mercado e estrutural) responsáveis pelos resultados obtidos em cada cenário.

Os resultados do exercício de mercado são apresentados trimestralmente no Comité de Controlo de Riscos local e os resultados do exercício de Liquidez são apresentados anualmente no Fórum Técnico do ALCO. Também são apresentados, trimestralmente, numa base agregada, pela área corporativa de MSR no MSRCF e numa base anual no Comité de Controlo de Risco (RCC). No caso particular do risco estrutural, este processo só é efetuado se tiver sido realizado um exercício de análise de cenários específico para este risco.

Caso os impactos sejam considerados materiais, a sua incorporação deve ser avaliada:

- Como parte da apetência de risco, limites específicos, mediante proposta da área de MSR ao MSRCF, CCR e

aprovação pelo conselho de administração.

- No ICAAP para o risco estrutural e de mercado, sujeito à proposta da área de MSR no MSRCF.
- No ILAAP para o risco de liquidez, sujeito a proposta da área de MSR no MSRCF.

No caso de serem definidos limites específicos em resultado da identificação de impactos materiais, estes são monitorizados da mesma forma que os outros limites associados ao risco de mercado, de liquidez e estrutural.

Presentemente a materialidade determinada é reduzida, pelo que não existem limites específicos em termos de riscos de mercado, liquidez, taxa de juro ou *spread* de crédito.

→ 3.4 Risco de liquidez

Para avaliar o impacto potencial dos fatores climáticos, comparamos os resultados dos cenários de esforço climático com os cenários de esforço de liquidez existentes. Dispomos de um conjunto de cenários de transição e de risco físico (cenários de transição desordenada, eventos climáticos extremos, eventos históricos, entre outros), cujos impactos sobre a liquidez permanecem muito abaixo das atuais tensões internas e regulamentares, devido ao seu impacto limitado sobre os HQLA e os depósitos de retalho estáveis.

Ao longo de 2025, incorporámos novos cenários relacionados com a natureza. Dado o horizonte temporal em que os impactos sobre a liquidez se materializam, estes foram avaliados como de baixa materialidade.

As unidades devem calcular o impacto de pelo menos dois cenários (i) um cenário de risco físico, relacionado ao impacto financeiro de um clima instável, e (ii) um cenário de risco de transição, que se refere à perda financeira de uma instituição que pode surgir, direta ou indiretamente, do processo de ajustamento para uma economia de baixas emissões de carbono e ambientalmente mais sustentável, enquanto, para risco estrutural a área corporativa de MSR define cenários ambientais que permitem analisar o impacto desses riscos no *banking book* sobre as variáveis de risco estrutural (ex. taxa de juros, taxa de câmbio e *credit spread*).

→ 3.5 Risco Reputacional

Em Portugal realizamos análises de materialidade específicas para avaliar o potencial impacto reputacional dos fatores climáticos e ambientais a curto, médio e longo prazo, sob diversos cenários. Tal como acontece com a nossa estratégia, políticas e modelos de gestão, consideramos o ambiente de forma integrada, pelo que a análise de materialidade inclui a

identificação e avaliação das alterações climáticas e de outros impactos ambientais.

A avaliação considera várias fontes de informação e critérios ao longo destas fases: i) definição dos fatores de risco reputacional relacionados com riscos físicos e de transição; ii) avaliação dos riscos por país e por exposição em setores sensíveis; iii) cenários climáticos segundo a *Network for Greening the Financial System* (NGFS); e iv) horizontes temporais (curto, médio e longo prazo).

As conclusões da avaliação da materialidade do risco reputacional mostram que os riscos de transição teriam um impacto reputacional maior do que os riscos físicos, uma vez que os riscos de transição tendem a relacionar-se mais com o escrutínio das partes interessadas (*stakeholders*) ao longo do tempo, sendo esta a principal fonte de exposição ao risco reputacional.

O Banco Santander Portugal possui objetivos claros, políticas e procedimentos robustos para a gestão de riscos climáticos e ambientais, além de uma governação sólida para garantir a correta gestão destes riscos. Mesmo em caso de eventos climáticos extremos – com base em experiências recentes –, o Banco Santander Portugal demonstrou força, resiliência e capacidade de resposta adequada a tais eventos do ponto de vista da gestão de riscos reputacionais.

Determinados agentes económicos cujas atividades estão sujeitas a regulamentação orientada para promover o desenvolvimento sustentável, ou que são diretamente afetados pelos objetivos estabelecidos em acordos ou instituições internacionais em matéria de alterações climáticas, podem ver as suas atividades ou a sua capacidade de geração de rendimentos impactadas, de forma direta ou indireta. Este aspeto deve ser tido em conta na avaliação do risco de crédito associado. O impacto indireto refere-se, em particular, à perceção pública de que uma empresa desenvolve atividades incompatíveis com a regulamentação aplicável, com os objetivos internacionais ou com as tendências geralmente aceites.

Em 2025, atualizámos a metodologia da nossa avaliação da materialidade do risco reputacional com base em relatórios e estudos oficiais de organizações reconhecidas. Adicionalmente, continuamos a avançar no sentido de uma maior harmonização e criação de sinergias entre os diferentes riscos, nomeadamente no que respeita às fontes de informação, limiares e cenários, entre outros.

4. Monitorização

Para além dos processos descritos anteriormente, realizamos

um acompanhamento contínuo dos fatores de risco ESG:

- i. Monitoramos de forma contínua o perfil de risco e o cumprimento dos limites de apetite ao risco através das funções de controlo que reportam ao conselho de administração. Em 2025, as métricas de apetite (limites e alertas) foram atualizadas e harmonizadas em linha com a estratégia do Grupo Santander. Reforçámos igualmente a nossa declaração de apetite ao risco, incorporando novas métricas específicas para outros setores materiais.
- ii. Ao longo de 2025, trabalhamos na definição e implementação de um *dashboard* ESG, destinado a monitorizar os principais riscos ESG da nossa carteira, reforçando o controlo através de métricas, especialmente de concentração.
- iii. Mantemos também um contacto permanente com os nossos clientes para acompanhar os respetivos planos de transição e apoiar a sua implementação.
- iv. Continuamos a integrar os fatores de risco ESG no processo de concessão e acompanhamento do risco de crédito através do nosso modelo operativo (*The Climate Race*), de forma a cumprir as orientações da European Banking Authority (EBA)
- v. O nosso Radar Regulatório ESG permite-nos monitorizar as alterações regulamentares nesta matéria, entre outras, bem como avaliar os potenciais esforços e impactos financeiros associados à sua implementação.

As funções de Riscos e *Compliance* monitorizam os aspetos ESG nas operações de desenvolvimento corporativo apresentadas ao fórum de investimentos – órgão com poderes delegados da comissão executiva do conselho de administração – bem como nos novos produtos e serviços apresentados ao fórum de *governance* de produtos.

Durante 2025, fizemos parte ativa da Comunidade Climática como uma alavanca adicional para a integração adequada dos fatores de risco ESG no Grupo Santander de forma colaborativa. Esta comunidade mantém as unidades atualizadas, nomeadamente Portugal com partilha as melhores práticas, definição de diretrizes para apoiar uma implementação homogénea e fornecer uma estrutura clara de governo e distribuição de responsabilidades.

5. Mitigação

Dispomos de várias ferramentas para mitigar os riscos associados aos aspetos ambientais e sociais, garantindo a todo o momento o cumprimento da legislação e normativa local aplicáveis.

- Políticas, marcos e procedimentos internos que integram os aspetos ambientais e sociais nos nossos processos de gestão de riscos, constituindo elementos essenciais para a mitigação e adaptação a estes fatores. Em particular, a nossa política de gestão de riscos ambientais e sociais define os critérios relativos ao investimento em entidades e à oferta de produtos e serviços financeiros a clientes dos setores com riscos E&S identificados como materiais. Esta política define atividades com restrições para produtos e/ou serviços financeiros e aquelas que requerem especial atenção para os setores mencionados.



Para mais informação, consultar secção 3.2.3 *Gestão de aspetos ambientais e sociais*.

- As nossas políticas de concessão de crédito consideram fatores climáticos e ambientais, tais como a utilização da Taxonomia EU ou da Taxonomia interna (SFICS, na sigla em inglês), as conclusões dos comités de crédito, *ratings* de clientes CIB e Empresas, e a gestão de colaterais, entre outros. que permitem acompanhar a nossa atividade sustentável, apoiar o desenvolvimento de produtos e mitigar o risco de *greenwashing*. Para mitigar o risco de desinformação sobre temas de sustentabilidade (*greenwashing*), revimos os processos e as responsabilidades mais relevantes para assegurar a correta definição, gestão e divulgação da nossa estratégia de sustentabilidade, produtos e práticas, enquanto monitorizamos os desenvolvimentos regulatórios nesta área. Também mitigamos este tipo de risco através do envolvimento com os clientes nos setores mais relevantes, de acordo com a análise de materialidade climática. Este acompanhamento permite apoiar os clientes nos seus processos de transição para uma economia mais sustentável, através da disponibilização de soluções personalizadas e gerando oportunidades de negócio. O envolvimento com os clientes facilita o acesso a informação relevante sobre riscos ESG, a qual é utilizada na gestão interna do risco. A recolha e verificação cruzada de dados junto dos clientes constituem instrumentos fundamentais para a mitigação de riscos ESG, incluindo o risco de *greenwashing*.
- No processo de análise de clientes, os fatores ESG são considerados para determinar o seu eventual impacto na qualidade creditícia. Nesse sentido, foram lançados vários projetos: (i) Guias setoriais, onde são identificados os principais riscos de transição e riscos físicos a que cada subsector está exposto, bem como a forma de os identificar nas interações com o cliente; (ii) desenvolvimento de avaliações ESG, com diferentes níveis de detalhe,

dependendo do perfil de risco, permitindo uma análise mais aprofundada e qualitativa nos casos de maior materialidade e uma avaliação automatizada nos restantes; este modelo está a ser implementado para as carteiras de banca comercial; (iii) Biblioteca de questionários (EQAL – *Questionnaires & Assessments Library*), continuando a desenvolver e acrescentar funcionalidades à ferramenta de gestão de questionários ESG. O EQAL está a permitir integrar no fluxo de gestão de riscos as análises ESG dos clientes, bem como recolher séries históricas de informação ESG, informação essa que poderá ser analisada de forma agregada segundo vários critérios e utilizada para múltiplas finalidades de gestão de risco, como definição de métricas ou impacto em modelos.

- Processo de *engagement* com os nossos clientes dos setores mais relevantes identificados na avaliação de materialidade ambiental. Este processo permite acompanhar a sua transição para uma economia mais sustentável, oferecendo-lhes soluções personalizadas e gerando oportunidades de negócio. Adicionalmente, obter e verificar dados diretamente junto dos clientes contribui para mitigar os fatores de risco ESG.
- Os nossos comités de crédito já integram aspetos ambientais, sociais e de alterações climáticas na revisão das operações.
- Elaboração de *ratings* para clientes *corporate* (CIB), incluindo avaliações qualitativas ambientais, sociais e de alterações climáticas para os setores relevantes.
- Acompanhamento e gestão das garantias imobiliárias, considerando os aspetos ambientais que podem afetá-las tanto no início das operações como ao longo da sua

vigência, tais como certificados de eficiência energética, riscos físicos e riscos de natureza. Caso sejam identificados níveis de risco relevantes, deverão ser aplicadas medidas de gestão, adaptação e/ou mitigação para assegurar a sua adequação aos níveis de risco aceitáveis pela entidade.

- Documentação adequada da informação que permita avaliar os aspetos ambientais na gestão das operações, clientes e na valorização das garantias imobiliárias, em conformidade com os quadros regulatórios locais.
- Seguros obrigatórios nos quais a entidade figure como beneficiária e que incluam a cobertura dos riscos pertinentes, incluindo aqueles decorrentes de fenómenos ambientais.
- No caso de CIB dispõe-se de um procedimento de *due diligence* para avaliar e gerir os aspetos ambientais e sociais dos seus clientes empresariais, integrado no processo de admissão de crédito. Os clientes dos setores aplicáveis são analisados através de um questionário preenchido pela primeira linha de defesa e posteriormente revisto por uma equipa de analistas, que realiza a avaliação global dos aspetos ambientais. O resultado destas análises é submetido aos comités de aprovação de riscos do Banco Santander Portugal e considerado na tomada de decisões. A avaliação de riscos é também utilizada neste processo, com especial foco no risco de *greenwashing*. No caso das operações de *project finance* no âmbito de CIB, a *due diligence*, é conduzida em conformidade com os Princípios do Equador.

Dispomos ainda de um grupo de trabalho multidisciplinar (Jurídico, Sustentabilidade, Riscos e *Compliance*) dedicado à análise de controvérsias, incluindo aspetos ESG.



ESG Reuniões de Classificação e Monitorização

Para mitigar o risco de *greenwashing*, foram estabelecidas reuniões de análise de operações, produtos e clientes na vertente ESG que atuem como fóruns responsáveis por essa avaliação, classificação e monitorização. O centro corporativo supervisiona também estes fóruns por meio de acompanhamentos trimestrais e avaliações anuais. O objetivo é verificar aplicação consistente dos critérios do Grupo Santander. Estes fóruns contam também o suporte de centros de excelência e envolvem as equipas de Negócios, Riscos, *Compliance* e Sustentabilidade. Adicionalmente, o modelo de classificação sustentável é atualizado periodicamente, garantindo-se que os produtos sustentáveis permaneçam alinhados.

Deste modo, ao longo de 2025, foram mantidas reuniões regulares para avaliação e classificação de produtos, clientes e operações com a participação das áreas de negócio (*Sustainable Finance*), Riscos, *Compliance* (Risco Reputacional), Sustentabilidade e o suporte de uma equipa especializada. A classificação segue essencialmente os critérios da taxonomia interna aprovada pelo Grupo Santander (SFICS). Dispõe-se também de uma ferramenta que dá suporte às decisões do fórum, bem como da documentação analisada e evidências apresentadas.

6. Reporte

A divulgação transparente e periódica de informação, tanto internamente à gestão de topo como externamente aos diferentes grupos de interesse, contribui para a gestão e controlo dos aspetos ambientais e sociais, garantindo o cumprimento dos requisitos regulamentares e das expectativas das autoridades supervisoras. Trabalhamos para que a nossa informação seja completa e consistente, refletindo adequadamente a estratégia e a gestão de sustentabilidade do Banco Santander Portugal e mitigando potenciais riscos.

Os nossos principais reportes incorporam informação relevante sobre a forma como gerimos os fatores ambientais e sociais.

O relatório de relevância prudencial (Pilar 3) reforça a transparência ao divulgar informação prudencial relacionada com estes fatores, mostrando a nossa exposição a riscos ambientais e sociais e explicando como são integrados nos *frameworks* internos de gestão do risco.

O nosso reporte sobre a gestão de riscos climáticos e ambientais inclui o relatório anual, o exercício ICAAP e o relatório de Pilar III/Disciplina de mercado.

Principais atividades em 2025

→ Avanços no apetite de risco, com o estabelecimento de uma métrica de apetite de risco físico para apoiar a estratégia de alinhamento com os objetivos do Acordo de Paris.

→ Implementação de modelos climáticos internos que nos permitem melhorar a quantificação do impacto financeiro dos riscos de transição e físicos nas variáveis de risco de crédito.

→ Maior granularidade geográfica da informação sobre risco físico (agudo e crónico) para a carteira, com utilização da localização ao nível do código postal.

→ Aumento da cobertura da carteira financiada por colaterais de imóveis com informações de certificado energético.

→ Para mitigar o risco de *greenwashing*, revimos os processos mais relevantes e as responsabilidades para assegurar a correta definição, gestão e divulgação da nossa estratégia,

produtos e práticas.

→ Progressos na implementação do modelo de gestão de risco com iniciativas destinadas a cumprir com as orientações da EBA no que diz respeito à integração dos fatores ESG na gestão.

2.3.3 Risco reputacional

Nesta secção, explicamos como gerimos o seguinte IRO, que é considerado um risco de transição relacionado com o clima:



Risco reputacional derivado da perceção sobre o progresso do Banco em matérias climáticas em relação com políticas ou objetivos do Grupo Santander em determinadas jurisdições, o que poderia originar outros tipos de riscos.

No Banco Santander Portugal, abordamos a gestão do risco reputacional seguindo o estabelecido no modelo de risco reputacional, bem como nas políticas e requisitos ESG associados, que estabelecem os princípios relevantes para identificar, gerir e controlar este risco.

O risco reputacional pode ter múltiplas origens e, em muitos casos, deriva de outros riscos, como o estratégico, o de liquidez ou o de crédito. Os fatores reputacionais que possam estar associados aos clientes são avaliados na medida em

que possam gerar tensão financeira e em conformidade com as leis e regulamentações aplicáveis. Para avaliar o desempenho e a eficácia destas ações, definimos métricas²⁷ específicas que ajudam a determinar e gerir as medidas adequadas para prevenir ou mitigar impactos reputacionais relacionados com fatores de risco climáticos e ambientais, conforme apresentado na tabela da secção 2.3 Integração dos fatores ESG na gestão de riscos.

Realizamos a avaliação do impacto do risco reputacional através de procedimentos-chave relacionados com ESG. Estes incluem a definição de objetivos públicos, a participação em grupos de trabalho e órgãos de governo ESG, a estruturação de transações sensíveis a ESG e a

²⁷ A periodicidade da métrica é mensal. O Banco Santander Portugal não tem tolerância a eventos de impacto muito elevado, incluindo aqueles relacionados com matérias ESG. As circunstâncias que podem dar origem a um evento de impacto 'muito elevado' são:

i) acontecimentos que ativem os comités de gestão de crises de nível *silver* ou *gold*;
ii) requisitos regulamentares que apresentem debilidades ou deficiências significativas, tais como: sanções económicas muito

elevadas (superiores a 10 milhões de euros), cessação permanente da atividade económica, necessidade de aportação de capital, perda da licença bancária, restrições à distribuição de dividendos, entre outras;
iii) eventos com um impacto muito elevado na opinião pública, incluindo cobertura mediática e televisiva negativa, ampla e sustentada, num único mercado e/ou noutros mercados durante mais de uma semana, ou com um impacto muito elevado nas redes sociais; e
iv) suspensão da cotação das ações ou uma queda superior a 5% no seu preço num único dia devido ao assunto em questão.

elaboração de relatórios.

Para avaliar o desempenho e a eficácia destas ações, o Banco Santander Portugal implementou uma métrica baseada no número de eventos de risco reputacional de muito alto impacto que se materializaram e afetaram vários *stakeholders*.

Para gerir este risco a curto, médio e longo prazo, identificamos, na tabela da secção 2.3, o possível impacto dos fatores de risco, as ações em curso para a sua gestão e os próximos passos planeados.

2.3.4 Potenciais efeitos financeiros

Incluimos no relatório ESG do Pilar III, informações sobre a exposição afetada por riscos físicos e de transição materiais.

Utilizamos a informação divulgada neste relatório, de acordo com as "*Implementing Technical Standards on prudential disclosures on ESG risks*" definidas pela EBA.

Esta informação abrange a carteira do banco, incluindo empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio. A informação incluída está alinhada com outros relatórios (nomeadamente relatórios contabilísticos).

Risco físico:

Apresentamos de seguida informação sobre as exposições sensíveis a impactos decorrentes de riscos físicos agudos e crónicos relevantes, tanto colateralizadas como não colateralizadas. Para a avaliação do risco físico da nossa carteira, seguimos a metodologia fornecida pelo fornecedor externo. Com base na informação prestada, aplicámos as seguintes premissas para determinar que exposições são sensíveis ao impacto dos riscos físicos:

- Foi aplicado um critério conservador sugerido pelo fornecedor, considerando que uma atividade numa determinada zona geográfica é sensível ao impacto de riscos físicos quando pelo menos um dos perigos identificados pelo fornecedor externo é avaliado como 4 ou superior na escala disponibilizada.
- O cenário utilizado para esta avaliação é o RCP 4.5, que se situa entre um cenário alinhado com os objetivos do Acordo de Paris (RCP 2.6) e um cenário típico de exercícios de esforço (RCP 8.5).
- Foram considerados horizontes temporais coerentes com os vencimentos médios das exposições, de forma conservadora: para exposições não colateralizadas, considerou-se o horizonte 2030; para exposições

colateralizadas, considerou-se o horizonte 2050.

- Quanto à localização utilizada na avaliação do risco físico, analisámos a localização dos colaterais e, no caso dos empréstimos não colateralizados, a localização das sedes dos clientes, utilizando códigos postais para exposições colateralizadas e não colateralizadas, respetivamente.

Um dos maiores desafios na gestão e monitorização dos riscos ESG para as instituições de crédito é a disponibilidade de dados e informação. O Banco Santander Portugal, está em conjunto com o resto da indústria a desenvolver mecanismos para incrementar e melhorar a granularidade e qualidade dos dados ESG necessários para a gestão e reporte, incluindo entre outros:

- A disponibilidade de dados relativos a certificados energéticos, através da recolha de informação na contratação de operações e aquisição de dados a fornecedores externos (incluindo estimativas); em 2024, foi subscrito e operacionalizado um protocolo com a ADENE para acesso à informação de certificados energéticos de operações financiadas.
- A recolha de informação relativa a emissões de clientes, elegibilidade e alinhamento com os objetivos ambientais e climáticos da Taxonomia Europeia.
- A granularidade e rigor da informação necessária para avaliação do risco físico (através da aquisição de dados externos).

De acordo com as suposições descritas, a nossa exposição a riscos físicos materiais é de 1,6MM, o que corresponde aproximadamente a 4% do total dos ativos.

Exposição sujeita risco físico

Valores em milhões de euros	Crónico	Agudo	Ambos	Total
Total	1534	50	31	1614

Risco de transição:

A exposição do Banco Santander Portugal a riscos de transição materiais está dividida em:

- Exposição a empresas não financeiras em setores materiais (classificados como de alto e muito alto risco), de acordo com a nossa avaliação de materialidade climática;
- Exposição colateralizada por imóveis residenciais e comerciais. Para identificar a exposição sujeita a estes riscos, consideramos os regulamentos europeus em

vigor, incluindo a *Energy Efficiency of Buildings Directive* (EPBD), que regula os níveis de eficiência necessários para os edifícios nos próximos anos.

Continuamos a trabalhar para obter EPCs (certificados de desempenho energético) para as principais carteiras colateralizadas. Estamos a recolher esta informação durante a originação de novos empréstimos ou através de dados de entidades externas.

2.3.5 O nosso foco sobre a natureza e a biodiversidade

Embora a “Biodiversidade e ecossistemas” seja considerada um tema informativo na análise de materialidade, a sua ligação aos objetivos climáticos leva-nos a continuar a monitorizar as nossas atividades e o seu impacto sobre a biodiversidade e a natureza.

Dada a atividade financeira da nossa entidade e a localização da sua rede de edifícios e escritórios, maioritariamente em áreas urbanas, não se identificam²⁸, numa primeira análise, instalações situadas em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade. Seguindo a metodologia corporativa, no Santander Portugal, para compreender os impactos diretos e as dependências da natureza e da biodiversidade associados ao negócio dos nossos clientes, e tendo como base o exercício de materialidade de riscos, realizamos um exercício de dupla materialidade, no qual são avaliados os impactos de uma empresa sobre o ambiente e a sociedade, conjuntamente com os temas de sustentabilidade que afetam o nosso desempenho financeiro.

Apoiamo-nos em duas ferramentas:

- ENCORE: Ferramenta que disponibiliza uma base de dados de materialidade das dependências (riscos físicos) entre processos de produção e serviços dos ecossistemas.
- Ferramenta de Impacto da UNEP FI: Permite um mapeamento de impactos (riscos de transição) integrados que, combinados com os nossos dados internos e com o contexto específico, possibilitam identificar as áreas de impacto mais significativas da nossa carteira. Utilizamos uma abordagem de *heatmap* para agregar as dependências relacionadas com a natureza que mostra o nível de ameaça dos possíveis eventos que podem afetar a nossa carteira de empréstimos.

Este exercício também cumpre os requisitos de divulgação das normas europeias de informação sobre sustentabilidade (ESRS), ESRS E2 (poluição), ESRS E3 (recursos hídricos e marinhos), ESRS E4 (biodiversidade e ecossistemas) e ESRS E5 (utilização de recursos e economia circular), relacionados com a ESRS 2 IRO-1; analisou-se a materialidade destes aspetos, concluindo-se que nenhum tema ou subtema relacionado com

a natureza se considera material a nível de Grupo. Monitorizamos periodicamente a nossa avaliação de materialidade da natureza.

Em 2025, conforme descrito na seção anterior sobre avaliação da materialidade climática e ambiental, avançamos na integração dos riscos relacionados à natureza na nossa gestão de carteiras. Além disso, reforçamos os processos internos de identificação e avaliação dos impactos sobre os ecossistemas e recursos naturais em algumas das regiões geográficas mais relevantes.

2.4 Aspiramos alinhar a nossa atividade com os objetivos do Acordo de Paris

GRI 3-3

Nesta secção, explicamos como gerimos o seguinte IRO:



Efeitos adversos sobre o meio ambiente devido à atividade de financiamento e investimento do Banco em ativos ou atividades não sustentáveis.

Continuamos a trabalhar nos seguintes pontos:

- Emissões financiadas do balanço: centradas nas emissões de âmbito 3, categoria 15 (consultar secção 2.4.1 Monitorização das carteiras de imóveis comerciais e imóveis residenciais em Portugal).
- Gestora de ativos: estão fora do nosso balanço e, portanto, não são consideradas emissões de âmbito 3.

²⁸ Os principais potenciais impactos ambientais dos nossos escritórios estão relacionados com a própria manutenção das instalações e a gestão dos resíduos gerados. Até à data, não se identificou que seja necessário aplicar medidas de mitigação relacionadas com a

biodiversidade nas nossas operações próprias. No processo de *due diligence* para financiamento dos nossos clientes, e em aplicação da política de gestão de risco E&S, em algumas ocasiões consideram-se certas medidas corretoras ou de mitigação.

- Operações próprias: emissões diretas e indiretas, incluindo as de âmbitos 1 e 2, e as emissões materiais de âmbito 3 (para além da categoria 15) (consultar nota NS 6. O nosso progresso em números – 6.5 A nossa Pegada Ambiental).

Ambição e foco

Continuar a trabalhar para alcançar a nossa ambição de zero emissões líquidas de carbono em 2050 através da definição progressiva de ações relacionadas com a pegada das próprias operações e para apoiar os clientes nos seus objetivos climáticos, priorizando os setores de maiores emissões — que também apresentam riscos de transição altos ou muito altos, segundo o nosso *heatmap* climático. Deste modo, damos igualmente atenção à segurança e à acessibilidade energética.

A nível do Grupo Santander são estabelecidos objetivos²⁹ para o segmento comercial empresarial nos setores de geração de energia elétrica, carvão térmico, petróleo e gás, aço e no setor automóvel a partir de duas perspetivas: fabrico de automóveis (segmento comercial) e financiamento ao consumo (empréstimos para a compra de veículos ligeiros na Europa).

Foi atualizada a estratégia e os objetivos para incorporar os mais recentes avanços científicos e as alterações na regulamentação local. Durante 2025, o Grupo Santander atualizou os seus objetivos de alinhamento. Pretendia garantir que continuassem a ser credíveis e coerentes, refletindo simultaneamente o ritmo real da transição nas economias onde o Grupo Santander opera. Cinco anos após estabelecer os primeiros objetivos, esta atualização ajusta o âmbito, as métricas e os cenários, de forma a refletir melhor o papel enquanto facilitador da transição, bem como a forma como os fatores externos (especialmente as políticas públicas) determinam o ritmo dessa transição (para mais informação, consultar a secção 2.4 Aspiramos alinhar a nossa atividade com os objetivos do Acordo de Paris do [Relatório de Sustentabilidade do Grupo Santander](#)).

Progresso e dependências

A dinâmica do desempenho climático de todos estes setores depende em grande medida do respetivo enquadramento regulamentar e das políticas públicas, das evoluções tecnológicas e do comportamento dos clientes. Tanto a *International Energy Agency* (IEA) como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas sublinham que, para alcançar reduções significativas das emissões, será necessária a adoção generalizada de tecnologias que ainda não estão disponíveis comercialmente ou que existem apenas em fase de demonstração.

Nos setores em que os clientes empresariais estão a progredir, o Grupo Santander estabelece objetivos, reconhecendo

simultaneamente estas dependências externas.

Nos setores que dependem fortemente de nova regulamentação para se alinharem – e onde a maioria dos clientes são particulares – monitorizamos as emissões financiadas, mas evitaremos definir objetivos até que o enquadramento regulamentar e político seja claro, coerente e favorável ao crescimento económico e às mudanças de comportamento dos consumidores.

Temos partilhado o nosso conhecimento e experiência sobre estas lacunas nas políticas públicas com as autoridades e com outros setores.

O crescimento económico é essencial para financiar a transição e para garantir que esta seja acessível e justa, tanto em economias desenvolvidas como em desenvolvimento. Assim, as políticas que apoiam a transição não devem comprometer o crescimento nem o acesso à energia fiável e acessível. Acreditamos que a transição é um processo, e não um momento específico no tempo – para empresas, sectores e países. Políticas ou regulamentações governamentais que provoquem mudanças repentinas podem prejudicar o crescimento e diminuir a confiança dos investidores. Uma abordagem única para toda a transição ignora as realidades económicas, sociais e políticas enfrentadas por diferentes setores em diferentes regiões; por isso, é necessário um enfoque mais pragmático e flexível.

Os nossos esforços para cumprir os objetivos de alinhamento implicam igualmente a colaboração com organismos públicos, cujas decisões e ações políticas são fundamentais para que as empresas – incluindo as entidades financeiras, como o Grupo Santander – possam avançar rumo às zero emissões líquidas em 2050.

Se as políticas (ou a falta delas) se mantiverem como estão atualmente, continuará a existir uma diferença significativa entre as trajetórias dos cenários net zero e o que realmente se verificará.

Monitorizamos igualmente fatores tecnológicos, económicos e geopolíticos que influenciam a transição, incluindo a segurança energética e as diferenças entre mercados.

Na nossa avaliação de riscos e oportunidades, suportamos as nossas decisões nos mercados, e em cumprimento com a legislação e regulamentação em vigor. Os nossos objetivos climáticos procuram ajudar os nossos clientes a cumprir os seus objetivos de transição, mantendo um modelo de negócio sólido e competitivo que apoie o crescimento económico e a segurança energética. A transição deve ser justa e ordenada.

A nossa ambição assenta em objetivos das carteiras em acompanhamento. Com estes objetivos, monitorizamos a parte

²⁹ Atuando em conformidade com as regulamentações locais.

mais relevante da cadeia de valor de cada setor, concentrando nos nas atividades mais intensivas em emissões, passíveis de atuação e para as quais é possível medir o progresso, considerando a disponibilidade de dados de qualidade e as práticas de mercado.

Damos prioridade ao *engagement* com os clientes e avaliamos cada caso individualmente, numa perspetiva de longo prazo. Isto inclui avaliar as necessidades de financiamento em todos os setores, sem aplicar exclusões gerais nem recusar crédito ou outros serviços unicamente com base na classificação climática setorial, mas considerando planos de transição credíveis e o contexto operativo de cada cliente.

Estamos a monitorizar a materialidade das emissões dos mercados de capitais (emissões facilitadas) para o banco e, por agora, consideramo-las não materiais, devido à baixa exposição.

O foco do Grupo Santander incide sobre os setores mais relevantes para o mesmo, como o cimento, o transporte marítimo e o alumínio.

Utilizamos dados e modelos externos de terceiros com reconhecida reputação e experiência de mercado. Baseamo-nos em informação financeira e não financeira dos nossos clientes.

Embora a informação não financeira exigida esteja cada vez mais acessível, à medida que mais empresas começam a reportar emissões de gases de efeito de estufa (GEE), esta

continua a ser insuficiente em certos setores e regiões. Além disso, quando disponível, pode não ser a mais adequada ou precisa. Em muitos casos, os dados estão disponíveis apenas com um atraso temporal significativo. Quando não existem dados de emissões, recorremos a estimativas.

Uma vez obtidas as emissões totais dos nossos clientes, aplicamos o nosso fator de atribuição, conforme o método PCAF, para determinar as emissões financiadas pelo Banco Santander Portugal nas carteiras materiais de imóveis residenciais e imóveis comerciais.

O cálculo de emissões e as metodologias de definição de objetivos de alinhamento baseados na ciência são áreas relativamente recentes e em evolução. É necessário desenvolver metodologias adicionais que permitam fundamentar de forma adequada as decisões e ações.

A concretização da nossa visão

Introduzimos intervalos de objetivos que aplicam uma média ponderada dos cenários regionais da IEA, refletindo a nossa presença geográfica. Estes intervalos baseiam-se nos cenários regionais NZE2050 e APS (*Announced Pledges Scenario*) da IEA, que atualmente aponta para 1,7 °C. Além disso, permitem incorporar diferentes velocidades de transição e enquadramentos regulamentares, bem como o acompanhamento dos avanços científicos e das políticas públicas mais recentes.

Objetivos de alinhamento do Grupo Santander^A

Setor	Cenário	Métrica	Ano de referência	2022	2023	2024	Objetivo 2030	Âmbito de emissões	Etapas de cadeia de valor no perímetro			
 Geração de energia elétrica	NZE2050 - APS ^a	kgCO ₂ e/ MWh	2023		149	88	102 - 124 (-32-17%)	1	Upstream / Generation		Midstream / Distribution	Downstream / End product
 Petróleo e Gás		tCO ₂ e/ TJ	2023		3,08	3,15	2,31 - 3,03 (-25-2%)	1 + 2	Integrated / Diversified			
									Upstream / Extraction	Midstream / Distribution	Downstream / Trading	
 Aço		tCO ₂ e/ tS	2023		1,47	1,51	1,17-1,28 (-20-13%)	1 + 2	Upstream / Materials extraction		Manufacturing	Downstream / End product
 Fabrico de automóveis		gCO ₂ / vkm	2023		135	128	80 - 98 (-41-27%)	3 ^c	Upstream / Suppliers- Materials	Midstream/ Manufacturing	Midstream / Dealers	
 Empréstimos para automóveis ^d		gCO ₂ e/ vkm	2022	137	133	129	70-109 (-49-21%)	1 + 2				
 Carvão Térmico		Objetivos para eliminar gradualmente a exposição para 2030 a clientes de geração de energia com uma dependência de receitas de carvão superior a 10 % e da mineração de carvão térmico										

Monitorização de outras carteiras no Grupo Santander

Setor	Métrica	2023	2024	Âmbito de emissões	Etapas da cadeia de valor no perímetro		
 Energia Primária	tCO ₂ e/TJ	45,1	42,0	3 ^c	Upstream / Generation	Midstream / Distribution	Downstream / End Product
 Aviação	gCO ₂ e/RPK	83	78	1	Upstream / Suppliers	Midstream / Construction	Downstream / Airlines
 Imóveis Comerciais ^e	kgCO ₂ e/m ²	22,89	26,14	1 + 2	Upstream / Suppliers	Midstream / Construction	Downstream / Owners
 Hipotecas ^f		21,06	19,00	1 + 2	Upstream / Suppliers	Midstream / Construction	Downstream / Homeowners
 Agricultura ^g	gCO ₂ e/ vkm	8,41	7,12	1 + 2	Upstream / Suppliers	Midstream / On Farm	Downstream / End product

 Parte da cadeia de valor do setor descoberto, pela materialidade das emissões e/ou a sua ação

 Parte da cadeia de valor do setor fora do âmbito

- A. Os esforços para cumprir estes objetivos estão em linha com a legislação e a regulamentação locais.
- B. NZE2050: Cenário de Emissões Líquidas Zero para 2050. APS: Cenário de Compromissos Anunciados. Publicação de 2024, exceto para petróleo e gás (2023).
- C. Utilização dos produtos vendidos.
- D. Empréstimos ao consumo para a aquisição de automóveis de passageiros, que abrangem uma parte significativamente maioritária da exposição na Europa.
- E. Emissões financiadas das carteiras de imóveis comerciais do Reino Unido, Espanha e Portugal. Os dados de 2023 não incluem Portugal.
- F. Emissões financiadas das carteiras hipotecárias do Reino Unido, Espanha e Portugal. Os dados de 2023 não incluem Portugal.
- G. Emissões financiadas na carteira de agricultura do Santander Brasil. A partir de 2024, e conforme critérios de materialidade, o cálculo inclui apenas soja, milho e gado bovino de carne. O dado de 2023 foi recalculado para garantir a comparabilidade.



Para mais informação, consultar a secção 2.4 **Aspiramos alinhar a nossa atividade com os objetivos do Acordo de Paris do Relatório de Sustentabilidade do Grupo Santander.**

Estratégia de implementação

A estratégia de implementação de CIB, uma área que tem visão global, envolve várias ações para apoiar os nossos clientes nos seus objetivos climáticos e para alcançar os nossos objetivos de alinhamento setorial. Estas ações incluem a avaliação dos planos de transição dos nossos clientes, o *engagement* com clientes, a segmentação dos clientes através de uma abordagem de classificação climática e um modelo de governo específico para a gestão da carteira. Também recolhemos dados adicionais para complementar o processo de análise de riscos e realizamos revisões às políticas de gestão de riscos ambientais e sociais (ESRM). Dado que as nossas ações estão diretamente relacionadas com a atividade dos nossos clientes, não é viável fazer estimativas quantitativas sobre como cada ação contribui para alcançar cada um dos nossos objetivos. Todas as ações descritas abaixo abrangem a atividade de CIB a nível global.

Classificação climática de clientes

A classificação climática dos nossos clientes é um elemento essencial da nossa estratégia de implementação, e está

alinhada com a regulamentação local. O resultado desta classificação permite avaliar o progresso atual e esperado dos nossos clientes no seu alinhamento com os nossos objetivos climáticos. Nos últimos anos, aplicámos esta abordagem a todos os setores com objetivos de alinhamento (fabrico de automóveis, energia, petróleo e gás e aço), ajustando a sempre que necessário para refletir as particularidades de cada setor. Revemos anualmente esta avaliação setorial para refletir o progresso efetivo dos nossos clientes.

A nossa abordagem procura facilitar o cumprimento dos nossos objetivos de alinhamento e desenvolver um conhecimento profundo das estratégias de transição dos nossos clientes rumo a modelos de negócio de baixo carbono. Adotamos uma abordagem empresarial e não aplicamos exclusões individuais com base apenas na classificação climática. Este quadro conta com processos de governo que incluem vários grupos internos – como *front office*, gestão de risco e administração de topo – para orientar potenciais ações de gestão da carteira (ver a secção “Direção de carteira” mais abaixo para mais detalhes). O processo de classificação está estruturado em quatro etapas iterativas principais: recolha, avaliação, interação e revisão.

Para realizar estas etapas, utilizamos diversas referências internacionalmente reconhecidas, adaptando as aos nossos requisitos e objetivos.

Recolha: recolhemos informação relevante como parte do diálogo e interação habituais com os clientes. Além disso, obtemos informação específica relacionada com o clima através de pedidos direcionados sobre elementos focados na transição, concebidos para nos ajudar a compreender melhor as estratégias de alinhamento das empresas. Procuramos também obter informação fiável e consistente de terceiros acreditados, de forma a complementar o nosso conhecimento.

Recolhemos e atualizamos esta informação tanto na fase de abertura de clientes como no âmbito da revisão regular de negócio e da avaliação de riscos com cada cliente, realizada pelo menos uma vez por ano.

Avaliação: A nossa avaliação é realizada em dois passos, para classificar os clientes em função da sua trajetória de emissões e da qualidade percebida da sua estratégia de transição.

O primeiro passo envolve avaliar como a trajetória de emissões dos nossos clientes se alinha com a nossa linha de base atual do portfólio setorial e as metas do portfólio. O segundo passo avalia a qualidade do plano de transição de cada cliente. A nossa metodologia de avaliação dos planos de transição está estruturada em quatro pilares:

1. **Objetivos:** centra-se na qualidade e ambição dos objetivos quantitativos de emissões de GEE do cliente. Sempre que possível, avaliamos os objetivos de curto e longo prazo, bem como os objetivos absolutos e de redução de

intensidade.

2. **Plano de Ação:** considera a credibilidade da estratégia de implementação do cliente para alcançar os seus objetivos de alinhamento. Avaliamos a integração estratégica, no negócio, dos riscos e oportunidades associados às alterações climáticas; a existência de planeamento com base em cenários climáticos; o investimento de capital (CAPEX) previsto para soluções climáticas; e os planos de ação com prazos definidos para cumprir os objetivos.
3. **Divulgação:** centra-se na transparência dos relatórios sobre os resultados históricos de emissões em todos os âmbitos relevantes, no nível de asseguramento e na sua conformidade com a TCFD.
4. **Governo:** analisa o nível de supervisão da gestão e da governação da estratégia de transição do cliente. Avaliamos a antiguidade e responsabilidade dos executivos encarregados da estratégia climática, bem como a supervisão exercida pelos comités e órgãos de governo em matérias relacionadas com as alterações climáticas.

A nossa metodologia de avaliação dos planos de transição atribui maior ponderação aos critérios considerados essenciais para a credibilidade dos planos de transição, enquanto os critérios considerados de suporte recebem uma ponderação inferior. Os critérios mais ponderados são concebidos para priorizar as áreas de enfoque na interação com os clientes.

No final, o nosso sistema de níveis climáticos para clientes resulta em quatro categorias: líder, forte, moderado e fraco.

Sistemas de classificação em dois níveis

1. Alinhamento do perfil de emissões de gases com efeito de estufa

- Perfil atual das emissões de gases de efeito de estufa (GEE)
- Trajetória futura alvo das emissões de GEE
- Avaliação do alinhamento com a trajetória do Grupo Santander

2. Avaliação da qualidade do plano de transição

- Metodologia interna para avaliar a qualidade percebida dos planos de transição
- É desenvolvido utilizando metodologias estabelecidas de avaliação de planos de transição

Pilar de transição	Visão geral
1. Objetivos	Qualidade e ambição dos objetivos quantitativos para reduzir as emissões de GEE
2. Plano de Ação	Profundidade da estratégia de alinhamento para alcançar os objetivos de redução das emissões de GEE
3. Divulgação	Transparência no reporte de emissões de GEE em todos os âmbitos relevantes
4. Governo	Supervisão da gestão e governação da estratégia de transição

Categorias de níveis		Descrição
Nível 1	Líder	• Perfil de emissões totalmente alinhado com a trajetória do Santander • Plano de transição sólido
Nível 2	Sólido	• Perfil de emissões totalmente alinhado com a trajetória do Santander, embora seja necessário melhorar o plano de transição; ou • Plano de transição sólido, mas perfil de emissões parcialmente alinhado com a trajetória do Santander
Nível 3	Moderado	• Perfil de emissões parcialmente alinhado com a trajetória do Santander, mas é necessário melhorar o plano de transição; ou • Perfil de emissões não alinhado com a trajetória do Santander, mas com um plano de transição sólido
Nível 4	Fraco	• Perfil de emissões não alinhado com a trajetória do Santander • Plano de transição fraco

Os especialistas séniores das nossas equipas de ESCC, Alinhamento de Carteira e Soluções de Sustentabilidade ministraram sessões informativas internas dirigidas aos gestores de relações especializados por setor e aos analistas de ESCC. Estas sessões centraram-se na recolha de informação necessária para completar a avaliação da qualidade do plano de transição (o segundo passo do nosso sistema de classificação climática de clientes). A equipa de Soluções de Sustentabilidade disponibiliza recursos especializados para oferecer formação adicional e aconselhamento na avaliação dos planos de transição dos clientes.

Engagement com clientes sobre clima: O nosso sistema de classificação climática procura facilitar um diálogo de transição adaptado, ajudando os clientes com níveis mais baixos a progredirem para níveis superiores ao longo do tempo, em linha com as suas estratégias de transição ou de negócio.

Em 2025, continuámos a centrar os nossos esforços de *engagement* nos clientes com níveis inferiores. Utilizámos painéis internos de avaliação da transição, dirigidos aos gestores de relações, concebidos para ajudar a identificar áreas prioritárias ao nível de cada cliente, realizar comparações setoriais e detetar oportunidades para apoiar os clientes no financiamento da sua transição.

Revisão: A avaliação dos planos de transição dos clientes é realizada pelos gestores de relações do Grupo Santander, em cooperação com os analistas de risco de ESCC.

Posteriormente, as equipas de Soluções de Sustentabilidade e de Alinhamento de Carteira realizam revisões ao nível da carteira, a fim de determinar as categorizações finais. Esta revisão ao nível de carteira é importante para identificar tendências chave e os desafios de cada setor, bem como para futuras melhorias na metodologia de avaliação dos planos de transição.

A nível de grupo concluímos as avaliações iniciais dos dois passos para todos os setores em que foram definidos objetivos.

Seguidamente, revimos e reforçámos as avaliações da qualidade dos planos de transição, com base em metodologias de referência atualizadas e em análises setoriais específicas. Isto resultou numa orientação mais precisa e num conjunto de perguntas mais específicas, incluindo questões setoriais destinadas a avaliar a qualidade dos planos de transição.

A figura seguinte apresenta a distribuição do resultado do nosso sistema de classificação climática para todas as entidades incluídas no âmbito dos nossos objetivos setoriais originais, segundo o total da exposição disponibilizada no final de 2025.

Entre os nossos clientes corporativos com exposição disponibilizada e um plano de transição avaliado em 2025, cerca de dois terços estabeleceram objetivos quantitativos de redução de emissões para os âmbitos de GEE materiais para o seu setor.

Os objetivos destas empresas abrangem tanto o período 2030–2039 como ambições de mais longo prazo até 2040–2050. A mesma proporção definiu objetivos de redução absolutos.

Aproximadamente quatro quintos adotaram planos de ação com prazos definidos para alinhar o seu negócio com uma trajetória de baixo carbono, enquanto uma proporção semelhante realiza análises de cenários climáticos e implementou as recomendações da TCFD.

Mais de metade reporta, ou compromete-se a alinhar, o investimento futuro em CAPEX com soluções de baixo carbono. Mais de quatro quintos obtiveram verificação por terceiros das suas emissões de âmbito 1 e 2 e contam com supervisão ao nível do conselho de administração ou da direção.

Direção de carteira

O governo da direção de carteira de CIB foi concebida para identificar ações que apoiem a transição dos nossos clientes e gerir a nossa carteira de modo a cumprir os nossos objetivos climáticos. Uma reunião trimestral constitui o núcleo deste governo. O seu âmbito inclui o acompanhamento do progresso dos nossos objetivos de carteira. Todas as funções relevantes da CIB estão representadas nesta reunião. Além disso, uma reunião mensal de alinhamento de carteiras presta apoio técnico, analisando metodologias e o desempenho mensal dos KPI críticos.

O nosso apetite pelo risco e as nossas políticas de concessão de crédito são ferramentas importantes para supervisionar e orientar a carteira no sentido dos nossos objetivos.

A nossa avaliação climática dos clientes indica o nosso apetite pelo risco para cada setor em que foram definidos objetivos.

Cumprimos a regulamentação e as políticas de acesso justo sempre que aplicáveis.

Além disso, a política de gestão de riscos ESRM estabelece os critérios para a prestação de produtos financeiros a clientes que operam em vários dos setores incluídos no âmbito dos nossos objetivos de emissões financiadas. Para todos os setores com objetivos de alinhamento, estamos a incorporar considerações da classificação climática e da interação com os clientes nas revisões anuais de risco de crédito. No caso de operações pontuais (por exemplo, financiamento de projetos), avaliamos o impacto da operação nos objetivos de emissões financiadas da carteira setorial correspondente.

2.4.1 Monitorização das carteiras de imóveis comerciais e imóveis residenciais em Portugal

Em Portugal, acompanhamos as nossas carteiras materiais e relevantes para o clima. Estas incluem financiamento de imóveis comerciais (CRE, na sigla em inglês), e residenciais (RRE, na sigla em inglês, crédito à habitação).

A seleção destas carteiras setoriais teve em conta a sua materialidade na carteira do banco.

O objetivo destas avaliações é entender melhor o perfil climático destas carteiras, apoiar os nossos clientes na transição e avaliar o progresso ao longo do tempo.

Este setor tem uma elevada dependência de medidas regulatórias, sobretudo no que diz respeito à reabilitação, normas energéticas e disponibilidade de Certificados de Eficiência Energética (EPC), o que resulta numa maior volatilidade dos dados estimados.

Além disso, mais de metade das emissões do setor provém do âmbito 2, reforçando a dependência da descarbonização do *mix* elétrico, sobre o qual os consumidores imobiliários têm influência muito limitada. O alinhamento destas carteiras depende essencialmente da evolução de políticas públicas, como o progresso nos planos governamentais, tais como os relativos ao desenvolvimento de energias renováveis no *mix* energético nacional, ou os objetivos de alinhamento do setor imobiliário definidos nos planos nacionais.

Utilizamos a metodologia PCAF, recorrendo aos fatores de emissão da *Carbon Risk Real Estate Monitor Initiative* para o cálculo das emissões financiadas.

Dispomos de uma carteira analisada crédito à habitação de 23,31 mil milhões de euros e 1,27 mil milhões de euros em CRE. A intensidade de emissões a 31 de dezembro de 2024 foi de 13,70 kgCO₂e/m² para hipotecas e de 48,87 kgCO₂e/m² para CRE.

Incorporamos as orientações do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 do Governo português, promovendo o alinhamento com os objetivos climáticos nacionais através de:

- Alinhamento da sua estratégia de redução de emissões financiadas com as políticas públicas, apoiando processos de avaliação e planeamento.
- Avaliação dos riscos de transição climática, integrando fatores climáticos e ambientais na gestão de risco, com uma abordagem baseada no risco aplicada a todo o ciclo.
- Oferta de produtos e serviços que apoiam a transição, promovendo investimento em energias renováveis, eficiência energética e outras medidas sustentáveis.

Estamos a desenvolver soluções de financiamento sustentável para reforçar o apoio aos clientes na redução das suas emissões. O nosso foco vai além do financiamento de edifícios novos: através de várias iniciativas, ajudamos os proprietários com diferentes classificações EPC a melhorar o desempenho energético das suas habitações. Também interagimos com empresas, aprofundando o conhecimento e reforçando a capacidade de apoiar a transição. Estas iniciativas enquadram-se na nossa estratégia de soluções e parcerias sustentáveis e incluem:

- Uma titularização com o BEI para promover a eficiência energética dos imóveis, beneficiando de uma taxa de juro bonificada.

- Linhas de crédito do Fundo Europeu de Investimento (FEI) e do Banco de Fomento (BPF) para apoiar investimentos sustentáveis a PMEs.
- Empréstimos ao consumo com condições preferenciais para obras de melhoria energética, incluindo instalação de painéis solares, sistemas de climatização, isolamento e outras intervenções de eficiência energética no lar.
- O Ecossistema ESG da SIBS, que permite a partilha de informação relacionada com ESG entre empresas e instituições de crédito, facilitando o acesso a dados não financeiros para apoiar a gestão do risco;
- O *workshop EIB Green Gateway*, em parceria com o Banco Europeu de Investimentos, parcialmente focado em compreender o mercado de reabilitação energética, a fim de desenvolver soluções eficazes de financiamento sustentável.

2.4.2 A nossa pegada ambiental

Nesta secção, explicamos como gerimos o seguinte IRO:



Contribuição para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) do Grupo Santander nos âmbitos 1 e 2.

O Banco Santander Portugal tem vindo a implementar, ao longo dos últimos anos, várias medidas de redução de consumos e melhoria da eficiência energética que funcionam como impulsionadores da nossa educação de consumo e emissões:

i) Parque Edificado Mais Eficiente

Balcões:

- Instalação de sistemas de Gestão Técnica Centralizada, permitindo uma maior eficiência no controlo e funcionamento dos equipamentos de ar condicionado e iluminação.
- Instalação de sensores de presença em salas de reuniões, gabinetes, instalações sanitárias, *back offices*, arquivos e arrumos.
- Substituição dos sistemas de climatização obsoletos por outros com menores consumos e mais eficientes e com gases refrigerantes de baixo potencial de aquecimento global.
- Substituição de luminárias por outras mais modernas e mais eficientes de tecnologia LED.
- Reclames luminosos com iluminação LED.
- Manutenção de unidades de produção de eletricidade fotovoltaica - microprodução – em 18 balcões.

- Gestão e monitorização mensal de consumos de água e energia.
- Comunidades de Energia Renovável: Contratação de Energia 100 % verde através da adesão a Comunidades de Energia Renovável, para 103 edifícios/agências do Banco Santander Portugal, das quais 46 já estão ativas no final de 2025.

Edifícios:

- Instalação e melhoria contínua do sistema de Gestão Técnica Centralizada, permitindo uma maior eficiência no funcionamento dos equipamentos de ar condicionado e iluminação.
- Iluminação dos Edifícios Centrais de Lisboa e Porto com sistema LED + eficiente.
- Reclames luminosos com iluminação LED.
- Sistemas de *free cooling* para arrefecimento nos polos técnicos.
- Renovação contínua dos equipamentos AVAC obsoletos para melhoria da eficiência energética e de funcionamento.
- Gestão e monitorização mensal de consumos de água e energia.
- Implementada a separação e tratamento de resíduos (Edif. Fonte da Moura, Júlio Dinis e Centro Santander).

ii) Sede Operacional – Centro Santander – com soluções eco-friendly

A sede operacional tem sido objeto de diversas melhorias, incluindo novas valências ambientais e energéticas, das quais se destacam a iluminação, a climatização, o arrefecimento das áreas técnicas, os elevadores e o aproveitamento da água das chuvas.

- **Iluminação:** A iluminação das áreas de serviço é assegurada por luminárias de LED com fluxo luminoso variável, ajustado de acordo com a luz natural. O sistema de iluminação é controlado por um sistema centralizado de última geração (Dali). Também a luz natural é controlada através do comando centralizado dos estores, onde aplicável.
- **Arrefecimento das áreas técnicas:** Os polos técnicos são arrefecidos por sistemas de *free cooling*.
- **Climatização:** A climatização das áreas de serviço e circulação foi projetada com base na produção de água quente/fria, assegurada por 5 *chillers* com recuperação e 1 bomba de calor, distribuídos por 3 centrais de produção e bombas mais eficientes, com variação de caudal nos circuitos primários e secundários. Em 3 dos 5 edifícios existentes, o ar é aquecido/arrefecido em unidades de tratamento de ar e é introduzido nos espaços através de

unidades de indução, instaladas nos tetos falsos, sendo que nos restantes edifícios são utilizados ventilo-convetores de pavimento. Existem 4 UTAS de ar novo, com sistema de controlo integrado, recuperação e funcionamento mais eficiente.

- **Instalação de Painéis Fotovoltaicos:** Instalação em 2025 de uma UPAC – Unidade de Produção de painéis fotovoltaicos para autoconsumo, constituída por 248 painéis e 168 Mwh de produção anual.
- **Aproveitamento de águas das chuvas:** As águas pluviais, após recolha e tratamento inicial, através de um filtro, são reunidas e encaminhadas para o reservatório de água reutilizável.

Por outro lado, existe ainda uma rede de drenagem de águas cinzentas, que têm como destino uma estação de reciclagem (ETAR - Ecodepur BIOX VT10) e que, após a recolha e tratamento nesta unidade, são encaminhadas para o depósito de água reutilizável.

A água acumulada nos depósitos é utilizada para rega, alimentação dos autoclismos, urinóis e torneiras de lavagem na sala dos lixos e garagem.

- **Elevadores:** O conjunto de novos elevadores instalados, estão equipados com sistema de regeneração de energia.
- **Pontos de recarga para carros elétricos:** Ampliação do número de pontos de recarga para carros elétricos – Total em 2025 = 60
- **Resíduos:** Implementada a separação e tratamento de resíduos: Papel e cartão, vidro, plástico e pilhas.

Em 2025, pela primeira vez, o Grupo Santander alcançou 100% de eletricidade de origem renovável nas suas dez principais geografias, cumprindo assim o objetivo estabelecido em 2020. A nível do Banco Santander Portugal contribuimos para esse objetivo desde 2023. Desse total, 2,2% é gerado através de autoprodução nos nossos próprios edifícios, o que equivale a 16 GWh.

2.5 Vias de implementação e ações adicionais

GRI 2-29

2.5.1 Estratégia de participação com outros key stakeholders

Os bancos são um facilitador da transição e, como tal, não devem ser considerados como os únicos impulsionadores deste processo.

Para que os bancos possam apoiar a transição dos seus clientes, é necessário que existam condições propícias. O nosso objetivo é contribuir de forma construtiva para o

debate sobre a transição, trazendo o nosso conhecimento, de modo que a evolução das políticas apoie um crescimento sustentável. Neste sentido, é necessário reconsiderar a abordagem regulatória e “centrada nas finanças” predominante na transição adotada até à data, reconhecendo que o setor financeiro é um facilitador, mas não pode ser o único motor dos investimentos dos setores rumo a uma transição com baixas emissões de carbono.

Além disso, é fundamental reconhecer como prioridade o apoio dos bancos às empresas com elevadas emissões na sua transição para modelos de produção mais limpos. Isto implica que as nossas emissões financiadas possam aumentar durante este processo, o que não reflete um desalinhamento, mas sim o nosso compromisso com a transição: acompanhamos os nossos clientes na sua transformação, não desinvestimos deles nem das economias que servimos.

Existe uma oportunidade relevante para estabelecer os mecanismos adequados que facilitem a transição global. Esse é precisamente o foco adotado pela Comissão Europeia com o pacote *Omnibus*, orientado para simplificar o conjunto normativo, integrando explicitamente o objetivo de competitividade e tornando-o compatível com o enquadramento de sustentabilidade. A revisão do quadro da CSRD, da Diretiva sobre Diligência devida em Sustentabilidade Corporativa (CSDDD) e da Taxonomia é um exemplo evidente de como este debate se traduziu em medidas concretas. Além disso, como reconhecido por Mario Draghi no seu relatório, os objetivos de sustentabilidade devem vir acompanhados de políticas industriais que permitam alcançá-los de forma eficaz. Reduzir a complexidade e a carga regulatória permitirá aplicar melhor o enquadramento e reforçar a competitividade e o crescimento empresarial.

Finalmente, um quadro que impulse a transição não deveria aumentar os requisitos de capital por riscos ESG, dado que o Pilar 1 já integra o seu impacto. Aumentar as necessidades de capital seria contraproducente e acrescentaria barreiras à transição, especialmente nas economias emergentes e nos setores que precisam de transitar.



Para mais informações sobre a nossa estratégia de participação com autoridades, supervisores, ONG, etc., consultar a secção 1.3 **Relação com os nossos grupos de stakeholders**.

Associações e grupos de trabalho

As iniciativas com outras empresas e governos podem ajudar-nos a partilhar boas práticas e acelerar o progresso. O Santander, a nível de grupo e local, participa em diferentes

organizações, alianças e grupos de trabalho: colabora com entidades internacionais e locais (associações setoriais, *think tanks*, universidades, pares e outros) para avançar nos objetivos globais e da empresa, em linha com o ODS 17 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) sobre Parcerias para alcançar os objetivos.

Também colabora com organizações de referência para fortalecer o papel dos bancos na gestão das alterações climáticas e da natureza, como o *World Economic Forum*, *UNEP FI*, *Banking Environment Initiative*, a *Partnership for Carbon Accounting Financials* (PCAF), o *TNFD Forum*, a *Energy Efficiency Financing Coalition* e a *Carbon Measures*.

2.5.2 Governo & políticas

Funções, responsabilidades e políticas de incentivos

Órgãos de supervisão das alterações climáticas e da transição verde

O plano de transição climático do Grupo Santander, como parte do presente relatório, foi aprovado pelos diferentes órgãos de administração, direção e supervisão descritos na Nota de Sustentabilidade 2. Os vários objetivos de alinhamento das carteiras setoriais foram revistos pelo comité de banca responsável, sustentabilidade e cultura e posteriormente aprovados pelo conselho de administração. Adicionalmente, a estes órgãos é apresentado periodicamente o progresso destes objetivos, bem como os avanços na agenda climática.



Para mais informações sobre o plano de transição do Grupo Santander, consultar a nota NS 4. **Plano de transição climática do Relatório de Sustentabilidade do Grupo Santander**.



Para mais informações sobre os órgãos de governo ESG, consultar a nota NS 2. **Governo da sustentabilidade**.

O clima nos esquemas de incentivos

Desde 2020, os objetivos de sustentabilidade refletem-se nos esquemas de remuneração variável do Grupo Santander e das unidades e, desde 2022, nos incentivos de longo prazo.

Em 2025, foram aprovadas na assembleia geral de acionistas as métricas de sustentabilidade, consistentes com os nossos objetivos, para os incentivos de longo prazo dos executivos de topo em 2025-2027, com uma ponderação de 20%.

50% do quadro de indicadores de sustentabilidade está relacionado com o apoio à transição para uma economia de baixo carbono através do financiamento verde desembolsado e facilitado pelo Grupo Santander, incluindo melhorar os dados climáticos, avançar nas ações para alinhar carteiras, melhorar a oferta de produtos sustentáveis para satisfazer as necessidades do mercado, integrar ainda mais o risco climático e ambiental, e o objetivo de apoiar a ação política e o desenvolvimento do mercado.



Para mais informações sobre os fatores climáticos incluídos nos esquemas de incentivos, consultar a secção 1.4 Governo da sustentabilidade.

Principais áreas envolvidas na implementação da estratégia de alterações climáticas

Em 2025, continuámos a integrar a gestão climática na atividade habitual em negócio, risco e sustentabilidade. A nível de grupo o CIB tem uma equipa dedicada ao alinhamento de carteiras, com o respetivo governo, e *Wealth* continuou a fortalecer e atualizar os órgãos e políticas que supervisionam e coordenam a sua estratégia ISR. SCF conta com vários grupos de trabalho que se reúnem mensalmente para tratar de projetos e temas mais executivos de sustentabilidade, e trimestralmente para rever avanços na agenda de sustentabilidade.

O Banco Santander Portugal participa num processo coordenado pela área de Sustentabilidade do Grupo. O objetivo é avançar na agenda de alinhamento, promover a troca de conhecimento e experiência e procurar sinergias no desenho de planos de transição fiáveis. Cumprimos as leis de acesso justo e outras leis e regulamentos locais pertinentes.

Existem outras iniciativas e grupos a nível corporativo que apoiam a governação, reunindo-se periodicamente para implementar a nossa agenda de alterações climáticas e informar sobre as atualizações regulamentares. Por exemplo, o nosso grupo de trabalho de sustentabilidade de políticas públicas atualiza a regulamentação climática e de sustentabilidade que se avizinha; um grupo de trabalho de radar regulatório reúne-se trimestralmente para rever o progresso na implementação das regulações de sustentabilidade; um grupo de trabalho de pegada ambiental mede a nossa pegada e revê formas de a reduzir; e um grupo de trabalho de obrigações sustentáveis supervisiona as emissões de obrigações sustentáveis do Grupo Santander e das suas subsidiárias.

Reuniões de classificação ESG

Como parte da avaliação e etiquetagem de transações segundo

critérios de sustentabilidade, realizamos reuniões de classificação lideradas pela função de Riscos e/ou pelo negócio sustentável.



Para mais informação, consultar Reuniões de classificação ESG na secção 2.3.2 Ciclo de gestão de riscos.

Auditoria interna

A função de auditoria interna inclui na revisão o risco climático; para mais informação, consultar a nota NS 2. Governo da sustentabilidade.

Políticas e guias

Contamos com diferentes quadros e políticas que estabelecem os princípios, processos e responsabilidades de gestão dos critérios ESG em todo o Grupo Santander.

O Grupo Santander estabelece políticas, procedimentos e diretrizes ESG que se adaptam à regulamentação local e se aplicam a todas as unidades.

Revemos sistematicamente o alcance das políticas para adotar normas ESG de acordo com as melhores práticas internacionais.

As principais são a política de gestão de riscos ESRM e a política de banca responsável e sustentabilidade.



Para mais informações sobre a nossa política de gestão de riscos E&S, consultar a secção 3.2.3 Gestão de aspetos ambientais e sociais.



Para mais informações sobre as principais normativas internas que apoiam a integração de critérios ESG no nosso modelo de negócio, consultar a nota NS 2. Governo da sustentabilidade.

Capacitação e desenvolvimento de competências em clima

Concretamente no tema climático, desenvolvemos diferentes iniciativas para melhorar as capacidades, adicionais à formação em sustentabilidade que se detalha na secção 3.1.1 Talento e desenvolvimento de competências.

3. Apoio aos nossos colaboradores, comunidades e clientes

(Informação social)

3.1 Os nossos colaboradores

A nossa abordagem para atrair e reter os melhores talentos baseia-se em³⁰:

- oferecer uma proposta de valor atraente para os profissionais, na qual encontrem oportunidades reais para crescer e desenvolver todo o seu potencial, formas inovadoras de trabalhar, projetos que os motivem e uma cultura partilhada.
- oferecer condições ótimas que garantam a saúde e o bem-estar dos colaboradores, com uma remuneração justa e competitiva e com iniciativas que permitam uma melhor conciliação entre a vida pessoal e profissional.
- promover uma cultura³¹ meritocrática e inclusiva, na qual todas as pessoas se sintam valorizadas.

A área de Pessoas e Cultura coloca o colaborador no centro da sua estratégia disponibilizando ferramentas *best-in-class*, que tornem o Banco Santander Portugal num empregador de referência no mercado. e reforçando que as pessoas têm um papel determinante na sua transformação.

Num ano marcado pela aceleração da estratégia global e local, continuámos a afirmarmo-nos como um verdadeiro parceiro do negócio, impulsionando mudanças estruturais que reforçaram a cultura de proximidade e confiança, elevando a experiência dos nossos colaboradores e colocando o talento no centro das decisões. Esta criação de valor assenta em 3 pilares fundamentais:



³⁰ Para mais informações sobre o diálogo com os nossos colaboradores, consultar as secções 1.3 Relação com os nossos grupos de *stakeholders* e 3.1.4 A nossa estratégia de escuta e experiência do colaborador.

³¹ Para mais informações sobre a nossa cultura, consultar a secção 4.1 Cultura empresarial.

3.1.1 Talento e desenvolvimento de competências

GRI 2-7, 2-19, 3-3, 401-1, 404-2, 404-3

Nesta secção, explicamos como gerimos o seguinte IRO:



Promoção do desenvolvimento contínuo dos colaboradores e do seu crescimento pessoal, oferecendo programas de aprendizagem e desenvolvimento.

Os nossos colaboradores devem estar bem preparados e ter as competências e *know-how* necessários para desempenhar as suas funções, alcançar os melhores resultados e antecipar as necessidades dos clientes e da organização como um todo.

Para efeitos do presente Relatório e à semelhança dos anos anteriores, o Banco Santander Portugal define colaboradores como pessoas que tenham contrato de trabalho com qualquer uma das empresas que integram o nosso perímetro consolidado e cujo contrato se mantenha em vigor à data da publicação.

4.698

Colaboradores

i. Atrair talento

A nossa estratégia de atração de talento está centrada em posicionar o Banco Santander Portugal como uma referência enquanto marca empregadora, assegurando uma excelente experiência de recrutamento, integração dos candidatos e respondendo rapidamente às necessidades do negócio.

Em 2025, concentrámo-nos em:

- Sermos mais ágeis e acessíveis.** Por via de novos processos e da digitalização, reduzimos o tempo de recrutamento, melhorámos a experiência dos candidatos e desenvolvemos uma página global de recrutamento, para a divulgação de todas as vagas de talento jovem.
- Termos uma oferta customizada.** Focados na atração de talento STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), lançámos dois programas de *Graduates*, um global e um local para reforçar estas competências nas áreas de Retalho e Comercial e nos Serviços Centrais. Para as restantes admissões continuámos a entregar programas estruturados de *onboarding* que potenciam o compromisso e a retenção, através de uma forte cultura empresarial.
- Reforçar a nossa proposta de valor:** A nível global, iniciámos o desenho, em conjunto com as restantes geografias do Grupo Santander, de uma *Employer Value*

Proposition global e demos continuidade aos programas de mobilidade internacional. Localmente renovámos a nossa certificação *Top Employer* e de Empresa Familiarmente Responsável e revisitámos a nossa política retributiva de forma a promover a meritocracia, a equidade interna e a competitividade externa

Pacto para mais e melhores empregos para os jovens

O Banco Santander Portugal é uma das 50 empresas portuguesas que faz parte do "Pacto Mais e Melhores Empregos para os Jovens", uma iniciativa que conta com o Alto Patrocínio do Presidente da República, cujo objetivo é operar uma mudança real no contexto de vulnerabilidade associado ao emprego dos jovens.

A iniciativa decorre do "Livro Branco Mais e Melhores Empregos para os Jovens", promovida pela Fundação José Neves e pelo Governo, através da Secretaria de Estado do Trabalho.

Com esta parceria, o Banco Santander Portugal compromete-se, até 2026, e através de um conjunto de medidas para reforçar a aposta na contratação e retenção de jovens talentos, garantir-lhes emprego de qualidade, contribuir para a sua formação e desenvolvimento e dar-lhes voz.

O "Pacto para mais e melhores empregos para os jovens" abrange jovens até aos 29 anos, inclusive, e o grande propósito deste documento é aumentar 10% as contratações de jovens nessa faixa etária e que mais de 19% dos jovens dessas empresas aderentes tenham contratos sem termo.

Em 2025 lançámos o **Programa Sustainable Leaders**, um projeto piloto em 17 áreas do banco, com o intuito de formar colaboradores, para que possam desenvolver competências e incorporar a sustentabilidade no dia a dia das suas equipas.

ii. Gestão de talento

Oferecemos experiências e programas para que os profissionais avancem no seu plano de carreira e desenvolvimento pessoal:

- Programas de desenvolvimento adequados aos diferentes níveis e negócios da organização.
- Experiências de mobilidade nacional e internacional, funcional permanente e temporária.
- Formação, promovendo a aprendizagem contínua.

Sendo a gestão do talento um dos três pilares estratégicos da área de Pessoas e Cultura, em 2025, mantivemos uma vigilância atenta às necessidades das nossas áreas. De forma a sermos um verdadeiro parceiro do negócio, com o talento no centro das decisões, desenvolvemos iniciativas que promovem o crescimento individual e perfis de talento mais completos e transversais.

Potenciar Talento:

Queremos garantir que todos os colaboradores têm as competências necessárias para desempenhar a sua função, preparando-os para o Santander do futuro. Centralizámos a divulgação de vagas, promovemos uma cultura de aprendizagem contínua e disponibilizámos ferramentas para que líderes e colaboradores possam potenciar o seu desenvolvimento profissional no Banco Santander Portugal.

Gestão de talento:

- **Avaliação de potencial** – em 2025, a avaliação de potencial foi incluída no modelo *MyContribution*, centralizando num processo único a avaliação de potencial e desempenho, garantindo, assim, que todos os colaboradores têm o seu potencial identificado, e que a gestão de talento é feita de acordo com o mesmo.
- **Planeamento da sucessão** – solidificámos os nossos planos de sucessão, garantindo o planeamento da sucessão de todas as posições-chave, assegurando a diversidade nos planos e a sua aplicabilidade, quando necessário.
- **Modelo de competências** – promovemos e reforçámos a importância da autorreflexão e desenho de planos de desenvolvimento individual de cada colaborador, com vista a apoiar o *reskilling* e *upskilling*.

Modelo de desenvolvimento – Otimizámos a utilização do modelo de desenvolvimento implementado em 2024. Tirando partido de ter modelo único para todos os colaboradores, estabelecemos a relação entre as diferentes carreiras comerciais, as vagas disponíveis e o modelo de desenvolvimento, garantindo a clareza das funções existentes no Grupo Santander, criando uma linguagem única e simplificando os processos de gestão de pessoas.

Para líderes:

- **Role of the Manager** – em 2025 implementámos um novo modelo de liderança, um modelo global que se aplica a todos os líderes Santander, que promove o alinhamento entre todas as geografias e clarifica o que é esperado dos nossos líderes.
- **Funções de topo** – em 2025 realizámos dois exercícios de desenvolvimento de liderança. Um global, que contou com a participação de 34 líderes de topo de diferentes áreas e um local, focado no desenvolvimento dos 60 líderes das diferentes áreas comerciais.

A mobilidade é importante

A nossa *Global Careers Strategy* engloba estratégias simples e transparentes de mobilidade que se alinham com o negócio e necessidades dos colaboradores. Destaca-se:

- **Global Job Posting** – oferece aos colaboradores a hipótese

de se candidatarem para trabalhar no próprio país ou em outros países, áreas ou empresas do Grupo Santander.

- **Mundo Santander** – um dos programas de talento emblemáticos do Grupo Santander desde 2008. Tem vindo a apoiar o desenvolvimento de colaboradores que participaram em projetos estratégicos de curta duração, noutros países, num período entre 3 a 6 meses.
- **Programa Swap** – é um programa específico de mobilidade denominado *Swap*, que prevê a troca cruzada, entre países, de participantes de áreas similares.

Ao longo de 2025, realizou-se uma nova edição do programa **Mundo Santander/Swap**, que contou com a participação de seis colaboradores portugueses em projetos internacionais. Paralelamente, o Banco Santander Portugal acolheu cinco participantes de diferentes nacionalidades, integrados em projetos desenvolvidos pelas nossas equipas em diversas áreas do Banco.

No âmbito da **mobilidade internacional permanente**, quatro colaboradores portugueses foram destacados para outras geografias do Grupo Santander: dois para o Santander Espanha, um para o Santander Reino Unido e um para o Santander Brasil.

iii. Aprendizagem e desenvolvimento

No Banco Santander Portugal, o desenvolvimento das capacidades dos nossos colaboradores é fundamental para executar a nossa estratégia e acelerar a transformação do Grupo Santander. A política global de aprendizagem e desenvolvimento estabelece o quadro que rege todas as nossas ações nesta matéria. O nosso objetivo é que todos os colaboradores estejam preparados para o futuro através do acesso a experiências de aprendizagem de alta qualidade, relevantes e personalizadas, promovendo uma cultura de responsabilidade e aprendizagem contínua.

Banco Santander Portugal

Deste modo, no Banco Santander Portugal promovemos uma cultura de aprendizagem contínua, disponibilizando ferramentas e oportunidades que permitem aos nossos colaboradores, manterem-se atualizados sobre diferentes áreas de conhecimento, sejam regulatórias ou com vista a aquisição de novas competências.

Formação obrigatória

De acordo com a nossa cultura e estratégia de risco, disponibilizamos formação e e-learning necessários para garantir o conhecimento da regulamentação e dos principais riscos.

DOJO

Reconhecendo o talento como o maior ativo para o futuro do

banco, o Banco Santander Portugal aposta numa renovação contínua das metodologias de aprendizagem, alinhando-se com as melhores práticas do mercado e a estratégia global do Grupo Santander.

O *Dojo*, a nossa Plataforma de Formação e Aprendizagem, está na vanguarda das tendências de formação e através de inteligência artificial sugere formações à medida de cada colaborador. São mais de 90.000 conteúdos que capacitam os colaboradores e desenvolvem as competências necessárias para tornar o Banco Santander Portugal na melhor plataforma aberta de serviços financeiros, que atua de forma responsável.

Disponível a 100% dos colaboradores, a plataforma oferece uma variedade de formatos adaptados às diferentes formas de aprender - *podcasts*, vídeos, *e-learning*s interativos, resumos de livros e artigos. Esta abordagem flexível e acessível, garante que todos os colaboradores podem aprender ao seu próprio ritmo e de acordo com as suas preferências.

Santander Talks

Com o objetivo de promover a aprendizagem contínua, criámos as *Santander Talks*, apresentadas trimestralmente por oradores internos ou externos, para explorar temas atuais. Ao longo do ano, foram realizadas 4 sessões, com os seguintes temas:

- Finanças pessoais: Como gerir o dinheiro com sabedoria
- Inteligência Artificial: Ameaça ou Oportunidade?
- Sustentabilidade: Realidade ou Mito?
- Saúde e Bem-estar no trabalho, no âmbito da Inclusão.

As sessões podem ser acompanhadas presencialmente ou por *streaming*, ficando, assim, acessíveis a todos os colaboradores.

MentorS

O *MentorS* é o nosso programa de desenvolvimento de mentores desde 2023, que tem como objetivo formar e apoiar aos mentores para estarem mais bem preparados no acompanhamento dos *mentees*. No Banco Santander Portugal oferecemos três tipos diferente de mentoria, para o desenvolvimento de futuros líderes, para o desenvolvimento do talento de alto potencial e para o desenvolvimento do talento recente.

AI.Volution

De forma a acompanhar a evolução tecnológica, a maximizar e otimizar o uso da aplicação *ChatGPT*, em 2025 entregámos uma formação totalmente focada na utilização do mesmo, com momentos síncronos presenciais e assíncronos, capacitámos 401 colaboradores para uma utilização eficaz.

Elevate

Num ecossistema de aprendizagem global para a alta direção

em 2025 iniciámos mais uma edição do *Elevate*. Uma experiência híbrida em *Executive Education* que inclui atividades lideradas por peritos internacionais para reforçar a liderança de topo do Banco Santander Portugal através da aprendizagem contínua e a colaboração para uma cultura comum.

Feedback Accelerator

Uma formação dirigida a líderes do Banco Santander Portugal, com o objetivo de promover uma cultura de feedback contínua e orientada para o desenvolvimento das equipas. Incluiu um percurso *blended* (*e-learning*, sessão presencial de alto impacto e sessão de encerramento), em 2025 capacitámos 532 líderes com uma avaliação média de 4,56/5.

160 mil

Horas de formação

34

Horas anuais por colaborador

Em 152 066 sessões de formação concluídas

98% dos colaboradores concluíram atividades de formação em 2025

3.1.2 Condições de trabalho

GRI 403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-9, 403-10

Nesta secção, explicamos como gerimos os seguintes IRO:



Promoção da saúde, bem-estar e segurança dos colaboradores num ambiente de trabalho seguro e inclusivo, enquanto se apoia a conciliação da vida pessoal e profissional através de políticas que favorecem o equilíbrio entre ambas.



Prejuízo para os colaboradores caso ocorram práticas discriminatórias, condições de trabalho inadequadas, assédio ou incidentes de corrupção.



Promoção do bem-estar geral dos colaboradores e de uma remuneração adequada em condições de igualdade, tendo em conta a meritocracia e as condições dos nossos mercados.



Risco potencial de conflitos com colaboradores caso ocorram violações dos direitos dos trabalhadores.

i. Saúde e bem-estar dos colaboradores

A saúde dos nossos colaboradores está integrada na nossa cultura e estratégia corporativa, com o objetivo de proteger e promover a saúde, a segurança e o bem-estar das pessoas.

Com base nesta estratégia:

- Implementámos sistemas de segurança e prevenção.
- Lançámos iniciativas para o bem-estar integral dos colaboradores.
- Promovemos um ambiente de trabalho seguro e de apoio às situações pessoais de saúde.
- Estimulamos a conciliação da jornada de trabalho com as circunstâncias pessoais por meio de alternativas de trabalho flexíveis.

Estamos empenhados em ser uma das empresas com os colaboradores e o ambiente mais saudáveis do mundo.

Bem-estar

Promovemos a saúde e o bem-estar e sensibilizamos os colaboradores através do nosso programa global de bem-estar *BeHealthy*, que celebrou o seu nono ano em 2025.

O *BeHealthy* tem 4 pilares de desenvolvimento:

- Bem-estar físico – nutrição, atividade física, qualidade do sono, entre outros.
- Bem-estar emocional – tudo o que favorece o bem-estar emocional e a saúde mental.
- Bem-estar social – inclui-se o ambiente de trabalho, bem como as interações com a família e os amigos.
- Bem-estar financeiro – envolvente financeira, pessoal e familiar.

Para além das iniciativas que são desenvolvidas ao longo do ano, dedicamos um dia a atividades *BeHealthy* em todos os países do Grupo Santander.

Em Portugal, foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- *Santander Steps*: Desafio dos 10.000 passos. Por cada 10.000 passos dados, o Banco Santander Portugal doou 1€ a uma instituição de cariz social.
- *Santander Snacks*: Convidámos uma nutricionista para partilhar dicas de snacks práticos e saudáveis para o dia-a-dia.
- *Santander Sounds*: podcasts dedicados a cada um dos pilares *BeHealthy*.

- *Santander Sports*: Através do Grupo Desportivo, incentivámos a prática regular de exercício e de atividades sociais.

Saúde no trabalho³²

Dispomos de convénios e acordos coletivos a nível setorial e bancário, que abrangem a saúde dos colaboradores e a prevenção de riscos laborais. São realizados exames médicos periódicos, ocasionais (regresso de ausência prolongada por doença), mantendo, ao longo do ano, uma colaboração com os órgãos locais competentes de saúde pública.

Os planos de prevenção de riscos laborais são revistos periodicamente para garantir a saúde e o bem-estar dos colaboradores, implementando-se medidas de prevenção ou correção para minimizar os riscos identificados. Esses planos são colocados em prática por meio de:

- Avaliações periódicas dos fatores de risco para a saúde e segurança no local de trabalho e estabelecimento de medidas preventivas para o seu controlo ou eliminação;
- Avaliações periódicas de riscos psicossociais;
- Medidas preventivas nas fases de conceção, contratação ou aquisição de centros de trabalho, mobiliário, equipamentos, produtos e ferramentas informáticas;
- Medidas preventivas nas fases de conceção, contratação ou aquisição de centros de trabalho, mobiliário, equipamentos, produtos e ferramentas informáticas;
- Procedimentos para garantir condições de trabalho seguras.
- Sensibilização e formação contínua em ergonomia, emergências e primeiros socorros aos colaboradores;
- Prevenção de riscos ocupacionais em todas as operações que possam afetar a saúde e a segurança dos

behealthy

7.8 (em 10)

8.9 (em 10)

Saúde e bem-estar como
prioridade
colaboradores.

Bem-estar social através de um
ambiente de trabalho saudável.

Conciliação entre a vida profissional e a vida privada

No âmbito da certificação como empresa familiarmente responsável, destacamos algumas das iniciativas identificadas no Guia do Colaborador, de fácil acesso e consulta:

³² Para mais detalhes sobre absentismo e saúde, consulte as notas de sustentabilidade.

- Dia de aniversário do Colaborador
- Tarde de aniversário do(s) filho(s) até aos 12 anos
- Horas para Voluntariado
- Comparticipação do passe social
- *Mini-Bus* - serviço gratuito de transporte entre algumas estações de metro e as instalações do Banco
- Apoio a filhos com necessidades específicas
- Apoio a ascendentes
- 1º dia de escola dos filhos (1º ciclo)
- Prémios de Excelência para filhos dos colaboradores, que terminam o ensino secundário
- Presente de Natal para filhos de colaboradores até aos 16 anos
- *Coaching* parental
- Apoio às propinas dos filhos
- Cerimónia *Santander Awards* (momento de reconhecimento em várias categorias, entre as quais, para quem celebra 30 anos de Banco, que recebe um relógio).
- Linha Psicólogo
- Desabilitação tabágica

ii. Remuneração e benefícios empresariais

Remuneração e avaliação de desempenho

O modelo de remuneração do Grupo Santander é abrangente e combina regimes variáveis e fixos, com base nos resultados dos colaboradores e da empresa.

A remuneração variável a curto e longo prazo reflete o que alcançamos (objetivos quantitativos e qualitativos ao nível do Grupo Santander, bem como objetivos individuais e de equipa) e como o fizemos (ex.: comportamentos, liderança, sustentabilidade, compromisso, crescimento e gestão de riscos).

Além disso, os colaboradores têm benefícios competitivos em produtos e serviços bancários, bem como seguro de vida de crédito habitação ACT e seguro de saúde.

Os regimes de remuneração fixa refletem as condições do mercado local. Para a remuneração fixa, aplicam-se estritamente os critérios de referência e acordos coletivos em vigor no país.

Equal Pay Gap

A equidade salarial (*equal pay gap* - EPG) mede a igualdade salarial para a mesma função para mulheres e homens no mesmo cargo e no mesmo nível. A comparação não considera

fatores como estabilidade, tempo de atividade, experiência anterior e histórico. Atualmente, no Banco Santander Portugal, o EPG é de 2,8%.

Implementámos programas de remuneração justa para reduzir a desigualdade salarial. Para isso são realizadas revisões sistemáticas vinculadas à remuneração, aos planos de desenvolvimento de carreira e retenção de talento diverso.

Momento	Objetivo
Promoção por Mérito	Reconhecer os colaboradores de acordo com a performance, mediante uma análise paralela do seu impacto em termos de género.
Revisões Salariais	Rever anualmente a política retributiva acautelando o impacto em termos de género e de equidade interna.
Prémio Desempenho Empresa	Promover o equilíbrio do prémio de desempenho empresa base por função, de acordo com a equidade de género.
Recrutamento, Sucessão e Mobilidade	Promover uma política de recrutamento (interno e externo), Sucessão e de Mobilidade que potencie o equilíbrio das condições retributivas entre género.

My Contribution



3.1.3 Cultura inclusiva

GRI 2-7, 3-3, 401-2, 403-1, 403-5, 403-6, 405-1

Nesta secção, explicamos como gerimos o seguinte IRO:



Promoção de uma força de trabalho que reflita a realidade do nosso entorno e promova a colaboração e a igualdade de oportunidades para todos os colaboradores, independentemente de características pessoais e em cumprimento da lei.

Uma cultura inclusiva é um pilar essencial da nossa estratégia e cultura empresarial, e um princípio transversal na gestão do Grupo Santander, equipas inclusivas tomam melhores decisões, inovam mais e representam melhor as comunidades que servem.

Promovemos o mérito e a igualdade de oportunidades, incentivamos o talento diversificado e, em conformidade com a legislação e regulamentação local aplicável, em linha com os padrões internacionais de conduta e responsabilidade empresarial.

Em 2025 mantivemos o programa de apoio ao desenvolvimento, empregabilidade e inclusão, de pessoas com deficiência, com o foco nos seguintes objetivos:

- Selecionar e integrar o melhor talento, independentemente da necessidade específica do colaborador;
- Garantir, após a integração, a equidade e a inclusão permitindo o desenvolvimento, independentemente da condição, género, deficiência, idade, ou outra condição;
- Estar próximo das instituições e universidades onde podemos encontrar o talento que necessitamos;
- Continuar a contribuir para a consolidação de uma cultura diversa e inclusiva no Banco Santander Portugal, através do apoio das nossas comunidades de colaboradores, facilitando o incremento de um ambiente de trabalho equitativo, promovendo o crescimento sustentável e o impacto social positivo.

Ao longo de 2025, apoiámos diversas instituições e empresas, partilhando o nosso conhecimento e experiência com o intuito de lhes dar o suporte necessário para fazerem face aos desafios colocados pela Diversidade e Inclusão.

Outras iniciativas no âmbito da nossa cultura inclusiva

Recrutamento e inclusão

- Acompanhámos com proximidade os colaboradores com necessidades específicas elaborando planos de desenvolvimento e garantindo o acesso às metodologias de desenvolvimento disponíveis para todos os colaboradores;
- Participámos em 15 fóruns de emprego e envolvemos os managers no processo de seleção e integração;
- Colocámos foco na normativa determinada pela Lei Europeia de Acessibilidade (EAA) que determina a adequação dos espaços físicos, produtos, serviços, processos e formas inclusivas de atendimento ajustadas às especificidades das deficiências de cada cliente. Importa também realçar o nosso esforço na adequação dos canais digitais de interação com os clientes;
- Efetuámos a auditoria aos nossos balcões piloto em colaboração com *startup* portuguesa de impacto social, a *Access Lab*, testando e validando a acessibilidade implementada permitindo a sua adequada implementação na rede comercial do Banco Santander Portugal;
- Deste modo estamos a criar condições que nos permitam integrar novos colaboradores com deficiência e, a permitir aos atuais, oportunidades de mobilidade funcional. No final de 2025 empregámos no Banco Santander Portugal 3,2% de colaboradores com deficiência, acima da meta legal de 2%.
- Continuámos a desenvolver guias de apoio à nossa cultura de inclusão: Linguagem Inclusiva; Apoio ao Sponsor de DEI; Apoio à Neurodiversidade; Processo de recrutamento Inclusivo;
- Criámos e implementámos ações de formação visando a preparação das equipas sobre diversidade e atendimento. Assim realizámos vários vídeos e um e-book de suporte centrados nas melhores práticas de atendimento de pessoas com deficiências (surdas, mudas, neurodivergentes, cegas, com mobilidade reduzida). Nesta formação que denominámos "Acessivelmente" participaram todos os colaboradores do Banco Santander Portugal. Complementarmente realizámos sessões presenciais de sensibilização para as equipas de projeto, gestores de atendimento, *sponsors*, ...);
- Incluímos o atendimento inclusivo na formação das equipas em articulação com o *One Experience*, programa que visa a otimização da qualidade de atendimento aos nossos clientes. Através da parceria com a Organização *Mind Alliance*, dedicámos uma das edições *Santander Talks* ao tema da saúde e bem-estar no local de trabalho, com foco na diversidade, inclusão e igualdade e refletindo sobre a criação de ambientes de trabalho que garantam esta realidade.

Através das iniciativas de DEI que desenvolvemos, somos reconhecidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) como Marca Empregadora Inclusiva 2025.

Temos também a consciência que o foco na DEI impactou no reconhecimento complementar que recebemos, nomeadamente: *Top Employer* e efr – Empresa familiarmente responsável.

Mantivemos o apoio às nossas comunidades de colaboradores:

- Comunidade *Be Healthy*
- *Santander Enable Network*
- Comunidade de Voluntariado
- *Santander Women's Network Portugal*
- *Santander Embrace Network*

Colaboração externa

- Desenvolvemos projetos de recrutamento inclusivo e trabalhamos o *reskilling* envolvendo o ICF, a PRO_MOV e a Associação Salvador;
- Colaborámos com a *Grace* – empresas responsáveis, no âmbito do desenvolvimento de projetos colaborativos nomeadamente ao nível da estruturação de um modelo de suporte à DEI pelas empresas.

Sensibilização Interna

- Participámos em diversas iniciativas alusivas à deficiência no âmbito de dias nacionais e internacionais de sensibilização;
- Participámos numa campanha sobre boas práticas de recrutamento inclusivo em colaboração com o ICF/Nova SBE.

(Re)integração no mercado laboral

Continuámos a colaborar com o programa PRO_MOV, movimento que pretende impactar positivamente a vida de pessoas, permitindo-lhes a (re)integração no mercado laboral.

O PRO_MOV by *Reskilling 4 Employment* é o programa nacional que se insere na iniciativa europeia R4E, concebido pela *European Round Table for Industry (ERT)*, fórum europeu de executivos, cuja missão passa pela promoção da competitividade e a prosperidade, promovendo a formação de profissionais para os empregos de futuro através da requalificação e integração no mercado de trabalho.

Neste momento o ecossistema PRO_MOV conta com mais de 190 empresas em Portugal e 11 laboratórios em ação: Agricultura, Automóvel, *Business Intelligence*, Digital, *Green Jobs*, Indústria, Saúde, Vendas, Turismo, Logística, Construção.

Desta forma identificamos e incluímos pessoas no banco, preparando-as e favorecendo a sua integração no mercado laboral.

3.1.4 A nossa estratégia de escuta e experiência do colaborador

GRI 2-26

Pretendemos colocar o colaborador no centro de tudo o que fazemos:

Construir uma cultura sólida

Somos uma empresa global, unida por uma cultura comum e assente na forma como fazemos o nosso trabalho e nos relacionamentos em equipa. Os nossos comportamentos corporativos – T.E.A.M.S., orientam a forma como trabalhamos e representam a marca Santander. Cada letra representa um comportamento, reforçando a estratégia de pensar no cliente, a importância do trabalho em equipa, a necessidade de abraçar a mudança, de atuar com rapidez e de falar abertamente.

Estes comportamentos estão na base da nossa cultura e representam o Santander Way, a forma como fazemos as coisas.



Think Customer – Penso no cliente

Cuido da relação com os nossos clientes e dou o meu melhor para ganhar a sua confiança e lealdade.

Embrace Change – Impulsiono a mudança

Enfrento novos desafios e procuro novas formas de fazer as coisas como uma oportunidade para crescer.

Act Now – Atuo com rapidez

Tomo iniciativa com responsabilidade e faço as coisas de forma simples.

Move Together – Trabalho em equipa

Promovo a colaboração e trabalho junto dos meus/minhas colegas para alcançar objetivos comuns.

Speak Up – Falo abertamente

Expresso as minhas ideias com respeito e sem medo. Sinto-me confortável a dar e a receber feedback.

A cultura Santander pretende ser, igualmente, uma cultura de confiança, com líderes *fit to role*, que potenciam o desenvolvimento contínuo das suas equipas, e que executam a estratégia do banco de forma Simples, Próxima e Justa.

Estarmos próximos das pessoas

Em 2025, para consolidar a nossa cultura de proximidade e confiança, alterámos desde a forma como comunicamos a estratégia (ex. lançamento de *town halls* trimestrais sobre estratégia e cultura para toda a empresa) até aos momentos de celebração e reconhecimento (ex. criação do Santander Fest e dos Santander Awards). Estas iniciativas trouxeram coerência, alinhamento e um sentido renovado de pertença.

- **Town Hall:** De forma levar a estratégia e a cultura do Santander a todos os colaboradores, em 2025 realizámos 3 *town halls*, transmitidos em média para mais de 2500 colaboradores, esta nova forma de comunicar trouxe um maior alinhamento organizacional.
- **Santander Fest:** Num momento de celebração único, juntámos 2800 colaboradores e 920 convidados num festival de verão onde fomentámos o espírito de equipa e *networking*.
- **Santander Awards:** Fomos além do reconhecimento pelos 30 anos de banco e pela 1ª vez, realizamos um evento de reconhecimento, onde premiámos 91 colaboradores que se destacam pela sua atitude positiva, colaboração, inovação, *Team Work*, Liderança, Dedicação e Tributo. As nomeações dos prémios atitude positiva, colaboração e inovação, foram feitas pelos colaboradores, onde contamos com mais de 1600 votações.

Melhoramos a experiência do colaborador, tornando-a mais simples e ágil, através da implementação novas ferramentas (eg. *One HR support*, “Conhece o teu *People Partner*”, entre outros) e da automatização processos e centralização da

informação (*manager insights hub*, marcação de férias, recibo de vencimento). Estas iniciativas trouxeram mais clareza ao dia-a-dia dos colaboradores e permitiram-nos ser mais eficientes.

- **One HR Support:** Desenvolvemos uma plataforma que centraliza num portal único as dúvidas e pedidos dos colaboradores em diferentes temas de Recursos Humanos, de forma a conseguirmos responder a todos os colaboradores de forma mais célere e eficiente.
- **"Conhece o teu People Partner"** num formato *webinar* onde cada *Strategic Value Partners (SVP)*, falou com todas as equipas que acompanham e tiveram oportunidade de se darem a conhecer, identificar o seu papel e os principais momentos do ano. Esta iniciativa permitiu chegar a mais de 3.000 colaboradores, fortalecendo a relação das pessoas com o seu SVP, contribuindo para uma experiência positiva.
- **Acesso à informação:** Automatizamos a partilha de alguma informação, como o registo das férias e redesenhámos documentos de apoio, como o recibo de vencimento com informação mais clara e detalhada para todos os colaboradores,

A força da cultura do Banco Santander Portugal é reconhecida fora do banco.

Fomos certificados como *Top Employer 2025* em Portugal pelo *Top Employers Institute*, empresa que certifica as melhores políticas e práticas globais de Recursos Humanos, no que respeita a: estratégia de pessoas, ambiente de trabalho, aquisição e retenção de talento, aprendizagem e desenvolvimento, saúde e bem-estar, diversidade, equidade e inclusão, entre outros.

Mantemos também, como elemento diferenciador da nossa estratégia de Pessoas e Cultura, a certificação como Empresa Familiarmente Responsável (efr), atribuída pela Fundação Mais Família, desde 2010. Esta certificação tem vários níveis de classificação e o Banco Santander Portugal tem, desde 2020, o nível "A - Excelência", refletindo o objetivo do banco em proporcionar um ambiente de bem-estar e de conciliação entre a vida pessoal e profissional a todos os colaboradores.

Temos uma estratégia de escuta ativa

Colocando em prática um dos comportamentos T.E.A.M.S. - *SpeakUp*, com vista a promover uma cultura de confiança, mantivemos o inquérito de clima organizacional interno - *Your Voice*, com o objetivo de obter feedback dos colaboradores, preservando sempre o anonimato. Este momento constitui também uma oportunidade para retirar insights qualitativos e

feedback para identificar oportunidades de melhoria.

Em 2025, tivemos os seguintes resultados:

	Participação agregada	Engagement	eNPS ³³
Portugal	87%	8,1	49

Para estes resultados contribuíram as medidas que estão disponíveis para os colaboradores e que vão ao encontro do objetivo de sermos uma empresa familiarmente responsável e uma das melhores empresas para trabalhar em Portugal.

Pontos fortes:

- **Estratégia:** o Banco Santander Portugal é um banco responsável e cumpre a sua missão de ajudar pessoas e empresas a prosperar nas comunidades onde está presente.
- **Compatibilidade organizacional:** os benefícios e serviços do Banco Santander Portugal permitem cuidar da saúde e bem-estar.

Oportunidades:

- **Carga de trabalho:** garantir que a carga de trabalho atribuída é sustentável a longo prazo.



- **Reconhecimento:** reconhecer, cada vez mais, o contributo e o bom desempenho de cada um.

3.2 Desenvolvimento sustentável das nossas comunidades

GRI 3-3, 203-1, 203-2, 413-1

Consideramos comunidades afetadas aquelas onde o Banco Santander Portugal está presente como entidade, seja através dos seus negócios ou das suas atividades de apoio à comunidade, e que incluem grupos específicos mencionados ao longo desta secção.

³³ O eNPS (*employee Net Promoter Score*) é um método de medir a satisfação dos colaboradores.

3.2.1 Apoiamos a economia e o desenvolvimento social das nossas comunidades

GRI 203-1

Nesta secção, explicamos como gerimos o seguinte IRO:



Promoção do crescimento económico e da criação de emprego nas regiões em que operamos, proporcionando empréstimos a pessoas e empresas.

i. Ajudamos pessoas e empresas a progredir

O Grupo Santander ajuda pessoas e empresas a progredir através de financiamento e investimento:

- 318,3 mil milhões de euros de financiamento para a criação ou crescimento de empresas (incluindo 743 mil PME e trabalhadores independentes).³⁴
- 129,9 mil milhões de euros de ativos geridos em

investimento socialmente responsável, atingindo o nosso compromisso de 100 mil milhões de euros com 9 meses de antecedência.

No Banco Santander Portugal já ajudamos com:

- 3,6 mil milhões de euros para financiar a compra de habitação e 665 milhões de euros para adquirir outros bens.
- 175 mil de novas pessoas abrangidas por medidas de inclusão financeira desde 2023, contribuindo para atingir a meta do Grupo Santander 5 milhões de pessoas até 2025 com meio ano de antecedência.
- 7 milhões de euros de contribuição para apoiar as comunidades, dos quais 5,3 milhões de euros foram destinados a promover o ensino superior, a empregabilidade e o empreendedorismo (as 3 E) através do Santander Universities, contribuindo para os 163,7 milhões de euros investidos pelo Grupo Santander.

3.2.2 Investimento responsável e financiamento social

Nesta secção, explicamos como gerimos o seguinte IRO:



Contribuição para o desenvolvimento sustentável através de atividades de financiamento e investimento que promovam o desempenho sustentável nas empresas, abordem os desafios da sociedade, mitiguem um problema específico ou procurem alcançar melhores resultados na sociedade.

i. Financiamento social

No âmbito das suas atividades de financiamento o Banco Santander Portugal apoia atividades sociais, relacionadas com o setor da saúde, educação, apoio a populações vulneráveis, entre outras. A classificação das operações como sociais é feita para melhorar a identificação, gestão e comunicação deste tipo de financiamento, seguindo o mesmo modelo operacional global e os mesmos sistemas utilizados para o financiamento ambiental ou sustentável.

Durante 2025, o Grupo Santander formalizou 18 acordos que incluem compromissos em torno do financiamento sustentável

com Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Em 6 desses acordos, que representam um volume de 1,729 mil milhões de euros, estão incluídos compromissos específicos de financiamento social, centrados principalmente em ampliar o acesso ao crédito de PME lideradas por mulheres, jovens agricultores e outros segmentos carenciados. Estes acordos de empréstimo, titularização e garantia permitirão impulsionar o crescimento de empresas e empreendedores com maiores barreiras de acesso ao sistema financeiro.

Seguros

Em 2025, mantivemos o nosso foco em continuar a desenvolver produtos para a proteção de grupos vulneráveis ou situações decorrentes de contextos/geografias específicas com baixa proteção. Continuaremos a colaborar com os nossos parceiros para impulsionar essa oferta de produtos e reforçar a gestão dos investimentos das nossas seguradoras com critérios de ISR.

Banca Privada

Os ativos ISR do Grupo Santander ascenderam a 58,4 mil milhões de euros, incluindo fundos alternativos em termos de capital comprometido. Ao nível do Grupo, a lista global de

³⁴ Stock de crédito em 31 de dezembro de 2025. Os dados relativos a PME e trabalhadores independentes referem-se a clientes únicos com

empréstimos e/ou créditos em vigor no final de 2025. Não inclui informações relativas ao Santander Bank Polska, S.A. e suas empresas dependentes.

fundos suscetíveis de serem aconselhados aos clientes era composta, na sua grande maioria, por fundos artigo 8º e 9º ao abrigo da regulamentação SFDR na UE.

Ao longo de 2025, mantivemos a publicação de notas temáticas para os nossos clientes na nossa página web global, abordando questões como a sustentabilidade versus IA, o armazenamento de energia ou as obrigações GSS+ (sigla em inglês para verdes, sociais e sustentáveis).

Também avançamos na formação de equipas de banqueiros especializados em sustentabilidade, com recursos específicos sobre aspetos ESG. Esta especialização melhora o diálogo com os clientes, a identificação das suas necessidades no âmbito da sustentabilidade e impulsiona o seu nível de conhecimento em matéria de investimento sustentável.



Para mais informação, consultar
santanderprivatebanking.com

3.2.3 Gestão de aspetos ambientais e sociais

GRI 413-1

Nesta secção, explicamos como gerimos o seguinte IRO:



Disponibilização de financiamento para atividades em qualquer segmento de clientes, contrariando as políticas do Banco, podendo prejudicar o bem-estar de gerações presentes ou futuras, ou não envolver suficientemente os grupos de *stakeholders* apropriados, ou não dispor de mecanismos adequados de identificação e gestão.

i. A nossa política de gestão de riscos ambientais e sociais

A Política de gestão de riscos ambientais e sociais (A&S) está estruturada à volta de um conjunto de princípios que refletem o apoio a uma transição justa e sustentável, impulsionada pelo crescimento e em cumprimento com a lei e normativas locais aplicáveis.

Esta política (ESRM - *Environmental & Social Risk Management*, em inglês), atualizada anualmente e de acesso público, estabelece os critérios referentes a investimento em entidades e/ou o fornecimento de produtos e/ou serviços financeiros a empresas e clientes, que desenvolvem a sua atividade no petróleo e gás, geração e transporte de energia elétrica, exploração mineira e metalurgia, assim como as decorrentes de negócios com "*Soft Commodities*". Além disso, em conformidade com a legislação e normativas locais aplicáveis presta especial atenção à conservação da biodiversidade com

foco no risco potencial de deflorestação com clientes agroindustriais no bioma amazónico e na degradação da natureza. Deste modo a política estabelece os critérios de restrição e de especial atenção para os setores mencionados. Numa perspetiva social, a política ESRM encontra-se alinhada com as normas e referências internacionais, tal como o Pacto Mundial das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho, a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Declaração do Rio sobre o Ambiente, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, os Princípios do Equador e os standards para o desempenho social e ambiental e as notas explicativas da Corporação Financeira Internacional (IFC). Neste sentido a política estabelece critérios de restrição e requisitos de análise para os seguintes casos, aplicados em todo o caso, em cumprimento com a lei e normativa locais aplicáveis:

- Qualquer projeto ou atividade de extração de petróleo e gás, geração ou transporte de eletricidade, exploração mineira, indústria transformadora, plantações ou grandes projetos de infraestruturas que ponham em risco áreas classificadas como sítios Ramsar, da Lista do Património Mundial ou pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) como categorias I, II, III ou IV.
- Projetos que, de acordo com a Norma de Desempenho 7 da IFC - Populações Indígenas, requerem o Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC) e que não cumpram a Norma de Desempenho 7 da IFC nem disponham de um plano de ação credível para o seu cumprimento.
- Com base nos princípios e critérios definidos na nossa política, a análise de clientes e projetos é realizada caso a caso por analistas, considerando os riscos específicos do cliente e da operação, em conformidade com as leis e normativa local aplicável.
- Atividades dos clientes, relações comerciais ou transações que estejam ou possam estar comprovadamente ligadas a violações sérias ou graves dos direitos humanos ou das normas internacionais de direitos humanos.
- Os grupos CIB³⁵ dos setores aplicáveis são analisados através de questionários preenchidos pelo gestor comercial e alvo de avaliação global de riscos ESCC (*Environmental, Social and Climate Change*) por uma equipa de analistas.
- As áreas de Riscos e de *Compliance* realizam uma análise mais exaustiva nos casos em que se detetam alertas relevantes. O resultado destas análises (e o seu impacto em outros riscos, como o de crédito) é apresentado nos comités de aprovação de risco do Banco Santander Portugal e considerado no processo de tomada de decisão.

³⁵ Setores cobertos pela Política de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais e adicionalmente setores táticos incluídos no Procedimento CIB.

- De acordo com a metodologia adotada para a análise dos planos de transição climática dos nossos clientes, no âmbito da avaliação anual de riscos ESCC dos Grupos CIB pertencentes a setores para os quais foram estabelecidos objetivos de descarbonização (nomeadamente, petróleo e gás, geração de energia, automóvel, aço e aviação), os clientes são classificados com base nas suas emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) atuais, nos objetivos futuros destas emissões e gestão dos riscos de transição.
- Adicionalmente, em Portugal, para o segmento de Empresas existe um procedimento local de avaliação de riscos ESCC, com o objetivo de aferir a conformidade com a política e os impactos ambientais e sociais, aplicável aos seguintes casos: grupos que operam em sectores de política ESRM e táticos e onde este tipo de riscos sejam materiais; Operações de financiamento corporativo que cumpram determinados limiares de materialidade e envolvam nova construção, expansão ou remodelação de ativos. Os elementos de riscos relacionados com o meio ambiente e as alterações climáticas são considerados fatores que poderão influenciar os riscos existentes a médio e a longo prazo. Estes elementos incluem, por um lado, os derivados dos efeitos físicos das alterações climáticas, gerados por eventos pontuais bem como por alterações crónicas no ambiente e, por outro, os derivados do processo de transição para um modelo de desenvolvimento com menores emissões, incluindo as alterações legislativas, tecnológicas ou comportamentais dos agentes económicos. No Santander integramos os fatores ambientais e sociais na gestão ativa dos riscos, de acordo com um critério de priorização setorial, contribuindo para um crescimento sustentável e inclusivo, protegendo os direitos humanos.

Os elementos de riscos relacionados com o meio ambiente e as alterações climáticas são considerados fatores que poderão influenciar os riscos existentes a médio e a longo prazo.

Estes elementos incluem, por um lado, os derivados dos efeitos físicos das alterações climáticas, gerados por eventos pontuais bem como por alterações crónicas no ambiente e, por outro, os derivados do processo de transição para um modelo de desenvolvimento com menores emissões, incluindo as alterações legislativas, tecnológicas ou comportamentais dos agentes económicos.

No Banco Santander Portugal integramos os fatores ambientais e sociais na gestão ativa dos riscos, de acordo com um critério de priorização setorial, contribuindo para um crescimento sustentável e inclusivo, protegendo os direitos humanos.



Para mais detalhes sobre a integração de critérios ambientais, sociais e climáticos na gestão dos riscos, consultar secção 2.3 **Integração de critérios ESG na gestão de riscos.**

ii. Aplicação dos Princípios do Equador

Os Princípios do Equador (PE) constituem uma estrutura voluntária destinada às instituições financeiras para identificar, avaliar e gerir os riscos ambientais e sociais associados ao financiamento de projetos. O Grupo Santander foi subscritor deste *framework* e aplica estes princípios, tendo em conta a normativa local, desde 2009, ao financiamento de projetos (sobretudo relacionados com *Project* e *Export Finance*).

Para este efeito encontra-se implementado um procedimento interno que estabelece um processo de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais (A&S) em Financiamento de Projetos, o qual orienta a aplicação dos PE. A avaliação das transações que potencialmente requerem a aplicação dos PE começa com uma avaliação preliminar realizada pelo *front office*. A área que gere os riscos ESCC sob os Princípios do Equador está integrada no Santander CIB). A equipa de ESCC *Risk* supervisiona esta avaliação preliminar do *front office*, prestando igualmente formação e apoio ad hoc ao *front office*. Com base nas conclusões da avaliação preliminar, é efetuada uma revisão do risco ambiental e social para as transações aplicáveis, de acordo com as seguintes diretrizes:

Para projetos com riscos e/ou impactos ambientais e sociais adversos mínimos ou inexistentes (categoria C), a avaliação preliminar é considerada suficiente.

- Para projetos com potenciais riscos ambientais e sociais adversos limitados e/ou impactos pouco numerosos, geralmente específicos da localização, em grande medida reversíveis e facilmente passíveis de mitigação através de medidas adequadas (categoria B), quando localizados em países designados, o *front office* preenche um questionário de *due diligence*, que inclui os resultados da análise dos aspetos A&S
- Para os projetos das categorias A, com potenciais riscos ambientais e sociais adversos significativos e/ou impactos diversos, irreversíveis ou sem precedentes, bem como projetos de categoria B, que envolvam fatores de elevado risco ou estejam localizados em países não designados, a função de ESCC *Risk* lidera o processo de *due diligence* A&S e elabora um relatório de análise de riscos A&S.
- As conclusões da análise de risco A&S das transações são incluídas no dossier de crédito através do qual se informam os Comitês de Riscos e se toma uma decisão.
- Caso a operação seja aprovada, a aplicação do PE continua durante as fases subsequentes de preparação da documentação contratual, fecho financeiro e monitorização.



Gestão dos riscos/impactos nas comunidades locais

Como parte do processo de *due diligence* no âmbito dos PE, o Santander avalia e assegura que o projeto realiza uma identificação e gestão corretas dos riscos/ impactos ambientais e sociais, bem como que mantém uma boa relação com as comunidades locais, de acordo com os padrões internacionais.

No que diz respeito aos potenciais impactos dos projetos nas comunidades, presta se especial atenção às seguintes situações, assegurando a sua correta gestão:

- Reinstalação/deslocação involuntária (física ou económica) de pessoas.
- Riscos para a segurança e saúde das comunidades vizinhas.
- Impactos em comunidades indígenas. Nestes casos o projeto deve obter o consentimento livre, prévio e informado de acordo com a IFC Performance Standard 7.

iii. Gestão das principais incidências adversas (PIAS)

As atividades de gestão de ativos podem gerar impactos negativos não intencionais na sociedade e no ambiente. O Grupo Santander e as suas gestoras divulgam e gerem as potenciais incidências adversas decorrentes do seu serviço de gestão de carteiras através da medição de uma série de indicadores representativos dos principais fatores de sustentabilidade, tal como estabelecido no procedimento de gestão de PIAS da SAM.

Quando é detetada uma incidência adversa, são analisados vários aspetos com o objetivo de definir mecanismos de mitigação. Entre outros aspetos, são considerados a gravidade do impacto, o seu nível de recorrência, a probabilidade de sucesso das iniciativas de diálogo e o nível de exposição.

3.2.4 Apoio à comunidade

GRI 3-3, 203-1, 203-2, 413-1

Nesta secção, explicamos como gerimos o seguinte IRO:



Contribuição para a educação, a empregabilidade e o empreendedorismo, assim como ao desenvolvimento das comunidades através de programas de apoio.

i. A nossa abordagem

O apoio à comunidade do Banco Santander Portugal centra-se em todas as fases de ensino desde o básico até ao superior, na empregabilidade e no empreendedorismo, bem como na educação financeira e no apoio a pessoas vulneráveis. Além disso, temos um forte historial no apoio a iniciativas culturais e outras iniciativas sociais.

Neste âmbito, a Fundação Santander Portugal, a área Santander Universidades e a *Universia* desempenham um papel complementar no apoio à comunidade do Banco, através de iniciativas filantrópicas promovidas pela Fundação, de programas de educação, empregabilidade e empreendedorismo impulsionados pela área Santander Universidades, e pela atuação da *Universia* enquanto

plataforma ibero americana de serviços não financeiros dedicada à orientação académica, empregabilidade e transformação digital nas universidades.

Adicionalmente, fazemos doações e outras contribuições para projetos e iniciativas, de forma autónoma ou em cooperação com outras organizações e entidades sem fins lucrativos que partilham objetivos semelhantes.

Blog Salto

O *Blog Salto* materializa o compromisso do Banco com a literacia, a capacitação e o progresso sustentável da sociedade. Mais do que um espaço de educação financeira, assume-se como um complemento estratégico aos serviços bancários, disponibilizando conteúdos claros, práticos e acessíveis que apoiam decisões informadas ao longo das diferentes fases da vida - desde as primeiras poupanças às decisões de investimento, da construção de uma carreira ao lançamento de um projeto empreendedor.

Com uma abordagem transversal, o Salto explora temas como finanças pessoais, cibersegurança, bem-estar, família, sustentabilidade e transição energética, empreendedorismo,

gestão de negócios e empresas, refletindo uma visão integrada do desenvolvimento pessoal, económico e social. Porque falar de dinheiro é também falar de escolhas, oportunidades e futuro.

Alinhado com a estratégia de Banca Responsável, o Salto promove a inclusão, reforça a autonomia financeira e contribui para a criação de valor, consolidando o papel do Banco Santander Portugal como parceiro próximo, relevante e comprometido com um crescimento mais consciente e sustentável.

O Banco Santander Portugal está também comprometido com os princípios da acessibilidade digital e alinhado com o enquadramento do Decreto-Lei n.º 82/2022. No *site* público do Banco Santander Portugal e no Blog Salto promove-se uma experiência inclusiva, garantindo que os seus conteúdos respondem às necessidades específicas das pessoas com deficiência, e pessoas com limitações funcionais. A clareza da linguagem, a estruturação da informação e o respeito pelas boas práticas de acessibilidade reforçam o compromisso do Banco com uma comunicação verdadeiramente universal e acessível.

No decurso dos vários anos em que a iniciativa tem vindo a ser desenvolvida, o *blog* registou um alcance cumulativo de **1.017.627 pessoas**.

Fundação Santander Portugal

A Fundação Santander Portugal tem como missão transformar a vida das pessoas, empresas e organizações do terceiro setor através da educação e capacitação. A sua atuação está alinhada com três Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): Educação de Qualidade (ODS 4), Redução das Desigualdades (ODS 10) e Parcerias para a Implementação dos Objetivos (ODS 17).

Neste âmbito, concentra a ação onde acredita poder gerar maior impacto: na educação ao longo da vida, na capacitação de pessoas e organizações e na criação de alianças que amplifiquem o impacto coletivo.

A Fundação Santander coloca a sua energia ao serviço da eliminação de barreiras à educação ao longo da vida, da criação de oportunidades no mercado de trabalho e da promoção do empreendedorismo e da capacitação de empresas.

Grandes conquistas de 2025

- **Estatuto de utilidade pública:** mais do que um reconhecimento, o estatuto de utilidade pública é, para a Fundação Santander, um reforço da sua missão, centrada na educação como motor de desenvolvimento social, económico e de mobilidade social em Portugal.
- **500 mil pessoas apoiadas**, desde a sua constituição em 2022, com idades compreendidas entre os 6 e os 66 anos.

O seu impacto abrangeu todos os distritos do país, através de uma rede de 106 parceiros comprometidos com a Educação, Empreendedorismo e Empregabilidade.

- **Liga pessoas e organizações para multiplicar o impacto:** a Fundação promove a articulação entre fundações, autoridades públicas e Governo. Realizou, em parceria com o CPF – Centro Português de Fundações, o primeiro encontro entre as principais fundações que atuam sobre a Educação em Portugal, para compreender os grandes desafios identificados pelo Ministério da Educação. Este encontro teve como objetivo criar um espaço de diálogo para explorar como, em conjunto, podemos delinear uma estratégia social comum.
- **Projeto Horizontes da Educação - Chamada para o Futuro:** a Fundação Santander convidou os vários intervenientes na Educação para pensar o futuro da educação de forma profunda, plural, transformadora e co-criativa. O projeto pretende ser um espaço de escuta e construção coletiva, onde diversos agentes imaginam os desafios e as possibilidades de uma educação alinhada com os tempos por vir.
- **Somos investidores sociais:** a Fundação Santander é identificada como o segundo investidor social que mais contribui para a promoção e cofinanciamento de projetos de inovação social, no âmbito do Portugal Inovação Social.
- **Prémios e reconhecimento de soluções:** através do Prémio Fundação Santander Inovação Social, a Fundação visa reconhecer e premiar a inovação social como resposta a atuais desafios. Valorizando a capacidade de gerar soluções inovadoras e sustentáveis, estimular sinergias com outros parceiros e fomentar uma cultura de participação ativa.

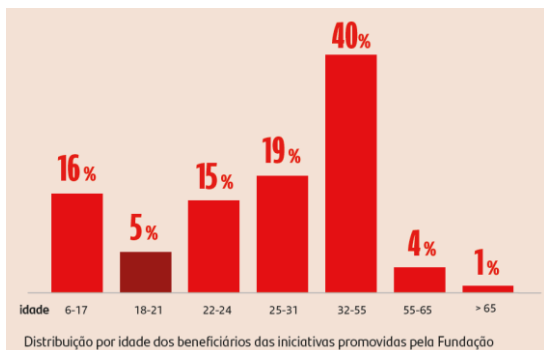
Fundação em números:

- **28,2 milhões de euros** investidos na comunidade nos últimos 4 anos, desde a sua fundação. Em 2025, investiu **6,9M€**;
- **505 mil pessoas apoiadas** nos últimos 4 anos. Em 2025, apoiou **201 mil pessoas**;
- A Fundação tem como preocupação chegar a todos e quebrar as barreiras de acesso:
 - i. Impacta todo o território nacional;
 - ii. Usa o meio digital para aumentar o seu alcance, o Santander *Open Academy*, Santander X e demais plataformas digitais abertas e gratuitas já contam com **mais de 480 mil pessoas e empresas registados**;
 - iii. Os seus parceiros atuam diretamente nas comunidades, entre entidades de ensino superior, fundações e associações ligadas a educação e empregabilidade;

associações e entidades associados ao empreendedorismo a capacitação de empresas, já contam com um total de **106 parceiros**;

→ A Fundação quer transformar comportamentos:

iv. O *life long learning* é uma prioridade:



v. Ajuda a quebrar barreiras para a inclusão no mercado de trabalho, **apoia 431 pessoas com deficiência**;

vi. Dirige-se ao indivíduo diretamente como às empresas: reparte o seu investimento na formação ao longo da vida (84% do investimento total), como na Formação e capacitação de Empresas e empreendedorismo (11% investimento total).

→ A Fundação quer criar uma mudança sistémica transformadora de comportamentos:

- **40% das pessoas inscritas** no Santander Open Academy fazem mais do que uma formação por ano, investindo no seu futuro de forma consistente;
- **2.045 professores e mentores** de todos os ciclos formados para poder multiplicar a educação de qualidade e nas competências do futuro;
- continua a crescer o apoio na capacitação de empresas, para contribuir para a diferenciação do talento e inovação da atividade económica – **3.417 empresas apoiadas**;

→ São complementares para que cada vez mais pessoas possam aceder e concluir os seus estudos. Apoia com bolsas financeiras **2.739 alunos no total de 1,86M€**;

→ Para dar mais autonomia às pessoas investiu na formação em literacia financeira tendo **6.568 pessoas** no âmbito do seu pilar da literacia financeira.

Atividades Cruciais:

Formação de Professores

A Fundação promove o acesso, o reconhecimento, a requalificação e a valorização desta profissão, **impactando 2.045 professores**.

Em 2025, criou um programa de bolsas para o ingresso nos mestrados em ensino para o terceiro ciclo do ensino básico e

ensino secundário, nas áreas identificadas como mais críticas e necessárias, nomeadamente: informática, matemática, língua portuguesa e inglês.

Promove o acesso a esta profissão, com um programa de bolsas para o ingresso nos mestrados em ensino para o terceiro ciclo do ensino básico e ensino secundário.

Apoiou **243 professores através de bolsas de apoio financeiro**, assegurando a cobertura do valor mínimo de propina, contou com a **adesão de 10 instituições de ensino** a este programa e **cobrimos mais de 50% das vagas disponíveis** para mestrados nas áreas referidas.

Adicionalmente, e em tempo recorde, promoveu a formação e capacitação de professores de habilitações próprias através de um programa de **30 horas de formação para 340 pessoas**. Este curso tem componente *online*, permitindo que cada professor o faça ao seu ritmo. Paralelamente, garantimos o contacto e a partilha em grupo.

Os professores são os agentes de mudança, capazes de implementar a inovação necessária para preparar os alunos para o futuro.

Capacitou professores em novas metodologias e inovações de ensino para que mais alunos consigam superar desafios e prosseguir, com sucesso, a escolaridade. Os professores formados têm um efeito multiplicador pelas escolas e seus agrupamentos, impulsionando uma mudança sistémica.

Adicionalmente, a Fundação reforçou o seu apoio nas comunidades educativas de contexto socioeconómico desfavorecido. Promoveu os programas de mentores e professores em sala de aula, bem como programas de desenvolvimento de liderança. Uma forma de apoiar o trabalho dos professores e potenciar modelos de ensino inovadores em contextos desafiantes e promover o sucesso escolar.



Inovação, criatividade, as competências do Futuro

Vivemos num tempo de transformações aceleradas, em que a informação circula de forma instantânea, as profissões mudam rapidamente e os desafios sociais e ambientais são cada vez mais complexos.

A Fundação Santander Portugal assume assim o papel de catalisador de mudança, para garantir que a Educação para todas as idades, cumpre o seu papel transformador e que ninguém fica para trás.

Está empenhada em transformar a educação em Portugal através de metodologias de ensino inovadoras que promovam as competências do futuro: criatividade, pensamento crítico, capacidade resolução de problemas, comunicação e colaboração. Estas competências são hoje essenciais não apenas para o sucesso académico e para a empregabilidade, mas para a vida em sociedade.

Em 2025, **impactaram 109.667 indivíduos** representativos de todas as gerações em projetos no âmbito da inovação, criatividade e competências do futuro.

Lançamos a iniciativa “Mesa de Criatividade” com o objetivo de levar às escolas do 1º ciclo em Portugal, uma nova forma de aprender, mais criativa, mais divertida e com verdadeiro significado, pois é na infância que se lançam as bases da curiosidade e autonomia.



Em 2025, **instalámos 30 mesas de criatividade**, num total de 8 distritos a nível nacional, que chegam a **mais de 2.500 alunos** e foram capacitados **46 professores** na metodologia de ensino inovadora *Learning Through Play*.

A criatividade aliada à tecnologia é também um foco e já existem modelos muito inovadores em Portugal que são dinamizados com a atuação da Fundação. São exemplo a TUMO, combinando atividades de autoaprendizagem, *workshops* e laboratórios avançados.

A Fundação é parceira das principais universidades e politécnicos nacionais e fomenta a criação e dinamização de núcleos estudantis interdisciplinares que, para além da criatividade, fomentam todas as restantes competências socioemocionais.

O empreendedorismo consubstancia esta ambição, sendo uma ferramenta de inovação e de transformação económico-social.

Em 2025 foi lançada uma nova edição dos Santander X Portugal Awards, em que foram identificados e premiados os empreendedores universitários e as *startups* mais inovadoras. Para além de um total de **30.000€ em prémios** para o desenvolvimento dos projetos e das *startups*, distribuídos pelo top 3 de ambas as categorias, disponibilizamos **sessões de acompanhamento** com a Endeavor Portugal e acesso à *Fintech House*.

A Fundação está a capacitar os jovens com ferramentas para liderarem a próxima vaga de inovação, essencial para a competitividade e posicionamento do nosso país.



STEM: competências digitais

A tecnologia está a definir e moldar o que significa aprender, trabalhar, conviver, ser.

O papel da Fundação Santander Portugal é mobilizar para ação, disponibilizar ferramentas, conteúdos e oportunidades de aprendizagem e empregabilidade ao longo da vida, consideramos que a tecnologia é um aliado essencial.

É feita a aposta em soluções inovadoras, não tradicionais de aprendizagem e que preparam adultos para uma nova carreira, impactando empresas e indústrias que estão a investir em talento para inovar e se diferenciarem no mercado, **impactando um total de 13.073 pessoas**.

Assim, para além de formar professores, dinamizamos também iniciativa de *awareness* nas escolas.

É cada vez mais importante o desenvolvimento do pensamento computacional nos jovens, independentemente do seu percurso profissional no futuro.



Com o objetivo de preparar as novas gerações com competências certas, capazes de responder às exigências do mercado de trabalho, promovemos eventos da Hora da IA nas escolas através da plataforma *Code.org*, que **inspiraram mais de 300 alunos em eventos**, para descobrirem a programação de forma prática, lúdica e envolvente.

Este investimento na qualificação avançada traduz-se num impacto transformador nos participantes, reforçando a sua empregabilidade, mobilidade profissional e capacidade de inovação, enquanto contribui para organizações mais competitivas e preparadas para os desafios do futuro digital.

Capacitação de empresas

As empresas são fundamentais na formação das pessoas e na promoção do talento. Na Fundação Santander, são apoiadas as empresas para que possam prosperar e gerar valor para a sociedade.

Foram diminuídas as barreiras do custo da formação e são apoiadas as empresas a desempenhar o papel de contribuir para o *upskill* e *reskill* do talento, tal como indica o *Tomorrow's skills*, 48% das pessoas considera que as empresas têm esta responsabilidade.

Através dos seus parceiros, foram capacitadas em temas estratégicos como inteligência artificial e dados, tecnologia e digitalização, saúde e bem-estar, sustentabilidade e gestão.

Neste contexto, em 2025 foram capacitadas **3.417 empresas** através da plataforma digital Santander X, formando-as e preparando-as para aportarem mais valor para a nossa economia.

A Fundação Santander assume o papel proativo na resolução de problemas complexos, que impactam a sociedade a longo prazo. Nomeadamente, a sustentabilidade. Com este propósito, foram capacitadas **416 PMEs** para a transição para a sustentabilidade, em 11 localidades do país.

Neste ano a Fundação continua a sua **parceria com o NOVA Voice Leadership** da NOVA SBE, para incentivar a modernização e competitividade das PME Portuguesas através da capacitação dos seus decisores, projeto internacionalmente reconhecido com um MERIT Award 2026, na categoria de "Impact on Society".

Literacia financeira

A literacia financeira é um pilar essencial para a construção de uma sociedade mais informada e preparada para os desafios económicos da atualidade e do futuro.

Num contexto em que as decisões financeiras surgem cada vez mais cedo é fundamental dotar os jovens de competências que lhes permitam tomar decisões conscientes e responsáveis. A Fundação está alinhada com a Nova estratégia da União Europeia para a Literacia Financeira, lançada em 2025, e considera que investir na literacia financeira dos mais jovens é investir na sua autonomia, na sua resiliência económica e na construção de uma sociedade mais equilibrada e sustentável.

Segundo o estudo "*The Currency on Learning – Perspetivas Globais sobre Educação Financeira*", 92% dos portugueses querem educação financeira na escola e a principal ambição financeira dos portugueses é atingir um nível de estabilidade financeira que lhes permita não se preocuparem com dinheiro. É neste contexto que é promovido o desenvolvimento de competências financeiras desde cedo e ao longo da vida.

Em 2025, a Fundação impactou **3.300 pessoas** no âmbito do seu pilar da literacia financeira, e levou a literacia financeira a de 71 municípios e envolvendo **mais de 1.700 professores**.

Em 2025 foram disponibilizadas formações em temas essenciais e transversais para a vida adulta, **capacitando 1568 pessoas em literacia financeira**, em tópicos como IRS e IRS

jovem, Finanças Pessoais, Poupança e Investimentos.

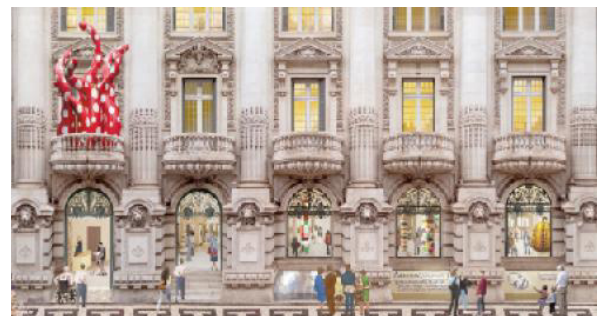
Cultura

A Fundação Santander Portugal contribui para o ecossistema educativo e social do país também através da Cultura, entendida como um espaço de pensamento, descoberta e encontro.

Através da Cultura ligamos e conectamos pessoas, ideias e disciplinas, fortalecendo a capacidade coletiva de refletir criticamente, imaginar futuros possíveis e responder a desafios complexos.

Em 2025, realizamos **10 edições das conferências Beyond Profit**. As conferências cruzaram temas improváveis, representados em cada sessão por dois grandes líderes dos setores político, académico ou empresarial em Portugal, promovendo diálogos entre áreas que raramente se cruzam.

O ano de 2025 marcou o início de um novo ciclo para o Edifício dos Leões. Mais do que um local de programação cultural, o edifício começa a ser pensado como uma plataforma de diálogo, onde o património, o pensamento contemporâneo, a arte, a tecnologia e os temas que marcam a sociedade se encontram.



Este passo concretizou-se através de um concurso de ideias que envolveu três gabinetes de arquitetura, convidados a refletir sobre o futuro do edifício e o seu papel na cidade.

Foram lançadas as bases para um projeto cultural de longo prazo, alinhado com a ambição da Fundação de gerar impacto relevante e duradouro.

Em 2025, a cultura contribuiu para uma sociedade com mais espírito crítico, mais criatividade e mais preparada para o futuro, em linha com a visão global da Fundação Santander Portugal. Os próximos anos serão de consolidação deste pilar de atuação.

Principais iniciativas nas quais contribuímos:

Edifício Leões

O ano de 2025 marcou o início de um novo ciclo para o Edifício dos Leões. Mais do que um local de programação cultural, o edifício começa a ser pensado como uma plataforma de diálogo, onde o património, o pensamento contemporâneo, a arte, a tecnologia e os temas que marcam a sociedade se

encontram.

Este passo concretizou-se através de um concurso de ideias que envolveu três gabinetes de arquitetura, convidados a refletir sobre o futuro do edifício e o seu papel na cidade.

O projeto vencedor, da autoria do arquiteto Nuno Valentim, propõe uma visão de abertura, flexibilidade e uso público, criando condições para que o espaço se afirme como vivo, adaptável e em permanente relação com a cidade.

Teach For Portugal

A *Teach For Portugal* (TFP), organização sem fins lucrativos integrante da rede internacional *Teach For All*, tem como missão reduzir a desigualdade educativa, garantindo que crianças de contextos mais desfavorecidos possam atingir o seu máximo potencial. O seu modelo assenta na colocação de mentores em sala de aula durante dois anos, em apoio direto aos professores e através da implementação de metodologias pedagógicas inovadoras que visam melhorar os resultados escolares das comunidades mais vulneráveis.

A Fundação Santander Portugal mantém o seu compromisso com a *Teach For Portugal*, atuando como Investidor Estratégico de Escala em conjunto com outras organizações. Esta continuidade de apoio acompanha a ambição da TFP de multiplicar por cinco o seu alcance nos próximos anos.

A atuação da Fundação encontra-se plenamente alinhada com os seus pilares de intervenção – promover a educação

enquanto elevador social e fomentar a inclusão. Enquanto ativadora e parceira da *Teach For Portugal*, a Fundação contribui para mitigar assimetrias no sistema educativo e para assegurar que cada aluno tenha oportunidade de desenvolver o seu potencial, contribuindo simultaneamente para uma sociedade mais instruída e uma economia mais resiliente.

No Poupar Está o Ganho

Este projeto da Fundação António Cupertino Miranda, que conta com a Fundação Santander como parceiro, é implementado em contexto escolar, ao longo de todo o ano letivo, abrangendo os 3 ciclos de ensino escolar.

No âmbito desta iniciativa, foram **apoiadas 3.348 pessoas**, correspondendo a um **investimento total de 187.500 euros**.

MyMentor

A *MyMentor* é uma plataforma inovadora no mercado de trabalho, que atua como um mentor digital para apoiar a gestão de carreira dos seus utilizadores (população ativa entre os 18 e os 65 anos) através da análise das ofertas de emprego disponíveis e recomendação de formação para atualização de competências (*upskill*) e para a reorientação profissional (*reskill*).

Este ano, a iniciativa permitiu **apoiar 9.512 pessoas**, correspondendo a um **investimento de 53.000 euros**, dando continuidade ao trabalho desenvolvido em anos anteriores.

iv. Apoio à educação, à empregabilidade e ao empreendedorismo

5,3

milhões de euros
de contribuição
em 2025

14,9

milhões de
euros de apoio
2023-2026

45

Parcerias com
instituições de Ensino
Superior 2025

10.174

peçoas ajudadas
2025
(Educação)

22.526

peçoas ajudadas
2025
(Empregabilidade)

1.583

empresas ajudadas
2025
(Empreendedorismo)

O Grupo Santander apoia a educação, a empregabilidade e o empreendedorismo **há quase 30 anos**.

Durante este período, destinámos **mais de 2.500 milhões de euros** em colaboração com mais de 1.000 universidades e entidades de 13 países, tendo concedido apoios a mais de **8,3 milhões de pessoas, empresas e universidades**.

Em 2025, o Banco Santander Portugal destinou **5,3 milhões de euros** para promover a educação, a empregabilidade e o empreendedorismo, e ajudámos mais de 34 mil de pessoas e organizações.

O Banco Santander Portugal, em 2025, contribui para avançar no objetivo do Grupo de apoiar a comunidade com **400 milhões de euros entre 2023 e 2026** nestes três pilares, tendo já financiado **14,9 milhões de euros** entre 2023 e 2025.

Estabelecemos acordos com instituições de ensino superior de

prestígio internacional para a melhoria do ecossistema universitário. Proporcionamos bolsas e apoios económicos a adultos para que possam aceder e concluir os seus estudos superiores. Promovemos igualmente a formação contínua ao longo da vida, mediante a aquisição e atualização de competências que lhes proporcionem melhores oportunidades profissionais. Facilitamos formação e acesso a benefícios a PME, *startups*, *scaleups* e projetos empreendedores, ajudando os a crescer e consolidar os seus negócios.

1. Educação

O apoio do Grupo Santander à educação concretiza-se através de bolsas e ajudas económicas destinadas a estudantes e investigadores, permitindo o acesso e a conclusão de estudos superiores. Além disso, ajudamos as universidades a enfrentar os seus principais desafios e a reforçar a sua transformação em diferentes áreas, com especial foco na digitalização:

- **Bolsas e apoios** convocados em conjunto com universidades e instituições de prestígio internacional, através de plataformas globais do Grupo Santander, que facilitam o acesso à universidade, a mobilidade académica, a investigação ou estágios profissionais.
- **Campus Digital** que transforma a vida académica das instituições com uma identidade digital segura que facilita o dia a dia dos membros da comunidade académica, oferecendo funcionalidades como acreditação digital, gestão académica (pagamento de propinas, acesso a notas, horários, etc.), notícias e benefícios – tudo integrado num único espaço.
- **Rede Universia** representa um ambiente global de encontro interuniversitário, cooperação e reflexão conjunta entre universidades e instituições do Espaço Ibero Americano de Educação Superior, com presença em 8 países.
- **Universia** é uma plataforma aberta e gratuita que permite a estudantes e diplomados impulsionar a sua carreira, acedendo a ofertas de emprego e estágios profissionais.

Além disso, permite-lhes construir o seu currículo através de uma ferramenta baseada em inteligência artificial e disponibiliza testes digitais para avaliar as suas competências.

- **MetaRed** é uma iniciativa colaborativa entre responsáveis de instituições de ensino superior ibero americanas, tanto públicas como privadas, governada pelas próprias universidades. Debatem-se e trabalham-se em conjunto três dos principais desafios para as universidades: transformação digital (*MetaRed TIC*), empreendedorismo universitário (*MetaRed X*) e sustentabilidade (*MetaRed ESG*). Em termos de transformação digital a *MetaRed TIC*, presidida pela reitora da Universidade de Évora, Professora Doutora Herminia Vasconcelos Vilar, o empreendedorismo universitário a *MetaRed X*, presidida pelo reitor da Universidade de Coimbra, Professor Doutor Amílcar Falcão e a sustentabilidade a *MetaRed ESG*, presidida pelo reitor da Universidade Nova de Lisboa, Professor Doutor João Sà água, contando com a Prof.^a Doutora Júlia Seixas como Secretária Executiva.



Para mais informação, consultar metared.org

2. Empregabilidade

Para contribuir para o progresso das pessoas, no Banco Santander Portugal apoiamos a aquisição e atualização de competências profissionais ao longo da vida. Acreditamos que a formação contínua é fundamental para responder aos desafios atuais e futuros e, assim, atender às demandas das empresas e da sociedade.



Santander Open Academy

Santander Open Academy é uma plataforma global online, gratuita, de aprendizagem e desenvolvimento profissional, aberta e disponível para todos, sem necessidade de ser cliente do banco. Dá acesso a uma oferta formativa diversa e flexível, através de cursos, bolsas e conteúdos, permitindo às pessoas melhorar a sua empregabilidade através da **aquisição e atualização de competências profissionais** nas áreas e conhecimentos mais procurados pelo mercado de trabalho. Os cursos podem ter vagas limitadas ou acesso direto. A oferta, de cerca de **900 programas** em 2025, inclui formação em idiomas, ferramentas tecnológicas, data, cibersegurança, inteligência artificial, *soft skills*, saúde e bem-estar.

Em parceria com instituições académicas de prestígio, existem **programas com um grande número de vagas**, como cursos de inglês com o *British Council*, ou programas para reforço de competências profissionais e fundamentos de negócios lançados em conjunto com a *Harvard Business Impact*, com quem também é oferecido um programa formativo dedicado à identificação das melhores técnicas de ensino universitário. Além disso, incluem-se vagas gratuitas para aceder a uma vasta oferta de cursos do catálogo da *Coursera*.

A Santander Open Academy disponibiliza igualmente uma ampla oferta de programas com **vagas ilimitadas**, cujos conteúdos são desenvolvidos em parceria com profissionais, entidades e instituições como a Google (IA aplicada à produtividade, *marketing* e uso de ferramentas avançadas como o *Gemini*), Instituto Cervantes (aprendizagem de espanhol), Universidade da Pensilvânia (melhoria do inglês no contexto profissional), Universidade de Chicago (*marketing* digital e técnicas de *storytelling*), IE University (como líder no ambiente digital) ou *Cambridge Judge Business School* (desenvolvimento de competências práticas para gerar impacto em sustentabilidade). Um dos programas mais reconhecidos internacionalmente é o **Santander W50**, consolidado como uma das iniciativas mais relevantes do banco para o impulso do talento e liderança feminina nos países onde opera. O SW50 é lançado há já 15 anos, atualmente em colaboração com a *London School of Economics and Political Science*.

A Santander Open Academy **inclui ainda atribuição de bolsas** para aceder e concluir estudos superiores, para mobilidade académica e para investigação.



Para mais informação, consultar santanderopenacademy.com

3. Empreendedorismo

O apoio ao empreendedorismo é um dos objetivos que definimos, com o propósito de ajudar as empresas a digitalizar-se, crescer e transformar-se.

→ **Santander X** é uma iniciativa global na qual participamos que apoia empreendedores e empresas a crescer e transformar os seus negócios. Oferece uma proposta de valor ampla, que inclui programas formativos, desafios e prémios, bem como uma oferta financeira personalizada. Impulsionamos e damos visibilidade aos projetos mais destacados, permitindo-lhes conectar-se com outros empreendedores, investidores e empresas através do Santander X 100, a comunidade global com as empresas mais relevantes do Santander X, que lhes permite igualmente aceder a benefícios e serviços exclusivos.



Para mais informação, consultar santanderx.com

v. Outras ações de apoio à comunidade

Complementamos o nosso apoio à educação, empregabilidade e empreendedorismo, principalmente através da educação financeira e do apoio a pessoas vulneráveis.



A. Inclui as contribuições sociais das fundações vinculadas ao Banco Santander Portugal.

B. Dado conforme à metodologia interna de Pessoas Apoiadas, elaborada a partir das melhores práticas internacionais. O valor é construído a partir de dados fornecidos e certificados pelas organizações colaboradoras ou a partir de estimativas conservadoras baseadas em fatores de conversão reconhecidos.

Além de apoiar diretamente a comunidade, estabelecemos colaborações e canalizamos o nosso apoio através de organizações não governamentais (ONG) locais, organizações de cariz social e ações de voluntariado corporativo. Estas colaborações são desenvolvidas através da Fundação Santander Portugal do Banco Santander Portugal.

Estas ações destinam-se a diferentes grupos, em função das necessidades existentes. O nosso apoio às pessoas vulneráveis centra-se em grupos em situação de vulnerabilidade (por questões de género, deficiência, idade, vulnerabilidade digital e vulnerabilidade relacionada com dificuldades financeiras, entre outras).

No que respeita às atividades culturais, estas costumam ser dirigidas ao público em geral, embora também se orientem para grupos vulneráveis, facilitando o acesso a eventos e programas culturais.

Educação financeira

Continuamos a avançar no reforço da educação financeira como uma alavanca estratégica de progresso, orientada para fortalecer a saúde financeira e a inclusão social.

Em 2025, realizámos um exercício de simplificação e alinhamento das iniciativas, priorizando os programas com maior alcance, qualidade e evidência. Combinámos soluções adaptadas ao público-alvo e aos resultados pretendidos: por um lado, iniciativas digitais mais eficientes e escaláveis; por outro, iniciativas presenciais com foco em grupos vulneráveis.

Em 2025, **1 milhão de pessoas acederam às nossas iniciativas e conteúdos de educação financeira**, sendo que, no caso das redes sociais, este número considera pessoas que interagiram com o conteúdo (e não apenas o alcance da atividade).

Crises humanitárias

Como instituição financeira global que opera em múltiplas regiões e mercados, o Grupo Santander está plenamente consciente do impacto que os desastres com importantes consequências sociais podem ter no bem-estar das pessoas e das comunidades. Neste contexto, desde 2023 o Grupo Santander dispõe de um Guia de Crises Humanitárias, cujo objetivo é estabelecer um quadro estruturado que permita responder de forma eficaz a este tipo de acontecimentos. Através deste protocolo, o Santander oferece apoio coordenado aos cidadãos, clientes e colaboradores afetados.

Voluntariado corporativo

No Banco Santander Portugal promovemos a participação dos nossos colaboradores em iniciativas de apoio às comunidades onde estamos presentes, através de atividades de voluntariado corporativo.

Trata-se de iniciativas promovidas e/ou apoiadas pelo Banco que visam envolver e mobilizar os seus profissionais, dedicando tempo, competências e talento a causas, projetos e organizações sem fins lucrativos, em benefício da sociedade.

O voluntariado corporativo é uma forma valiosa de os colaboradores se envolverem com a sua comunidade e contribuírem para uma causa social, com o objetivo de:

- Contribuir para os nossos objetivos de apoio à comunidade através da ação direta dos nossos colaboradores em programas de voluntariado.
- Contribuir para uma maior cultura de inclusão e quebrar preconceitos e estereótipos.
- Desenvolver as competências dos profissionais e melhorar o clima de trabalho, promovendo a colaboração.
- Contribuir para o bem-estar dos nossos profissionais através de experiências que gerem satisfação, propósito e orgulho de pertença.

1,8 mil

horas laborais dedicadas a voluntariado

+580

participações de colaboradores em ações de voluntariado

Desenvolvemos diversas iniciativas em função das nossas

necessidades específicas, fortalecendo o vínculo com as comunidades e maximizando o impacto positivo.

Neste âmbito, o nosso voluntariado articula-se principalmente em torno da educação, empregabilidade, empreendedorismo, inclusão social e educação financeira.

Destaca-se a parceria com a **Junior Achievement Portugal**, que permite aos nossos voluntários partilhar conceitos de literacia financeira e empreendedorismo com alunos do ensino básico e secundário.

Paralelamente, promovemos também ações de apoio à comunidade noutros domínios, que complementam a nossa atuação e reforçam o impacto positivo.

Em 2025, dez colaboradores do Banco Santander Portugal tiveram, pela primeira vez, a oportunidade de participar num programa internacional de cooperação para o desenvolvimento, organizado em parceria com a *Fundación Banco Santander* e a Fundação Santander Portugal. Outro exemplo é o programa Santander BEST *Africa* cujo objetivo é apoiar o empreendedorismo feminino em projetos que promovam o desenvolvimento sustentável das respetivas comunidades.

Além disso, promovemos também ações com impacto nas comunidades locais, com a participação dos nossos novos colaboradores em ações de voluntariado com o Banco Alimentar contra a Fome, ou a realização de campanhas de doação de sangue em parceria com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação.

Impulsionamos igualmente a realização de atividades de voluntariado no contexto de eventos de equipa, onde, além de apoiar causas sociais, fomentamos competências como colaboração, trabalho em equipa, empatia e comunicação.

3.3 Os nossos clientes

A nossa abordagem centrada no cliente é uma alavanca fundamental para criar valor sustentável³⁶, construir um banco digital com agências e oferecer uma proposta multicanal que abrange todas as necessidades financeiras dos nossos clientes.

Atendemos a vários tipos de clientes, incluindo pessoas físicas, PMEs, grandes empresas e entidades públicas.³⁷

³⁶ Para mais informações sobre o diálogo com os nossos clientes, consultar a secção 1.3 Relação com os nossos grupos de *stakeholders*.

³⁷ As ações descritas na presente secção são próprias do Santander e não setoriais.

O presente capítulo aborda como materiais os clientes pessoas físicas que utilizam os produtos e/ou serviços do Banco Santander Portugal, podendo estabelecer-se para isso uma relação contratual com eles. Inclui aqueles clientes que, devido às suas circunstâncias, podem ser especialmente vulneráveis à comercialização de produtos e serviços.

Para mais detalhes sobre os principais impactos decorrentes das relações com clientes empresariais, consultar a secção 3.2.3 Gestão de aspetos ambientais e sociais.

3.3.1 Conduta com clientes

GRI 2-25, 2-26

Nesta secção, explicamos como gerimos os seguintes IRO:

R

Perdas potenciais devido a reclamações ou a uma redução do número de clientes caso ocorram práticas de atendimento abaixo do padrão.

I-

Impacto negativo nos clientes no caso de não ser devidamente informado sobre as características de produtos ou serviços ou de não se garantir a acessibilidade ou usabilidade de produtos e serviços, ao não identificar dificuldades ou vulnerabilidades específicas.

I-

Impacto negativo nos clientes por não ter acesso a canais de reclamações ou se, após partilhar informação através dos mesmos, não forem efetuadas as alterações necessárias.

O nosso modelo de risco de conduta com clientes, aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo Santander, estabelece os princípios que sustentam a forma como alinhamos o envolvimento do cliente com a nossa cultura Simples, Próximo e Justa e como fazemos com que os produtos e serviços que oferecemos se adaptem às necessidades dos nossos clientes, protegendo os seus direitos. Este modelo promove a transparência, a equidade e a responsabilidade em todas as interações com os clientes, incluindo a conceção e fixação de preços dos produtos, a gestão de reclamações e a educação financeira, ao mesmo tempo que previne o sobre-endividamento e protege os clientes vulneráveis.³⁸

Para tal, este modelo define também os principais processos, instrumentos e governação que permitem a mitigação e gestão do risco de conduta com clientes em todas as fases da relação com os mesmos.

Princípios do modelo

- Aprovação e acompanhamento integral de produtos e serviços, abrangendo as fases de conceção, venda e pós-venda; tratamento justo; conceção centrada no cliente; e transparência em todas as interações.
- Fixação responsável de preços e práticas de venda responsáveis.
- Caracterização do cliente vulnerável ou em circunstâncias especiais e prevenção do sobre-endividamento.
- Proteção dos dados pessoais dos clientes e uso exclusivo para fins autorizados.
- Acesso simples, equitativo, seguro e eficaz aos mecanismos de reclamação.
- Promoção da educação financeira para que os consumidores compreendam os produtos e riscos, tomem decisões informadas e tenham proteção adequada.
- Controlos sólidos e mecanismos seguros para proteger os ativos dos clientes.
- Transparência na comunicação com o cliente.

Processos-chave

- Aprovação e validação de produtos e serviços (Política de aprovação de produtos e serviços).
- Formação em matéria de conduta com clientes.
- Venda de produtos e serviços ao cliente, com especial foco na classificação e adequação de produtos e serviços; publicidade e transparência no ponto de venda; e monitorização.
- Acompanhamento do desempenho dos produtos e serviços comercializados.
- Supervisão da atividade comercial, com especial atenção à classificação e adequação de produtos e serviços; publicidade e acompanhamento ao longo do ciclo de vida; e inclusão da gestão de reclamações (política de atendimento ao cliente e gestão de insatisfações).
- Remuneração das equipas comerciais e de apoio alinhada com os comportamentos adequados (política de remunerações).
- Autoavaliação de riscos e controlos em matéria de conduta.
- Gestão de clientes vulneráveis e prevenção do sobre-endividamento (Política de clientes vulneráveis e prevenção do sobre-endividamento).

Governo e responsabilidades

- A nossa área de Governo de Produtos e Proteção ao Cliente, que integra a área de Cumprimento e Conduta, desenvolve e supervisiona a forma como seguimos o nosso modelo gestão de risco de conduta do cliente.
- O conselho de administração aprova a política de aprovação de produtos e serviços, enquanto os produtos e serviços são avaliados e aprovados nos fóruns de governo de produtos locais e do Grupo Santander.
- O conselho de administração também é responsável pela aprovação da política de remuneração do Grupo, enquanto os Comitês de Remunerações e Riscos, com o apoio das funções de Recursos Humanos e Cumprimento e Conduta, monitorizam o cumprimento desta política.
- Os Comitês de *compliance* definem o nosso apetite ao risco e monitorizam as avaliações de risco de *compliance* (incluindo o risco de conduta do cliente).

³⁸ Para mais informações sobre o nosso compromisso em direitos

humanos para com os nossos clientes, consultar a secção 4.2 Diligência devida em matéria de direitos humanos.

O modelo de risco de conduta do cliente e as políticas que o sustentam estão sujeitos a um rigoroso governo interno que garante que são devidamente comunicados a todos os nossos *stakeholders*. Além disso, temos vários guias que abrangem os principais processos do ciclo de relacionamento com o cliente e visam ajudar as unidades e funções a implementar regulamentos internos de forma consistente.

A proteção do consumidor e a mitigação de riscos de conduta do cliente são um pilar básico da estratégia do Banco Santander Portugal. A função de Cumprimento e Conduta responde a este desafio através de objetivos e planos anuais, usando uma metodologia para monitorizar a sua eficácia, determinar o perfil de risco de conduta do cliente em cada unidade e definir as medidas de correção adequadas.

Em 2025, o Grupo Santander continuou o acompanhamento da implementação da Diretiva Europeia de Acessibilidade nas unidades aplicáveis, com planos específicos para facilitar a acessibilidade de produtos, serviços e canais, considerando os desenvolvimentos tecnológicos necessários e melhorias na experiência do utilizador.

As nossas métricas de apetite ao risco para incidentes e eventos internos permitem-nos detetar e gerir consultas e problemas de clientes de forma eficaz e proativa.

ii. Concessão e comercialização de produtos e serviços

Governo de produtos e serviços

O objetivo da Política de aprovação de produtos e serviços é estabelecer as normas, processos e controlos para que sejam desenvolvidos produtos e serviços de acordo com os princípios do modelo de gestão de risco de conduta do cliente. Isto significa produtos e serviços com recursos adequados para atender às necessidades do público-alvo, preços razoáveis e comunicação transparente (ou seja, as informações que fornecemos aos clientes usam linguagem simples e um formato claro; são dados precisos e suficientes e são consistentes e comparáveis para que os clientes possam comparar com produtos e serviços financeiros semelhantes). Esta transparência aplica-se a toda a publicidade, informação pré-contratual e contratual, bem como ao longo de todo o ciclo de vida do produto ou serviço e em todos os canais.

Os fóruns locais de governo de produtos são responsáveis

pela implementação desta política. Estes fóruns podem basear-se em modelos de documentos e de avaliação, que incluem uma revisão do material contratual e informativo sobre cada produto e serviço. Apenas aprovamos produtos e serviços se todos os membros do fórum votarem de forma unânime a seu favor.

Formação em matéria de conduta

A formação é fundamental para reforçar os conhecimentos em matéria de proteção ao consumidor. Por isso, a função de Cumprimento e Conduta, com o apoio de Pessoas e Cultura, estabelece a formação obrigatória para todos os funcionários sobre a gestão do risco de conduta com os clientes e as chaves para mitigá-lo, e atualiza-a de forma recorrente.

Garantimos o cumprimento rigoroso dos requisitos locais, apoiado por uma formação sólida. Além disso, garantimos o cumprimento rigoroso da autorização regulamentar necessária para fornecer serviços aos clientes em cada país (por exemplo, certificação MiFID na Europa). Também são elaborados e monitorizados programas de formação específicos para munir as equipas comerciais com a experiência e conhecimentos necessários para informar e vender adequadamente os produtos e serviços que oferecemos.

Qualidade e conduta na remuneração variável das equipas comerciais

Estabelecemos requisitos para que a remuneração variável esteja vinculada à qualidade do serviço e a métricas de conduta. Esta abordagem reforça a sensibilização e a gestão proativa das relações com os clientes, promove maiores níveis de transparência e contribui para identificar adequadamente os segmentos de clientes.

Monitorização da comercialização

O Banco Santander Portugal dispõe de mecanismos de acompanhamento ao longo de todo o ciclo de vida dos produtos e serviços comercializados, que permitem detetar e gerir rapidamente uma eventual deterioração dos mesmos, falhas no processo de comercialização ou incumprimento dos termos em que foram aprovados. Para tal, é realizada uma análise e monitorização de:

- A voz dos clientes: consultas, reclamações e inquéritos como fonte fundamental para identificar deficiências na comercialização e na interação com os clientes, e para elaborar planos de melhoria;

- Métricas e controlos comerciais: em 2025, manteve-se a monitorização rigorosa da percentagem de cancelamentos de produtos ou serviços após a contratação, permitindo identificar oportunidades de melhoria ao longo do processo comercial. Esta análise suportou o reforço da comunicação de boas-vindas e de toda a experiência inicial do cliente, bem como o desenvolvimento de iniciativas de retenção focadas na clarificação das condições contratadas e na melhoria das interações nos canais de venda em Portugal, contribuindo para maior confiança e redução de desistências precoces.

iii. Pós-venda

Conduta na gestão de fraudes

Em 2025, num ano marcado por um aumento dos casos de fraude, reforçámos a aplicação das diretrizes de conduta incorporadas na política de fraude de 2024. Continuamos a alinhar planos de melhoria incluindo o uso de canais digitais para registo de fraude, a integração da voz do cliente, a melhoria da comunicação com vítimas e o fortalecimento dos controlos de conduta. Em 2025, destacou-se um acompanhamento mais próximo da segunda linha de defesa, área de *Compliance* em coordenação com a função de Risco Operacional, assegurando maior robustez e consistência nos controlos. Mantivemos ainda controlos adicionais baseados no NPS e na garantia de qualidade.

Gestão de reclamações

Mais do que atender ou prestar um serviço bancário, “cuidar” dos clientes implica prestar-lhes a atenção necessária e ouvi-los, garantindo o seu bem-estar, segurança e confiança. Isso é o que torna o cliente verdadeiramente satisfeito e fiel ao seu banco e torna o banco verdadeiramente sustentável. Assegurar que cuidamos bem dos Clientes é o grande objetivo da área de *Customer Care*.

Quando algo não corre como os nossos clientes gostariam, a área de *Customer Care* representa a voz do cliente, assegura o tratamento da insatisfação, ocupando-se, por um lado da resolução e recuperação da confiança do cliente e, por outro, da deteção e correção das causas associadas a essa mesma insatisfação.

Mas não basta remediar, há que prevenir e evitar situações que provoquem dúvidas, fricção, insatisfação ou reclamações. Para atuar na prevenção, a área de Gestão de Níveis de Serviço (inserida dentro da área de *Customer Care*) mede, publica e desafia à melhoria contínua de todos os nossos processos internos e jornadas com impacto no Cliente.

Prevenção da insatisfação

Não basta remediar. Há que antecipar e ter a capacidade de corresponder às expectativas dos nossos clientes e sempre que possível superá-las.

As áreas de *Customer Care* e de *Customer Experience* estão focadas em corresponder e superar expectativas. Monitorizando e desafiando todas as áreas a uma melhoria contínua da sua capacidade de entrega de produtos e serviços que vão ao encontro das necessidades dos nossos clientes.

Todos os processos com impacto no cliente, sejam digitais ou operativos, são monitorizados minuciosamente, quer no seu NPS (*Net Promoter Score*), quer no seu tempo de execução, quer no número de incidências ou indisponibilidade que geram. Toda esta informação é processada de forma a maximizar a experiência de cada cliente. Cada cliente tem as suas necessidades, expectativas e preferências. Agradar a todos é a nossa ambição. E, quando isso não possa ser plenamente assegurado, é sempre possível cuidar, ouvir e promover a recuperação da confiança. A Política de atendimento ao cliente e gestão de insatisfações estabelece como princípio a disponibilidade de vários canais, a fim de evitar o impacto potencial de não dispor de vias adequadas para que os clientes apresentem incidentes ou reclamações, e de adaptar esses canais às suas necessidades e preferências.

O Banco Santander Portugal está a investir em canais digitais não só para prestar melhores serviços, mas também para acelerar a resposta a pedidos, dúvidas ou problemas. O lançamento da plataforma “Resolve” com possibilidade de criação de “*tickets*” em autosserviço, foi um marco muito importante no serviço pós-venda que o Banco presta. Os clientes podem agora acompanhar a evolução dos seus pedidos até à resolução definitiva. A análise de causas raiz e o governo para implementação imediata de planos de mitigação, são outra componente essencial da melhoria contínua dos nossos processos, proporcionando jornadas cada vez mais simples, intuitivas e rápidas sem nunca prescindir da segurança. Além disso, se não estiverem satisfeitos com a resolução da entidade, os clientes podem encaminhar as suas reclamações para canais externos, quando disponíveis, como o defensor do cliente financeiro, as autoridades supervisoras e as agências de consumo.

Em 2025, o total de reclamações formais recebidas foi de 2857 para um volume total de 1,8 milhões de clientes.

iv. Clientes vulneráveis

Nesta secção, explicamos como gerimos o seguinte IRO:



Impacto negativo nos clientes no caso de não ser devidamente informado sobre as características de produtos ou serviços ou de não se garantir a acessibilidade ou usabilidade de produtos e serviços, ao não identificar dificuldades ou vulnerabilidades específicas.

Os clientes em situação de vulnerabilidade são aqueles que, devido a fatores pessoais, sociais, económicos, educacionais, culturais ou de saúde – de carácter temporário ou permanente –, podem ter dificuldades para compreender, aceder ou exercer os seus direitos como consumidores em condições de igualdade e, por isso, podem necessitar de um apoio adaptado para favorecer a sua inclusão e uma proteção adequada.

Dada a diversidade de situações possíveis, desenvolvemos uma abordagem estruturada de apoio que se aplica à conceção de produtos, à sua comunicação e às interações com os clientes.

Esta abordagem permite identificar e considerar situações de vulnerabilidade através de normas específicas e procedimentos dedicados, bem como prevenir e mitigar possíveis prejuízos.

Medidas como a linguagem *Braille* nos balcões e rampas para acesso a deficientes, já foram adotadas e muitas outras estão em implementação de forma a não excluir ninguém e merecer a confiança de todos.

Também lançámos um curso de formação sobre clientes vulneráveis para que todos os colaboradores conheçam as potenciais vulnerabilidades e estejam cientes das linhas de ação em cada caso. Medidas como... já foram adotadas e muitas outras estão em implementação de forma a não excluir ninguém e merecer a confiança de todos.

Também lançámos um curso de formação sobre clientes vulneráveis para que todos os colaboradores conheçam as potenciais vulnerabilidades e estejam cientes das linhas de ação em cada caso.

3.3.2 Inclusão e saúde financeira

GRI 203-1

Nesta secção, explicamos como gerimos o seguinte IRO:



Impacto positivo nos clientes derivado de o Banco oferecer produtos e serviços adaptados às suas necessidades e expectativas, promovendo a inclusão e a saúde financeira.

i. Inclusão e saúde financeira como fatores-chave para o progresso social

Entendemos que a inclusão e a saúde financeira são fatores-chave para contribuir para o progresso social e promover a prosperidade e o empreendedorismo, e constituem um elemento prioritário na agenda do Grupo Santander.

Baseamo-nos na base de dados do Banco Mundial, *Global Findex Database*, para dimensionar a população sem acesso a serviços bancários, com acesso limitado a serviços bancários ou com dificuldades económicas significativas devido a problemas de acesso e financiamento:

- Consideramos diferentes componentes da exclusão financeira e agregamos indicadores para abranger todo o nosso público-alvo.
- Definimos um sistema financeiro inclusivo como aquele que maximiza o uso de produtos e serviços financeiros, o acesso e o financiamento.
- Medimos a exclusão financeira involuntária através das barreiras percebidas pelas pessoas que não participam no sistema financeiro formal.
- Por fim, aplicamos um fator corretivo que coincide com o nosso índice de penetração de negócios.

Graças aos esforços em inclusão financeira, o Grupo alcançou o objetivo de chegar a 5 milhões de novas pessoas com alguma medida de inclusão financeira no período 2023-2025, atingindo a nível global 6,3 milhões de pessoas.

Em Portugal em 2025, incluímos financeiramente cerca de **281 mil pessoas** por meio de iniciativas de acesso e **22 mil pessoas** por meio de iniciativas de financiamento.

Além disso, contamos com processos para identificar as necessidades dos clientes que enfrentam dificuldades financeiras, a fim de desenvolver produtos e serviços e capacitar as nossas equipas.

Esses processos estão alinhados com o nosso modelo de conduta com clientes, a nossa política para clientes vulneráveis e a nossa política de banca responsável e sustentabilidade.

Em 2025, foi atualizado o Guia Corporativo de Inclusão Financeira para alinhá-lo com as melhores práticas. Também foi ajustada a forma como entendemos e medimos o progresso, diferenciando entre inclusão financeira e saúde financeira. A nova versão continua a permitir medir de forma homogênea as iniciativas de e integra definições comuns, entre as quais:

- Pessoas sem conta bancária nem acesso a qualquer serviço bancário.
- Pessoas com acesso limitado a serviços bancários: aquelas que, tendo uma conta bancária, têm dificuldades em aceder a atividades transacionais básicas (como depósitos, levantamentos, etc.) e/ou cujas fontes de financiamento são informais.
- Pessoas com dificuldades económicas: aquelas que não atingem o salário mínimo estabelecido em cada país ou que não conseguem cobrir as suas despesas básicas de subsistência.

O Guia permite-nos dispor de um sistema consistente de métricas para o acompanhamento e a gestão das iniciativas de acesso e financiamento. Embora enquanto Grupo tenhamos cumprido o nosso objetivo, continuaremos a trabalhar nesta área, ampliando o acesso, melhorando a utilização efetiva dos serviços financeiros e reforçando o nosso acompanhamento a pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade.

Acesso: 58 mil

Novos beneficiários de medidas de inclusão financeira relacionadas com acesso

Financiamento: +3.9 mil

Novos beneficiários de medidas de inclusão financeira relacionadas com financiamento

Facilitamos o acesso aos serviços financeiros básicos a grupos não bancarizados ou com fraca bancarização, promovendo a sua utilização, adaptando-os às suas necessidades e às barreiras que enfrentam, e apoiando-os para que tenham um maior controlo sobre as suas finanças e beneficiem de operações mais rápidas e seguras.

Em 2025, as nossas iniciativas continuaram:

- a adaptar-se às necessidades dos nossos clientes;
- a atenção na continuidade do acesso aos serviços financeiros básicos em zonas com maior taxa de pobreza e menor densidade populacional.
- Promovendo a inclusão: continuamos a adaptar sucursais, produtos, serviços e canais para garantir um acesso universal – físico e digital – às pessoas com deficiência ou de idade avançada – programa acessivelmente.

Tudo isto, aproveitando a tecnologia para impulsionar a inclusão financeira, superando algumas das barreiras que dificultam às populações não bancarizadas e desatendidas o acesso a produtos e serviços financeiros.

ii. Avançando na saúde financeira

Em 2025 continuámos a reforçar uma abordagem comum de

saúde financeira. Definimos a saúde financeira como a capacidade das pessoas de gerir as suas finanças de modo a poderem cobrir as suas necessidades a curto prazo e, ao mesmo tempo, planear e alcançar metas a longo prazo, gerando estabilidade e reduzindo o risco de dificuldades financeiras.

Ao longo do ano, avançámos na identificação e consolidação das iniciativas que apoiam o desenvolvimento das capacidades financeiras dos nossos clientes, combinando ferramentas globais, como soluções de definição de objetivos ou recursos de planeamento disponíveis na nossa aplicação bancária, com intervenções locais, como o envio de conteúdos e conselhos práticos de educação financeira adaptados às necessidades do nosso mercado. Como parte desta evolução, elaborámos um guia comum de definição e medição da saúde financeira, que permitirá avaliar o progresso de forma homogénea.

Este enquadramento complementa diretamente os nossos esforços em educação financeira e inclusão, garantindo que as pessoas não só tenham acesso ao sistema financeiro, mas também o conhecimento e as ferramentas necessárias para o utilizar de forma responsável e eficaz.

Em 2025 foi incorporado o conceito *Pay Smarter*, orientado para promover uma utilização mais consciente dos cartões de crédito como ferramenta de gestão financeira. Esta abordagem assenta em três pilares alinhados com os objetivos de saúde financeira (benefícios, controlo e segurança), e já foi implementada através dos nossos próprios canais (*site*, aplicação móvel, sucursais e *contact center*). Em 2026 continuará a sua expansão segundo um plano progressivo, com o objetivo de reforçar a coerência das mensagens e facilitar uma compreensão homogénea do uso responsável dos meios de pagamento entre clientes e colaboradores. Esta implementação inclui o reforço de conteúdos nos canais digitais e a capacitação das equipas comerciais para assegurar uma comunicação consistente.



Para mais informações sobre os nossos programas de educação financeira dirigidos a toda a sociedade, e não apenas a clientes, consultar a secção 3.2.4 Apoio à comunidade.

Iniciativas locais de inclusão e saúde financeira 2025:**Superlinha Sénior:**

Considerando que as pessoas idosas tendem a ter mais dificuldades com as plataformas online do banco e, por vezes, experienciam solidão, o Banco Santander Portugal desenvolveu uma linha telefónica específica que presta serviços personalizados a pessoas com 65 ou mais anos. Esta é uma linha de atendimento personalizado, disponível para apoiar nas operações bancárias no dia a dia.

ATMs em zonas Remotas:

Em 2025, 45 caixas multibanco estão localizadas em zonas remotas. Estas caixas permitem à população local (potencialmente não servida) realizar diversas operações (não apenas levantamentos) que seriam difíceis de efetuar de outra forma.

Apoio a Profissionais de Saúde

O Banco Santander Portugal apoia os profissionais de saúde ao longo do seu percurso académico e profissional, através de parcerias com universidades e as diferentes ordens profissionais, disponibilizando condições diferenciadas para associados, quer na esfera particular, quer na atividade empresarial. No segmento dos médicos, o Banco Santander Portugal assume um papel ativo no apoio a momentos-chave do desenvolvimento profissional, nomeadamente na preparação para a Prova Nacional de Acesso (PNA), através da iniciativa Solução Jovens Médicos, contribuindo para mitigar os custos associados a esta fase determinante. Adicionalmente, no âmbito do convénio estabelecido com a Ordem dos Médicos, o Banco Santander Portugal apoia diversas iniciativas relevantes para a classe, incluindo processos estruturantes como a emissão de cédulas profissionais. Com esta abordagem integrada, o Banco reforça o seu posicionamento como parceiro de referência dos profissionais de saúde, promovendo uma relação de proximidade e de longo prazo, assente no apoio ao desenvolvimento académico, profissional e na criação de valor para este segmento.

Campanha recorrente de poupança para jovens (CRP):

Queremos incentivar os jovens a fortalecerem hábitos de poupança e a desenvolver uma relação responsável com o sistema financeiro desde cedo. Através desta iniciativa, facilitamos a entrada de novos clientes jovens no banco, reforçando, simultaneamente, a importância da educação financeira na adolescência.

Oferta de eco-mealheiro na abertura de contas de menores

Para os clientes mais novos, o Santander desenvolveu os Eco Mealheiros "Bolota", uma iniciativa que promove, desde a infância, a aquisição de hábitos de poupança e uma relação responsável com o dinheiro. Produzido com materiais sustentáveis, o Eco Mealheiro é oferecido aquando da abertura de conta a clientes até aos 12 anos e inclui *stickers* do Panda e os Caricas, bem como um *KidZo*, moeda da *KidZania*. Estes parceiros contribuem para reforçar a dimensão educativa da iniciativa e o posicionamento do Banco enquanto promotor ativo da literacia financeira e da sustentabilidade social.





Iniciativa KidZania: literacia financeira desde a infância

No âmbito da promoção da literacia financeira junto dos mais novos, estabelecemos uma parceria com a KidZania, materializada na criação de um balcão Santander totalmente inspirado num espaço bancário real. Neste ambiente educativo e lúdico, as crianças têm a oportunidade de simular operações bancárias básicas, como a abertura de contas, depósitos, levantamentos, ativação de cartões e consulta de saldos, assumindo diferentes papéis no funcionamento de uma instituição financeira. Esta iniciativa permite o contacto precoce com conceitos essenciais da vida económica, promovendo hábitos de poupança e uma relação positiva e responsável com o dinheiro, de forma simples, realista e adaptada à idade. A experiência contribui para o desenvolvimento de competências financeiras desde cedo, reforçando o compromisso do Banco Santander Portugal com a educação financeira das gerações futuras.

Santander Dourado

De maneira a valorizar a relação de longa data que clientes mantêm connosco, foi criada a iniciativa "Santander Dourado", que isenta os clientes com mais de 50 anos antiguidade, de comissões. Com esta iniciativa, pretendemos reconhecer a confiança depositada, ao longo de várias décadas, oferecendo condições mais privilegiadas ajustadas ao perfil de clientes com uma ligação duradoura à nossa instituição.

Apoio a refugiados da Ucrânia

No âmbito do nosso compromisso com a inclusão e o apoio a populações em situação vulnerável, implementámos um processo simplificado de abertura de conta para cidadãos provenientes da Ucrânia. Ao reduzir barreiras burocráticas e administrativas, reforçamos o nosso papel enquanto instituição que promove a proteção e o acolhimento de comunidades afetadas por crises humanitárias.

Iniciativa Livro do 1.º Ano: educação e literacia financeira em momentos-chave

Com o objetivo de assinalar a entrada das crianças no primeiro ano de escolaridade, promovemos o desenvolvimento da literacia financeira desde cedo, através da oferta de um livro de atividades.

Em 2025, a iniciativa do livro do Bolota, a personagem que cresce com os nossos clientes. Esta iniciativa abrangeu 10.390 clientes menores, aos quais foi enviado o livro acompanhado de uma carta dirigida aos respetivos Representantes Legais.

A avaliação do impacto da iniciativa, realizada através de um inquérito de satisfação, revelou uma perceção muito positiva, destacando-se o carácter educativo da ação, a emoção gerada pela oferta e o reforço da proximidade, confiança e imagem positiva do Banco Santander Portugal junto das famílias.





Programa Literacia Digital para clientes 65+

Com o objetivo de promover a inclusão digital e financeira de clientes com mais de 65 anos, realizámos em parceria com a APB (Associação Portuguesa Bancária) três sessões presenciais de literacia digital, em Lisboa, Porto e Portimão, dirigidas a clientes com perfil não digital, mas com capacidade para adquirir competências digitais.

Estas sessões, realizadas com grupos reduzidos de clientes, permitiram um acompanhamento próximo e personalizado, focado na apresentação dos canais digitais do Banco e das suas principais funcionalidades, demonstrando de forma prática e simples como estes podem facilitar o dia a dia dos clientes.

A formação incluiu ainda uma componente dedicada à cibersegurança, onde foram abordados temas como a identificação de tentativas de fraude, práticas de segurança digital e formas de prevenção. Este Programa teve como objetivo reforçar a confiança dos participantes na utilização dos canais digitais, promovendo a sua autonomia e segurança.

Literacia Financeira na Jornada de contratação de Crédito

De forma a apoiar os clientes em momentos cruciais, o Banco Santander Portugal pretende assegurar que todos compreendem a responsabilidade de contratar um crédito, a importância de gerir o seu dinheiro e disponibilizar-lhes ferramentas para o fazer. Esta iniciativa visa alcançar o em diferentes etapas da jornada, apresentando-lhes um curso de literacia financeira na plataforma Santander *Open Academy*, na simulação de contratação de crédito.

As iniciativas desenvolvidas no âmbito da literacia financeira e digital refletem uma abordagem integrada e inclusiva, adaptada às diferentes fases da vida e às necessidades específicas de cada público. Ao investir simultaneamente na educação financeira das crianças e na capacitação digital dos 65+, contribuimos para uma sociedade mais informada, resiliente e preparada para os desafios da economia digital, reforçando o nosso papel enquanto agente ativo de desenvolvimento sustentável.

Panda e Caricas

A parceria com o Panda e os Caricas, uma das marcas de entretenimento infantil mais reconhecidas em Portugal, reforça o compromisso do Grupo Santander em tornar a educação financeira acessível, apelativa e integrada no universo lúdico das crianças, contribuindo para o desenvolvimento de competências essenciais desde cedo.

No âmbito desta colaboração, foram desenvolvidos conteúdos educativos exclusivos, incluindo três vídeos protagonizados pelo Panda, que explicam, de forma simples e envolvente, conceitos fundamentais como a função do dinheiro, a importância da poupança e a distinção entre necessidades e desejos. Foi ainda criada uma música original "Comprar um carrossel", que transmite, de forma criativa e memorável, mensagens de planeamento financeiro e consumo consciente. Enquanto patrocinador oficial do musical O Panda e os Caricas, o Banco estendeu esta abordagem ao contacto presencial com crianças e famílias, ampliando o alcance da iniciativa e reforçando, em contexto real, as mensagens de poupança e gestão responsável do dinheiro.

3.3.3 Privacidade, proteção de dados e cibersegurança

Nesta secção, explicamos como gerimos os seguintes IRO:



Impacto negativo derivado da possibilidade de violar os direitos dos clientes, colaboradores ou acionistas, como consequência da falta de medidas técnicas ou organizativas adequadas para proteger os seus dados pessoais, de acordo com a regulamentação aplicável e as práticas estabelecidas no Grupo Santander.



Educação e sensibilização sobre questões relacionadas com cibersegurança para compreender potenciais ameaças e mecanismos para as evitar.



Perdas potenciais como consequência de sanções ou redução no número de clientes perante uma possível falha na deteção ou resposta eficaz a incidentes de privacidade.

i. Privacidade e proteção de dados

A utilização de novas tecnologias e o avanço da digitalização da atividade impulsionaram um aumento significativo do tratamento de dados pessoais.

Neste contexto, o nosso compromisso com o cumprimento da regulamentação de proteção de dados ao longo de todo o seu ciclo de vida é essencial. Neste sentido, comprometemo-nos em garantir os melhores níveis de segurança e de proteção de dados pessoais daqueles com quem se relaciona, cumprindo com as legislações e orientações europeias e nacionais aplicáveis nestas matérias de privacidade e proteção de dados pessoais. As nossas políticas e normas corporativas mantêm-se alinhadas com as leis de proteção de dados e privacidade, e promovem uma gestão ética e transparente da informação pessoal para que as pessoas mantenham um maior controlo sobre os seus dados. O Banco Santander Portugal garante a aplicação de medidas que permitem a eliminação ou retificação de dados que possam ser desnecessários, inexatos ou incompletos, bem como a sua conservação apenas pelo tempo estritamente necessário à sua legítima utilização. As medidas de segurança do Banco garantem a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência dos sistemas e serviços associados às atividades de tratamento de dados, pretendendo reforçar a proteção dos direitos e liberdades dos titulares; e fortalecer a confiança das pessoas e da sociedade em geral.

A política de *compliance* do Banco Santander Portugal garante uma adequada gestão de riscos em termos de proteção de

dados pessoais da seguinte forma:

- Critérios corporativos que estabelecem linhas gerais de atuação vinculadas aos requisitos regulatórios aplicáveis em cada momento.
- Responsabilidade do Banco Santander Portugal no cumprimento das obrigações constantes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e na demais legislação aplicável em termos de proteção de dados pessoais.
- Um modelo de governo sólido com três eixos fundamentais:
 1. uma política corporativa de referência e suas diferentes transposições locais;
 2. a designação do Encarregado de Proteção de Dados (EPD), formalmente nomeado e devidamente comunicado à autoridade de controlo local (Comissão Nacional de Proteção de Dados); e
 3. um programa de supervisão baseado em indicadores de gestão periódicos e de revisão anual.

Outras medidas que reforçam o nosso compromisso com a proteção de dados pessoais são:

- Colaboração exclusiva com prestadores de serviços que cumpram os princípios exigidos pelas normas de proteção de dados;
- Revisões específicas de auditoria interna sobre o cumprimento dos regulamentos de proteção de dados pessoais, como parte do seu programa anual

Em 2025 foi realizada, pela área de Auditoria Interna, uma auditoria sobre o Cumprimento do RGPD no Banco. O *rating* geral atribuído melhorou face à auditoria de 2022. Ainda que não tenham sido identificados aspetos de especial materialidade, foi emitida uma recomendação dirigida diretamente à área de Proteção de Dados, classificada com grau reduzido de criticidade. A recomendação incidiu no reforço dos controlos sobre políticas de privacidade, registos de tratamento e gestão de cookies;

- Utilização de ferramentas para tarefas de gestão relativas à proteção de dados pessoais, que permitem a consolidação de informação de controlo como o inventário das atividades de tratamento, reporte periódico de indicadores, gestão de incidentes de segurança realizados pelo Banco;
- No âmbito da gestão de violações de dados pessoais, em 2025, foram registados, 47 incidentes. Apenas dois foram reportados à CNPD, por se considerar que poderiam gerar risco para os direitos e liberdades dos titulares. A maioria dos incidentes teve impacto reduzido, estando

principalmente associado ao envio de comunicações eletrónicas para destinatários incorretos;

Em 2025, o Banco Santander Portugal respondeu a um volume significativo de pedidos de exercício de direitos dos titulares de dados e a reclamações relacionadas com a gestão da sua informação pessoal. Estes pedidos estiveram maioritariamente relacionados com atualização de contactos e gestão de dados de clientes;

- Formação técnica do DPO e respetiva equipa, bem como da Assessoria Jurídica e das demais áreas responsáveis pela proteção de dados pessoais;
- Ações de formação e sensibilização dos Colaboradores, bem como de Fornecedores;
- Acompanhamento contínuo da evolução regulatória, o que permite ao Banco Santander Portugal ter critérios, metodologias e documentação sólidas e atualizadas.

Foram desenvolvidas iniciativas complementares de reforço da conformidade e de sensibilização no âmbito da proteção de dados:

- Controlo do cumprimento dos prazos de apagamento de dados;
- Implementação de um novo modelo de governo para revisão periódica do inventário de atividades de tratamento;
- Desenvolvimento, a nível do Grupo, de Binding Corporate Rules (BCRs), atualmente em curso, visando o reforço das garantias de proteção de dados nos fluxos internacionais.

ii. Cibersegurança

A cibersegurança é crucial para apoiar o nosso propósito de ajudar as pessoas e as empresas a prosperar e oferecer aos nossos clientes excelentes serviços digitais, sendo a promoção e o desenvolvimento da cibercultura dimensões centrais da nossa estratégia de cibersegurança.

O Banco Santander Portugal dispõe de um modelo de cibersegurança, aprovado pelo conselho de administração do Banco e adotado nos nossos respetivos órgãos de direção. Este define o governo, as funções, os papéis e as responsabilidades para a gestão da cibersegurança. Com base neste modelo, articula-se um conjunto de políticas de cibersegurança alinhadas com padrões internacionais e em revisão contínua para manter e melhorar os níveis de segurança.

Num contexto em que surgem continuamente novas formas de ameaça digital e novos vocabulários, a forma como pessoas e tecnologia interagem está a mudar – impactando clientes,

colaboradores e restantes *stakeholders*, pelo que proteger a informação dos nossos clientes e colaboradores é uma responsabilidade partilhada por todos os que trabalhamos no Grupo Santander.

Em 2025, o Grupo Santander reforçou o princípio “a cibersegurança em primeiro lugar” através do lançamento do Programa *CyberPro*, com o objetivo de consolidar uma mentalidade que prioriza a segurança digital em todas as atividades do nosso dia a dia. Este programa traduz-se em iniciativas estruturadas, com impacto direto na avaliação anual de desempenho dos colaboradores, nomeadamente:

- Atualização contínua dos módulos formativos obrigatórios em cibersegurança.
- Ações de formação adicionais dirigidas a populações de risco elevado, adaptadas aos diferentes cenários de ataque potenciais, abrangendo gestão de topo e respetivas equipas de apoio, equipas técnicas de TI, *DevOps* e Pagamentos, bem como *Contact Center*, Rede Comercial e Fornecedores.
- Realização regular de exercícios de simulação com comunicações suspeitas através de vários canais (e-mail, SMS, voz, entre outros).
- Ações de sensibilização contínua em canais específicos, incluindo *Cyber Tips Communities*, a iniciativa *ZeroClicks* e a utilização de screensavers temáticos em todos os PCs dos colaboradores.

Reconhecemos igualmente que clientes mais informados são clientes mais preparados para enfrentar os riscos da vida digital. Por isso, desenvolvemos um conjunto de iniciativas de literacia em cibersegurança:

- Adoção de regras de escrita acessíveis em todas as comunicações de segurança para clientes, incluindo alertas no *site*, nas aplicações móveis, SMS e mensagens de extrato.
- Disponibilização de dois cursos gratuitos, *Cyber Heroes 1 e 2*, acessíveis a qualquer visitante, que permitem testar conhecimentos sobre as principais tipologias de burlas e fraudes digitais, reforçando a capacidade de identificação e reporte.
- Lançamento, nas redes sociais, da série “*Geração Alpha*”, na qual crianças explicam a adultos as boas práticas de segurança na vida digital, iniciativa que registou elevados níveis de interação e alcance.
- Realização de *Cyber Talks* em várias agências, de Norte a Sul do país, em ambiente de proximidade, onde são explicadas em detalhe as principais burlas em contexto

digital e as formas de prevenção.

Reforçamos ainda o nosso papel enquanto ator de referência na ciber-resiliência nacional, com especial destaque para a participação na Rede Nacional de CSIRTs e na Aliança para a Cibersegurança. Na Rede Nacional de CSIRTs, que agrega as principais equipas de resposta a incidentes em Portugal, o Banco Santander Portugal tem assumido funções de liderança, incluindo participação no Comité Executivo e coordenação da infraestrutura de serviços partilhados (MISP, canais de comunicação, partilha documental, etc.). Na Aliança para a Cibersegurança, organização que junta grandes instituições de setores críticos, o Grupo Santander contribui ativamente para grupos de trabalho sobre implementação regulatória, gestão de risco em Inteligência Artificial, risco de cadeia de fornecimento e desenvolvimento de uma *framework* comum de avaliação de risco de fornecedores, promovendo standards

transversais ao mercado. No setor financeiro, o Banco participa no *National Finance ISAC / CIISI-PT*, na Comissão Interbancária dos Sistemas de Pagamento (CISP) e no Fórum para o Sistema de Pagamentos (FSP), todos liderados pelo Banco de Portugal, reforçando a cooperação em matéria de cibersegurança, fraude e resiliência operacional. Estas colaborações são complementadas pela participação em exercícios nacionais como o CIBER PERSEU do Exército Português, em conferências de referência (*C-DAYS*, *BSides Lisbon*) e em iniciativas de sensibilização conjuntas com o Centro Nacional de Cibersegurança. No seu conjunto, estas iniciativas, alianças e fóruns consolidam o compromisso do Banco Santander Portugal com uma governança robusta, gestão responsável do risco tecnológico e proteção dos *stakeholders*, contribuindo para uma transformação digital sustentável e para um ecossistema financeiro mais seguro, colaborativo e alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

4. Conduta empresarial

(Informação de governo)

4.1 Cultura empresarial

A nossa cultura

A cultura empresarial do Santander, *The Santander Way*, é a base do nosso sucesso. Os nossos valores (Simples, Próximos e Justos), os nossos comportamentos (T.E.A.M.S), os nossos princípios de liderança e a nossa sólida cultura de risco (*Risk Pro*) guiam-nos todos os dias.

O *Santander Way* estabelece os padrões e valores comuns que queremos que prevaleçam em todo o Grupo Santander. Estes refletem-se na nossa política global de cultura. Em 2025, reforçamos a nossa cultura impulsionando novas formas de trabalho e de desenvolvimento profissional bem como o lançamento de iniciativas que refletem proximidade, clareza na comunicação, reconhecimento e *feedback* contínuo, sempre com a missão de ajudar pessoas e empresas a prosperar, e de ser a melhor plataforma aberta de serviços financeiros, agindo de forma responsável e conquistando a confiança dos colaboradores, clientes, acionistas e comunidades, guiado sempre pelos valores “Simples, Próximo e Justo” e pela cultura de risco (“*Risk Pro*”), que sublinha que a gestão de risco é tarefa de todos.

Por outro lado, está em prática o novo modelo de *domain based management*, através do qual o Grupo Santander alinhou globalmente as práticas de trabalho, promovendo um modelo comum com base na metodologia *agile*, aplicada a todo o ciclo de desenvolvimento e criação de produtos e serviços. Esta alteração aumenta a cultura de transparência entre todos os níveis da organização e promove a agilidade e autonomia das equipas.

Relativamente aos valores, o Grupo Santander pretende ser “Simples”, na oferta aos clientes de um serviço acessível, com produtos simples e de fácil compreensão, através de uma linguagem simples, “Próximo” através do atendimento dos clientes de forma personalizada, oferecendo produtos e serviços adequados às suas necessidades específicas, onde se pretende que cada colaborador e cliente se sinta valorizado e tratado de forma única, e “Justo”, onde os colaboradores e clientes são tratados de forma justa e igualitária, com transparência e cumprimento das promessas feitas.

A forma “como” são feitas as coisas é tão importante como o “que” é feito e a cultura do Banco Santander Portugal pretende assegurar que os seus colaboradores não se limitam a cumprir os requisitos legais e regulatórios, mas que são simples,

próximos e justos em tudo o que fazem.

Porque o feedback dos colaboradores é que nos permite avaliar o progresso e propor planos de ação que nos permitam continuar a progredir, está implementada a plataforma “*Your Voice – speak up, we’re listening*” e através da qual, de forma regular, são realizados inquéritos a todos os colaboradores de forma a avaliar a sua satisfação e nível de compromisso com o Banco Santander Portugal, bem como refletir e agir sobre as oportunidades de melhoria. São a forma de ouvir os colaboradores.

Por outro lado, promovemos novas formas de trabalhar flexíveis e ágeis, com oferecemos aos nossos colaboradores oportunidades de crescer e de participar em projetos interessantes, no contexto da transformação digital da organização.

Esta cultura é seguida por todos os colaboradores, entidades e filiais do Banco Santander Portugal e em todas as áreas de negócio.

Algumas das nossas iniciativas são:

- **Town Halls** regulares acessíveis a todos os colaboradores para partilha das mensagens estratégicas e os focos principais.
- Reconhecimento, através da criação dos **Santander Awards**, onde reconhecemos comportamentos, projetos, lideranças e carreira. As nomeações para a categoria de comportamentos tiveram a participação ativa de todos os colaboradores.
- Alinhámos os nossos processos com a nossa cultura e adaptámos o nosso planeamento de sucessões para garantir que os colaboradores destinados à promoção também sejam **embaixadores culturais**.
- Continuamos a promover a nossa cultura através do processo de avaliação desempenho, **MyContribution**, onde 50% se baseia no “que” fazemos, 40% no “como” o fazemos e 10% na nossa gestão de risco.



Para mais detalhes sobre cultura empresarial, consultar: [do-politica-corporativa-de-cultura-es.pdf](#)

1. *Deliver, Develop, Transform*. Em 2025, lançamos três novos princípios que orientam a nossa forma de trabalhar e liderar no Santander. Estes princípios, cocriados com profissionais do Grupo, foram inicialmente lançados entre os *managers*, com a

ambição de estendê-los a toda a organização durante 2026, e constituem um guia prático para liderar num contexto de transformação constante.

2. Desenvolvimento e *learning*: Reforçamos as ferramentas e os recursos que oferecemos aos colaboradores para melhorar as suas competências e a sua empregabilidade, alinhando-nos com as necessidades críticas do negócio e do mercado.

3. Promovemos formas de trabalho flexíveis e ágeis, que permitem às nossas equipas crescer e participar em projetos transformadores, como a adoção da inteligência artificial, que impulsionam a inovação e a eficiência em todo o Grupo Santander.

4. Fomentamos uma cultura inclusiva, com equipas diversas e complementares. O nosso objetivo é que as nossas equipas reflitam a diversidade dos contextos em que operamos.

5. Cuidamos dos colaboradores através de uma estratégia de bem-estar, que promove hábitos saudáveis e o equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

6. Impulsionamos a participação dos nossos colaboradores em iniciativas de voluntariado relacionadas com a educação financeira, a inclusão, a educação, a empregabilidade, o empreendedorismo e outras necessidades locais.

7. Escutamos as nossas equipas e implementamos planos de ação que nos permitem continuar a construir o melhor lugar para trabalhar através do YourVoice.

4.2 Conduta ética

Nesta secção, explicamos como gerimos os seguintes IRO:

I+

Atuar de forma responsável e tendo em conta não só os interesses dos investidores, mas também o impacto nos colaboradores na sociedade e no ambiente incluindo o pagamento de impostos para apoiar a distribuição de riqueza.

I-

Provocar um dano na sociedade devido a práticas de suborno e corrupção.

R

Riscos derivados de condutas inadequadas que dão aparência de legitimidade e legalidade a fundos ou ativos de origem ilícita permitindo que se produza atividade criminosa ou beneficiar da mesma.

4.2.1. Normas de conduta

O Código Geral de Conduta (CGC) estabelece os comportamentos e valores que devem ser observados por todos os colaboradores do Banco Santander Portugal na sua relação com colegas de trabalho, clientes, fornecedores e a

Os Nossos comportamentos



Os Nossos Princípios

→ Deliver

- Think Value^A
- Think Customer^B
- Tomar decisões corretas e em tempo útil

→ Develop

- Construir equipas de elevado desempenho
- Estabelecer objetivos claros e dar feedback
- Garantir um bom ambiente de trabalho

→ Transform

- Liderar a mudança
- Think Global^C
- Confiar e colaborar
- Promover uma mentalidade estratégica

A nossa cultura sólida de gestão de riscos

risk pro
Everyone's business

A. Queremos ser o banco mais rentável e maximizar o valor para os nossos acionistas.

B. O nosso objetivo é ser o banco principal para os nossos clientes.

C. Estamos a construir o ONE Santander para aproveitar a nossa combinação única de solidez global e liderança local.

sociedade em geral. Contribui para uma cultura sólida de gestão de riscos e de cumprimento, e atua como mecanismo de prevenção face aos riscos a que estamos expostos. O CGC está disponível no *site* corporativo para consulta por todos os grupos de *stakeholders*.

O CGC promove a igualdade de oportunidades, a não discriminação, a tolerância zero perante o assédio sexual ou laboral, o respeito pelas pessoas, a conciliação e os direitos humanos.

O conselho de administração do Banco Santander Portugal pessoal em geral, alta direção e membros dos órgãos de administração das unidades que integram o Banco Santander Portugal – devem ter conhecimento e cumprir.

A área de Auditoria Interna analisa regularmente o cumprimento do CGC, com autonomia para verificar se este é adequado e eficaz.

Este Inclui uma mensagem do nosso CEO sobre a importância de ter uma cultura corporativa sólida e comum na qual todos os colaboradores do Banco Santander Portugal estão integrados.

Os principais mecanismos de implementação do CGC são:

i. Formação obrigatória anual sobre o CGC, que reforça as orientações de conduta no dia a dia para prevenir riscos incluindo a eventual responsabilidade penal do Grupo Santander), o tratamento de conflitos de interesse de acordo

com a política aplicável³⁹ e a gestão de ofertas e convites provenientes de terceiros. Esta formação é complementada com uma declaração de tomada de conhecimento do CGC que deve ser subscrita por todos os colaboradores.

Também damos formação sobre as diretrizes do CGC aos membros do conselho do Grupo Santander, que são fundamentais para evitar e mitigar riscos, estabelecer uma cultura corporativa baseada em princípios éticos e cumprimento das regras internas e externas.

ii. Campanhas de sensibilização (correio eletrónico, intranet e outros meios) para reforçar o conhecimento do CGC, do Canal Aberto e das normas mais recentes de proteção das pessoas informantes.

iii. A função de *Compliance*, que responde às dúvidas dos colaboradores sobre a aplicação do CGC.

iv. *Canal Aberto*, o nosso canal de denúncias interno através do qual os colaboradores e grupos de *stakeholders* podem comunicar incumprimentos do CGC e dos comportamentos corporativos.

v. Gestão e sanção dos incumprimentos do CGC de acordo com a regulamentação aplicável.

As nossas métricas de apetite ao risco incluem a monitorização da conclusão da formação obrigatória dos colaboradores sobre o CGC. A cada trimestre, são analisados os dados de conclusão para cada geografia do Grupo Santander, que atualmente, a nível local, tem uma taxa de resposta de 98,8%. Por conseguinte, não existe qualquer obrigação de pôr em prática planos de remediação.

A formação obrigatória faz parte da avaliação anual de desempenho, o que incentiva a sua realização dentro do prazo.

Além disso, utilizamos uma métrica de gestão para identificar quantos incidentes comunicados aos canais éticos do Grupo Santander estão vinculados a incumprimentos do CGC.

4.2.2 Tributação responsável

Os princípios que orientam a atuação do Banco Santander Portugal em matéria fiscal são coerentes com o nosso propósito e estão alinhados com a nossa estratégia de negócio. A nossa estratégia fiscal é aprovada pelo conselho de administração e revista periodicamente.

O sistema de gestão e controlo do risco fiscal construído sobre o nosso sistema de controlo interno, reúne as ações que permitem um adequado cumprimento da estratégia fiscal e dos princípios que a integram.

Participamos ativamente em diversos programas de

cumprimento cooperativo em conjunto com a Autoridade Tributária. Atualmente estamos a participar no projeto piloto da Informação Anual de Transparência. Em 2022 aderimos Código de Boas Práticas Tributárias em Portugal e participamos regularmente no Fórum dos Grandes Contribuintes.

Os princípios que integram a estratégia fiscal do Banco Santander Portugal devem permitir, além de um cumprimento da regulamentação aplicável, conformidade com a criação de valor.

Princípios da estratégia fiscal do Banco Santander Portugal

- Cumprir as obrigações fiscais, realizando em todos os casos uma interpretação razoável das normas aplicáveis que atenda ao seu espírito e finalidade.
- Respeitar as regras sobre preços de transferência, tributando em cada jurisdição de acordo com as atividades desenvolvidas, os riscos assumidos e os benefícios gerados.
- Não prestar qualquer tipo de assessoria ou planeamento fiscal na comercialização e venda de produtos e serviços financeiros, nem intervir em operações ou atividades que facilitem a evasão fiscal ilícita por parte dos nossos clientes.
- Comunicar de forma transparente a contribuição fiscal do Banco, distinguindo nas principais jurisdições os impostos próprios dos impostos de terceiros.
- Não criar nem adquirir participações em entidades domiciliadas em países ou territórios considerados jurisdições não cooperantes, sem autorização do conselho de administração, e manter um controlo adequado sobre a presença do Banco nesses territórios.



Para mais informações sobre a estratégia fiscal, consultar o site corporativo santander.com

A contribuição fiscal do Banco Santander Portugal constitui um fator muito importante através do qual o Banco promove a sua contribuição para um crescimento inclusivo e sustentável.

Os impostos totais pagos⁴⁰ pelo Banco Santander Portugal no exercício de 2025 ascendem a 945 milhões de euros, dos quais 605 milhões de euros correspondem a impostos próprios pagos diretamente pelo Banco Santander Portugal às administrações públicas, sendo o restante relativo a impostos cobrados a terceiros no âmbito do desenvolvimento da nossa atividade económica.

Os impostos próprios pagos diretamente pelo Banco Santander Portugal fazem parte da demonstração de fluxos de caixa e correspondem, fundamentalmente, ao imposto sobre os lucros

integrada nesta política.

⁴⁰ Dados referentes ao perímetro geográfico do Santander em Portugal.

³⁹ A política de conflitos de interesses foi atualizada para a alinhar com o Código Geral de Conduta (atualizado em 2024) e para a simplificar. Adicionalmente, a política de conduta na gestão de compras foi

pago em 2025 (437 milhões de euros).



Para mais informações sobre a contribuição fiscal do Grupo, consultar o [Relatório de Sustentabilidade do Grupo Santander](#)

4.2.3 Financial crime compliance (FCC)

O Banco Santander Portugal mantém um compromisso firme com a prevenção dos crimes financeiros e com o cumprimento da regulamentação aplicável.

O enquadramento corporativo de prevenção do crime financeiro (FCC, pelas suas siglas em inglês), aprovado pelo conselho do Grupo Santander e ratificado pelas unidades locais, estabelece os princípios-chave de prevenção que sustentam os seguintes programas: o de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo (PBC/FT); o de sanções; e, desde 2023, o de anti-suborno e anticorrupção (ABC, pelas suas siglas em inglês – *Anti-Bribery and Corruption*). Este enquadramento está disponível para todos os colaboradores e para terceiros interessados.

Além disso, são utilizados canais de informação para sensibilização da importância da prevenção de crimes financeiros. É também ministrada formação anual a todos os colaboradores, incluindo à Alta Direção aos Órgãos Sociais, e comunicamos com os nossos *stakeholders* por vários canais (páginas da Intranet corporativas e subsidiárias), são ainda realizadas campanhas de sensibilização, remetidas newsletters internas e é feita a divulgação das melhores práticas, para que todos possam conhecer e compreender as suas responsabilidades em todas as operações do Banco

As políticas que desenvolvem este enquadramento – incluindo o Guia de diligência devida do ciclo de vida do cliente – são concebidas em conformidade com a regulamentação nacional e internacional aplicável em matéria de crime financeiros, com o objetivo de gerir e mitigar os riscos associados a tal matéria e proteger a integridade do Grupo Santander em todos os negócios e operações. Revemos e atualizamos periodicamente as nossas políticas para assegurar a sua consistência com as frequentes alterações regulatórias e com os novos riscos e ameaças externas.

Além disso, dispomos de uma metodologia comum de supervisão que permite verificar o cumprimento do enquadramento em todas as operações, com base em critérios padronizados e exigentes. A função de *Financial Crime Compliance* (FCC) desempenha, adicionalmente, um papel essencial na promoção da cultura e da sensibilização das métricas de PBC/FT entre todos os colaboradores do Banco Santander Portugal.

As equipas centrais e das unidades de negócio com competências em matéria de Prevenção do Crime Financeiro mantêm um diálogo contínuo com as variadas áreas de negócio

e funções de todo o Grupo Santander para identificar novos tipos de risco, abordar desafios emergentes para a sua prevenção e implementar boas práticas de gestão, controlo e mitigação. Entre os temas relevantes de banca responsável, importa destacar: pessoas em situação especial e crimes de tráfico de pessoas e exploração, e crimes ambientais:

Pessoas em situação especial⁴¹

O envolvimento de FCC no processo de abertura de conta de clientes apoia a ambição do Banco Santander Portugal em permitir o acesso a serviços financeiros a pessoas em situações especiais e exige às unidades de negócio que mitiguem, com critérios objetivos e em conformidade com a regulamentação aplicável, os potenciais riscos de crimes financeiros associados a estes grupos.

Os procedimentos obrigatórios de FCC — identificação, segmentação de risco e diligência devida do cliente — aplicados a pessoas em situações especiais para o acesso a serviços bancários, assim como as atualizações documentais previstas no enquadramento de FCC, são executados sem enviesamentos indevidos e com estrito respeito pela legislação e regulamentação aplicáveis. Além disso, o Grupo Santander tem vindo a realizar processos de *onboarding*, tanto remotos como presenciais, para disponibilizar o acesso e oportunidades em condições de equidade, adaptados às circunstâncias de cada cliente.

Crimes de tráfico de pessoas e exploração e crimes ambientais

A nossa avaliação de risco de clientes tem em conta os riscos decorrentes dos setores em que os mesmos operam. Para efeitos da sua categorização, é considerada a exposição a práticas corruptas, tráfico de pessoas, escravatura moderna, exploração laboral, abuso infantil e crimes ambientais. Os clientes que prosseguem atividades associadas a estes setores são submetidos a uma *due diligence* reforçada, no âmbito do processo de *Know Your Customer* (KYC) para avaliar com maior precisão o seu nível de exposição ou potencial ligação a estas práticas. Além disso, contamos com sistemas de controlo de transações que ajudam a detetar movimentos irregulares que possam provir ou estar relacionados com tais atividades.

O Banco Santander Portugal participa ativamente em iniciativas público-privadas e em fóruns especializados, nos quais aporta conhecimento, experiência e análise em matéria de prevenção de crimes financeiros. Como Banco global que apresenta uma ampla oferta de produtos e serviços, o Banco possui uma compreensão consolidada dos riscos próprios do setor. Mantemos um compromisso firme com a integridade do sistema financeiro e com o desenvolvimento de soluções eficazes que promovam a cooperação entre os setores público e

⁴¹ Pessoas em situação especial (lista não exaustiva): pessoas que vivem em zonas extremamente rurais, pessoas que vivem em centros assistenciais ou pensionistas, pessoas sem capacidade para gerir os seus assuntos

financeiros, expressão de género, estudantes e jovens, pessoas que vivem em albergues/refúgios, reclusos e pessoas em liberdade condicional, estudantes internacionais, ou emigrantes económicos, refugiados, isolados.

privado para abordar desafios complexos e de alcance global.

Suborno e corrupção

Em 2025, continuámos a implementar o nosso programa ABC, que também está sujeito a revisão e atualização regulares, em consonância com as restantes políticas.

Realizamos um exercício de autoavaliação de risco e controlo (RCSA) para identificar o risco residual dentro da organização. Este processo envolve a avaliação dos riscos inerentes às nossas atividades comerciais em termos de crime financeiro, com fatores chave de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, considerando também fatores como o suborno e a corrupção. Em 2025, continuámos a melhorar a nossa estratégia de sensibilização, que se baseia nos programas incluídos no nosso quadro corporativo, combinando formação básica com programas personalizados.

Ao longo do ano foram realizadas ações formativas sobre riscos ABC.

A formação mantém-se como um indicador-chave de desempenho do compromisso do Grupo Santander com a mitigação do suborno, da corrupção e de outros riscos de crimes financeiros, e assegura que todas os colaboradores – ao longo da primeira, segunda e terceira linhas de defesa – compreendem as suas funções e responsabilidades na gestão de FCC.

O número de colaboradores com formação destaca o nosso compromisso, enquanto Banco Santander Portugal, com a mitigação de suborno, corrupção e outros riscos de FCC. Em particular:

- 4047 colaboradores formados no âmbito FCC



Para mais informação, consultar a secção 4.4 Os nossos fornecedores.

Em 2025, continuámos a reforçar a nossa avaliação e mitigação dos riscos relacionados com prestadores de serviços e fornecedores, a fim de automatizar os controlos decorrentes do programa ABC. Para apoiar esta iniciativa, os colaboradores do Grupo Santander receberam formação especializada sobre ABC e sobre o nosso Código de Conduta. Este representa mais um passo em frente que reforça significativamente a resiliência operacional e o cumprimento regulatório do Banco Santander Portugal.

Procedimento para a deteção e gestão de incidentes

Em 2025, o Banco Santander Portugal manteve um sistema robusto para a deteção, investigação e gestão de incidentes de crimes financeiros, em conformidade com a regulamentação aplicável de FCC (incluindo aquelas com indícios de suborno ou

corrupção). A unidade de inteligência financeira identifica, avalia e comunica às autoridades competentes operações suspeitas, de acordo com o previsto na legislação aplicável.

O referido sistema assenta em controlos internos claramente definidos, mecanismos de investigação independentes e estruturas de governo concebidas para garantir uma gestão imparcial e eficaz dos incidentes. Os resultados das investigações são comunicados periodicamente aos órgãos de governo competentes e de supervisão do Grupo.

Além disso, o Canal Aberto, disponível a todos os colaboradores, fornecedores, clientes e outros *stakeholders*, permite comunicar possíveis incumprimentos de leis ou normativos internos relacionados com a prevenção de crimes financeiros.

De acordo com os critérios estabelecidos⁴², e tal como em 2024, neste exercício não foram recebidas condenações, multas ou sanções em matéria de corrupção e antisuborno, nem relativamente ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo que sejam consideradas materiais face à atividade do Banco Santander Portugal.

4.3 Canais éticos

GRI 2-23, 2-24, 2-25, 3-3

Nesta secção, explicamos como gerimos os seguintes IRO:



Proteção da confidencialidade dos utilizadores do canal de denúncias do Banco estabelecendo um sistema de comunicação eficaz baseado em princípios e procedimentos sólidos.



Impacto negativo no ambiente ou na sociedade ao não implementar medidas para resolver incidentes reportados através dos canais de reclamação ou denúncias ou ao não implementar melhorias contínuas.

O Canal Aberto é o canal de denúncias do Banco Santander Portugal, anónimo e confidencial, para comunicar alegadas condutas não éticas. Protege as pessoas informantes ao proibir expressamente represálias ou qualquer consequência negativa contra elas.

Os *standards* deste canal incluem: o apoio do CEO; comunicação aos colaboradores sobre a importância de utilizar o canal; a informação sobre o tratamento dos incidentes e as lições aprendidas; o acesso simples e a possibilidade de anonimato, caso desejado; a utilização de fornecedores externos para a receção de comunicações, de acordo com as boas práticas; a existência de mecanismos para gerir conflitos de interesse nas investigações internas; e a realização de

⁴² São reportados os procedimentos judiciais e administrativos que concluem com condenações, multas ou sanções definitivas a entidades

do Grupo, consideradas materiais de acordo com os critérios e limiares definidos para este efeito pelo Grupo.

auditorias internas periódicas.

A política do Canal Aberto e o seu procedimento de utilização e funcionamento são aprovados pelo conselho de administração, que também designa este canal sob a alçada direta do respetivo *Chief Compliance Officer* Banco do Santander Portugal. Estas normas, tal como o Canal Aberto, estão à disposição dos colaboradores e dos grupos de *stakeholders* no Santander AGORA (Intranet) e na plataforma Canal Aberto.

O Canal Aberto é acessível para colaboradores através do Santander AGORA e, para outras pessoas legitimadas previstas na lei, através do *site* corporativo e do portal *web* do Canal Aberto. Foi criado para receber denúncias de colaboradores, fornecedores, clientes e outros *stakeholders*, que podem denunciar possíveis incumprimentos de leis ou normativos internos. Quaisquer incidentes comerciais ou reclamações que não respeitem o âmbito do Canal Aberto não são aceites neste canal.

Através do Canal Aberto podem ser comunicadas suspeitas de condutas no âmbito profissional relacionadas com:

- atos ilícitos no âmbito laboral;
- incumprimentos ou irregularidades do CGC e da sua regulamentação de desenvolvimento, suscetíveis de sanção disciplinar;
- práticas inadequadas em matéria de contabilidade ou auditoria, controlo interno ou influência indevida sobre auditores externos (Lei *Sarbanes-Oxley*);
- infrações da regulamentação do Mercado de Valores;
- irregularidades relacionadas com matérias de sustentabilidade⁴³;
- infrações da regulamentação de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como de corrupção e suborno;
- condutas que possam constituir um ato contrário à legalidade ou a qualquer outra regulamentação aplicável e, em particular, uma infração penal ou administrativa grave ou muito grave, ou uma infração do direito da União Europeia;
- atos ou comportamentos alegadamente não alinhados com os comportamentos corporativos do Grupo Santander.

O Grupo Santander gere diligente, independente e objetivamente as comunicações recebidas através do Canal Aberto, em benefício das partes envolvidas. Esta é uma medida de proteção para todos os que utilizam o canal de boa-fé, bem como para qualquer outra pessoa que faça parte das investigações internas relacionadas. Estes critérios, que constam na política do Canal Aberto, refletem o nosso

compromisso:

- Transmissão adequada das comunicações recebidas, sem prejuízo da sua eventual rejeição se se enquadrarem nos casos previstos na regulamentação interna ou se carecerem de fundamento.
- Prazo de 60 dias para a tramitação dos casos, que pode ser prorrogado por mais 30 dias nos casos de especial complexidade.
- Gestão dos conflitos de interesse na investigação dos casos recebidos, abstendo-se de participar qualquer pessoa que possa estar envolvida num eventual conflito com as pessoas abrangidas pela matéria comunicada. No Procedimento de Utilização e Funcionamento detalham-se, adicionalmente, as equipas competentes para a investigação de cada caso, de acordo com a natureza dos factos comunicados.
- Proibição de represálias sobre colaboradores ou outros grupos de interesse que, de boa-fé, comuniquem incumprimentos da regulamentação interna ou externa, ou condutas não alinhadas com os comportamentos corporativos, pelo simples facto de terem utilizado o canal ético correspondente.

Todos os anos, todos os colaboradores realizam um curso obrigatório sobre o Código Geral de Conduta, que inclui um módulo específico sobre a importância da utilização do Canal Aberto.

Além disso, aumentámos a consciencialização sobre o Canal Aberto e as suas garantias entre os nossos colaboradores através de campanhas de sensibilização ou divulgação de estatísticas sobre o tratamento das denúncias recebidas, as características do canal, quando usá-lo e outras informações.

A área de *Compliance* tem como objetivo melhorar a forma como o canal aberto é gerido e analisado, de forma a manter os nossos órgãos sociais a par dos riscos que possam ser detetados por esta via, das principais preocupações dos colaboradores e *stakeholders* e dos planos de ação que implementamos para reforçar a nossa cultura ética e de *compliance*.

Anualmente, a função de Cumprimento elabora um relatório dirigido ao Comité de Supervisão de Riscos, Regulação e Cumprimento e ao Comité de Auditoria, com o objetivo de informar os seus membros sobre a atividade dos canais do Grupo Santander, as principais estatísticas e outros aspetos relacionados com o Canal Aberto. Com o objetivo de oferecer uma visão holística dos incidentes relacionados com o CGC, este relatório foi reforçado com um maior nível de granularidade e transparência da informação, incluindo dados de incidentes relacionados com o CGC provenientes de fontes distintas do

⁴³ Refere-se a aspetos ambientais e sociais, incluindo os direitos humanos, e de boa governação.

Canal Aberto.

Periodicamente, são revistos pelo auditor externo, que garante a sua rastreabilidade e integridade.

Não há registo de quaisquer ações judiciais abertas por um trabalhador ou representante contra o Banco Santander Portugal, S.A. em relação a incidentes de discriminação ou violação de direitos fundamentais.

Não há registo de quaisquer relatos de incidentes graves relacionados com direitos humanos.

O auditor externo analisa esses dados regularmente para garantir a sua integridade.

4.3.2. Canal de irregularidades

A Política de Participação de Irregularidades, exigida pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020, está disponível no site do Banco.

Nesta Política são descritos todos os meios ao dispor para participação de irregularidades graves relacionadas com a administração, organização contabilística e fiscalização interna do Banco Santander Portugal ou de indícios sérios de infrações a deveres previstos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ou no Regulamento (EU) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, especialmente se forem suscetíveis de colocar o Banco numa situação de desequilíbrio financeiro.

4.4 Os nossos fornecedores

GRI 308-1, 308-2, 414-1, 414-2

Nesta secção, explicamos como gerimos os seguintes IRO:

I+

Promoção de práticas responsáveis entre os fornecedores interagindo com eles avaliando o seu desempenho em aspetos ambientais sociais e de bom governo (ESG pelas siglas em inglês) e fornecendo recomendações e ferramentas para melhorar.

R

Risco potencial derivado de não assegurar a resiliência operacional da cadeia de valor avaliando a solidez financeira a reputação e o cumprimento normativo dos fornecedores.

4.4.1 Práticas responsáveis com os nossos fornecedores

Na escolha dos seus fornecedores, o Banco Santander Portugal valoriza, entre outros fatores, a qualidade, a experiência e a estabilidade dos terceiros considerando que estes cumprem

com as leis e normas mais relevantes que lhes sejam aplicáveis.

O nosso modelo de externalização e gestão de terceiros, bem como a política de estratégia de externalização, regem-se uma metodologia corporativa para que os nossos fornecedores cumpram os requisitos mínimos exigidos pelo Grupo Santander e pela regulamentação, com o objetivo de evitar riscos por falta de resiliência operacional, solidez financeira, controlos de reputação ou conformidade regulamentar.

O Banco Santander Portugal espera que os seus fornecedores adotem políticas e procedimentos que garantam o cumprimento de princípios mínimos de conduta ética, social e ambiental, e que trabalhem igualmente para apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos.

O nosso Modelo de Fornecedores e a política Gestão e Certificação de Terceiros disponibiliza uma metodologia que garante que os fornecedores cumprem com os requisitos do Grupo Santander de modo a evitar riscos que possam ter em origem temas de resiliência, solvência, reputacional e controlo regulatório.

Além disso, para promover práticas responsáveis na nossa cadeia de abastecimento, temos uma metodologia de certificação ESG de fornecedores que complementa a política de certificação de terceiros, cujo objetivo é identificar os fornecedores que apresentam maior impacto em matéria de sustentabilidade, bem como determinar os controlos necessários sobre os nossos fornecedores em função do risco identificado.

Sustentabilidade em fornecedores

Em 2024, começamos a incorporar a nova metodologia de aprovação ESG no Grupo Santander que nos permite classificar os nossos fornecedores num nível de risco ESG final Alto, Médio ou Baixo, através de um breve questionário com o qual ajustamos a pré-classificação inicial ao considerar outros fatores, como o risco-país, o volume de funcionários ou aspetos ambientais específicos da empresa.

- Pré-classificação de risco: Isso nos permite pré-classificar todos os nossos fornecedores de acordo com a exposição ambiental e social do seu setor.⁴⁴
- Classificação de risco final: Um breve questionário que enviamos aos fornecedores que nos permite rever a pré-classificação e definir um nível de risco ESG baixo, médio ou alto, incluindo outros fatores como risco país, número de colaboradores e características ambientais específicas da empresa.

A avaliação inclui, entre outros aspetos ESG, o cálculo da pegada de carbono, a inclusão de género e de pessoas com deficiência, a flexibilidade no trabalho, o salário mínimo e as

⁴⁴ Com base no Atlas de Riscos ESG da S&P.

práticas de boa governança, a existência de Códigos de Conduta e políticas anticorrupção, o reconhecimento dos direitos humanos e laborais, ou outros aspetos contemplados em normas internacionais como o Pacto Mundial das Nações Unidas. A avaliação do fornecedor é complementada com planos de remediação, se necessário, de acordo com os resultados obtidos na certificação, a fim de cumprir os requisitos integrados na normativa interna e na respetiva regulamentação.

Normas ESG nas negociações com fornecedores

As negociações para adquirir determinados produtos e serviços, como cartões, eletricidade e veículos corporativos, incluem requisitos de sustentabilidade obrigatórios e específicos que incorporamos nas especificações de compra.

Além disso, solicitamos informações ESG na compra de outros produtos e serviços que também têm um vasto impacto ambiental e social, como compras de ATMs e hardware, e o transporte de dinheiro. Estas informações, que em 2024 foram consideradas para fins ilustrativos, incluem a pegada de carbono do produto ou serviço, a utilização de materiais reciclados ou renováveis, a eficiência energética, a acessibilidade para pessoas com deficiência e o cumprimento das leis sociais, laborais e ambientais na cadeia de abastecimento.

Outros aspetos relevantes

- O Banco Santander Portugal conta com uma ferramenta corporativa que nos permite padronizar os processos de certificação dos nossos fornecedores de maior risco em todos os países, na revisão dos principais riscos (cibersegurança, continuidade do negócio, segurança física, instalações e privacidade de dados), e que foi complementada com riscos adicionais (corrupção e suborno, TI, etc.).

- Avancámos na análise dos critérios ESG na negociação e avaliação do risco ESG de acordo com a metodologia existente, que está em contínua adaptação com base nas alterações regulamentares existentes e previstas na matéria e nas práticas e experiências decorrentes da gestão.
- Trabalhamos para alargar os nossos canais éticos para fornecedores ao resto dos nossos mercados principais.

4.4.2 Procedimentos de pagamento a fornecedores

Em 2025, o Banco Santander Portugal pagou aos fornecedores 380 milhões de euros. Cerca de 96% dos fornecedores são locais, mas representam unicamente 78% do volume total de compras.

O Banco Santander Portugal cumpre os prazos de pagamento aos fornecedores previstos na regulamentação aplicável. O prazo médio de pagamento atual é de 30 dias. O Grupo Santander dispõe, além disso, de um modelo de gestão de custos e controlos internos para o processamento adequado dos pagamentos a terceiros. Em 2025, tal como em anos anteriores, não foram identificadas diferenças significativas nos prazos de pagamento entre os tipos de fornecedores existentes, tal como em anos anteriores. Da mesma forma, tal como em 2024, o Banco Santander Portugal não tem qualquer processo judicial ou administrativo relacionado com a falta de pagamento a fornecedores.

O Banco Santander Portugal, tem ainda uma Parceria com a ACEGE, no programa “Compromisso de Pagamento Pontual”, uma iniciativa em Portugal, que procura mudar a cultura de atrasos nos pagamentos entre empresas. Esta é uma iniciativa para “pagar a horas” e melhorar a confiança e sustentabilidade da economia.

Notas de Sustentabilidade

NS 1. Cadeia de valor e outras informações

a) Cadeia de valor

O Grupo Santander definiu a sua cadeia de valor através da identificação de todos os agentes que nela intervêm. Para a identificação da cadeia de valor, foi considerado o perímetro de consolidação definido no relatório anual do Grupo Santander, abrangendo-o na sua totalidade.

O gráfico seguinte descreve a cadeia de valor do Grupo Santander, dividida em três grupos principais (*upstream*, operações próprias e *downstream*), identificando os agentes de cada um deles:



Para a definição da cadeia de valor, o Grupo Santander teve em conta as indicações da Diretiva 2022/2464 (parágrafo 33); do Regulamento Delegado 2023/2772 (ESRS 1); bem como do Guia da Cadeia de Valor publicado pelo EFRAG (*European Financial Reporting Advisory Group*). As definições utilizadas para a sua elaboração são as seguintes:

Upstream: conjunto de atividades ou processos realizados por empresas que fazem parte das fases *upstream* do Grupo Santander e que fornecem os insumos⁴⁵ que são utilizados para o desenvolvimento e a comercialização de produtos ou serviços próprios do Banco. Inclui empresas com as quais o Grupo Santander mantém uma relação comercial direta e indireta.

Instituições financeiras instituição monetária e entidade pública responsável por definir a política monetária que afetará o Banco Santander Portugal, regular a circulação fiduciária, supervisionar o mercado interbancário em que o

Banco opera, bem como lhe proporcionar liquidez, caso seja necessário por razões de solvência. Por exemplo, o Banco de Portugal.

Fornecedores de produtos e serviços: empresas que fornecem produtos e serviços que posteriormente são comercializados nas etapas posteriores da cadeia de valor do Banco ou que são utilizados pelo Banco para a realização das suas operações. Por exemplo, companhias de seguros (como fornecedores de produtos que se comercializam na etapa *downstream* do Banco), fornecedores de tecnologia, fornecedores de serviços de consultoria e auditoria externa, fornecedores de materiais e de escritórios.

O Grupo Santander assegura de forma contínua a adequada gestão e manutenção dos seus insumos, com o objetivo de oferecer um serviço de alto valor acrescentado aos clientes e garantir a continuidade do negócio.

Operações próprias: atividades realizadas nas diferentes

capital financeiro, infraestruturas físicas - edifícios, escritórios - infraestruturas tecnológicas, etc.).

⁴⁵ Recursos económicos que geram e/ou contribuem para a criação de produtos e nos permitem operar como banco (ex.: colaboradores,

geografias e subsidiárias do Banco pelas principais áreas funcionais e pelos colaboradores do Banco.

Ativos: ativos e bens propriedade do Banco. Ex.: ativos tangíveis (por exemplo, escritórios).

Geografias: locais onde se encontram as operações do Banco e das suas sociedades dependentes. Ex.: Portugal, Brasil, Espanha, Estados Unidos, Reino Unido, México, etc.

Áreas/funções transversais diferentes departamentos e áreas dentro do Grupo Santander cuja função é o desenvolvimento e a gestão das operações do banco. Ex.: áreas de *Compliance*, Riscos, Estratégia, Recursos Humanos, compras, etc.

Downstream: relações comerciais e produtos e serviços que o Banco comercializa para satisfazer as necessidades dos seus clientes e utilizadores finais.

Retail & Commercial Banking (Retail): atividade de banca comercial e de retalho que se centra em satisfazer necessidades financeiras, oferecendo uma variedade de produtos e serviços acessíveis e adaptados aos requisitos específicos dos clientes. Integra o negócio de banca de retalho e comercial (particulares, PME e empresas), exceto os clientes de banca privada e os negócios originados pelas sociedades de financiamento ao consumo e pelo negócio de cartões. Ex.: contas poupança, empréstimos hipotecários, cartões, serviços financeiros para PME.

Digital Consumer Bank (Consumer): Este negócio tem como objetivo converter relações de produto único em clientes bancários completos através de outros produtos bancários. Agrupa todo o negócio originado nas sociedades de financiamento ao consumo, incluindo também a *Openbank*, a *Open Digital Services (ODS)* e a *SBNA Consumer*. Ex.: empréstimos para automóveis, empréstimos ao consumo.

Corporate & Investment Banking (CIB): Este negócio oferece produtos e serviços à escala mundial a clientes corporativos e institucionais e também presta um melhor serviço à vasta base de clientes do Grupo Santander através da colaboração com os restantes negócios globais. Inclui *Global Transaction Banking*, *Global Banking (Global Debt Financing e Corporate Finance e Global Markets)*. Por exemplo: aconselhamento sobre fusões e aquisições (M&A), finanças corporativas, banca de investimento, gestão de ativos e gestão de riscos.

Wealth Management & Insurance (Wealth): Este negócio é dedicado a prestar serviços financeiros especializados a clientes de elevado património e àqueles que procuram proteger os seus ativos através de seguros. Integra a unidade corporativa de Banca Privada e Banca Privada Internacional em Miami e na Suíça (*Santander Private Banking*), o negócio

de gestão de ativos (*Santander Asset Management*), o negócio de Seguros (*Santander Insurance*) e a unidade que gere as plataformas de investimento e participações que complementam o negócio tradicional de *Wealth* (o novo vertical, *Portfolio Investments*).

Payments: Este negócio reúne as soluções digitais de pagamento do Grupo Santander. Fornece soluções tecnológicas globais para os seus bancos e para novos clientes no mercado aberto. Está integrado por dois negócios principais: *PagoNxt (Getnet, Ebury e PagoNxt Payments)* e *Cards* (plataforma de cartões e o negócio de cartões nos países onde operamos).

Negócios conjuntos, Associadas e Outras participações: entidades que não são integradas globalmente nas contas anuais, mas nas quais o Grupo Santander tem capacidade de decisão sobre as suas atividades operacionais que não tenham sido previamente consideradas na cadeia de valor.

Retalhistas: canais de venda de empresas nas fases finais da cadeia de valor que, através da sua própria rede comercial, se encarregam de vender os produtos e serviços do Banco aos seus clientes. Por exemplo: retalhistas de automóveis.

b) Estimativas e pressupostos significativos

O Grupo Santander divulga métricas que incorporam informações da cadeia de valor, incluindo tanto fontes de dados diretas (de clientes ou empresas nas quais investe) quanto dados estimados provenientes de fornecedores de dados externos ou calculados a partir de valores médios do setor. Em alguns casos, essas estimativas utilizam fatores sobre os quais o Grupo Santander não tem influência e que podem afetar significativamente as informações reportadas.

As estimativas e suposições mais significativas são as relacionadas com a apresentação das emissões de GEE, que estão sujeitas a um alto nível de incerteza de medição devido às limitações nas metodologias e nos dados, incluindo a dependência de dados de terceiros. Na nossa análise e estabelecimento de objetivos climáticos, utilizámos estimativas baseadas em quadros reconhecidos disponíveis na altura. À medida que os métodos e os dados evoluem, as nossas fontes de dados e números podem ficar obsoletos, e as atualizações das metodologias e pressupostos podem levar a conclusões diferentes. Portanto, espera-se que os fatores de emissão de gases de efeito estufa (GEE) aumentem assim que os dados estiverem disponíveis e as empresas associadas forem incluídas nos cálculos.

Além disso, os objetivos, ações e iniciativas relacionados ao clima exigem parâmetros prospetivos e horizontes de longo prazo. As nossas declarações prospetivas refletem a nossa visão atual dos eventos futuros e baseiam-se em expectativas, projeções e estimativas. Estas envolvem uma incerteza e um risco significativos, devido a fatores como a evolução da ciência, o desenvolvimento de metodologias, a variação de padrões, as condições futuras do mercado e os desenvolvimentos tecnológicos (que variam de acordo com as indústrias), bem como devido aos desafios na disponibilidade de dados, precisão e mudanças na regulamentação. Essas avaliações devem evoluir e não devem ser consideradas indicadores confiáveis de desempenho futuro.

Esperamos melhorias na qualidade, cobertura e

disponibilidade dos dados nos próximos anos, impulsionadas, entre outras coisas, pelo aumento da obrigação de apresentação de relatórios e divulgação de informações sobre sustentabilidade. Além disso, prevê-se o surgimento de novas diretrizes, padrões da indústria e investigação científica sobre o assunto. É por isso que o Grupo Santander se reserva o direito de rever e atualizar periodicamente os seus objetivos, metodologias e abordagens, conforme necessário.

Da mesma forma, a apresentação de informações relativas à Taxonomia da UE também está sujeita a incertezas, devido à qualidade dos dados e ao uso de dados de terceiros. Para mais informações, consultar a secção NS 4. Taxonomia europeia do Relatório de Sustentabilidade do Grupo Santander.

NS 2. Governo da sustentabilidade

Conselho de Administração

O conselho de administração do Banco Santander Portugal em funções é composto por quinze membros, sendo 9 não executivos e 6 executivos, 5 membros independentes (33%) e 6 membros do género sub-representado.

A política de seleção, avaliação de idoneidade e sucessão de administradores promove um equilíbrio sólido de competências técnicas, experiência e diversidade do ponto de vista do género, idade, origem geográfica, trajetória e conhecimentos.

Além disso, garante que os procedimentos de seleção não sofram de preconceitos implícitos que possam implicar qualquer tipo de discriminação, por motivos como deficiência, raça ou origem étnica.

Atualmente, o conselho de administração conta com uma presença equilibrada de mulheres e homens, com uma taxa de diversidade de 67%⁴⁶. Em termos de origem geográfica, 33% dos Administradores são originários de África e da América Latina e 73% possuem formação ou experiência internacional na Europa e nos Estados Unidos/Reino Unido, e alguns também com ampla experiência na América Latina e 20% em outras regiões. O conselho possui ainda as competências e a experiência necessárias para supervisionar questões de materialidade (por exemplo, em temas relacionados com a sustentabilidade, recursos humanos, cultura, talento e remunerações, bem como com a conduta empresarial e a gestão de riscos).

O conselho de administração, como órgão máximo de decisão, desempenha as seguintes funções relacionadas com a

sustentabilidade como matéria reservada para si:

- Aprovação das principais políticas corporativas, incluindo em qualquer caso a aprovação das políticas de responsabilidade social e de sustentabilidade, bem como as políticas referentes a donativos e mecenato e de donativos de natureza política, quando aplicável, ou a supervisão do desenvolvimento do Programa de Banca Responsável.

Comité de banca responsável, sustentabilidade e cultura

O comité de banca responsável, sustentabilidade e cultura auxilia a comissão executiva no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão no que diz respeito à estratégia de negócio responsável e às questões de sustentabilidade do Banco Santander Portugal e do Grupo Santander. Em particular, tem, entre outras, as seguintes funções:

- Definir o Plano Estratégico de Banca Responsável, Sustentabilidade e Cultura, em articulação com o plano corporativo do Grupo Santander;
- Incentivar e implementar medidas de crescimento inclusivo e sustentável alinhado com a Política de Banca Responsável e Sustentabilidade, com especial foco no combate às alterações climáticas, inclusão e educação financeira, diversidade e inclusão e investimento na comunidade, atuando junto dos nossos principais *stakeholders*: colaboradores, clientes e fornecedores,

⁴⁶ O rácio de diversidade é calculado dividindo o número de mulheres pelo número de homens. A percentagem de cada género no total de membros é de 40% de mulheres e 60% de homens.

comunidade e acionistas;

- Apreciar situações particulares propostas pela área de Gestão de Pessoas e respeitantes a colaboradores, que possam fundamentar a concessão de um apoio a título excecional por parte do Banco, para além do estabelecido nas políticas de recursos humanos em vigor;
- Acompanhar o Santander Universidades no apoio ao crescimento inclusivo e sustentável;
- Acompanhar iniciativas de cultura empresarial;
- Acompanhar as métricas de Banca Responsável e de Cultura Corporativa;
- Acompanhar as iniciativas da Fundação Santander que contribuem para os compromissos públicos do Grupo Santander;
- Avaliar as melhores práticas locais e do Grupo Santander;
- Analisar as conclusões do Grupo de Trabalho de Banca Responsável (constituído pelos responsáveis das diversas áreas, que tenham informações e dados pertinentes que sejam enquadráveis nestes temas);
- Efetuar o seguimento das Políticas de Banca Responsável, Sustentabilidade e Cultura do Banco e do Grupo.
- Efetuar o seguimento anual, ou sempre que se justifique, dos produtos de investimento em matéria de sustentabilidade de acordo com os requisitos regulatórios aplicáveis.

Para mais informações acerca do governo corporativo, consultar NS 2. Governo da sustentabilidade do [Relatório de Sustentabilidade do Grupo Santander](#).

Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria é responsável, entre outros, pela supervisão da integridade do reporte financeiro e dos controlos internos, pela eficácia da função de Auditoria Interna e pela relação com o auditor externo.

A Comissão de Auditoria é composta por 5 membros independentes e não executivos do Conselho de Administração.

Em 2025, a comissão realizou treze reuniões, cinco delas em conjunto com o Comité de Riscos a fim de garantir a eficácia na troca de informação e cobertura de todos os riscos.

Para mais informação, consulte o Regulamento da comissão de auditoria, disponível na página institucional do Banco.

Comité de Riscos

O Comité de Riscos tem, entre outras funções, aconselhar o Conselho de Administração sobre a apetência para o risco e a estratégia de risco gerais, atuais e futuras do Banco, auxiliá-lo na supervisão da execução da estratégia de risco, analisar se as condições dos produtos e serviços têm em consideração o modelo de negócio, e estratégia de risco do Banco, e examinar

se os incentivos na política de remuneração têm em consideração o risco, capital, liquidez e expectativas quanto aos resultados.

O comité é composto por cinco administradores independentes. Todos foram designados pelo conselho de administração tendo em conta os seus conhecimentos e experiência nas matérias relevantes para o comité, incluindo banca, contabilidade, auditoria, conhecimentos financeiros, estratégia, gestão de riscos, governo e controlo, bem como recursos humanos, cultura, talento e remunerações.

Em 2025, o comité reuniu dez vezes, cinco delas em conjunto com a Comissão de Auditoria.

No que se refere à informação de sustentabilidade, cabe ao Comité assegurar o desenvolvimento das políticas e estratégia de sustentabilidade e a implementação de códigos de conduta, sempre que estas competências não sejam exercidas por outro comité societário.

Cabe também ao Comité supervisionar o processo de elaboração dessa informação, recebendo atualizações periódicas do *Chief Accounting Officer* (CAO) do Grupo Santander e das principais funções responsáveis pela informação de sustentabilidade.

Para mais informação, consulte o Regulamento do comité, disponível na página institucional do Banco.

Outros órgãos de governo

Comité de Controlo de Riscos

O Comité de Controlo de Riscos (CCR) é composto por membros de topo das áreas de riscos, cumprimento, contabilidade, entre outras e presidido pelo *Chief Risk Officer* (CRO) do Banco. O comité de controlo de riscos é responsável pela supervisão e controlo de riscos, assegurando que os mesmos são geridos de acordo com o grau de apetência de risco aprovado pelo Conselho de Administração e garantindo em permanência uma visão integral dos riscos identificados no Marco Corporativo Geral de Riscos, contemplando para tal a identificação e acompanhamento dos riscos, atuais e futuros, e o seu impacto no perfil de riscos do Grupo Santander em Portugal.

Outros fóruns e funções de suporte

Para mais informações sobre outros fóruns e funções de suporte, consultar secção IV - Controlo Interno e Gestão de Riscos deste Relatório Consolidado.

Sustentabilidade

A área de sustentabilidade tem dois âmbitos de atuação - Finanças sustentáveis (Ambiente e Social) e Estratégia de Banca Responsável e *Reporting*, tendo como principais atribuições:

- Definir e implementar localmente a estratégia e objetivos ESG do Grupo Santander baseada na materialidade;

- Apoiar os nossos clientes na sua transição para uma economia sustentável e reduzir as desigualdades sociais e económicas, contribuindo para uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável;
- Liderar reportes ESG designadamente o Relatório de Sustentabilidade do banco, articulado com a prática do Grupo Santander, segundo standards nacionais e internacionais aplicáveis e legislação em vigor;
- Dinamizar o Comité de Banca Responsável,

Sustentabilidade e Cultura e apresentação de conteúdos, nomeadamente a elaboração da proposta de estratégia de sustentabilidade e das políticas de cultura corporativa e de sustentabilidade, para posterior aprovação em Conselho de Administração;

- Assegurar o acompanhamento e cumprimento das métricas do *Scorecard* ESG promovendo o desenvolvimento de planos/estratégias pelas áreas respetivas.

Sistema de controlo interno da informação sobre sustentabilidade



Cultura de Controlo

Base do Controlo Interno. Essencial para proporcionar uma segurança razoável na consecução dos objetivos definidos pelo Grupo, agindo de forma responsável.



Avaliação do Risco

Processo dinâmico de avaliação dos riscos associados à consecução dos objetivos da organização.



Atividades de Controlo

Ações estabelecidas por políticas e procedimentos que contribuem para que as instruções da direção sejam cumpridas, a fim de mitigar os riscos identificados.



Informação e Comunicação

Ter informações precisas e oportunas para a tomada de decisões e facilitar a escalada e a gestão de melhorias e incidentes.



Atividades de Supervisão

Mecanismos e instrumentos para supervisionar a correta implementação e eficácia do sistema de controlo interno, promovendo uma avaliação contínua do mesmo.

Principais normas internas que apoiam a integração dos critérios ESG no nosso modelo de negócio

Quadro de banca responsável

Estabelece a banca responsável como uma questão estratégica para o Grupo Santander.

Quadro corporativo de contabilidade e informação financeira, de gestão e sobre sustentabilidade

Estabelece os princípios, diretrizes e diretrizes de atuação em matéria de elaboração da contabilidade e da informação financeira e de gestão.

Política de banca responsável e sustentabilidade

Descreve os nossos princípios de sustentabilidade, objetivos e estratégia para gerar valor a longo prazo para os nossos grupos de interesse, incluindo a proteção dos direitos humanos.

Modelo de banca responsável

Estabelece as funções e responsabilidades na primeira, segunda e terceira linhas de defesa sobre todas as atividades que compreendem a atividade de banca responsável, com o objetivo de avançar na agenda de sustentabilidade, integrar os critérios ESG e alcançar os nossos objetivos.

Todos os documentos normativos (quadros corporativos, modelos, políticas e procedimentos) referidos neste

subcapítulo mantêm um alto nível de governo e os mais elevados padrões em termos de elaboração, aprovação e acompanhamento da sua transposição local.

A aprovação dos documentos normativos caberá ao conselho de administração ou às suas comissões, quando o assunto regulamentado for da sua competência, de acordo com o seu regulamento. Em todos os casos, os quadros corporativos deverão ser aprovados pelo conselho de administração. Os documentos normativos aprovados pelo conselho de administração são os seguintes:

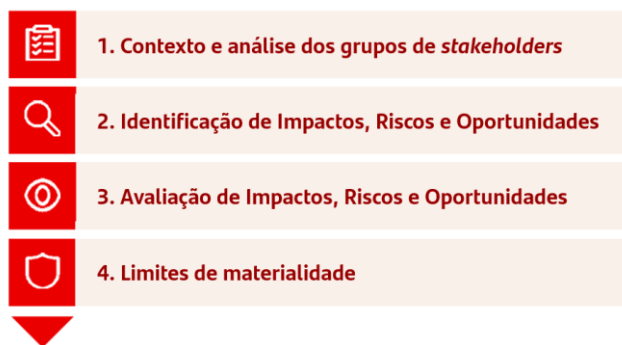
- Quadros corporativos relevantes relacionados com a sustentabilidade: banca responsável; risco; cibersegurança; conformidade; prevenção do crime financeiro; pessoas e cultura.
- Políticas relevantes relacionadas com a sustentabilidade: banca responsável e sustentabilidade; Código de Conduta; Código de Conduta nos mercados de valores; defesa corporativa; gestão do risco ambiental, social e das alterações climáticas; fiscal; conflitos de interesses; setor da defesa; prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo; remunerações; gestão do desempenho; sucessão no Grupo Santander; cultura.

Para mais informações sobre os principais documentos normativos do Grupo Santander em matéria de sustentabilidade, consulte o nosso *site* corporativo santander.com.

NS 3. Metodologia da análise de materialidade

O processo de dupla materialidade seguido pelo Grupo Santander foi realizado com base nas Normas Europeias de Informação sobre Sustentabilidade (ESRS, pela sua sigla em inglês) 1 e 2 e no guia de dupla materialidade da EFRAG (*European Financial Reporting Advisory Group*). Os resultados da análise realizada em 2024 mantêm-se válidos e são apresentados neste relatório com pequenos ajustes para alinhar a redação dos impactos, riscos e oportunidades materiais com a gestão realizada ao longo do ano. Para determinar a sua validade, o Banco Santander Portugal realizou uma revisão de todos os componentes metodológicos e validou a relevância dos insumos e resultados nas fases do processo, confirmando que não houve alterações significativas que justificassem uma atualização do exercício realizado e, portanto, em conformidade com o parágrafo 25 da ESRS 1, considera-se apropriado manter a avaliação realizada em 2024 como válida para o relatório correspondente a 2025. Será realizada uma revisão do exercício em 2026.

O exercício de análise de dupla materialidade consiste nas seguintes fases:



1. Contexto e análise dos grupos de interesse e análise dos grupos de stakeholders

Nesta fase, é realizada uma visão geral da entidade, das suas atividades e principais linhas de negócio, com base em:

- Informações da entidade: são utilizadas fontes como planos estratégicos e financeiros, demonstrações financeiras e outros relatórios publicados no mercado. São levadas em consideração as atividades, produtos e serviços e suas localizações geográficas, bem como as relações comerciais e da cadeia de valor.
- Informações externas do contexto: considera-se documentação pública sobre tendências do setor, relatórios de analistas e supervisores, bem como relatórios de sustentabilidade de pares.

Para reforçar esta análise de contexto, recorreremos a outras

fontes externas disponíveis:

- A ferramenta de impacto da UNEP FI foi utilizada como fonte para identificar os impactos decorrentes das atividades de financiamento do Grupo Santander, incluindo aqueles relacionados com o clima. Essa ferramenta fornece um mapeamento de impacto incorporado que, combinado com os nossos dados internos e contexto, nos permite identificar as áreas de impacto mais significativas da carteira.
- A base de dados ENCORE⁴⁷ (avaliação ambiental de riscos) fornece informação sobre as dependências da nossa carteira de clientes.
- O processo de diligência devida em matéria de direitos humanos permite identificar impactos reais e potenciais da atividade do banco sobre os direitos humanos ao longo da sua cadeia de valor. De acordo com os requisitos regulamentares, na revisão da análise prevista para 2026 será realizado o processo de diligência devida tanto ambiental como de direitos humanos.

No que diz respeito à análise dos grupos de *stakeholders*, identificamos aqueles diretamente afetados (clientes, colaboradores e investidores) e os utilizadores do relatório (supervisores e reguladores, a comunidade e as ONG). Analisamos informação recolhida através dos mecanismos de relação com estes grupos e lançamos inquéritos específicos sobre a relevância dos temas de sustentabilidade, que alimentaram diretamente o exercício de materialidade.

2. Identificação de Impactos, Riscos e Oportunidades

Após a análise de contexto, identificam-se cerca de 150 IRO. Todos são classificados e atribuídos a um tema, subtema ou sub-subtema incluído no ESRS 1, AR 16. Além disso, é detalhado para cada um:

- Em que parte da cadeia de valor ocorre e em que horizonte temporal.
- É realizada uma análise de dependências entre impactos e riscos, avaliando como cada impacto pode originar novos riscos/oportunidades (com foco especial nos impactos negativos identificados no exercício de diligência devida em direitos humanos).

⁴⁷ ENCORE: uma base de dados sobre a materialidade das dependências entre processos produtivos e serviços ecossistémicos.

- Quem, na organização, é responsável pela gestão do IRO em questão.
- Para os riscos e oportunidades, qual o tipo de efeito financeiro.

3. Avaliação de Impactos, Riscos e Oportunidades

A metodologia utilizada para medir a materialidade segue o guia de implementação publicado pela EFRAG. Nesta fase, após a aplicação da metodologia, 29 IRO são materiais.

Impactos

Analisamos a materialidade dos impactos reais e potenciais com base na sua severidade e probabilidade de ocorrência, incluindo, no caso dos impactos negativos, o carácter irremediável. Para impactos provenientes do exercício de diligência devida, a severidade é priorizada face à probabilidade.

- Escala (magnitude do impacto): dividida em cinco categorias – baixo, moderadamente baixo, médio, alto e muito alto.
- Alcance: dividido em quatro categorias – local, nacional, internacional e global.
- Carácter irremediável (quando o impacto é negativo): quatro níveis – remediável, remediável com esforço moderado, difícil de remediar e não remediável.

A probabilidade de impacto é estimada numa escala de 1 a 5, no caso de impactos relacionados com o clima.

Riscos

Adaptamos a nossa metodologia de acordo com o grau de maturidade da quantificação dos riscos ambientais e sociais.

- O exercício de materialidade climática inclui uma avaliação dos riscos climáticos (de transição e físicos) para vários

horizontes temporais, alinhada com outras orientações europeias de gestão de risco (orientações da EBA sobre gestão de riscos ESG, entre outras). Esta informação foi usada para quantificar a materialidade dos diversos riscos (crédito, mercado, operacional, reputacional, entre outros).

- Outros riscos ambientais (poluição, recursos hídricos e marinhos, biodiversidade e ecossistemas, e uso de recursos/economia circular) são avaliados através do exercício descrito na secção 2.3.
- Finalmente, para os riscos em temas sociais e de governo, é utilizada a materialidade financeira do SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*), complementada com informação financeira interna.

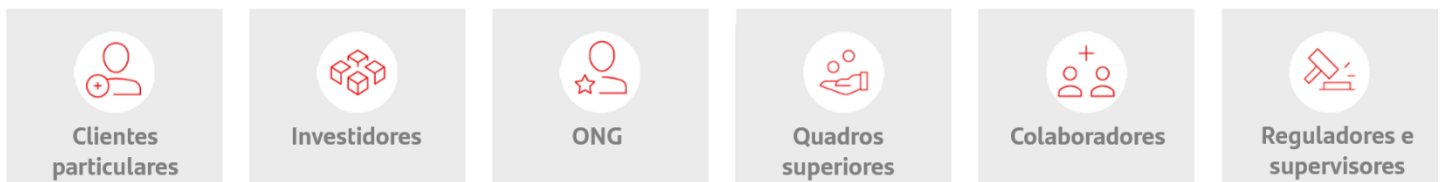
Oportunidades

A informação disponível com as projeções de todas as áreas de negócio globais serve de base para esta avaliação de oportunidades. Em particular, os rendimentos projetados em ESG são mapeados para as oportunidades identificadas e comparados com os rendimentos do Grupo Santander numa escala de 1 a 5.

Visão dos grupos de stakeholders

Por fim, o exercício de avaliação dos IRO é complementado com a perspetiva dos grupos de *stakeholders*, tanto dos diretamente afetados como dos utilizadores do relatório.

A seguir, detalha-se o número de contribuições específicas recebidas no âmbito deste exercício. Essas contribuições fazem parte do processo de escuta contínua com os nossos grupos de interesse, detalhado em 1.3. Relação com os nossos grupos de *stakeholders*.



Os resultados das pesquisas refletem uma convergência na priorização de três temas: combater as alterações climáticas e promover a transição verde, proteger os dados dos clientes, bem como transparência das informações e o impulso à inclusão financeira. Além disso, é importante destacar que:

- Os clientes de retalho priorizam questões sociais (privacidade e segurança dos dados pessoais) e questões de governo (transparência e honestidade).
- Os funcionários e a alta administração têm prioridades equilibradas nas áreas de ESG.

- As principais prioridades dos investidores, reguladores e ONGs são as questões ambientais.

4. Limites de materialidade

Estabelecemos um limite de 3,5 numa escala de 1 a 5 para classificar um IRO como material (para a perspetiva de impacto e materialidade financeira). Isto significa que consideramos materiais os IRO que se situam entre médio (3) e alto (4).

Tomando como referência o cálculo da pontuação dos impactos, os valores de pontuação superiores a 3,5 representam eventos de gravidade média-alta e eventos com probabilidade de ocorrência média-alta.

Também avaliamos a adequação e coerência da lista de IRO identificados como materiais. Em termos quantitativos, supondo que a distribuição da materialidade dos eventos segue uma distribuição normal (média = 3 e desvio padrão = 0,5), a probabilidade de um valor de pontuação de 3,5 situa-se em torno de 16%, o que é considerado razoável para um evento material.

NS 4. Taxonomia europeia

Informação relativa ao artigo 8.º do Regulamento Europeu de Taxonomia

Em 2020, a União Europeia aprovou o Regulamento de Taxonomia Europeia, que estabelece uma lista de atividades que podem ser consideradas ambientalmente sustentáveis⁴⁸ e estipula que as empresas devem publicar como a sua atividade está alinhada com a taxonomia.

Neste contexto, e em conformidade com o regime transitório previsto no Regulamento Delegado (UE) 2026/73, o Grupo Santander adiará para 2026 a aplicação tanto dos novos modelos como dos critérios de cálculo associados (incluindo os critérios aplicáveis ao numerador e ao denominador dos KPIs da Taxonomia, como o rácio de ativos verdes); consequentemente, para o exercício de 2025, mantêm-se os modelos, critérios de cálculo e requisitos em vigor a 31 de dezembro de 2025.

→ GAR de entidades de crédito:

Desde o exercício de 2023, as instituições financeiras estão a publicar o rácio de ativos verdes (GAR – *Green Asset Ratio*). Este rácio mede no numerador o financiamento destinado a atividades alinhadas com a taxonomia e no denominador o total do balanço da entidade⁴⁹.

Para que uma atividade seja considerada alinhada, deve cumprir critérios específicos da Taxonomia Europeia e garantir que não causa danos significativos a outros objetivos ambientais (DNSH – *Do No Significant Harm*) e que cumpre as medidas mínimas de proteção social (MSS – *Minimum Social Safeguards*).

O GAR do Banco Santander Portugal é de 4,59% (baseado no volume de negócios).

Valores em milhões de euros	2024	2025
GAR (baseado no volume de negócios)	4,15%	4,59%
Atividades alinhadas com a taxonomia	1.774	2.086
Denominador total GAR	42.779	45.455

É importante compreender que os critérios da Taxonomia Europeia são rígidos e não refletem a realidade completa dos esforços de transição das empresas. Existem muitas atividades que contribuem para a transição para uma economia mais verde e, no entanto, não cumprem os critérios de alinhamento da taxonomia e, portanto, não podem ser incluídas no rácio (um exemplo seria alguns tipos de carros híbridos que, sem dúvida, são um avanço em relação aos carros a gasolina, mas não são admitidos em todos os casos).

Além disso, as limitações na conceção do rácio e na implementação da taxonomia por parte das instituições financeiras resultam em números ainda mais reduzidos:

- O numerador e o denominador não são simétricos. Enquanto o denominador capta o total do balanço, no numerador apenas se contabilizam volumes de financiamento relacionados com quatro carteiras: entidades financeiras; entidades não financeiras sujeitas à NFRD; crédito a particulares (destinado à habitação, automóvel e renovações);
- Os dados disponíveis são limitados. No âmbito das empresas, existem lacunas na sua informação de alinhamento com a taxonomia. Isto significa que as

⁴⁸ Estas são: 1) mitigação das alterações climáticas, 2) adaptação às alterações climáticas, 3) utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos, 4) transição para uma economia circular, 5)

prevenção e controlo da poluição e 6) proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas.

entidades não podem incluir esses volumes de financiamento no numerador do rácio.

- Os critérios de implementação do DNSH e MSS são complexos e distantes da realidade de um banco. Estes critérios obrigam as instituições financeiras a recolher

evidências de que a contraparte cumpre determinados requisitos para cada operação. Esta situação resulta na impossibilidade de incluir no numerador financiamento especificamente alinhado, como por exemplo operações de *project finance*.



Para mais informação sobre a forma como a nossa estratégia financeira, o desenho dos produtos e as relações com clientes e contrapartes cumprem a Taxonomia Europeia, consultar as secções 2. Apoio na transição para uma economia verde e 10.9 Plano de transição GFANZ do [Relatório de Sustentabilidade do Grupo Santander](#).



Para mais informações sobre o GAR do Grupo Santander, consultar a secção SN 7.2 Taxonomia Europeia do [Relatório de Sustentabilidade do Grupo Santander](#).

Resumo dos indicadores-chave de desempenho (KPI) a divulgar pelas instituições de crédito nos termos do artigo 8.º do Regulamento relativo à taxonomia

				(art. 7.2 e 7.3 e secção 1.1.2 do anexo V)	(art. 7.1 e secção 1.2.4 do Anexo V)
		Total ativos ambientalmente sustentáveis	KPI	% cobertura (sobre total ativos)	% ativos excluídos do numerador do GAR
					% ativos excluídos do denominador do GAR
KPI principal	<i>Green Asset Ratio (GAR) stock</i>	2.086	4,59	75,9	44,5
	<i>Green Asset Ratio (GAR) flow</i>	770	6,20	86,4	42,1
					24,1
					13,6

GAR stock detalhe

Milhões de euros	Total exposição	Mitigação das alterações climáticas (CCM)					Adaptação às alterações climáticas (CCA)					Total			
		Dos quais, setores elegíveis para a Taxonomia					Dos quais, setores elegíveis para a Taxonomia					Dos quais, setores elegíveis para a Taxonomia			
		Dos quais, alinhados com a Taxonomia					Dos quais, alinhados com a Taxonomia					Dos quais, alinhados com a Taxonomia			
		Dos quais, fundos específicos	Dos quais, transitórios	Dos quais, facilitadores	Dos quais, fundos específicos	Dos quais, facilitadores	Dos quais, fundos específicos	Dos quais, transitórios	Dos quais, facilitadores						
GAR – Ativos abrangidos tanto no numerador como no denominador															
1. Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital não elegíveis detidos para negociação para cálculo do GAR	33.147	5.422	2.086	0	9	217	5	0	0	0	5.428	2.086	0	9	217
2. Empresas financeiras	1.822	465	187	0	0	94	0	0	0	0	465	187	0	0	94
3. Instituições de crédito	152	59	0	0	0	0	0	0	0	0	59	0	0	0	0
4. Empréstimos e adiantamentos	152	59	0	0	0	0	0	0	0	0	59	0	0	0	0
5. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0		0	0
7. Outras empresas financeiras	1.670	406	187	0	0	94	0	0	0	0	406	187	0	0	94
8. Das quais, empresas de investimento	705	264	186	0	0	94	0	0	0	0	264	186	0	0	94
9. Empréstimos e adiantamentos	283	69	0	0	0	0	0	0	0	0	69	0	0	0	0
10. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	410	195	185	0	0	94	0	0	0	0	195	185	0	0	94
11. Instrumentos de capital	12	0	0		0	0	0	0		0	0			0	0
12. Das quais, empresas gestoras	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13. Empréstimos e adiantamentos	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15. Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0	0			0	0
16. Das quais, empresas de seguros	34	3	1	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0
17. Empréstimos e adiantamentos	33	3	1	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0
18. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19. Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0	0			0	0
20. Empresas não financeiras (sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD)	2.456	704	241	0	0	123	5	0	0	0	709	241	0	0	123
21. Empréstimos e adiantamentos	1.044	429	221	0	0	117	3	0	0	0	432	221	0	0	117
22. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	1.412	275	20	0	0	6	2	0	0	0	277	20	0	0	6
23. Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0	0			0	0
24. Famílias	27.854	4.246	1.658	0	8	0					4.246	1.658	0	8	0
25. Dos quais, empréstimos caucionados por imóveis de habitação	25.274	4.229	1.650	0	0	0					4.229	1.650	0	0	0
26. Dos quais, empréstimos para a renovação de edifícios	96	96	0	0	0	0					96	0	0	0	0
27. Dos quais, empréstimos automóveis	9	9	8	0	8	0					9	8	0	8	0
28. Financiamento do setor público local	1.015	8	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	0
29. Financiamento à habitação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30. Outros financiamentos do setor público local	1.015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31. Cauções obtidas por aquisição da posse: bens imóveis residenciais e comerciais	57	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
32. Total ativos do GAR	33.204	5.422	2.086	0	9	217	5	0	0	0	5.428	2.086	0	9	217
Ativos excluídos do numerador para efeitos do cálculo do GAR (abrangidos no denominador)															
33. Empresas não financeiras da EU (não sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD)	10.105														
34. Empréstimos e adiantamentos	8.668														
35. Títulos de dívida	1.437														
36. Instrumentos de capital	0														
37. Empresas não financeiras de países terceiros (não sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD)	87														
38. Empréstimos e adiantamentos	87														
39. Títulos de dívida	0														
40. Instrumentos de capital	0														
41. Derivados	84														
42. Empréstimos interbancários à vista	309														
43. Ativos em numerário equivalentes a numerário	388														
44. Outras categorias de ativos (ex., goodwill, produtos de base, etc.)	1.279														
45. Total de ativos no denominador (GAR)	45.455	5.422	2.086	0	9	217	5	0	0	0	5.428	2.086	0	9	217
Outros ativos excluídos do numerador e do denominador para cálculo do GAR															
46. Administrações centrais e emittentes supranacionais	12.591														
47. Posições em risco sobre bancos centrais	1.077														
48. Carteira de negociação	727														
49. Total de ativos excluídos do numerador e denominador	14.395														
50. Total de ativos	59.850	5.422	2.086	0	9	217	5	0	0	0	5.428	2.086	0	9	217

% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)	Mitigação das alterações climáticas (CCM)					Adaptação às alterações climáticas (CCA)					Total			
	Dos quais, setores elegíveis para a Taxonomia					Dos quais, setores elegíveis para a Taxonomia					Dos quais, setores elegíveis para a Taxonomia			
	Dos quais, alinhados com a Taxonomia					Dos quais, alinhados com a Taxonomia					Dos quais, alinhados com a Taxonomia			
	Dos quais, fundos específicos		Dos quais, transitórios	Dos quais, facilitadores		Dos quais, fundos específicos		Dos quais, facilitadores	Dos quais, fundos específicos		Dos quais, transitórios	Dos quais, facilitadores		
GAR – Ativos abrangidos tanto no numerador como no denominador														
1. Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital não elegíveis detidos para negociação para cálculo do GAR	16%	6%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	16%	6%	0%	0%	1%
2. Empresas financeiras	26%	10%	0%	0%	5%	0%	0%	0%	0%	26%	10%	0%	0%	5%
3. Instituições de crédito	39%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	39%	0%	0%	0%	0%
4. Empréstimos e adiantamentos	39%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	39%	0%	0%	0%	0%
5. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
6. Instrumentos de capital	0%	0%		0%	0%	0%	0%		0%	0%	0%		0%	0%
7. Outras empresas financeiras	24%	11%	0%	0%	6%	0%	0%	0%	0%	24%	11%	0%	0%	6%
8. Das quais, empresas de investimento	37%	26%	0%	0%	13%	0%	0%	0%	0%	37%	26%	0%	0%	13%
9. Empréstimos e adiantamentos	24%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	24%	0%	0%	0%	0%
10. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	47%	45%	0%	0%	23%	0%	0%	0%	0%	47%	45%	0%	0%	23%
11. Instrumentos de capital	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
12. Das quais, empresas gestoras	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%
13. Empréstimos e adiantamentos	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%
14. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
15. Instrumentos de capital	0%	0%		0%	0%	0%	0%		0%	0%	0%		0%	0%
16. Das quais, empresas de seguros	10%	2%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	10%	2%	0%	0%	0%
17. Empréstimos e adiantamentos	10%	2%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	10%	2%	0%	0%	0%
18. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
19. Instrumentos de capital	0%	0%		0%	0%	0%	0%		0%	0%	0%		0%	0%
20. Empresas não financeiras (sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD)	29%	10%	0%	0%	5%	0%	0%	0%	0%	29%	10%	0%	0%	5%
21. Empréstimos e adiantamentos	41%	21%	0%	0%	11%	0%	0%	0%	0%	41%	21%	0%	0%	11%
22. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	19%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	20%	1%	0%	0%	0%
23. Instrumentos de capital	0%	0%		0%	0%	0%	0%		0%	0%	0%		0%	0%
24. Famílias	15%	6%	0%	0%	0%					15%	6%	0%	0%	0%
25. Dos quais, empréstimos caucionados por imóveis de habitação	17%	7%	0%	0%	0%					17%	7%	0%	0%	0%
26. Dos quais, empréstimos para a renovação de edifícios	100%	0%	0%	0%	0%					100%	0%	0%	0%	0%
27. Dos quais, empréstimos automóveis	100%	90%	0%	90%	0%					100%	90%	0%	90%	0%
28. Financiamento do setor público local	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%
29. Financiamento à habitação	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
30. Outros financiamentos do setor público local	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
31. Cauções obtidas por aquisição da posse: bens imóveis residenciais e comerciais	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
32. Total ativos do GAR	16%	6%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	16%	6%	0%	0%	1%

GAR flow detalhe

Milhões de euros	Total exposição	Mitigação das alterações climáticas (CCM)					Adaptação às alterações climáticas (CCA)					Total			
		Dos quais, setores elegíveis para a Taxonomia					Dos quais, setores elegíveis para a Taxonomia					Dos quais, setores elegíveis para a Taxonomia			
		Dos quais, alinhados com a Taxonomia					Dos quais, alinhados com a Taxonomia					Dos quais, alinhados com a Taxonomia			
		Dos quais, fundos específicos	Dos quais, transitórios	Dos quais, facilitadores	Dos quais, fundos específicos	Dos quais, facilitadores	Dos quais, fundos específicos	Dos quais, transitórios	Dos quais, facilitadores	Dos quais, fundos específicos	Dos quais, transitórios	Dos quais, facilitadores			
GAR – Ativos abrangidos tanto no numerador como no denominador															
1. Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital não elegíveis detidos para negociação para cálculo do GAR	8.318	1.631	770	0	4	189	4	0	0	0	1.636	770	0	4	190
2. Empresas financeiras	981	251	186	0	0	94	0	0	0	0	251	186	0	0	94
3. Instituições de crédito	52	39	0	0	0	0	0	0	0	0	39	0	0	0	0
4. Empréstimos e adiantamentos	52	39	0	0	0	0	0	0	0	0	39	0	0	0	0
5. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0		0	0
7. Outras empresas financeiras	929	212	186	0	0	94	0	0	0	0	212	186	0	0	94
8. Das quais, empresas de investimento	570	211	185	0	0	94	0	0	0	0	211	185	0	0	94
9. Empréstimos e adiantamentos	160	16	0	0	0	0	0	0	0	0	16	0	0	0	0
10. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	410	195	185	0	0	94	0	0	0	0	195	185	0	0	94
11. Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0		0	0
12. Das quais, empresas gestoras	1	0	0	0	0	0	0	28	0	0	0	28	0	28	0
13. Empréstimos e adiantamentos	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15. Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0		0	0
16. Das quais, empresas de seguros	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17. Empréstimos e adiantamentos	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19. Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0		0	0
20. Empresas não financeiras (sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD)	1.875	477	198	0	0	96	4	0	0	0	482	198	0	0	96
21. Empréstimos e adiantamentos	686	219	190	0	0	95	2	0	0	0	222	190	0	0	95
22. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	1.189	258	8	0	0	1	2	0	0	0	260	8	0	0	1
23. Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0		0	0
24. Famílias	5.275	903	387	0	4	0					903	387	0	4	0
25. Dos quais, empréstimos caucionados por imóveis de habitação	4.547	899	383	0	0	0					899	383	0	0	0
26. Dos quais, empréstimos para a renovação de edifícios	10	10	0	0	0	0					10	0	0	0	0
27. Dos quais, empréstimos automóveis	4	4	4	0	4	0					4	4	0	4	0
28. Financiamento do setor público local	187	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29. Financiamento à habitação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30. Outros financiamentos do setor público local	187	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31. Cauções obtidas por aquisição da posse: bens imóveis residenciais e comerciais	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
32. Total ativos do GAR	8.334	1.631	770	0	4	189	4	0	0	0	1.636	770	0	4	190
Ativos excluídos do numerador para efeitos do cálculo do GAR (abrangidos no denominador)															
33. Empresas não financeiras da EU (não sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD)	3.937														
37. Empresas não financeiras de países terceiros (não sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD)	46														
41. Derivados	6														
42. Empréstimos interbancários à vista	0														
43. Ativos em numerário equivalentes a numerário	0														
44. Outras categorias de ativos (ex., goodwill, produtos de base, etc.)	100														
45. Total de ativos no denominador (GAR)	12.424	1.631	770	0	4	189	4	0	0	0	1.636	770	0	4	190
Outros ativos excluídos do numerador e do denominador para cálculo do GAR															
46. Administrações centrais e emittentes supranacionais	546														
47. Posições em risco sobre bancos centrais	1.316														
48. Carteira de negociação	97														
49. Total de ativos excluídos do numerador e denominador	1.960														
50. Total de ativos	14.384	1.631	770	0	4	189	4	0	0	0	1.636	770	0	4	190

GAR flow detalhe (%)

% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)	Mitigação das alterações climáticas (CCM)					Adaptação às alterações climáticas (CCA)					Total			
	Dos quais, setores elegíveis para a Taxonomia					Dos quais, setores elegíveis para a Taxonomia					Dos quais, setores elegíveis para a Taxonomia			
	Dos quais, alinhados com a Taxonomia					Dos quais, alinhados com a Taxonomia					Dos quais, alinhados com a Taxonomia			
	Dos quais, fundos específicos	Dos quais, transitórios	Dos quais, facilitadores			Dos quais, fundos específicos	Dos quais, facilitadores			Dos quais, fundos específicos	Dos quais, transitórios	Dos quais, facilitadores		
GAR – Ativos abrangidos tanto no numerador como no denominador														
1. Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital não elegíveis detidos para negociação para cálculo do GAR	20%	9%	0%	0%	2%	0%	0%	0%	0%	20%	9%	0%	0%	2%
2. Empresas financeiras	26%	19%	0%	0%	10%	0%	0%	0%	0%	26%	19%	0%	0%	10%
3. Instituições de crédito	75%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	75%	0%	0%	0%	0%
4. Empréstimos e adiantamentos	75%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	75%	0%	0%	0%	0%
5. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
6. Instrumentos de capital	0%	0%		0%	0%	0%	0%		0%	0%	0%		0%	0%
7. Outras empresas financeiras	23%	20%	0%	0%	10%	0%	0%	0%	0%	23%	20%	0%	0%	10%
8. Das quais, empresas de investimento	37%	33%	0%	0%	16%	0%	0%	0%	0%	37%	33%	0%	0%	16%
9. Empréstimos e adiantamentos	10%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	10%	0%	0%	0%	0%
10. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	47%	45%	0%	0%	23%	0%	0%	0%	0%	47%	45%	0%	0%	23%
11. Instrumentos de capital	0%	0%		0%	0%	0%	0%		0%	0%		0%	0%	0%
12. Das quais, empresas gestoras	7%	0%	0%	0%	0%	0%	2.771%	0%	0%	7%	2.771%	0%	2.771%	0%
13. Empréstimos e adiantamentos	7%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	7%	0%	0%	0%	0%
14. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
15. Instrumentos de capital	0%	0%		0%	0%	0%	0%		0%	0%		0%	0%	0%
16. Das quais, empresas de seguros	5%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5%	0%	0%	0%	0%
17. Empréstimos e adiantamentos	7%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	7%	0%	0%	0%	0%
18. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
19. Instrumentos de capital	0%	0%		0%	0%	0%	0%		0%	0%		0%	0%	0%
20. Empresas não financeiras (sujeitas às obrigações de divulgação da NFRD)	25%	11%	0%	0%	5%	0%	0%	0%	0%	26%	11%	0%	0%	5%
21. Empréstimos e adiantamentos	32%	28%	0%	0%	14%	0%	0%	0%	0%	32%	28%	0%	0%	14%
22. Títulos de dívida, incluindo unidades de participação	22%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	22%	1%	0%	0%	0%
23. Instrumentos de capital	0%	0%		0%	0%	0%	0%		0%	0%		0%	0%	0%
24. Famílias	17%	7%	0%	0%	0%					17%	7%	0%	0%	0%
25. Dos quais, empréstimos caucionados por imóveis de habitação	20%	8%	0%	0%	0%					20%	8%	0%	0%	0%
26. Dos quais, empréstimos para a renovação de edifícios	100%	0%	0%	0%	0%					100%	0%	0%	0%	0%
27. Dos quais, empréstimos automóveis	100%	100%	0%	100%	0%					100%	100%	0%	100%	0%
28. Financiamento do setor público local	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
29. Financiamento à habitação	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
30. Outros financiamentos do setor público local	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
31. Cauções obtidas por aquisição da posse: bens imóveis residenciais e comerciais	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
32. Total ativos do GAR	20%	9%	0%	0%	2%	0%	0%	0%	0%	20%	9%	0%	0%	2%

NS 5. Sistema de classificação e estrutura de financiamento

Sistema de Classificação de Finanças e Investimento Sustentável

A atividade sustentável é fundamental para cumprir a nossa ambição climática. Continuamos a desenvolver o nosso guia de critérios, que publicámos pela primeira vez em fevereiro de 2022 e que continuamos a atualizar, com base nas regulamentações e nas práticas de mercado mais recentes. Desde 2024, foram incluídos critérios relacionados com o Investimento Socialmente Responsável (ISR), e passou a ser denominado Sistema de Classificação de Finanças e Investimento Sustentáveis (SFICS, pela sua sigla em inglês).

O SFICS permite-nos ter critérios homogêneos para considerar um ativo ou atividade como ambiental, social ou sustentável em todas as unidades e negócios do Grupo Santander. O SFICS baseia-se em diretrizes, normas e princípios internacionais de

mercado, como a taxonomia da UE (incluindo os 4 novos objetivos ambientais de 2023), os princípios da ICMA (*International Capital Market Association*), os princípios da LMA (*Loan Market Association*), o quadro UNEP FI e as normas de obrigações climáticas.

O SFICS permite-nos acompanhar a nossa atividade sustentável, orientar o desenvolvimento de produtos e mitigar o risco de *greenwashing*.

Em 2025, continuámos a incorporar critérios com foco no financiamento para apoiar a transição, bem como outros critérios de financiamento social, e em conformidade com a legislação e os regulamentos locais aplicáveis.

Em 2025, atualizámos o SFICS com base na nossa experiência e nas tendências do mercado, incluindo:

-  Uma abordagem baseada na natureza sustentável dos nossos clientes, que complementa a abordagem baseada em atividades.
-  Informações adicionais sobre atividades necessárias ou que apoiam a transição para uma economia de baixo carbono, agricultura sustentável, segurança alimentar ou apoio a cooperativas.

 Atividades que surgem a partir dos desenvolvimentos da taxonomia da UE e de outros mercados, abrangendo objetivos ambientais relacionados com a água, os resíduos, a economia circular e a biodiversidade.

Continuaremos a trabalhar na evolução do SFICS de acordo com a evolução do mercado e as necessidades do negócio, para dispor de critérios exaustivos que nos permitam classificar atividades como verdes ou de transição que apoiem os nossos clientes na sua transição e contribuam para a nossa ambição climática, bem como classificar outras atividades como sustentáveis ou sociais.

Diretrizes e princípios setoriais internacionalmente reconhecidos nos quais se baseia o SFICS

Taxonomia Europeia	ICMA <i>Green/Social Bond Principles</i>	LMA <i>Green Loan Principles</i>	LMA <i>Sustainability Linked Loan Principles</i>	ICMA <i>Sustainability Linked Bond Principles</i>	Taxonomias locais	UNEP FI <i>framework</i>	<i>Climate Bond Standards</i>

Produtos elegíveis

Finalidade específica

- Os fundos são destinados a atividades e projetos ambientais ou sociais elegíveis.
- Critérios de elegibilidade: Atividades com finalidade específica e critérios ambientais e sociais admitidos, com base em diretrizes e princípios setoriais internacionalmente reconhecidos (ICMA, LMA, *Climate Bond Standards*) e na taxonomia da UE.

Financiamento vinculado à sustentabilidade

- Financiamento vinculado à sustentabilidade, concebido para incentivar os nossos clientes a atingirem os seus objetivos ESG.
- As transações baseiam-se no cumprimento de objetivos de desempenho de sustentabilidade pré-determinados (indicadores e *ratings* ESG).
- Alinhamento com as normas setoriais (ICMA e LMA).

NS 6. O nosso progresso em números

6.1. Clientes

NPS

	2023	2024	2025
Portugal	2	3	3

Net Promoter Score (NPS): para medir a satisfação dos clientes

6.2. Inclusão Financeira

Novas pessoas incluídas financeiramente

GRI 203-1, 203-2, 413-1

	2023	2024	2025
Acesso	37.007	31.450	57.811
Financiamento	680	4.250	3.974
Total	37.687	35.700⁵⁰	61.785

Pessoas apoiadas através de iniciativas de educação financeira

GRI 203-1, 203-2, 413-1

	2023	2024	2025
Educação financeira	633.691	933.552	1.035.629 ⁵¹

⁵⁰ O decréscimo verificado no ano de 2024 deve-se a uma nova metodologia para a contabilização de pessoas incluídas financeiramente.

⁵¹ O aumento de pessoas beneficiárias de iniciativas de educação financeira deve-se ao facto de termos apostado em iniciativas de educação financeira (Contas à Vista e o livro "Maria e o Segredo da Poupança"), bem como o aumento de tráfego no *Blog Salto* com o aumento da regularidade dos artigos sobre finanças.

6.3. Apoio à Comunidade

Investimento na comunidade (em milhões de euros)

GRI 203-1, 203-2, 413-1

	2023	2024	2025
Apoio à educação, empreendedorismo e empregabilidade	4,5	5,2	5,3
Apoio à comunidade	1,3	1,8	1,7
Total	5,8	7,0	7,0

Pessoas apoiadas através de iniciativas de apoio à comunidade⁵²

GRI 203-1, 203-2, 413-1

	2025
Educação, Empregabilidade, Empreendedorismo	27.211
Educação Financeira e Pessoas vulneráveis	1.036.475
Cultura e Atividades Institucionais	6.457
Necessidades Locais Específicas	842
Total	1.070.985

⁵² Para garantir a adequada representação da informação, a tabela foi revista e ajustada, integrando as novas tipologias de contabilização aplicadas ao longo do ano. Não são contabilizadas as pessoas apoiadas através do Santander Universities.

6.4 Colaboradores

Total de colaboradores⁵³

GRI 2-7, 2-30

	2023	2024	2025
Masculino	2.435	2.421	2.432
Feminino	2.184	2.223	2.266
Total	4.619	4.644	4.698
Colaboradores cobertos por Acordos de Negociação Coletiva	4.604	4.639	4.693
% de colaboradores abrangidos por acordos coletivos ⁵⁴	99,7	99,9	99,9
% de colaboradores sindicalizados	92,3	91,4	90,4

Colaboradores por tipo de contrato

GRI 2-7

	2023	2024	2025
Sem termo	4.619	4 644	4.650
Masculino	2.435	2.421	2.413
Feminino	2.184	2.223	2.237
A termo	0	0	48
Masculino	0	0	19
Feminino	0	0	29
Total	4.619	4.644	4.698

⁵³ Com referência a 31/12/2025, são considerados os colaboradores com vínculo contratual com o Banco Santander Portugal, i.e., todos os colaboradores independentemente de cedências a outras empresas do Grupo Santander.

⁵⁴ Colaboradores não abrangidos pelos acordos coletivos de trabalho são abrangidos por contratos individuais (0,1% dos colaboradores).

Colaboradores por tipo de emprego⁵⁵

GRI 2-7

	2023	2024	2025
Tempo inteiro	4.610	4.637	4.689
Masculino	2.428	2.415	2.426
Feminino	2.182	2.222	2.263
Tempo parcial	9	7	9
Masculino	7	6	6
Feminino	2	1	3
Total	4.619	4.644	4.698

Distribuição dos colaboradores por faixa etária

GRI 405-1

	2023	2024	2025
<30 anos	158	224	304
30-50 anos	2.885	2.651	2.446
>50 anos	1.576	1.769	1.948
Total	4.619	4.644	4.698
<30 anos	3%	5%	6%
30-50 anos	62%	57%	52%
>50 anos	34%	38%	42%
Idade média	47,0	47,3	47,6

⁵⁵ Não existem colaboradores no Banco Santander Portugal sem definição de carga horária.

Distribuição dos colaboradores por categoria profissional 2025

		Nº	%	
Dirigente	Faixa etária	<30 anos	0	0,0
		30-50 anos	25	37,9
		>50 anos	41	62,1
	Género	Masculino	37	56,1
		Feminino	29	43,9
Subtotal		66	1,4	
Chefias	Faixa etária	<30 anos	1	0,1
		30-50 anos	333	49,9
		>50 anos	334	50,0
	Género	Masculino	453	67,8
		Feminino	215	32,2
Subtotal		668	14,2	
Restantes Colaboradores	Faixa etária	<30 anos	303	7,6
		30-50 anos	2.088	52,7
		>50 anos	1.573	39,7
	Género	Masculino	1.942	49,0
		Feminino	2.022	51,0
Subtotal		3.964	84,4	
Total	Faixa etária	<30 anos	304	6,5
		30-50 anos	2.446	52
		>50 anos	1.948	41,5
	Género	Masculino	2.432	51,8
		Feminino	2.266	48,2
		4.698	100	

Nº Novas Contratatações

GRI 401-1

	2023	2024	2025
Masculino	51	45	71
Feminino	47	80	94
<30 anos	98	125	165
Masculino	38	52	51
Feminino	27	41	54
30-50 anos	65	93	105
Masculino	0	0	2
Feminino	1	1	2
>50 anos	1	1	4
Total	164	219	274
Masculino	89	97	124
Feminino	75	122	150

Taxa de contratação e rotatividade por faixa etária e por género

GRI 401-1

		2024				2025			
		Entradas	Saídas	Taxa de Entradas	Taxa de Saídas	Entradas	Saídas	Taxa de Entradas	Taxa de Saídas
Faixa etária	<30 anos	125	33	70,9%	18,7%	165	53	60,3%	19,4%
	30-50 anos	93	99	3,4%	3,6%	105	93	4,1%	3,6%
	>50 anos	1	95	0,1%	5,7%	4	66	0,2%	3,5%
Género	Masculino	97	136	4,0%	5,6%	124	105	5,1%	4,3%
	Feminino	122	91	5,6%	4,2%	150	107	6,6%	4,7%
Total		219	227	4,7%	4,9%	274	212	5,8%	4,5%

Taxa de absentismo por género

GRI 403-9

	2023	2024	2025
Masculino	2,2%	1,8%	1,6%
Feminino	4,0%	3,6%	4,3%
	3,0%	2,6%	2,9%

Taxa de acidentes de trabalho com baixa

GRI 403-9

	2023	2024	2025
Masculino	0,02	0,03	0,02
Feminino	0,06	0,05	0,08
	0,07	0,08	0,10
Nº de acidentes com baixa	21	18	18
Nº de acidente sem baixa	13	14	19
Índice de Gravidade	1,55	0,78	0,97
Masculino	0,34	0,26	0,17
Feminino	1,21	0,52	0,80

Taxas de retorno e retenção após uma licença de maternidade/paternidade, discriminadas por gênero⁵⁶

GRI 401-3

	2023	2024	2025
Masculino	33	30	33
Feminino	38	35	44
N.º de colaboradores que tiraram licença parental⁵⁷	71	65	77
Masculino	35	31	34
Feminino	41	39	53
N.º de colaboradores que retornaram após licença parental⁵⁸	76	70	87
Masculino	100%	100%	97%
Feminino	100%	100%	98%
Taxa de retorno após licença de parentalidade	100%	100%	97%
Masculino	32	32	27
Feminino	55	37	34
N.º de colaboradores que tiraram licença em N-1 e continuam ativos em N (ano de reporte)⁴¹	87	69	61⁵⁹
Masculino	91%	97%	94%
Feminino	90%	97%	98%
Taxa de retenção	91%	97%	96%

⁵⁶ Todos os colaboradores têm direito a licença de maternidade/paternidade, conforme descrito no Código do Trabalho;

⁵⁷ Os valores relativos a 2024 e 2025 apresentam diferenças na metodologia utilizada face a 2023 por não considerarem licenças por assistência à família, Interrupção na gravidez e licença exclusiva do pai. Para esta tabela foi considerado o número de colaboradores que usufruíram de licença de parentalidade e que iniciaram uma licença parental (inicial ou alargada) em 2025.

⁵⁸ Em 2024 e 2025 alterou-se a metodologia de cálculo passando a considerar a data prevista de retorno e não apenas o retorno anual ao trabalho. No número de colaboradores que regressaram, foram consideradas todas as licenças cuja data de término coincide com o ano de reporte, refletindo a necessidade de ajustes os valores de 2023. Para a tabela foram considerados todos os colaboradores que regressaram após Licença Parental (inicial ou alargada) em 2025, independentemente do ano em que iniciaram a mesma.

⁵⁹ Consideram-se os colaboradores que usufruíram de licença no ano N-1 (2024), excluindo-se aqueles que cessaram o vínculo durante os anos N-1 e N e que, por esse motivo, não se encontram ativos no *headcount* de dezembro de 2025, permanecendo apenas os colaboradores que continuaram ativos após o usufruto da licença.

Média de horas de formação por colaborador

GRI 205-2, 404-1, 404-2

	2024	2025
Saúde e Segurança no Trabalho	0,02	0,00
Anticorrupção	1,41	1,80
ESG	0,49	0,56
Outras formações	14,08	14,24
Dirigentes	16	16,60
Saúde e Segurança no Trabalho	0,02	0,00
Anti-corrupção	1,39	1,68
ESG	0,84	0,84
Outras formações	34,75	34,04
Chefias	37	36,60
Saúde e Segurança no Trabalho	0,04	0,02
Anticorrupção	1,42	1,77
ESG	0,81	0,42
Outras formações	30,73	31,80
Restantes Colaboradores	33	34,00
Masculino	32	35
Feminino	34	33
Todos os Colaboradores	33	35

Saúde e Segurança Laboral

GRI 403-9, 403-10

	2023	2024	2025
N.º de óbitos em acidente laboral ou por doença profissional	0	0	0
Horas não trabalhadas por doença e/ou acidente (mil horas)	246	215	236
Nº de acidentes de Trabalho com consequência grave	2	0	0
Nº de acidentes de Trabalho de comunicação obrigatória	18	15	13
Índice de acidentes de Trabalho com consequência grave	2,3	0,0	0,0
Principais tipos de acidentes ⁶⁰	A	A	A
Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	145,8	1,9	1,6

Notas:

1 - O nº de horas trabalhadas estimadas é de 8.181.502,6 horas.

2 - Base de cálculo: 1.000.000 horas trabalhadas.

3 - Nos colaboradores, por motivos de confidencialidade médica o Banco não tem acesso ao tipo de doença certificada pela Segurança Social.

4 - Não houve casos de doença profissional ou acidentes de trabalho com trabalhadores que não são colaboradores (estagiários).

5 - Não houve trabalhadores excluídos no cálculo.

⁶⁰ Acidente de viação, Entorse, Queda, Escorregamento, entre outros.

6.5 A nossa Pegada Ambiental

Evolução de Consumo de Energia

GRI 302-1, 302-3, 302-4

	2023	2024	2025
N.º de Balcões	332	328	301
Nº de Colaboradores	4.619	4.644	4.698
Consumo de Eletricidade (GJ)	63.194	61.352	59.814
Consumo de eletricidade por colaborador (GJ/colaborador)	14	13	13
Consumo de eletricidade por área (MWh/m²)	n.d.	n.d.	n.d.
Consumo de gasóleo para grupo gerador (GJ) ⁶¹	15	4	89
Gás natural (GJ)	0	0	0
Consumo Energia (GJ) ⁶²	63.209	61.356	59.903
Variação Consumo Energia	-	-1.853	-1.453
Variação Consumo Energia (%) ⁶³	-5,9	-2,9	-2,4
Consumo Energia por colaborador (GJ/colaborador) ⁶⁴	13,7	13,2	12,8

⁶¹ A contabilização e reporte do consumo de gasóleo para grupo gerador foi iniciada no ano 2018 (conforme relatórios de Banca Responsável publicados nos respetivos anos). Os valores acima reportados encontram-se em linha com os valores dos anos anteriores, calculados com base no fator de conversão em vigor à data (diferente do fator em vigor em 2024). A totalidade do combustível utilizado é com origem em fontes não renováveis.

⁶² O consumo total de energia (GJ) foi atualizado, entre 2017 e 2023, por forma a incluir o consumo de gasóleo para grupo gerador (não incluído na tabela equivalente em anos anteriores).

⁶³ No cálculo do consumo de energia e da sua variação é considerada a energia proveniente de eletricidade, gasóleo para grupo gerador e gás natural. A variação do consumo de energia é calculada diretamente e de forma anual com base no ano transato, uma vez que possibilita uma monitorização da redução de consumo de energia num perímetro de análise de maior proximidade temporal.

⁶⁴ Para o cálculo da intensidade energética, adotou-se como denominador o número de colaboradores, considerando-se no numerador apenas o consumo de energia dentro da organização (eletricidade, gasóleo para grupo gerador e gás natural).



Evolução de Captação de Água

GRI 303-3

	2023	2024	2025
Água (m³)	46.587	45.942	49.842
Captação de água por colaborador (m³/colaborador)	10,03	9,89	10,61
Água em áreas de stress hídrico (m³)	n.d.	n.d.	41.620

Notas:

- 1 - A totalidade de captação de água, incluindo em áreas com *stress* hídrico, é proveniente de água de terceiros, sendo a metodologia, os dados compilados e a disponibilização dos mesmos facultados por uma entidade externa.
- 2 - O descarte de água é determinado por estimativa, com base nas recomendações da ERSAR, correspondendo a 80% da captação de água, sendo integralmente destinada a tratamento por entidades terceiras e classificada como água doce, incluindo em áreas com *stress* hídrico. Não foi possível identificar quais as substâncias prioritárias que suscitam preocupações para as quais há tratamento de descarte.
- 3 - Em 2025 não se conseguiu apurar na totalidade a origem da água captada (água doce ou de outras fontes) e a natureza da água de *stress* hídrico (água superficial, subterrânea, entre outros).
- 4 - No cálculo de valores de captação, descarga e consumo de água em locais de *stress* hídrico, foi considerada a classificação prevista pelo WRI, não existindo neste referencial, informação relativa à classificação de *stress* hídrico dos Açores.
- 5 - A entidade não procede ao armazenamento de água, não tendo sido identificado qualquer impacto significativo relacionado com alterações no armazenamento hídrico.

Papel e material de impressão

GRI 301-1, 306-3, 306-4

	2023	2024	2025
Papel total consumido (ton)	309	294	275
Papel branco consumido (ton)	150	145	128
Papel branco consumido por colaborador (kg papel/colaborador)	32	31	27
% de papel enviado para reciclagem	6	4	5
Papel enviado para reciclagem/colaborador (kg papel/colaborador)	4	3	3
Papel enviado para reciclagem (ton)	n.d.	n.d.	13,416
Tinteiros e toners para reciclagem (unid)	1.234	1.153	1.021
Tinteiros e toners para reciclagem (ton)	n.d.	n.d.	2,042
Cartões bancários recolhidos para reciclagem (kg)	652	794	535
Cartões bancários recolhidos para reciclagem (ton)	0,652	0,794	0,535
Total (ton) – resíduos não perigosos para reciclagem ⁶⁵	n.d.	n.d.	13,951
Total (ton) – resíduos para reciclagem ⁶⁶	n.d.	n.d.	15,993

Notas:

1 - Dada a atividade exercida pelo Banco Santander Portugal, o consumo de materiais é caracterizado principalmente pelo consumo de papel (onde é incluído o consumo de cartão), por sua vez correspondente a um material renovável. Neste sentido, o consumo de materiais não renováveis pelo Banco é considerado desprezável.

2 - O consumo de materiais reportado refere-se exclusivamente ao consumo de papel, por ser o único material para o qual existe informação sistematizada.

3 - Por motivos de simplificação metodológica, a produção de resíduos de papel é equiparada ao consumo de papel no período reportado.

4 - O peso considerado no cálculo de toners/tinteiros reciclados é relativo ao peso indicado na ficha técnica.

5 - Embora seja possível apurar a totalidade de cartões, toners e tinteiros reciclados, ainda não é possível apurar a totalidade de cartões, toners e tinteiros que foram considerados resíduos. Deste modo, o Banco Santander Portugal encontra-se a trabalhar numa solução para apuramento dos resultados nos próximos anos.

6 - O reporte de resíduos para reciclagem abrange apenas papel, toners/tinteiros e cartões multibanco, correspondendo às tipologias para as quais existe informação disponível de forma consistente.

7 - O papel e os cartões multibanco classificam-se como resíduos não perigosos, enquanto os toners/tinteiros são classificados como resíduos perigosos.

8 - A informação divulgada resulta de dados internos e/ou informação disponibilizada por prestadores de serviços de gestão de resíduos sendo a totalidade dos resíduos referente a dados provenientes da atividade realizada dentro da organização.

9 - A única operação de valorização de resíduos considerada no período corresponde à reciclagem.

10 - Os resíduos valorizados são tratados offsite, através de operadores externos devidamente licenciados.

⁶⁵ O total de resíduos não perigosos para reciclagem corresponde ao somatório do papel e dos cartões multibanco.

⁶⁶ O total de resíduos para reciclagem corresponde ao somatório do papel, cartões multibancos e toners/tinteiros reciclados.

Pegada de Carbono

GRI 305-1, 305-2, 305-3, 305-5

Âmbito	Atividade	2023	2024	2025
ÂMBITO 1 Emissões diretas (ocorrem em equipamentos ou processos da empresa (TCO _{2e}))	Geradores e equipamentos para produção de águas quentes sanitárias (gasóleo)	1	0	7
	Equipamentos a gás natural	0	0	0
	Fugas de gases refrigerantes (HFCs) de equipamentos de climatização/refrigeração	183	185	66
Total Âmbito 1		184	185	73
Variação Anual		-	1	-112
Variação anual (%)		-	1	-61
ÂMBITO 2 Emissões da produção de eletricidade adquirida (TCO _{2e})	Eletricidade adquirida (<i>Market Based</i>)	0	0	0
	Eletricidade adquirida (<i>Location Based</i>)	1.510	2.662	1.717
Total Âmbito 2		0	0	0
Variação Anual		-	0	0
Variação anual (%)		-	0	0
Total Âmbito 1 + 2		184	185	73
Variação Anual		-	1	-112
Variação anual (%)		-	1	-61
ÂMBITO 3 Emissões indiretas, que ocorrem fora das fronteiras da organização, mas que resultam da atividade desta ((TCO _{2e}))	Viagens de avião	715	506	276
	Viagens de comboio	5	12	8
	Viagens de automóvel	1.183	1.122	1.113
	Deslocações casa-trabalho-casa	5.470	3.904	3.831
	Carteiras de imóveis residenciais e imóveis comerciais	n.d.	n.d.	523.883
Total Âmbito 3		7.373	5.544	529.112
Variação Anual		-	1.829	523.568
Variação anual (%)		-	-25	9.444
Total Âmbito 1 + 2 + 3		7.557	5.729	529.185
Variação Anual		-	-1.828	523.456
Variação Anual (%)		-	-24	9.137

Notas:

- 1 - O cálculo das emissões teve em consideração a emissão de CO₂, CH₄ e N₂O. O Banco Santander Portugal não emite emissões biogénicas no âmbito da sua atividade. De modo a demonstrar a evolução das emissões, o cálculo da variação é sempre efetuado face ao ano anterior. O controlo operacional é a abordagem de consolidação das emissões.
- 2 - O aumento das emissões associadas aos geradores e equipamentos resulta do enchimento preventivo dos respetivos depósitos, realizado na sequência do apagão nacional ocorrido a 28 de abril de 2025. Este procedimento excecional visou reforçar a prontidão operacional e assegurar a continuidade dos serviços críticos perante potenciais falhas no fornecimento elétrico.
- 3 - A variação do total de emissões do âmbito 1 deve-se a uma alteração de metodologia, no cálculo de quantidades de gases refrigerantes.
- 4 - De acordo com as diretrizes do Protocolo de Gases com Efeito de Estufa, é recomendado o cálculo das emissões de âmbito 2 através de dois métodos: *market based* e *location based*. O método de mercado, que tem vindo a ser utilizado pelo Banco Santander Portugal para calcular a sua pegada de carbono, consiste na utilização de fatores de emissão específicos associados ao produtor de energia – uma vez que a energia adquirida é 100% renovável foram consideradas 0 emissões. Por outro lado, no método de localização, as emissões são calculadas assumindo um fator proveniente da IEA atribuído a Portugal.
- 5 - Por forma a garantir alinhamento com os critérios do grupo, o Banco Santander Portugal uniformizou o seu método de cálculo nas viagens de avião com os critérios corporativos, utilizando a metodologia descrita na tabela abaixo
- 6 - Em 2024 foi retirada da tabela a informação que não era considerada material das emissões indiretas de âmbito 3 (ciclo de vida de resíduos, papel e tratamento de águas residuais). Os ajustes efetuados nos valores estão relacionados com os somatórios, não colocando em questão valores previamente reportados.
- 7 - As emissões das deslocações de serviço (viagens de automóvel) são contempladas no âmbito 3, devido à natureza indireta das mesmas
- 8 - Foram apurados pela primeira vez as emissões de CO₂e das carteiras de imóveis residenciais e imóveis comerciais em 2025, razão pela qual a variação do total de emissões de CO₂e apurado é tão significativo. Para saber mais detalhes metodológicos, consultar capítulo 2.4.1 Monitorização das carteiras de imóveis comerciais e imóveis residenciais em Portugal.

6.6 Notas metodológicas

De seguida são apresentados os critérios adotados para a medição de dados e indicadores.

Consumo direto de energia

Para o cálculo do consumo de energia, gasóleo para grupo gerador, em GJ foi utilizada a seguinte fórmula: 0,0363528 GJ/l (valor líquido)⁶⁷.

O fator de emissão de CO₂e aplicável a este recurso energético é 2,75541 kg CO₂e/l⁶⁸.

Consumo de eletricidade

Na transformação dos consumos de eletricidade para GJ foi utilizado o fator de conversão: 1kWh = 0,0036 GJ⁶⁹.

Emissões diretas e indiretas de GEE

Neste cálculo são incluídas as emissões resultantes das deslocações dos colaboradores em trabalho, das deslocações CTC e do consumo de energia elétrica, recorrendo às seguintes fórmulas:

Emissão = Consumo_x * Fator de emissão (FE_x)

Emissão = Viagem (km)_x * FE_x

A tabela seguinte resume os fatores aplicados aos cálculos de 2025.

Fatores de emissão	Unidade	Fonte
FE Fugas de gases refrigerantes (HFCs)	kg CO ₂ e/kg	<u>Government conversion factors for company reporting of greenhouse gas emissions - GOV.UK</u>
R410a: 1.924,0		
R32: 677,0		

⁶⁷ Fonte: DEFRA (Department for Environment Food & Rural Affairs), Greenhouse gas reporting: conversion factors 2025 - GOV.UK
⁶⁸ Fonte: DEFRA (Department for Environment Food & Rural Affairs), Greenhouse gas reporting: conversion factors 2025 - GOV.UK
⁶⁹ Fonte: DEFRA (Department for Environment Food & Rural Affairs), Greenhouse gas reporting: conversion factors 2025 - GOV.UK

FE Eletricidade	0,104	kg CO ₂ e/kWh	AIE (Agência Internacional de Energia) <u>IEA – International Energy Agency</u>
FE Avião	Voo Curto Curso (nacional-continental e /ou insular)	kg CO ₂ e/p.km	<u>Government conversion factors for company reporting of greenhouse gas emissions - GOV.UK</u>
	0,13552		
	Voo Médio Curso (entre países do mesmo continente)	kg CO ₂ e/p.km	
	0,07559		
	Voo Longo Curso (entre países de diferentes continentes)	kg CO ₂ e/p.km	
	0,09043		
FE Automóvel	Passageiros – Gasóleo	kg CO ₂ e/km	<u>Government conversion factors for company reporting of greenhouse gas emissions - GOV.UK</u>
	0,17136		
	Passageiros – Gasolina	kg CO ₂ e/km	
	0,16204		
	Passageiros – GPL	kg CO ₂ e/km	
	0,19557		
	Passageiros – Gás natural	kg CO ₂ e/km	
	0,17201		
	Passageiros – Híbrido	kg CO ₂ e/km	
	0,12708		
	Passageiros – Híbrido <i>Plug-in</i>	kg CO ₂ e/km	
	0,09121		
	Passageiros – Elétrico	kg CO ₂ e/km	
	0,00000		
FE Motociclo	0,11138	kg CO ₂ e/p.km	
FE Motociclo Elétrico	0,00000	kg CO ₂ e/km	
FE Autocarro	0,02776	kg CO ₂ e/p.km	
FE <i>Shuttle</i>	0,48747	kg CO ₂ e/km	<u>Government conversion factors for company reporting of greenhouse gas emissions - GOV.UK</u>
FE Metro	0,02860	kg CO ₂ e/p.km	
FE Comboio	0,02860	kg CO ₂ e/p.km	
FE Barco	0,11270	kg CO ₂ e/p.km	
FE Elétrico	0,02860	kg CO ₂ e/p.km	

Nota:

Para obtenção do fator de emissão referente às viagens pendulares realizadas em *shuttle*, foi considerado o fator de emissão de autocarros públicos e o número médio de passageiros em autocarros de tipologia Coach (17.56) previstos pelo DEFRA em 2025.

NS 7. Tabela de correspondência do Relatório com os requisitos do DL 89/2017

Requisito	Localização Ano de referência das divulgações (Ref)
MODELO EMPRESARIAL	
DL 89/2017 - Artº 3º (Remetido para o Nº 2 do Artº 508º-G do CSC) - Diretiva 2014/95/EU of - Art. 19a (1)(a)	
Modelo empresarial da empresa	Áreas de Negócio
	1.4 Governo da sustentabilidade
	Ref: BRB 2022 - Ajudamos a enfrentar os desafios da sociedade
	Ref: RBR 2022 - Capítulos Mensagem do Presidente da Comissão Executiva
	Ref: RBR 2022 - Capítulo Princípios e Governance
	Ref: RC 2022 - Capítulo Áreas de Negócio: Relatórios e Contas - Banco Santander Totta, S.A.
DIVERSIDADE NOS ÓRGÃOS DE GOVERNO	
DL 89/2017 - Artº4º (Remetido para o Artº 245.º- N.º 1 r) e N.º2 do CVM) - Diretiva 2014/95/EU - Art. 20 (1)(g)	
Política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização	1.4 Governo da sustentabilidade Ref: RBR 2022 - Capítulo Princípios e Governance - Diversidade nos órgãos de governo
QUESTÕES AMBIENTAIS	
DL 89/2017 - Nº2 do Artº3º (Remetido para o Nº2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/EU -Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões ambientais	1.4 Governo da sustentabilidade
	Ref: RBR 2022 - Capítulo Princípios e Governance - Modelo de Governo para a Banca Responsável
	1. Clima, plano de transição
	Ref: RBR 2022 - Pegada ambiental
	Políticas de Sustentabilidade:
	Relatórios e Políticas - Sustentabilidade Santander
	Política Geral de Sustentabilidade:
	Politica_Geral_Sustentabilidade_BST.pdf
	NS 8. Tabela Resposta GRI
	RBR 2022 – Resposta Tabela GRI (indicadores ambientais)
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	1.2 Avaliação de materialidade
	Ref: RBR 2022 – Capítulo Avaliação de riscos ambientais e sociais
	2.2 Apoiamos os nossos clientes na transição
	Ref: RBR 2022 – Capítulo Apoiamos a transição verde
	2.3 Integração dos fatores ESG na gestão de riscos
	Ref: RBR 2019 – Capítulo Cultura de riscos – Riscos sociais, ambientais
Indicadores-chave de desempenho	NS 8. Tabela Resposta GRI
	Ref: RBR 2019 – Capítulo Pegada ambiental – Tabelas e gráficos de desempenho ambiental
QUESTÕES SOCIAIS E RELATIVAS AOS COLABORADORES	
DL 89/2017 – Nº 2 do Artº 3º (Remetido para o Nº 2 do Artº 508º do CSC) – Diretiva 2014/95/EU – Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com	3.1 Os nossos colaboradores

Requisito	Localização Ano de referência das divulgações (Ref)
questões sociais e relativas aos colaboradores	3.3 Os nossos clientes 4. Conduta empresarial Ref: RBR 2022 – Capítulos A nossa cultura corporativa e Equipa capacitada e comprometida Ref: RBR 2019 – Capítulo Princípios e <i>Governance</i> – Código de Conduta Código Geral de Conduta: Codigo_Geral_Conduta_Banco.pdf Código de Conduta na relação com os clientes: Codigo_Conduta_Relacao_Clientes_Banco.pdf Regulamento de Gestão de Reclamações: Regulamento_Gestao_Reclamacoes_Banco.pdf Política de Cultura Corporativa: do-politica-corporativa-de-cultura-es.pdf
Resultados da aplicação das políticas	3.1. Os nossos colaboradores Ref: RBR 2022 – Capítulo Equipa capacitada e comprometida – Resultados Questionário Compromisso Ref: RBR 2022 – Capítulo Equipa capacitada e comprometida – Tabelas e gráficos NS 8. Tabela Resposta GRI Ref: RBR 2022 – Resposta Tabela GRI (indicadores RH)
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Ref: RBR 2022 – Capítulo Princípios e <i>Governance</i> – Código de Conduta
Indicadores-chave de desempenho	3.1.4 A nossa estratégia de escuta e experiência do colaborador Ref: RBR 2022 – Capítulo Equipa capacitada e comprometida – Resultados Questionário Compromisso 3.1.4 A nossa estratégia de escuta e experiência do colaborador Ref: RBR 2022 – Capítulo Equipa capacitada e comprometida – Tabelas e gráficos NS 8. Tabela Resposta GRI Ref: RBR 2022 – Resposta Tabela GRI (indicadores RH)
IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS E NÃO DISCRIMINAÇÃO	
Nº 2 do Artº 3º do DL 89/2017 (Remetido para o Nº 2 do Artº 508º do CSC) – Diretiva 2014/95/EU – Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões de igualdade entre mulheres e homens e não discriminação	3.1.3 Cultura inclusiva Ref: RBR 2022 – Capítulo Equipa capacitada e comprometida – Diversidade e inclusão 1.4 Governo da sustentabilidade Ref: RBR 2022 – Capítulo Princípios e <i>Governance</i> – Diversidade nos órgãos de governo Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação: Politica-Interna-Selecao-Avaliacao-BST.pdf Política de Remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização: Politica-Remuneracao-Orgaos-BST.pdf
Resultados da aplicação das políticas	NS 8. Tabela Resposta GRI Ref: RBR 2022 – Capítulo Equipa capacitada e comprometida – Tabelas e gráficos Ref: RBR 2022 – Resposta Tabela GRI (indicadores RH)
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	3.1 Os nossos colaboradores Ref: RBR 2022 – Capítulo Princípios e <i>Governance</i> – Código de Conduta
Indicadores-chave de desempenho	NS 6. O nosso progresso em números Ref: RBR 2019 – Capítulo Equipa capacitada e comprometida – Tabelas e gráficos

Requisito	Localização Ano de referência das divulgações (Ref)
	NS 8. Tabela Resposta GRI Ref: RBR 2019 – Resposta Tabela GRI (indicadores RH)
RESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS	
Nº 2 do Artº 3º do DL 89/2017 (Remetido para o Nº 2 do Artº 508º do CSC) – Diretiva 2014/95/EU – Art. 19a (1)(a-e)	
	Política de Direitos Humanos: Política de derechos humanos
Políticas específicas relacionadas com o respeito dos Direitos Humanos	Princípios de comportamento responsável para fornecedores: Principles of responsible behaviour for suppliers Política Geral de Sustentabilidade: Politica_Geral_Sustentabilidade_BST.pdf
Resultados da aplicação das políticas	4.2 Conduta ética Ref: RBR 2022 – Capítulo Compras responsáveis
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	4.2 Conduta ética Ref: RBR 2019 – Capítulo Princípios e Governance – Código de Conduta
Indicadores-chave de desempenho	NS 8. Tabela Resposta GRI RBR 2019 – Capítulo Compras responsáveis
COMBATE À CORRUPÇÃO E TENTATIVAS DE SUBORNO	
Nº 2 do Artº 3º do DL 89/2017 (Remetido para o Nº 2 do Artº 508º do CSC) – Diretiva 2014/95/EU – Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com o combate à corrupção e tentativas de suborno	4.2 Conduta ética Ref: RBR 2022 – Capítulo Cultura de riscos – Programa corporativo de prevenção da corrupção 4.4.1 Práticas responsáveis com os nossos fornecedores Ref: Modelo de Externalizações e Gestão de Fornecedores Código Geral de Conduta: Codigo_Geral_Conduta_Banco.pdf
Resultados da aplicação das políticas	NS 8. Tabela Resposta GRI Ref: RBR 2022 – Resposta Tabela GRI (indicadores corrupção)
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	4. Conduta empresarial Ref: RBR 2022 – Capítulo Princípios e Governance – Código de Conduta Ref: RBR 2022 – Capítulo Cultura de riscos – Programa corporativo de prevenção da corrupção
Indicadores-chave de desempenho	NS 8. Tabela Resposta GRI Ref: RBR 2019 – Resposta Tabela GRI (indicadores corrupção)

NS 8. Tabela Resposta GRI

Versão	O Banco Santander Portugal relatou de acordo com as Normas GRI para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025
GRI 1 utilizado	Fundamentos 2021

Esta tabela inclui, para efeitos informativos, uma coluna de correspondência entre os requisitos dos GRI *Standards*, normas ESRS e as normas de divulgação relacionadas com a sustentabilidade do Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade (ISSB), o que não significa que o nível de detalhe exigido entre as normas seja exatamente o mesmo.

Notas metodológicas:

- Foram considerados "senior management" os membros da Comissão Executiva;
- Por "comunidade local", "região" e localizações relevantes de operação entende-se o território português.

Conteúdos	Localização	ESRS	ISSB
2- CONTEÚDOS GERAIS			
2-1- Perfil organizacional	Índice Relatório e Contas		
2-2- Entidades incluídas no reporte de sustentabilidade da organização	Informação relevante sobre o Capítulo de Sustentabilidade Nota: Foram incluídas todas as filiais do Banco Santander Portugal, onde se inclui o Santander Totta.	BP-1	IFRS S2.10(d)
2-3- Período do relatório, frequência e contactos	Informação relevante sobre o Capítulo de Sustentabilidade Índice Relatório e Contas		
2-4- Reformulações de informação	A informação reportada na tabela "Pessoas apoiadas através de iniciativas de apoio à comunidade", enquadrada no ponto 6.3 – Apoio à Comunidade, bem como em todas as tabelas do ponto 6.5 – A nossa Pegada Ambiental, integradas no capítulo NS 6. O nosso progresso em números, foram reformuladas com o objetivo de assegurar a divulgação da informação em conformidade com os requisitos aplicáveis. As respetivas notas explicativas encontram-se nas tabelas e todas as alterações de valores foram devidamente referenciadas nos capítulos correspondentes.		
2-5- Verificação externa	Relatório independente de Garantia Limitada de Fiabilidade Relatório e Contas: Relatórios e pareceres da atividade consolidada		
2-6- Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócio	Relatório e Contas 2025 - Capítulo Áreas de Negócio NS 1. Cadeia de valor e outras informações	SBM-1	
2-7- Colaboradores	3.1.1 Talento e desenvolvimento de competências NS 6. O nosso progresso em números	S1-6	
2-8- Colaboradores que não são colaboradores	Ao abrigo da Bolsa de estágios, o Banco Santander Portugal contou com um total de 270 estagiários no decorrer do ano de 2025, mais 51 estagiários face ao ano anterior.	S1-7	
2-9- Estrutura de governo e composição	1.4 Governo da sustentabilidade Relatório e Contas: Relatório de Governo Societário, III – Órgãos Sociais Governo societário – Conselho de administração Nota: Todos os membros da Comissão Executiva compõem o Conselho de Administração. Para efeitos da realização do presente Relatório, o órgão mais alto de governança considerado foi a Comissão Executiva.	G1-5	

Conteúdos	Localização	ESRS	ISSB
2-10- Nomeação e seleção do mais alto órgão de governo	Relatório e Contas: III – Órgãos Sociais		
2-11- Presidência do mais alto órgão de governo	1.4 Governo da sustentabilidade Relatório e Contas: Relatório de Governo Societário, III – Órgãos Sociais		
2-12- Papel do mais alto órgão de governo na supervisão da gestão de impactos	1.4 Governo da sustentabilidade Relatório e Contas: Relatório de Governo Societário, III – Órgãos Sociais	GOV-2	IFRS S2.6(a)(iii) IFRS S2.6(a)(iv)
2-13- Atribuição de responsabilidade da gestão de impactos	1.4 Governo da sustentabilidade Relatório e Contas: Relatório de Governo Societário, III – Órgãos Sociais	GOV-2	IFRS S2.6(a)(iii) IFRS S2.6(a)(iv)
		G1-3	
2-14- Papel do mais alto órgão de governo no reporte de sustentabilidade	1.4 Governo da sustentabilidade Relatório e Contas: Governo societário, Conselho de Administração Relatório e Contas: Relatório de Governo Societário, III – Órgãos Sociais	GOV-5	
2-15- Conflitos de interesse	Relatório e Contas: Risco de Cumprimento e Reputacional		
2-16- Comunicação de preocupações críticas	Relatório e Contas 2025: Comitês criados pelo Conselho de Administração A comunicação de preocupações críticas é maioritariamente realizada através dos seguintes canais: Reclamações: Foram reportadas 9 reclamações no âmbito da privacidade e perda de dados de clientes. Canal Aberto: Foram recebidas 12 denúncias através dos canais éticos de origem confidencial. Comité Gold: Ocorreram 2 reuniões de gestão de situações especiais no âmbito do apagão na Península Ibérica de 28 de abril.	GOV-2 G1-3	IFRS S2.6(a)(iii) IFRS S2.6(a)(iv)
2-17- Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governo	Relatório e Contas: Governo societário, Conselho de Administração Relatório e Contas: Relatório de Governo Societário, III – Órgãos Sociais São anualmente disponibilizadas formações internas de sustentabilidade a todos os membros da Comissão Executiva. Em 2025 a formação teve foco nos riscos climáticos e ambientais.		

Conteúdos	Localização	ESRS	ISSB
2-18- Avaliação anual do órgão de administração e fiscalização do mais alto órgão de governo	1.4 Governo da sustentabilidade O quadro regulatório atualmente aplicável aos membros dos órgãos de administração e fiscalização das Instituições de Crédito (os "Órgãos Relevantes") contém um conjunto de requisitos em matéria de idoneidade, qualificação, experiência profissional, independência e disponibilidade (a "Adequação"), aplicável aos titulares destes cargos (doravante, os "Titulares"), que visa promover uma gestão sã e prudente destas Instituições. A este propósito, o Banco realiza um exercício anual de avaliação destes requisitos quanto aos Titulares, quer individual, quer coletivamente considerados. A referida avaliação é efetuada diretamente pelo Conselho de Administração. A Avaliação tem os seguintes objetivos: 1) Garantir que os órgãos relevantes dispõem da adequação, qualificação e disponibilidade, individuais e coletivas, suficientes para cumprir as funções legais e estatutárias em todas as áreas relevantes de atuação, detendo os seus membros, incluindo os membros da Comissão de Auditoria, as competências necessárias para assegurar a gestão do Banco de acordo com os requisitos exigíveis 2) considerar se a estrutura, dimensão, composição e desempenho dos órgãos em causa se mantêm adequados na presente data, salientando que não se verificaram alterações dignas de realce nos aspetos referentes a idoneidade e independência (Relatório de Sustentabilidade 2024) Em linha com a declaração do subcapítulo 1.4, "A remuneração variável de curto prazo tem uma componente qualitativa e quantitativa. A sustentabilidade tem tido um peso de $\pm 5\%$ na pool de bónus do Grupo Santander.", tendo em conta a economia, o ambiente e as pessoas. Os membros da Comissão Executiva são avaliados de acordo com o modelo de desempenho previsto no banco, nomeadamente pelo superior hierárquico e pelo funcional. O CEO é avaliado por todos os membros não-executivos do Conselho de Administração e pelos órgãos de governo do Grupo Santander, de acordo com o modelo de governo definido. Relatório e Contas: Relatório de Governo Societário, III – Órgãos Sociais		
2-19- Políticas de remuneração	3.1.1 Talento e desenvolvimento de competências A atual normativa, nomeadamente a CRD IV – <i>Capital Requirements Directive</i>, obriga a ter políticas claras e definidas nos aspetos mais relevantes em matéria de retribuição. As Políticas estabelecem parâmetros mínimos globais que devem ser aplicados de forma consistente em todo o Grupo Santander e implementados localmente. A política remuneratória do Banco Santander Portugal enquadra-se nas diretrizes definidas pelo acionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no setor. Nos termos da Política, o Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem com os normativos aplicáveis nas jurisdições onde desenvolve a sua atividade. A retribuição é definida para promover uma cultura de elevado	GOV-3	IFRS S2.29(g)(i) IFRS S2.6(a)(v) IFRS S1.21(b)

Conteúdos	Localização	ESRS	ISSB
	desempenho, na qual as pessoas são premiadas e reconhecidas pelo seu desempenho, competência e pelo impacto que têm no sucesso do grupo e/ou das suas filiais. As práticas remuneratórias do Grupo Santander deverão sempre ser alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da sociedade e, em particular, promover as boas condutas. O Grupo Santander assegura, através da Política, que as políticas de retribuição promovam e sejam coerentes com uma sólida e eficaz gestão de riscos e com a manutenção de uma base sólida de capital.		
	As políticas estabelecidas a nível do grupo podem ser consultadas através do seguinte link: Corporate governance and remuneration policy Shareholders and Investors Santander Bank		
2-20- Processos para determinar a remuneração	Politica_Remuneracao_Banco_BST.pdf	GOV-3	IFRS S2.29(g)(i) IFRS S2.6(a)(v) IFRS S1.21(b)
2-21- Rácio de compensação anual total	Informação confidencial. O Banco considera a informação sobre o rácio de compensação total anual como confidencial por entender que pode comprometer a estratégia da organização.		
2-22- Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável	1.1 Estratégia de sustentabilidade Relatório e Contas: Mensagens dos Presidentes do Conselho de Administração e da Comissão Executiva		
2-23- Políticas	2.3 Integração dos fatores ESG na gestão de riscos 4.3 Canais éticos Relatórios e Políticas - Sustentabilidade Santander	E1-2 S1-1 S3-1 S4-1 G1-1	
2-24- Incorporação de políticas	1.4 Governo da sustentabilidade 2.1.1 A nossa abordagem 2.1.4 Objetivos do Grupo Santander 2.3 Integração dos fatores ESG na gestão de riscos 4.3 Canais éticos No programa de <i>Onboarding</i> , no qual todos os novos colaboradores são integrados, existe uma introdução às políticas em vigor no Banco Santander Portugal. São também apresentados os repositórios de informação e como utilizá-los, por forma a ter conhecimento das políticas em vigor e fazer cumpri-las.	GOV-2 E1-2 S1-1 S3-1 G1-1	IFRS S2.6(a)(iii) IFRS S2.6(a)(iv)
2-25- Processos para remediar impactos negativos	1.3 Relação com os nossos grupos de <i>stakeholders</i> 2.1.1 A nossa abordagem 2.3 Integração dos fatores ESG na gestão de riscos 3.3.1 Conduta com clientes 4.3 Canais éticos O Banco Santander Portugal esforça-se por adotar medidas de prevenção, ao invés da remediação, abordando todos os grupos de <i>stakeholders</i> nas suas análises de risco. Neste sentido, todos os possíveis casos de remediação são analisados de forma individual e aplicadas as devidas instâncias.	S1-3 S3-3 S4-3 S4-4	

Conteúdos	Localização	ESRS	ISSB
2-26- Mecanismos para procurar aconselhamento e levantar questões	2.1.1 A nossa abordagem	S3-3	
	3.1.4 A nossa estratégia de escuta e experiência do colaborador	S4-3	
	3.3.1 Conduta com clientes	G1-1	
		G1-3	
2-27- Conformidade com leis e regulamentos	Não se verificaram multas por incumprimento do normativo ambiental.	S1-17	
	O valor monetário total de multas significativas foi 425.000 EUR.	G1-4	
	O número total de não conformidades (nº total de processos concluídos): 4		
	O número total de sanções monetárias: 4		
	Notas:		
	1. Por casos de não conformidade significativos entendem-se todas as infrações determinadas pelo Regulador, dada a sua intervenção na atividade do Banco Santander Portugal;		
	2. Durante o ano de 2025 não existiram sanções não-monetárias aplicadas pelo BdP e/ou CMVM ao Banco Santander Totta S.A.;		
	3. Todas as multas pagas em 2025 são relativas a processos iniciados em anos anteriores, i.e., nenhuma das contraordenações foi paga no ano em que se verificou a infração;		
	4. O detalhe dos casos identificados é considerado informação confidencial, que não será divulgada por poder comprometer a estratégia da organização.		
2-28- Participação em associações	1.3 Relação com os nossos <i>stakeholders</i>		
2-29- Abordagem ao envolvimento de <i>stakeholders</i>	1.2 Avaliação de materialidade	SBM 2	
	1.3 Relação com os nossos <i>stakeholders</i>	S1-2	
	2.5 Vias de implementação e ações adicionais	S3-2	
	A identificação dos <i>stakeholders</i> a envolver (colaboradores, clientes, acionistas e comunidade) acontece a nível Grupo. Santander Informe Anual 2025	S4-2	
2-30- Acordos coletivos de trabalho	NS 6. O nosso progresso em números	S1-8	
3- ABORDAGEM DE GESTÃO			
3-1- Processo para determinar os temas materiais	1.2 Avaliação de materialidade	IRO-1	IFRS S2.25(a)(i) IFRS S2.25(a)(iii) IFRS S2.25(a)(iv) IFRS S2.25(a)(v) IFRS S2.25(a)(vi) IFRS S2.25(b) IFRS S2.25©
3-2- Lista de temas materiais	1.2 Avaliação de materialidade		
3-3- Gestão dos temas materiais	1.3 Relação com os nossos grupos de <i>stakeholders</i>	E1-2	
	1.4 Governo da sustentabilidade	E1-3	IFRS S2.14(a)(ii) IFRS S2.14(a)(iii) IFRS S2.14(a)(v) IFRS S2.14(b)
	2.1 Estratégia climática		
	2.1.4 Objetivos do Grupo Santander		

Conteúdos	Localização	ESRS	ISSB
	2.2 Apoiamos os nossos clientes na transição	E1-4	IFRS S2.33
	2.3 Integração de fatores ESG na gestão de riscos		IFRS S2.33(b)
			IFRS S2.33(d)
	2.4 Aspiramos alinhar a nossa atividade com os objetivos do Acordo de Paris		IFRS S2.33(e)
			IFRS S2.33(g)
	3.1.1 Talento e desenvolvimento de competências		IFRS S2.33(h)
	3.1.3 Cultura inclusiva		IFRS S2.34(a)
	3.2 Desenvolvimento sustentável das nossas comunidades		IFRS S2.36(a)
			IFRS S2.36(b)
	3.2.4 Apoio à comunidade	S1-1	IFRS S2.36(d)
	4.3 Canais éticos	S1-4	
		S1-5	
		S3-1	
		S3-2	
		S3-4	
		S3-5	
		S4-1	
		S4-4	
		S4-5	
		G1-2	
200- INDICADORES ECONÓMICOS			
201- Desempenho Económico (2016)			
201-1 - Valor económico direto, gerado e distribuído	Relatório e Contas 2025: Demonstrações financeiras e consolidadas.		
201-2 - Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido às alterações climáticas	1.2 Avaliação de materialidade	E1-3	IFRS S2.14 (a)(ii)
	2.1.4 Objetivos do Grupo Santander		IFRS S2.14 (a)(iii)
			IFRS S2.14 (a)(v)
			IFRS S2.14 (b)
		E1-9	IFRS S2.22(a)(iii)(1-3)
			IFRS S2.25(b)
			IFRS S2.29(b)
			IFRS S2.29(c)
			IFRS S2.29(d)
			IFRS S2.31
			IFRS S2.B65(e)
			IFRS S1.21(b)
201-3 - Obrigações do plano de benefícios definido e outros planos de reforma	Relatório e Contas: Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025 - Benefícios pós-empregados colaboradores Notas 1.2j e Nota 29.		
201-4- Apoio financeiro recebido do governo	O Banco Santander Portugal não recebeu apoio financeiro do Estado.		
202- Presença no mercado (2016)			
202-1- Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género	O salário mínimo no Banco Santander Portugal é de 1 400 euros, o que comparado com o salário mínimo nacional de 870 euros, resulta num rácio de 1,6.	S1-10	
	Não existe discriminação por género.		

Conteúdos	Localização	ESRS	ISSB
202-2- Proporção de membros da administração contratados na comunidade local	Todos os membros da Comissão Executiva (Administradores Executivos) são portugueses.		
203- Impactos económicos indiretos (2016)			
203-1- Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	3.2 Desenvolvimento sustentável das nossas comunidades 3.2.1 Apoiamos a economia e o desenvolvimento social das nossas comunidades 3.2.4 Apoio à comunidade 3.3.2 Inclusão e saúde financeira NS 6. O nosso progresso em números		
203-2- Impactos económicos indiretos significativos	3.2 Desenvolvimento sustentável das nossas comunidades 3.2.4 Apoio à comunidade NS 6. O nosso progresso em números	S3-4	
204- Práticas de Compras			
204-1 - Proporção de despesas com fornecedores locais	A proporção de gastos com fornecedores nacionais em 2025 é de 78%. Nota: Alteração de metodologia. Nesta categoria foram considerados todos os fornecedores locais homologados no Santander, ou seja, sujeitos a avaliação dos seus riscos e que estão em conformidade com as condições requeridas pelo Santander.		
205- Anticorrupção (2016)			
205-1- Operações avaliadas quanto a riscos relacionados com a corrupção	Na execução do seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (ver em: Códigos de conduta - Santander) o Banco Santander Portugal elabora anualmente os seguintes relatórios: – Um relatório de avaliação anual (em abril) da execução do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, que contém a avaliação da execução do referido plano; – Um relatório de avaliação intercalar das situações identificadas de risco elevado ou máximo de corrupção ou infrações conexas (caso sejam identificadas situações de risco elevado ou máximo no PPR). No âmbito da revisão anual do PPR em 2025 e conforme consta no respetivo relatório de avaliação de abril, não foram identificados riscos significativos de corrupção (ver em: Relatorio Plano Prevencao Riscos Corrupcao Infracoes Conex as.pdf). Por esse motivo, em 2025, manteve-se inalterado o relatório intercalar elaborado em 2024.	G1-3	
205-2- Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	NS 6. O nosso progresso em números O Código Geral de Conduta do Banco Santander Portugal dispõe de um capítulo 4.5.3.3. Ofertas e Convites de/a terceiros com Regras de Conduta Anticorrupção e está disponível para todos os colaboradores do banco. Codigo_Geral_Conduta_Banco.pdf Nota: O número de colaboradores por categoria profissional reportado no capítulo NS 6. O nosso progresso em números pode divergir do aqui reportado. Nos casos em que a percentagem ascende aos 100%, deve-se ao facto da contabilização das presenças em formações ser mensal e estar sujeita a flutuações com as entradas e saídas de colaboradores da organização.	G1-3	

Conteúdos	Localização	ESRS	ISSB																														
	<table><tr><th></th><th colspan="2">2024</th><th colspan="2">2025</th></tr><tr><th>Formações anti-corrupção por categoria profissional</th><th>Nº colaboradores</th><th>%</th><th>Nº colaboradores</th><th>%</th></tr><tr><td>Dirigentes</td><td>79</td><td>102,6</td><td>63</td><td>95,5</td></tr><tr><td>Chefias</td><td>696</td><td>105,8</td><td>639</td><td>95,7</td></tr><tr><td>Restantes colaboradores</td><td>3.831</td><td>98,0</td><td>3.625</td><td>91,4</td></tr><tr><td>TOTAL</td><td>4.606</td><td>99,2</td><td>4.327</td><td>92,1</td></tr></table>		2024		2025		Formações anti-corrupção por categoria profissional	Nº colaboradores	%	Nº colaboradores	%	Dirigentes	79	102,6	63	95,5	Chefias	696	105,8	639	95,7	Restantes colaboradores	3.831	98,0	3.625	91,4	TOTAL	4.606	99,2	4.327	92,1		
	2024		2025																														
Formações anti-corrupção por categoria profissional	Nº colaboradores	%	Nº colaboradores	%																													
Dirigentes	79	102,6	63	95,5																													
Chefias	696	105,8	639	95,7																													
Restantes colaboradores	3.831	98,0	3.625	91,4																													
TOTAL	4.606	99,2	4.327	92,1																													
205-3- Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	Não foram registados casos de corrupção.	G1-4																															
300- INDICADORES AMBIENTAIS																																	
301- Materiais (2016)																																	
301-1- Materiais utilizados, discriminados por peso ou volume	NS 6. O nosso progresso em números																																
302- Energia (2016) - tema material (alterações climáticas)																																	
302-1- Consumo de energia dentro da organização	NS 6. O nosso progresso em números O Banco Santander vende 275,994 GJ de eletricidade devido aos painéis solares de 18 balcões.	E1-5																															
302-2- Consumo de energia fora da organização	Não aplicável, dada a natureza do negócio.																																
302-3- Intensidade energética	NS 6. O nosso progresso em números																																
302-4- Redução do consumo de energia	NS 6. O nosso progresso em números																																
302-5- Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços	Não se aplica, devido à natureza da atividade financeira.																																
303- Água e efluentes																																	
303-3- Captação de água	NS 6. O nosso progresso em números Captação de água em zonas de stress hídrico 2025 = 41.620 m³																																
303-4- Descarte de água	NS 6. O nosso progresso em números Com base nas recomendações da ERSAR, o descarte de água é determinado através de uma estimativa: descarte = 80% da captação de água Descarte de água 2025 = 39.874 m³ (36.754 m³ em 2024) Descarte de água em áreas de stress hídrico 2025 = 33.296 m³																																
303-5- Consumo de água	NS 6. O nosso progresso em números Com base nas recomendações da ERSAR, o consumo de água é determinado através de uma diferença: consumo= captação- descarte de água. Consumo de água 2025 = 9.968 m³ (9.188 m³ em 2024) Consumo de água em zonas de stress hídrico 2025 = 8.324 m³																																

Conteúdos	Localização	ESRS	ISSB
305- Emissões (2016) - tema material (alterações climáticas)			
305-1- Emissões diretas de Gases com Efeito de Estufa (Âmbito 1)	NS 6. O nosso progresso em números	E1-6	IFRS S2.29 (a)(i)(1-2) IFRS S2.29 (a)(i)(3) IFRS S2.B38-B57 IFRS S2.29 (a)(ii) IFRS S2.29 (a)(iii)(1-3) IFRS S2.29 (a)(iv) IFRS S2.29 (a)(v) IFRS S2.B30 IFRS S2.B31 IFRS S2.29 (a)(vi)(1) IFRS S2.B32 IFRS S2.29 (a)(vi)(2) IFRS S2.B19 IFRS S2.B34 IFRS S2.B56(a) IFRS S2.B56(b)
305-2- Emissões indiretas de Gases com Efeito de Estufa (Âmbito 2)	NS 6. O nosso progresso em números	E1-6	IFRS S2.29(a)(i)(1-2) IFRS S2.29(a)(i)(3) IFRS S2.B38-B57 IFRS S2.29(a)(ii) IFRS S2.29 (a)(iii)(1-3) IFRS S2.29(a)(iv) IFRS S2.29(a)(v) IFRS S2.B30 IFRS S2.B31 IFRS S2.29 (a)(vi)(1) IFRS S2.B32 IFRS S2.29 (a)(vi)(2) IFRS S2.B19 IFRS S2.B34 IFRS S2.B56(a) IFRS S2.B56(b)
305-3- Outras emissões indiretas de Gases com Efeito de Estufa (Âmbito 3)	2.4.1 Monitorização das carteiras de imóveis comerciais e imóveis residenciais em Portugal NS 6. O nosso progresso em números	E1-6	IFRS S2.29(a)(i)(1-2) IFRS S2.29(a)(i)(3) IFRS S2.B38-B57 IFRS S2.29 (a)(ii) IFRS S2.29(a)(iii)(1-3) IFRS S2.29(a)(iv) IFRS S2.29(a)(v) IFRS S2.B30 IFRS S2.B31 IFRS S2.29 (a)(vi)(1) IFRS S2.B32 IFRS S2.29(a)(vi)(2) IFRS S2.B19 IFRS S2.B34 IFRS S2.B56(a) IFRS S2.B56(b)

Conteúdos	Localização	ESRS	ISSB
305-4- Intensidade carbónica	No ano de 2025, o Banco Santander Portugal obteve uma intensidade carbónica de 112,64 TCO₂e/colaborador. Em 2024, o valor da intensidade carbónica foi 1,23 TCO₂e/colaborador. Nota: O cálculo da intensidade carbónica teve em consideração a emissão de CO₂, CH₄ e N₂O nos âmbitos 1, 2 e 3. O aumento face a 2024 deve-se à inclusão no cálculo das emissões das carteiras de imóveis residenciais e imóveis comerciais pela primeira vez.		
305-5- Redução de emissões de Gases com Efeito de Estufa	NS 6. O nosso progresso em números		IFRS S2.36(e)(i) IFRS 2.36(e)(ii) IFRS 2.36(e)(iii) IFRS 2.36(e)(iv)
305-6- Emissões de substâncias que destroem a camada de ozono (SDO)	Não se aplica, devido à natureza da atividade.		
305-7- NOX, SOX e outras emissões atmosféricas significativas	Não se aplica, devido à natureza da atividade.		
306- Resíduos (2020)			
306-3- Resíduos gerados	NS 6. O nosso progresso em números		
306-4- Resíduos não destinados para disposição final	2.2 Apoiamos os nossos clientes na transição NS 6. O nosso progresso em números		
308- Avaliação ambiental de fornecedores (2016) - tema material (conduta empresarial)			
308-1 - Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	4.4 Os nossos fornecedores 7% dos novos fornecedores homologados em 2025 foram selecionados com base em critérios ambientais. Nota: Alteração de metodologia. Nesta categoria foram considerados todos os fornecedores homologados no Santander, ou seja, sujeitos a avaliação dos seus riscos e que estão em conformidade com as condições requeridas pelo Santander. A avaliação dos fornecedores é feita simultaneamente a níveis ambientais e sociais.	G1-2	
308-2- Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	4.4 Os nossos fornecedores Encontra-se em estruturação um plano de que permita identificar os fornecedores com impactos significativos no ambiente, bem como atuar sobre esses impactos (planos de melhoria e/ou cessação de contratos).		
INDICADORES SOCIAIS			
401- Emprego (2016) - tema material (mão de obra própria)			
401-1- Novas contratações e rotatividade de empregados	3.1.1 Talento e desenvolvimento de competências NS 6. O nosso progresso em números		
401-2 - Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	São assegurados os mesmos benefícios aos colaboradores a tempo parcial que são atribuídos aos colaboradores a tempo inteiro. Os colaboradores beneficiam do seguinte: Cartão Refeição; Seguro de saúde complementar ao SAMS; Seguro de acidentes pessoais (cobre invalidez total e permanente que incluir riscos extra-profissionais); Contribuição para um plano de pensões; Comparticipação do passe social; Dia de aniversário do colaborador e tarde de aniversário dos filhos; Licença sem vencimento para voluntariado; entre outros.	S1-11	

Conteúdos	Localização	ESRS	ISSB
401-3 - Licença maternidade/paternidade	NS 6. O nosso progresso em números	S1-15	
402- Relações de Trabalho (2016) - tema material (mão de obra própria)			
402-1 - Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	O Banco cumpre com os prazos previstos na lei e no ACT (Acordo Coletivo de Trabalho). Em algumas situações, o Banco Santander Portugal acordou com os colaboradores prazos diferentes dos fixados na lei, face à disponibilidade dos próprios.		
403- Saúde e Segurança no trabalho (2018) - tema material (mão de obra própria)			
403-1 - Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	3.1.2 Condições de trabalho 3.1.3 Cultura inclusiva O Grupo Santander não tem implementado um sistema formal de gestão de saúde e segurança no trabalho, embora assegure o cumprimento da legislação vigente em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho.		
403-2 - Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	3.1.2 Condições de trabalho		
403-3 - Serviços de saúde do trabalho	3.1.2 Condições de trabalho 3.1.3 Cultura inclusiva No âmbito da vigilância da saúde, o Banco Santander Portugal garante a realização de exames médicos periódicos aos seus colaboradores com uma bateria de exames para além do exigido no quadro legal. No âmbito do Acordo Coletivo Trabalho do setor bancário, os colaboradores estão abrangidos pelos Serviços de Assistência Médica do Sindicato (SAMS). Adicionalmente, o Banco dispõe, ainda, na sua sede operacional, de um gabinete com médico e enfermeiro.		
403-4 - Participação dos colaboradores, consulta e comunicação aos colaboradores referentes a saúde e segurança do trabalho	1.3 Relação com os nossos grupos de <i>stakeholders</i> 3.1.2 Condições de trabalho		
403-5 - Capacitação de colaboradores em saúde e segurança do trabalho	3.1.2 Condições de trabalho 3.1.3 Cultura inclusiva		
403-6 - Promoção da saúde do trabalhador	3.1.2 Condições de trabalho 3.1.3 Cultura inclusiva		
403-7 - Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	Não aplicável, devido à natureza financeira do Grupo Santander.		
403-8 - Colaboradores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Não aplicável, vide indicador 403-1.	S1-14	
403-9 - Acidentes de trabalho	3.1.2 Condições de Trabalho NS 6. O nosso progresso em números Ao nível dos acidentes de trabalho, é feito um relatório que serve de análise e que pode ter como interveniente a área de Imóveis e a área de Segurança. Dessa análise podem resultar medidas corretivas. Ao nível da identificação de riscos temos contratada auditorias de higiene e segurança no trabalho que nos permitem avaliar a existência de riscos e permitir a sua correção caso se verifique esta necessidade.	S1-14	
403-10 - Doenças profissionais	3.1.2 Condições de Trabalho	S1-14	

Conteúdos	Localização	ESRS	ISSB
	NS 6. O nosso progresso em números		
	Em 2025 foi registado 1 colaborador no ativo que sofre de doença profissional		
404- Formação e Educação (2016) - tema material (mão de obra própria)			
404-1 - Média anual de horas de formação, por colaborador	3.1.1 Talento e desenvolvimento de competências		
	NS 6. O nosso progresso em números		
404-2 - Programas para melhorar as competências dos colaboradores e programas de assistência para transição	3.1.1 Talento e desenvolvimento de competências		
	NS 6. O nosso progresso em números		
404-3 - Percentagem de colaboradores que realizam avaliação de desempenho regular e revisão de progressão na carreira	3.1.1 Talento e desenvolvimento de competências	S1-13	
	100% dos colaboradores elegíveis, foram sujeitos a avaliação anual de desempenho.		
405- Diversidade e Igualdade de oportunidades (2016) - tema material (mão de obra própria)			
405-1 - Diversidade dos órgãos do governo e colaboradores	1.4 Governo da sustentabilidade	S1-6	
	3.1.3 Cultura inclusiva	S1-9	
	NS 6. O nosso progresso em números	S1-12	
406- Não discriminação (2016) - tema material (mão de obra própria)			
406-1 - Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	Foi identificado 1 caso de discriminação, tendo sido tomadas as devidas ações corretivas.	S1-17	
410- Práticas de Segurança - tema material (Conduta empresarial)			
410-1 - Pessoal de segurança com formação em procedimentos ou políticas de direitos humanos	Todo o pessoal de segurança possui formação em temas de direitos humanos ao abrigo da Lei nº 46/2019 de 8 de julho.		
413- Comunidades Locais (2016) - tema material (Comunidades afetadas)			
413-1 - Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	3.2 Desenvolvimento sustentável das nossas comunidades		
	3.2.3 Gestão de aspetos ambientais e sociais		
	3.2.4 Apoio à comunidade		
	NS 6. O nosso progresso em números		
413-2 - Operações com impactos negativos significativos reais ou potenciais nas comunidades locais	Dada a natureza da atividade do Banco Santander Portugal, consideramos que não existem impactos negativos significativos nas comunidades locais.		
414- Avaliação Social de fornecedores (2016) - tema material (Conduta empresarial)			
414-1 - Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	4.4 Os nossos fornecedores		
	7% dos novos fornecedores homologados em 2025 foram selecionados com base em critérios sociais.		
	Nota: Analisar nota presente no GRI 308-1.		
414-2 - Impactos sociais negativos da cadeia de fornecedores e medidas tomadas	4.4 Os nossos fornecedores		
	Encontra-se em estruturação um plano de que permita identificar os fornecedores com impactos significativos na sociedade, bem como atuar sobre esses impactos (planos de melhoria e/ou cessação de contratos).		
415- Políticas Públicas (2016) - tema material (Conduta empresarial)			
415-1 - Contribuições políticas	Não existiram contribuições para partidos políticos.	G1-5	

Conteúdos	Localização	ESRS	ISSB
416- Saúde e Segurança do Consumidor (2016) - tema material (Consumidores e utilizadores finais)			
416-1 - Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	Os produtos e serviços do Grupo Santander não causam impactos diretos na saúde.		
416-2 - Casos de não conformidade em relação aos impactos na saúde e segurança causados por produtos e serviços	Os produtos e serviços do Grupo Santander não causam impactos diretos na saúde e na segurança. Desta forma, a empresa não identificou nenhum incidente deste tipo.		
417- Marketing e rotulagem (2016) - tema material (Consumidores e utilizadores finais)			
417-1 - Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	O Banco tem publicado o “Guião de Análise de Publicidade” que define as regras de validação de publicidade para todo e qualquer produto, inclusive em termos de publicidade a produtos ESG. Este Guião é utilizado pelas Primeiras Linhas de Defesa (1LoD) para preparação e validação de 100% dos conteúdos publicitários, nos vários canais. A área de Cumprimento e Conduta, na qualidade de Segunda Linha de Defesa, procede a uma verificação trimestral de uma amostra mínima de 5% dos conteúdos publicitários produzidos, emitindo (se e quando aplicável) recomendações à 1LoD.		
417-2 - Casos de não conformidade com informação e rotulagem de produtos e serviços	Não estão identificados casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários. Eventuais sanções por parte das entidades de supervisão encontram-se reportadas no indicador 2-27.		
417-3 - Casos de não conformidade relativos a comunicações de <i>marketing</i>	Foram identificados 5 casos de não conformidade relativo a comunicações de <i>marketing</i> que resultou numa notificação do Banco de Portugal. Não existiram multas relativas a este tema.		
418- Privacidade do cliente (2016) - tema material (Consumidores e utilizadores finais)			
418-1 - Queixas comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	Em 2025 foram registadas 9 reclamações: Reclamações por partes externas: 6 Reclamações por reguladores: 3 Reclamações por perdas de dados: 0	S4-3	

Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

Exmo. Conselho de Administração

Introdução

Fomos contratados pela Administração do Banco Santander Totta, S.A. (adiante designado por Banco) para a realização de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre os indicadores identificados abaixo na secção “Responsabilidades do auditor” que integram a informação de sustentabilidade incluída no Relatório de Sustentabilidade como parte integrante do Relatório Anual 2025 (“Relatório de sustentabilidade”) relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2025, preparada pelo Banco para efeitos de divulgação do seu desempenho anual em matéria de sustentabilidade.

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação dos indicadores identificados abaixo na secção “Responsabilidades do auditor” incluídos no Relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes para reporte de Sustentabilidade “Global Reporting Initiative” (“GRI”) , e com as instruções e critérios divulgados no Relatório de sustentabilidade, bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação mencionada.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados no parágrafo abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica - (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se a informação de sustentabilidade identificada no Anexo "Tabela Resposta GRI" do Relatório de Sustentabilidade relativa ao ano findo em 31 de dezembro de 2025 está isenta de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido trabalho consistiu em:

- a) Indagar a gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;
- b) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000 | Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social 314.000 EUR

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

DocID: NjxMJhNTBhMWJmZjUzNmMmE0OTE4IDI0OTc4Njc1MzY2Njk3MTQ3MjB8TFBRQ==

- c) Verificar, numa base de amostragem, a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;
- d) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais referente às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
- e) Executar, numa base de amostragem, alguns procedimentos de consubstanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;
- f) Comparar os dados financeiros e económicos incluídos na informação de sustentabilidade com os auditados pela PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., no âmbito da revisão legal das demonstrações financeiras do Banco do exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e
- g) Verificar que a informação de sustentabilidade divulgada no Relatório de Sustentabilidade, cumpre com os requisitos das diretrizes GRI e com as instruções e critérios definidos pelo Banco.

Os procedimentos efetuados foram mais limitados do que seriam num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, foi obtida menos segurança do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

Entendemos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os indicadores identificados acima na secção “Responsabilidades do auditor” incluídos no Relatório de sustentabilidade relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2025 não tenham sido preparados, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos das diretrizes GRI e com as instruções e critérios divulgados no mesmo e que o Banco Santander Totta, S.A. não tenha aplicado, na informação de sustentabilidade incluída no mesmo Relatório de sustentabilidade, as diretrizes GRI.

Restrições de uso

Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração do Banco, para efeitos da divulgação da informação de sustentabilidade incluída no Relatório de sustentabilidade pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades. Não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além do Banco Santander Totta, S.A., pelo nosso trabalho e pela conclusão expressa neste relatório, o qual será anexado ao Relatório de sustentabilidade do Banco.

29 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Signed by: 
66FD21B9F45D4BB...

José Manuel Henriques Bernardo, ROC n.º 903
Registado na CMVM com o n.º 20160522

